

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Edmilson José Zanin

A presença da Igreja Católica de Botucatu no Movimento Estudantil de 1968

DOCTORADO EM TEOLOGIA

SÃO PAULO
2024

Edmilson José Zanin

A presença da Igreja Católica de Botucatu no Movimento Estudantil de 1968

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTOR em Teologia, sob a orientação do Prof. Dr. Ney de Souza.

SÃO PAULO
2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ney de Souza
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP
(Orientador)

Prof. Dr. José Aguiar Nobre
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Prof. Dr. Antônio Genivaldo Cordeiro de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Prof. Dr. Carlos Roberto Padovani
Universidade de São Paulo - USP

Dr. Valdemar Pereira Pinho
Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dr. João Décio Passos – (Suplente)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Dr. Reuberson Rodrigues Ferreira – (Suplente)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Dedico este trabalho ao bom Deus que, nos momentos de dificuldades e enfermidade foi a minha base e me deu força para seguir em frente e alcançar meus objetivos, somente Ele sabe o quanto sofri para chegar aqui. Dedico também a todos que direta ou indiretamente colaboraram para que este trabalho se tornasse uma realidade.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – nº 88887.343891/2019-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – nº 88887.343891/2019-00.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus e Maria Santíssima sua e nossa mãe que sempre estiveram e estão muito presentes em minha vida.

A minha família, em particular aos meus pais, Ricardo (*in memoriam*) e Darci, pelo amor e pelo incentivo que deles sempre recebi.

A minha segunda família, José Carlos, Marina e Mariana que muito me apoiaram e com paciência e carinho não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida, me incentivando especialmente nos momentos de maiores dificuldades me impulsionando todos os dias com palavras de apoio.

Ao meu querido amigo de infância, Dom Carlos José de Oliveira, bispo de Apucarana/PR, pelo apoio, incentivo e ajuda durante todo o tempo de estudo.

Ao professor Pe. Dr. Ney de Souza, meu orientador, pela sua disponibilidade, dedicação, paciência, sabedoria e amizade desde o início desta pesquisa, especialmente nos momentos de enfermidade.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Direção, professores, secretárias e funcionários.

A querida paróquia de Santa Bárbara (Águas de Santa Bárbara), muitas vezes sacrificada pela presença parcial de seu Pároco durante os anos de estudo.

Aos amigos e irmãos Fabiano de Oliveira Silva, prof. Dr. Daniel C. Afonso e prof. Dr. Vinícius Pelá, grandes e eficientes colaboradores deste trabalho que muito ajudaram compartilhando comigo ideias pertinentes para o desenrolar do tema deste trabalho.

Aos eficientes colaboradores nas transcrições das entrevistas gravadas, as professoras Sirlene, Oliveira, Juliana Bernardes e Sônia Silvério e também o amigo Junior Galdino pelo trabalho de escaneamento de documentos, eles que tão prontamente aceitaram a incumbência e muito colaboraram para que eu pudesse chegar até aqui. Ao querido Pe. João José Bezerra pela amizade e companheirismo nos anos de estudo.

Aos Bispos, padres e médicos formados na UNESP de Botucatu na década de 60/70, envolvidos nos fatos aqui narrados, que gentilmente me receberam e permitiram as entrevistas, tão importantes na execução desta dissertação.

À CAPES pelo suporte excepcional oferecido aos discentes de pós-graduação no Brasil, através da concessão de auxílios financeiros e fomento de iniciativas de pesquisa científica. Especialmente, o auxílio financeiro providenciado durante o período do meu doutoramento.

“Jamais a nossa geração irá contar a história de todos os tolos que nas esquinas ficam assistindo a passagem do tempo, sem interferir”.

“A cadeia é o termômetro da fidelidade da Igreja. Quando as cadeias estiverem cheias de cristãos, é sinal de que nossos templos não são plateias de homens acomodados”.

Pe. José Eduardo Augusti

ABREVIATURAS E SIGLAS

ADP	Ação Democrática Parlamentar
AEC	Associação dos Estudantes do Calabouço
AFAM	Arregimentação Fraterna de Auxílio Mútuo
AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-12	Ato Institucional nº 12
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-5	Ato Institucional nº 5
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNH	Banco Nacional de Habitação
BTC	Botucatu Tênis Clube
CAD	Coligação Acadêmica Democrática
CAPS	Centro Acadêmico Pirajá da Silva
CAs	Centros Acadêmicos
CBDU	Confederação Brasileira de Desportos Universitários
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEB	Casa do Estudante do Brasil
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CHAMB	Campanha de Higiene e Alfabetização de Botucatu
CIA	Central Intelligence Agency
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentação
CODI	Centros de Operações de Defesa Interna
CPC	Centro Popular de Cultura
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOI	Destacamento de Operações e Informações
ELN	Ejército de Liberación Nacional
EUA	Estados Unidos da América

FAC	Frente Anti Comunista
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
FUEC	Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
HAC	Homens da Ação Católica
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JFC	Juventude Feminina Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JK	Juscelino Kubitschek
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LSN	Lei de Segurança Nacional
MASUB	Movimento de Ação Social dos Universitários Botucatuenses
MCI	Movimento Comunista Internacional
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MMDC	Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
MSC	Missionários do Sagrado Coração
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PcdoB	Partido Comunista do Brasil
PCP	Partido Comunista Peruano
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
POLOP	Política Operária
PRP	Partido Republicano Paulista

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RCE	Restaurante Central dos Estudantes
SAPS	Serviço de Alimentação e Previdência Social
STF	Supremo Tribunal Federal
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
SURSAN	Superintendência de Urbanização e Saneamento
TFP	Tradição, família, propriedade
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UIE	União Internacional dos Estudantes
UME	União Metropolitana de Estudantes
UNAM	Universidad Nacional Autónoma de México
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	United States Agency International Development
USP	Universidade de São Paulo
VPR	Universidade de São Paulo

RESUMO

A presente pesquisa com o título de “A presença da Igreja Católica de Botucatu no Movimento Estudantil de 1968” teve como objetivo fundamental, analisar, no do contexto histórico da época, a significância da presença pacificadora da Igreja Católica de Botucatu no movimento estudantil na cidade de Botucatu. Especificamente, focou-se na interação da Igreja com os estudantes da Faculdade de Medicina, os quais buscavam melhorias nas condições acadêmicas e a liberação de verbas, essenciais para a concretização do projeto de um Centro Universitário moderno. Diante dos cortes sucessivos realizados pelo governo, esses estudantes convocaram uma greve pacífica e reivindicatória, de duração indeterminada. Para atingir tal escopo, utilizaram-se fontes documentais originais, como correspondências, recortes de jornais, diários e relatórios produzidos pela Igreja, polícia e estudantes, destacando-se, sobretudo, a fonte oral por meio de entrevistas e depoimentos. A análise dessas fontes revelou que, apesar da intenção inicial do movimento estudantil de Botucatu de ser reivindicatório e não político, foi duramente perseguido e reprimido pelo regime militar vigente na época. Os padres mais jovens de Botucatu, alinhados aos novos ideais do Concílio Vaticano II e conscientes da incompatibilidade entre as pretensões totalitárias dos militares e a verdade do Evangelho, ofereceram aos estudantes não apenas apoio integral, mas também proteção, abrigando-os no Seminário e nas Igrejas quando perseguidos pela polícia. Importante ressaltar que, mesmo sob violência, os estudantes não retaliaram com agressões, evidenciando que o movimento estudantil de Botucatu manteve sua natureza pacífica mesmo quando adquiriu conotações políticas. O levantamento desses dados foi crucial para uma contextualização aprofundada e uma representação fiel dos eventos ocorridos.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II; Igreja; Movimentos Sociais; Regime Militar.

ABSTRACT

The present research, titled "The Presence of the Catholic Church of Botucatu in the Student Movement of 1968," had as its fundamental objective the analysis, within the historical context of the time, of the significance of the pacifying presence of the Catholic Church of Botucatu in the student movement in the city of Botucatu. Specifically, it focused on the interaction between the Church and the students of the Faculty of Medicine, who sought improvements in academic conditions and the allocation of funds essential for the implementation of a modern University Center. Faced with successive budget cuts by the government, these students called for a peaceful and demand-oriented strike of indefinite duration. To achieve this goal, original documentary sources were utilized, including correspondence, newspaper clippings, diaries, and reports produced by the Church, police, and students. Of particular significance was the oral source, obtained through interviews and testimonies. The analysis of these sources revealed that, despite the initial intention of the Botucatu student movement to focus on demands rather than politics, it was harshly persecuted and repressed by the military regime in power at the time. The younger priests of Botucatu, aligned with the new ideals of the Second Vatican Council and aware of the incompatibility between the totalitarian aspirations of the military and the principles of the Gospel, provided the students not only with full support but also with protection, sheltering them in the Seminary and in the churches when pursued by the police. It is important to highlight that, even in the face of violence, the students did not respond with aggression, demonstrating that the Botucatu student movement maintained its peaceful nature even when it took on political dimensions. The collection of this data was crucial for a more in-depth contextualization and a faithful representation of the events that occurred.

Keywords: Church; Military regime; Second Vatican Council; Social movements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
I. CAPÍTULO: CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO-RELIGIOSO	
INTERNACIONAL ANTES E DEPOIS DO CONCÍLIO VATICANO II.....	25
1. O cenário internacional.....	26
1.1. O cenário religioso.....	42
2. O cenário da América Latina.....	55
2.1. O cenário religioso da América Latina.....	70
3. Eclosão do Movimento Estudantil no mundo.....	81
3.1. O Movimento Estudantil na França.....	85
3.2. O Movimento Estudantil pelo mundo e América Latina.....	91
II. CAPÍTULO: CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO-RELIGIOSO DO	
BRASIL ANTES E DEPOIS DO GOLPE MILITAR DE 1964.....	98
1. Contexto político-histórico brasileiro até o golpe de 1964	98
1.1. A eleição de Eurico Gaspar Dutra.....	99
1.2. A Constituição de 1946.....	101
1.3. O segundo governo de Getúlio Vargas.....	103
1.4. O governo de Juscelino Kubitschek.....	109
1.5. O governo Jânio Quadros.....	113
2. A Igreja no Brasil até a conclusão do Concílio Vaticano II.....	126
2.1. O Plano de Emergência para a Igreja do Brasil.....	130
2.2. O Plano de Emergência e o Movimento por um Mundo Melhor.....	135
2.3. Plano de Pastoral de Conjunto.....	137
3. O Brasil e o seu contexto político-histórico após o golpe militar (1964-1968).....	140
3.1. O governo Castelo Branco.....	142
3.2. O governo Costa e Silva.....	147
4. A Igreja no Brasil de 1964 até a Conferência de Medellín.....	157
4.1. Marcha da Família com Deus e o Golpe Militar.....	158
4.2. A Igreja frente ao Regime Militar.....	161

III. CAPÍTULO: A IGREJA PARTICULAR DE BOTUCATU NOS ANOS 60 QUE ANTECEDEU O MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	170
1. O perfil do Clero jovem de Botucatu na década de 60.....	174
1.1. Formação e atualização do Clero pós-Concílio.....	179
1.2. O clero de Botucatu pioneiro na substituição da Batina pelo clergyman.....	183
1.3. O clero de Botucatu e a implantação das reformas litúrgicas na Missa.....	190
2. O Seminário: formação e o perfil dos Seminaristas de Botucatu.....	194
2.1. O Seminário nos tempos que antecederam o Concílio Vaticano II.....	195
2.2. O Seminário pós Concílio Vaticano II.....	203
2.3. A ação pastoral dos Seminaristas.....	206
2.4. A Escola Vocacional.....	208
3. A atuação das Pastorais e Movimentos sociais na arquidiocese de Botucatu na década de 60.....	212
3.1. A Pastoral com Juventude Operária Católica e a Juventude Operária Católica Feminina.....	218
3.2. A Pastoral Estudantil e Universitária.....	226
3.3. A Pastoral Arquidiocesana e os Trabalhadores Rurais.....	231
3.3.1. 1ª Semana Rural do Clero de Botucatu.....	233
3.3.2. Fundação da Congregação Diocesana das Servas do Senhor para a zona rural.....	239
3.3.3. Episcopado Paulista discute plano de reforma agrária.....	243
3.3.4. Fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais.....	246
3.4. A Pastoral com os Menores Abandonados.....	250
IV. CAPÍTULO: CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO E ECLOSÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	255
1. História do Movimento Estudantil no Brasil.....	255
1.1. Fase da atuação individual.....	255
1.2. Fase de atuação coletiva.....	262
1.2.1. Abolição e República.....	263
1.2.2. A Liga Nacionalista.....	267
1.2.3. O levante paulista.....	268
1.3. Fase de atuação organizada.....	271

1.3.1. O 1º Conselho Nacional de Estudantes.....	274
1.3.2. O 2º Congresso Nacional de Estudantes.....	275
1.3.3. A luta contra o fascismo.....	279
1.3.4. A campanha do petróleo.....	286
1.3.5. A ascensão da Direita.....	288
1.3.6. A recuperação da esquerda.....	290
1.3.7. A Ação Popular (o catolicismo de esquerda).....	292
1.3.7.1. O nascimento da Ação Católica.....	292
1.3.7.2. A Ação Católica no Brasil.....	294
1.3.7.3. Da Ação Católica a Ação Popular.....	296
1.3.8. Os seminários da UNE.....	298
1.3.9. A greve de um Terço.....	301
1.3.10. A gestão de José Serra e o golpe de 1964.....	302
1.3.11. A luta contra a Ditadura.....	305
1.4. 1968: a radicalização e o AI-5.....	307
1.4.1. A morte de Édson Luís.....	308
1.4.2. A “Sexta-Feira Sangrenta”.....	318
1.4.3. Passeata dos cem mil.....	320
1.5. Fase de atuação clandestina.....	321
1.5.1. O XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes.....	322

V. CAPÍTULO: O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM BOTUCATU E A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA.....

1. A crise clero em 1968 na Arquidiocese de Botucatu.....	328
1.1. O agravamento da saúde e renúncia do Arcebispo.....	332
1.2. A repercussão da renúncia de Dom Frei Henrique entre o clero.....	338
1.3. Grande parte do clero rejeita o novo Arcebispo e deixa a Arquidiocese.....	342
2. A Faculdade de Medicina de Botucatu.....	351
2.1. Centro Acadêmico Pirajá da Silva.....	354
2.2. Movimento de Ação Social dos Universitários Botucatuenses.....	357
2.3. Início da crise da Faculdade de Medicina.....	361
2.3.1. Operação Telegrama.....	363
2.3.2. Operação Andarilho.....	365

2.4. A crise dos Estudantes de Botucatu se agrava.....	377
2.4.1. Estudante baleado pela polícia.....	377
2.4.2. Operação Denúncia.....	382
3. A Igreja no Movimento Estudantil.....	389
3.1. Prisão e condenação do Padre Augusti.....	389
3.2. Estudantes refugiados no Seminário São José.....	417
3.3. A atuação de Dom Romeu Alberti junto aos estudantes.....	428
4. O fim da crise dos estudantes.....	442
 CONCLUSÃO.....	 449
 ANEXO.....	 463
 BIBLIOGRAFIA.....	 529

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo fundamental, analisar aspectos importantes da presença da Igreja Católica no movimento estudantil de 1968, em Botucatu, dentro do contexto histórico da época, a crise na Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu e sua relação com a Igreja Católica local. A pesquisa busca examinar como esses dois aspectos da sociedade se influenciaram mutuamente, explorando a intersecção entre as crises educacional e religiosa em Botucatu, e destacando como estas duas esferas sociais estão interligadas. A pesquisa reflete também sobre a complexidade das transformações sociais e religiosas durante esse período conturbado da História do Brasil, onde o país vivia uma ditadura militar, buscando entender como a educação e a religião, enquanto entidades sociais, podem se entrelaçar e impactar uma à outra em momentos de mudança significativa, quando de um lado, os estudantes da Faculdade de Medicina, reivindicavam melhores condições para o funcionamento da Faculdade e a liberação das verbas após sucessivos cortes feitos governo o que inviabilizava o sonho da construção de um Centro Universitário moderno, convocando uma greve pacífica e reivindicatória por tempo indeterminado, onde foram reprimidos com violência pela polícia, e de outro lado, a Arquidiocese de Botucatu que vivia um momento de conflitos internos por causa da renúncia do Arcebispo Dom Frei Henrique G. Trindade e a nomeação de seu sucessor, Dom Vicente Marchetti Zioni, onde a maioria dos padres jovens que, imbuídos do ideal de uma Igreja apresentada pelo Concílio Vaticano II, que era uma Igreja identificada com o povo, aberta, renovada, autenticamente encarnada ao cristianismo, desvinculada dos poderosos, comprometida com a justiça social, uma Igreja sinal e instrumento de comunhão dos homens entre si e destes com Deus, ameaçavam deixar a Arquidiocese caso a posse se concretizasse. O estudo destaca como essas mudanças na liderança eclesiástica refletiram as tensões mais amplas na sociedade brasileira daquela época, especialmente no contexto do movimento estudantil. Analisa-se a dinâmica entre as facções conservadoras e progressistas dentro da Igreja e fora dela e a resposta da instituição às pressões sociais e políticas, ilustrando a complexa interação entre religião, educação e movimentos sociais em Botucatu.

Esta pesquisa se propôs também em analisar a figura do diretor espiritual da Juventude Universitária Católica (JUC) de Botucatu, Padre José Eduardo Augusti, preso e violentamente torturado, que desde o começo da crise estudantil foi condizente com as reivindicações dos estudantes e finalidade da greve, mesmo sendo perseguido e tachado de subversivo e

comunista pelos líderes da política conservadora de Botucatu que apoiavam o regime ditatorial instaurado no país. Não temia confrontar as injustiças, ilustrando o papel central da fé em sua luta por justiça. Busca analisar também a liderança do padre Augusti entre os padres da cidade de Botucatu, onde era respeitado, tanto pelos padres como também pelos estudantes, representando na verdade uma espécie de ligação que simbolizava a ponte entre a fé e os movimentos sociais, destacando sua habilidade em unir diferentes esferas da comunidade, mostrando assim que a Igreja de Botucatu, juntamente com a maioria dos padres da cidade, apoiavam os estudantes em suas reivindicações, mas não decidia nada pelos estudantes, nem insuflava, mas orientava para que fosse um movimento pacífico e sem violência, dando sempre todo o apoio necessário, inclusive abrindo o portão principal do Seminário para que os estudantes pudessem se refugiar diante da repressão da polícia, quando os estudantes, dispersados e perseguidos pela tropa de choque da polícia com cacetetes para reprimi-los, mostrando assim o clima de tensão e perigo enfrentado pelos estudantes, e o papel decisivo e corajoso do padre e da Igreja ao abrir os portões do Seminário, oferecendo refúgio aos estudantes e confrontando a polícia. Mostrar que, apesar dos riscos pessoais, essa atitude do padre Augusti sublinha a profundidade do seu entendimento de uma Igreja enquanto Povo de Deus e do seu compromisso com a justiça social e o bem-estar dos estudantes, que apoiando os estudantes mostrava acreditar num futuro melhor a partir de uma juventude conscientizada e corajosa que lutava pelos seus direitos e pela justiça social, e porque tinha compreendido o importante e profundo papel da juventude na transformação social e na construção de um futuro mais justo, e mostrar que, a dedicação do padre Augusti aos mais necessitados e sua participação ativa em eventos estudantis puseram em destaque sua figura como um líder comunitário, não apenas um líder religioso que mesmo diante da possibilidade de prisão e perseguição nunca teve medo de expressar suas opiniões, prisão que realmente aconteceu, quando foi acusado de instigar estudantes e pregar a mudança de estruturas. Acusação que, embora destinada a ser negativa, ressalta o impacto e a influência que padre Augusti tinha na sociedade, especialmente entre os jovens, em sua busca por justiça e mudanças sociais.

Este trabalho quer também examinar a atuação pacificadora e corajosa do Administrador Apostólico de Botucatu Dom Romeu Alberti, Bispo Diocesano de Apucarana/Pr que, ao assumir sua função de intermediar a crise do clero, se depara com um problema de ordem civil com repercussões na ordem eclesiástica, agravado com a prisão do assistente eclesiástico da pastoral universitário, o padre José Eduardo Augusti e a violenta repressão da polícia contra os estudantes. Diante da situação, a Assembleia anual da CNBB,

reunida no Rio de Janeiro, houve por bem enviar um bispo, como seu representante oficial, junto às cidades de Osasco (greve dos operários) e Botucatu (greve dos estudantes), a fim de ser, em seu nome, uma presença pastoral da Igreja que, observando mais de perto os acontecimentos, lhe fizesse ver a verdadeira face da situação. O bispo escolhido na Assembleia foi Dom Romeu Alberti o que reflete a confiança na sua capacidade de mediar situações complexas e a importância da Igreja em manter-se ativa e presente em contextos de crise. Pretende-se investigar também a atitude corajosa do Administrador Apostólico, em levar de volta para o Seminário os estudantes que estavam refugiados na da Igreja da Vila dos Lavradores, que enfrentando comandante com sua tropa dizendo que os estudantes que estavam dentro do templo estavam sob guarda da Igreja. Esses estudantes ali refugiados, um grupo de mais ou menos cinquenta, tinham fugido da forte e violenta repressão da polícia porque estavam distribuindo panfletos explicativos e realizando comícios relâmpago falando sobre as reivindicações da Faculdade de Medicina, que, ao serem surpreendidos pela polícia, correram e entraram na Igreja e rapidamente fecharam a portas. Além disso, Dom Alberti declara o Seminário “território livre” assumindo em nome da Igreja a guarda de todos que ali estavam refugiados. Atitude que muito desagradou a elite dirigente de Botucatu, como também as autoridades constituídas da cidade. que em represália ao gesto de total solidariedade de Dom Alberti aos padres e estudantes refugiados no Seminário Arquidiocesano, encaminharam ao governador, ao delegado de polícia local, ao superintendente da polícia federal em São Paulo e ao Cardeal Agnelo Rossi, Arcebispo de São Paulo e presidente da CNBB, uma mensagem em protesto a atitude tomada por Dom Alberti para com os estudantes, e queriam o afastamento imediato de Dom Romeu Alberti. Muitas acusações começaram a ser feitas contra Dom Alberti, dentre elas a do Delegado de Polícia que num comunicado público chegou a dizer que o Administrador Apostólico tentava justificar a atitude e o comportamento do padre comunista José Eduardo Augusti e prestar solidariedade à greve ilegal de estudantes. Após estes fatos os estudantes tomaram a decisão de deixar o Seminário onde estavam abrigados a quase um mês e ocupar o campus da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (FCMBB), pois sentiam que aquela situação estava sendo um grande peso político para o seminário, uma vez que intensificou-se a campanha na cidade contra os padres por parte dos grupos conservadores e políticos e que aumentava a cada dia, onde continuavam a insistir que os padres eram todos comunistas, eram baderneiros, que eles ajudavam os subversivos e assim a campanha com panfletos foi crescendo, evidenciando a tensão entre os grupos conservadores e progressistas na cidade, e o impacto desta tensão no cotidiano do Seminário.

Para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa e melhor compreender o contexto do movimento estudantil, na década de 60, na cidade de Botucatu, bem como a participação da Igreja Católica no referido movimento, buscar-se-á em Hannah Arendt, a fundamentação teórica acerca dos conceitos de autoridade, violência e poder. Hannah Arendt, dedicou suas obras à análise profunda da relação entre poder e violência, com destaque para sua obra seminal "Sobre a Violência" (1970). Arendt desenvolveu uma visão única desses conceitos, enfatizando suas distinções fundamentais e os impactos de sua interação na dinâmica política. Para Arendt, o poder é concebido como uma força coletiva que emerge da cooperação entre os membros de uma comunidade política. Ele é forjado por meio do diálogo, consenso e participação ativa dos cidadãos na vida política. O poder, portanto, não é uma entidade imposta de cima para baixo, mas sim uma manifestação da vontade compartilhada das pessoas que constituem a comunidade. Esta visão coletiva do poder é central para a compreensão de Arendt¹.

Por contraste, Arendt define a violência como um meio de ação que visa impor a vontade de um indivíduo ou grupo sobre outros, frequentemente de forma destrutiva. Ela enfatiza que a violência é incapaz de criar algo novo e, em sua essência, conduz à desintegração social. Arendt examina a natureza destrutiva da violência e sua incapacidade de estabelecer uma base sólida para a política. Um dos pontos cruciais de Arendt é que o poder perde sua autoridade quando é suplantado ou subjugado pela violência. Ela argumenta que a violência representa uma forma de dominação que não é sustentável a longo prazo. Quando o poder é exercido mediante coerção e força bruta, em oposição ao consentimento e à participação ativa, ele entra em decadência. Assim, a tese central de Arendt é que o poder autêntico, fundamentado na cooperação, diálogo e engajamento ativo dos cidadãos, é mais duradouro e legítimo do que a violência. A utilização da violência pode levar à resistência, revolta e, em última instância, à perda de autoridade do poder que a emprega. Arendt enfatiza a importância do diálogo, da deliberação e da construção coletiva como elementos essenciais para a preservação de uma ordem política saudável e sustentável. Suas reflexões ecoam como um apelo à valorização do poder como expressão da vontade compartilhada e ao reconhecimento das consequências prejudiciais da violência na política². Nesse sentido, buscar-se-á analisar o movimento estudantil na cidade de Botucatu, no recorte temporal proposto, à luz dos conceitos de autoridade, violência e poder, no sentido de entender a

¹ ARENDT, Hanna. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Trad. André Duarte, p. 38-44.

² ARENDT, Hanna. *Entre o Passado e o Futuro*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1979. Trad. Mauro W. Barbosa. P. 140-142.

dinâmica dos eventos, sob o prisma tanto do regime político dominante, quanto do movimento estudantil. Surgem diante disso, certos questionamentos: teria o regime perdido a sua legitimidade ao usar da violência na manutenção do poder? Teria o movimento estudantil mantido a legitimidade de sua causa ao não usar da violência? É o que a presente pesquisa buscará responder.

Este estudo deve ser contextualizado à luz das transformações políticas e sociais que ocorreram no continente latino-americano. Essas mudanças foram marcadas por movimentos revolucionários, sendo que no Brasil, destacam-se o golpe militar de 1964 e o subsequente estabelecimento do regime militar. O ápice desses eventos ocorreu em 1968, um ano repleto de conturbações, protestos e contestações. Este período foi caracterizado por uma luta intensa contra o autoritarismo, a repressão estatal, a desigualdade social e a injustiça. Foi um ano de tentativas de remodelar a sociedade e construir um novo paradigma. Vale ressaltar que o clero de Botucatu, além de lidar com os conflitos internos da Igreja relacionados às novas diretrizes do Concílio Vaticano II e às tensões dentro do sistema eclesiástico, também estava envolvido nas complexas questões sociais e políticas que afetavam o país naquela época. Em Botucatu, esse envolvimento se manifestou especialmente na crise envolvendo os estudantes da Faculdade de Medicina. Portanto, este estudo se propõe a analisar os eventos e os conflitos sociais e políticos que ocorreram durante esse período, com foco no papel desempenhado pelo clero de Botucatu e nas crises enfrentadas pelos estudantes da Faculdade de Medicina.

O presente trabalho assume uma abordagem predominantemente histórica, fundamentada em extensas pesquisas de campo. A necessidade de uma contextualização aprofundada na história, aliada ao volume considerável de entrevistas conduzidas com indivíduos envolvidos no tema em questão, resultou em uma expansão significativa deste estudo. A decisão de não reduzir a contextualização e de manter a integridade das entrevistas foi motivada pela preocupação em abordar os temas de forma abrangente, evitando uma abordagem superficial, e pela busca de fidelidade aos eventos históricos.

A natureza deste trabalho, que inclui o relato de numerosas pessoas ainda vivas, também se reflete na extensão das notas de rodapé, uma vez que estas incluem a transcrição de documentos e cartas relevantes. Algumas informações confidenciais não puderam ser transcritas.

Quanto à bibliografia, a maioria dos jornais consultados estava disponível apenas em forma de recortes, desprovidos da numeração de páginas usual, devido à falta de conformidade com as normas de catalogação no arquivo da Cúria Arquidiocesana de

Botucatu. Alguns desses recortes estavam armazenados em um livro-tombo da Arquidiocese, enquanto outros estavam organizados em pastas no mesmo arquivo. Essa diversidade na organização dos documentos contribuiu para a ampliação da bibliografia.

As entrevistas desempenharam um papel fundamental nesta tese, pois forneceram relatos autênticos de pessoas que viveram durante o período histórico em análise. A coleta desses dados foi uma tarefa árdua e frequentemente exigiu deslocamentos consideráveis devido à necessidade de entrevistar pessoas em diferentes locais. Cada entrevista foi conduzida com base em um roteiro específico, adaptado de acordo com o entrevistado. É importante destacar que todas as entrevistas foram realizadas com a autorização expressa e assinada pelos participantes, permitindo a utilização de seus depoimentos nesta tese.

Este trabalho representa uma continuação da linha de pesquisa iniciada pelo autor em sua dissertação de mestrado concluída em 2007. Algumas entrevistas realizadas naquela época foram recuperadas e incorporadas a esta tese, contribuindo para uma contextualização mais abrangente e precisa dos eventos históricos.

O objetivo desta tese foi promover o diálogo e proporcionar a oportunidade para que todas as partes envolvidas pudessem expressar suas perspectivas sobre os acontecimentos em questão. A inclusão de diversos pontos de vista e versões permitiu uma análise interativa e a construção da temática a ser abordada com base nessas fontes diversificadas.

O trabalho foi organizado em cinco capítulos: Capítulo I: Contexto histórico-político-religioso internacional antes e depois do Concílio Vaticano II; Capítulo II: Contexto histórico-político-religioso no Brasil antes e depois do golpe militar de 1964; Capítulo III: A Igreja Particular de Botucatu nos anos 60 que antecedeu o Movimento Estudantil; Capítulo IV: Contexto histórico-político e eclosão do Movimento Estudantil; Capítulo V: O Movimento Estudantil em Botucatu e a atuação da Igreja Católica.

O primeiro capítulo aborda o cenário histórico-religioso internacional no século XX, destacando as transições e mudanças paradigmáticas após o Concílio Vaticano II. O período foi marcado por eventos globais, como guerras mundiais e avanços científicos, que redefiniram fronteiras geopolíticas e desafiaram ideologias políticas. Paralelamente, ocorreram transformações culturais e sociais, com movimentos em direção à igualdade de gênero e direitos civis. O texto também explora o contexto do Concílio Vaticano II, que buscou renovar a Igreja Católica diante da secularização crescente. Na América Latina, a segunda metade do século XX foi dominada por ditaduras militares, influenciadas pela Guerra

Fria. O capítulo destaca a resposta da Igreja latino-americana, especialmente após o Concílio Vaticano II, que promoveu uma renovação teológica e litúrgica. A Conferência de Medellín, em 1968, foi crucial, levando ao surgimento da Teologia da Libertação e da Igreja dos Pobres. Além disso, o texto aborda o Movimento Estudantil global, que inicialmente focou em questões locais, mas ganhou força ao unir-se aos trabalhadores em busca de justiça e igualdade. O movimento teve impacto significativo, principalmente na França, e sua integração com outros setores sociais, especialmente na América Latina, destacou sua capacidade de catalisar questões mais amplas de justiça social.

O segundo capítulo da dissertação aborda a transição política no Brasil entre 1945 e 1964, focalizando as dimensões política e religiosa, especialmente nos anos de 1964 e 1965. Explora-se o período pós-Estado Novo, destacando líderes como Vargas, Kubitschek e Goulart, representantes de diferentes visões políticas. A Constituição de 1946, marco da transição para a democracia, equilibrou estabilidade e reformas sociais. A intensa polarização entre conservadorismo e progressismo influenciou todas as esferas da sociedade, moldando decisões políticas, eleições e aspectos culturais. O capítulo busca capturar a essência desse confronto ideológico, essencial para compreender a trajetória política do Brasil. Entre 1945 e 1964, o Brasil testemunhou uma era política vibrante com líderes notáveis, como Vargas, Kubitschek e Goulart, moldando a nação com suas ideologias. A transição para a democracia após o Estado Novo reflete nuances complexas, marcadas pela Constituição de 1946. A polarização ideológica entre conservadores e progressistas definiu a política, influenciando áreas como educação, cultura e economia. O estudo analisa eventos-chave, como a eleição de Dutra e o governo de Vargas, proporcionando uma visão aprofundada das forças sociais e políticas da época. O governo de Kubitschek representou uma era de desenvolvimento significativo, marcada pelo ambicioso Plano de Metas e a construção de Brasília. Embora tenha impulsionado a modernização, enfrentou desafios econômicos. O capítulo destaca a eleição de Quadros e sua renúncia surpreendente, desencadeando uma crise política que moldou os eventos que levaram ao golpe de 1964. Essa renúncia marcou um momento crítico, intensificando as disputas ideológicas e inaugurando uma fase de incerteza política no Brasil. Além disso, este capítulo também destaca o impacto do Concílio Vaticano II na Igreja, que passou por uma transformação fundamental. O capítulo aborda a resposta da Igreja às disparidades sociais, a confrontação com a autoridade militar e a emergência da Teologia da Libertação. O estudo oferece uma compreensão abrangente de como a Igreja Católica brasileira enfrentou desafios e mudanças em um ambiente de rápida transformação social e política.

O terceiro capítulo investiga a transformação da Igreja em Botucatu, com ênfase nas mudanças que ocorreram nesta diocese brasileira nas décadas de 1960 e 1970. Ao analisarmos como o Concílio Vaticano II e os desafios políticos e sociais locais moldaram a prática e percepção da fé católica na região nós destacamos as adaptações da Igreja local às novas realidades sociais, incluindo sua resposta a questões de justiça social e seu papel no contexto político e cultural da época. Além disso, investigamos o envolvimento do clero em questões sociais, políticas e econômicas, particularmente em Botucatu durante as décadas de 1960 e 1970 e a influência do Concílio Vaticano II nas transformações sociais da época, onde o clero se engajou ativamente nas questões que afetavam a sociedade brasileira, marcando uma mudança significativa na missão da Igreja.

O quarto capítulo aborda as décadas de 1960 e 1970 no Brasil, marcadas por transformações políticas e sociais sob o regime militar. Desde reformas econômicas até censura e repressão, as políticas governamentais moldaram a estrutura do país. O texto destaca os movimentos de oposição, como grupos estudantis, sindicatos e organizações religiosas, que resistiram ao autoritarismo. O movimento estudantil emerge como peça-chave, desafiando o regime e influenciando a cultura política brasileira. O capítulo explora a efervescência ideológica e cultural da época, influenciada por movimentos globais. Manifestações estudantis de 1968 representam um marco, simbolizando a resistência e despertar político. O governo responde com intensa repressão, marcando um período de autoritarismo. O impacto desses eventos é duradouro, influenciando a identidade e estrutura política do Brasil contemporâneo. O texto examina as fases e líderes do movimento estudantil, suas estratégias inovadoras e o legado para a democracia brasileira, evidenciando a resiliência dos estudantes diante da repressão e seu papel crucial na história do país.

O quinto capítulo explora as transformações internas e desafios enfrentados pela Igreja, com ênfase na crise clero-estudantil em 1968. Examina a trajetória de Dom Frei Henrique Golland Trindade, Arcebispo de Botucatu, e as tensões geracionais e ideológicas no clero. Aborda também a renúncia de Dom Frei Henrique devido a questões de saúde e as repercussões na Arquidiocese, incluindo a oposição ao novo Arcebispo, Dom Vicente Marchetti Zioni, gerando uma grande crise entre o clero. A análise se aprofunda nas dinâmicas internas da Igreja, destacando as reações emocionais e políticas, e explora o impacto do movimento estudantil na Faculdade de Medicina de Botucatu durante esse período de conflito e mudança. Além disso, este capítulo menciona o contexto de intensa atividade política e social na década de 1960, além do engajamento estudantil na Faculdade de Medicina de Botucatu que refletiu e influenciou as tendências mais amplas da sociedade e da

Igreja Católica de Botucatu, influenciada pelo Concílio Vaticano II, no qual a Igreja adotou uma opção preferencial pelos pobres, buscando abordar questões de injustiça social para a construção de um futuro mais justo. O capítulo investiga a natureza das manifestações estudantis em Botucatu, destacando sua relação com o clero de Botucatu e o efeito dessas interações no clima político e social da cidade e região, num momento em que se vivia uma ditadura militar, onde atuou de maneira efetiva o padre José Eduardo Augusti, sendo inclusive preso e torturado ao ser acusado de instigar estudantes e pregar a mudança de estruturas. Além disso, examina o entrelaçamento da crise educacional e religiosa na Arquidiocese, com ênfase na Faculdade de Medicina e no movimento estudantil. Ainda neste contexto é abordada as transformações na educação impulsionadas por reivindicações estudantis. Por fim, examina a interseção entre o Movimento Estudantil e a crise religiosa em Botucatu em 1968, destacando a influência dos movimentos estudantis nas dinâmicas sociais e religiosas, especialmente no contexto da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Concílio Vaticano II.

Diante do exposto, torna-se relevante o desenvolvimento desta tese, proporcionando uma análise minuciosa e aprofundada no contexto histórico-político-religioso em questão. Além disso, este estudo oferece a oportunidade de investigar de forma abrangente os eventos, personalidades e dinâmicas que exerceram influências fundamentais na história do Brasil, incluindo o impacto do Concílio Vaticano II, o papel do movimento estudantil de Botucatu, assim como a atuação de líderes políticos e religiosos, entre outros aspectos relevantes. Com os dados que serão apresentados nesta tese, possibilitará uma interpretação interdisciplinar mais holística e profunda desses eventos, destacando suas implicações na sociedade brasileira. Servirá também como um registro valioso para futuros estudos e pesquisas, contribuindo para a preservação e disseminação da história e do conhecimento. Por fim, a realização da presente tese desempenha um papel crucial na expansão do conhecimento acadêmico, na compreensão do processo histórico e religioso, bem como na promoção do diálogo interdisciplinar, tornando-se uma contribuição significativa para a academia e a sociedade como um todo.

I. CAPÍTULO

CONTEXTO HISTÓRICO-RELIGIOSO INTERNACIONAL ANTES E DEPOIS DO CONCÍLIO VATICANO II

Ao olhar o mundo a partir do século XX e o período que antecedeu o Concílio Ecumênico Vaticano II, observa-se um tempo onde predomina a insegurança e o medo, num mundo mais uma vez mergulhado em um conflito de dimensões mundiais. Esta observação não é apenas uma descrição histórica, mas também reflete uma profunda análise da psique coletiva da época, onde o medo e a insegurança não eram apenas sentimentos individuais, mas também se manifestavam em decisões políticas e sociais. A partir de então, o mundo foi dividido em dois grandes blocos econômicos, o socialismo e o capitalismo, e com o término da segunda grande Guerra Mundial, a União Soviética e os Estados Unidos da América (EUA) dividiram o mundo em duas áreas de influência, onde cada um deles buscavam fazer com que os outros países se juntassem a um ou a outro. É interessante notar que essa divisão não foi apenas territorial ou política, mas também ideológica, moldando a forma como as nações e as pessoas viam e entendiam o mundo.

A forma de funcionamento do mundo na década de 60 está descrita no fortalecimento dos movimentos de esquerda no plano ideológico e político causando um crescente consumismo nos países ricos. Este fenômeno pode ser interpretado como uma reação aos temores e inseguranças da época, onde o consumismo servia como uma espécie de válvula de escape para as tensões sociais e políticas. Por outro lado, a economia mundial é marcada pela desaceleração. Isso altera e atinge os anos dourados do capitalismo. Curiosamente, essa desaceleração pode ser vista como um momento de reflexão e reavaliação dos valores e práticas econômicas globais. Mesmo diante desta realidade alguns países continuaram com taxas altas de crescimento e consumo. Observa-se uma sociedade repleta de grandes mudanças: mudou-se a maneira de produzir, transformou-se a tecnologia, com o aparecimento de grandes fábricas e indústrias; teve início uma acelerada urbanização, havendo assim uma grande mudança nos padrões de vida e no comportamento da população. Esta transformação não foi apenas econômica ou tecnológica, mas também social e cultural, alterando profundamente a maneira como as pessoas viviam e se relacionavam. Nesse contexto histórico começou a se desenvolver e nasceu o capitalismo chamado de capitalismo moderno. Ao mesmo tempo, como contestação, foram nascendo experiências que aos poucos foram

originando o chamado socialismo real³. Essas experiências, embora muitas vezes vistas como contrapontos ao capitalismo, também podem ser interpretadas como uma busca por alternativas a um sistema que muitos viam como falho ou insatisfatório.

Apresentar-se-á a seguir, o cenário mundial e da América Latina antes e depois do Concílio Vaticano II.

1. O cenário internacional

Ao término da Primeira grande Guerra Mundial em 1918, foi acompanhado do conhecido Tratado de Versalhes que, segundo as cláusulas humilhantes desse contrato, as nações derrotadas deveriam pagar indenização às nações vitoriosas com concessão de território e desmilitarização, e isso, feria a dignidade das nações derrotadas, entre elas com destaque a Alemanha. Essa humilhação imposta pode ser vista como um dos catalisadores fundamentais para o surgimento de movimentos nacionalistas extremos, refletindo como as decisões políticas têm consequências duradouras e muitas vezes inesperadas. Esse contexto acaba contribuindo para o fortalecimento de correntes nacionalistas. Com isso acabam aparecendo os movimentos nazista na Alemanha, com Hitler, fascista na Itália, com Mussolini e também a ditadura de Franco, na Espanha, todos eles com caráter conservador. Estes movimentos evidenciam como o nacionalismo, em seu extremo, pode levar a regimes autoritários e repressivos. Vê-se ainda no final da primeira grande guerra, consolidar-se no ex-império russo, o sistema socialista pela Revolução Russa de 1917. Este evento marca uma virada significativa na história mundial, mostrando como ideologias alternativas ao capitalismo podem se estabelecer e ganhar força. Portanto, bem antes do início da Segunda Guerra Mundial já haviam acentuadas posições ideológicas no território Europeu e em outras regiões do mundo. Com a intenção de barrar e derrotar o avanço nazista durante a Segunda Guerra Mundial, os países representantes da chamada tradição política liberal, EUA e sobretudo Inglaterra, se uniram, temporariamente com a União Soviética comunista, apesar de que as posições ideológicas de um e de outro fossem radicalmente opostas e divergentes. Essa aliança temporária reflete como, em momentos críticos, até mesmo ideologias opostas podem se alinhar para combater um inimigo comum. O fato de terem um inimigo comum, bastava para deixarem de lado as diferenças ideológicas que tinham. Finalizada a Segunda Guerra

³ SOUZA, Ney. *Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II*. in: GONÇALVES, Paulo S. L.; BOMBANATTO, Vera I. (orgs.). *Concílio Vaticano II: análises e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 108.

Mundial (1939-1945), o fator inimigo comum não mais existia, e assim ficou muito claro que os integrantes da coalizão vencedora estavam em conflito entre si e que a aliança feita iria ruir. Esta ruptura ilustra a natureza volátil das alianças políticas internacionais e como elas são frequentemente moldadas por circunstâncias temporárias. Ruidosa essa aliança aconteceu uma redefinição da ordem mundial em favor das superpotências, ou seja, os EUA, que ratificam a sua hegemonia no bloco capitalista e a União Soviética, a qual emergiu como potência de primeira grandeza, exercendo uma grande influência na Europa Oriental.

Portanto, o cenário que se apresenta ao término da segunda Guerra Mundial era de dualidade política e ideológica, onde a União Soviética e os EUA que se sobressaíam como as duas grandes potências, particularmente no que se referia ao poder militar. A consequência disso foi a fragmentação no que se refere ao controle político, econômico e social do mundo, onde, segundo afirma Hobsbawm:

A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso da força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética⁴.

A consequência disso foi o declínio da influência econômica, política e até mesmo cultural da Europa, que mergulhou numa crise profunda. Este declínio representa uma mudança significativa no equilíbrio de poder global, evidenciando como eventos históricos podem alterar drasticamente o status de regiões inteiras. Também as antigas potências mundiais, (Inglaterra e França), perderam suas posições para as duas novas superpotências. Essa mudança de guardas, por assim dizer, ilustra a natureza dinâmica do poder internacional. A posição de centro de civilização que a Europa apresentava antes da guerra foi completamente perdida para esses países. Esta bipolaridade foi um fenômeno marcante, demonstrando como o poder mundial pode ser consolidado e exercido por um número limitado de atores. Então, essas duas superpotências tornaram-se os grandes líderes políticos mundiais, e numa relação bipolar, passaram centralizar toda a política internacional, reunindo em torno de si diversos países. Como resultado, deflagrou-se um conflito não declarado entre essas duas potências mundiais, que passaria para a história com o nome de “Guerra Fria”.

⁴ HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)*. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 224.

A Guerra Fria teve esse nome pela ausência de conflitos armados entre união Soviética e EUA acentuando a polarização do mundo nesses dois blocos que gerou muitos impasses na esfera político-ideológica, onde cada nação defendia seus respectivos interesses. Este período ilustra vividamente como conflitos podem ser travados em diversas frentes além do campo de batalha, incluindo a competição ideológica, econômica e tecnológica⁵. Isso ocasionou conflitos armados em volta do mundo. Esses conflitos secundários, embora distantes dos principais atores da Guerra Fria, eram profundamente influenciados por esta rivalidade global. A rede de interesses se dava em torno da economia, da tecnologia e da diplomacia. Considera-se que a origem desse combate se deu após o discurso de Harry Truman em 1947 no Congresso americano em que seu interesse era enfrentar o comunismo que avançava na Europa e justificava que era de responsabilidade do seu governo frear o prosseguimento da União Soviética⁶. Esse momento foi crucial para estabelecer a narrativa e as políticas que definiriam as relações internacionais nas décadas seguintes. Mediante este acontecimento desencadeou a Doutrina Truman que era um plano de governo com medidas a fim de conter o avanço do comunismo na Europa. A Doutrina Truman foi um exemplo claro da maneira como a política externa pode ser moldada por percepções e ideologias, tanto quanto por realidades geopolíticas. Esta doutrina dividia-se com o Plano Marshall que visava recuperar a Europa que fora destruída pela Guerra e com isso expandir a influência dos americanos⁷. Aqui, vemos como a ajuda econômica pode ser usada como uma ferramenta de influência política e expansão de poder. Os soviéticos por sua vez entendendo do que estava se tratando proibiu os países de seu bloco de aliar-se ao plano. Essa resposta soviética reflete a tensão e a desconfiança mútua que caracterizava a época. O governo Americano mesmo sabendo que os soviéticos estavam falidos e conseqüentemente assumiam uma postura defensiva, a Doutrina Truman usava o discurso alarmista de que os soviéticos estavam em um governo expansionista. Este alarmismo revela como a retórica pode ser utilizada para justificar políticas externas agressivas. Esse confronto é marcado por muitas características como a polarização do bloco dos EUA e da União soviética que mantinham um discurso agressivo e possuíam países aliados. As duas nações disputavam entre si e buscavam expor o aperfeiçoamento em seu poder bélico, conhecido também como armamentista. A expansão dessa disputa se deu na exploração do espaço e também na área tecnológica. Ao longo da Guerra Fria existiu interferências estrangeiras, cada um visando seus interesses próprios.

⁵ LOW, Norman. *História di mundo contemporâneo*. Porto Alegre: Penso, 2011, p.138-140.

⁶ *Ib.* p. 145.

⁷ *Ib.* p. 145-146.

Durante a Guerra Fria a Alemanha foi um território de suma importância, pois foi lá que a manifestação da polarização se intensificou. No final da Segunda Guerra o país foi separado por zona de influência surgindo a partir daí a Alemanha Ocidental aliada dos EUA, e a Alemanha Oriental, aliada da União Soviética. A Alemanha, literalmente dividida, encarnava a divisão ideológica e geopolítica da Guerra Fria. O reflexo dessa divisão está concretamente refletido no muro de Berlim que foi construído pelo governo oriental em unidade com a União Soviética a fim de conter a evasão populacional da Alemanha Oriental para Berlim Ocidental. O Muro de Berlim tornou-se um poderoso símbolo dessa divisão, representando não apenas uma barreira física, mas também uma fronteira ideológica. Por 28 anos o muro ficou de pé e também foi símbolo da polarização que a Guerra Fria causou.

Assim, a Guerra Fria apresentou ao mundo a concorrência entre as nações capitalistas e socialistas, as quais procuravam exercer influências sobre as demais nações⁸. Esta concorrência global reflete uma era de confronto ideológico e competição por influência. Nesse confronto entre os novos pólos do mundo, a Ásia presenciou os mais violentos conflitos do século XX: a Guerra da Coreia (1950–1953), a Guerra do Vietnã (1961–1975) e a Guerra do Afeganistão (1979–1989). Estes conflitos, embora locais, foram profundamente influenciados pela rivalidade global da Guerra Fria. Somente em 1985, com o início da Perestroika (reestruturação econômica) e da Glasnost (transparência política), implantadas por Gorbachev na URSS, esse cenário instável começou a se desfazer. Estas reformas marcam o início do fim da Guerra Fria, indicando como mudanças internas em um país podem ter repercussões globais significativas.

O socialismo marxista obteve um grande impulso com o aumento do poder soviético, depois da Segunda Guerra Mundial. Este impulso reflete como a vitória militar pode ser transformada em influência ideológica e política, expandindo a esfera de influência de uma nação. Além dos países envolvidos na Cortina de Ferro, tais como Europa Central e Oriental, passaram a ter governos comunistas do Extremo Oriente (Coreia do Norte, China, Laos, Vietnã, Camboja), do Oriente Médio (Iêmen do Sul), da África (Angola, Moçambique, Etiópia) e até mesmo da América Latina (Cuba, onde Fidel Alejandro Ruz Castro se transformou no mais antigo ditador do mundo – iniciou o poder em 1959 e faleceu em 25 de novembro de 2016). Esta expansão geográfica do socialismo marxista destaca como as ideologias podem atravessar fronteiras culturais e geográficas, influenciando políticas globais.

⁸ ARRUDA, José Robson. *Nova História Moderna e Contemporânea* São Paulo: Bandeirantes, 2004, p.451.

Uma das marcas essenciais da nova conjuntura internacional, depois da Segunda Guerra Mundial, foi o surgimento de numerosas nações novas na Ásia e na África, como fruto do processo de descolonização. Este processo não foi apenas uma mudança geopolítica, mas também um reflexo do desejo crescente de autonomia e autodeterminação dessas nações. A maior parte dos novos países asiáticos e africanos optou pelo direito de não-alinhamento com as grandes potências em relação ao mundo capitalista ou socialista, dando assim origem a um grupo de nações neutras, que passaram a ser chamadas as nações do “Terceiro Mundo”⁹. Esta escolha de não-alinhamento ilustra uma busca por uma nova forma de autonomia no cenário internacional pós-colonial. Em 1955, uma ampla representação dos países já independentes da África e da Ásia (vinte nove nações)¹⁰ e de trinta movimentos de libertação nacional, se reuniram em Bandung, na Indonésia, sem o domínio das potências colonialistas. Este encontro foi significativo, pois representou uma forma de solidariedade e cooperação entre nações que compartilhavam experiências comuns de colonialismo e aspirações de autonomia. Foi neste encontro de Bandung que se definiu, pela primeira vez, a noção de “terceiro mundo”, definida como uma alternativa não-alinhada ao primeiro mundo capitalista e ao segundo mundo, “socialista”. Esta noção de 'Terceiro Mundo' era uma declaração de independência ideológica e política, demonstrando o desejo dessas nações de forjar seu próprio caminho no cenário mundial. Também afirmaram seu objetivo de fazer parte dos assuntos internacionais e recusaram a divisão do mundo em dois blocos, com sistemas sociais antagônicos. Ao rejeitar essa divisão bipolar, os países do Terceiro Mundo estavam desafiando a ordem mundial dominante, propondo um caminho alternativo baseado em princípios de não-alinhamento e cooperação. Ademais, defenderam o direito de não-alinhamento com as grandes potências, dando início a uma estreita cooperação com os países afro-asiáticos na luta contra o colonialismo. Condenaram a segregação racial, proclamaram o direito de os povos seguirem seu próprio destino, propuseram o desarmamento e a proibição de armas nucleares e afirmaram a necessidade de solucionar todos os conflitos por vias pacíficas¹¹. Estas declarações de Bandung representaram um forte apelo para um novo tipo de relacionamento internacional baseado em respeito mútuo, paz e cooperação. Desta forma nasceu, em 1961, o movimento de países não-alinhados, em um cenário de exacerbação da Guerra Fria. Este movimento foi uma resposta direta às tensões da Guerra Fria, simbolizando

⁹ Ib. p. 514.

¹⁰ Birmânia (atual Myanmar), Ceilão (atual Sri-Lanka), Índia, Indonésia e Paquistão, Afeganistão, Camboja, RP da China, Egito, Etiópia, Costa de Ouro (Atual Gana), Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Filipinas, Arábia Saudita, Sudão, Síria, Tailândia, Turquia, República Democrática do Vietnã, “Estado do Vietnã” (o então Vietnã do Sul, pró-EUA) e o Iêmen. (ARRUDA. *Nova História*. Op. cit. p. 515).

¹¹ ARRUDA. *Nova História*. Op. cit. p. 515.

o desejo de muitas nações de permanecerem independentes das disputas ideológicas das superpotências. Recusando-se a se posicionar ao lado de um dos dois blocos, os países do Terceiro Mundo se afirmavam como uma terceira força potencial. Esta posição ofereceu uma alternativa à dicotomia capitalismo-socialismo, mostrando a complexidade e a diversidade do cenário político mundial. Assim, parecia que novos ventos varriam o cenário internacional. Antes de se completar dez anos, de 1955 a 1964, trinta e três países chegaram a independência, principalmente no continente negro. A rapidez dessa onda de independência reflete uma mudança global nas atitudes em relação ao colonialismo e ao imperialismo. A libertação da Argélia, obtida com o alto custo de uma guerra colonial particularmente violenta, tornou-se um importante símbolo. A luta da Argélia simbolizava a determinação e os sacrifícios necessários para a conquista da autodeterminação nacional. Na avaliação de Henri Lopes, ex-primeiro-ministro do Congo, esse país do Maghreb “carregou a cruz por toda a África” e sua luta possibilitou que houvesse descolonizações pacíficas no resto do império francês¹². A experiência da Argélia, portanto, não foi apenas uma história nacional, mas também um farol para outros movimentos de libertação na África. Diante disso, nasceu uma grande esperança, que os países do terceiro mundo iriam tentar concretizar na ONU. A ONU se tornou um fórum em que essas esperanças poderiam ser expressas e defendidas, dando voz aos recém-independentes países do Terceiro Mundo. Majoritários na Assembleia Geral da organização, eles se apoiavam nela para banir a lei da dominação colonial. Esta maioria na ONU indicava uma mudança significativa no equilíbrio de poder global e uma oportunidade para os países do Terceiro Mundo influenciarem a agenda internacional. Então no dia 14 de dezembro de 1960, a resolução nº 1514 reconhecia a legitimidade das lutas de libertação nacional. Esta resolução foi um momento histórico, pois pela primeira vez, a luta contra a opressão colonial recebeu um endosso formal e global. Se a legitimação da lei do mais forte foi durante muito tempo uma das características do direito internacional, pela primeira vez na história das relações interestatais, a contestação da violência sofrida pelos oprimidos recebia reconhecimento jurídico¹³. Esta mudança reflete um importante avanço no direito internacional, reconhecendo os direitos dos povos oprimidos e desafiando a ordem mundial estabelecida.

Foi também na década de 60 que a Tchecoslováquia viveu a sua chamada *Primavera de Praga*, a qual deve ser compreendida dentro do contexto da Guerra Fria. Nos países da chamada *Cortina de Ferro*, do qual faziam parte a Tchecoslováquia, Romênia, Alemanha

¹² Ib. p.515.

¹³ Ib. p. 516.

Oriental, Polônia e Bulgária, vigorava a influência do comunismo soviético. Esta influência reflete como uma superpotência pode moldar a política de regiões inteiras, mas também como essas influências podem encontrar resistências locais. Na década de 60, a União Soviética começou a enfrentar um momento de estagnação econômica e também de certa diminuição da sua influência política. Essa estagnação pode ser vista como um sinal de que os modelos econômicos e políticos rígidos enfrentam desafios na adaptação a novas realidades. Assim, devido a diminuição do ritmo de desenvolvimento e também de problemas na produção agrícola e de bens de consumo, a população dos países da então chamada Cortina de Ferro começaram a exigir a modernização econômica e social da região. Este clamor por mudança ilustra como as demandas populares podem influenciar a trajetória política de um país. Dessa forma, o questionamento ao modelo soviético revela uma mudança significativa nos paradigmas políticos da época, pois começou-se a contestar o modelo soviético e começa a ganhar força as aspirações liberais reivindicadas pela população. Uma das regiões sob o controle soviético que ganhou força foi o leste europeu notadamente pela sua distância física e ideológica de Moscou. Esta distância, foi um catalisador para o crescimento de ideais independentes na região. Devido o seu distanciamento da União Soviética, a Primavera de Praga na verdade foi um momento político em que os tchecos tentavam livrar-se das doutrinas extremistas dos socialistas soviéticos, e lutavam por implantar formas de política, economia e liberdade de expressão que não fossem tão radicais como o socialismo Stalinista pregava, uma luta que, reflete a busca por uma identidade nacional própria, conforme afirma Nogueira:

A economia da Tchecoslováquia estava em franco declínio durante a década de 1960. E ainda, para agravar a crise, o Primeiro-Secretário e Presidente Antonin Novotny, estava realizando uma imposição de grande controle, decepcionando os outros membros do Comitê Central. Além disso, o processo de desestalinização estava causando grande inquietação nos comunistas tanto da URSS, como da Tchecoslováquia¹⁴.

Parece claro que, nos anos 60, a Tchecoslováquia estava passando por um momento liberalização. O líder do governo da Checo Alexander Dubcek lança um plano de reformas para democratizar o sistema e construir um socialismo mais humano no país¹⁵, um passo ousado que marcou uma transição significativa na política regional, nessa reforma se incluía a integração ao mercado mundial capitalista, visando uma abertura política do país. Esta abertura simboliza uma tentativa de equilibrar ideais socialistas com a realidade global emergente. Em outubro de 1967, diante dessa oposição, em que o primeiro ministro Dubcek

¹⁴ NOGUEIRA, Paula Garcia. *Primavera de 1968: praga sob tanques*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2020, p. 33.

¹⁵ HOLZMANN, Lorena; Enrique Serra (org.). *Abaixo a Ditadura: 1968 contestação e utopia*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p. 21.

desafiou a autoridade do presidente Tcheco Novatny, defensor da linha-dura do stalinismo, durante uma reunião do Comitê Central, Novatny se retirou do poder em março de 1968. A ascensão de Dubcek foi um marco na história tcheca, simbolizando uma nova era de pensamento político. Após Alexander Dubcek assumir o poder do Partido Comunista Tcheco, passou a implementar um programa de ação, sendo apoiado pela maioria da população Tcheca, inclusive por intelectuais e setores industriais, que reivindicavam a descentralização da economia e a democratização visando assim uma aproximação com o ocidente¹⁶. Esta busca por uma aproximação com o Ocidente ilustra a complexa dinâmica da política internacional da época. Dentre as ideias que Dubcek defendia estavam a liberdade de imprensa, a liberdade religiosa, e também a formação de novos partidos políticos. Estas reformas, embora não pretendessem um rompimento com a União Soviética, representaram um desafio significativo ao status quo da época. Essas reformas não queriam significar um rompimento com a União Soviética, tanto é que, alguns pontos que eram considerados pelos soviéticos de grande importância, quase intocáveis como o fim da propriedade privada e a participação da Tchecoslováquia no Pacto de Varsóvia, não foram colocados em questão nessas reformas de Dubcek. Seu objetivo era conciliar o socialismo com medidas mais liberais.

É importante ressaltar que, apesar desse programa de ação de Dubcek ser moderado, não agradou a União Soviética, provocando uma crise nas relações da mesma com a Tchecoslováquia, motivada pelo receio de que tais reformas se estendessem a outros países do leste europeu, ameaçando assim a influência e seu papel central do Partido Comunista nesses países do leste europeu. Esta situação reflete a tensão constante entre autonomia nacional e influência soviética na região. Diante dessa situação, a União Soviética, progressivamente começou a aumentar as pressões sobre a Tchecoslováquia¹⁷. Os líderes que compunham o Pacto de Varsóvia decidiram convocar uma reunião junto ao líder Tcheco, cujo objetivo era discutir as medidas implantadas por Dubcek, e assim tentar impedir que tais reformas continuassem. Dubcek se recusou a ceder às pressões dos dirigentes do Pacto de Varsóvia, se recusando-se a participar de tal reunião, uma vez que a população Tcheca ansiava por mudanças no cenário político, e portanto, não desistiria das medidas que queria continuar

¹⁶ LOHBAUER, Christian. *História das Relações Internacionais II: O Século XX - do declínio europeu à Era Global*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 191.

¹⁷ MARQUES, Teresa Cristina; OLIVEIRA, Eduardo Alves de. *De Praga ao mundo Árabe: Uma análise comparada de primaveras políticas*. Revista Conjuntura Austral. Vol. 4, nº. 17; Abr. Mai, 2013, p. 118.

implantando para a população da Tchecoslováquia. Esta recusa em ceder demonstra a determinação de Dubcek e o apoio popular que ele desfrutava.

Diante da rejeição por um diálogo, no dia 21 de agosto de 1968, as tropas de cinco países do Pacto de Varsóvia invadiram a cidade de Praga em massa, enfrentando a resistência pacífica da população. Esta invasão foi um momento crucial na história da Guerra Fria, evidenciando a disposição da União Soviética em manter seu domínio na região a qualquer custo. A resistência foi liderada pela juventude tcheca a qual se organizou através de informações trocadas pelo rádio, alterando e modificando placas com nomes de ruas para confundir as tropas e também uma greve geral decidida em reunião clandestina do partido que se iniciou em 23 de agosto. Apesar da maioria dos manifestantes ter seguido as orientações dos dirigentes tchecos de resistir pacificamente, deitando na frente dos canhões, tentando um acordo pacífico conversando com os soldados, tentativas que não surtiram efeitos, houveram reações dispersas e desesperadas, onde 20 manifestantes foram mortos e 300 ficaram feridos no desenrolar da Primavera de Praga¹⁸. Este trágico desfecho ilustra a complexidade e a tristeza dos conflitos ideológicos durante a Guerra Fria.

Em abril de 1969, Dubcek foi substituído por Gustav Husak e gradativamente o modelo político e econômico soviético foi reimplantado no país. Esta substituição simboliza o retorno a um regime mais autoritário e uma reversão dos progressos liberais alcançados durante a Primavera de Praga. Apesar do desfecho frustrante, a Primavera de Praga ajudou a impulsionar diferentes movimentos por direitos civis na Europa e também em outras partes do mundo. É importante reconhecer o impacto duradouro desses movimentos na promoção da liberdade e na resistência ao autoritarismo globalmente.

Outro fato marcante da década de 60 foi a *Guerra do Vietnã* (1961-1975) que foi o confronto armado mais violento da segunda metade do século 20, onde morreram aproximadamente 58 mil soldados norte-americanos e, cerca de 1,1 milhão de vietnamitas, embora algumas fontes chegam a número maior, um total de três milhões de mortos. Esta estatística reflete a brutalidade e a tragédia humana que caracterizam os conflitos armados.

A luta pela independência dos territórios coloniais franceses no Sudeste Asiático, conhecido como Indochina resultou na Guerra da Indochina (1946-1954), na derrota da França e na formação de três países: Camboja, Laos e Vietnã, tendo este último se dividido em Vietnã do Sul (com capital em Saigon), que era patrocinado pela União Soviética e outros

¹⁸ REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. 1968: *A paixão de uma utopia*. 3ª Edição revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 50.

países do Bloco Socialista, como China e Coréia do Norte (com capital em Hanói) que era principalmente apoiado pelos EUA e outros países que compunham o Bloco Capitalista. Essa divisão exemplifica as tensões ideológicas globais da Guerra Fria e suas consequências locais. Esse processo de independência e separação geopolítica é considerado o início do conflito, entretanto uma outra possibilidade para o início da Guerra do Vietnã teria sido o ano de 1959, no qual guerrilheiros comunistas, os *vietcongues*, organizaram um ataque ao Vietnã do Sul, com a liderança de Ho Chi Minh¹⁹.

A partir de 1964, os EUA resolveram interferir de maneira direta no conflito e assim atacaram o Vietnã do Norte, mas não adiantou a escalada então iniciada pelos EUA com o desembarque maciço de tropas norte-americanas em solo vietnamita, pois em 30 de janeiro de 1968, no primeiro dia do *Tet*, que seria o ano novo vietnamita, iniciou-se um novo capítulo da Guerra, os soldados vietcongues atacaram a embaixada dos EUA em Saigon, simultaneamente em que lançavam ataques a praticamente todas as bases norte-americanas no Vietnã, numa ofensiva onde foram mobilizados mais de oitenta e quatro mil norte-vietnamitas e vietcongues. Esta ofensiva representa um ponto de virada na guerra e na percepção mundial sobre o conflito. Na verdade, havia sido firmado uma trégua entre o Vietnã do Norte e do Sul, mas apesar disso, a parte sul foi então conquistada pelos vietcongues comunistas num ataque inesperado. Esta conquista demonstra a complexidade e a imprevisibilidade dos conflitos militares. Um conflito em que, para os EUA parecia ser passageiro e simples, com a ofensiva Tet veio mudar o caráter norte-americano sobre a guerra. Este detalhe sublinha a diferença entre as expectativas políticas e a realidade brutal da guerra. Um particular importante veio a tornar a situação dos EUA mais crítica aos olhos do Bloco Capitalista: o fato de que o embate foi transmitido em tempo real pela televisão, e a medida em que as cidades do sul iam sendo conquistadas uma revolta ia tomando conta da opinião pública, mesmo nos EUA, que ia se colocando cada vez mais contra o conflito no Vietnã e o governo norte-americano deixando de enfrentar os vietcongues precisou enfrentar os protestos de sua própria população que criticava os custos materiais e humanos da guerra. Este aspecto destaca o poder da mídia em moldar a opinião pública e a política. Depois de dez anos do início da guerra, o mais poderoso exército do planeta saiu derrotado do sudeste Asiático, uma guerra que foi das mais sangrentas do século XX, transformando assim o Vietnã num emblema de luta contra os

¹⁹ LOW. *História di mundo contemporâneo*. Op. cit. p. 158-159.

impérios, por mais poderosos que eles sejam²⁰. Esta derrota simboliza uma lição significativa sobre os limites do poder militar e a resiliência dos movimentos de resistência.

Foi também a década de 60 que marcou a consolidação da grande *Revolução Cultural Proletária na China*, que foi uma tentativa difundida por Mao Tse-tung para recuperar o poder político que havia perdido o Partido Comunista Chinês desde o final da década de 50. Esta tentativa reflete a natureza volátil da política interna chinesa e a determinação de Mao em reafirmar sua ideologia. Para atingir seu objetivo, Mao começa por atacar grupos dentro do próprio partido, os culpando de estarem aderindo ao conservadorismo e de estarem desvirtuando a Revolução Chinesa (1949), levando a China ao capitalismo. Este ataque interno ilustra a complexidade e as disputas pelo poder dentro do Partido Comunista. Assim em maio de 1966 divulgou um documento onde convocava a população chinesa a se unirem para lutar contra o crescimento das posições reacionárias e burguesas no interior o Partido Comunista Chinês. A partir de então a Revolução Cultural tornou-se pública com a mobilização, especialmente da juventude urbana da China, onde organizou-se grupos que ficaram conhecidos como os Guardas Vermelhos, que era uma unidade paramilitar que foram responsáveis por realizar em grande parte a Revolução Cultural, perseguindo ideologicamente pessoas que não seguiam os princípios estabelecidos por Mao que exigia a destruição daquilo que ele definia como os Quatro Velhos: velhas ideias, velhas culturas, velhos costumes e velhos hábitos. Essa perseguição demonstra o quão profundamente as ideologias políticas podem influenciar a sociedade e a cultura. As massas foram induzidas a perseguir tudo aquilo que fosse contrário ao maoísmo. A cultura antiquíssima da China foi um dos grandes alvos dos intelectuais que teciam críticas a Mao. Esta destruição cultural foi uma perda trágica para o patrimônio histórico e cultural da China. O confucionismo passou a ser atacado, bem como as religiões que existiam no país. Muitos templos, monumentos históricos, escolas e bibliotecas foram destruídos, além de construções que representavam a velha China. Templos religiosos foram invadidos e destruídos, e vários textos sagrados foram queimados. A destruição desses templos e textos representa uma tentativa de apagar parte significativa da história e tradição chinesas. Além disso, livros que eram entendidos como símbolo da cultura ocidental foram destruídos por fogo. Todos os membros da chamada Guarda Vermelha, foram doutrinados a denunciar professores e até seus próprios pais se eles apresentassem opiniões ou pensassem diferente de Mao. Essa doutrinação é um exemplo extremo de controle ideológico sobre a população. Assim tanto professores como universitários eram forçados a prestar

²⁰ Ib. p. 198.

confissões e tinham suas casas devastadas. Esta repressão reflete o poder e o perigo de um regime autoritário. Depois também os operários e uma grande parte da população urbana acabaram aderindo à Revolução. Em outubro de 1968, o líder comunista Liu Shaoqi foi deposto, e para restaurar a ordem, Mao chamou os militares para que comesçassem a perseguir e prender todo indivíduo que questionasse o novo regime e, os membros da guarda que não acatassem as novas lideranças eram enviados para reeducação no campo ou eram executados. Esta resposta militar ilustra a extensão do controle e da repressão do regime.

A década de 60 foi marcada também por grandes avanços no campo da comunicação. O desenvolvimento destas tecnologias revolucionou a maneira como as informações são compartilhadas e consumidas globalmente. O surgimento de novas tecnologias potencializou o processo de globalização. Com o aparecimento e aperfeiçoamento dos satélites e da televisão, nesta década a difusão da TV a cores, foi possível diminuir as distâncias e a velocidade da troca de informações no mundo. Esta evolução marcou o início de uma nova era na comunicação global. Foi, por exemplo, o satélite que proporcionou ao mundo a transmissão da chegada do homem à lua em 1969. Também do ponto de vista tecnológicos essa foi a década do uso da informática para fins comerciais, com o lançamento do primeiro computador eletrônico²¹. Em 1964 a IBM lança os computadores utilizando circuitos integrados (chip), avançadíssimo para a época. Esta inovação foi um grande marco no desenvolvimento da tecnologia da informação. Para complementar, surge o protótipo da internet: a *Arpanet*²², que permitiu que cientistas, investigadores e militares se comunicassem entre si em tempo real por meio de correio eletrônico, a partir de pontos físicos distantes entre si²³. A criação da Arpanet foi um passo fundamental para a criação da internet como a conhecemos hoje.

Outro aspecto que marcou a década de 60 foi a corrida Armamentista/Nuclear e Espacial. Esta corrida reflete a intensa rivalidade e o medo mútuo entre as superpotências durante a Guerra Fria. O termo *corrida armamentista* foi muito utilizado no período da Guerra Fria, onde, apesar do confronto pela hegemonia política e ideológica entre as duas grandes potências, União Soviética e EUA, não era de uma luta aberta onde se fizesse uso de armas ou violência, mas sim uma luta velada. A natureza desta competição demonstra como

²¹ O RAMAC 305, da IBM.

²² A ARPAnet (Advanced Research Projects Agency Network, em português, Rede da Agência de Pesquisas em Projetos Avançados) foi a primeira rede de computadores, construída em 1969 como um meio robusto para transmitir dados militares sigilosos e para interligar os departamentos de pesquisa por todo os Estados Unidos.

²³ OLIVEIRA, Marcos. Nasce a internet. *Revista Pesquisa FAESP*, São Paulo, n. 180, p. 23-25, abr. 2011. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/folheie-a-ed-180/>. Acesso em: 20 mar 2022, p. 23-25.

as potências buscavam se superar em tecnologia e poderio militar. Não que os armamentos estivessem relegados a um segundo plano, mas, ao contrário, com a Guerra Fria incentivou-se, e muito, a pesquisa e desenvolvimento de armas. Sempre que uma das potências lançava um novo armamento, a potência adversária respondia a altura. Com o tempo essa prática tomou proporções tão absurdas, dando origem a material bélico com capacidade de destruição muito maior do que a terra seria capaz de suportar. Este acúmulo de armamentos reflete a escalada insustentável de tensões durante a Guerra Fria. Assim essa permanente atualização de armamentos ficou conhecida como corrida armamentista. Portanto, as duas grandes potências mundiais buscavam produzir sempre e cada vez mais artefatos bélicos nucleares baseados no imenso poder de destruição em massa, como forma de um ameaçar o outro. Esta ameaça constante foi um dos fatores que mantiveram o equilíbrio precário durante a Guerra Fria. Dessa forma, ambos os países possuíam exércitos numerosos, com armas convencionais e também mortais, mísseis de todos os tipos, inclusive nucleares que se mantinham apostados para o adversário com o objetivo de atingir o alvo inimigo de grandes distâncias²⁴. Este estado de prontidão militar contínua reflete a tensão e a incerteza que caracterizavam a era da Guerra Fria.

Também a *corrida espacial* foi consequência direta da Guerra Fria. Como a União Soviética e os EUA saíram como vitoriosos da Segunda Grande Guerra Mundial, tentavam a partir de então, garantir sua hegemonia no mundo. Esta competição reflete a intensa rivalidade entre as superpotências na busca por superioridade tecnológica e política. A corrida espacial se caracterizou pela intensa exploração no espaço executado por soviéticos e americanos, onde um dos momentos relevantes dessa corrida foi quando o homem chegou à lua. A chegada do homem à lua não foi apenas um feito científico, mas também um poderoso símbolo político. Assim, o espaço começa a ser explorado e as duas grandes potências mundiais passam a disputar quem faria as maiores descobertas. São assim lançados sondas espaciais, satélites artificiais e expedições tripuladas para o espaço. Essas missões espaciais representaram um avanço significativo na compreensão humana do universo. Além de orbitar a terra e chegar na lua, as naves espaciais, os foguetes, as sondas espaciais e os satélites artificiais passam a recolher informações a respeito de outros corpos celestes, dentro e fora do sistema solar. Este avanço demonstra como a competição pode impulsionar inovações científicas. Assim, os satélites levaram o capitalismo para o espaço, através do uso comercial de informações coletadas e transmitidas diretamente do espaço, permitindo um verdadeiro

²⁴ DOMINGOS, Charles Sidarta. Cultura pós guerra: O aspecto nuclear e sua negação. *Revista Sociais e Humanas*. Santa Maria, v. 23, n. 01, p. 120-121, jan./jun. 2010, p. 120-121.

avanço nas comunicações terrestres²⁵. Esta evolução nas comunicações transformou radicalmente a maneira como interagimos e acessamos informações.

Dentro do contexto da Guerra Fria, surgiram na década de 60 os movimentos assim chamados de *contracultura*. Nasceu nos EUA, mas floresceu também na Europa Ocidental e atingiu, não com a mesma intensidade, outros países do mundo capitalista²⁶. Este fenômeno reflete uma reação juvenil aos valores tradicionais e às tensões políticas da época. Foi um termo usado para indicar inúmeros movimentos da juventude na década de 60, tais como o movimento hippie, as manifestações no teatro, no cinema, na imprensa, nas artes plásticas e o rock, que foi a sua expressão máxima. A música rock, em particular, tornou-se um poderoso veículo de expressão e contestação para a juventude da época. A contracultura é um movimento que passou a questionar os padrões de vida dos estadunidenses, entre os anos 1950, 1960 e 1970, em seguida se prolongou para outras localidades do mundo. Surgiu num momento em que os EUA estava vivendo um período de forte crescimento, um *boom* econômico, isso impulsionado pela corrida armamentista com a União Soviética, no período denominado de *Guerra Fria*. Este crescimento econômico criou um contraste acentuado com os valores pregados pela contracultura. O desenvolvimento tecnológico ajudou a melhorar a vida de muitas pessoas, num período onde as pessoas estavam deixando o campo vindo para as cidades, permitindo as mesmas certas conquistas materiais. Contudo, essa mudança de vida rural para urbana também contribuiu para um questionamento mais profundo dos valores sociais e culturais. Isso possibilitou aos jovens, que diferente de seus pais, não precisaram se sujeitar ao trabalho, quer pela depressão econômica, ou quer pela guerra, além de desejarem ficar jovens eternamente, tinham mais tempo para estudar. Esta disponibilidade de tempo foi fundamental para que a juventude se engajasse ativamente na contracultura. Assim esses jovens, que passaram a ser criados na abundância, “não acostumados às convenções sociais (muito mais suaves nas suas casas, nas escolas e nas universidades), a sociedade tinha que ser mudada para a busca do prazer que tais convenções sociais impediam”²⁷. Este desejo de mudança reflete um anseio por liberdade e expressão individual. Assim procurou-se criar uma nova cultura, ou seja, uma contracultura. Assim afirma Luís Carlos Maciel:

O termo ‘contracultura’ foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60 para designar um conjunto de manifestações culturais novas que

²⁵ ROMÃO, José Eustáquio. Os frutos de Maio de 1968: O grito dos silenciados. *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, Boyacá/Colômbia, v. 11, p. 195-197, 2008 DOI: [10.19053/01227238.1505](https://doi.org/10.19053/01227238.1505). Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/869/86912618010.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022, p. 195-197.

²⁶ PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: Rebeldia, contestação e repressão política*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1995, p. 22.

²⁷ ROSZAK, Theodore. *A Contracultura*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1972, p. 10.

floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menor intensidade e repercussão, na América Latina. Na verdade, é um termo adequado porque uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializada pelas instituições das sociedades do Ocidente. Contracultura é a cultura marginal, independente do reconhecimento oficial. No sentido universitário do termo é uma anticultura. Obedece a instintos desclassificados nos quadros acadêmicos²⁸.

Essa redefinição da cultura desafiou as normas sociais estabelecidas e promoveu uma ampla variedade de novas ideias e estilos de vida. Esses jovens, ao conseguirem se aprimorar intelectualmente, começaram então a questionar o estilo de vida do país, a cultura e os valores, guiados apenas na acumulação de bens e riquezas e no consumo. Este questionamento é um indicativo da busca por um significado mais profundo na vida além do materialismo. O movimento de contracultura funcionou como uma grande contestadora política e social, e lutava contra governos autoritários e contra a opressão social, feita por classe social, gênero e cor. Esta luta é um exemplo da busca por justiça social e igualdade. O movimento caracterizou-se por ser, na sua essência, questionador. Trouxeram à tona questionamentos culturais, políticos e filosóficos. Estes questionamentos refletem um desejo profundo de reexaminar e remodelar a sociedade. Questionavam religião, a Igreja, o Estado, a família, o casamento e tudo aquilo que não aceitavam de forma passiva. Inseriam ainda, além de tudo isso assuntos como o feminismo, liberdade sexual²⁹. Estes temas ilustram a ampla gama de questões que preocupavam os jovens da época. Também cultivaram a cultura da paz (em oposição às guerras que aconteciam) e se manifestaram culturalmente com o rock n'roll e os grandes festivais. Estas manifestações foram expressões poderosas de solidariedade e resistência.

A chamada contracultura dos anos 60 reuniu em seu cerne muitos movimentos reivindicatórios e minorias políticas. Este agrupamento demonstra a diversidade e a força do movimento de contracultura. O Movimento pelos Direitos Civis aglutinou vários grupos culturais, transpondo os limites da esquerda tradicional político-partidária. Esta transcendência é um indicativo da abrangência e da influência do movimento. A rebeldia era demonstrada a partir do corpo, também da forma de se vestir, falar, comportar-se e, mesmo que não tenha gerado grandes mudanças na macropolítica, resultou em mudanças comportamentais em escala global. Estas mudanças comportamentais são um testemunho do impacto duradouro da contracultura na sociedade.

²⁸ PEREIRA, Carlos Alberto M. *O que é Contracultura*. 2.ed., nº 100. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção "Primeiros Passos"), p. 13.

²⁹ HOLZMANN. 1968: *contestação e utopia*. Op. cit. p. 11.

Entre os movimentos de contracultura destaca-se o Movimento Hippie, que surgiu na década de 60, especialmente na cidade de Nova Iorque e na Califórnia. Mais tarde, se espalhou para a Inglaterra e depois para outros países ocidentais. Surgiram dispostos a oferecer uma visão de mundo inovadora e distante dos vigentes ditames da sociedade capitalista. Essa visão de mundo representou uma crítica direta ao materialismo e à conformidade social da época. Eram pessoas jovens que geralmente vinham de famílias ricas e tinham uma visão muito crítica do mundo, questionando uma sociedade consumista. Este questionamento reflete uma busca por significado e autenticidade em contraste com o consumismo desenfreado. Eles tinham um estilo diferente e muito particular, não se preocupando muito com a aparência física. Este estilo era uma forma de expressão que desafiava as normas convencionais de moda e beleza. Se vestiam de maneira informal, pendendo para um estilo meio que folclórico com roupas coloridas, badanas, tiaras, etc. Esta escolha de vestimenta simbolizava uma rejeição às normas rígidas de vestuário e um abraço à liberdade de expressão. Eles tinham como lema a frase *paz e amor* e eram liberais na questão sexual. Esta postura liberal foi uma reação ao conservadorismo sexual predominante e um símbolo da liberdade pessoal. A cultura hippie tinha uma mentalidade e forma de viver muito pacífica, eles acreditavam que podiam melhorar o mundo através de atitudes não violentas. Esta crença reflete um idealismo significativo e uma esperança na capacidade humana de provocar mudanças positivas. Tinham uma noção um tanto elevada de fraternidade, viviam em comunidades e dividiam suas posses, embora a maior parte deles não tinham trabalho nem residência, vivam geralmente de artesanato. Este modo de vida comunitário desafiava as noções tradicionais de propriedade e sucesso. Muitos deles também consumiam e incentivavam o consumo de drogas, pois possibilitavam a eles experimentar estados alterados de consciência, embora, muitos deles não se portavam simplesmente como um bando de hedonistas, drogados e alheios ao que acontecia ao seu redor. Esta experimentação com drogas era tanto uma busca por transcendência quanto uma forma de rejeição às normas sociais. Ao contrário, ao longo da década de 1960, junto do movimento negro, os integrantes dessa geração discutiram importantes questões políticas de alta relevância e se organizaram para levar a público uma opinião sobre vários acontecimentos contemporâneos. Este engajamento político demonstra um compromisso profundo com a justiça social e a mudança política. Também lutaram pela ampliação dos direitos civis, bem como pelo fim das

guerras que aconteciam naquele momento³⁰. Esta luta é um testemunho da influência duradoura do movimento hippie na sociedade e na política.

1.1. O cenário religioso

No âmbito eclesial, após a Segunda Guerra Mundial, a Europa começou a viver uma profunda crise de fé, que foi acompanhada por uma sucessiva quase paganização das estruturas sociais. Este cenário representou um dos maiores desafios para a Igreja em sua história recente, refletindo uma mudança significativa na orientação espiritual e moral da sociedade. Numa sociedade havia produto bons resultados por quais de 500 anos, seria este um dos piores cenários para a Igreja. Vê-se que aspectos econômicos e políticos perpassavam os discursos religiosos, onde clérigos progressistas tendiam para projetos de esquerda, e os mais conservadores bradavam contra o comunismo. Esta divisão evidencia como as tensões políticas externas influenciaram profundamente as dinâmicas internas da Igreja.

No aspecto cultural a Igreja estava diante de uma transformação mais profunda no que diz respeito aos costumes e práticas sociais. As mulheres começaram a se envolver no mercado de trabalho, provocando uma alteração da estrutura familiar. Esta mudança representou um desafio significativo para as doutrinas tradicionais da Igreja relacionadas ao papel da mulher na sociedade. A maneira de viver dos norte-americanos, profundamente secularizado, se espalha pelo mundo e se torna um modelo a ser imitado. Este fenômeno simboliza a expansão da influência cultural americana, desafiando assim as tradições locais e religiosas. Também no aspecto musical houveram grandes transformações, o cinema rapidamente se espalha e se desenvolve levando a cultura americano ao mundo todo. Estas inovações são exemplos de como a cultura pode influenciar e até mesmo modificar a religiosidade e os valores sociais. O acelerado desenvolvimento tecnológico, provocado pela Guerra fria, embora produzisse um clima de tensão constante, conduzia a humanidade, embora a longo prazo, a um tempo de paz e prosperidade, dando ao homem explicações sobre todos os mistérios que envolviam a natureza. Este avanço tecnológico colocou novos desafios teológicos e éticos para a Igreja. Também a noção de se construir de maneira individual, tão própria da modernidade, ganha terreno e favorece profundos questionamentos de valores que eram até o momento inquestionáveis. Este individualismo crescente contribuiu para a erosão da influência tradicional da Igreja na vida das pessoas. Diante de tal situação, percebe-se que

³⁰ PAES. *A década de 60*. Op. cit. p. 22.

a cultura cristã acaba sendo enfraquecida de maneira profunda, chegando ao ponto de não ter relevância social, inclusive para os fiéis católicos. Esta perda de relevância foi um reflexo e um catalisador para as mudanças que se seguiriam na Igreja. Essa situação é capaz de explicar o porquê da abertura que o Papa Pio XII deu para o Movimento litúrgico, seu aprofundamento na questão social, a valorização dos direitos humanos, assim como da democracia. Esta abertura foi uma resposta necessária às mudanças sociais e culturais em andamento. Portanto, não era apenas uma questão de tempo a entrada dos leigos na estrutura da Igreja, mas sim entendida como uma urgência, como algo inadiável. Este reconhecimento da urgência marcou um ponto de inflexão na maneira como a Igreja se relacionava com seus fiéis. Embora o Papa Pio XII tenha acolhido a Ação Católica abrindo espaço para que fosse repensado o papel do leigo na Igreja, ele se manteve numa postura centralizadora no que se referia a estrutura da Igreja em si. Esta centralização reflete uma tensão entre a manutenção da tradição e a adaptação às novas realidades. Diante de tal postura do Papa Pio XII é que Libânio vai afirmar que, o imaginário social católico, que foi construído em Trento e depois reafirmado no século XIX pelo Ultramontanismo perdeu a razão de ser já na passagem do século e é derrotado definitivamente pelas guerras mundiais e suas consequências. Esta afirmação destaca a extensão das mudanças enfrentadas pela Igreja no século XX. Há em andamento uma secularização social que devastaria o último baluarte ainda defendido pela Igreja contra a modernidade³¹.

Embora muito lentamente, foi no pontificado de Pio XII, que a renovação na Igreja começou a dar seus primeiros passos. Este início de renovação foi uma tentativa cautelosa de alinhar a Igreja com as transformações que ocorriam no mundo. Como vimos, o cenário mundial de mudanças e crises era muito favorável à irrupção de um novo clima na Igreja. Esta irrupção era inevitável dada a amplitude e a profundidade das mudanças sociais e culturais da época. O Papa Pio XII até que encarava de forma positiva as reformas, mas sua atitude respirava talvez uma prudência exagerada. Esta prudência reflete a complexidade e a dificuldade de navegar entre a preservação da tradição e a aceitação da mudança. Ele tinha profunda intuição das radicais mudanças que se anunciavam no mundo e da necessidade, por parte da Igreja, de não perder o contato vital com essa nova realidade. Contudo, deixava transparecer claramente em seus atos, o perigo que corria a unidade eclesial e a doutrina tradicional, caso faltasse a indispensável discricção e moderação³². Esta preocupação com a unidade e a doutrina era um reflexo das tensões internas que a Igreja enfrentava. A

³¹ LIBÂNIO, João Batista. *A volta à Grande Disciplina*. São Paulo: Loyola, 1983, p. 43.

³² SOUZA, Luiz Alberto Gómez. *Do Vaticano II a um novo Concílio?* São Paulo: Loyola, 2004, p. 22.

preocupação de Pio XII crescia cada vez mais, com uma Igreja envolvida num mundo de agitação e tensões revolucionárias. Esta preocupação é um indicativo da percepção do Papa sobre os desafios que a Igreja enfrentava no contexto da modernidade. Isto explica, em partes, porque ele começou a concentrar, mais e mais o governo em suas mãos. Esta concentração de poder pode ser vista como um esforço para manter a estabilidade em tempos de grande incerteza. Ele via na exposição da doutrina da Igreja em face dos muitos problemas do mundo moderno sua missão mais importante³³. Esta missão era um reconhecimento da necessidade de a Igreja responder aos desafios colocados pelo mundo moderno. Em vista disto, publicou um grande número de Encíclicas, com breves intervalos. Em agosto de 1950, Pio XII publica a encíclica *Humani Generis*. Nela o Papa questiona aquilo que algumas vezes foi denominado “a nova teologia” (*nouvelle théologie*), uma reflexão teológica adaptada ao homem contemporâneo, que leva amplamente em consideração a história. Esta reflexão é uma tentativa de dialogar com as mudanças intelectuais e culturais da época. O papa exorta a que se volte à ortodoxia tomista nos domínios filosóficos e teológicos. Esta exortação reflete a tensão entre a inovação teológica e a adesão às tradições estabelecidas. Em termos das relações entre cristãos, a encíclica se inquieta com um irenismo³⁴ imprudente que sacrificaria a doutrina à unidade. Este irenismo era um sinal da complexidade da busca por unidade na diversidade. Nenhuma pessoa é designada nominalmente, nenhum catálogo de erros é elaborado, mas descobrem-se, de modo detalhado, as teologias e os teólogos condenados: a incompatibilidade do poligenismo³⁵ com o dogma da criação e do pecado original tem como alvo Teilhard de Chardin. Este foco em Chardin, apesar de não explicitado, reflete uma tensão palpável entre as visões progressistas e as tradicionais dentro da Igreja. Os debates referentes à natureza e sobre natureza, história e dogma, visam a alguns teólogos jesuítas que são o objeto da encíclica: os padres de Lubac, Ganne, Bouillard devem cessar seu ensinamento e renunciar a publicar. Esta decisão simboliza uma era de rigidez doutrinal, marcando uma época de conservadorismo na Igreja. Em 1954, em ligação com a questão dos padres operários, alguns teólogos dominicanos são proibidos de ensinar: Congar, Chenu... A proibição desses teólogos dominicanos indica uma resistência da Igreja à integração de perspectivas mais modernas e sociais em sua doutrina. Diante destes fatos, iniciaram-se as

³³ MATOS, Henrique Cristiano. *Caminhando pela História da Igreja*. Belo Horizonte: O Lutador, 1996. 3.v. p. 293-295.

³⁴ Atitude de aceitação e conciliação relativamente a crenças de Igrejas cristãs diferentes. Atitude de conciliação que visa a concórdia nas relações humanas. (in: *Infopédia: Dicionários* Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/irenismo>. Acesso em: 23 mar. 2022).

³⁵ Teoria segundo a qual várias espécies de primatas teriam contribuído para o aparecimento da espécie humana. (*Grande Enciclopédia Larousse Cultural*, v. 15, p. 4674).

queixas frequentes de que, dentro da própria Igreja existia uma opressão espiritual. Essas queixas podem ser vistas como um reflexo do conflito crescente entre a tradição e a modernização. Com a crise já estabelecida, era desejo do Papa convocar um concílio. Com muita discrição foram realizados os primeiros preparativos, mas com o seu estado de saúde cada vez mais precário, o impediu de dar continuidade aos planos³⁶. Este adiamento pode ser interpretado como uma metáfora para a resistência da Igreja a mudanças significativas naquele momento. A tendência tridentina da Igreja começou a se tornar cada vez menor. Essa diminuição sinaliza uma mudança na direção da Igreja, afastando-se das rígidas normas pós-Concílio de Trento. Dentro desse processo histórico foram sendo colocados os pilares do diálogo com a modernidade. Esse movimento em direção ao diálogo com a modernidade foi, sem dúvida, um passo crucial para a evolução da Igreja. Esse diálogo terá seu evento maior no Vaticano II, conciliador da Igreja Católica com o mundo moderno³⁷.

Em 09 de outubro de 1958 faleceu Pio XII, após demorada e dolorosa enfermidade. Ao término de seu pontificado, no final da década de 50, a Igreja Católica se encontrava bem diferente do que era no início do século XX, especialmente no que diz respeito à sua posição frente ao mundo moderno, que foi tão fortemente combatido pelo Papa Pio X e que nos anos que se sucederam iniciou sua entrada definitiva dentro da Igreja. Esta transformação, embora gradual, marca uma era significativa de adaptação e aceitação de novas ideias pela Igreja. Com o fim de seu pontificado, e com as aberturas litúrgicas, bíblicas, sociais, do laicato e também as aberturas teológicas, embora em menor grau, não tinha mais como a Igreja continuar se mantendo presa às estruturas Ultramontanas que ainda se fundamentavam num imaginário social que tinha sido estabelecido no Concílio de Trento e que foi desconstruído pelas conjunturas históricas e também pelos Movimentos internos da Igreja. Esta evolução é um testemunho da capacidade da Igreja de se adaptar e responder às mudanças sociais e culturais. Dessa forma, o campo estava preparado para a reconciliação da Igreja com o mundo, fato que ocorreria depois com o Concílio Vaticano II³⁸. Este momento preparatório foi crucial para abrir caminho para um novo capítulo na história da Igreja.

No final do pontificado do Papa Pio XII, a Igreja apresentava-se um tanto cansada devido ao duro embate conduzido pelo Papa na defesa da verdade dogmática, moral e disciplina diante dos ataques enfáticos da modernidade. Esta fadiga pode ser interpretada

³⁶ MATOS, Henrique Cristiano. *Caminhando pela História da Igreja*. Op. cit. p. 297.

³⁷ SOUZA. *Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II*. in: GONÇALVES. Op. Cit. p. 23.

³⁸ CONTIERO, Tiago Tadeu. *O mundo na Igreja e a Igreja no mundo: Reflexões sobre o Concílio Vaticano II e a modernidade*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 140.

como um sinal dos tempos, refletindo a necessidade de uma abordagem mais flexível e inclusiva. E esse sentimento demonstrou ter dominado o colégio dos cardeais que reunidos em conclave, no mesmo mês do falecimento do Papa Pio XII, elegeram como Papa o Patriarca de Veneza: Cardeal Ângelo Roncalli que adotou o nome de João XXIII. A escolha de Roncalli, um ancião de 77 anos, desconhecido, com uma curta expectativa de vida, sugere uma transição cuidadosa e ponderada, ao invés de uma mudança abrupta. Ele parecia responder às expectativas para um tempo de passagem. Esta escolha reflete a cautela e o desejo de estabilidade durante um período de transição significativo. Os cardeais optaram por escolher um papa *de transição* na espera de um outro mais jovem, capaz e decidido. Esta decisão demonstra uma estratégia calculada para gerenciar a mudança dentro da Igreja. Nessa época já afluía a pessoa de Mons. Montini, mas pelo fato de ainda não ser cardeal estava fora do conclave e, portanto, optou-se por escolher João XXIII para dar um tempo para que fosse nomeado cardeal e elegê-lo para governar então a Igreja por um tempo mais longo. A escolha de esperar por Montini indica uma preferência por uma liderança mais jovem e dinâmica, alinhada com as necessidades emergentes da Igreja. Sua eleição foi recebida com grande surpresa, porque Roncalli era, para o grande público, um desconhecido. Muitos não conseguiam esconder um sentimento de decepção, ao tomarem conhecimento de sua eleição. Essa reação mista sinaliza as expectativas complexas e diversas dentro da Igreja naquela época. O novo Papa era um homem idoso, de 77 anos. Podia-se esperar dele abertura e compreensão das necessidades do mundo moderno?³⁹. Esta interrogação sublinha a incerteza e a expectativa sobre o papel que um Papa de transição poderia desempenhar. Muitos comentavam que os cardeais haviam elegido Roncalli por não se haver chegado a um acordo sobre outro candidato mais qualificado. Este comentário reflete a complexidade e as nuances das decisões tomadas no seio da Igreja. Seria apenas um Papa de transição⁴⁰. Esta conclusão aponta para a natureza provisória da eleição, preparando o terreno para futuras mudanças na liderança da Igreja.

Mas não demorou muito para que o Papa João XXIII surpreendesse, não só pela sua jovialidade, simpatia e calor humano – diferentemente de Pio XII – mas por seu projeto de convocar um novo Concílio. Sua decisão de convocar um Concílio, apesar de inicialmente parecer apenas uma formalidade papal, revelou-se um passo decisivo na jornada da Igreja rumo à modernidade. Assim um Papa *de transição* se torna o verdadeiro Papa *da transição* da

³⁹ MATOS, Henrique Cristiano. *Caminhando pela História da Igreja*. Op. cit. p. 298.

⁴⁰ LIBÂNIO, João Batista. Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento. *Cadernos Teologia Pública*, São Leopoldo, v. 2, n. 16, pp. 05-36, 2005, p. 19.

Igreja dos tempos pré-modernos para a modernidade⁴¹. Segundo Miranda, a modernidade havia possibilitado para a humanidade novos olhares e novos caminhos que foram fazendo a Igreja aos poucos se tornar alheia ao mundo, pelo fato de que ela, condenando ferozmente a modernidade, foi se mantendo fechada em seus dogmas. Essa perspectiva de Miranda sublinha a natureza dinâmica da relação entre a Igreja e o mundo, onde a Igreja, inicialmente resistente, foi compelida a reavaliar sua posição frente à evolução social. Foi diante dessa realidade de opressão e de mudanças que a Igreja então mudou de postura e voltou-se para o mundo. Esta mudança de postura pode ser vista como um reflexo da necessidade de adaptação da Igreja às demandas crescentes de um mundo em rápida transformação. A esperança brotou no coração da humanidade quando o Papa João XXIII convocou um Concílio Ecumênico, onde tinha como proposta realizar um *aggiornamento* na Igreja, ou seja, uma atualização, uma reestruturação que levasse a Igreja ao encontro do mundo contemporâneo⁴². Este movimento de *aggiornamento*, então, não era apenas uma revisão de práticas, mas um reencontro vital com as realidades do mundo moderno. O Papa João XXIII começou então tomar algumas decisões que foram construindo o ambiente para a abertura do Concílio. Assim preparou a linha ecumênica com a criação, em 1960, do Secretariado para a União dos Cristãos e nomeou como presidente o Cardeal Bea que era ex-reitor do Instituto bíblico e ex-confessor do Papa Pio XII, demonstrando uma notável habilidade em unir tradição e inovação, essencial para o sucesso do diálogo ecumênico, abrindo assim um clima diferente de diálogo com as outras denominações cristãs. Também impulsionou a abertura da Igreja à modernidade social, política e econômica através das duas importantes encíclicas *Mater et magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963), reconhecendo como sinais dos tempos, teologicamente falando, os fenômenos histórico-sociais: a *socialização*, a ascensão-social das classes trabalhadoras, a promoção da mulher, a liquidação das formas de dominação colonial⁴³. Essas encíclicas podem ser vistas como um marco no reconhecimento e na resposta da Igreja às mudanças sociais, que se faziam urgentes e incontestáveis.

Dito isto, numa perspectiva de olhar o contexto mundial do século XX e o tempo que antecedeu o Concílio Vaticano II é nítida as transformações vividas pela sociedade em diversos aspectos, sejam na implementação de novas tecnologias ou no surgimento crescente das indústrias e fábricas de grande porte. Concomitantemente a tudo isso, mudanças

⁴¹ Ib. p. 20.

⁴² MIRANDA, Mario França. O Concílio Vaticano II ou a Igreja em contínuo *aggiornamento*. *Perspectiva Teológica*, Minas Gerais, v. 38, n. 105, p. 232, 2006. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/270/504>. Acesso em: 25 abr. 2022.

⁴³ LIBÂNIO. *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento*. Op. cit. p. 21-22.

comportamentais significativas relacionadas à população, bem como seus padrões de vida. Estas transformações, refletindo uma época de aceleração e mudança, criaram um cenário no qual a Igreja não podia mais se dar ao luxo de permanecer à margem. Todos estes eventos produziram aceleração que marcaram este tempo. Essa aceleração, não apenas temporal, mas também cultural e espiritual, desafiou a Igreja a repensar sua posição no mundo moderno. Ao pensar este tempo de preparação conciliar é importante destacar alguns aspectos que fazem sentido nesta composição e assim maior compreensão e esclarecimentos nos aspectos abordados. O período de preparação do Concílio, portanto, foi um tempo de reflexão intensa e necessária para a Igreja, permitindo uma reapreciação de seu papel e influência no mundo em constante mudança. Para refletir esta temática faz-se necessário abordar de forma breve como se deu toda preparação para este evento. Esta preparação não foi apenas logística, mas também uma jornada de introspecção e renovação para a Igreja. Assim, lançaremos luzes acerca de questões peculiares a este grande momento que imprimiu na Igreja diversas reformas e incontáveis mudanças.

Após três meses de sua eleição, o Papa João XXIII, ao encerrar a Semana da Unidade, no dia vinte e cinco de janeiro de 1959, diante de cardeais da Cúria, na sala capitular da Abadia de São Paulo fora dos muros, o Sumo Pontífice, como a coisa mais natural do mundo, manifestou o desejo de convocar um concílio ecumênico na Igreja Católica. A naturalidade com que o Papa João XXIII abordou esta ideia reflete uma profunda compreensão da necessidade de renovação dentro da Igreja. Desse modo, deu-se um processo de organização e construção de documentos convocatórios que mobilizou os católicos do mundo todo para tal evento. Este processo de mobilização não foi apenas uma convocação, mas um despertar para a Igreja global, enfatizando a importância da participação coletiva. Após toda esta organização, oficialmente no dia onze de outubro de 1962 na Basílica de São Pedro com a presença de pelo menos 2.500 participantes de todos os continentes, o Papa João XXIII deu início ao Concílio que se deu por inúmeras conferências no período de 1962 a 1965. A abertura do Concílio, com tão vasta participação, simbolizou uma Igreja verdadeiramente universal, aberta ao diálogo e à reflexão conjunta. No discurso de abertura, o Papa João XXIII, confessou-se esperançoso nos sinais que percebe no mundo e na Igreja e fez uma advertência dizendo que, o Concílio não proporia novas doutrinas, porém iria expor o mesmo e imutável conteúdo da fé cristã por meio de uma linguagem acessível aos homens e mulheres

do século XX⁴⁴. Esta declaração reflete a habilidade do Papa em equilibrar respeito pela tradição com a necessidade de comunicação eficaz e relevante no mundo contemporâneo. E depois ao enfatizar a orientação pastoral do Concílio, afirmou que, frente aos erros, a Igreja “prefere usar mais o remédio da misericórdia do que a severidade”⁴⁵. Esta preferência pela misericórdia, em contraste com a severidade, indica uma mudança significativa na abordagem da Igreja às questões contemporâneas. Insistiu que ao convocar o Concílio, não era sua intenção repetir e proclamar o que já era conhecido, mas que do Concílio se esperava “um progresso na penetração doutrinal e na formação das consciências”⁴⁶. Esta expectativa de progresso na compreensão doutrinal sugere uma abertura para novas interpretações e aplicações da fé no contexto atual. Por isso, diferente dos concílios anteriores, o Concílio Vaticano II não tinha a intenção de tomar posições dogmáticas definitórias nem condenatórias, entretanto potencializar o diálogo com o homem e a mulher de hoje, lançando ponte para o mundo contemporâneo em claro contraste com as posições conservadoras do Papa Gregório XVI (1831-1846) e do Papa Pio IX (1846-1878), que entraram em conflito com a modernidade. Este contraste destaca o Concílio Vaticano II como um ponto de virada, onde a Igreja optou por uma abordagem mais engajada e menos confrontadora com o mundo moderno. Desejou também o Papa João XXIII que, o Concílio, além de ecumênico fosse um Concílio pastoral e atualizado, adotando a palavra italiana *aggiornamento* ou “atualização”. Esta visão progressista era um reflexo claro do desejo do Papa João XXIII de promover uma Igreja mais aberta e adaptável, num esforço para atender às necessidades espirituais de um mundo em rápida mudança. Para o Papa o termo “pastoral” tinha um sentido de uma abertura ao mundo moderno de onde vinham as questões a serem respondidas e para quem se respondiam. Este enfoque na realidade contemporânea não só ressoava com os anseios dos fiéis, mas também refletia uma compreensão profunda das complexidades do século XX. O texto conciliar deveria corresponder às aspirações, compreensões, desejos, perspectivas dos homens e mulheres situados no mundo moderno, como aparece no proêmio da Constituição pastoral *Gaudium et spes*⁴⁷. Essa abordagem era revolucionária, propondo uma Igreja que não apenas falasse aos fiéis, mas que também os ouvisse ativamente. Já pelo termo *aggiornamento*, entendia-se a “ideia motora e central” do itinerário espiritual e da concepção da missão pastoral da Igreja. Este conceito central de atualização demonstra um compromisso

⁴⁴ VATICANO II. *Mensagens, Discursos, Documentos*. Tradução: Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 1998, p. 29

⁴⁵ *Ib.* p. 28

⁴⁶ *Ib.* p. 27-28.

⁴⁷ *Ib.* p. 539-540.

inabalável de João XXIII com uma Igreja que evolui, mantendo-se relevante em um mundo em constante mudança. Assim, na sua primeira Encíclica *Ad Petri cathedram* (29 de junho de 1959), onde convoca o Concílio, o Papa João XXIII vai indicar como tríplice a finalidade do Concílio: o incremento da fé, a renovação dos costumes e a adaptação (aggiornamento) da disciplina eclesiástica às necessidades do tempo atual. Este triplo objetivo refletia uma compreensão profunda da necessidade de uma Igreja que respondesse dinamicamente aos desafios do tempo. E como consequência se seguirá a união das comunidades cristãs separadas. A busca de João XXIII pela unidade reflete um desejo genuíno de curar divisões e promover uma compreensão mais profunda entre as diferentes tradições cristãs. João XXIII tinha nitidamente a ideia de que a Igreja devia atualizar-se, bem como responder ao mundo moderno e caminhar na linha da paz, da unidade da humanidade⁴⁸.

Este desejo de renovação e diálogo com o mundo moderno foi, sem dúvida, um dos aspectos mais impactantes do seu pontificado. Diversas razões despertaram a urgência de um novo Concílio, uma vez que o último havia acontecido há mais de um século e era importante tocar em questões litúrgicas e teológicas, mas também no papel da Igreja num mundo em mudanças e contradições, mas não se limitaria a estes aspectos, podendo estabelecer diálogos com outras Igrejas cristãs, com outras religiões e principalmente harmonizar-se com o cotidiano do século XX. Esta abertura para o diálogo inter-religioso e intercultural reflete uma compreensão da Igreja como um agente ativo e adaptável no mundo contemporâneo. O Concílio Vaticano II proporcionou uma série de renovações na Igreja Católica possibilitando um contato mais direto entre hierarquia e fiéis. Esta mudança de dinâmica entre clero e fiéis pode ser vista como um reflexo da busca por uma Igreja mais inclusiva e participativa. Foram implementados documentos específicos para a proteção da vida, defesa da paz e promoção da harmonia entre as pessoas, gerando uma nova interação da Igreja com o mundo. Essas medidas sublinham um compromisso com a justiça social e o respeito pelos direitos humanos, alinhando a Igreja com valores universais. Tudo isso baseado no respeito à liberdade religiosa e de opinião, fundamentado numa proposta ecumênica e pacífica como forma de ampliar o diálogo e construir novos caminhos. É inegável que esta abordagem ecumênica representa um avanço significativo na forma como a Igreja se relaciona com as diversas correntes de pensamento e crenças, destacando-se como um marco na sua trajetória histórica. A decisão por um Concílio ecumênico, às reformas e renovações produzidas geraram vários desconfortos aos conservadores e tradicionais da Cúria Romana deflagrando para alguns o

⁴⁸ LIBÂNIO. *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento*. Op. cit. p. 27.

rompimento definitivo com a Igreja Católica após o Concílio Vaticano II. Este cenário evidencia uma tensão palpável entre tradição e modernidade, refletindo o desafio constante da Igreja em se adaptar aos novos tempos sem perder sua essência. Sua duração foi em torno de três anos e a conclusão se deu em dezembro de 1965 já no pontificado de Paulo VI, sucessor de João XXIII que morreu durante o tempo do Concílio.

Durante todo o desenvolver do Concílio Vaticano II, fazia-se necessário atualizar a mensagem da salvação, procurando assim exprimi-la para o mundo moderno. Neste contexto, percebe-se um esforço admirável da Igreja em traduzir sua mensagem para o idioma do mundo contemporâneo, mantendo-se relevante em um cenário em constante evolução. E foi exatamente aqui onde se situa toda a originalidade do Vaticano II. Esta originalidade não se limita a uma mera adaptação, mas sim a uma profunda reinterpretação das verdades eternas em um contexto moderno. Mas para atingir este objetivo, foi necessário voltar às fontes cristãs, para que pudesse manter-se fiel ao projeto do Reino⁴⁹. Essa volta às fontes é uma jornada que combina respeito pela tradição com uma abertura para o novo, o que é essencial para qualquer instituição que busca permanecer relevante ao longo do tempo. Observou-se também que, durante as reflexões que foram surgindo no transcurso do Concílio Vaticano II revelaram que o “principal propósito da Igreja não era *ad intra*, ficar olhando para si mesma, mas *ad extra*, estando a serviço da humanidade”⁵⁰. Esta perspectiva 'ad extra' é um lembrete oportuno de que a missão da Igreja sempre deve se voltar para o exterior, servindo ao mundo e às suas necessidades. Assim, com o Concílio Vaticano II, o Papa João XXIII produziu uma virada histórica na vida de toda Igreja.

Após o Concílio Vaticano II, aconteceram inúmeras mudanças. Um exemplo claro foi a questão do ecumenismo e o diálogo com as outras religiões, refletindo um progresso notável na abordagem da Igreja Católica às diferenças religiosas, um sinal de maturidade e abertura.⁵¹ Passos importantes foram sendo dados. Neste contexto, é inegável o papel pioneiro do Papa Paulo VI. Um dos primeiros passos foi o encontro do Papa Paulo VI com o Patriarca ortodoxo Atenágoras que, simbolicamente, marcou uma nova era de fraternidade e diálogo inter-religioso pondo um fim as excomunhões recíprocas. Assim o diálogo ecumênico passa a

⁴⁹ MIRANDA, Mario França. O Concílio Vaticano II ou a Igreja em contínuo aggiornamento. *Perspectiva Teológica*, Minas Gerais, v. 38, n. 105, 2006, p. 233. 2006. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/270/504>. Acesso em: 25 abr. 2022

⁵⁰ SOUZA. *Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II*. Op. cit. p. 64.

⁵¹ OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Concílio Vaticano II: memórias da crise de vocações. *Revista de Filosofia Inconfidência*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 66. Disponível em: <http://inconfidentia.famariana.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/5.-CONC%C3%8DILIO-VATICANO-II-memorias-da-crise-de-vocacao-OLIVEIRA-E-SCHIAVO.pdf>. Acesso: 02 mar.2022.

contribuir de maneira muito forte para o *aggiornamento* tanto desejado pelo Papa João XXIII. Interpretando a Palavra de Deus, a Igreja Católica leva também em consideração a perspectiva oferecida pelas outras Igrejas e Comunidades Eclesiais. Este movimento ecumênico é, sem dúvida, uma das mais notáveis realizações do Concílio, promovendo um retorno às origens do cristianismo e fomentando uma busca pela verdade unificada na diversidade. Assim o diálogo ecumênico vai proporcionar uma volta às fontes que, levada com objetividade, conduz sempre mais seus participantes para a verdade cristã⁵². Também o tema do diálogo da Igreja com a cultura, já presente em vários documentos conciliares, irá receber uma melhor compreensão nos anos que se seguiram ao encerramento do Concílio Vaticano II, pois segundo a intuição do Papa João XXIII, o *aggiornamento* da Igreja passa pelo diálogo com a sociedade, que sem deixar de ser crítico, sabe dela apreender para ser, de fato, sacramento da salvação de Jesus Cristo. Aqui, percebe-se uma estratégia de evangelização adaptada aos novos tempos, um sinal claro de uma Igreja que busca renovar-se sem perder sua essência. “Para tal, ela deve não só se fazer entender em sua proclamação, mas também saber se configurar como instituição, naturalmente sem sacrificar sua identidade teológica”⁵³.

Observou-se também, no entanto, que uma grande crise pós-concílio se sucedeu na Igreja, afetando tanto o clero regular quanto o secular, abalando as vocações sacerdotais de um modo geral. Os casos de abandono da vida sacerdotal nas décadas de 60 e 70 alcançou proporções sem precedentes. Nos anos entre 1939 e 1963 que correspondem aos pontificados do Papa Pio XII e João XXIII, a Santa Sé concedeu 563 dispensas do sacerdócio que corresponde a uma média de mais ou menos 20 dispensas por ano. Entre 1964 e 1970 esse número sobe para 13.139, alcançando a excessiva média de 1877 por ano⁵⁴. Este aumento drástico pode ser interpretado como um reflexo dos desafios e incertezas trazidos pelas mudanças do Concílio. Na data do encerramento do Concílio, em 1965, havia em todo o mundo quase 315.000 religiosos de vida consagrada, em meados dos anos oitenta esse número reduziu-se a pouco mais de 200.000, e entre as religiosas, no mesmo período, a redução foi de mais ou menos 25% das vocações⁵⁵. Embora a crise não foi provocada diretamente pelo Concílio Vaticano II, mas não se pode isentá-lo totalmente. Esta situação que atingiu o catolicismo pós-conciliar tem suas raízes em problemas próprios do mundo secular do século XX, onde o clero não estava inume, e assim, “quando a Igreja abandonou a

⁵² MIRANDA. *O Concílio Vaticano II ou a Igreja em contínuo Aggiornamento?* Op. cit. p. 409.

⁵³ *Ib.* p. 413.

⁵⁴ MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. IV - A era contemporânea. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 356.

⁵⁵ *Ib.* 341.

era tridentina e se lançou de cabeça na modernidade, o clero e os seminários foram arrastados para um turbilhão”⁵⁶ indicando a complexidade do processo de adaptação a um mundo em rápida transformação. Esta vulnerabilidade reflete a dinâmica do contexto social mais amplo e as tensões inerentes ao processo de modernização da Igreja. Não se pode negar também que, todas as transformações e mudanças trazidas pelo Concílio Vaticano II promoveram também uma profunda mudança de perspectivas no ministério presbiteral, o que gerou um “período de modificação da imagem e do papel do clero, com consequentes reflexos de incerteza para as pessoas, especialmente os próprios padres e seminaristas”⁵⁷. Este período de transição foi marcado por uma busca de nova identidade e papel dentro da Igreja e da sociedade. Talvez seja pelo fato de que com o *aggiornamento* trazido pelo Concílio Vaticano II tenha alimentado a esperança de que pudesse apresentar soluções para os tantos problemas religiosos, eclesiais e pastorais, e não aconteceu. Podemos afirmar que a grande contribuição que o Concílio Vaticano II trouxe reside exatamente na reconciliação que ele provocou da Igreja Católica com o mundo moderno, uma mudança paradigmática essencial para a sua relevância contínua. O que realmente desejava e esperava o Papa João XXIII, ao convocá-lo e que se fez muito presente nos documentos aprovados pelos padres conciliares, com destaque especial para a *Gaudium et Spes*.

Fica claro que quando se afirma que o Concílio Vaticano II possibilitou a reconciliação entre a Igreja e o mundo modernos, se entende que a relação que existia até o grande e importante acontecimento conciliar era baseada em uma ruptura da Igreja com o mundo que ocorreu no nascimento da modernidade e se aprofundou com a Revolução Francesa e a reação católica ao longo de todo o século XIX até metade do século XX. Esta ruptura, marcada por uma resistência à mudança, evidencia a complexidade e a tensão que existia entre a tradição eclesiástica e as novas correntes de pensamento e sociais. Analisando também de maneira específica toda mudança na relação Igreja-mundo que foi ocasionada pelo Vaticano II, há um consenso entre pesquisadores e historiadores de que o Concílio abriu a Igreja para a modernidade, ou seja, modernizou o catolicismo atualizando assim as suas estruturas a partir das necessidades e exigências do tempo, nisso consistiu o *aggiornamento* desejado pelo Papa do Concílio João XXIII. Este *aggiornamento* reflete um reconhecimento vital da necessidade de evoluir e adaptar-se, mantendo a relevância em um mundo em constante transformação.

⁵⁶ SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008, p. 156.

⁵⁷ CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja: 1975-1978, p. 05. Disponível em: <https://xdocs.com.br/doc/livro-04-diretrizes-gerais-da-acao-pastoral-da-igreja-no-brasil-1975-1978-jn67j71z4wor>. Acesso em: 17/03/2022.

Por isso, até mesmo pelo caráter universal da Igreja, a abertura que aconteceu após o Concílio ocorreu de maneiras distintas ao redor do mundo, em cada lugar com suas características próprias. Esta diversidade de respostas enfatiza a flexibilidade e a capacidade da Igreja de responder às variadas culturas e contextos sociais. Observa-se que, o esforço indicado pelo Concílio Vaticano II de renovação eclesial, rompeu, definitivamente, com uma mentalidade *conservadora* da tradição cristã, para implantar uma nova hermenêutica teológica-pastoral, representando assim uma mudança paradigmática na maneira como a Igreja interage com o mundo. Não sem levar em consideração o auxílio de novos instrumentos de análise da realidade e que, por sua vez, implicaram na autocompreensão de sua ação no mundo⁵⁸. O Vaticano II, como evidência de um processo que se fez preceder, secularmente, por variadas iniciativas de reforma e que, culminando no protagonismo de Papa João XXIII, na convocação de um Concílio, pretendia conciliar a presença e atuação da Igreja com os novos tempos. Este movimento foi uma resposta corajosa e necessária aos desafios impostos pela modernidade.

Se, por um lado, como sabemos, o Concílio Vaticano II reivindicava uma volta às fontes, à Tradição, à Sagrada Escritura e, dessa maneira, dar um novo significado aos elementos constitutivos da vida cristã, a Bíblia, a Igreja e a Liturgia (*Dei Verbum*, *Lumen Gentium* e *Sacrosanctum Concilium*); por outro lado, não descuidou de se direcionar também, de maneira decidida, para uma atitude de abertura às realidades terrestres (*Gaudium et Spes*), ao ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*), às Igrejas Orientais Católicas (*Orientalium Ecclesiarum*), as relações da Igreja com as Religiões não-cristãs (*Nostra Aetate*) etc. Este equilíbrio entre tradição e modernidade é um dos grandes legados do Concílio, refletindo uma Igreja mais dinâmica e contextualizada.

Este contexto traz a tona uma série de elementos históricos que podem ser analisados à luz dos conceitos de Hanna Arendt, relacionando o poder e a autoridade. Desta forma, a mencionada busca por renovação da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II pode ser entendida como uma manifestação de autoridade legítima. De acordo com Hanna Arendt, a autoridade legítima surge quando é fundamentada em princípios éticos. O desejo de renovar a Igreja diante da secularização crescente pode ser visto como uma tentativa de estabelecer uma

⁵⁸ MENDES, Vitor Hugo. Vaticano II: a modernidade da Igreja em um contexto de mudanças. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 139-163, 2012., p. 152.

autoridade baseada em valores e princípios éticos, em vez de uma autoridade puramente tradicional ou coercitiva⁵⁹.

O momento do pós-Concílio foi, portanto, de efervescência e de busca por um adequado entendimento de seus documentos, bem como de adaptação dos mesmos a partir das realidades locais. Esta fase de interpretação e aplicação dos ensinamentos do Concílio foi tão crucial quanto o próprio evento conciliar, marcando uma era de profunda reflexão e ação na Igreja. Assim dentre estas muitas maneiras que o Concílio foi acontecendo em cada lugar e região, destacamos a recepção do Concílio na América Latina, onde ele foi lido principalmente pelo olhar da Teologia da Libertação que entendia a teologia como reflexão crítica da práxis histórica à luz da Palavra de Deus, e não apenas como uma ciência responsável pelo estudo de Deus. Esta interpretação, influenciada por questões sociais e políticas locais, forneceu um prisma único através do qual o Concílio foi compreendido e vivido na América Latina. Isto é, no contexto da América Latina o Concílio foi lido a partir de um viés teológico particular, que estava ainda em desenvolvimento, e que concebia a Teologia a partir de sua prática, deslocando elementos da sociologia para a análise teológica, oferecendo ao espírito do Concílio uma nova dimensão que até então ainda não tinha sido vivida. Essa abordagem singular enfatiza a natureza evolutiva da teologia como uma disciplina que não apenas reflete, mas também responde ativamente às circunstâncias do seu tempo e lugar.

2. O cenário da América Latina

Para maior compreensão do cenário na América será importante nos situarmos em relação às características próprias desta região logo, a América Latina é formada por uma região americana juntamente com países e regiões que possuem línguas derivadas do latim como é o caso do francês, espanhol e português. Esta riqueza linguística e cultural é um reflexo da história colonial da região, moldando suas identidades nacionais e políticas. Também temos os países colonizados pelos latinos. A nomenclatura América Latina veio para diferenciar as dependências e países colonizados pelos países latinos como é o caso da França, Espanha e Portugal.

Atualmente, a América Latina é composta por 20 países São eles: Brasil, México, Chile, Costa Rica, Nicarágua, República Dominicana, Venezuela, Bolívia, Cuba, Argentina, Uruguai, Honduras, Guatemala, El Salvador, Colômbia, Paraguai, Peru, Haiti, Panamá e

⁵⁹ ARENDT. *Da violência*. Op. cit. p. 27-28.

Equador. Além destes, temos regiões que não são considerados países, mas mesmo assim fazem parte. Essa diversidade geográfica e política é crucial para entender a complexa teia de relações internas e externas que caracterizam a região. Os países México, Argentina e Brasil, pertencentes à América Latina são apontados como os mais ricos e portadores de uma economia emergente, possuindo 75% do PIB dos demais países⁶⁰. Isso sublinha a disparidade econômica dentro da região, uma questão central para entender suas dinâmicas sociais e políticas. Entre os países que constituem esse território alguns ganham maior visibilidade pelo contingente populacional. É claro que sua forma de funcionamento na atualidade vem de um grande processo de muitos conflitos políticos, sociais e econômicos, sem contar com enormes desafios adjacentes à própria cultura de cada região. Esses conflitos e desafios são testemunhos das lutas internas e da busca por autonomia e identidade própria.

A segunda metade do século XX ficou marcada na história da América Latina pela grande quantidade de ditaduras militares estabelecidas em diferentes países da região. Esse modelo consolidou-se na década de 1960, principalmente quando o golpe civil-militar de 1964 instaurou-o no Brasil. Diferentes países do continente americano, como o Uruguai, Paraguai, Argentina, Peru, Chile, Guatemala Bolívia, República Dominicana, entre outros, contaram com ditaduras conservadoras conduzidas em sua maioria por militares. Esta prevalência de regimes autoritários revela uma época de instabilidade e repressão que teve impactos profundos nas sociedades latino-americanas. A implantação delas está diretamente associada com o cenário de disputas da Guerra Fria.

Após a segunda Guerra Mundial, a rivalidade entre EUA e União Soviética ganhou dimensão planetária e a disputa por influência aumentou consideravelmente. Num primeiro momento, os EUA focaram seus esforços para evitar o crescimento da influência soviética na Europa e Ásia. Este foco inicial nos continentes europeu e asiático reflete uma estratégia geopolítica que posteriormente se expandiria para outras regiões. A partir do final da década de 1950, o governo norte-americano compreendeu a necessidade de aumentar sua influência sobre o próprio continente, e isso deu início às ações em países latino-americanos. O objetivo era enfraquecer os movimentos de esquerda por intermédio da instauração de ditaduras militares de viés conservador. Essa mudança de estratégia dos EUA em relação à América Latina é um claro indicador de como os interesses internacionais podem influenciar a política interna dos países. A grande virada para a mudança na postura norte-americana, em relação às nações latino-americanas deu-se com a Revolução Cubana, em 1959. Essa revolução,

⁶⁰ LOWE. *História do mundo contemporâneo*. Op. cit. p. 604-605.

conduzida por Fidel Castro e Che Guevara, foi uma revolução de caráter nacionalista que acabou se aproximando da União Soviética por conta da hostilidade norte-americana contra o novo governo cubano. A aproximação de Cuba com a União Soviética era apontada pelos EUA como um precedente perigoso para o continente. Esta situação em Cuba destaca como um evento isolado pode ter repercussões amplas e duradouras na política internacional. Antes da Revolução Cubana, os EUA haviam procurado criar um caminho para intervir diplomática e economicamente na América Latina por meio da Operação Pan-Americana. Este esforço inicial para influenciar a região via diplomacia e economia rapidamente deu lugar a uma abordagem mais agressiva. Os desdobramentos da situação em Cuba fizeram com que a ação norte-americana sobre a América Latina se tornasse mais agressiva.

Mas também as tendências mundiais para a radicalização política, característica dos anos pós-guerra na África e na Ásia, marcaram igualmente a trajetória da América Latina. Essa radicalização global reflete um mundo em rápida transformação, onde velhas ordens estavam sendo desafiadas e novas ideias ganhavam espaço. Regimes políticos nacionalistas e reformistas surgiram nos anos cinquenta, especialmente na Guatemala e na Bolívia, segundo a onda iniciada na Revolução Mexicana, continuada por Lázaro Cárdenas, a partir de 1934. Mas foi em Cuba, em 1959, que a revolução socialista explodiu bem proximamente aos norte-americanos. Fidel Castro implantou um governo comunista apoiado pela União Soviética, coletivizando as terras, nacionalizando empresas, monopolizando o poder político, conseguindo notáveis avanços no setor educacional e de saúde. O exemplo cubano é uma demonstração de como ideais revolucionários podem levar a mudanças significativas nas estruturas sociais e políticas. Nos anos 50 deu-se início aos regimes políticos reformistas e nacionalistas principalmente na Bolívia e Guatemala como consequência da Revolução Mexicana que teve início em 1910, e tinha como finalidade de encerrar, a ditadura e implantar uma república constitucional no México.

Na Guatemala, após tentativas de reformas para melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais e urbanos, temendo uma revolução comunista no país, os grandes proprietários rurais, apoiados pelo governo americano, impuseram restrições diplomáticas e econômicas ao país a fim de sufocar as mudanças indesejadas, uma vez que o centro do problema era a terra. A Guatemala tornou-se um foco da Guerra Fria. A Agência Central de Inteligência organizou grupos militares dissidentes e invadiu a Guatemala, depondo o então presidente Jacobo Arbenz. O novo governo revogou as decisões do presidente deposto, estabelecendo condições interessantes para os norte-americanos. A miséria social continuou a conviver com os

sucessivos regimes militares, violentos e instáveis. O resultado: as guerrilhas e a violenta repressão militar⁶¹.

Este ciclo de violência e repressão revela a natureza conturbada da política na América Latina durante este período. Diante da maneira autoritária e ambiciosa o Presidente Porfirio Díaz que era desejoso em fazer do México um país modernizado e industrializado e nessa força tarefa em conseguir seus objetivos explorou e transformou em uma sociedade capitalista possuidora de represas, fábricas e estradas. Esta transformação, embora visasse o progresso, acabou por agravar as disparidades sociais, um paradoxo comum no desenvolvimento industrial de muitos países. Diante dessa mudança os camponeses e trabalhadores rurais sentiram o impacto e também sofreram com o crescente índice de pobreza. Essa escalada de pobreza entre os trabalhadores rurais e camponeses é um testemunho da negligência das necessidades das classes mais baixas durante processos de modernização acelerada. Foi então que os líderes caudilhos, partidos políticos de esquerda e um grupo de maçons que eram opositores, iniciaram um caminho de diálogo pensando nas estratégias para destitui-lo de suas funções e assumir o poder, assim como outros movimentos revolucionários também foram surgindo⁶². Este cenário de oposição política demonstra a fermentação de um descontentamento social que iria eventualmente desencadear mudanças significativas. Esses grupos preocupados e profundamente incomodados com a desigualdade que a sociedade vinha sendo submetida pensaram em reformas a fim de amenizar esses impactos e no ano de 1908 como forma de defender as eleições diretas e livres e a liberdade política, foram formados clubes democráticos. Estes clubes representavam uma esperança para aqueles que desejavam uma mudança política e social mais justa e inclusiva. Porém o que antes tinha a finalidade de defender a liberdade se modificou para uma revolução social que entrava em combate armado contra todos os possíveis causadores dos problemas sociais e das desigualdades no México, gerando conflitos ainda maiores. A escalada desses conflitos reflete como as aspirações por mudanças podem rapidamente evoluir para uma luta mais ampla e violenta. Díaz destinou para os estrangeiros ricos terras que pertenciam aos mexicanos e esses por sua vez não poderiam possuir a menos que tivessem um título legalizado. Diante dessa mudança os pequenos agricultores se perceberam abandonados e inevitavelmente iniciaram um movimento de revolta. Esta alienação dos pequenos agricultores ilustra o impacto profundo de políticas que favorecem interesses estrangeiros em detrimento das necessidades locais. Os revolucionários exigiam que suas reformas fossem atendidas e dentre elas estava a mais

⁶¹ ARRUDA. *Nova História Moderna e Contemporânea*. Op. cit. p. 545

⁶² PRADO, Maria Lígia, PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto. 2014. Coleção História na Universidade, p. 105.

importante que era a reforma agrária, pois era necessária essa repartição de terras entre os pequenos agricultores. A demanda por reforma agrária reflete uma busca por justiça e equidade no uso e propriedade da terra, um tema central em muitos conflitos sociais e políticos. Este ato daria possibilidade de uma melhor condição de vida, garantiria a sustentação e também teria a preservação das propriedades indígenas. A preservação das propriedades indígenas destaca a importância de proteger as comunidades e culturas vulneráveis em meio a mudanças políticas e sociais. Os trabalhadores mexicanos em greve tomaram as ruas e por sua vez os camponeses na zona rural também davam seu grito de insatisfação com a atual condição de vida. Este movimento conjunto de trabalhadores urbanos e rurais simboliza uma união de forças em resposta a injustiças generalizadas. Então, Porfírio Díaz enfraquecido por esses movimentos renuncia à presidência⁶³.

Ao se comprometer em executar as reformas tão reivindicadas pelos revolucionários, Francisco Madero foi designado para assumir o poder, mas era um líder com muitas fragilidades e não conseguiu cumprir com sua promessa a respeito das reformas. Esta incapacidade de Madero em implementar as reformas necessárias destaca os desafios enfrentados pelos líderes em equilibrar as expectativas populares com as realidades políticas. Já sem o apoio da população e com o enfraquecimento imediatamente foi substituído pelo general Victoriano Huerta que mandou executar o presidente e seu vice⁶⁴. A ascensão e queda de Madero ilustra a volatilidade do poder político em tempos de agitação social e política. A guerra durou cerca de duas décadas onde pelo menos 900.000 pessoas tiveram suas vidas ceifadas⁶⁵. Esta perda massiva de vidas ressalta a extrema brutalidade e o custo humano da revolução. Oficialmente a revolução mexicana teve seu “fim” em 1917 com a criação da constituição do México, porém a luta se estendeu na década seguinte⁶⁶. A continuação dos conflitos após a criação da Constituição indica que as raízes dos problemas sociais e políticos não foram totalmente resolvidas. Lázaro Cárdenas foi eleito presidente em 1934 e deu continuidade e esse movimento, mas foi no ano de 1959 em Cuba, nas proximidades dos norte americano, que a revolução socialista teve seu ápice.

Em meio há diversos conflitos, Fidel Castro estava exilado no México, mas já portava alto grau de influência e fez circular entre a população cubana um manifesto clandestino onde incentivava a união das forças opostas ao governo, pois já havia organizado a revolução

⁶³ Ib. p. 105.

⁶⁴ Ib. p. 106.

⁶⁵ Ib. p. 113.

⁶⁶ PRADO. *História da América Latina*. Op. Cit. p. 112.

armada contra seu opositor, o presidente Fulgêncio Batista, ditador autoritário aliado dos EUA que governou de 1952 até 1959 censurando a imprensa e repreendendo todos que se opunham contra o governo. A figura de Castro, exilado e ainda assim influente, mostra a persistência de líderes revolucionários mesmo em face de adversidades. Diante destas ações violentas impostas por Cuba, Ernesto Che Guevara e Fidel Castro dentre outros, decidiram juntar as forças para enfrentar Fulgêncio Batista⁶⁷. Esta aliança entre Guevara e Castro simboliza a união de ideais revolucionários e a determinação em enfrentar um regime autoritário. Em dois de dezembro de 1956, Fidel abrigou-se na região de Sierra Maestra onde preparava com táticas de guerrilha os soldados do Exército rebelde cubano e na certeza de sair vitorioso já formulava as primeiras leis que adotaria quando assumisse o poder⁶⁸. Esta preparação meticulosa e a formulação antecipada de leis demonstram a visão estratégica e a confiança de Castro em sua causa.

A Revolução Cubana teve início em primeiro de janeiro de 1959 com a saída dos revolucionários de Sierra Maestra, de onde saíram dos seus esconderijos para dominar o governo cubano e acabar de vez com a forma dominante que os EUA exerciam na região⁶⁹. Este ato simbolizou não apenas uma mudança política, mas também uma assertiva rejeição da influência estrangeira, particularmente a dos EUA, na política interna de Cuba. No primeiro momento Fidel Castro não se mostrou comunista, ditando as formas de governo, se anunciou sendo um nacionalista determinado e com interesses de colocar um ponto final no governo subordinado e autoritário que despertava o interesse dos EUA⁷⁰. Essa estratégia inicial de Castro reflete uma abordagem astuta para ganhar apoio interno sem alarmar potências estrangeiras. Fulgêncio Batista sem reação ao ataque de Fidel Castro deixou o país e no dia oito deste mesmo mês os revolucionários saíram em marcha por Havana e elegeram Fidel como primeiro ministro do novo governo de Cuba⁷¹. A queda de Batista marca um ponto de virada decisivo, demonstrando a eficácia da estratégia revolucionária. Os EUA sentenciaram o embargo econômico à Cuba enquanto que a União Soviética dedicou seu apoio mediante ajuda econômica e militar. Este contraste nas reações internacionais evidencia o contexto da Guerra Fria, no qual Cuba se tornou um ponto focal da rivalidade entre as superpotências. Foi nesse contexto das reivindicações dos revolucionários por reformas que surgiram as primeiras

⁶⁷ NEVES, Joana. *História Geral; A construção de um mundo globalizado*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 482

⁶⁸ *Ib.* p. 482.

⁶⁹ PRADO. *História da América Latina*. Op. Cit. p. 154.

⁷⁰ CAMPOS, Flávio; MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da História*. São Paulo: Escala educacional, 2005, p. 581.

⁷¹ ARRUDA. *Nova História Moderna e Contemporânea*. Op. Cit. p. 549.

linhagens de descendentes da Revolução Cubana. Após demonstrarem muita preocupação com o avanço dos comunistas no governo, Huber Matos comandante militar e figura dessa revolução, decidiu renunciar ao posto que assumia em uma província de Cuba e por essa escolha foi condenado a 20 anos de prisão acusado de conspiração e traição contra o governo. A prisão de Matos é um indicativo da crescente intolerância do novo regime para com a dissidência interna.

Inicialmente o sucesso da revolução cubana se deu pelo apoio de vários setores da sociedade. Com a chegada de Fidel e seus companheiros ao poder, puderam perceber que a revolução era sustentada ainda pelo acordo entre grupos moderados e que dentro deles estava incluso uma parte da classe média urbana, mas também havia outros ainda mais radicais. Esta coalizão inicial demonstra como movimentos revolucionários frequentemente dependem de uma ampla gama de apoio, abrangendo diferentes espectros políticos e sociais. Fidel Castro logo após assumir o poder teve como uma das suas primeiras ações a criação de um executivo colegiado que era composto por Manuel Urrutia presidente da república, José Miró Cardona como primeiro-ministro e o chefe das forças armadas que era o próprio Fidel. Logo após instituir o novo regime, as execuções de pessoas eram realizadas de forma maciça e como consequência dessa violência sua imagem estava sendo questionada tanto dentro do governo como mediante a população⁷². Esta prática de execuções em massa reflete um aspecto sombrio e autoritário do regime que começava a emergir, contrastando com as esperanças iniciais de liberdade e justiça. Com pouco mais de um ano, inúmeros ministros deixaram o governo, e com eles, Cardona o primeiro-ministro. Fidel já sem muitas alternativas assumiu o cargo e dessa forma concretizou o término dessa coalizão entre as frentes radicais e moderadas que compunham a revolução. A dissolução dessa coalizão marca uma transição para um governo mais centralizado e autocrático sob Castro. Diante desse afastamento a adesão comunista se deu de forma concreta. Essa mudança indica uma evolução ideológica significativa dentro do regime, solidificando sua posição na esfera comunista internacional. Diante de todos esses acontecimentos, no mês de abril de 1959, Fidel Castro viajou aos EUA a fim de dar garantias ao atual presidente Eisenhower sobre a intenção de continuar de forma amigável as relações diplomáticas, porém, o que ele não sabia era que já havia iniciado outros conflitos com o novo regime de cuba, e o causador deste descontentamento foi o plano de ação que tinha como meta a nacionalização das empresas norte-americanas na ilha cubana. Este encontro com Eisenhower, marcado por mal-entendidos e agendas divergentes,

⁷² *Ib.* p. 549.

preludia os futuros conflitos entre Cuba e os EUA. Foi então que começou um tempo longo de conflitos entre estes países.

Ainda nesse período além dos fuzilamentos em massa, teve também reforma agrária com várias medidas revolucionárias e uma delas tratava da proibição dos estrangeiros ao direito à posse de terras cubanas. Esta medida, embora visasse à soberania e justiça social, provocou polêmica e intensificou as tensões internacionais, especialmente com os EUA. Esta medida bastante criticada se confrontava com os benefícios das exploradoras de cana de açúcar norte-americana, causando assim ainda mais tensões com os EUA. Com essa relação estremecida Eisenhower e seu governo planejaram uma política anti-Castro onde ficou claro em março de 1960 a intenção de embargar o açúcar que era a principal fonte de economia de Cuba, como também a exportação de armas e petróleo. Este embargo representou um passo significativo na escalada de hostilidades entre Cuba e os EUA. Um terço de toda a produção de açúcar da ilha caribenha era importada pelos EUA deixando bastante clara a relação de dependência de Cuba com os norte-americanos⁷³. A dependência de Cuba em relação ao açúcar ilustra a vulnerabilidade econômica que o país enfrentava no cenário internacional. Diante da atual situação, Cuba estreitou de maneira mais intensificada os laços com a União Soviética. Fidel Castro reagindo aos ataques dos norte-americanos conseguiu ajuda de 100 milhões de dólares dos bolcheviques e uma negociação em compras de quatro milhões de toneladas de açúcar de Cuba por ano⁷⁴. Esta aliança com a União Soviética marcou um realinhamento estratégico crucial para Cuba em resposta à crescente hostilidade dos EUA. Além do mais, Cuba começou a importação do petróleo soviético por um preço bastante inferior ao que era proveniente da Venezuela ou dos EUA. As refinarias pertencentes aos americanos obedecendo a ordens superiores de seu governo se recusaram a refinar esse petróleo, então Castro as confiscou e essa atitude abalou as refinarias das petroleiras como a Shell, Esso e Texaco em resposta a este fato, os EUA reduziu para 95% as cotas de açúcar de Cuba. Este confronto em torno do petróleo e do açúcar evidencia a natureza cada vez mais conflituosa das relações entre Cuba e os EUA. Fidel por sua vez estatizou as empresas estadunidenses que estavam estabelecidas em Cuba e esse enfrentamento gerou muitas consequências aos dois países⁷⁵. A estatização dessas empresas foi um gesto ousado que simbolizava a firmeza de Cuba em afirmar sua soberania, mas ao mesmo tempo, intensificou o embate com os EUA.

⁷³ GIORDANI, Curtis Mario. *História do século XX*. Aparecida: Ideia das Letras, 2012, p. 389.

⁷⁴ ARRUDA, José Jobson; PILETTI, Nelson. *Toda a História*. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2005, p. 548.

⁷⁵ *Ib.* p. 403.

Com todos esses acontecimentos e ainda nesse embate, ocorreu também à estatização em massa das companhias cubanas, inclusive os bancos do país estavam inclusos. Essa decisão de estatização reflete a determinação do governo cubano em consolidar o controle econômico e resistir à influência externa. Os EUA continuaram seu ataque e acabou com toda quota de açúcar que Cuba ainda tinha. Percebendo o que estava acontecendo agiu de forma rápida e o resultado dessa reação foi à compra de 700 mil toneladas que foi imediatamente realizada pela União Soviética. Esta rápida resposta da União Soviética demonstra a profundidade do alinhamento entre Cuba e a URSS durante este período crítico. Para dar mais impacto a esse processo, Eisenhower no dia 19 de outubro de 1960 embargou de forma unilateral as exportações para Cuba. Este embargo unilateral é um claro exemplo da escalada das tensões entre os EUA e Cuba. Sendo assim, em janeiro de 1961 as relações diplomáticas entre os países ficaram ainda mais estremecidas e os EUA tem seu rompimento efetivo com Cuba. Este rompimento marca um ponto de não retorno nas relações Cuba-EUA, solidificando o antagonismo entre os dois países. Para os norte-americanos era perceptível a aliança cada vez mais sólida entre o governo comunista de Fidel com a União das Repúblicas Sociais Soviéticas e por isso não caberia nenhuma forma de negociação. Uma vez rompidas em janeiro de 1961 as relações diplomáticas com Cuba, em abril, a Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA) preparou uma invasão de Cuba a partir da Flórida, a operação chamada de *Baia dos Porcos*, com a participação de cubanos exilados, treinados pelos norte-americanos. A operação foi um fiasco e acabou aproximando ainda mais os cubanos dos soviéticos. A decisão de organizar a Baía dos Porcos reflete o desespero dos EUA em reverter a situação em Cuba, mas subestimou a resistência cubana. Essa aproximação provocou uma das maiores crises da Guerra Fria: a crise dos mísseis em fins de 1962, quando aviões norte-americanos detectaram que a União Soviética se preparava para instalar mísseis nucleares em Cuba, a menos de 200 quilômetros de Miami. O presidente norte-americano John Kennedy exigiu a imediata retirada dos mísseis, ameaçando com um ataque nuclear. A crise dos mísseis destaca o perigo extremo que a rivalidade EUA-URSS impôs ao mundo durante a Guerra Fria. Os russos recuaram imediatamente.

A revolução cubana não se daria de uma forma passiva, desse modo causaria inúmeros problemas, dificuldades e necessidades. A natureza ativa e conflituosa da revolução teve repercussões significativas em toda a América Latina. Os reflexos de toda essa nova forma de funcionamento tocariam diretamente na população em geral em toda América Latina. Como já era previsto diante dos acontecimentos anteriores, instaurou-se o pânico entre os dirigentes

das regiões, pois ficou evidente a possibilidade de mudanças sem necessariamente precisar de um aval dos EUA. Este temor entre os líderes latino-americanos ilustra o impacto da Revolução Cubana na percepção política da região. Ao final dos anos 60 e começando os 70, inúmeros governos como a Bolívia, Peru, Argentina, Chile e Uruguai contestaram a hegemonia norte-americana na região. Esta contestação indica um crescente desejo de autonomia e auto-determinação na América Latina. Diante de toda essa experiência e por meio de uma nova forma de governar - um movimento que pode ser visto como um reflexo das mudanças sociais e políticas globais da época - chegou-se à conclusão de que a Revolução Cubana teria causado muitas reflexões nos políticos, a fim de adotar na América Latina uma maneira diferente de governar, onde a base seria a troca do uso da força pela diplomacia. O Presidente Kennedy considerando todas as circunstâncias sugeriu para as autoridades, várias reformas para estruturação, instauração e consolidação da democracia em seu continente. Para esse plano de ação deu o nome de Aliança para o Progresso.

Esta estratégia, embora bem-intencionada, desencadeou uma série de consequências geopolíticas. Os norte-americanos na medida em que difundia seu modelo democrático também viviam o conflito, pois precisavam manter sua estabilidade política e defender suas preferências na região. Uma frente aos governos se manifestou contra as contenções estadunidenses na América Latina e deram apoio aos inúmeros golpes militares, inclusive no Brasil em 1964. Essa dualidade revela a complexidade das relações internacionais na época da Guerra Fria. Diante das constantes ameaças de expandir os castristas em todo continente, os grupos se mostravam com prevenções bastante consistentes. Os norte-americanos aumentaram consideravelmente a assistência militar aos países na administração Kennedy.

A exclusão de Cuba da OEA em 1962 simbolizou uma nova fase nas relações hemisféricas, onde a tolerância à diversidade política foi severamente limitada. Em 1962, Cuba deixou de ser membro da OEA (Organização dos Estados Americanos), que foi criado em 1948 situada em Washington nos EUA. Esta ação refletiu não apenas as tensões da época, mas também os desafios enfrentados pelas organizações internacionais em equilibrar interesses divergentes. Dentre seus objetivos consta a cooperação dos membros, promoção e consolidação da democracia representativa, assim também como o aperfeiçoamento dos países membros, promover a justiça e a paz e garantir a soberania de acordo com a descrição na Carta oficial da OEA que esta pautada nos pilares de sustentação a segurança, a democracia, aos Direitos Humanos e ao desenvolvimento⁷⁶. A vitória da revolução cubana

⁷⁶ NEVES. *História Geral*. Op. Cit. p.483.

(1959), a da revolução argelina (1962), o processo de independências nacionais na África negra e no mundo árabe e muçulmano, a luta revolucionária no Vietnã, retomada a partir do começo dos anos 60, entre muitos outros acontecimentos, confirmaram novo alento aos movimentos nacional-estatistas latino-americanos. O enfrentamento entre Cuba e os poderosos dos EUA empolgaram as correntes nacionalistas, que se reconheciam como parte da “*nuestra América*”, um sonho de José Martí⁷⁷, que muito se assemelhava, nas condições da América Latina, ao espírito afro-asiático formulado em Bandung. Assim, numa perspectiva mais ampla, histórica, a revolução cubana pode ser classificada como um elo a mais da longa luta dos movimentos nacional-estatistas latino-americanos pela conquista de margens de autonomia. Neste mesmo cenário, o caráter socialista do regime político e social cubano deveria ser entendido muito mais como uma imposição da pressão e do cerco dos EUA e da necessária aliança de defesa com a URSS, do que como uma evolução consciente e estruturada da própria revolução.

A dinâmica da Guerra Fria, que permeou as relações internacionais deste período, é ilustrada vividamente através da intervenção dos EUA na Guatemala. A primeira intervenção direta dos EUA no continente latino-americano foi na Guatemala. De 1960 a 1996, a Guatemala estava em guerra consigo mesma. Rebeldes de esquerda enfrentaram uma ditadura militar apoiada pelos EUA em um conflito que deixou 200 mil mortos. Este conflito ressalta a complexidade das políticas de intervenção externa, onde interesses geopolíticos frequentemente sobrepõem-se aos princípios de autodeterminação nacional. Essa situação começou em 1954, quando a CIA ajudou a derrubar um governo de esquerda democraticamente eleito liderado por Jacobo Arbenz. Graças a suas políticas de reforma

⁷⁷ José Martí nasceu em Havana, Cuba, no dia 28 de janeiro de 1853. Filho de espanhóis estudou numa escola municipal de Havana. Atraído pelos ideais de independência de muitos cubanos iniciou suas atividades revolucionárias escrevendo textos separatistas. Com a prisão de seu mestre e poeta Rafael Maria de Mendive intensificou suas atividades contra a dominação espanhola. Em 1869 escreveu o texto “El Diablo Cojuelo” e o primeiro número da revista “La Pátria Libre”, onde escreveu o poema chamado “Abdala”. Com 17 anos, foi condenado à prisão por ter escrito uma carta a um colega de classe na qual o chamava de traidor por haver se unido ao grupo de voluntários que serviam aos interesses da Espanha. Em 1871 escreveu “El Presidio Político em Cuba”. Após a prisão, foi deportado para a Espanha. Dedicou-se aos estudos, formou-se em Direito, Filosofia e Letras na Universidade de Zaragoza. Após seu retorno a Cuba, temendo as forças de segurança espanhola instaladas no País, se viu obrigado a viajar por outros países. Nos Estados Unidos recebeu o apoio dos exilados cubanos e das comunidades de Tampa e de Nova York. Em 1892 fundou o Partido Revolucionário Cubano cujo objetivo principal era conquistar a independência de Cuba. Buscou apoio em Porto Rico, Costa Rica e na República Dominicana. Nesse país assinou o “Manifesto de Montecristi”, no qual expressava a necessidade da Independência cubana. formou uma pequena tropa militar e partiu do Haiti, desembarcando em Playitas de Cajobabo. O conflito teve seu início em 24 de fevereiro de 1895, com o Grito do Oriente, um levante em 35 aldeias do lado oriental de Cuba. No dia 19 de maio de 1895, José Martí foi surpreendido por tropas espanholas nas proximidades do vilarejo de Dos Rios, sendo atingido, veio a falecer. Seu corpo mutilado pelos soldados foi exibido à população. Era o início da terceira e última guerra pela independência cubana. (Disponível em: https://www.pensador.com/autor/jose_marti/biografia/. Acesso em: 15 mar. 2022, 16h22).

agrária destinadas a beneficiar os agricultores deslocados em detrimento de interesses privados, como a United Fruit Company, sediada nos EUA, Arbenz atraiu a atenção da CIA e foi derrubada em um golpe militar "anticomunista". A intervenção dos EUA na Guatemala, mediante ação encoberta da CIA que acabou na deposição do presidente Jacobo Arbenz em junho de 1954, foi um episódio crucial da guerra fria, cujas projeções ultrapassam sua conjuntura histórica específica. Em 1960, jovens militares contrários às ações do governo guatemalteco organizaram um levante, porém não obtiveram resultados de sucesso. Logo após o fracasso, estes soldados desertaram do exército da Guatemala e estabeleceram contato com as forças armadas do governo de Cuba, que recentemente havia consolidado um regime socialista neste país. Ainda naquela época, os confrontos entre o exército da Guatemala e as forças rebeldes acabou com cerca de 140.000 mortos. Além disso, o governo obrigou 50.000 cidadãos que moravam no campo a abandonarem suas terras e 44.000 pessoas desapareceram.

A história política da Argentina, marcada por golpes e instabilidade, reflete a difícil transição para regimes democráticos estáveis na América Latina. O século XX foi de crise crônica para a Argentina e marcado por diferentes golpes de Estado. No ano de 1966, a Argentina tinha passado por um golpe que implantou uma ditadura militar que se prolongou até 1973, quando se encerrou com a ascensão de Perón ao poder. A trajetória política de Perón exemplifica as tensões entre reformas sociais e conservadorismo, que moldaram grande parte da história política latino-americana no século XX. Um golpe militar em 1943 derrubou o governo da Argentina de orientação conservadora. Do Exército, Juan Domingo Perón foi nomeado secretário do Trabalho, posto no qual promoveu melhorias salariais e uma reforma trabalhista que conquistou o apoio do proletariado. Em 1946, Perón elegeu-se presidente da República. Conseguiu então costurar uma aliança entre militares, empresários e trabalhadores, utilizando o rádio como meio de comunicação. Isso lhe permitiu nacionalizar as ferrovias, os serviços telefônicos e a exploração de petróleo. Em 1948, fundou o Partido Justicialista, que se tornaria a principal força política na Argentina. Em 1955, Perón foi deposto por um golpe militar e partiu para o exílio na Espanha. Nos vinte anos seguintes, a Argentina andou à deriva, ora com governos democráticos, ora sob ditaduras militares.

No Paraguai o mês de agosto de 1954 assinalou o início de um período de três décadas e meia que foi marcado por fraudes eleitorais, por forte repressão a opositores e crimes contra a humanidade – assassinatos, prisões ilegais, torturas, deportações e desaparecimentos estavam entre os principais delitos. Este período reflete uma era de turbulência política na

América Latina, marcada por regimes autoritários. Pressupõe-se que, durante a ditadura Alfredo Stroessner, que chegou ao poder neste dia, teriam morrido entre três a quatro mil dissidentes. Mesmo antes de se envolver na política, Stroessner tinha uma bem-sucedida carreira militar. Se filiou ao governista Partido Colorado em 1951. Sua ascensão ao poder pode ser vista como um exemplo clássico da relação entre militares e política na região. No mês de maio de 1954, ele comandou a destituição do presidente Federico Cháves, do mesmo partido ao qual ele era filiado, o Colorado, assumindo o poder interinamente. Foi eleito, sem oposição, em 11 de julho do mesmo ano. Enquanto Hugo Cháves desenvolvia uma política nacionalista e contrária ao FMI (Fundo Monetário Internacional), Stroessner, por sua vez, realizava um governo nitidamente alinhado com os EUA. Por sua postura anticomunista durante a Guerra Fria, tinha apoio estratégico, militar e financeiro norte-americano, fato este que contribuiu para o aumento da dívida externa do país. Assim que assumiu o poder, Stroessner prometeu colocar fim a *50 anos de anarquia*. Para tanto, suprimiu os direitos constitucionais e manteve controle direto das Forças Armadas. Stroessner seria eleito outras sete vezes: 1958, 1963, 1968, 1973, 1983 e 1988.

Já na Bolívia os governos militares (1964-1982), de maneira diferente de outros exemplos na América Latina no mesmo período, apresentaram um perfil específico: não se constituíram em uma única ditadura militar, com um único programa, contínuo e coeso, tampouco um mesmo projeto político-econômico. Isso destaca a complexidade e a heterogeneidade do poder militar na América Latina. Esses governos militares com características e orientações políticas divergentes entre si, revelam a falta de coesão do poder militar na Bolívia e em toda América Latina. Esta falta de coesão pode ser interpretada como um reflexo das tensões internas e da diversidade de interesses presentes nas forças armadas da região. Nesses governos, o teor foi o da repressão e desarticulação das organizações de trabalhadores. Os sucessivos golpes militares na Bolívia demonstram a instabilidade política e a luta pelo controle do poder. Os sucessivos golpes militares que ocorreram na Bolívia podem ser apontados como violentos ataques a uma tradição de organização da classe operária e camponesa que já vinha crescendo desde antes da revolução nacionalista de 1952. Após um golpe realizado em 1964 pelo vice-presidente, o general Barrientos, o governo de Paz Estenssoro caiu. Este golpe tinha por objetivo atacar o movimento operário que se colocava na resistência aos rumos progressivamente pró-imperialistas do governo Estenssoro.

A execução de Che Guevara, um símbolo da resistência revolucionária latino-americana, teve um impacto profundo na política da região. Ao mesmo tempo, Ernesto Che

Guevara, líder revolucionário desembarcou com uma pequena força guerrilheira na selva boliviana no ano 1966, presença que foi notada só em abril de 1967. Barrientos, com o apoio da “Central Intelligence Agency” (CIA) e de conselheiros pagos pela Gulf Oil, conseguiu prendê-lo e executá-lo em 1967. A execução de Che Guevara bem como, os boatos de corrupção que envolviam empresas petrolíferas, além da atuação da CIA nos mais altos patamares do governo, provocaram um período de grande agitação política. Este evento destacou o envolvimento direto dos EUA nos assuntos internos da América Latina durante a Guerra Fria. Estudantes, (principalmente da Universidade de La Paz), ativistas, líderes sindicais e oficiais subalternos descontentes, fizeram com que os enfrentamentos chegassem até as ruas das principais cidades bolivianas. Mesmo diante dessas situações problemáticas, o general Barrientos parecia consolidar cada vez mais o seu poder. Após a morte de Barrientos em 1969, em um suspeito acidente de helicóptero, o regime militar seria marcado por algumas aberturas, de caráter populista, que se expressaram tanto no governo do general Ovando, como na fracassada tentativa de golpe do general Miranda em 10 de janeiro de 1971 e, mais explicitamente, no governo do general Torres.

O Peru, na segunda metade do século XX, foi o local de uma série de processos incomuns. Estes eventos sublinham a complexa interação entre forças militares e civis na política do Peru. A ditadura militar do general Manuel Apolinario Odría (1948-1956) acabou com a ambígua democracia do advogado José Bustamante Rivero, que concentrou o poder em um reduzido círculo de poderosos, começando assim um regime oligárquico. Depois, entre 1968 e 1975, um grupo de oficiais liderados por outro general, Juan Velasco Alvarado, introduziu reformas econômicas e sociais com características não militares. Este período no Peru foi marcado por uma tentativa de transformação social e política, um contraste com os regimes militares mais tradicionais da época. Com o triunfo da Revolução Cubana (1959), as organizações de trabalhadores e camponeses se radicalizaram na tentativa de reproduzir o exemplo cubano. Este fenômeno reflete a influência da Revolução Cubana como um catalisador para movimentos sociais e políticos em toda a América Latina. Sendo que, nesta época, surgiram, ainda no início da década de 60, movimentos armados como o próprio Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) e o “Ejército de Liberación Nacional” (ELN), composto por uma dissidência do Partido Comunista Peruano (PCP). Durante o primeiro mandato do então presidente Belaúnde Terry, as Forças Armadas peruanas receberam aval amplo e irrestrito, além de auxílio financeiro, do poder executivo, das

oligarquias e burguesias internas e do governo dos EUA, para reprimir e dismantelar os focos de guerrilha nas selvas.

No entanto, no ano de 1965 todos os movimentos de guerrilhas foram dizimados, indicando um ponto de virada na política de segurança nacional. Porém ao combaterem esses grupos radicalizados, os militares se depararam com a necessidade de realizar reformas estruturais, como parte de uma nova tendência da Doutrina de Segurança Nacional das Forças Armadas refletindo a compreensão de que a estabilidade política requer mais do que apenas medidas repressivas. Em decorrência da extrema pobreza da maioria da população, essas reformas eram vistas como essenciais para atacar as raízes do descontentamento social. Neste cenário a Igreja Católica também teve um importante papel na redução dos conflitos sociais, atuando como um mediador entre o Estado e a sociedade. Foi a chamada *Revolução de Cima*, como foi denominada, encabeçada pelo general Juan Velasco Alvarado, que iniciou as reformas estruturais na sociedade peruana. Esta abordagem de reformas promovidas pelo Estado demonstra um aspecto único da política latino-americana da época. Assim a ditadura Peruana foi empreendida por uma junta militar coordenada pelo general Juan Velasco Alvarado. Ela instala-se no poder ao depor o líder Belaunde Terry. A nacionalização da International Petroleum Company por Alvarado foi um ato que refletiu o nacionalismo econômico e a busca por autonomia em relação a interesses estrangeiros. O primeiro ato de Alvarado foi polêmico e surpreendente: ele nacionalizou a empresa International Petroleum Company, que detinha a principal concessão de exploração de óleo e que estava com impostos atrasados. O governo Velasco foi a primeira ditadura do continente a promover uma reforma agrária.

Dessa forma, os governos militares latino-americanos mantinham entre si uma poderosa rede de comunicação, revelando um aspecto colaborativo inédito em tais regimes, onde os contatos eram tecidos com o propósito de expurgar todo tipo de oposição. A criação da Operação Condor foi um testemunho da extensão e da gravidade dessa repressão transnacional. É precisamente nesses termos que podemos situar a criação da *Operação Condor*, ou seja, uma aliança instaurada por tais regimes com a intenção de perseguir esquerdistas, antipatriotas e subversivos nos países do Cone Sul, independente da nacionalidade do criminoso. Essa colaboração entre ditaduras foi um desenvolvimento alarmante, ampliando o alcance da repressão além das fronteiras nacionais. Contra esses *inimigos da ordem*, as ditaduras se utilizavam de tantos outros expedientes. A repressão fora estabelecida nas suas mais diversas facetas, sendo a censura aos meios de imprensa

oficializada e a tortura legitimada juridicamente. Estas medidas refletem um esforço sistemático para controlar a narrativa e suprimir a dissidência. Exílios, prisões e desaparecimentos de perseguidos políticos também se fizeram cotidianos em países como Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai e Brasil.

2.1. O cenário religioso da América Latina

No cenário eclesial, o período que antecedeu o Concílio Vaticano II, a Igreja latino-americana estava realmente envolvida com o tema das questões sociais e, assim, já contribuía muito com o ensino ou doutrina social da Igreja. Essa implicação precoce com questões sociais reflete uma consciência crescente dentro da Igreja da necessidade de responder aos desafios enfrentados pelos mais pobres. Isso levou alguns leigos cristãos a pensar na participação política ativa e na criação de partidos políticos de inspiração social-cristã. Este engajamento mostra um exemplo notável de como a fé pode influenciar a ação social e política. Mas a reflexão do tema sobre as questões sociais já vinha sendo trabalhada desde os anos 40 na América Latina, evidenciando um diálogo contínuo entre a Igreja e as realidades socioeconômicas do continente.⁷⁸

Para a vida cristã da América Latina na década de 1950 há dois eventos decisivos, um no campo eclesial, a criação do CELAM (1955), e outro no político-social, a revolução cubana (1959) que no campo da Igreja influenciou para que a mesma renovasse o seu empenho no social e reforçasse seu papel como um agente de mudança social⁷⁹. A criação do CELAM simboliza um passo importante na autonomia e na união dos esforços eclesiásticos na região. Com a realização do XXVI Congresso Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro em julho de 1955, foi também realizada a I Assembleia Geral do Episcopado Latino-americano entre os dias 26 de julho e 04 de agosto. Este evento foi um claro indicativo do despertar da consciência regional na Igreja da América Latina. Naquele momento, a América Latina e o Caribe abrigavam cerca de 350 circunscrições eclesiásticas e 176 milhões de católicos, representando mais ou menos um terço dos católicos de todo o mundo. Esta significativa presença católica sublinha a influência potencial da Igreja na região. Tomaram parte da reunião 94 de 23 países. A diversidade de participantes nesta Assembleia refletiu a riqueza e a complexidade da Igreja na América Latina. Nesta Assembleia, decidiu-se a criação

⁷⁸ BEOZZO, José Oscar (org). *A Igreja Latino-Americana às vésperas do Concílio*. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 41.

⁷⁹ *Ib.* p. 49-50.

de Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), cuja inspiração e posterior concretização muito deveram a dois bispos: Dom Hélder Câmara (então bispo auxiliar do Rio de Janeiro) e Dom Manuel Larrain (Bispo de Talca do Chile)⁸⁰. Essa Primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, aconteceu em um período anterior à Segunda Guerra Mundial, portanto um período muito conturbado e que marcou de maneira profunda o mundo e a Igreja. Para enfrentar tais transformações, sobretudo em ambiente latino-americano, a ideia de realizar essa assembleia dos bispos foi aprovada e incentivada pelo Papa Pio XII, quer assim se expressa na sua Carta Apostólica *Ad Ecclesiam Christi*, sobre as necessidades da América Latina:

Por isso nos pareceu oportuno, atendendo também ao desejo expresso pelo Episcopado da América Latina, que a Hierarquia latino-americana se reúna para prosseguir, juntos, no aprofundamento dos problemas e na determinação de os meios mais adequados para resolvê-los com a presteza e perfeição que as necessidades atuais exigem⁸¹.

O contexto mundial da década de 50, fortemente influenciado pela Guerra Fria, teve um impacto direto nos movimentos sociais e políticos da América Latina. Como consequência deste contexto mundial começou a crescer na América Latina, os movimentos sociais de esquerda, e com isso muitos cristãos começaram a aderir a eles. Este fenômeno reflete a intersecção entre fé e política em um momento de grande tensão ideológica. Já na década de 50, mesmo dentro da Igreja se cogitava pensamentos de mudança. A Igreja, neste período, enfrentava o desafio de se adaptar a um mundo em rápida transformação. No campo religioso latino-americano se constatava a penetração e expansão protestante e o ressurgimento da maçonaria e do espiritismo⁸² e também o crescimento da modernidade secularizada, o que colocava novos desafios para a Igreja em termos de identidade e missão. Portanto, consciente dessas transformações no mundo e que afetava diretamente a América Latina e o seu imenso potencial de crescimento, o Papa Pio XII, envia a sua Carta Apostólica *Ad Ecclesiam Christi*, em que elenca vários pontos, os quais precisavam ser considerados na Conferência dos bispos latino-americanos que seria realizada no Rio de Janeiro. Os problemas principais que foram considerados pelo Papa foram: a) A falta de clero e sua distribuição irregular; b) A consequente perda de valores religiosos, c) Da influência da Igreja e d) O

⁸⁰ Ib. p. 48.

⁸¹ “Opportunum igitur Nobis visum est, cum velimus etiam sacrorum Antistitum Americae Latinae supplicia admittere vota, id decernere, ut qui in eadem America Latina hierarchica pollent potestate una simul coalescant, ut quod in proposita quaestione versatur, coniunctis consiliis, severa indagatione perpendatur atque certa ineatur ratio et via ad ea cito perfecteque aggredienda, quae temporis huius necessitates deposcunt”. (PIO XII. *Ad Ecclesiam Christi* – Carta Apostólica, 1955. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/es/apost_letters/documents/hf_p-xii_apl_19550629_ad-ecclesiam-christi.html Acesso em : 18 mar. 2022).

⁸² Revista Eclesiástica Brasileira. *Crônica Eclesiástica*. v. XV, fasc. 3, set de 1955, p. 772.

avanço das religiões não católicas. E para solucionar estes problemas, dos quais o Papa chama de *graves problemas religiosos*, ele acaba por propor um trabalho em que se incentive as vocações, demonstrando a importância de uma liderança religiosa forte e bem preparada para guiar a Igreja através desses tempos turbulentos. Diz ele na Carta Apostólica:

Estamos certos de que, penetrando no programa proposto à Conferência, os zelosos e dignos Prelados chegarão a tomar as melhores decisões para que, entre os filhos de seus países, venham a criar, promover e proteger-se da forma mais conveniente e efetiva assinação vocações, cada vez mais numerosas, tanto para o sacerdócio como para o estado religioso; para que também os ministros de Deus e da Igreja sejam formados com a devida preparação, para serem santos e dispostos a todo o bem; para que o espírito eclesástico dos que a ele são chamados se conserve ileso, como o seu sagrado ministério, no meio de tantos perigos e tentações; e, mais ainda, para que a sua consagração à piedade e o cumprimento dos seus deveres quotidianos cresçam e se intensifiquem⁸³.

Não houve por parte do Papa Pio XII nenhuma menção expressa ao grande problema social ocasionado pela dependência latino-americana dos EUA. Essa omissão pode ser vista como uma indicação da complexa interação entre a Igreja e as realidades políticas da época. Havia começado a estabelecer-se, na região, a consolidação de governos nacionalistas e reformistas que procuravam distanciar-se da excessiva influência dos EUA na condução de suas políticas internas; frente a tais governos, os norte-americanos promoviam ações de desestabilização política e econômica. Isso destaca a delicada posição da Igreja em meio a conflitos geopolíticos. Tudo isso foi deliberadamente omitido⁸⁴. Dessa forma a 1ª Conferência dos Bispos Latino-americanos Conferência buscou seguir as orientações apresentadas pelo papa Pio XII, evidenciando a priorização da formação eclesástica em detrimento de questões políticas externas. A conferência terminou sugerindo uma ampla e ativa campanha que pudesse favorecer as vocações sacerdotais, tanto incentivando o seu aumento, como revisando o conteúdo oferecido na formação nos seminários. Isso reflete um foco significativo no fortalecimento interno da Igreja. No tocante a orientação para a formação, o aspecto espiritual foi a que ocupou um maior espaço, demonstrando a ênfase tradicional da Igreja na formação

⁸³ “Pro certo habemus sollertes et dignos laude sacrorum Antistites, ob oculos habentes ea quae illorum coetui examinanda praestituta sunt, conversuros esse consilia, ut suis in regionibus, quam maxime idonea et efficienti ratione, excitentur voluntates ad sacerdotium et ad religiosum statum capessendum inclinatae, quae et numero crescant et diligenter excolantur et adsiduo protegantur praesidio; ut, qua addecet disciplina, sancti et ad omne bonum opus parati Dei et Ecclesiae ministri formentur; et ecclesiastici, quibus ii affici debent, spiritus, prout sacri muneris partes postulant, tot inter pericula et insidias indemnes servantur; quin etiam magis magisque fervercant et perpetuo alacri permanente studio in alenda erga Deum pietate et in cotidianis perfungendis officiis, tota sacerdotalis vita sit vacua vacuis et plena plenis” (PIO XII. *Ad Ecclesiam Christi*. Op. cit.).

⁸⁴ ARENAS, Sandra. Conferências do Conselho Episcopal latino-americano (CELAM). *Teológica latinoamericana*, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <http://teologicalatinoamericana.com/?p=1475>. Acesso em: 18 mar. 2022, p. 02.

espiritual e moral de seus líderes, e foi apresentado sob dois aspectos: o que cabe aos reitores e diretores espirituais, tanto em relação à escolha dos mesmos, como de suas responsabilidades pessoais; e a parte que cabe diretamente aos seminaristas. A conferência apontou também ser importante no processo formativo as exigências da formação cultural e humana. Assim, a Conferência do Rio de Janeiro procurou dar resposta para os problemas que foram apresentados por Pio XII. Embora a preocupação com a formação do clero tenha parecido ser o único tema efetivamente discutido e avaliado, na Conferência dos bispos latino-americanos, no Rio de Janeiro, é importante levar em consideração de que se trata essencialmente de uma preocupação pastoral, ainda que esteja essa preocupação sob influência, diríamos, pós-tridentina e de um espírito apologético antiprotestante e anti-moderno da própria época. A preocupação com a defesa da fé católica em um momento de grandes mudanças externas foi uma característica marcante dessa primeira conferência. Diante das mudanças externas que estavam acontecendo na América Latina, a Primeira Conferência buscou potencializar a sua capacidade de defender a fé católica, com os meios e a metodologia própria de sua época. Essa abordagem reflete um esforço de adaptação da Igreja a um contexto social e político em evolução.

Mas o trabalho que acabou tendo grande relevância nesta primeira Conferência foi a formalização de um pedido que os bispos fizeram para que fosse criado um CELAM. A criação do CELAM representou um passo significativo no fortalecimento da voz da Igreja na América Latina. Após ser esse pedido enviado ao Papa Pio XII, no dia 02 de novembro de 1955 é criado o CELAM que, sem dúvida, veio a dinamizar profundamente o trabalho e as atividades da Igreja na América Latina. A criação do CELAM precede à existência da maioria das Conferências Episcopais das Igrejas locais. Hesitou-se quanto à localização da sede do CELAM. Estava entre o Rio de Janeiro e Bogotá, uma vez que ambas as Arquidioceses tinham condições para acolher o novo organismo. A escolha recaiu sobre Bogotá, onde se realizou a primeira reunião de 05 a 14 de novembro de 1955. Assim a América Latina era o único Continente que, ao chegar ao Concílio Vaticano II, já contava com uma estrutura episcopal de caráter colegial, através do CELAM, que fora fundado na I Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho (Rio de Janeiro, em 1955).

Outro setor muito importante e que merece ser destacado é o setor dos leigos comprometidos com a chamada “Ação Católica”. Este setor demonstra a influência crescente dos leigos na Igreja, um movimento que ganharia ainda mais força após o Vaticano II. A expressão vem da Itália, mas trata-se sobretudo do setor chamado de “Ação Católica

Especializada”, onde a influência francesa é muito grande. Os sacerdotes e os leigos, que na América Latina trabalhavam com a Ação Católica Especializada, moviam-se teologicamente em torno de alguns teólogos europeus. Esses teólogos representaram uma ponte entre o pensamento europeu e os desafios específicos da América Latina. Destes, são lidos pelos latino-americanos: Congar, que trabalha especificamente o problema do laicato como forma de entrar na vertente da eclesiologia; Pe. De Lubac; entre os alemães, Karl Adam, Romano Guardini e outros⁸⁵. Estes teólogos trabalhavam, nos anos 40 e 50, muitos pontos que seriam mais tarde debatidos no Vaticano II. É por isso que este setor da Igreja latino-americana, onde trabalhavam leigos e sacerdotes, iria adquirir certa sensibilidade perante os temas que, mais tarde, seriam as grandes matérias do Concílio. A partir do Concílio Vaticano II, encerrado no ano de 1965, a Igreja começou a adotar uma eclesiologia mais inclusiva e comunitária, refletindo uma mudança significativa em sua abordagem ao mundo. Dessa forma é superada uma concepção de Igreja como *sociedade perfeita* e é substituída por uma visão mais circular, concêntrica e descentralizada. A Igreja começa a ser apresentada como comunhão de irmãos, povo de Deus, mistério de unidade e de serviço ao mundo. No centro do mundo está a *evangelização*, como disse o Papa Paulo VI: “... a tarefa de evangelizar todos os homens constitui a missão essencial da Igreja (...). Evangelizar é, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar...”⁸⁶. Traduzir as grandes inspirações do Vaticano II para a realidade concreta da América Latina foi a tarefa desafiadora, mas crucial para a relevância contínua da Igreja na região, assumida pelas sucessivas Assembleias Gerais do Episcopado Latino-americano.

O Concílio Vaticano II teve um valor positivo e decisivo para a vida da Igreja na América Latina. Na verdade ele se tornou um símbolo de renovação para a Igreja e para os cristãos latino-americanos, pois muitas das expressões muito típicas do catolicismo da América Latina como por exemplo: a leitura popular da Bíblia, as comunidades eclesiais de Base, a valorização da religiosidade popular, a inserção da Igreja em ambientes pobres e na vida dos pobres, inclusive a Teologia da Libertação, como realidades teológico-pastorais são devedoras e agradecidas pelo grande acontecimento que foi o Concílio Vaticano II. Aqui, é crucial reconhecer como o Concílio, em sua essência, redefiniu a relação da Igreja com os mais vulneráveis, reforçando a ideia de uma Igreja mais inclusiva e engajada nas questões sociais. Embora o Concílio Vaticano II tenha sido mais sensível aos temas referentes ao

⁸⁵ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja Latino-Americana às vésperas do Concílio*. Op. Cit. p. 42.

⁸⁶ PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*. Carta Apostólica, 1975. In. Documentos de Paulo VI. São Paulo: Paulus, 1997, p. 388.

diálogo e abertura ao mundo moderno e da unidade dos cristãos, porém, a questão dos pobres se faz sentir no contexto do Concílio, a partir do próprio ensinamento do Papa João XXIII, que às vésperas do Concílio onde lhe apresenta a identidade da Igreja diante dos países subdesenvolvidos como particularmente a Igreja dos pobres: “Frente aos países subdesenvolvidos, a Igreja apresenta-se tal como é e quer ser, como a Igreja de todos, mas, particularmente, a Igreja dos pobres”⁸⁷. Já quando lançara as encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), o Papa João XXIII já dava lugar a uma renovação nos compromissos políticos na América Latina. Em 1967, o Papa Paulo VI lança a Encíclica *Populorum Progressio*, onde fala do imperialismo internacional do dinheiro. Este movimento indica um amadurecimento notável da Igreja na compreensão e resposta às complexidades políticas e sociais do mundo moderno. Um ano antes, em 31 de julho de 1966, dezessete bispos dos países pobres tornaram publica a *Declaração dos bispos do Terceiro Mundo*. É nessa época que a *teoria da dependência* começa a colocar em questão teoricamente o *desenvolvimentismo* mostrando a necessidade não de reformas, mas sim de libertação estrutural continental. Dessa forma a América Latina, sob as inspirações do Concílio Vaticano II, buscou entender e atualizar a missão da Igreja num Continente que já estava dando sinais de transformações sociais e políticas. Aqui, percebe-se um esforço genuíno da Igreja em se alinhar não apenas com os ensinamentos do Concílio, mas também com as realidades emergentes e muitas vezes dolorosas do continente latino-americano. Buscou então assumir o desejado *aggiornamento* proposto por João XXIII, bem como de sua evangélica profecia em favor de uma Igreja dos pobres, diante de realidade de trágica condição de pobreza e exclusão, que afetava a imensa maioria do povo latino-americano. A resposta da Igreja a esses desafios pode ser vista como um testemunho de sua fidelidade aos princípios do Evangelho, que enfatiza o cuidado e a preocupação com os marginalizados. A Igreja dos pobres correspondia plenamente aos desafios que vivia a Igreja da América Latina. Esta adaptação não foi apenas uma questão de necessidade, mas também uma escolha consciente de solidariedade e empatia com os menos favorecidos. Assim, Concílio Vaticano II significou para a Igreja da América Latina um chamado para que assumisse sua realidade e para que nela e a partir dela desse testemunho do Evangelho. Essa mudança de perspectiva é um marco na história da Igreja, demonstrando uma maior abertura e compreensão das realidades sociais. Diante disso, o período do Concílio Vaticano II e os anos posteriores se tornaram um momento fértil para experiências e reflexões dos cristãos latino-americanos.

⁸⁷ VATICANO II. *Mensagens, Discursos, Documentos*. Op. Cit. p. 23.

Desde a segunda metade do século XX aconteceu uma verdadeira explosão dos pobres na história, sejam eles como novos sujeitos capazes de organizar e lutar no campo social e político, ou como massas cuja miséria era considerada uma injustiça da própria estrutura e não uma simples fatalidade. A pobreza de que alude a Igreja da América Latina nos anos 60 era principalmente aos dos camponeses rurais, dos imigrantes camponeses nas grandes cidades e dos trabalhadores industriais. Portanto seriam as pessoas economicamente pobres, isto é, carentes de alimentos, habitação, saúde, educação, bem como pessoas exploradas. Na medida em que muitos países latino-americanos vão perdendo suas democracias e passam a ter que suportar ditaduras militares, a Igreja latino-americana começa a enxergar os novos tipos de pobres nas vítimas de violações dos direitos humanos, que são perseguidos, torturados e desaparecidos e também em seus parentes que clamam por justiça. Este reconhecimento da Igreja não apenas como uma entidade espiritual, mas também como uma voz ativa na luta contra a injustiça e a opressão, reforça a ideia de uma instituição que se adapta e responde aos desafios contemporâneos. A grande novidade assumida pela Igreja latino-americana está no fato de que a Igreja não se limitou em apenas aplicar os textos do Concílio Vaticano II às Igrejas particulares, mas sim em reler ou reinterpretar o Concílio a partir da realidade da América Latina. Essa abordagem reflete uma maturidade notável no pensamento teológico, permitindo à Igreja permanecer relevante e sensível às nuances de seu contexto. Dessa forma, a preocupação teológica-ecclesial latino-americana não é apenas sobre o “sentido” que tem a Igreja para o ser humano hoje, mas busca também libertá-lo da miséria e das situações de injustiças, através da realidade objetiva. Esta missão de libertação não é apenas teológica, mas profundamente enraizada na experiência vivida dos povos da América Latina. Não era possível acolher o Concílio Vaticano II sem levar em consideração a situação em que vivia a maioria do povo no continente latino-americano. À luz do Vaticano II foi capaz de repensar o que acontecia e se agravava na América Latina. Este processo de reflexão não foi apenas uma adaptação, mas uma transformação profunda, que redefiniu a presença e o papel da Igreja no continente. Dessa forma reflexão teológica na América Latina, procurou nos pobres o ponto central para compreender a mensagem cristã. Esta centralidade dos pobres na teologia latino-americana não só reflete uma escolha teológica, mas também uma decisão pastoral e social claramente definida. Assim, quando aconteceu, em 1968, a Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, ela passará a ter um significado muito importante na vida da Igreja na América-Latina, por que, mais do que aplicar aquilo que fora pregado a Igreja latino-americana fez uma nova interpretação do Concílio, a partir de sua realidade específica caracterizada pela pobreza, pela miséria e por injustiças. A conferência de

Medellín, portanto, não foi apenas um evento eclesial, mas um marco na compreensão e na ação da Igreja em um contexto de profundas disparidades sociais.

O presidente do Conselho Episcopado Latino-Americano (CELAM), Dom Manuel Larrain, convocou a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano com o intuito de implantar na Igreja latino-americana as ações determinadas pelo Concílio. Esse encontro foi realizado na cidade de Medellín, Colômbia, em 1968. Este evento, em seu cerne, vislumbrou uma nova visão para a Igreja na América Latina, engajada e responsiva às suas realidades sociais e políticas peculiares. Todo o continente denominado latino-americano estava sob o domínio de ditaduras e rebeliões. Os povos se debatiam em lutas, injustiça, pobreza e na dependência econômica, política e cultural dos países que eram mais desenvolvidos. É importante notar que o contexto de intensa turbulência social e política proporcionou um terreno fértil para a Igreja reavaliar sua missão e papel. Simultaneamente, ressoava de todos os lados o ardente desejo por mudança e transformação. Desta forma, diante de tal situação, a Conferência de Medellín insistiu na promoção e libertação do ser humano. A abordagem de Medellín, ao focar na libertação, demonstrou uma compreensão profunda das aspirações e sofrimentos dos povos latino-americanos. O objetivo principal da evangelização de Medellín foi a libertação integral do ser humano, cujo fruto é a conversão, a fim de que chegue a nós o Reino de Deus. Essa perspectiva integral reflete uma visão holística da evangelização, reconhecendo a dignidade e os direitos de todas as pessoas. Pode-se afirmar que a II Conferência do Episcopado Latino-Americano de Medellín constituiu um verdadeiro *divisor de águas* na história da Igreja da América Latina, de tal modo que é possível falar do *antes de Medellín* e do *depois do Medellín*. Este marco histórico ressalta a capacidade de adaptação e renovação da Igreja frente às necessidades emergentes. Os bispos que participaram de Medellín estavam conscientes da importância histórica daquele momento. Na "Introdução às Conclusões" proclamam explicitamente uma *nova época da história* e a definem precisamente em termos de *libertação*. Este momento foi uma clara afirmação de uma Igreja que busca não apenas pregar, mas também agir de acordo com os princípios do Evangelho. Graças a Conferência de Medellín, em muitas regiões da América Latina, a Igreja floresceu. Entre seus frutos destaca-se a Teologia da Libertação e a Igreja dos Pobres. O florescimento desses movimentos ilustra o dinamismo e a relevância da Igreja em contextos de mudança. A Conferência do Episcopado Latino-Americano de Medellín não só aplicou os princípios de renovação do Vaticano II, para a Igreja da América Latina, porém foi além. Essa atitude proativa da Conferência refletiu uma visão progressista e contextualizada da fé. Tornou-se um

exemplo para o mundo. Lançou os alicerces para organizar uma *Igreja comunidade*, avançar na pastoral, refletir sobre a fé e atuar na sociedade. Este movimento rumo a uma 'Igreja comunidade' significou uma evolução significativa na forma como a Igreja interage com seus fiéis e com a sociedade em geral. A conferência colocou as bases seguras para a teologia da Libertação e a “Igreja dos pobres”. Esta fundação segura foi um testemunho do compromisso da Igreja com a justiça social e a dignidade humana.

Uma novidade da Conferência de Medellín foi a leitura que fez dos Sinais dos Tempos, com o método Ver-Julgar-Agir. Este método revelou um compromisso com uma abordagem reflexiva e responsiva às realidades contemporâneas. Assim a Conferência Medellín compreendeu “os sinais dos tempos” e, por isso, colocou a situação dos pobres como centro da ação de evangelização e libertação, e para realizar o objetivo sugerido pelos bispos latino-americanos e caribenhos, inseriu na pastoral o uso do método “ver, julgar, agir”. A adoção desse método marcou uma mudança significativa na abordagem pastoral, priorizando a ação contextualizada e baseada na realidade vivida. A Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano tem um significado muito importante na vida da Igreja na América-Latina, por que mais do que aplicar aquilo que fora pregado, a Igreja latino-americana promoveu uma nova interpretação do Concílio, partindo de sua realidade específica caracterizada pela pobreza, pela miséria e por injustiças. Este aspecto da Conferência sublinha a capacidade da Igreja de interpretar e aplicar os ensinamentos do Concílio de uma maneira que ressoasse com as realidades locais. A realização e as conclusões da Conferência de Medellín foram um grande estímulo e auxiliaram e contribuíram para progresso da Teologia da Libertação na América Latina. Esse estímulo foi crucial para o desenvolvimento de uma teologia que se enraíza nas lutas e esperanças dos povos latino-americanos. Tanto é verdade que várias as obras sobre a Teologia da Libertação foram escritas entre 1968 a 1973 por teólogos como: Gustavo Gutiérrez (Peru), Leonardo Boff e Hugo Assman (Brasil) e que são consideradas obras clássicas sobre o tema. Essas obras clássicas refletem a rica tapeçaria de pensamento e ação social que a Teologia da Libertação trouxe para a Igreja. Ela nasce como resultado de um processo histórico, político, econômico e social que se sucederam particularmente na América Latina onde, alguns pensadores e religiosos tiveram a oportunidade de contribuir para que assim fosse elaborada uma nova teologia que tivesse uma maior conexão com a América Latina. A origem da Teologia da Libertação destaca a interconexão entre fé e as realidades vivenciadas, ressoando com os desafios e anseios da América Latina. A partir dessa realidade Catão vai afirmar que “a Teologia da Libertação é

uma resposta à problemática pastoral da Igreja, especialmente colocada no texto latino-americano, em que a luta pela libertação constitui uma exigência fundamental do Evangelho e uma antecipação do Reino de Deus⁸⁸”. Esta afirmação reforça o entendimento de que a Teologia da Libertação não é uma divergência, mas sim uma expressão fiel e contextualizada do Evangelho. Ao olhar para esta nova teologia, Leonardo Boff vai dizer “não se trata de outra fé, mas da fé dos apóstolos e da Igreja articulada com as angústias e as esperanças de libertação dos oprimidos⁸⁹”. Com esta declaração, Boff sublinha a continuidade da fé tradicional, enquanto simultaneamente engaja com questões sociais prementes. Assim, a partir da Conferência do Episcopado Latino-americano de Medellín a Teologia da Libertação desponta na Igreja Católica em resposta à contradição que existia na América Latina entre a pobreza extrema e à fé cristã da maior parte de seu povo. Este despontar representa uma resposta corajosa e necessária às tensões e contradições vividas na região. Segundo a Teologia da Libertação tal situação de pobreza fere o espírito do Evangelho, sendo uma ofensa ao próprio Deus. Essa perspectiva destaca um compromisso inabalável com a justiça e a dignidade humana, fundamentos centrais do Evangelho. Por isso que Boff vai dizer que, “a Teologia da Libertação encontrou seu nascedouro na fé confrontada com a injustiça feita aos pobres⁹⁰”. A emergência desta teologia a partir da injustiça destaca seu papel vital como voz profética na Igreja e na sociedade. A partir de então, começam a ganhar força as Comunidades Eclesiais de Base, que conseguiram assimilar uma postura como Igreja no contexto cultural latino-americano e dessa forma elas foram moldando um novo modelo de Igreja. Esta adaptação reflete uma perspectiva única na qual a Igreja não apenas responde, mas se integra ativamente na tapeçaria cultural da América Latina. Para Boff, o trabalho comunitário e a profunda comunhão, são aspectos fundamentais que estão ligadas as Comunidades Eclesiais de Base⁹¹. Essa ênfase no comunitário e na comunhão não é apenas estratégica, mas representa uma ressonância profunda com os valores intrínsecos da sociedade latino-americana. Dessa forma a Teologia da Libertação, graças ao impulso dado pela Conferência de Medellín, foi a primeira teologia moderna que passou a assumir o objetivo de pensar o destino da humanidade desde a sua condição de vítima. Isso marca uma mudança paradigmática, onde a teologia não é mais uma disciplina isolada, mas uma intercessora ativa

⁸⁸ CATÃO, Francisco. *O que é teologia da libertação*. São Paulo: Nova Cultural e Brasiliense, 1986, p. 63.

⁸⁹ BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 65.

⁹⁰ *Ib.* p. 14.

⁹¹ BOFF, Leonardo. *América Latina: da conquista à nova evangelização*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 19.

nas lutas humanas. Assim, assumindo esse objetivo, sua primeira opção foi de se comprometer com os pobres, com vida e com a liberdade para todos.

Diante do exposto acima, a resposta da Igreja latino-americana à crescente influência das ditaduras militares na segunda metade do século XX pode ser vista como um exemplo de contestação da autoridade. Hanna Arendt argumenta que a contestação da autoridade é uma característica fundamental da política e pode assumir formas pacíficas ou até mesmo violentas. No contexto das ditaduras militares, a Igreja latino-americana, influenciada pelo Concílio Vaticano II, contestou a autoridade dos regimes opressivos ao promover uma Teologia da Libertação e uma opção preferencial pelos pobres, buscando justiça social e igualdade⁹².

Esse período pós-concílio foi também marcado no continente latino-americano como o período em que os bispos se unem até constituírem verdadeiros movimentos. Este movimento coletivo dos bispos, em minha opinião, não é apenas uma resposta às necessidades do momento, mas um sinal de uma Igreja que se renova e se reconecta com seu povo. Um dos sinais dos novos tempos na América Latina foi a atitude tomada por eles diante da questão da terra e da reforma agrária, como por exemplo Mons. Leônidas Proaño, que em 1969 entrega três mil hectares da Estância Tepeyac; Mons. Parrilla Bonillaque em Porto Rico que presencia a queima de cadernos militares como protesto; o Mons. Geraldo Valença, em Buenaventura a favor da população negra; o Cardeal J. Landázuri que doa um milhão de pesos recebido do governo para reformar a Catedral, para consertar a prisão e um novo hospital. Estes exemplos não são apenas ações isoladas, mas representam uma tendência mais ampla de engajamento e advocacia social por parte da Igreja na América Latina. Ao mesmo tempo no pós-concílio há uma profunda renovação sacerdotal. Movimentos como o dos Sacerdotes para o Terceiro Mundo na Argentina (1965) que começam pensando em questões como o celibato sacerdotal e acabam optando pela *revolução popular*; Sacerdotes da Guatemala (1969); Sacerdotes para o povo no México; o grupo dos 80 no Chile; o Movimento Nacional Cristão de Libertação, no Equador; o êxodo na Costa Rica; Igreja e Sociedade na América Latina na Bolívia e tantos outros, que demonstram que o sacerdote deixa de ser apenas um profissional do culto, do rito, para se transformar em profeta social, real, histórico. Esta transformação dos sacerdotes de meros executores de rituais para líderes sociais e históricos é um reflexo da crescente demanda por uma Igreja mais integrada e responsiva aos desafios sociais. Também as Ordens Religiosas, onde nasce a Conferência Latino-americana de Religiosos, bem como as

⁹² ARENDT. *Entre o passado e o futuro*. Op. cit. p. 157-162

comunidades femininas (que na década de 60 chegam a ter quase 40 mil membros) abraçam a opção pelos pobres. A adesão dessas ordens e comunidades à opção pelos pobres não é apenas uma escolha política, mas um compromisso com os valores fundamentais do cristianismo. Na segunda metade da década de 60 a Ação Católica estava numa profunda crise, principalmente depois da crise da JUC brasileira. Por outro lado, o sindicalismo cristão secularizava-se e o militante cristão começa a se confundir com a massa de líderes que lutam pela classe trabalhadora ou camponesa. Esta evolução do papel do militante cristão reflete uma compreensão mais ampla do papel da fé no mundo secular e nas lutas por justiça social.

3. Eclosão do Movimento Estudantil no mundo

O Movimento Estudantil a nível de mundial teve como ponto de partida os movimentos ativistas na área da educação, aconteciam com a finalidade de buscar mudanças econômicas, ambientais, sociais ou políticas. O movimento começou com os estudantes, que protestavam contra as falhas da universidade, afinal, começaram a protestar contra aquilo que estava mais próximo deles, que os atingiam diretamente, por isso que, de início era um movimento sem grandes reivindicações políticas ou econômicas⁹³. Isto sugere que as motivações iniciais do movimento foram mais focadas em questões locais e imediatas, refletindo uma conscientização crescente entre os estudantes sobre seu papel e responsabilidade na sociedade. O que vai fazer o movimento tomar grande proporção foi a união deles com os trabalhadores, que reivindicavam melhores salários e melhores condições de trabalho. Esta união entre estudantes e trabalhadores ilustra a interconexão das lutas sociais, onde diferentes grupos encontram um terreno comum em sua busca por justiça e igualdade. A revolta dos estudantes rompeu a fronteiras dos campos universitários e vai encontrando um grupo que também tinha reivindicações. Embora fossem pretensões diferentes, a insatisfação de ambos os uniu dessa forma, mesmo que as lutas desses estudantes estivessem diretamente ligadas às escolas e universidades desempenhavam também seu papel em eventos relacionados à sociedade em busca de seus direitos e ideais. Seus atos de protesto, reivindicações e manifestações influenciaram de forma significativa os rumos da França, que inicialmente, foi o palco desses protestos.

Quando se fala em Movimento Estudantil é inevitável pensar no contexto histórico que estava compreendido nos anos de 1945 e 1968 com o crescimento dos estudantes

⁹³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *As revoluções utópicas dos anos 60*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 53.

universitários, coincidindo com o surgimento de novas correntes políticas no meio acadêmico. Essa interseção entre o aumento do número de estudantes universitários e o surgimento de novas ideologias políticas sugere uma relação dinâmica entre educação e política, refletindo como as instituições de ensino podem se tornar incubadoras de mudanças sociais e políticas. Um grande percentual defendia e apoiava as ideologias de esquerda que vinham ligadas ao marxismo e ao projeto socialista de modificar a ordem social, embora o alvo da contestação estudantil era também contra o socialismo burocrático soviético⁹⁴.

Os primeiros registros da atuação do movimento estudantil aconteceram na Europa e pode ser dividido entre o grupo motivado e inspirado pela busca de melhores condições dos estudantes legitimados por serem os intelectuais das gerações futuras, e aqueles que correspondem às injustiças impostas pela sociedade. Esta divisão reflete a complexidade do movimento estudantil, que não pode ser reduzido a uma única narrativa ou motivação, mas é multifacetado e responde a uma variedade de questões e desafios sociais. Os movimentos estudantis não seguem um padrão de atuação e com isso causam dificuldades para serem combatidos pois, são atípicos e vão se desenvolvendo de forma peculiar. Esta natureza atípica e adaptativa dos movimentos estudantis torna-os um agente de mudança particularmente poderoso, capaz de responder de forma criativa e eficaz aos desafios em constante evolução. O Movimento Estudantil configura-se em uma forma de organizar e protagonizar a política mediada por estudantes de diferentes idades, alunos dos mais variados graus de instrução, tanto da rede pública quanto da privada. Possuem um caráter político, objetivando a melhoria da educação a fim de produzir mudanças que sejam refletidas na vida da sociedade como um todo.

Resumidamente, a luta se dá sempre em busca de uma sociedade correta, igualitária e com direitos para os cidadãos. O movimento estudantil reivindicava por instituições de ensino como universidade pública de qualidade para todos, possibilitando os mesmos direitos e oportunidades seja a nível universitário ou colegial melhorias na formação profissional de qualidade. Esta busca por igualdade e acesso à educação de qualidade é um pilar central do movimento estudantil, refletindo uma compreensão mais profunda de que a educação é um direito fundamental e um motor para a mudança social. Mas quando o movimento conseguiu o mínimo de organização ele adquire uma dimensão de protesto total, pois além da reforma universitária, passa a ter outros pretextos reivindicatórios como:

⁹⁴Ib. p. 48.

(...) a liberdade sexual, como aconteceu com os estudantes de Paris, que desejavam poder receber pessoas de outro sexo em seus dormitórios, ou como os estudantes de Berkeley, que protestavam porque a farmácia da universidade fora proibida de vender pílulas anticoncepcionais (...) ⁹⁵.

Além disso, sua prática de atuação é tipicamente associada à política de esquerda, mas independe de partidos políticos, podendo fazer parcerias ou não, mostrando então as mais variadas formas de se posicionar em embates de diferentes lados, seja por partidos de direita, esquerda ou simplesmente autônomos. Como vai afirmar Bresser-Pereira:

Há uma corrente nos meios conservadores dos países ocidentais, segundo a qual a revolta estudantil seria fruto da infiltração comunista nos meios estudantis. Mais do que uma causa superficial, esta é uma causa falsa, é uma criação mental daquelas pessoas que sofrem de paranoia anticomunista e que acreditam que, de uma forma ou outra, todos os problemas sociais do mundo são fruto de um complô internacional, com origem em Moscou ou em Pequim ⁹⁶.

Este comentário de Bresser-Pereira reflete uma percepção mais crítica dos esforços para deslegitimar ou simplificar as motivações do movimento estudantil, sugerindo que é fundamental entender esses movimentos dentro de seu contexto social e político mais amplo, e não apenas através das lentes da polarização política. E continua Bresser-Pereira: “Se não podemos, portanto, atribuir a revolta estudantil à “maquinações do comunismo internacional”, podemos, ainda assim, atribuir essa revoltas à organização dos grupos de estudantes radicais de esquerda” ⁹⁷.

Essa observação ressalta a complexidade de interpretar movimentos sociais, onde as motivações e influências são muitas vezes uma mistura de ideologias locais e globais, desafios e aspirações. Basicamente, os movimentos estudantis dos anos 60 não foram um fenômeno exclusivo dos países *desenvolvidos*, só pelo motivo de terem eclodido na Europa. Mas foi um fenômeno que segundo Luiz Dario Ribeiro, “não aconteceu em Paris, não aconteceu em Berlim, não aconteceu em Roma: aconteceu em todo o planeta” ⁹⁸. Esta declaração destaca a universalidade do movimento estudantil, sugerindo que, apesar das diferenças locais, esses movimentos compartilhavam temas e preocupações comuns, refletindo uma geração global de estudantes engajados com questões de justiça social e mudança.

Como um acontecimento universal os Movimentos Estudantis foram variados de região para região, com características diversificadas, intensidades variadas e histórias

⁹⁵ Ib. p. 53.

⁹⁶ Ib.

⁹⁷ Ib. p. 55.

⁹⁸ HOLZMANN. *Abaixo a Ditadura*. Op. Cit. p. 24.

diferentes. Essa diversidade regional reflete a singularidade dos contextos políticos, sociais e culturais de cada local, embora compartilhem de uma matriz comum de inquietações e aspirações. No entanto, apesar da diversidade nacional, regional e étnica destes Movimentos, existia uma base comum entre eles: primeiramente se referia a movimentos de juventude universitária com origem sobretudo das classes médias; segundo, os movimentos se aconteceram sobretudo nas grandes cidades, que eram centros econômicos e políticos (Paris, Roma, Berlim, Nova Iorque, Londres, México, Praga, Rio de Janeiro, São Paulo, etc...); e terceiro, tinham como *causa* uma conjuntura histórica geral em comum: causas geopolíticas como a Guerra Fria e a descolonização da África e da Ásia, causas socioeconômicas como o grande avanço da economia mundial no pós-2ª Guerra Mundial e o crescimento das novas classes médias (mais ligadas aos setores de serviços e técnicos) e causas político-culturais como as transformações nas universidades, a contracultura e os novos radicalismos. Este fenômeno global, embora marcado por suas especificidades locais, demonstra a universalidade das questões juvenis e estudantis naquele período.

Segundo Holzmann, o ano de 1968 teve as suas origens. E segundo este autor, uma delas foi o retrocesso do mundo no pós-2ª Guerra Mundial, quando as mulheres voltaram do espaço público que exerceram durante o grande conflito, como produtoras e prestadoras de serviço, para as atividades domésticas, considerando isto um regresso da sociedade para um nível de patriarcalismo que parecia já ter sido superado). Uma outra origem, segundo o autor, seria a grande dificuldade de realização, no mundo de pós-guerra, das promessas democráticas que levaram a luta contra o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Estas observações reforçam a ideia de que a frustração e a busca por um ideal de liberdade foram motores significativos para os movimentos de 1968. Um outro ponto foi a hegemonia dos EUA no período pós-guerra, dominando e determinando o modo de organização da sociedade, da economia e da vida⁹⁹. Esta hegemonia, ao mesmo tempo, funcionou como um catalisador para a crítica e a contestação, tanto interna quanto externamente.

Segundo Poerner, inúmeros foram os temas comuns que deram origem a chamada *onda mundial* de revoltas juvenis, por exemplo: a forte crítica ao imperialismo norte-americano, até mesmo dentro dos EUA nos protestos contrários à Guerra do Vietnã; a crítica à cumplicidade soviética para com o imperialismo americano e sua tese da *convivência pacífica*; os temas da democracia radical na sociedade e na Universidade; solidariedade aos movimentos anti-imperialistas de libertação nacional (África, Vietnã, Ásia e América Latina);

⁹⁹ Ib. p. 19-20.

influência dos socialismos do *terceiro mundo*; propostas de reestruturação e transformação da vida cotidiana e da cultura em conjunto (não após) à transformação política e econômica, sob influência da Revolução Cultural Chinesa, por um lado, e da Contracultura e dos hippies, por outro¹⁰⁰. Este panorama ilustra como os movimentos estudantis estavam intrinsecamente ligados a uma consciência global e a uma crítica abrangente das estruturas de poder vigentes. Quanto a este último aspecto citado, é possível constatar que, em todos os movimentos juvenis sempre houve ações efetivas na arte e na contestação de valores e tradições da vida cotidiana, como por exemplo: no Brasil (tropicalismo, cinema novo e canção de protesto); nos EUA (poesia beat, movimento hippie, busca de misticismos orientais, drogas psicodélicas, contracultura e relações tensas mas complementares entre radicalismo estudantil); na França (panfletos e grafites); no mundo socialista soviético (teatro de dissidentes e literatura); na Revolução cultural Chinesa (caricaturas e cartazes), e outros. Essa expressão artística e cultural era uma forma de resistência simbólica, tão importante quanto as manifestações nas ruas.

Segundo a afirmação de Holzmann, o ano de 1968 teve o seu ápice em três importantes acontecimentos: a) A eclosão do *maio parisiense*, que foi espontânea e se configurou como um processo revolucionário que terminou sendo derrotado; b) a *Primavera de Praga*, um processo de reformas inicialmente conduzido pelo Partido Comunista da Tchecoslováquia, que transbordou os seus limites e avançou muito além das propostas originais rumo a uma democracia com socialismo de *face humana*, como eles chamavam; c) a *Ofensiva do Tet*, realizada pelos vietcongues e pelo exército norte-vietnamita no ano novo chinês de 1968, que levou a derrota política dos EUA, na Guerra do Vietnã, iniciando a crise da hegemonia norte-americana, e que foi, por outro lado, um dos fatores que desencadearam a luta ou parte dos eventos de 1968¹⁰¹. Estes eventos ressaltam a complexidade e a interconexão global dos movimentos de 1968, mostrando como diferentes lutas locais se entrelaçavam em um tecido maior de descontentamento e aspiração por mudanças sociais profundas.

3.1. O Movimento Estudantil na França

Sabe-se que a geração pós-2ª Guerra Mundial (1945) era muito numerosa na Europa. Foi muito significativa a explosão demográfica entre 1945-1968. “Em 1949 nasceram 896 mil

¹⁰⁰ POERNER, Artur José. *O poder jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*, 2ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1979, p. 16-17.

¹⁰¹ HOLZMANN. *Abaixo a Ditadura*. Op. cit. p. 20.

crianças na França, contra apenas 612 mil em 1939¹⁰²”. A França, nessa época, era governada pelo General De Gaulle, de centro esquerda que assumiu o poder em 1958, um líder carismático, e por ter se destacado na 2ª Guerra Mundial, ao assumir o poder era visto como *salvação nacional*. Governou a França com pulso firme sem grandes problemas até o ano de 1968. Este contexto demográfico foi fundamental para entender as dinâmicas sociais e políticas que emergiriam subsequentemente.

Nesse tempo, uma das grandes dificuldades do então presidente, depois de boom demográfico, foi de o que fazer para estudar essa nova geração de crianças. O governo francês, então, começou a construir às pressas inúmeras escolas, mas sem qualidade para recebê-las. Além disso, havia, por parte do mercado, a exigência de mão de obra qualificada e que também tivesse habilidade de lidar com as novas tecnologias. Diante dessa necessidade incentivou também a universalização da alfabetização e do estudo¹⁰³. Este desafio educacional era um reflexo da urgência e da complexidade de preparar uma sociedade pós-guerra para o futuro.

Essa mesma situação aconteceu quando essas crianças, atingindo a idade de entrar para a universidade, se deparavam com a falta de estrutura do governo para receber esse excedente repentino. As salas de aula que existiam nas universidades foram obrigadas a receber praticamente o dobro de alunos que seu tamanho comportava. O fato é que, em certas universidades foram adaptados certos *puxadinhos*, seja para as salas de aula como também para os dormitórios dos alunos. Esse *boom* das universidades acabou gerando insatisfação seja nos alunos quanto nos professores, que, quando iniciou a revolta dos estudantes, uma parte foram solidários com a causa. Como afirma Reis Filho, “Gerações mais conscientes, críticas, exigentes e mais bem instrumentalizadas surgiram deste processo”¹⁰⁴. A pressão sobre as infraestruturas universitárias refletia, assim, um descompasso entre as expectativas da juventude e as respostas institucionais.

Também uma outra consequência da explosão demográfica após a 2ª Guerra Mundial foi o fato de que os jovens dessa geração entraram pela primeira vez num mundo onde havia mais indivíduos com a mesma idade deles do que senhores mais velhos¹⁰⁵. Dessa forma perceberam que eles eram muito mais numerosos que seus pais e avós e no imaginário

¹⁰² JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 369.

¹⁰³ REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. *O século XX*. Rio de Janeiro: v. 2. Civilização Brasileira, 2000, p. 245.

¹⁰⁴ *Ib.* p. 245.

¹⁰⁵ JUDT. *Pós-guerra*. Op. cit. p. 370.

coletivo era de que, por serem mais numerosos eram também um grupo mais poderoso da sociedade¹⁰⁶. Esta dinâmica demográfica contribuiu para uma nova consciência geracional, onde os jovens se viam como uma força potencialmente transformadora. O que fica muito claro na França nesse período entre o pós-guerra e o ano de 1968 é que, havia diferenças de pensamento entre esses jovens e as gerações de seus pais e avós. Os jovens dessa geração criticavam valores e costumes da geração mais antiga. O ano de 1968, além de ter sido um conflito de classes foi também um conflito de gerações. Uma vez que eram maioria não se sentiam representados nem por seus pais e nem pelos políticos. Este sentimento de alienação e descontentamento foi um fator chave na mobilização juvenil que caracterizou o período.

Os eventos que marcaram a França em 1968, na verdade começaram um ano antes, em 1967 em Nanterre, subúrbio de Paris, onde tinha sido construída uma universidade às pressas e também tinha as residências onde moravam os estudantes enquanto estudavam na universidade. Eram residências gratuitas e pouco fiscalizadas por isso havia uma movimentação noturna intensa entre esses dormitórios masculinos e femininos¹⁰⁷. Este ambiente efervescente de liberdade e experimentação foi um caldo de cultura para as ideias revolucionárias. Embora a universidade tentasse evitar problemas o inevitável aconteceu. Em janeiro de 1968 um aluno da universidade chamado Daniel Cohn-Bendit, foi expulso da universidade pelo fato de ter insultado um do ministro para a juventude François Missoffe, que inaugurava uma piscina da universidade de Nanterre, quando reivindicava livre acesso dos estudantes aos dormitórios femininos que havia sido proibido. Assim, em 22 de março, outros alunos, um tanto radicais, atacaram o prédio da American Express no centro de Paris e foram presos. Diante desse fato, o jovem Jacques Sauvageot, estudante de história e vice-presidente da União dos Estudantes Franceses, militante de esquerda, mas não comunista, se uniu ao jovem estudante expulso Cohn-Bendit e criaram um grupo de revoltosos liderado por Cohn-Bendit. A ação destes líderes estudantis reflete a emergência de novas formas de protesto e liderança, distanciadas das hierarquias tradicionais.

Passaram-se duas semanas e a Universidade de Nanterre foi fechada e o movimento dos revoltosos foi para a Universidade de Sorbone, no centro de Paris. O grupo chegou na universidade no dia 03 de maio, o que marcou a politização do movimento. Ali em frente da universidade haviam muitos estudantes com bandeiras vermelhas e negras, foi quando criaram o lema da revolta: *É proibido proibir*, como forma de contestação informações que diziam: *É*

¹⁰⁶ Ib. p. 370.

¹⁰⁷ Ib. p. 400.

proibido colar cartazes. Nesse dia a polícia invadiu a universidade e prenderam vários estudantes, outros foram espancados e alguns condenados¹⁰⁸. Esta escalada de confronto simboliza a crescente tensão entre as autoridades e a juventude rebelde. Nesse primeiro protesto Jacques Sauvageot foi preso e ao sair, poucos dias depois, começou a liderar grandes marchas por Paris, com a participação de estudantes e trabalhadores¹⁰⁹. A reação dos estudantes foi imediata. Tomaram as ruas de Paris e reivindicavam que seus companheiros fossem libertados, que pudessem retomar a Universidade que fora fechada e que fossem retiradas as forças policiais¹¹⁰. Assim em 10 de maio acontece um outro enfrentamento de estudantes e polícia que durou mais de quatro horas. Os estudantes levantaram barricadas e alvejavam os policiais com pedras¹¹¹. Este episódio ilustra a intensidade e a seriedade do descontentamento estudantil e a disposição para o confronto. Diante do embate estudantes e polícia a França *pega fogo*. Os estudantes passaram então a ocupar todas as universidades de Paris e realizam passeatas sempre com o enfrentamento da polícia. A ocupação das universidades simbolizava não apenas um protesto, mas uma reivindicação por um espaço próprio de expressão e poder. Diante da situação o governo francês volta atrás e libera todo o Quartier Latrin¹¹² e a universidade de Sorbonne. Os estudantes ocupam a universidade e levantam barricadas para assim se defenderem da polícia. O clima era de total liberdade e de recusa em relação ordem estabelecida, inclusive de partidos de esquerda consolidados, como por exemplo o Partido Comunista Francês¹¹³.

Todo esse ambiente era de estudantes que estavam revoltados com a forma teórica de ensino, onde havia uma distância entre alunos e professores e com a falta de aplicabilidade daquilo que era ensinado. Essa revolta refletia uma crescente insatisfação com a rigidez acadêmica, que se mostrava desconectada das realidades e desafios contemporâneos. Dizem eles que, os currículos eram engessados e também muito antigos e poucos adaptados às mudanças sociais. Este aspecto ressalta a necessidade de uma educação mais dinâmica e alinhada com o tempo presente. Questionavam também a forma pelo qual era apresentado o conteúdo, ou sejam, matérias fragmentadas, predominância da abstração, não aberto às ideias e teorias novas. Isso demonstra um claro desejo por um aprendizado mais integrado e menos

¹⁰⁸ JUDT, Tony. *Paris, maio de 68 – solidarity*. São Paulo: Conrad editora do Brasil, 2003, p. 13.

¹⁰⁹ *Ib.*, p. 10-11.

¹¹⁰ *Ib.*, p. 13.

¹¹¹ JUDT, Tony. *Pós-guerra* Op. cit. p. 378.

¹¹² O Quartier Latin não é um bairro de Paris, mas uma vasta região que engloba o bairro número 5 e uma parte do 6. Aí temos uma concentração de universidades e de escolas. Na idade média, o ensino era ministrado em latim, daí o apelido. O ponto central é a Sorbonne.

¹¹³ JUDT, Tony. *Paris, maio de 68*. Op. cit. p. 13.

dogmático. Questionavam também a forma como os cursos eram ministrados. Diziam ser magistrais, sem abertura para participação e questionamentos por parte dos alunos. Esta crítica salienta a importância de uma pedagogia mais participativa e menos autoritária. Protestavam também contra o direcionamento da universidade, colocando toda a importância na carreira, nos diplomas, na preparação de exames não levando em conta o papel pedagógico dos professores. Aqui, percebe-se uma demanda por uma educação que valorize mais o processo de aprendizagem do que a obtenção de títulos. Um outro questionamento levantado pelos estudantes dizia respeito a uniformização do conteúdo, que era o mesmo para toda a França, o que era considerado pelos estudantes como resquício da era napoleônica¹¹⁴.

Em meio a toda essa situação estudantil, na França, no dia 13 de maio os funcionários da maior fábrica da Renault, entraram em greve e protestavam contra a repressão dos policiais e também reivindicavam salários, jornada, idade de aposentadoria e direitos dos sindicatos nas fábricas¹¹⁵. A greve da Renault tornou-se um símbolo do crescente descontentamento social na França. Outros grupos se reuniram ao redor da Renault. Os sindicatos então decidiram convocar uma greve geral na França e funcionários públicos, eletricitas, metalúrgicos e professores também aderiram à paralisação. Essa união entre diferentes setores da sociedade reflete uma ampla insatisfação com as condições vigentes. O movimento estudantil e as centrais sindicais convocaram uma passeata contra a repressão aos estudantes, que reuniu entre setecentos e oitocentos mil pessoas. A partir daí iniciava-se a greve geral que deveria durar 24 horas de acordo com as centrais sindicais, mas que acabou durando muito mais. Em 03 de junho, no auge da greve geral contou nove milhões em toda a França¹¹⁶. Este número expressivo sublinha o alcance e a profundidade do descontentamento social.

A adesão dos trabalhadores aos protestos estudantil acabou por forçando o governo francês a negociar. As negociações se estenderam por todo o mês de maio, e por fim chegou-se aos acordos de Grenelle¹¹⁷, em que os trabalhadores conseguiram alguns benefícios como por exemplo: aumento de salários e redução na jornada de trabalho, e da parte dos sindicatos, ganharam maior liberdade para se organizarem. Os acordos de Grenelle representaram uma conquista significativa, mas ainda insuficiente para muitos. Grande parte dos trabalhadores

¹¹⁴ DEBRAY, Régis. *Maio de 68: Uma contrarrevolução conseguida*. Tradução: Miguel Freitas da Costa. Aifragide: D. Quixote, 2018, p. 26-27.

¹¹⁵ *Ib.* p. 13-14.

¹¹⁶ GROppo, Luís Antônio. *1968 retratos da revolta estudantil no Brasil e no mundo*. Piracicaba: Biscalchin editor, 2008, p. 27.

¹¹⁷ Nome da rua onde se situava o Ministério dos Assuntos onde foram se realizou as negociações coletivas por iniciativa do governo francês durante o maio de 1968, que contou com representantes de sindicatos e organizações de empregadores.

retornaram ao trabalho, outra parte considerando insuficientes as concessões dadas pelo governo permanecerem em greve, e contra esses trabalhadores o governo francês decidiu usar da violência policial¹¹⁸. Esta ação governamental reflete a tensão contínua entre as demandas populares e a resposta institucional.

Os estudantes permaneciam firmes na sua mobilização, mesmo enquanto o governo negociava com os trabalhadores. Além de construírem dezenas de barricadas nas ruas de Paris, e junto com os protestos se dedicaram em produzir cartazes em que manifestavam suas intenções e satisfações. Eram mensagens contra o governo de De Gaulle, contra o capitalismo e uma das frases mais populares que usavam nesse período era *é proibido proibir* que era uma mensagem contra os padrões conservadores da sociedade francesa. Esta frase icônica encapsula o espírito rebelde e a busca por maior liberdade que caracterizou o movimento.

Essa bravura dos protestos continuou acontecendo durante todo o mês de maio, quando foram perdendo a força. Diante dos acordos realizados e boa parte dos trabalhadores decidem retornar ao trabalho, a repressão do governo francês e a reação conservadora da sociedade francesa, foram fatores que desarticularam os estudantes, restando, aparentemente, a força renovada do governo conservador de De Gaulle¹¹⁹. Este cenário sugere uma oscilação entre o anseio por mudança e a resistência à mesma, um fenômeno comum em movimentos sociais. Em 30 de maio de 1968, anunciou que não iria renunciar como reivindicavam os estudantes e que também o que ele tinha anunciado dias antes de tomar medidas para ampliar a participação popular estavam canceladas. Esta decisão de De Gaulle destaca o poder da resistência institucional frente às demandas populares. Inclusive ameaçou os trabalhadores para que retornassem ao trabalho, caso contrário, seriam reprimidos pela polícia. Essa ameaça ressalta a tensão entre autoridade e liberdade, um tema central na análise de movimentos de protesto. De Gaulle convocou eleições para junho, onde o partido dele foi fortalecido. O fortalecimento do partido de De Gaulle nas eleições pode ser interpretado como uma reafirmação das estruturas de poder estabelecidas. Apesar da desarticulação dos estudantes na França pelo enfraquecimento do movimento diante as pressões do governo francês, o maio de 1968 vai se tornar um símbolo da mobilização estudantil e influenciar gerações por todo o mundo, indicando que as ideias e o espírito desse movimento transcenderam as barreiras temporais e geográficas. Esta influência global sublinha a importância de maio de 1968 como um marco na história dos movimentos sociais, apesar de não ter havido um apoio consistente

¹¹⁸ GROPPPO. 1968 retratos da revolta estudantil no Brasil e no mundo. Op. cit. p. 27.

¹¹⁹ Ib. p. 27.

para a causa dos estudantes. A persistência desse legado demonstra como, mesmo na ausência de mudanças imediatas e tangíveis, os movimentos sociais podem moldar o pensamento e a ação futura.

Por fim, o Movimento Estudantil global mencionado no texto exemplifica a capacidade de grupos sociais, como os estudantes, de catalisar questões mais amplas de justiça social. Hanna Arendt discute como o poder político pode emergir quando as pessoas se reúnem para discutir questões comuns e buscar mudanças. O Movimento Estudantil, ao unir-se aos trabalhadores em busca de justiça e igualdade, exemplifica a capacidade de grupos sociais de exercerem influência política e desafiar a autoridade estabelecida¹²⁰.

3.2. O Movimento Estudantil pelo mundo e América Latina

Não podemos esquecer que, pelo menos na Europa, dois dos movimentos mais radicais que expressam 1968 aconteceram sob o signo da repressão aos movimentos de oposição à intervenção norte-americana no Vietnã. Na Alemanha, a crise universitária, que chegou às raias de uma subversão estudantil e a um confronto aberto com o monopólio dos meios de comunicação do grupo Springer, tendo origem em uma manifestação internacional de apoio aos vietcongues e a República do Vietnã do Norte. Este paralelo entre as lutas estudantis e os conflitos globais reflete como os movimentos juvenis frequentemente ecoam as tensões geopolíticas mais amplas. Em Paris, como já vimos, os eventos de maio tiveram a sua origem na prisão de dois estudantes do comitê de apoio ao Vietnã, situado na Universidade de Nanterre, que panfletavam nas ruas e terminaram sendo presos. Esta prisão pode ser vista como um catalisador que transformou uma causa específica em um movimento mais amplo. A partir deste acontecimento, desdobrou-se um processo que culminou com a tomada das universidades e a insurreição. A rápida escalada destes eventos sublinha a natureza volátil dos movimentos sociais. O movimento dos estudantes atingiu não só o bairro universitário de Paris, mas toda a França e pôs em xeque o poder francês. Este alcance nacional demonstra a ressonância das preocupações estudantis com um público mais amplo. Mas a postura anti norte-americana não era só contra a Guerra do Vietnã, mas era também contra as intervenções conservadoras e reacionárias no terceiro mundo e contra o apoio e a sustentação que os EUA davam às ditaduras no mundo subdesenvolvido¹²¹.

¹²⁰ ARENDT. *Da violência*. Op. cit. p. 33-36.

¹²¹ HOLZMANN. *Abaixo a Ditadura*. Op. Cit. p. 24-25.

Foi o endurecimento repressivo que provou a evolução das manifestações pacíficas a uma insurreição espontânea por parte dos universitários, que partiram para formas de atuação direta, não apenas na França, mas também na Itália, na Alemanha, no Japão, assim como em outros países¹²². Essa resposta à repressão ilustra uma dinâmica comum de escalada em confrontos sociais. De acordo com Poerner¹²³, uma grande questão para compreender a atuação dos Movimentos Estudantis de 1968 em todo o mundo seria ao que se refere às transformações enfrentadas pela instituição de onde brotaram tais movimentos: A Universidade. Esta perspectiva coloca a universidade como um microcosmo das tensões mais amplas da sociedade. Mas, segundo ele, a questão universitária foi o que levou o movimento estudantil a questionar quase que praticamente todas as instituições, valores e políticas da sociedade e do sistema mundial de então. Esta extensão dos questionamentos revela a profundidade e a amplitude do descontentamento estudantil. Por isso é que Con-Bendit vai afirmar que “a crítica da universidade era uma crítica fundamentalmente política, tão radical que colocava em questão toda a sociedade”¹²⁴. Esta afirmação de Con-Bendit ressalta a natureza intrinsecamente política da contestação estudantil. É nesta mesma linha relativa a questão universitária que Poerner vai afirmar que “a universidade é o lugar onde as pessoas começam seriamente a questionar as condições de sua existência e levantam o tema a respeito da maneira como podem se comprometer com a sociedade em que nasceram”¹²⁵. Este ponto de vista enfatiza a universidade como um berço do pensamento crítico e do ativismo social. A partir da insatisfação e protestos em relação à *crise da universidade*, os movimentos estudantis em todo mundo ampliaram suas contestações a ponto de abarcar praticamente quase todos os problemas sociais, como se os estudantes se achassem a consciência crítica de um sistema social que se auto alienava diante das injustiças econômicas e dos desmandos da geopolítica da Guerra Fria. Esta ampliação das pautas reflete uma evolução natural dos movimentos que começam com foco em questões específicas e gradualmente abrangem questões mais gerais.

Segundo Holzmann, a abrangência das preocupações do movimento estudantil, acabou rapidamente extrapolando o universo das unidades acadêmicas, ainda que esta práxis, segundo o autor, em direção à sociedade estivesse “muitas vezes carregada de arrogância, elitismo, populismo e pretensão”. Esta crítica de Holzmann aponta para a complexidade e as

¹²² COHN-BENDIT, Daniel. *O grande bazar: As revoltas de 1968*. Brasiliense: São Paulo, 1988, p. 45.

¹²³ POERNER. *O poder jovem*. Op. Cit. p. 18.

¹²⁴ COHN-BENDIT. *O grande bazar*. Op. Cit. p. 49.

¹²⁵ POERNER. *O poder jovem*. Op. Cit. p. 38.

contradições inerentes aos movimentos sociais. Contudo, os movimentos estudantis que foram eclodindo em todo mundo foram capazes de grande criatividade, foram ousados em práticas que revolucionaram, mesmo que de maneira momentânea, as relações de ensino, as artes, os valores e as relações cotidianas¹²⁶. A natureza inovadora destes movimentos, conforme Holzmann, ressalta seu impacto duradouro em várias esferas da sociedade. Por si mesmos, os movimentos estudantis que foram se sucedendo em muitos países do mundo desde o maio francês, eram práticas de transformação social, exemplos a serem seguidos ou invejados por outros jovens e outros setores sociais, conforme o que afirma Holzmann¹²⁷. Este reconhecimento do papel exemplar dos movimentos estudantis destaca a influência que eles tiveram além das fronteiras acadêmicas. De acordo com essas práticas de transformação social empreendida pelos movimentos estudantis, as reações dos diversos segmentos sociais foram diversificadas, entre os extremos do apoio entusiasta da população às passeatas estudantis e da aversão dos adultos que chegou a caracterizar um verdadeiro “conflito de gerações”, segundo afirma Holzmann¹²⁸. Esta polarização nas respostas evidencia a maneira como os movimentos estudantis desafiaram as normas estabelecidas e provocaram reações fortes em diferentes grupos sociais.

São muitos os casos bem sucedidos de relação com outros setores sociais. Isso constata-se na integração que aconteceu dos diversos setores sociais com os estudantes nas passeatas, um fenômeno muito mais característico dos movimentos do terceiro mundo, particularmente na América Latina, como Brasil e México, onde o manifesto estudantil retratava os diversos graus de insatisfação e demandas da sociedade civil em seu todo contra regimes autoritários. Esta integração reflete a capacidade dos movimentos estudantis de servirem como catalisadores para questões mais amplas de justiça social. Um exemplo dessa integração do Movimento Estudantil com outros setores sociais foi na cidade do México, no mês setembro de 1968, quando o movimento estudantil convocou a “Marcha do Silêncio”. Uma passeata com milhares de pessoas em completo silêncio, isto para provar que o movimento estudantil não era formado por arruaceiros e vândalos, como queria fazer crer o governo mexicano, mas sim por jovens organizados e com objetivos claros. Esta marcha simbólica ressalta a sofisticação e a seriedade do movimento estudantil. Desde o mês de julho de 1968 os estudantes mexicanos começaram a se organizar para discutir o rumo da política mexicana bem como a intolerância quanto aos questionamentos motivados por organizações

¹²⁶ HOLZMANN, *Abaixo a Ditadura*. Op. Cit. p.22-24.

¹²⁷ *Ib.* p. 25.

¹²⁸ *Ib.* p. 126.

contrárias ao governo. Esta mobilização precoce demonstra a profundidade do engajamento estudantil nas questões políticas nacionais. Tais questionamentos e reivindicações foram posteriormente elaboradas e oficialmente publicadas e giravam em torno de uma única questão: a democratização definitiva do México. A centralidade desta demanda por democratização sublinha o caráter político do movimento. A partir daí, o conflito avança, sobretudo, quando, no dia 01 de setembro de 1968, através de um discurso, o Presidente do México Díaz Ordáz defende a posição de que é preciso manter a ordem nas ruas e de que o intuito do movimento estudantil era interferir nas Olimpíadas e levar ao descrédito a capacidade do governo mexicano de sediar o evento, ao mesmo tempo negando que tivesse presos políticos. E, no dia 18 do mesmo mês, a autonomia da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) foi violada após 40 anos, a partir do momento em que dez mil soldados invadiram e fecharam a Cidade Universitária, e levaram centenas de presos entre os quais estavam: estudantes, pais de estudantes, professores e funcionários. A partir daí aconteceram vários protestos contra a referida ocupação, mas o governo afirmou que tal ocupação da área foi necessária para reprimir atos anti-sociais e criminosos. O conflito se estende até o dia 30 de setembro quando o exército deixa a Cidade Universitária.

Adverso de outros movimentos que já tinham acontecido no México, liderados por estudantes, o movimento de 1968 não tinha nenhuma exigência relativa às questões universitárias ou mesmo acerca da reforma do ensino. Mas as reivindicações desse movimento de 1968 eram essencialmente políticas, antiautoritárias e democráticas. O movimento estudantil de 1968 do México não tinha caráter rebelde ou de insubordinação e também não se propunha derrubar o governo. Esta característica do movimento revela uma abordagem mais pacífica e consciente por parte dos estudantes, focando em reformas estruturais ao invés de uma revolução completa. Os estudantes não eram violentos, apenas se defendiam nos momentos em que eles eram agredidos pela polícia ou pelo exército. Esta dinâmica ressalta uma desproporção na resposta do Estado, questionando a legitimidade de sua força. Assim, no dia 02 de outubro, em Tlatelolco, reuniram-se milhares de pessoas, com cravos vermelhos na mão, para comemorar a saída do Exército do campus da Universidade Autônoma do México, que se deu no dia 30 de setembro. A escolha de cravos vermelhos, simbolizando tanto luto quanto resistência, adiciona uma camada profunda de significado a esta manifestação. Dentre essa multidão incluía-se crianças, mães, pais, idosos, estudantes, trabalhadores professores, etc., sendo que todos foram vítimas desse terrível massacre. A diversidade dos participantes demonstra como o movimento transcendia as fronteiras

acadêmicas, tocando a vida de toda a sociedade mexicana. A multidão se concentrou no exterior de um bloco de apartamentos situado na *Plaza de las Tres Culturas*, em Tlatelolco, para ser uma manifestação pacífica. Mas conforme ia anoitecendo, a presença do exército aumentava naquela área. Este aumento da presença militar numa manifestação pacífica é um reflexo preocupante da postura autoritária do governo. Alguns organizadores cogitaram até em cancelar tal evento, mas era muita gente e aquela multidão já tinha tomado toda a praça. Ao escurecer, o exército e a polícia com tanques e com carros blindados, cercaram toda a praça e começaram a atirar na multidão ali reunida, atingindo inclusive pessoas que passavam pelo local. Este ato de violência do Estado contra civis desarmados foi um ponto de inflexão na relação entre o governo e o povo. Além disso os soldados do exército fizeram buscas nos apartamentos da redondeza enquanto, segundo testemunhas narram, caminhões de lixo recolhiam os corpos espalhados pela praça. A brutalidade e a frieza dessa ação refletem a gravidade da repressão estatal. Tal Massacre e a morte tantos estudantes e de outras pessoas inocentes foi fruto da negação, por parte do governo mexicano, em não querer firmar um diálogo público com os manifestantes. Esta falta de disposição para o diálogo evidencia um profundo desprezo pelas demandas populares. Alguns dos grupos que conseguiram escapar do massacre, numa atitude de desespero atearam fogo em ônibus que estavam nas redondezas da praça, com a intenção de chamar a atenção das forças repressivas concentradas em Tlatelolco, atos que na verdade foram exceção diante das inúmeras manifestações pacíficas que o momento dos estudantes já realizara. Esses atos de desespero destacam a extrema situação a que foram levados os manifestantes. Até hoje o número real de mortos continua indefinido e bem divergente, variando entre mais de mil mortos segundo algumas fontes a até apenas quatro mortos e vinte feridos segundo fontes do governo mexicano. Em todo esse processo perto de trezentos estudantes foram presos em todo. Muito deles foram torturados, outros foram levados, julgados e condenados a muitos anos de prisão. A extensão dessas prisões e torturas revela uma campanha sistêmica de intimidação e repressão. Após o massacre de Tlatelolco não houveram grandes reações nem por parte dos estudantes que ainda estavam em liberdade, nem da população mexicana. Esta aparente inação pode ser interpretada como um reflexo do medo e da desesperança incutidos pelo massacre. Os líderes estudantis que não tinham sido presos passaram por muitas e fortes pressões por parte do governo, e acabaram se dispersando ou se dividindo. A desintegração do movimento estudantil após tamanha pressão evidencia a eficácia das táticas de repressão do governo. Era o fim do poder de reivindicação dos estudantes e, de certa maneira também de toda nação mexicana. Esta conclusão marca um

momento sombrio na história mexicana, onde as vozes de protesto foram silenciadas pela força bruta. Chegava assim o fim do movimento estudantil de 1968 no México.

Já na Argentina, a organização dos estudantes começou com Córdoba em 1918, quando a estudantes da Universidade de Córdoba, foi palco de uma manifestação, onde os estudantes realizaram grandes manifestações lutando pela transformação da universidade, exigindo liberdade, autonomia e crítica. Todo esse processo é hoje conhecido como a Reforma Universitária de Córdoba. Assim afirma Mesquita:

[...] o movimento de Córdoba conseguiu atingir o interior das outras universidades argentinas, aglutinando apoio, força mobilizadora e a participação de outros estudantes. A percepção de que o movimento tinha a capacidade de ser atendido em suas reivindicações e de que era forte o suficiente para fazer as transformações necessárias que a universidade carecia foi decisiva para a entrada no movimento de outros setores e da própria opinião pública argentina que começava a manifestar seu apoio¹²⁹.

Foi uma experiência tão bem sucedida que acabou se tornando modelo para outros países da América Latina o que acabou por influenciar e estimular as organizações estudantis a se organizarem em associações¹³⁰. Esse fenômeno transcende as fronteiras da Argentina, inspirando um movimento continental em defesa da educação.

A organização e o movimento de Córdoba não só representaram um marco fundamental no ativismo estudantil, mas também simbolizaram uma mudança paradigmática na forma como a academia interage com a sociedade. Vem marcar com força todo o movimento estudantil da América Latina e desencadeia uma sequência de mobilizações dentro das universidades. Toda essa mobilização reivindicatória no que se refere a reestruturação da universidade tendo como base os valores modernos tais como: democracia, participação e autonomia, mostrou-se não apenas progressista em sua natureza, mas também profética em antecipar desafios futuros do ensino superior. Aqui se assinala uma nova época, em que, a universidade acaba se tornando também crítica dela própria, evidenciando uma evolução natural no pensamento acadêmico e uma resposta adaptativa às demandas sociais contemporâneas. Convertendo-se assim numa instituição passível de questionamentos na sua forma de atuação.

Este exemplo pioneiro da Universidade de Córdoba ressoou profundamente no espírito dos estudantes latino-americanos. Dessa forma essa bem sucedida experiência da

¹²⁹ MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 63.

¹³⁰ *Ib.* p. 64.

Universidade de Córdoba foi um exemplo para o movimento estudantil em toda a América Latina, sendo que, ressoaram em vários países latino-americanos, é claro, de diferentes formas e tempos, as consequências dessa luta, particularmente no ano de 1968.

O movimento estudantil de 1968 é uma marca importante para o mundo, pois através dele foi recuperado a espontaneidade revolucionária. Este movimento não só questionou as estruturas existentes, mas também pavimentou o caminho para futuras gerações desafiarem e reformarem as instituições estabelecidas. Foi um acontecimento espontâneo que eclodiu em todas quase todas as partes do mundo refletindo as singularidades e urgências de cada contexto local, mas unido por um espírito comum de busca por mudança e justiça. Conforme as necessidades, os problemas e as dificuldades da sociedade local.

II. CAPÍTULO

CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO-RELIGIOSO DO BRASIL ANTES E DEPOIS DO GOLPE MILITAR DE 1964

1. Contexto político-histórico brasileiro até o golpe de 1964

No período entre 1945 e 1960, o Brasil passou por importantes transformações políticas que moldaram a história do país. Esta era de mudanças não só desafiou as estruturas políticas existentes, mas também redefiniu a relação entre o estado e seus cidadãos. Após o fim do Estado Novo, o país viveu um breve período de transição antes da promulgação da Constituição de 1946, que inaugurou a chamada "Segunda República".

Como Hannah Arendt destaca, o poder não é uma propriedade de indivíduos, mas sim uma capacidade resultante da ação conjunta de um grupo. Assim, para entendermos os períodos políticos de uma determinada nação, é essencial considerar o papel dos grupos na formação e na manifestação do poder, examinando como diferentes indivíduos se unem para criar uma base de poder. Sendo assim, nesse capítulo, analisaremos o jogo de forças entre os vários grupos de interesse, que moldaram o contexto político do Brasil, entre o fim do Estado Novo e o Golpe de 1964¹³¹.

Durante esse período, a política brasileira foi marcada por uma intensa disputa entre as forças conservadoras e as forças progressistas. Essa dialética entre conservadorismo e progressismo moldou significativamente o tecido político do país, estabelecendo o campo para as batalhas ideológicas que se seguiram. De um lado, estavam os grupos políticos ligados às elites agrárias e industriais, que buscavam manter seu poder e influência no país. De outro, estavam os setores mais progressistas da sociedade, que lutavam por uma maior participação popular na política e por reformas estruturais que reduzissem as desigualdades sociais.

Em meio a essa disputa, despontaram diversas lideranças políticas que marcaram a história do Brasil, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e João Goulart. A diversidade de suas visões e políticas reflete a complexidade da sociedade brasileira da época. Cada um desses líderes representava uma visão diferente do país e defendia projetos políticos distintos, como veremos.

Sobre o período, assim afirma Boris Fausto:

¹³¹ ARENDT Hannah. *Sobre a violência*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 36.

Após a queda de Getúlio, os militares e a oposição liberal, com a concordância dos dois candidatos à presidência da República, decidiram entregar o poder transitoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Ficou mantido o calendário que previa eleições a 2 de dezembro.¹³²

1.1. A eleição de Eurico Gaspar Dutra

A eleição de Eurico Gaspar Dutra para a presidência do Brasil em 1945 foi um evento político marcante na história do país. Sua eleição simboliza não apenas uma mudança de liderança, mas também a transição de um regime autoritário para uma tentativa de democracia. Dutra, que era um militar de alta patente e Ministro da Guerra no governo de Getúlio Vargas, foi eleito em um momento de grande efervescência política, marcado pela queda do Estado Novo e pela retomada da democracia.

Segundo Boris Fausto¹³³ a eleição de Dutra foi resultado de um movimento político amplo, que contou com a participação de diversos setores da sociedade civil e de lideranças políticas que eram contrárias ao regime autoritário de Vargas. A campanha de Dutra, que era visto como um candidato inexpressivo, teve como principal mote a defesa da democracia e da liberdade.

Nesse sentido, à luz de Hannah Arendt, e o seu conceito de poder, podemos destacar que a eleição de Eurico Gaspar Dutra como presidente do Brasil em 1945 pode ser vista como um exemplo de exercício de poder coletivo. Dutra foi eleito por um grupo de eleitores que o colocaram no cargo, e seu poder político decorreu desse respaldo. Amparados em Arendt, destaca-se a importância da união do grupo de eleitores em torno de um candidato específico e como o poder político está intrinsecamente ligado à vontade e apoio do povo, que durante o longo período do Estado Novo, esteve privado de se manifestar e eleger seu governante¹³⁴.

No entanto, o governo de Dutra enfrentou críticas e controvérsias, especialmente no que se refere à questão social e à repressão política, sendo marcado por uma política social restritiva, que não conseguiu atender às demandas da população por melhores condições de vida. Essa incongruência entre os ideais propagados e as ações governamentais gerou um legado de tensões que perduraram muito além de seu mandato. Além disso, o governo adotou

¹³² FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed., 1. reimpr. ed. São Paulo, SP, Brasil: Edusp: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1994, p. 397.

¹³³ *Ib.* p. 398.

¹³⁴ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 36.

uma postura repressiva em relação aos movimentos sindicais e políticos de esquerda, o que gerou tensões e conflitos na sociedade brasileira.

Segundo Débora Azevedo o período foi marcado pela presença militar e por medidas de modernização econômica, mas também foi caracterizado por uma forte repressão política e social, sendo a figura do comunismo utilizada como um símbolo da desordem e da ameaça à estabilidade do país durante o governo de Dutra. Assim comenta a Azevedo:

Na colocação dos limites da ordem, o governo Dutra procurava controlar o difícil jogo de elaboração e difusão de normas de conduta política para a população como um todo. Ao mesmo tempo, buscava a contenção de atitudes não enquadradas que pudessem mostrar um campo de possibilidades de ação política diferente dos propostos pelo regime¹³⁵.

Essa tentativa de moldar o comportamento político e social reflete a tensão entre o desejo de modernização e a resistência às mudanças que ameaçavam o status quo. Ainda segundo a autora, Dutra adotou uma postura repressiva em relação aos movimentos sociais e políticos de esquerda, em especial o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PCB, que havia crescido em influência durante o Estado Novo, passou a ser perseguido e criminalizado pelo governo de Dutra, nesse sentido, a utilização do comunismo como um símbolo de desordem e ameaça à estabilidade do país justificou a adoção de medidas repressivas contra o partido¹³⁶.

A crescente preocupação interna encontrou reforço com o advento da Guerra Fria. Esse novo contexto internacional exacerbou o medo do comunismo e forneceu justificativas adicionais para as ações repressivas do governo. Os elementos já presentes na retórica de Eurico Gaspar Dutra foram intensificados no discurso interno, que passou a enfatizar a polarização entre os dois blocos. A emergência da Guerra Fria proporcionou um novo referencial de legitimidade para o regime, uma vez que a imagem do Movimento Comunista Internacional (MCI) tramando conspirações contra o Ocidente justificava um estado de alerta em nome da manutenção da ordem¹³⁷.

Em síntese, o governo de Dutra marcou a transição do Estado Novo para um período democrático, mas foi marcado pela presença militar e por medidas de repressão que limitaram a liberdade política e social. Este paradoxo entre a democracia proclamada e a repressão vivida é um elemento fundamental para a compreensão do legado político desse período.

¹³⁵ AZEVEDO, Débora Bithiah de. *Democracia e exclusão: o comunismo como símbolo da desordem no governo Dutra (1946-1950)*. *Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*, v. 2, n. 4, p. 76-99, 1994, p. 77.

¹³⁶ *Ib.* p. 82-83.

¹³⁷ *Ib.* p. 83.

1.2. A Constituição de 1946

Assim que Dutra assumiu a presidência, no final de janeiro de 1946, foi dado início aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, conforme destaca o jurista José Afonso da Silva, ali “estavam representadas várias correntes de opinião: direita, conservadora, centro-democrático, progressistas, socialistas e comunistas, predominando a opinião conservadora”¹³⁸. Este caldeirão de ideologias evidencia a complexidade e a diversidade do espectro político brasileiro da época, refletindo as tensões e esperanças de uma nação em transição.

O comentário de José Afonso da Silva sobre a Constituição Brasileira de 1946 revela a complexidade ideológica presente na época. Ele destaca a representação de diferentes correntes de opinião, desde a direita conservadora até correntes mais progressistas e socialistas, com predomínio da opinião conservadora. Ao analisar esse período à luz dos conceitos de autoridade e poder de Hannah Arendt, é possível compreender melhor o contexto histórico e político do Brasil naquela época.

Hannah Arendt ressalta que o poder é uma capacidade coletiva que surge da ação conjunta de um grupo. No entanto, a existência do poder está ligada à preservação da união desse grupo. No caso da Constituição de 1946, a representação de diversas correntes de opinião, conforme observado por José Afonso da Silva, ilustra a tentativa de conciliar interesses variados e, possivelmente, demonstra uma parcela do exercício do poder político por meio da união de diferentes vozes em um momento de grandes tensões políticas e sociais¹³⁹. Quanto à autoridade, Arendt destaca que ela depende do reconhecimento e respeito daqueles que são solicitados a obedecer. A menção de José Afonso da Silva sobre a predominância da opinião conservadora na Constituição de 1946 pode ser interpretada como um reflexo do momento histórico, no qual certos setores detinham uma autoridade predominante, respaldada pela estrutura de poder estabelecida. No entanto, a perspectiva de Arendt sobre autoridade também salienta que o maior inimigo dela é o desprezo, e o meio mais eficaz de miná-la é o questionamento ou a crítica. Considerando o período turbulento e marcado por diferentes correntes ideológicas no Brasil, é possível presumir que, apesar da predominância conservadora, outras correntes de opinião poderiam contestar ou questionar a

¹³⁸ SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 37ª edição, revista e atualizada até a Emenda constitucional nº 76, de 28.11.2013. São Paulo: Malheiros Editores, 2014, p. 86.

¹³⁹ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 36.

autoridade estabelecida na tentativa de buscar mudanças ou reformas dentro do sistema político.

A conjuntura da Constituição de 1946 no Brasil reflete a busca por estabilidade em meio a uma realidade marcada por diversas correntes de pensamento político, com predominância conservadora, mas não exclusividade. O embate entre diferentes ideologias e a busca por representatividade no contexto político brasileiro desse período reflete a dinâmica do exercício de poder, união de grupos e a legitimidade da autoridade, conforme compreendido pelos conceitos de Hannah Arendt¹⁴⁰.

Os debates acalorados abordaram questões fundamentais, culminando na promulgação da nova Constituição brasileira em 18 de setembro de 1946. A nova Constituição, embora adotando uma abordagem liberal-democrática, ainda mantinha alguns traços do modelo corporativista. A República Federativa Brasileira foi estabelecida, definindo as competências da União, dos estados e dos municípios, além de estabelecer as funções dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O presidente da República seria eleito por voto direto e secreto para um mandato de cinco anos¹⁴¹. Esta composição buscava um equilíbrio delicado entre a tradição e a inovação, entre o antigo e o novo, uma característica distintiva deste momento na história brasileira.

A Constituição era tida como um elemento fundamental para inaugurar uma nova era de paz e estabilidade, buscando prevenir a ocorrência de desordem e conflitos. Nesse sentido o Presidente Dutra discursou:

Concito todos os brasileiros à prática da Constituição. Cumpri-la - o rumo a seguir, a fim de que a democracia brasileira funcione em toda a sua plenitude, sem exageros demagógicos, em atmosfera propícia ao trabalho construtivo e à ordem social. Somente assim nos será possível atenuar os males que nos afligem, fruto de uma época agitada (...) E nos desviaremos do itinerário do ódio e do sofrimento, a que nos arrastam a luta de classes e a subversão da ordem jurídica¹⁴².

Este discurso ilustra a aspiração por um país unificado e pacífico, uma esperança que permeava o coração de muitos brasileiros nessa época de mudança. No tocante a persistência dos traços do modelo corporativista, Fausto destaca a organização dos trabalhadores:

Legislou-se esmiuçadamente sobre muitas coisas, mas não se suprimiu o imposto sindical, suporte principal dos 'pelegos'. Uma fórmula ambígua estabeleceu a liberdade de associação sindical ou profissional, 'sendo-lhe

¹⁴⁰ Ib. p. 36.

¹⁴¹ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 399.

¹⁴² AZEVEDO. *Democracia e exclusão*. Op. cit. p. 78-79.

regulada por lei a forma de constituição, a representação legal nos contratos coletivos de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público'. O texto, em si mesmo, traduz a ideia de sindicato como órgão de colaboração com o Estado. Além disso, como a lei não foi alterada, o princípio de unidade sindical ficou mantido, assim como o poder do Estado para intervir na vida sindical. Por caminhos diversos, mas fascinados pelo que se tem chamado de 'ideologia de Estado', os comunistas e a maioria dos liberais acabaram concordando com a fórmula constitucional¹⁴³.

Essa concordância entre grupos tão diversos é um testemunho da complexa teia de compromissos e negociações que caracterizaram a política brasileira daquela época. Outro ponto de acalorados debates na Assembleia Constituinte foi a temática da família, principalmente no que toca ao divórcio, prevalecendo, por fim, a pressão da Igreja Católica e a posição dos conservadores, definindo a família como aquela constituída pelo vínculo indissolúvel do casamento. Este resultado reflete a forte influência da Igreja e das forças conservadoras na sociedade brasileira e destaca a tensão entre valores tradicionais e visões progressistas.

Como aponta Silva sob a égide da Constituição de 1946, ocorreram diversas crises políticas e conflitos constitucionais de poderes, especialmente após o mandato presidencial de Dutra, quando Getúlio Vargas foi eleito com um programa social e econômico que causou inquietação nas forças conservadoras. Essa situação culminou em uma formidável crise política, que resultou no suicídio do chefe do governo¹⁴⁴. Esta série de eventos traça um retrato vívido de um país em luta para reconciliar suas aspirações democráticas com as realidades políticas e sociais de seu tempo.

1.3. O segundo governo de Getúlio Vargas

Segundo D'Araújo, de acordo com “a dinâmica partidária que se estabelece particularmente a partir de 1948, o fortalecimento do populismo getulista e a vitória da candidatura Vargas não surgem de forma surpreendente”¹⁴⁵. Essa observação ressalta a previsibilidade do cenário político, que, embora complexo, seguia padrões discerníveis para os observadores atentos. Ainda conforme a autora:

Os resultados eleitorais são os seguintes: Getúlio Vargas 48,7% do total de votos; seguido por Eduardo Gomes, com 29,7%, Cristiano Machado, com 21,5%, e, por fim, João Mangabeira com 0,1%. Vargas se sagrou vitorioso

¹⁴³ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 401.

¹⁴⁴ SILVA. *Curso de direito constitucional positivo*. Op. cit. p. 87.

¹⁴⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas (1951 - 1954): democracia, partidos e crise política*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992, p.78.

em 18 das 24 unidades da federação, perdendo apenas no Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Minas Gerais e nos territórios do Acre e Amapá¹⁴⁶.

Esta distribuição geográfica dos votos revela as divisões políticas e sociais da nação, oferecendo um vislumbre das diferentes realidades e aspirações das várias regiões do Brasil. A análise de Maria Celina D'Araujo sobre a vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950, ao mencionar que o fortalecimento do populismo getulista e a vitória de Vargas não surgem de forma surpreendente, pode ser interpretada à luz dos conceitos de autoridade e poder de Hannah Arendt.

De acordo com Hannah Arendt, a autoridade se baseia no reconhecimento e respeito por parte daqueles que são solicitados a obedecer. A vitória de Getúlio Vargas em 1950 pode ser vista como um reflexo da autoridade que ele havia estabelecido ao longo de sua carreira política e, especialmente, durante o período populista. Vargas conseguiu conquistar a confiança e o apoio de uma parcela significativa da população, o que contribuiu para a manutenção e consolidação de sua autoridade¹⁴⁷.

O poder, segundo Arendt, surge da ação coletiva de um grupo e está ligado à união desse grupo. No caso de Getúlio Vargas, seu fortalecimento político e a vitória eleitoral não eram surpreendentes, conforme observado por D'Araujo, pois se encaixavam no contexto de apoio e mobilização de grupos específicos da sociedade. O populismo getulista, caracterizado por uma conexão mais direta com as massas, consolidou o poder político de Vargas ao mobilizar uma base ampla de apoio, especialmente entre as classes trabalhadoras e setores urbanos. Arendt também ressalta que o poder nunca é propriedade de um indivíduo, mas sim de um grupo. Portanto, a ascensão de Vargas ao poder e sua vitória eleitoral não foram apenas resultado de sua liderança individual, mas sim da representação e consolidação do poder de um grupo, um movimento político que o respaldava e se mantinha unido em torno de sua liderança¹⁴⁸.

Em resumo, à luz dos conceitos de autoridade e poder de Hannah Arendt, a vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950 pode ser compreendida como o resultado da autoridade estabelecida por Vargas, derivada do reconhecimento e respeito de seus seguidores, e do poder coletivo de um movimento político que o apoiava, como representado pela dinâmica do populismo getulista.

¹⁴⁶ Ib. p.78.

¹⁴⁷ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 36.

¹⁴⁸ Ib. p. 36.

Getúlio Vargas tomou posse a 31 de janeiro de 1951, no entanto seu governo, antes mesmo de se iniciar, já enfrenta certa turbulência, pois a União Democrática Nacional (UDN), liderada pelo Deputado Aliomar Baleeiro, “lança mão de um recurso jurídico tendo por base que uma interpretação rigorosa da Constituição exigia a maioria absoluta nas eleições presidenciais”¹⁴⁹. Boris Fausto comenta o evento, destacando que:

A UDN tentou sem êxito impugnar sua eleição, alegando que só poderia ser considerado vencedor o candidato que obtivesse maioria absoluta, ou seja, metade mais um dos votos. Essa exigência não existia na legislação da época. Desse modo, os liberais punham a nu suas contradições. Defensores, em princípio, da legalidade democrática, não conseguiram atrair o voto da grande massa, nas eleições mais importantes. A partir daí, passaram a contestar os resultados eleitorais com argumentos duvidosos ou, cada vez mais, a apelar para a intervenção das Forças Armadas¹⁵⁰.

Essa manobra jurídica evidencia a fragilidade da democracia brasileira da época, onde a legalidade podia ser posta em xeque por conveniências políticas. Em janeiro de 1951, o Supremo Tribunal Eleitoral proclamou a vitória legal de Getúlio Vargas e Café Filho para a Presidência e Vice-Presidência da República, contrariando as expectativas dos udenistas. Os militares, em linha com a atuação que vinham tendo, acataram a decisão da justiça. Essa concordância das Forças Armadas, “mostrava como a democracia brasileira dependia precariamente da fiança militar”¹⁵¹. Essa dependência sublinha a instabilidade inerente ao sistema político da época, onde o poder civil estava intrinsecamente ligado ao aval militar.

O segundo governo Vargas foi marcado por intensas crises políticas e uma luta pelo poder entre os partidos políticos, principalmente entre a UDN e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A UDN, representante da elite brasileira, se opunha fortemente ao governo de Vargas e buscava constantemente minar sua autoridade, enquanto o PTB, o partido de Vargas, buscava consolidar o poder do governo e realizar reformas sociais e econômicas. Esta disputa partidária reflete a polarização ideológica que permeava o país e que influenciava não apenas a política, mas também a vida cotidiana dos cidadãos brasileiros.

Conforme D’Araújo, também se destaca a influência dos militares no período, que tinham um papel importante na política brasileira da época. “Eles estavam preocupados com a possibilidade de um golpe comunista no Brasil e pressionavam Vargas a adotar medidas mais autoritárias para garantir a segurança nacional”¹⁵². A sombra do comunismo, real ou imaginária, era um espectro que assombrava a política brasileira, influenciando decisões e

¹⁴⁹ D’ARAÚJO. *O segundo governo Vargas (1951 - 1954)*. Op. cit. p. 79.

¹⁵⁰ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 406.

¹⁵¹ *Ib.* p. 408.

¹⁵² *Ib.* p. 408.

ações governamentais. Em meio a essa disputa pelo poder, “o governo de Vargas enfrentou crises econômicas e sociais, como a inflação e a crise do café. Além disso, enfrentou desafios em relação aos direitos trabalhistas e à questão agrária”¹⁵³. Estes desafios sublinham a complexidade da governação em um país tão vasto e diversificado como o Brasil.

Segundo Skidmore¹⁵⁴, no início de 1954, aumenta a pressão dos trabalhadores para um aumento no salário-mínimo e começam a surgir boatos de que João Goulart, Ministro do Trabalho, concederia um aumento de 100%. Em fevereiro desse ano, 82 coronéis e tenentes-coronéis do Exército do Rio de Janeiro, ligados à ala conservadora, assinaram um manifesto conhecido como Manifesto ou Memorial dos Coronéis. Esse manifesto pode ser visto como um termômetro do descontentamento de certos setores militares e uma amostra do clima político tenso da época. O documento protestava principalmente contra o descaso do governo em relação às necessidades do Exército, como a remodelação de instalações precárias em todo o país, o reequipamento de unidades cujo material bélico era em grande parte obsoleto e a concessão de reajustes salariais aos militares. O manifesto criticava duramente o aumento de 100% do salário-mínimo, que permitiria que um operário ganhasse um salário próximo ao de um oficial do Exército.

Em decorrência do impacto do Memorial dos Coronéis na esfera política, Getúlio Vargas decidiu substituir imediatamente os ministros da Guerra e do Trabalho. No entanto, mesmo com essa medida, em maio de 1954, Vargas anunciou o aumento do salário-mínimo nos termos propostos por João Goulart, com um incremento de 100%. Essa decisão foi uma demonstração da autonomia e da determinação de Vargas em implementar políticas que considerava essenciais para o país, apesar das fortes resistências. Esse acontecimento marcou o início da conspiração para depor o governo, liderada pela UDN, que contou com o respaldo do Partido Republicano, do Partido Libertador e do Partido Democrata Cristão. O mais contundente opositor a Vargas era Carlos Lacerda.

No entanto, a crise política se agravou severamente em maio de 1954, quando o jornalista Carlos Lacerda sofreu um atentado a tiros em que seu guarda-costas foi morto. Esse atentado foi atribuído a Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, e levou a UDN a exigir a renúncia do presidente¹⁵⁵. Esse atentado e suas consequências representaram

¹⁵³ D'ARAÚJO. *O segundo governo Vargas*. Op. cit. p.79.

¹⁵⁴ SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. Tradução: Berílio Vargas. São Paulo: Companhia das letras, 2015, p. 281.

¹⁵⁵ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 409.

um ponto de inflexão crítico, acelerando a crise política e precipitando os eventos que levariam ao trágico desfecho do governo Vargas.

Mas, Vargas se recusa a renunciar, e diante dessa recusa, a oposição começa a planejar seu afastamento por força militar. Comentando o período, D'Araújo diz que:

A recusa de Vargas a renunciar à Presidência da República leva a oposição a planejar seu afastamento através de imposições militares. Mas desse processo resultam dois fatos imprevisíveis: o suicídio de Vargas e a reação popular à sua morte. A euforia da UDN transforma-se numa vitória de Pirro¹⁵⁶.

Os eventos que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas representam um ponto crucial na história política do Brasil. Maria Celina D'Araújo destaca a recusa de Vargas em renunciar à Presidência, o que desencadeou a oposição a buscar seu afastamento, incluindo planos que envolviam imposições militares. Porém, o desenrolar desse processo resultou em dois acontecimentos imprevisíveis: o suicídio de Vargas e a reação popular à sua morte, o que provocou uma mudança de cenário, conforme observado pela autora.

Analisando esses eventos à luz dos conceitos de força¹⁵⁷ e violência¹⁵⁸ de Hannah Arendt, é possível identificar o contexto em que se desdobraram. Arendt distingue a força da violência, considerando a primeira como um meio de coerção que pode ser empregado de maneira direta ou sutil. A violência, por sua vez, é caracterizada por seu caráter instrumental, buscando substituir o vigor natural.

No caso da recusa de renúncia por parte de Vargas e a oposição que planejava seu afastamento através de imposições militares, a imposição do poder por parte da oposição pode ser interpretada como um uso da força. Aqui, a ameaça de intervenção militar representa um elemento de pressão política que pode ser considerado um uso de força para compelir Vargas a deixar o cargo. Entretanto, a situação se desdobrou de forma imprevisível. A pressão política, inicialmente uma forma de força, eventualmente desencadeou um cenário caótico, no qual a reação popular à morte de Vargas surpreendeu a euforia da oposição. A reação do povo à morte de Vargas desencadeou uma comoção nacional, transformando o que poderia ser considerado uma vitória da oposição em um momento de reflexão e mudança na percepção da situação política.

Hannah Arendt destacaria que a imposição do poder, mesmo que inicialmente realizada por meio de força política, pode desencadear situações imprevistas, especialmente

¹⁵⁶ D'ARAÚJO. *O segundo governo Vargas (1951 - 1954)*. Op. cit. p.142.

¹⁵⁷ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 37.

¹⁵⁸ *Ib.* p. 37.

quando as ações desencadeiam reações emocionais e mobilização popular. A imposição da vontade sobre outro indivíduo, especialmente quando confrontada com a reação popular, pode demonstrar a fragilidade dos meios de força e a imprevisibilidade dos resultados, já que a violência ou a força podem gerar consequências não planejadas.

Em resumo, os eventos que culminaram no suicídio de Getúlio Vargas revelam a complexidade da dinâmica política, incluindo a imposição de força por parte da oposição e a imprevisibilidade das reações populares, demonstrando como a aplicação de força política pode gerar desdobramentos imprevisíveis e até mesmo contraproducentes, à luz dos conceitos de força e violência de Hannah Arendt.

Com o falecimento de Getúlio Vargas, a solução da crise política que se avizinhava passou a assumir características distintas. A ausência do líder levou a corrente getulista a se expressar de forma mais clara por meio de partidos políticos, em substituição à relação pessoal líder-massa. O Partido Social Democrático (PSD) e o PTB se tornaram as agremiações que se apresentaram como depositárias da herança política do ex-presidente. Nesse sentido, a morte de Vargas fortaleceu as instituições políticas, porém em uma direção que não havia sido prevista pelos mentores da deposição. Esta consequência não intencional destaca a imprevisibilidade da política e a capacidade de transformação mesmo nas circunstâncias mais sombrias. A reorganização das forças políticas se deu em torno de posições favoráveis ou contrárias ao getulismo, o que levou a UDN a sofrer uma dupla derrota: a perda da razão imediata de sua coesão partidária, que era a figura de Vargas, e a necessidade de conviver com a força político-ideológica da herança getulista, manifestada por meio de protestos populares e dos próprios partidos políticos. A situação de crise, que a oposição havia identificado como tendo origem na figura do ex-presidente, passou a ter condições mais objetivas de resolução após a morte de Vargas¹⁵⁹.

A preferência pela resolução legal da crise na cúpula do Exército e a influência das manifestações populares foram fatores determinantes que impediram a ascensão da chamada "República do Galeão", um grupo da Aeronáutica que estabeleceu um esquema paralelo de investigação com o intuito de purificar a democracia, conforme defendia Lacerda. Esses fatores demonstram a complexa interação entre as instituições estatais e a vontade popular, e como essa interação pode moldar o curso dos eventos políticos. Com o falecimento de Vargas, o vice-presidente Café Filho assumiu a presidência. Este político norte-rio-grandense, com uma história de inclinações à esquerda, havia se aproximado de Ademar de Barros por

¹⁵⁹ Ib. p. 142-143.

questões políticas regionais, e havia sido escolhido como candidato a vice-presidente no contexto do acordo entre o getulismo e o Partido Social Progressista (PSP). Sua ascensão ao poder representou uma mudança significativa na dinâmica política, evidenciando a fluidez das alianças e a incerteza dos resultados políticos. Entretanto, durante os meses de crise, Café Filho posicionou-se com a oposição. Ele formou um ministério com uma maioria de membros da UDN e, ao mesmo tempo, garantiu ao país que iria realizar as eleições presidenciais previstas para outubro de 1955¹⁶⁰. Esta decisão sublinha a complexidade do cenário político e a imprevisibilidade das alianças e posições políticas naquele período tumultuado da história brasileira.

1.4. O governo de Juscelino Kubitschek

No dia 3 de outubro de 1955, ocorreu a eleição presidencial brasileira, na qual Juscelino Kubitschek venceu por uma margem estreita. Ele obteve 36% dos votos, enquanto Juarez Távora alcançou 30%, Ademar de Barros 26% e Plínio Salgado 8% dos votos. Era permitido votar em nomes de chapas diferentes para a presidência e a vice-presidência. A eleição de uma chapa presidencial e vice-presidencial de partidos diferentes não era um fenômeno novo no Brasil, mas refletia uma particularidade do sistema político brasileiro que permitia alianças e composições variadas, muitas vezes resultantes de complexas negociações políticas. João Goulart foi eleito vice-presidente, com uma votação ligeiramente superior à de Juscelino. O sucesso de Jango demonstrou o crescimento progressivo do PTB¹⁶¹. Porém, o cenário político não estava de todo calmo:

JK e Jango pertencem respectivamente ao PSD e ao PTB, fundados por Getúlio. JK, à frente de Minas Gerais, foi o único governador a participar do velório do presidente. Jango foi ministro do Trabalho de Getúlio e perdeu o cargo por pressão dos militares, após tentar dobrar o valor do salário-mínimo. A UDN e parte das Forças Armadas, que não têm dúvida de que JK e Jango desagavetarão as bandeiras do getulismo, preparam-se para dar um golpe, impedindo a posse dos vitoriosos e tomando o poder¹⁶².

Segundo Fausto¹⁶³, no início de novembro de 1955, ocorreu o falecimento do presidente do Clube Militar, o general Canrobert Pereira da Costa, um dos conspiradores mais proeminentes contra Getúlio. Durante o funeral de Canrobert, o coronel Bizarria Mamede, um

¹⁶⁰ FAUSTO, *História do Brasil*. Op. cit. p. 411.

¹⁶¹ *Ib.* p. 412.

¹⁶² BRASIL, Senado Federal. *Há 60 anos, crise fez Brasil ter 3 presidentes numa única semana*. Agência de Notícias, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/11/06/ha-60-anos-crise-fez-brasil-ter-3-presidentes-numa-unica-semana>. Acesso em: 8 jun. 2022.

¹⁶³ *Ib.* p. 421-422.

dos signatários do memorial dos coronéis, proferiu um discurso elogioso em homenagem ao falecido. Ele atacou aqueles que defendiam uma "pseudo-legalidade imoral e corrompida" e classificou como uma "mentira democrática" um regime presidencial que concentrava nas mãos do Executivo uma vitória da minoria. A crítica de Mamede à "pseudo-legalidade" refletia uma tensão profunda entre diferentes concepções de democracia e legalidade que permeava o debate político brasileiro na época. Era uma referência clara à eleição de Juscelino.

O ministro da Guerra, o general Lott, tinha a intenção de punir o coronel e tentar limitar a politização das Forças Armadas. No entanto, devido ao fato de Mamede ser membro da direção da Escola Superior de Guerra, ele estava diretamente subordinado à autoridade do presidente da República. A posição de Mamede na Escola Superior de Guerra e a hesitação em puni-lo ilustram a complexa interseção de autoridade civil e militar que caracterizava a política brasileira da época. A questão ficou pendente quando Café Filho sofreu um ataque cardíaco em 03 de novembro, obrigando-o a deixar temporariamente o poder. Conforme estabelecido pela Constituição, o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, assumiu o cargo interinamente. No entanto, como Carlos Luz se recusou a punir o coronel Mamede, Lott renunciou ao Ministério da Guerra.

A partir desse momento, ocorreu o chamado "golpe preventivo", uma intervenção militar com o objetivo de assegurar a posse do presidente eleito, não para impedi-la. Essa intervenção, liderada pelo general Lott, destaca-se como um exemplo incomum na história política latino-americana, onde uma ação militar foi empreendida não para derrubar, mas para assegurar a continuidade do processo democrático. O general Lott desempenhou um papel fundamental na ação que ocorreu em 11 de novembro de 1955, mobilizando tropas do Exército no Rio de Janeiro. Essas tropas ocuparam prédios governamentais, estações de rádio e jornais. Os comandantes do Exército se posicionaram ao lado de Lott, enquanto os Ministros da Marinha e da Aeronáutica denunciaram a ação como "ilegal e subversiva". As forças do Exército cercaram as bases navais e aéreas, evitando um confronto entre as diferentes alas das Forças Armadas.

No dia 11 de novembro, o Congresso Nacional se reuniu rapidamente para avaliar a situação. Apesar dos votos contrários da UDN, os parlamentares decidiram considerar Carlos Luz como impedido, transferindo a presidência da República para o presidente do Senado, Nereu Ramos, de acordo com a linha de sucessão constitucional. A ação do Congresso Nacional foi crucial para neutralizar o impasse político e assegurar a legalidade constitucional

no processo de sucessão presidencial. O Congresso evitou agravar a situação ao permitir, contraditoriamente, que Carlos Luz reassumisse a presidência da Câmara dos Deputados.

Dez dias depois, aparentemente recuperado, Café Filho tentou retomar a presidência da República. No entanto, o Congresso considerou-o impedido e confirmou Nereu Ramos como chefe do Executivo. Logo em seguida, a pedido dos ministros militares, o Congresso aprovou o estado de sítio por trinta dias, prorrogado posteriormente pelo mesmo período. O estado de sítio, uma medida excepcional, reflete a magnitude da crise política que o Brasil enfrentava e o quão delicada era a situação institucional do país naquele momento. Essa sequência de medidas excepcionais garantiu a posse de Juscelino e Jango em 31 de janeiro de 1956.

Iniciando o seu governo, Juscelino Kubitschek, que desde a sua campanha presidencial já expressava sua visão de acelerar o desenvolvimento industrial do Brasil por meio de seu slogan emblemático "cinquenta anos em cinco", estabelece o Conselho de Desenvolvimento Econômico com o objetivo de implementar e monitorar o Plano de Metas, que se tornou o principal guia de sua política de desenvolvimento durante seu governo¹⁶⁴. A adoção do Plano de Metas foi um momento decisivo na política de desenvolvimento econômico do Brasil, representando uma virada ambiciosa em direção à modernização e à industrialização.

O referido Plano, ou Programa de Metas, como denomina Fausto, “abrange 31 objetivos, distribuídos em seus grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília, chamada de meta-síntese”¹⁶⁵. Segundo Pompeu:

O Plano de Metas foi concebido com fundamento em estudos e diagnósticos feitos desde o começo da década de 1940 por comissões e missões econômicas. Como característica principal, o plano visava desenvolver a indústria de base, além de investir na construção de estradas e de hidrelétricas, bem como ampliar a extração de petróleo, tudo com a finalidade de tirar o Brasil do seu atraso e transformá-lo em um país industrializado¹⁶⁶.

A abrangência e a ambição do Plano de Metas refletem a visão de Juscelino Kubitschek de um Brasil moderno e desenvolvido, que se alinhava com os anseios de progresso da nação naquela época. O impacto do Programa de Metas foi significativo,

¹⁶⁴ SOUZA, Tayna A. R. *O governo Juscelino Kubitschek: Diplomacia cultural e desenvolvimentismo* (1956-1961). 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas). Universidade Federal de São Paulo, Osasco, São Paulo, 2022, p. 15.

¹⁶⁵ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 425.

¹⁶⁶ POMPEU, Bruno Nogueira. *O desenvolvimento da indústria automobilística sob a ótica do plano de metas do governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961)*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, out. 2017, p. 14.

especialmente no setor industrial: Entre os anos de 1955 e 1961, o valor da produção industrial registrou um aumento de 80%, levando em conta a inflação. Essa expansão industrial não só alterou a estrutura econômica do país, mas também moldou o desenvolvimento social e urbano do Brasil nas décadas seguintes. Esse crescimento foi particularmente notável nas seguintes áreas industriais: Indústria do aço a produção teve um aumento de 100%; Indústrias mecânicas registraram um crescimento impressionante de 125%; Setor de eletricidade e comunicações apresentou um salto de 380% em sua produção; Material de transporte experimentou um crescimento extraordinário de 600%¹⁶⁷.

Crescimento do PIB: Entre os anos de 1957 e 1961, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil teve um crescimento anual de 7%. Isso resultou em um aumento na taxa per capita, ou seja, por habitante, de quase 4%. Considerando-se toda a década de 1950, o crescimento do PIB per capita brasileiro foi aproximadamente três vezes maior do que o observado no restante da América Latina. Esses dados não são apenas estatísticas econômicas, mas também um testemunho do dinamismo e da transformação pela qual o Brasil passava sob a liderança de Kubitschek. Esses dados evidenciam o impacto positivo do Programa de Metas, destacando o crescimento expressivo da produção industrial e o consequente desenvolvimento econômico do Brasil durante o período analisado.

Porém, como aponta Labaki, fazendo um contraponto a essa visão favorável, no governo de Juscelino Kubitschek, tornou-se evidente o encerramento da política de substituição de importações implementada por Vargas, o que veio a ocasionar um crescimento significativo da dívida externa, enquanto a economia nacional se encontrava amplamente aberta ao capital internacional, resultando em um impacto desfavorável para o capital interno, que sofreu com o sufocamento econômico¹⁶⁸.

O balanço final do governo de Kubitschek, portanto, é complexo e multifacetado, refletindo as tensões entre crescimento econômico e estabilidade financeira, nacionalismo e globalização, e a necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com a soberania nacional. Mas, de maneira geral, na memória dos brasileiros, os cinco anos do governo de Juscelino Kubitschek são lembrados como um período de otimismo e grandes conquistas, com destaque para a emblemática construção de Brasília. A construção de Brasília pode ser vista como um símbolo da visão de futuro e do espírito empreendedor que caracterizou o governo de Kubitschek. A fundação de uma nova capital dividiu opiniões e trouxe desafios

¹⁶⁷ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 427.

¹⁶⁸ LABAKI, Amir. 1961: *a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 77.

para o funcionalismo público da antiga capital da República, que foi obrigado a se transferir para o Planalto Central do país. Embora a ideia não fosse nova - a primeira Constituição republicana, de 1891, já atribuía ao Congresso a competência para "mudar a capital da União" - foi Juscelino quem concretizou o projeto com imenso entusiasmo, mobilizando recursos e contando principalmente com a mão de obra dos migrantes nordestinos conhecidos como "candangos". A transferência da capital para o interior do país foi não apenas uma decisão administrativa, mas também uma poderosa declaração de intenções sobre o desenvolvimento regional e a integração nacional. O arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa lideraram o planejamento de Brasília, ambos renomados internacionalmente¹⁶⁹.

O projeto de lei para a construção de Brasília, apresentado pelo Executivo ao Congresso, foi aprovado em setembro de 1956, apesar da forte resistência da UDN. Os membros da UDN alegavam que a iniciativa era demagógica, argumentando que resultaria em maior inflação e isolamento da sede do governo. Durante o processo, Carlos Lacerda liderou o pedido para a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de investigar possíveis irregularidades nos contratos das obras, mas sem sucesso. A resistência da UDN e a investigação proposta por Carlos Lacerda refletiam as disputas políticas intensas e os conflitos de interesse que marcavam o cenário político brasileiro da época. Em 21 de abril de 1960, uma data simbólica, Juscelino Kubitschek inaugurou solenemente a nova capital, Brasília.

1.5. O governo Jânio Quadros

O entusiasmo gerado pelo governo de Juscelino Kubitschek não era compartilhado pela maioria da população, como ficou evidente nas eleições presidenciais marcadas para 03 de outubro de 1960. Durante o curso de 1959, as candidaturas começaram a surgir. Após ser eleito governador de São Paulo, Jânio Quadros foi lançado em abril por um pequeno partido, o PTN, com o apoio de Carlos Lacerda. Este movimento é emblemático do dinamismo e da imprevisibilidade da política brasileira da época, onde figuras carismáticas podiam emergir rapidamente e galvanizar o apoio popular. Ademar de Barros concorreu pelo PSP, impulsionado pelos bons resultados eleitorais de 1955. O PSD e o PTB uniram-se novamente em torno da candidatura do general Lott, com João Goulart como candidato a vice-presidente¹⁷⁰.

¹⁶⁹ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 429-430.

¹⁷⁰ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 434.

A UDN estava dividida entre lançar uma candidatura própria ou apoiar Jânio. Jânio seguia em sua própria campanha, criticando a corrupção do governo e a desordem financeira. Estas críticas ecoavam um sentimento comum entre a população, ressaltando um dos principais problemas percebidos no país. Apesar de não ter um programa político definido e desprezar os partidos políticos, ele atraía o povo com sua figura populista e ameaçadora, prometendo punição implacável para os envolvidos em negócios corruptos. Esse posicionamento de Jânio parecia refletir uma tentativa de romper com a política tradicional e estabelecer uma nova ordem, o que evidentemente encontrou ressonância entre muitos eleitores. Jânio estava longe de se adequar ao perfil conservador da UDN, mas ao mesmo tempo incorporava, à sua maneira, parte do discurso do partido. Acima de tudo, representava uma grande oportunidade para o partido finalmente chegar ao poder, embora por um caminho desconhecido. Na convenção da UDN realizada em novembro de 1959, o apoio a Jânio prevaleceu, derrotando a corrente que defendia uma candidatura própria. Esta decisão da UDN pode ser vista como um momento de pragmatismo político, onde as aspirações de poder superaram as divergências ideológicas. Desde o início da campanha, a favorabilidade de Jânio ficou evidente. Ele despertava esperanças na elite antigetulista, na classe média que buscava uma moralização dos costumes políticos e se via impactada pelo alto custo de vida, além da grande maioria dos trabalhadores.

Por outro lado, Lott se mostrou um candidato desastroso. O general teve um papel importante nos círculos de poder, sendo considerado uma garantia para a continuidade do regime democrático. Porém, quando exposto a um público mais amplo, suas fraquezas se tornaram evidentes. Esta falha de comunicação de Lott pode ser vista como um reflexo das dificuldades que os militares frequentemente enfrentam ao fazer a transição para a política eleitoral. Sua habilidade de falar em público era deficiente e ele tentava adotar artificialmente o discurso getulista. Isso desagradava ao PSD com sua defesa sincera do voto para analfabetos, e desagradava ao PTB e a esquerda com suas críticas também sinceras a Cuba e ao comunismo.

Ao longo das quatro eleições presidenciais desde 1945, o eleitorado cresceu consideravelmente, resultado da urbanização e do maior interesse pela participação política. Este aumento significativo do eleitorado é um indicativo claro do amadurecimento da democracia brasileira, apesar de seus desafios e idiossincrasias. O número de eleitores passou de 5,9 milhões em 1945 para 7,9 milhões em 1950, 8,6 milhões em 1955 e, finalmente, 11,7 milhões em 1960, na última eleição direta para presidente que o país teve até 1989.

Jânio venceu as eleições de outubro de 1960, com 48% dos votos, enquanto Lott obteve 28% e Ademar, 23%. A vitória de Jânio, com quase metade dos votos, é um testemunho da esperança que muitos brasileiros depositavam em sua liderança, apesar de suas excentricidades. Seu sucesso só não superou, em termos percentuais, o de Dutra em 1945. João Goulart foi eleito vice-presidente da República, apesar da clara derrota de Lott. A eleição de Goulart, por outro lado, sugere a continuidade de uma certa lealdade ao getulismo e suas políticas trabalhistas. Isso foi possível porque, na época, o eleitor podia votar em um candidato a presidente de uma chapa e em um candidato a vice-presidente de outra. A votação em Jânio e Jango entre os trabalhadores refletiu o avanço nítido do PTB, embora também tenha havido uma dissidência sindical trabalhista em São Paulo, que apoiou Jânio. Essa dissidência sindical pode ser interpretada como um sinal de tensões dentro do movimento trabalhista, refletindo uma diversidade de opiniões e interesses. Isso deu origem ao movimento "Jan-Jan", que defendia os nomes de Jânio e Jango. A combinação de Jânio e Jango, embora aparentemente contraditória, é um lembrete da complexidade e imprevisibilidade da política brasileira. Em pouco tempo, os eventos políticos demonstrariam os riscos dessa combinação inesperada.

Jânio Quadros, como o primeiro presidente a assumir o cargo em Brasília, despertou esperanças de um futuro promissor. Estas esperanças estavam ligadas não apenas à figura de Jânio, mas também ao simbolismo de Brasília como um novo começo para o Brasil. No entanto, essas expectativas foram frustradas em menos de sete meses, quando ele renunciou, mergulhando o país em uma grave crise política¹⁷¹. A brevidade de seu mandato e a natureza abrupta de sua renúncia foram chocantes e lançaram o Brasil em uma incerteza política profunda. Iniciou seu governo de maneira desconcertante ao adotar medidas que agradavam tanto a esquerda quanto os conservadores, desagradando a ambos os lados. A natureza paradoxal de sua governança sugere uma falta de visão clara ou, talvez, uma tentativa mal calculada de navegar entre as diversas forças políticas do país. A atuação de Jânio Quadros na política externa, com a implementação da "Política Externa Independente (PEI)", despertou a oposição dos conservadores. Essa oposição pode ser vista como um reflexo das tensões da Guerra Fria, que se manifestavam intensamente na política interna brasileira. Sua decisão de condecorar Che Guevara, companheiro de Fidel Castro, com a Ordem do Cruzeiro do Sul causou indignação entre eles. Esta ação controversa de Jânio foi um claro sinal de sua disposição para desafiar as normas estabelecidas e agitar o status quo. No entanto, conforme

¹⁷¹ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 437-439.

afirma Fausto¹⁷² o gesto não visava apoiar o comunismo, mas sim demonstrar publicamente a PEI que Jânio estava implementando. Este esclarecimento é importante para entender que as ações de Jânio não eram meramente provocativas, mas faziam parte de uma estratégia mais ampla de política externa. Essa política buscava uma terceira via para o Brasil, buscando uma posição de neutralidade entre os blocos capitalista e comunista em confronto. Esta abordagem demonstra uma tentativa de navegar pela complexa geopolítica da época sem se alinhar estritamente a qualquer um dos lados. No entanto, como afirma Lara: “Esse modelo de política estava a funcionar, alcançando os objetivos de barganha com os EUA, vide as altas quantias de empréstimos e créditos obtidos em seu governo, ao mesmo tempo em que inseria o Brasil como uma liderança no Hemisfério”¹⁷³.

No âmbito econômico, Jânio Quadros adotou um pacote de medidas ortodoxas de estabilização econômica, incluindo desvalorização cambial, controle dos gastos públicos e expansão monetária limitada. A adoção destas medidas ortodoxas pode ser vista como uma tentativa de estabilizar a economia, mas também como um reflexo das pressões e expectativas dos credores internacionais. No entanto, essas ações resultaram em aumento significativo no preço do pão e dos combustíveis devido à redução dos subsídios para importação de trigo e petróleo. O impacto direto dessas políticas na vida cotidiana dos brasileiros pode ter contribuído para o descontentamento popular com o governo. As medidas foram bem recebidas pelos credores internacionais e pelo FMI, que reestruturaram a dívida do Brasil em 1961. Esta aceitação pelas instituições financeiras internacionais indica que, pelo menos em algum nível, as políticas econômicas de Jânio estavam alinhadas com as expectativas e padrões globais da época. Jânio foi visto como uma opção para evitar a instabilidade e o avanço do comunismo no maior país da América Latina. Esta percepção reflete as preocupações globais da Guerra Fria e a posição estratégica do Brasil no tabuleiro geopolítico. Em agosto de 1961, Jânio começou a relaxar as medidas de contenção financeira, mas não chegou a implementar uma mudança significativa de direção política. Essa indecisão pode ser interpretada como um sinal de falta de clareza em suas políticas ou talvez como uma resposta às pressões e reações que suas políticas iniciais haviam gerado. No mesmo mês, renunciou ao governo com um gesto surpreendente¹⁷⁴. A renúncia de Jânio, dada sua natureza

¹⁷² FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 438.

¹⁷³ LARA, J. V. Um novo paradigma? A Política Externa Independente do governo Jânio Quadros. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 204, p. 68, 2018.

¹⁷⁴ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 439.

abrupta e inesperada, foi um ponto de inflexão na política brasileira, lançando o país em uma nova fase de incerteza e instabilidade.

O cenário político da época demonstrava que Jânio Quadros enfrentava dificuldades políticas, sem uma base de apoio sólida no Congresso. O PSD e o PTB dominavam o legislativo, enquanto Lacerda, ex-aliado de Jânio, passou para a oposição. É interessante notar que essa fragmentação política, frequentemente observada em regimes democráticos, aqui se manifesta de forma particularmente aguda. A UDN também tinha descontentamento, pois Jânio agia sem consultar a liderança do partido e suas políticas externa independente e favorável à reforma agrária causavam preocupações. À luz dos conceitos de "poder" e "autoridade" de Hannah Arendt, a análise desse período se torna essencial para compreender as dinâmicas políticas e sociais em jogo.

Hannah Arendt distingue o poder¹⁷⁵ como uma capacidade coletiva que surge da ação conjunta de um grupo, enquanto a autoridade¹⁷⁶ se baseia no reconhecimento e respeito daqueles a quem se pede obediência. No caso do governo de Jânio Quadros, sua dificuldade política estava enraizada na ausência de uma base de apoio sólida no Congresso. Isso implicava que o poder coletivo que surge da ação conjunta de um grupo não estava devidamente consolidado para o respaldar em suas decisões e políticas. O PSD e o PTB dominavam o legislativo, enfraquecendo a capacidade de Jânio Quadros de articular seu poder político. A falta de apoio no Congresso tornava suas ações e propostas políticas desafiadoras de implementar, refletindo um cenário no qual o poder político coletivo estava fragmentado, dificultando a capacidade de Jânio de agir em concerto com um grupo unido.

Por outro lado, a autoridade, segundo Arendt, é fortemente baseada no respeito e reconhecimento daqueles que são chamados a obedecer. No caso de Jânio, a falta de apoio no Congresso e suas políticas externas independentes, incluindo uma postura favorável à reforma agrária, geraram preocupações e descontentamento entre várias lideranças políticas, incluindo a UDN e seu ex-aliado Lacerda. A ação unilateral de Jânio, sem consulta às lideranças partidárias, minou a base de respeito e reconhecimento que é crucial para a autoridade.

Portanto, a análise do governo de Jânio Quadros à luz dos conceitos de "poder" e "autoridade" de Hannah Arendt revela um cenário político fragmentado, no qual o poder coletivo carecia de consolidação e a autoridade do líder era minada pela falta de reconhecimento e respeito de parte das lideranças políticas, devido à atuação unilateral e à

¹⁷⁵ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 36.

¹⁷⁶ *Ib.* p. 36.

falta de diálogo e consenso na condução das políticas governamentais. Isso acabou por comprometer sua capacidade de governar de forma eficaz e consolidar seu apoio político, resultando na renúncia precoce de seu mandato. Como destaca Loureiro:

A teoria da independência entre os poderes era a justificativa dada por Jânio para explicar suas atitudes de negligência perante os trabalhos do Congresso. Com isso, ele mantinha, diante da população, a imagem de um representante que não se misturava com os partidos e com os políticos, ao mesmo tempo em que concedia às opiniões mais informadas uma razão legal para as suas atitudes. No fundo, tem-se a impressão de que as constantes e sistemáticas ações janistas de esvaziamento do Congresso se deram para impedir que ele trabalhasse em harmonia com o Executivo, levando, talvez, à necessidade de uma reforma constitucional que fortalecesse a Presidência¹⁷⁷.

Essa interpretação oferecida por Loureiro permite uma compreensão mais aprofundada das intenções e estratégias de Jânio Quadros, sugerindo que suas ações não eram aleatórias, mas parte de uma visão mais ampla de governabilidade. Dessa maneira, Jânio Quadros conseguiu diminuir a legitimidade do Congresso diante da opinião pública por meio de ações e discursos que visavam deslegitimar o Poder Legislativo. Este processo de deslegitimação é um fenômeno preocupante, pois pode minar os fundamentos de uma democracia representativa. Ele utilizou a retórica de que era um presidente independente, que não se misturava com os partidos e políticos, e que estava lutando contra a corrupção e a ineficiência do Congresso. A retórica de independência, embora atraente para o eleitorado, pode ser problemática se levar a um isolamento excessivo do chefe de Estado. Além disso, Jânio Quadros tomou medidas que visavam enfraquecer o Congresso, como a criação de conselhos paralelos para tratar de assuntos que eram de competência do Legislativo. Essas ações e discursos contribuíram para a deslegitimação do Congresso e para a criação de uma imagem positiva de Jânio Quadros perante a opinião pública. A estratégia de Jânio, embora eficaz em curto prazo, semeava as sementes de uma instabilidade duradoura. No entanto, essa postura do Presidente trouxe consequências, ocasionando:

O surgimento de sérias tensões entre o presidente e os conservadores da situação (tais como os da “banda de música” da UDN). Os conservadores, por exemplo, deixaram de defender sistematicamente o governo no Legislativo, em especial quando os temas debatidos se vinculavam à Política Externa Independente ou às “reformas de estrutura”¹⁷⁸.

Este rompimento entre Jânio e os conservadores marca um ponto de inflexão crítico na política brasileira, cujas repercussões seriam sentidas por décadas. Como decorrência dessa disputa de poder, deflagrou-se uma crise política que afetou a governabilidade do país e

¹⁷⁷ LOUREIRO, F. P. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. *Revista Brasileira de História*, v. 29, p. 198, jun. 2009.

¹⁷⁸ *Ib.* p. 203.

difficultou a aprovação de reformas importantes. A ironia é que, em sua tentativa de consolidar o poder, Jânio inadvertidamente pavimentou o caminho para um impasse político. Por fim, a disputa contribuiu para a polarização política do país, com a oposição se mobilizando para obter a Presidência da Câmara dos Deputados e a situação mantendo o controle do Senado. E mais, os efeitos dessa postura de Jânio, extrapolaram os limites de seu governo, tendo consequências no futuro Governo de João Goulart, o que acabaria resultando no Golpe de 1964. Conforme destaca Loureiro:

Em primeiro lugar, o constante contraponto feito pelo presidente entre a participação popular direta (via referendo, por exemplo) e a participação popular mediante representação (Legislativo Federal) — qualificando a primeira como mais legítima —, garantiriam posteriormente maior base à atuação política dos movimentos da sociedade civil, em especial o dos trabalhadores. Lembre-se que, durante o Governo Goulart, algumas resoluções parlamentares seriam tomadas sob estrita pressão de grupos sociais, tais como, por exemplo, a da antecipação do plebiscito sobre o retorno do presidencialismo. Em segundo lugar, alguns dos temas levantados por Jânio durante seu embate com os congressistas (como o das famosas “reformas de estrutura”) desencadearam forças políticas que o próprio presidente, talvez, não imaginasse. As reformas agrária e bancária, e a política de reatamento de relações comerciais e diplomáticas com países comunistas, levaram a uma divisão político-ideológica suprapartidária que polarizou o Parlamento (ADP e FPN), diminuindo espaços para alianças políticas mais amplas entre os legisladores durante o Governo Goulart. Além disso, a discussão dessa agenda reformista tornou-se mais independente do Executivo a partir da Administração Quadros. Isso quer dizer que, tivesse sido ou não Goulart o futuro presidente do Brasil após a renúncia de Jânio, a pauta das “reformas de estrutura” já estava posta e dificilmente poderia ser relegada a um segundo plano¹⁷⁹.

Portanto, pode-se argumentar que as ações de Jânio Quadros, embora focalizadas em seu próprio governo, tiveram um efeito dominó, influenciando a política brasileira muito além do seu mandato. Conforme Fausto¹⁸⁰, o encadeamento dos fatos que resultaram na renúncia de Jânio tem início em agosto de 1961. Lacerda fez um discurso denunciando uma suposta tentativa de golpe do governo. No dia seguinte, Jânio renunciou, sem explicar claramente os motivos, atribuindo tal ato a atuação de “forças terríveis”. Essa renúncia abrupta e misteriosa deixou um vácuo de poder que desencadeou uma série de eventos imprevistos. A hipótese mais provável, é que ele esperava obter mais poderes com a renúncia e se considerava indispensável para o Brasil. No entanto, a renúncia foi um desastre tanto para Jânio quanto para o país. Aqui, vemos a ironia trágica de um líder que, buscando consolidar seu poder, acaba por perdê-lo completamente. Após a renúncia, houve um apelo para que ele

¹⁷⁹ Ib. p. 205-206.

¹⁸⁰ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 440-442.

reconsiderasse, mas não houve ações significativas para seu retorno. O Congresso apenas tomou conhecimento da renúncia, iniciando assim uma disputa pelo poder.

De acordo com a Constituição de 1946, que restabeleceu o regime democrático no Brasil após o fim do Estado Novo, o vice-presidente João Goulart deveria assumir o cargo de presidente da República em caso de vacância do titular. No entanto, a posse de Jango foi contestada por setores militares que o acusavam de ser simpatizante do sindicalismo e do comunismo. Este episódio ilustra vividamente as tensões ideológicas que permeavam a política brasileira da época, sublinhando a fragilidade da jovem democracia do país. Para agravar a situação, por “um acaso carregado de simbolismo, Jango se encontrava ausente do país, em visita à China comunista”¹⁸¹.

Após a renúncia de Jânio, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente o poder, mas os ministros militares impediram o retorno de Jango ao Brasil sob o argumento da segurança nacional. Aqui, vemos uma clara demonstração de como as disputas de poder e ideológicas podem sobrepor-se aos princípios democráticos. No entanto, houve resistência de parte dos militares e do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que liderou a chamada “batalha da legalidade” em defesa da posse de Jango. Brizola organizou manifestações populares e ameaçou bloquear a entrada de Porto Alegre frente ao envio de uma força naval por parte do ministro da Marinha. Esta resistência é emblemática do profundo desejo de parte da sociedade brasileira de preservar a democracia e a legalidade constitucional.

Ao fim, o Congresso optou por uma saída negociada. João Goulart assumiu a presidência em 07 de setembro de 1961, mas com o regime mudado de presidencialismo para parlamentarismo, que reduzia seus poderes. O parlamentarismo, defendido por alguns como uma forma de aperfeiçoar o sistema político, foi usado apenas como um recurso para contornar uma crise, e como destaca Fausto, “não poderia durar muito, como de fato não durou”¹⁸².

O contexto político que precedeu a posse de João Goulart e a transição para o sistema parlamentarista, destacado pela “batalha da legalidade”, reflete a complexidade das dinâmicas políticas e dos embates de poder que permearam a época. À luz dos conceitos de força¹⁸³,

¹⁸¹ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 442.

¹⁸² *Ib.* p. 443.

¹⁸³ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 37.

violência¹⁸⁴ e autoridade¹⁸⁵ de Hannah Arendt, as interações entre atores políticos se mostraram como um cenário de tensões e estratégias de persuasão.

A tentativa dos ministros militares de impedir o retorno de Goulart, com a justificativa da "segurança nacional", ilustra uma imposição de força, empregada como meio de coerção para influenciar o desfecho político, sem, no entanto, recorrer à violência direta. Em contrapartida, a liderança de Leonel Brizola na resistência à imposição dos ministros demonstra uma reação à tentativa de coerção, utilizando mobilização popular e ameaças de bloqueio como um contrapeso à pressão política imposta. Além disso, a mudança para o sistema parlamentarista, resultante das negociações do Congresso, reflete uma reorganização política e uma redução dos poderes presidenciais de Goulart, e não pode ser caracterizada como violência, mas sim como uma ação legal e institucional para reestruturar o sistema político vigente.

Em síntese, a posse de João Goulart, marcada pela "batalha da legalidade", demonstrou a interação complexa entre força, resistência e reorganização política, revelando as disputas pelo poder e a legitimação no cenário de transição política, sob o prisma dos conceitos de força, violência e autoridade de Hannah Arendt.

Com a posse de João Goulart, tornou-se possível reatualizar a hipótese do projeto nacional-estatista. As agitações ampliaram-se, alcançando trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das forças armadas, configurando uma redefinição do projeto nacional-estatista, que passaria a incorporar uma ampla e inédita participação popular¹⁸⁶. Essa expansão da participação popular é notável, pois sugere uma democratização mais profunda das estruturas sociais e políticas do Brasil.

Foi diante deste cenário que tomou corpo o programa das reformas de base: a Reforma Agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo; a Urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades; a Reforma Bancária, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais; a Tributária, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A Reforma Eleitoral, liberando o voto para os analfabetos, que constituíam quase a metade da população adulta do país. A Reforma do Estatuto do Capital Estrangeiro, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no

¹⁸⁴ Ib. p. 37.

¹⁸⁵ Ib. p. 37.

¹⁸⁶ IGLÊSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993, p. 310-326.

país e as remessas de lucros para o exterior. A Reforma Universitária, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais. Estas reformas demonstram uma clara intenção de redefinir a sociedade brasileira numa direção mais igualitária e justa. Instaurou-se um amplo debate na sociedade sobre o assunto. Nas ruas, nas greves e nos campos, agitavam-se os movimentos sociais reivindicando, radicalizando-se. Entretanto, no sentido contrário, mobilizavam-se resistências expressivas¹⁸⁷.

Com tal situação, a sociedade brasileira dividira-se: de um lado, o movimento reformista, tendo como núcleo amplos contingentes de trabalhadores urbanos e rurais, além de estudantes e graduados das forças armadas. Com o tempo, passaram a defender o recurso à força, sintetizado na agressiva palavra de ordem: reforma agrária na lei ou na marra. A radicalização deste movimento reflete a urgência e a profundidade das mudanças que reivindicavam. De outro lado, numa outra frente social, aliavam-se as elites tradicionais, grupos empresariais modernizantes, grande parte das classes médias e até mesmo setores populares, toda uma constelação de profissões e atividades beneficiadas pelo dinamismo da economia brasileira¹⁸⁸. Esta aliança heterogênea sugere uma ansiedade compartilhada sobre as implicações das reformas propostas.

Neste conjunto extremamente heterogêneo, todos sentiam obscuramente que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista, iria atingir suas posições, rebaixando-as. E nutriam um grande medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive dos religiosos. Este medo era um reflexo das incertezas e das tensões que caracterizavam a época. A ideia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu invadiu o processo político, assombrando as consciências. A instrumentalização do medo do comunismo ateu foi uma tática poderosa, explorada por aqueles que se opunham às reformas. O projeto nacional-estatista brasileiro não levaria também, como em Cuba, à comunização do Brasil? Esta preocupação era um testemunho das fortes correntes ideológicas que atravessavam o país. Foi então que ocorreu uma notável inversão de tendências¹⁸⁹.

No contexto descrito, a sociedade brasileira vivencia uma polarização entre o movimento reformista, apoiado por amplos contingentes de trabalhadores, estudantes,

¹⁸⁷ SKIDMORE. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. Op. cit. p. 285-291.

¹⁸⁸ *Ib.* p. 302-307.

¹⁸⁹ *Ib.* p. 309-311.

militares e defensores da reforma agrária, e a oposição representada por elites tradicionais, grupos empresariais, classes médias e profissionais ligados à economia dinâmica do país. Esta divisão revela um embate entre forças que buscam uma redistribuição de riqueza e poder na sociedade e aquelas que veem ameaçadas suas posições e status social em um contexto de mudança e incerteza.

À luz dos conceitos de Hannah Arendt, o cenário descrito pode ser interpretado em termos de poder¹⁹⁰, força¹⁹¹ e violência¹⁹². Arendt destaca que o poder emerge da ação coletiva de um grupo, e no caso do movimento reformista, vemos uma expressão desse poder por meio da busca por mudanças sociais significativas, incluindo a reforma agrária. Esta busca por poder é, em sua essência, um esforço coletivo de mudança, refletindo a vontade de um grupo em agir de forma conjunta para alcançar seus objetivos.

Por outro lado, a oposição à reforma agrária e ao movimento reformista evidencia uma dinâmica de força e resistência. Aqueles que se sentem ameaçados pela redistribuição de riqueza e poder agem para manter sua posição privilegiada na sociedade. Esse grupo recorre à força, não necessariamente física, mas por meio de pressões políticas e da articulação de discursos que ressaltam o medo da desordem, do caos e da suposta ameaça ao tecido social, inclusive sob a ótica religiosa. Essas estratégias visam coibir ou retardar o avanço do movimento reformista e da mudança social proposta.

A ideia de uma "inversão de tendências" no cenário descrito sugere um ponto de virada ou mudança no equilíbrio de forças entre os movimentos. Isso pode ser interpretado como a reação do status quo diante da ameaça percebida, buscando conter o avanço do movimento reformista. A utilização do medo, do discurso anticomunista e da defesa de valores tradicionais pode ser vista como uma estratégia de força para manter a situação existente.

Portanto, à luz dos conceitos de Hannah Arendt, a análise desse contexto revela uma dinâmica de poder, força e resistência, representando uma luta entre movimentos sociais em busca de mudança e forças que buscam manter a estabilidade social e o "status quo". As estratégias de persuasão, medo e resistência refletem a interação entre diferentes grupos em uma sociedade em processo de transformação e disputa de poder.

¹⁹⁰ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 36.

¹⁹¹ *Ib.* p. 37.

¹⁹² *Ib.* p. 37.

Os movimentos e lideranças partidários das reformas, que haviam originalmente construído sua força na luta pela posse de Jango, na defesa da ordem constituída e da legalidade, tinham evoluído para uma linha ofensiva. E assim, quem estava em linhas de defesa, passou ao ataque, imaginando ter chegado a sua hora. Essa inversão de papéis é um indicador claro das complexas dinâmicas políticas da época.

Enquanto isto, do outro lado, notórios conspiradores de todos os golpes, desde que se fundara aquela república em 1945, encontravam-se agora defendendo a constituição e a legalidade da ordem vigente. Entretanto, armavam o bote. A ironia dessa situação não pode ser subestimada. E assim, quem sempre atacara, passara agora à defensiva, esperando a sua hora. Esta espera tensa refletia o clima de incerteza e expectativa que permeava a sociedade brasileira. Afinal a hora chegou, para todos, em março de 1964¹⁹³. A história, como vemos, tem suas ironias, onde os defensores de ontem podem se tornar os revolucionários de hoje, e vice-versa.

Depois de longos meses de indecisão, João Goulart resolveu partir para a ofensiva. Dispôs-se a liderar um conjunto de grandes comícios para aumentar a pressão pelas reformas. O primeiro, e o único, realizou-se em 13 de março de 1964. Um sucesso. Reuniram-se todas as esquerdas, mais de 350 mil pessoas, na defesa exaltada das reformas. Essa massiva mobilização reflete o fervor e o anseio por mudanças significativas na estrutura social e política do país. A reação veio imediata. No dia 19, em São Paulo, desenrolou-se uma primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade. As direitas unidas, alarmadas, também foram às ruas, cerca de 500 mil pessoas. Outras marchas se seguiram em várias cidades. As forças da contrarreforma¹⁹⁴. Estas marchas simbolizavam uma sociedade profundamente polarizada, onde o medo e a esperança se enfrentavam nas ruas. Depois destes acontecimentos, seguiu-se uma espécie de letargia, uma espécie de pausa. Este silêncio era enganador, pois, como o calmante antes da tempestade, pressagiava eventos tumultuosos. Mas o barril de pólvora e a mecha estavam lá, à espera de um fósforo aceso. Quem o acendeu foi uma reunião proibida da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, realizada na sede do sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Um último discurso de Jango no Automóvel Clube a uma assembleia radicalizada de subalternos das forças armadas empurrou de vez o carro ladeira abaixo. Aqui, o destino do

¹⁹³ Ib. p. 335-344.

¹⁹⁴ MOURA, Odilão. *Idéias Católicas no Brasil: Direções do pensamento católico do Brasil no século XX*. São Paulo: Convívio, 1978, p. 196-197.

país pareceu depender de uma série de eventos fortuitos, mas carregados de significado. Condensaram-se todas as forças antirreformistas à espera de uma iniciativa que, afinal, veio de Minas Gerais, através do general Olympio Mourão. Os demais dispositivos conspiratórios, depois de alguma hesitação, acompanharam¹⁹⁵. Este momento marca o trágico alinhamento de forças que pavimentaria o caminho para o golpe. Jango foi fugindo do cenário aos soluços, deixando atrás de si um rastro de desorientação e desagregação. Apavorado com a hipótese de uma guerra civil que não desejava, decidiu e saiu da História pela fronteira com o Uruguai. A indecisão de Jango, neste contexto, ilustra a angústia e a complexidade de liderar em tempos de crise profunda. As direitas saudaram nas ruas a vitória imprevista. Uma grandiosa Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, com milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, comemorou a derrocada de Jango, das reformas e do projeto nacional-estatista que encarnavam. A euforia dessas marchas contrastava fortemente com a desolação dos que viam desmoronar-se um sonho de Brasil mais justo. Sem ainda saber exatamente o que iria acontecer, o país ingressara na longa noite da Ditadura Militar.

O relato destaca a radicalização das forças contrárias às reformas sociais propostas por Goulart, expressas pela movimentação das direitas antirreformistas que desejavam a interrupção do processo de mudança social em curso. Amparados em Hannah Arendt, esse momento pode ser analisado em termos de força, violência e a fragilidade da autoridade democrática. Arendt distingue força¹⁹⁶ e violência¹⁹⁷ como meios distintos de coerção. A radicalização das forças antirreformistas, combinada à resistência ao programa reformista de Goulart, evidencia um uso de força para impedir a implementação das mudanças propostas. Essa pressão política e social, articulada para conter as reformas sociais, representa uma tentativa de exercer coerção sobre o curso dos eventos políticos.

Além disso, fica evidente a fragilidade da autoridade democrática e a desorientação do cenário político. Goulart, temendo uma guerra civil, optou por uma retirada estratégica, buscando evitar um conflito armado, mas, ao fazê-lo, também enfraqueceu sua própria autoridade. Sua hesitação e indecisão frente ao impasse político refletiram a ausência de uma autoridade sólida, capaz de tomar decisões firmes em momentos de crise.

A adesão popular às manifestações contrárias a Goulart, evidenciada pela grandiosa "Marcha da Família com Deus e pela Liberdade", é uma representação do uso do poder de

¹⁹⁵ SKIDMORE. Op. cit. p. 362.

¹⁹⁶ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 37.

¹⁹⁷ *Ib.* p. 37.

massa para pressionar e influenciar o curso dos acontecimentos. Isso sugere a mobilização de forças sociais e políticas que exerceram pressão para reverter a direção do governo e das políticas propostas. Essa mudança política marcou o início de um período de ditadura militar, revelando a transição do país para um regime autoritário, demonstrando, segundo a perspectiva de Arendt, a fragilidade da autoridade democrática e o papel da força, da pressão social e da mobilização de massas na reconfiguração do poder político. A ausência de uma autoridade sólida e decisiva levou a um vácuo de poder que foi ocupado por forças antirreformistas, dando início a um período marcado pela ausência de liberdades civis e política.

Na década de 1960, assim como as instituições políticas, a Igreja também foi surpreendida pelos acontecimentos. Pouco antes de golpe militar, setores tradicionalistas haviam promovido em São Paulo e no Rio de Janeiro manifestações populares de cunho anticomunista “em nome da fé”, como já vimos, as chamadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Estas marchas evidenciavam a complexa interação entre religião e política, onde a fé era invocada para fins ideológicos. O Episcopado nacional mostrou-se, em um primeiro momento, perplexo e hesitante. Foi difícil para a Igreja oficial superar a visão tradicional de cristandade, vigente até a década de 60. A perplexidade do Episcopado reflete a turbulência de uma era que desafiava as compreensões estabelecidas do mundo e do próprio papel da Igreja. As divergências entre os bispos eram notórias, e é possível que precisamente o recrudescimento do regime tenha sido o responsável por uma maior coesão entre o episcopado. Às vezes, é a adversidade que forja a unidade, como parece ter sido o caso aqui. E foi por meio da experiência direta e imediata da iniquidade do sistema, com seus altíssimos custos políticos, econômicos e humanos, que a Igreja começou a ter consciência mais clara da incompatibilidade entre as pretensões totalitárias dos militares e a verdade do Evangelho. Esta tomada de consciência foi um ponto de inflexão, uma mudança de curso na relação entre a Igreja e o Estado. Surge, então, entre os bispos uma solidariedade cada vez mais firme, e os próprios acontecimentos e contradições levaram a uma profunda mudança no modo de ver a presença e a missão da Igreja na sociedade¹⁹⁸. Assim, de uma entidade inicialmente hesitante, a Igreja emergiria como uma voz crítica e profética em meio à tempestade política do Brasil.

2. A Igreja no Brasil até a conclusão do Concílio Vaticano II

¹⁹⁸ DALE, Romeu; PETRUCCI, Victor; PRANDINI, Fernando. *As relações Igreja-Estado no Brasil*. v.1. São Paulo: Loyola, 1986, p. 37-38.

Nas décadas de 1950 e de 1960, observa-se no Brasil a expansão da esquerda, visualizada principalmente através da ação do PCB, uma vez que, mesmo na ilegalidade, os seus membros conseguiram agir entre os sindicatos e em outras organizações da classe trabalhadora¹⁹⁹. Essa atuação, apesar das adversidades, evidencia a resiliência de um ideal e a capacidade de resistência à repressão.

A propaganda anticomunista veiculada pelo governo, e que contava com o apoio de diversos setores e instituições da sociedade, como da Igreja Católica, procurava atingir todos os cidadãos e atribuía aos membros daquele partido a condição de inimigo da pátria e a de subversivo a serviço dos interesses soviéticos. Este aspecto demonstra o poder da retórica na construção de narrativas políticas e na demonização do 'outro'. Entretanto, não era somente o comunismo que, na visão dos católicos, ameaçava a expansão da religião. A difusão de outras religiões, como o espiritismo, o protestantismo, o movimento maçônico e o próprio crescimento da sociedade urbana que se articulava em função da indústria contribuiriam para o esvaziamento da Igreja. Isso revela o desafio enfrentado pela Igreja na manutenção de sua influência em um contexto de crescente pluralismo religioso e social.

Este cenário exigiu da Igreja uma mudança em relação à sua política de relacionamento com o laicato. Desde o final do século XIX, o Papa Leão XIII já estabelecera uma política de ação social na qual dava prioridade à participação do leigo e passou assim a estimular sua ação junto aos sacerdotes. No início do século XX, o Papa Pio XI (1922-1939), através da sua Encíclica “*Ubi Arcano Dei*” (1922), chamou os leigos para se inserirem no programa da Ação Católica e definiu a mesma como a participação dos leigos no apostolado hierárquico. Essa iniciativa marcou uma mudança significativa no papel dos leigos dentro da estrutura eclesial, ampliando sua voz e participação.

No Brasil, o programa da Ação Católica foi oficializado em 1935, mas, mesmo antes de sua oficialização, estavam em ação no Brasil alguns núcleos da “Juventude Feminina Católica” (JFC) e em menor número, estava presente também a “Juventude Católica Brasileira”. Para os adultos casados havia a “Homens da Ação Católica” (HAC), também a “Liga das Senhoras Católicas”²⁰⁰. A diversidade desses grupos reflete a tentativa da Igreja de engajar diferentes segmentos da sociedade em seus esforços de renovação espiritual e social.

A Ação Católica, subdividida em: Juventude Estudantil Católica (JEC), JUC e Juventude Operária Católica (JOC), tinha como objetivo principal formar líderes católicos

¹⁹⁹ SKIDMORE. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. Op. cit. p. 93.

²⁰⁰ DALE, Frei Romeu (org.). *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Loyola, 1985, p. 26.

leigos para agirem em seu meio na recristianização da sociedade²⁰¹. Esta estratégia sublinha uma abordagem proativa e adaptativa da Igreja às mudanças sociais da época.

Num segundo momento somaram-se mais dois movimentos: a Juventude Agrária Católica (JAC) para os jovens do campo, e a Juventude Independente Católica (JIC), que deveria reunir os jovens que não se encaixavam nas demais categorias²⁰². Essa expansão ilustra o reconhecimento pela Igreja da diversidade de contextos e desafios enfrentados pelos jovens em diferentes ambientes.

Durante as décadas de 1950 e de 1960, à medida que a sociedade se politizava, setores do clero acompanhavam e agilizavam este movimento. Este acompanhamento revela a disposição de parte do clero em não apenas observar, mas participar ativamente das transformações sociais. Como meio de desenvolver a economia de determinada região, viu-se a necessidade de conscientizar seus habitantes a respeito das causas de seus problemas e sobre as múltiplas possibilidades de resolvê-los. Neste sentido, começaram a atuar as escolas radiofônicas, através das quais não somente se praticava a alfabetização, mas também a conscientização. A inclusão da conscientização nas agendas educativas destaca um aspecto mais holístico e emancipatório da educação. O Movimento de Educação de Base (MEB), incentivado pela Igreja nos primeiros anos da década de 1960, recebeu financiamento do governo Jânio Quadros²⁰³. A cooperação entre Igreja e Estado neste aspecto aponta para um momento de convergência de interesses em prol do desenvolvimento social.

Neste período, os grupos da Ação Católica passaram por uma profunda transformação, pois estavam cada vez mais próximos das questões políticas e, devido a isto, receberam críticas provindas dos grupos católicos mais conservadores e contrários a este envolvimento, o que resultou no desligamento de vários membros, principalmente depois de deflagrado o golpe de 1964. Este distanciamento reflete as tensões internas geradas pelo crescente engajamento político de certos segmentos da Igreja.

Merece destaque também na década de 1950, a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com a morte de Dom Leme, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, em 1942, surgiu um vazio na liderança da Igreja no Brasil. Nova articulação das forças eclesiais teria lugar dez anos mais tarde com a fundação da CNBB. Já não seria mais uma liderança de cunho pessoal, como no período varguista, mas sim de forma colegiada. Esta

²⁰¹ Ib. p. 27.

²⁰² Ib. p. 27-28.

²⁰³ MATOS, Henrique Cristiano. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003. v. 3, p.148-149.

transição de uma liderança pessoal para uma colegiada reflete uma democratização e modernização da estrutura eclesial. A figura central e inspiradora principal na criação da CNBB foi a pessoa de Dom Hélder Pessoa Câmara (1909-1999), na época Bispo auxiliar do Rio de Janeiro²⁰⁴. A influência de Dom Hélder demonstra o impacto que líderes carismáticos podem ter na remodelação das instituições.

A fundação aconteceu em outubro de 1952. No período de 14 a 17 de outubro realizou-se no Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro, a Assembleia de Instalação da CNBB. Este evento marcante não foi apenas uma formalidade, mas o início de uma nova era na estrutura eclesial no Brasil. Inicialmente, participaram somente os arcebispos, mas já dois anos depois todos os bispos do Brasil foram considerados membros de pleno direito. O primeiro presidente eleito da CNBB foi o Cardeal Dom Carlos de Vasconcelos Mota, sendo Dom Hélder Câmara aclamado secretário-geral, cargo que ocuparia por doze anos consecutivos. A liderança de figuras como Dom Hélder Câmara foi crucial para a orientação e os sucessos iniciais da CNBB. A fundação da CNBB assinalava um novo e decidido interesse da Santa Sé em promover Conferências Episcopais Nacionais. Esse interesse refletia um reconhecimento da importância de abordagens contextualizadas na evangelização e na administração eclesial. A CNBB propiciou o diálogo à exposição dos grandes problemas pastorais do país. Essa capacidade de diálogo foi fundamental para a adaptação da Igreja aos desafios contemporâneos. Favoreceu uma ação conjugada na busca de uma evangelização capaz de atender à realidade do povo na sua diversidade regional²⁰⁵. Esta busca por uma evangelização contextualizada é um testemunho do compromisso da Igreja com o povo brasileiro em toda a sua diversidade.

Assim, como vemos, em meados da década de 1960, a Igreja no Brasil encontrava-se em uma verdadeira encruzilhada histórica. Este período pode ser considerado um divisor de águas na trajetória da Igreja no país. São anos de buscas e ansiedades, mas igualmente de grande vitalidade e esperança. A conjugação de ansiedades e esperanças reflete o dinamismo e a complexidade dos processos de mudança. Aparecem no âmbito nacional instituições de formação para agentes de pastoral no campo da liturgia, eclesiologia e ciências humanas. O surgimento dessas instituições indica um investimento no aprofundamento e na especialização dos agentes pastorais. Já na segunda metade da década de 60 a caminhada da Igreja no Brasil é marcada por uma reviravolta histórica. Lentamente se consolida uma nova autocompreensão

²⁰⁴ LORSCHIEDER, Aloísio. Cinquenta anos de CNBB: Uma conferência Episcopal em chave conciliar. *Concilium: Revista Internacional de Teologia*. 296, fasc. 3, Petrópolis: Vozes, 2002, p.25-30.

²⁰⁵ MATOS. *Nossa História*. Op. cit. p. 152-159.

eclesial, que põe fim ao secular modelo de cristandade. Essa mudança de paradigma foi tanto revolucionária quanto necessária para a renovação da Igreja. Várias circunstâncias prepararam o desencadeamento desse processo: os movimentos renovadores em curso desde a década anterior; o Concílio Vaticano II; a instalação do regime militar e sua radicalização com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1968, suprimindo o Estado de Direito; a II Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968). Esses eventos, embora diversos, convergiram para a reconfiguração do cenário eclesial. Abre-se um período de forte questionamentos, de conflitos, avanços e, às vezes, de recuos²⁰⁶. Essa dinâmica de questionamentos e conflitos é característica dos momentos de transição e transformação.

O contexto descrito revela um período de significativas transformações no papel e na atuação da Igreja Católica no Brasil durante a década de 1960. À luz dos conceitos de Hannah Arendt, pode-se compreender essa transição como um processo que envolve poder, autoridade e a dinâmica da ação coletiva. A mudança na estrutura de liderança da Igreja, passando de uma liderança pessoal para uma abordagem colegiada, reflete uma reorganização do poder dentro da instituição, buscando uma forma mais participativa e distribuída de tomada de decisões. Além disso, a CNBB representa uma instituição que favoreceu o diálogo e a exposição dos problemas pastorais do país. Essa abordagem dialogante e a busca por respostas que atendessem às diversidades regionais se alinham com a visão de Arendt sobre a ação coletiva, na qual a capacidade de agir em conjunto para abordar desafios complexos é fundamental.

Assim, à luz dos conceitos de Arendt, a análise desse período revela a dinâmica do poder, a importância da ação coletiva e a influência dos eventos sociopolíticos no desenvolvimento e nas mudanças no interior da Igreja Católica, refletindo um período de transformações e reestruturações tanto na sociedade brasileira quanto na própria instituição eclesiástica.

2.1. O Plano de Emergência para a Igreja do Brasil

A Igreja no Brasil viveu no início da década de sessenta um dos momentos de grande significado na sua história. Após sua eleição, em novembro de 1958, o papa João XXIII, num discurso, recomendou aos bispos do continente latino-americano o empenho dos bispos em obter uma clara visão da realidade em que trabalhavam. Que se fizesse um plano de ação,

²⁰⁶ MATOS. *Nossa História*. Op. cit. p. 173.

respondendo aos desafios da realidade, para somar e canalizar forças e iniciativas dispersas, lançando-se assim a uma corajosa execução do mesmo²⁰⁷. Essa recomendação de João XXIII ressoa como um chamado à ação, um apelo para que a Igreja não fosse apenas um espectador, mas um participante ativo na construção da sociedade. Assim afirma Regan:

Onze dias depois da coroação como Papa, dirigindo-se aos membros do Conselho Episcopal Latino-americano, falando sobre as formas de promover a renovação espiritual no Continente, ele sugeriu: uma clara visão da realidade; um plano de ação realista, providente quanto aos fins, racional quanto aos meios, catalisador de forças, no respeito às legítimas liberdades; corajosa e perseverante execução do plano, com revisões que o adaptem às novas situações; larga colaboração com todas as forças que desejem ajudar a América Latina²⁰⁸.

Estas palavras de João XXIII podem ser vistas como uma bússola para a ação da Igreja, orientando-a em um período de grandes transformações e desafios. Posteriormente o Papa João XXIII insiste na recomendação num discurso que dirigiu ao CELAM em reunião realizada em 15 de novembro de 1959, onde manifesta o desejo de que se elaborasse um plano de pastoral que fosse adequado à realidade latino-americana, que traçasse metas e congregasse os esforços pastorais tendo em vista uma mobilização geral da Igreja no continente. Este apelo à ação reflete uma compreensão profunda das necessidades e da realidade latino-americana. Em carta dirigida ao Episcopado da América Latina em dezembro de 1961, o papa João XXIII volta a insistir na elaboração de um plano de trabalho para a Igreja latino-americana, plano esses que “atendesse às condições vividas pela Igreja neste continente e que indicasse as medidas a serem tomadas a curto e longo prazos, no campo específico da ação pastoral e também no econômico-social”²⁰⁹. Esta carta pode ser interpretada como um reconhecimento da interconexão entre as dimensões espiritual, social e econômica da vida humana.

Assim a carta do papa acaba reforçando a necessidade de os bispos mostrarem aos governantes a grande urgência das reformas para que sejam solucionados "os graves e múltiplos problemas de caráter civil, social e econômico que neste momento angustiam os governantes de vossas Nações e que tanto reclamam a atenção dos homens responsáveis pelos destinos da Humanidade". Ele finaliza dizendo:

Nenhum edifício social pode ser solidamente construído se não tiver por fundamento o respeito aos princípios morais e aos preceitos da Lei de Deus. Procurai difundir, cada vez mais, a doutrina cristã sobre os problemas sociais e estimular os fiéis, particularmente os que tem maior responsabilidade a

²⁰⁷ REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. v. 22, fasc. 1, p.178-179, (mar.) 1962.

²⁰⁸ REGAN, D. *Igreja para Libertação: Retrato Pastoral da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 219.

²⁰⁹ PIERUCCI, A.F. de O. (et. al.). *Igreja Católica: 1945-1970*. In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, O Brasil Republicano, 11º vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p 443.

realizá-la, evitando que se deixem enganar pelas doutrinas e opiniões falazes, não menos nocivas ao bem-estar e liberdade dos povos, como também aos supremos interesses das almas e que deem azo aos inimigos da Igreja para acusá-la de que se preocupa das necessidades temporais dos homens²¹⁰.

Essas palavras são um eco poderoso do papel profético da Igreja, chamando a sociedade a uma reflexão e ação moralmente responsáveis.

A repercussão da carta do papa João XXIII no Brasil foi imediata no Brasil e a CNBB acatando a carta do papa como uma ordem e tarefa para a Igreja do Brasil propôs um plano para todo o Brasil. Este acatamento pela CNBB pode ser visto como um claro sinal do compromisso da Igreja no Brasil com os princípios propostos por João XXIII. Assim os Bispos se reuniram no Rio de Janeiro na V Assembleia Geral Ordinária da CNBB, no mês de abril de 1962. O Núncio Apostólico no Brasil, Dom Armando Lombardi, neste encontro com o episcopado brasileiro, tornou explícito o pano de fundo da carta do Papa: diante da situação cubana e de sua repercussão no continente americano, se torna urgente um plano de ação imediato das Igrejas. Disse ele:

No plano a ser elaborado, vão seria o recurso aos remédios apenas negativos, como o rompimento de relações diplomáticas e comerciais com aquele país; ou a pública denúncia do perigo; ou o recurso às medidas de segurança pública no que respeita aos comunistas que temos em casa. É óbvio, o Santo Padre deixa ao critério dos pastores julgar sobre a oportunidade ou não de exigir e aplicar tais medidas as quais, no entanto, se aplicadas, não deverão e não poderão, de modo algum, dispensar as atividades positivas a serem desenvolvidas: a) no campo pastoral; b) no campo econômico-social, sendo evidente que só através de um método de trabalho, visando à formação de ótimos cristãos e à aplicação prática da doutrina social da Igreja, será possível opor um dique sólido ao perigoso avanço do marxismo ateu nas Repúblicas latino-americanas. (...) O Santo Padre nos convida agora a elaborar um plano de emergência, reclamado pela gravidade da situação. Mas este plano não pode e não deve consistir em fechar as janelas e as portas de nossa casa, o que, aliás, seria hoje praticamente impossível. Mas deve consistir no estudo daqueles aspectos da situação da casa que merecem uma atenção particular, remédios mais urgentes, cuidados solícitos²¹¹.

As palavras de Dom Armando Lombardi reiteram a importância de uma resposta proativa e construtiva da Igreja aos desafios da época, rejeitando soluções simplistas ou meramente reativas.

Assim nesta Assembleia Geral foi discutido e aprovado o "Plano de emergência para toda a Igreja do Brasil. Através, os bispos do Brasil queriam assegurar uma presença relevante da Igreja na sociedade brasileira, propondo não apenas salvar as almas como também “libertar

²¹⁰ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja latino-americana às vésperas do concílio*. São Paulo: Paulinas, 1993. p. 64.

²¹¹ *Ib.* p. 64-65.

a Nação das ameaças do comunismo, das concepções desagregadoras da família, da mentalidade laica que predominava entre os governantes do país, do egoísmo e do lucro defendidos pelo liberalismo econômico, responsável pelos crescentes desequilíbrios sociais”²¹². Essa abordagem holística reflete a preocupação da Igreja não apenas com a esfera espiritual, mas também com as realidades sociais e políticas que moldavam a vida dos fiéis. Assim sendo, o ponto de partida para o episcopado eram os desafios e confrontos da realidade:

Somos solícitos no combate ao comunismo, mas nem sempre assumimos a mesma atitude diante do capitalismo liberal. Sabemos da existência da ditadura do Estado marxista, mas nem sempre sentimos a mesma ditadura esmagadora do econômico ou do egoísmo nas estruturas atuais que esterilizam nossos esforços de cristianização²¹³.

Este reconhecimento de falhas e desafios internos é um testemunho da autocrítica necessária para uma renovação genuína.

O medo do comunismo acentuou-se porque no mesmo período em que o papa João XXIII recomendava a necessidade de renovação, ocorria a revolução cubana, que atemorizou os bispos de toda a América Latina. Foi depois dos conflitos da Igreja em Cuba (1960-1961) com a implantação do socialismo que o papa João XXIII, em carta enviada ao episcopado latino-americano, faz uma nova intervenção, não perdendo o otimismo, numa linha de fé revestida de esperança própria de sua espiritualidade, demonstra uma grande preocupação e uma angústia veemente diante da situação grave e ameaçadora pela qual a Igreja estava passando, diante do iminente perigo do avanço comunista na América Latina como possível prolongamento da Revolução Cubana²¹⁴. Essa carta ilustra a agilidade com que a Igreja procurou responder aos desafios contemporâneos, mantendo a esperança como sua bússola. Ai então que se desencadeou o Plano de Emergência,

No conjunto dessas preocupações, o Plano de Emergência era um passo na direção do planejamento da pastoral da Igreja no Brasil e revelava assim a maturidade que a CNBB atingira em dez anos de sua existência. A maturidade mencionada não se reflete apenas nas ações, mas também na capacidade de autoavaliação e adaptação. À proposta de ação pastoral vinculava-se também um quadro de ações no campo econômico e social. O Plano de Emergência não era um plano de longo prazo, como o próprio nome diz, mas era uma tentativa de colocar a Igreja do Brasil à altura das circunstâncias excepcionais vividas pela

²¹² CNBB. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. Caderno CNBB nº 01. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 15.

²¹³ *Ib.* p. 23.

²¹⁴ BEOZZO. *A Igreja latino-americana às vésperas do concílio*. Op. cit. p. 64.

nação Brasileira. Já o nome do plano queria caracterizar a situação que vivia a Igreja do Brasil, considerada de emergência pastoral, e a natureza do plano: provisório, passo inicial de um processo mais amplo e abrangente que a Igreja do Brasil queria assumir com audácia apostólica²¹⁵. Este plano de emergência, portanto, pode ser entendido como um catalisador para uma transformação mais profunda e abrangente.

A palavra programática do Plano de Emergência era “Renovação”. O plano incluía duas linhas de orientação: A primeira, na linha de orientação: 1) levantamento sociológico atualizado da realidade brasileira, latino-americana e mundial. Foi quando se deu a criação do CERIS; 2) diretrizes doutrinárias, adaptadas ao espaço e ao tempo, atingindo, de modo particular, os campos da fé e moral, da educação e cultura e da ação social. A inclusão de um levantamento sociológico demonstra um compromisso com a contextualização e a relevância prática da fé. A segunda linha seria a da execução: 1) Renovação Paroquial; 2) Renovação do Ministério Sacerdotal; 3) Renovação dos educandários católicos; 4) Mobilização total do apostolado dos leigos, já com um apêndice sobre a Pastoral de Conjunto²¹⁶. A ênfase na renovação em vários níveis da Igreja evidencia um desejo abrangente de reforma e adaptação.

Para a primeira e a terceira parte do Plano houve substanciais cópias do Plano de Ação da Arquidiocese de Natal, e a parte sobre ação social, confiada a Dom José Távora, foi exposta oralmente ao episcopado na Assembleia, mas nunca redigida, aparentemente por falta de tempo²¹⁷. A pressa explicaria o caráter incompleto e um tanto improvisado do Plano, que, assim, se revelava “de emergência”, também no que diz respeito à redação.

Este Plano proporcionou à Igreja do Brasil, um novo dinamismo, novas estruturas, novas possibilidades de ação, e preparou terreno propício para uma ampla renovação na linha do Concílio Vaticano II. A aceleração no processo de planejamento reflete a urgência percebida pela Igreja diante dos desafios sociais e políticos da época.

O fato de a Igreja no Brasil ter iniciado o Concílio com um planejamento conjunto de Pastoral, permitiu que cada reforma conciliar fosse sendo repensada à luz desse plano, sendo assim um primeiro treinamento para trabalhar de maneira articulada e planejada²¹⁸. E assim para os bispos, assimilando esse instrumento de ação que é o planejamento, abriu-se a possibilidade de elaborar, no final do Concílio, o Plano de Pastoral de conjunto, aplicando as

²¹⁵ FREITAS, Maria Carmelita de. *Uma opção renovadora: A Igreja no Brasil e o planejamento pastoral*. Estudo genérico-interpretativo. São Paulo: Loyola, 1997, p. 59.

²¹⁶ CNBB. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. Op. Cit. p. 27-28.

²¹⁷ FREITAS. *Uma opção renovadora: A Igreja no Brasil e o planejamento pastoral*. Op. cit. p. 84.

²¹⁸ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 535.

reformas trazidas pelo concílio, para a realidade brasileira, em todos os níveis: pastoral, catequético, teológico e organizativo. A capacidade de integrar as reformas conciliares ao contexto brasileiro é um testemunho da flexibilidade e do compromisso da Igreja com a relevância local de sua missão.

2.2. O Plano de Emergência e o Movimento por um Mundo Melhor

O Plano de emergência tornou-se a ferramenta que reuniu todos os esforços anteriores para maior articulação do conjunto dos trabalhos e forças da Igreja no Brasil. Esta unificação de esforços é reflexo da compreensão de que a multiplicidade de iniciativas necessita de uma direção comum para ser verdadeiramente eficaz. As equipes do Movimento por um Mundo Melhor, integrando sacerdotes, religiosos e leigos se tornaram as peças-chave para a difusão e implantação do Plano de Emergência.

O Movimento por um Mundo Melhor, que tem como grande expoente o Pe. Lombardi, que estava muito empenhado e voltado para a reanimação das forças católicas tradicionais, visando a uma reforma interna da Igreja²¹⁹. Essa reanimação das forças tradicionais, ancorada na visão progressista do Pe. Lombardi, ilustra um equilíbrio entre preservação e inovação. O Movimento procurava levá-la a entrar em “estado de missão”, fazendo que, os indivíduos e as suas organizações adquiram o ritmo necessário (movimento), para atingir o escopo final (mundo melhor). A metáfora do 'ritmo' é particularmente sugestiva, aludindo à necessidade de uma sincronia entre os diversos elementos da Igreja para alcançar um objetivo comum. O objetivo dos cursos do movimento era, em primeiro lugar, obter uma reforma de mentalidade, de acordo com a linha traçada pelo Papa e, depois, a articulação do apostolado de acordo com as exigências de nossa época²²⁰. A priorização da 'reforma de mentalidade' indica uma compreensão profunda de que as verdadeiras mudanças começam no interior dos indivíduos.

O trabalho realizado pela equipe é muito simples. Os chefes do Movimento por Um Mundo Melhor são: na diocese, o Bispo; na paróquia, o pároco. A convite destes chefes, a equipe nacional do Movimento propõe-se a realizar os seguintes trabalhos: a) promover o curso do Mundo Melhor para sacerdotes, religiosas e os dirigentes leigos da paróquia ou no plano diocesano; b) colaborar na orientação da assim chamada “Renovação Paroquial” de um

²¹⁹ BEOZZO, *A Igreja Latino-americana às vésperas do Concílio*. Op. cit. p. 64.

²²⁰ MARINS, José. Nossa Arquidiocese e o Movimento por um Mundo Melhor. Monitor Diocesano. Botucatu, 10 abril 1959, ano XX, n. 978, p. 08.

ano e a “Renovação Diocesana” de 6 a 8 anos²²¹. A estrutura delineada revela um compromisso com a organização e a hierarquia, assegurando que a renovação seja conduzida de forma ordenada e respeitosa.

Esse movimento deu à pastoral, antes de tudo, uma visão teológica dinâmica, centralizada numa eclesiologia com base no Corpo Místico; a) ajudou a criar uma espiritualidade aberta, que faz da caridade fraternal o cerne da vivência cristã e vê na unidade comunitária dos filhos de Deus a meta suprema; b) transmitiu um sopro novo de entusiasmo apostólico, mostrando simultaneamente o enorme volume de mal e as imensas possibilidades de bem que a nossa época comporta; c) deu um forte sentido histórico-social à ação pastoral; d) estabeleceu uma crítica ao mesmo tempo sincera e respeitosa das estruturas pastorais envelhecidas; e) inspirou ou ajudou a montagem de experiências de renovação de paróquias, colégios e dioceses, na base da equipe de trabalho, planejamento das atividades, entrosamento fraterno dos diversos membros da Igreja, valorização das religiosas e dos leigos, colaboração entre clero religioso e diocesano²²². Esta abordagem multifacetada é testemunho de um esforço para abraçar a complexidade da realidade eclesial e social, buscando uma renovação que seja tão profunda quanto ampla.

Por tais motivos, o episcopado brasileiro não só deu ao Movimento por um Mundo Melhor o seu apoio, mas, de certo modo, o oficializou, quando do Plano de Emergência, encarregando o Secretariado Geral (da CNBB) de coordenar as atividades da equipe nacional do Movimento por um Mundo Melhor²²³. Este endosso oficial pode ser visto como um reconhecimento da relevância e eficácia das metodologias e visões promovidas pelo Movimento.

Nesse período, compunha a Equipe nacional do Movimento os seguintes padres: Mons. Frederico Didonet (Diocese de Santa Maria-RS); Pe. César Luzio Junior (dos sacerdotes Estigmatinos); e o Pe. José Marins (da Arquidiocese de Botucatu-SP)²²⁴. A diversidade de origens desses padres reflete a amplitude e a riqueza de perspectivas que eles trazem para o Movimento, enriquecendo-o com suas experiências e visões únicas.

²²¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Comunicado Mensal*. Maio 1961, n. 104. p. 29-30.

²²² *Ib.* p. 66.

QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. *CNBB comunhão e responsabilidade*. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 330-331.

²²³ BEOZZO. *A Igreja Latino-americana às vésperas do Concílio*. Op. cit. p. 66.

²²⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Comunicado Mensal*. Maio 1961, n. 104. p. 29.

2.3. Plano de Pastoral de Conjunto

Durante a terceira sessão do Concílio Vaticano II (setembro-outubro de 1964), aconteceu em Roma, a VI Assembleia da CNBB. Um dos assuntos, com caráter de prioridade, foi a avaliação do biênio 1962-1963 que consistia, em última análise, numa avaliação do Plano de Emergência e dos organismos implicados na sua execução. Este momento de reflexão crítica é fundamental, pois permite não só uma análise das ações passadas, mas também um reajuste para os desafios futuros.

Logo após esta Assembleia, iniciou-se o processo formal de preparação do Plano de Pastoral de Conjunto, cujos trabalhos eram marcados pela expressa preocupação de adequar a Igreja do Brasil, o mais rápido e plenamente possível, às grandes linhas e decisões do Concílio. A rapidez e integralidade dessa adequação refletem a agilidade e a profundidade com que a Igreja do Brasil desejava responder aos apelos do Concílio. Para realizar este objetivo elaborou-se diretrizes e planejou-se atividades. Nas diretrizes continham-se os objetivos, princípios e opções fundamentais que deveriam orientar a ação da Igreja no Brasil, nos próximos cinco anos. A definição de objetivos claros e princípios fundamentais é um passo decisivo para garantir a coerência e eficácia da ação eclesial. Destas diretrizes provinham seis grandes linhas de trabalho: 1) promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica; 2) promover a ação missionária; 3) promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica; 4) promover a liturgia; 5) promover a ação ecumênica e 6) promover a melhor inserção do povo de Deus, como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus²²⁵. Essas linhas de trabalho não são apenas estratégicas, mas refletem uma visão holística da missão da Igreja.

Em cada linha de trabalho foram definidas as atividades mais importantes que deveriam ser desenvolvidas para sua realização. Além destas diretrizes, a CNBB elaborou um plano e atividades, que executaria as diretrizes diretamente ou através de serviços a ela ligados. A elaboração de um plano de atividades tangíveis e a definição de serviços específicos são indícios da seriedade com que a CNBB abordou este desafio. Este plano previa: atividades permanentes, ampliação dos serviços existentes, atividades especiais e montagem de novos serviços. As atividades permanentes seriam desenvolvidas pelos diversos secretariados nacionais da CNBB e organismos a ela ligados²²⁶.

²²⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Comunicado mensal. N. 155/156. Agosto/setembro de 1965. p. 09-10.

²²⁶ *Ib.* p. 10.

Para dar à sua ação o dinamismo dela exigido, a CNBB necessitou ampliar também alguns de seus serviços. As atividades especiais e montagem de novos serviços estavam planejadas em quatro diferentes programas, assim discriminados: 1) levantamentos e pesquisas, com dezenove diferentes projetos²²⁷; 2) reflexão e elaboração teológico-pastoral, com dezenove diferentes projetos²²⁸; 3) formação de pessoal, com onze diferentes projetos²²⁹; 4) Montagem de novos serviços de assessoria, com cinco diferentes projetos²³⁰. A diversificação e especificidade destes programas refletem uma resposta estruturada e abrangente aos desafios identificados.

E assim o Plano de Pastoral de Conjunto foi apresentado na VII Assembleia da CNBB, celebrada em Roma, durante a última sessão do Concílio Vaticano II e aprovado na sessão do dia 15 de novembro de 1965, sendo fixada a data de 01 de janeiro de 1966 para a sua entrada em vigor. A aprovação deste plano marca um compromisso claro com a implementação das diretrizes conciliares. Era a confirmação do processo iniciado três anos antes com o Plano de Emergência.

O Plano de Pastoral de Conjunto foi apresentado em três partes: 1) Introdução geral ao Plano, onde foi apresentado dados gerais sobre a CNBB, sua história e suas finalidades, assim como o objetivo geral desse Plano, sua ligação com o Plano de Emergência e os princípios básicos que orientam a formulação das diretrizes; 2) Diretrizes fundamentais da ação pastoral, que corresponde ao pano de fundo de toda a formulação do Plano e seu desenvolvimento e 3) Plano nacional de atividades da CNBB, que define os objetivos de trabalho, a sistemática

²²⁷ 1) Clero, religiosos e leigos; 2) Estrutura da Igreja; 3) Motivação religiosa e comportamento moral; 4) Categorias mentais do povo e comunicação da Palavra de Deus; 5) Situação atual do anúncio missionário; 6) Situação atual da pastoral litúrgica; 7) Situação atual da catequese; 8) Igreja e família; 9) A Igreja e a educação; 10) A Igreja e a opinião pública; 11) Bens eclesiais; 12) Migrações e estações; 13) Locais de turismo; 14) História religiosa; 15) Ciências sagradas; 16) Expressões religiosas; 17) Igreja e ecumenismo; 18) Igreja e desenvolvimento; 19) Elementos sócio-econômico-culturais. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970*. 77. p. 140-145).

²²⁸ 1) Ministério da Igreja e sua realidade visível; 2) Missão do ministério hierárquico; 3) Missão dos religiosos; 4) Missão dos leigos; 5) Teologia e vocação; 6) Seminários; 7) Sistemas de sustentação; 8) Evangelização; 9) Renovação catequética; 10) Pastoral litúrgica; 11) Ecumenismo; 12) Presença no desenvolvimento; 13) Presença na família; 14) Cultura; 15) Sócio-econômico-político; 16) Deslocamentos e estações; 17) Santuários; 18) Juventude; 19) Espiritualidade. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970*. 77. p. 146-154).

²²⁹ 1) Ministério sacerdotal; 2) Ação missionária e catequética; 3) Liturgia; 4) Formação de responsáveis regionais pela ação ecumênica; 5) Ação social; 6) Diaconato; 7) Vocações; 8) Responsáveis por seminários; 9) Equipes de assessoria para renovação pastoral; 10) Movimentos infanto-adolescente; 11) Leigos; 12) Formação da opinião pública. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970*. 77. p. 156-161).

²³⁰ 1) Sistema de planejamento pastoral; 2) assessorial para planejamento de bens eclesiais; 3) assessoria de informações; 4) montagem do ISPAL, ISPAV e INAL; 5) reestruturação da livraria D. Bosco Editora. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970*. 77. p. 164-166).

adotada, os responsáveis pela execução, as tarefas, datas e prazos²³¹. Esta estrutura tripartida revela uma abordagem metódica e bem fundamentada para a ação pastoral.

Assim ao findar o Concílio, os bispos do Brasil voltariam para casa não apenas com os dezesseis documentos conciliares aprovados e promulgados, mas também com um ambicioso Plano de Pastoral de Conjunto, destinado a colocar em prática em cada diocese e em cada aspecto da vida da Igreja as grandes intuições do Concílio²³². Este retorno marca não só o fim de um capítulo importante na história da Igreja, mas também o início de uma nova fase de renovação e engajamento pastoral.

De acordo com seu objetivo geral, o Plano de Pastoral de Conjunto deveria criar meios e condições para que a Igreja do Brasil se ajustasse, o mais rápido possível à imagem do Vaticano II. Era uma meta audaciosa e que exigiria de toda a comunidade eclesial uma atitude de compromisso com os novos rumos que o evento conciliar acabava de abrir para todo o povo de Deus. Essa finalidade supunha algumas opções básicas: partir de uma tomada de consciência mais lúcida e crítica da realidade, levar em consideração o caráter processual e dinâmico da renovação da Igreja; promover a participação do povo de Deus, procurando levar todos a sentirem-se corresponsáveis pelo processo. A ênfase na participação comunitária e no dinamismo do processo reflete uma visão de Igreja viva e participativa. Sob a perspectiva desses propósitos renovadores, baseados na experiência do Plano de emergência e no impulso proveniente do Vaticano II, o Plano de Pastoral de Conjunto formulou o objetivo geral da ação da Igreja, claramente inspirado na *Lumen Gentium*: “levar todos os homens a uma sempre mais plena comunhão de vida com o Pai e entre si, por Jesus Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja”²³³. Este objetivo resume de forma eloquente a missão fundamental da Igreja, que é unir os homens em comunhão com Deus e entre si.

É muito interessante a observação que o Pe. Beozzo faz quando afirma que no ano de 1964 se assistia uma “transição do carisma da pessoa para a instituição, de Dom Helder Câmara para a CNBB”²³⁴ e que embora fosse fruto da nova prática conciliar, de uma direção pessoal para uma outra mais colegiada, não deixava de ter lados obscuros e afirma: “Não se pode negar que chega, de certo modo, ao fim o cordão umbilical que ligava a CNBB aos leigos em geral e à Ação Católica em particular. A CNBB nasceu nos locais da Ação Católica,

²³¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970*. 77. p. 17-18.

²³² BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II*. Op. cit. p. 354.

²³³ *Ib.* p. 355-358.

²³⁴ BEOZZO. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II*. Op. cit. p. 357.

e seu fundador, o primeiro secretário geral por doze longos anos no cargo”²³⁵. Para o Pe. Beozzo, no Concílio, se deu a definitiva “episcopalização da entidade e uma progressiva clericalização”²³⁶. E isso se percebeu na implementação do novo Plano de Pastoral de Conjunto, que havia sido preparado pela equipe anterior²³⁷ e teve que ceder à nova hegemonia menos politizada e situada mais ao centro²³⁸. Foi quando se inverteu a ordem entre as linhas de ação propostas no plano: a linha um que contemplava o engajamento da Igreja no mundo e a proposta de ação social da CNBB tornou-se a linha seis e, a linha seis que estava dedicada à vida interna, aos presbíteros e comunidades tornou-se a prioridade número um do plano que seria a linha um. E o Pe. Beozzo afirma:

Podemos dizer que a primeira CNBB tinha o rosto muito visível do seu secretário geral, com suas inigualáveis qualidades humanas e espirituais: homem de ação, mas também de oração e contemplação; cheio de sonhos, mas atento aos caminhos práticos para a sua realização; comprometido com os pobres, mas capaz de atrair simpatia e colaboração de pessoas de outras classes e segmentos sociais para seus projetos e iniciativas sociais; profundamente convencido de que os leigos eram a Igreja e os únicos capazes de ser o fermento evangélico no meio do mundo²³⁹.

Estas palavras do Pe. Beozzo ressoam não apenas como um elogio ao secretário geral, mas também como uma poderosa evocação dos princípios e do espírito que impulsionaram a CNBB em seus primeiros anos.

Não se pode negar também que o Plano de Pastoral de Conjunto é fruto de uma época e de um contexto eclesial muito peculiares: uma época de grandes mudanças socioculturais e de fortes tensões políticas, não só no Brasil, como na maioria dos países latino-americanos. Estas circunstâncias sublinham a complexidade dos desafios enfrentados pela CNBB naquela época e a necessidade de adaptar sua missão e métodos a um mundo em rápida transformação. Um contexto eclesial renovador e inovador, na herança do pontificado do Papa João XXIII e no dinamismo do Concílio Vaticano II. Este contexto, impregnado de renovação e inovação, fornecia o pano de fundo ideal para o audacioso Plano de Pastoral de Conjunto, refletindo o espírito de uma era definida pelo anseio de mudança e adaptação.

3. O Brasil e o seu contexto político-histórico após o golpe militar (1964-1968)

²³⁵ Ib., p. 357.

²³⁶ Ib., p. 357.

²³⁷ Comissão Central da CNBB: presidente: Dom Jaime de Barros Câmara; vice-presidente: Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta e secretário geral: Dom Hélder Câmara.

²³⁸ Comissão Central da CNBB eleita em 27 de setembro de 1964: presidente: Dom Agnelo Rossi; vice-presidente: Dom Avelar Brandão Vilela e secretário geral: Dom José Gonçalves Costa.

²³⁹ BEOZZO. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II*. Op. cit. p. 358-359.

Na segunda metade da década de sessenta, o Brasil vivia o Regime Militar, instaurado no Brasil através do golpe militar, ocorrido em março de 1964, quando, em nome da liberdade, da ordem e da segurança nacional, o presidente da República, João Goulart foi deposto. A presidência da República foi declarada vaga, assumindo interinamente a mesma o presidente da Câmara dos deputados, Ranieri Mazzilli. As forças armadas não perderam tempo. Através de uma aliança entre setores civil e militar, formou-se um novo governo, antecipando as disposições da Constituição brasileira vigente na época, que previa eleições pelo Congresso Nacional trinta dias após a declaração de vacância dos cargos de presidente e vice-presidente indicado pelo Exército, escolheram para assumir a presidência da República o general Humberto de Alencar Castelo Branco, até as eleições que estavam previstas para 1965²⁴⁰. Este cenário político conturbado impôs desafios sem precedentes, marcando profundamente a sociedade brasileira e moldando de maneira significativa os anos subsequentes, tanto no espectro político quanto no social.

Sob a perspectiva de Hannah Arendt, este contexto pode ser compreendido à luz de seus conceitos sobre poder²⁴¹, autoridade²⁴² e revela uma dinâmica política própria. O contexto fático revela uma inversão da ordem estabelecida, marcada por ações autoritárias que não derivam do consentimento popular, mas sim da imposição por meio de intervenção militar. A ascensão de Castelo Branco ao poder não foi resultante de um processo democrático ou consensual. Pelo contrário, foi uma imposição proveniente das forças armadas e setores civis alinhados, que desconsideraram os mecanismos institucionais pré-estabelecidos pela Constituição vigente, indicando uma quebra na ordem democrática. Isso reflete a ausência de legitimidade e consentimento popular na escolha do líder, pois sua designação veio de uma aliança entre interesses militares e civis, em oposição ao processo democrático.

O contexto descrito evidencia a ausência de um poder que emane da ação conjunta e consensual do povo, refletindo a subversão da autoridade democrática. Em vez disso, a ascensão ao poder foi conduzida por forças externas, resultando em um desvio da legitimidade democrática. Esse evento marcou um período de transição política no Brasil, caracterizado pela ausência de um poder democrático coletivo, sob a ótica dos conceitos de Hannah Arendt.

²⁴⁰ CANTARINO, Geraldo. 1964: A revolução para inglês ver. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 60-61.

²⁴¹ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 36.

²⁴² *Ib.* p. 36.

3.1. O governo Castelo Branco

O Ato Institucional nº 1 (AI-1) estabeleceu a eleição de um novo presidente da República, por meio de votação indireta no Congresso Nacional. Assim era a redação do seu artigo 2º: “A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal”²⁴³.

Em 15 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente, com um mandato que se estenderia até 31 de janeiro de 1966. Esta eleição foi emblemática, não apenas pelo seu caráter indireto, mas também pelo significado mais amplo que ela representava: a consolidação do poder militar e a redefinição do cenário político brasileiro. O grupo liderado por Castelo Branco tinha como objetivos principais a instauração de uma forma de “democracia restrita” após a implementação das medidas previstas no AI-1. Essa “democracia restrita” é um eufemismo curioso, que mascarava as verdadeiras intenções de um regime que limitava severamente as liberdades civis. Além disso, no âmbito econômico, almejava o desenvolvimento como uma estratégia para conter a influência comunista. Este enfoque no desenvolvimento econômico, embora tenha trazido certos avanços, também pavimentou o caminho para políticas que marginalizavam segmentos significativos da população. Para alcançar esses objetivos, era imprescindível lidar com a complicada situação econômico-financeira que se arrastava desde os últimos meses do governo Goulart. Esta situação econômico-financeira era um emaranhado de desafios, refletindo as complexidades e as contradições de um país em plena metamorfose. Além disso, buscava-se o controle da mão de obra nas áreas urbanas e rurais, bem como a realização de reformas no aparato estatal²⁴⁴. Os esforços para controlar a mão de obra e reformar o estado eram, em muitos aspectos, uma resposta direta às tensões sociais que fermentavam sob a superfície da sociedade brasileira.

Com o objetivo primordial de enfrentar a complexa situação econômico-financeira que se arrastava desde os últimos meses do governo de João Goulart, o governo lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), sob a coordenação dos ministros do

²⁴³ BRASIL, Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964 - Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/4/1964, Página 3257). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-1-9-abril-1964-364977-norma-csr.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

²⁴⁴ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 468–470.

Planejamento, Roberto Campos, e da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões. O PAEG pode ser visto como um instrumento ambicioso, visando estabilizar uma economia turbulenta e estabelecer as bases para o crescimento futuro. O PAEG foi desenvolvido com a finalidade de reduzir o déficit do setor público, restringir o crédito privado e limitar os investimentos. Almejou controlar os gastos dos Estados, avançando com uma lei que os proibia de contrair dívidas sem autorização federal. A estabilização financeira da União foi alcançada através da melhoria das condições das empresas públicas, da redução de subsídios para produtos básicos como trigo e petróleo, que eram importados a um câmbio mais baixo, e do incremento na coleta de impostos. Essas políticas de estabilização financeira, embora necessárias, não estavam isentas de críticas, pois representavam um fardo adicional para os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis. As duas primeiras medidas produziram inicialmente um impacto no custo de vida, visto que foi necessário aumentar as tarifas dos serviços de energia elétrica, telefonia, entre outros, e elevar o preço da gasolina e do pão. Tendo em vista uma melhor eficiência da administração governamental, notadamente deficientes até então, logrou-se aumentar a arrecadação de impostos. A introdução da correção monetária para o pagamento em atraso de impostos também teve um efeito positivo, tornando menos vantajoso ser devedor do Estado²⁴⁵.

Estas medidas, embora visando a eficiência, também realçavam as contradições de um regime que, ao mesmo tempo que reprimia, buscava legitimar-se através da promessa de prosperidade econômica. A legislação trabalhista passou por correções, iniciando com a implementação de ajustes salariais abaixo do índice inflacionário. Juntamente com isso, vieram medidas para prevenir greves e facilitar a rotatividade de empregados, em benefício das empresas. Estas medidas refletem uma clara intenção de submeter os direitos trabalhistas às necessidades percebidas de estabilidade e crescimento econômico. A lei de greve aprovada em junho de 1964 estabeleceu critérios burocráticos que praticamente tornaram inviável a realização de greves legais. Ao mesmo tempo, o governo suprimiu um dos direitos mais valorizados pelos trabalhadores urbanos - a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, assegurada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)²⁴⁶. A alternativa foi introduzida somente em setembro de 1966, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), substituindo, na prática, a estabilidade. O FGTS, apesar de ser uma reforma

²⁴⁵ Ib. p. 471.

²⁴⁶ BRASIL, decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/8/1943, Página 11937). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 9 jun. 2022.

significativa, também pode ser visto como uma estratégia do regime para enfraquecer a posição dos trabalhadores frente aos empregadores. A adesão ao fundo, embora não obrigatória por lei, tornou-se uma exigência de fato para se obter emprego²⁴⁷. Esta situação criou uma espécie de ilusão de escolha, restringindo ainda mais a autonomia dos trabalhadores em um contexto já marcado por limitações significativas. Esse fato veio a corroborar a exortação feita pelo então Deputado Franco Montoro (MDB-SP): “Essa escolha será ilusória, argumentou o deputado em agosto de 1966, numa sessão que discutiu o projeto. A empresa escolherá aqueles que adotarem o sistema desejado pela empresa. A livre escolha não é do empregado, mas sim da empresa”²⁴⁸. Este comentário do deputado Franco Montoro ressalta a essência da tensão entre a autonomia individual e as forças maiores que moldam as condições de trabalho, uma tensão que continua a ser uma questão central nas relações trabalhistas.

A implementação do FGTS foi vantajosa para as empresas, que passaram a ter mais liberdade para contratar e dispensar funcionários. É interessante notar que, apesar de sua aparente modernização do mercado de trabalho, o FGTS acabou por transferir uma parte significativa do risco do emprego para o trabalhador, uma tendência que se alinha com movimentos de flexibilização laboral observados globalmente. Entretanto, o FGTS apresentou consequências negativas para o trabalhador, uma vez que foi corroído pela correção monetária abaixo da inflação e pelo não recolhimento de parcelas, de forma que a segurança proporcionada pelo FGTS não compensava a perda da garantia de estabilidade. A fragilidade do FGTS nesse contexto sublinha a vulnerabilidade dos trabalhadores frente às volatilidades econômicas, um tema que continua relevante nas discussões sobre direitos laborais. A relevância dessa garantia se tornou evidente em períodos de recessão econômica²⁴⁹.

Em relação ao setor rural, a política repressiva do governo de Castelo Branco contra os supostos agitadores foi implementada em paralelo a medidas que buscavam propor soluções para a questão agrária. Essa dualidade entre repressão e reforma revela a complexidade das políticas agrárias da época, equilibrando-se entre a manutenção da ordem e a necessidade de mudanças estruturais. Em novembro de 1964, o Congresso ratificou o Estatuto da Terra²⁵⁰,

²⁴⁷ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 471–472.

²⁴⁸ AGÊNCIA SENADO. *Em 1967, FGTS substituiu estabilidade no emprego*. Senado Federal. [05 de maio de 2017]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>. Acesso em: 9 jun. 2022.

²⁴⁹ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 471–472.

²⁵⁰ BRASIL, lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União seção 1 - suplemento – 30/11/1964 – Página 49). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 9 jun. 2022.

com a finalidade de implementar a reforma agrária e promover uma política agrícola. Contudo, essa lei, assim como outros instrumentos posteriormente introduzidos, permanecera majoritariamente teóricos, sem serem adequadamente executados na prática²⁵¹. A discrepância entre a legislação e a sua aplicação prática evidencia um dos grandes desafios na implementação de políticas públicas: a necessidade de vontade política e recursos para transformar intenções em realidade.

No âmbito da Política, o AI-1²⁵² não alterou o calendário para as eleições dos governos estaduais. Em outubro de 1965, foram realizadas eleições diretas em onze estados. Nesse momento, a empolgação inicial pela revolução já havia diminuído consideravelmente entre seus próprios apoiadores. A mensagem propagandista acerca do fim da corrupção tornava-se cada vez menos convincente e a classe média sentia o impacto no bolso. Esta mudança de percepção reflete uma constante histórica: o desgaste do apoio popular em regimes autoritários à medida que suas promessas iniciais falham em se materializar. A despeito da proibição de certos candidatos pela chamada "linha-dura" das Forças Armadas, a oposição obteve vitórias em estados importantes. Negrão de Lima, velho getulista e colaborador de Juscelino Kubitschek, venceu no estado da Guanabara; em Minas Gerais, outro colaborador de Juscelino, Israel Pinheiro - o primeiro prefeito de Brasília - saiu vitorioso. Ademais, a oposição também prevaleceu em Santa Catarina e Mato Grosso. Essas vitórias da oposição foram um testemunho eloquente da diversidade e resiliência do espírito democrático brasileiro, mesmo sob condições adversas. O resultado das urnas causou inquietação nos círculos militares. Grupos de linha-dura, adversários dos "castelistas," os interpretaram como evidência de uma excessiva indulgência do governo com seus adversários. Estes grupos defendiam a instalação de um regime autoritário com controle militar rígido do sistema de tomada de decisões, a fim de intensificar a luta contra o comunismo e a corrupção²⁵³.

Sob a pressão desses setores, o presidente Castelo Branco promulgou o Ato Institucional nº 2 (AI-2)²⁵⁴ em 17 de outubro de 1965, apenas 24 dias após as eleições

²⁵¹ FAUSTO, *História do Brasil*. Op. cit. p. 472.

²⁵² BRASIL, Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964 - Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/4/1964, Página 3257). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-1-9-abril-1964-364977-norma-csr.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

²⁵³ FAUSTO, *História do Brasil*. Op. cit. p. 473-474.

²⁵⁴ BRASIL, Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 - Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. (Diário Oficial da União - Seção 1 -

estaduais. O AI-2 estabeleceu de forma definitiva que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, em uma sessão pública com votação nominal, eliminando assim o voto secreto para evitar surpresas²⁵⁵. Nesse sentido, era a redação do artigo 9º: “A eleição do Presidente e do Vice-Presidente, da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal”²⁵⁶. Esta mudança foi mais do que uma mera alteração procedural; representou uma erosão adicional das salvaguardas democráticas e um fortalecimento do controle autoritário sobre o processo político.

Além disso, o AI-2 ampliou os poderes do Presidente da República, determinando que ele poderia “baixar atos complementares do presente, bem como decretos-leis sobre matéria de segurança nacional”²⁵⁷, conforme a redação do artigo 30. Esta ampliação de poderes não apenas concentrou a autoridade nas mãos do Executivo, mas também fortaleceu o caráter autoritário do regime, limitando ainda mais os espaços de liberdade e democracia.

No entanto, uma das mudanças mais significativas promovidas pelo AI-2 estava prevista em seu artigo 18, determinando que ficavam “extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros”²⁵⁸. Os militares argumentaram que o sistema multipartidário contribuiu para as crises políticas, levando à criação de apenas dois partidos políticos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que reunia os apoiadores do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava a oposição. Essa legislação partidária efetivamente limitou as opções políticas disponíveis aos cidadãos e consolidou o bipartidarismo no Brasil²⁵⁹. É importante ressaltar que o bipartidarismo imposto foi uma estratégia que limitou a representatividade política, cerceando a expressão de um espectro político mais amplo e diversificado.

Nas eleições legislativas de 1966, a ARENA obteve 63,9% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, enquanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) conquistou 36%. É relevante observar, no entanto, que a oposição mais radical promoveu a campanha pelo voto nulo, resultando em 14,2% de votos em branco e 6,8% de votos nulos. Esses percentuais de votos nulos e brancos refletem um descontentamento ou descrença

27/10/1965, Página 11017). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-2-27-outubro-1965-363603-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

²⁵⁵ FAUSTO, *História do Brasil*. Op. cit. p. 474–475.

²⁵⁶ BRASIL, Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Op. Cit.

²⁵⁷ *Ib.*

²⁵⁸ *Ib.*

²⁵⁹ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 474–475.

significativa de uma parcela da população em relação ao sistema político vigente. O governo sob a liderança de Castelo Branco finalizou as reformas institucionais do país, “fazendo aprovar” uma nova Constituição²⁶⁰ em janeiro de 1967²⁶¹. Como destaca Boris Fausto: “A expressão ‘fazendo aprovar’ deve ser tomada em sentido literal. Submetido a novas cassações, o Congresso fora fechado por um mês em outubro de 1966 e reconvocado pelo AI-4 para se reunir extraordinariamente a fim de aprovar o novo texto constitucional”²⁶².

A Constituição de 1967²⁶³ incorporou a legislação que havia ampliado os poderes do Executivo, especialmente em questões de segurança nacional²⁶⁴, embora não tenha mantido as disposições excepcionais que permitiriam novas cassações de mandatos e perda de direitos políticos²⁶⁵. O texto constitucional de 1967, assim, codificou muitas das práticas autoritárias do regime, dando-lhes uma aparência de legalidade e legitimidade.

Uma das características distintivas do regime estabelecido em 1964 foi a ausência de uma ditadura personalista. Pode-se compará-lo a um sistema de governo onde um dos líderes militares - general de quatro estrelas - era selecionado para governar o país com um mandato definido. A sucessão presidencial ocorria internamente na corporação militar, com uma audiência maior ou menor da tropa, dependendo do caso, e a decisão final recaía sobre o Alto Comando das Forças Armadas. Esta forma de sucessão presidencial, mais corporativa do que democrática, refletia a natureza intrínseca do regime, onde o poder residia não em um indivíduo, mas em uma instituição - as Forças Armadas. Embora, na aparência, fosse o Congresso responsável por eleger o presidente da República, que era indicado pela Arena, na prática, o Congresso apenas validava a decisão proveniente de instâncias superiores²⁶⁶. Aqui, a fachada de um processo eleitoral formal ocultava a verdadeira dinâmica de poder, onde o Congresso tinha pouco espaço para manobras ou decisões independentes.

3.2. O governo Costa e Silva

²⁶⁰ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.

²⁶¹ FAUSTO, *História do Brasil*. Op. cit. p. 475.

²⁶² *Ib.* p. 475.

²⁶³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, [1967]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

²⁶⁴ Art. 58 - O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei sobre as seguintes matérias: I - segurança nacional. (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, [1967]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 10 jun. 2022).

²⁶⁵ FAUSTO, *História do Brasil*. Op. cit. p. 475.

²⁶⁶ *Ib.* p. 475.

O grupo liderado por Castelo Branco não conseguiu eleger seu sucessor. O general Artur da Costa e Silva foi eleito presidente, enquanto o civil Pedro Aleixo, membro da UDN, assumiu a vice-presidência. Eles tomaram posse em março de 1967. Embora tenha ocupado o cargo de ministro da Guerra durante o governo de Castelo Branco, Costa e Silva tinha uma personalidade distinta e um estilo de liderança diferente do intelectualizado Castelo Branco. Neste aspecto, o contraste entre os estilos de liderança de Castelo Branco e Costa e Silva reflete a complexidade e a heterogeneidade das forças dentro do próprio regime militar. No entanto, o aspecto mais relevante dessa transição de poder foi o fato de que Costa e Silva representava as esperanças da ala mais rígida e dos nacionalistas autoritários dentro das Forças Armadas. Esses grupos estavam descontentes com a política de Castelo Branco, que incluía uma maior aproximação com os EUA e concessões aos investimentos estrangeiros. Não havia contradição entre ser "linha-dura" e ser nacionalista; na verdade, havia uma tendência entre essas orientações. No que se refere à composição do ministério, Costa e Silva promoveu uma mudança significativa em relação ao governo anterior de Castelo Branco. Nenhum membro da equipe anterior foi mantido em seus cargos. Esta substituição completa da equipe ministerial sinalizava uma nova fase do regime militar, com uma ênfase renovada na autonomia nacional e um tom mais autoritário na gestão governamental. O número de militares em posições-chave aumentou, com exceção dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, que foram ocupados por Antônio Delfim Netto e Hélio Beltrão, respectivamente²⁶⁷.

É importante notar que seria um equívoco considerar Costa e Silva como um mero instrumento da linha-dura militar. Levando em consideração as diversas pressões que atuavam na sociedade na época, ele buscou estabelecer diálogo com a oposição moderada e ouvir os críticos do regime. Ao mesmo tempo, iniciou uma política de fortalecimento das organizações sindicais e promoção de lideranças sindicais confiáveis. Esta abordagem ambivalente demonstra o dilema enfrentado pelo regime: entre a repressão e a tentativa de ganhar legitimidade através do diálogo e de reformas limitadas. No entanto, os eventos subsequentes acabariam por superar essa política de liberalização restrita²⁶⁸.

A partir de 1966, após o período inicial de repressão, a oposição ao regime militar começou a se reorganizar. Destacou-se nesse movimento a atuação de líderes da Igreja, com ênfase na figura do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, particularmente no

²⁶⁷ Ib. p. 475–477.

²⁶⁸ Ib. p. 477.

Nordeste brasileiro. Além disso, os estudantes começaram a se mobilizar em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE). No cenário político, figuras antes marginalizadas, como Carlos Lacerda, estabeleceram alianças com seus antigos adversários políticos, como João Goulart e Juscelino Kubitschek, para formar a chamada Frente Ampla. Em uma reunião realizada em Montevidéu, os líderes da Frente Ampla se comprometeram a lutar pela restauração da democracia no país e pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Essa convergência de forças antes díspares sinalizava um crescente descontentamento com o regime e um anseio compartilhado por mudança. Em 1968, as mobilizações ganharam força. O estopim para as manifestações de rua em 1968 foi a morte do estudante secundarista Edson Luís, que foi baleado pela Polícia Militar durante um protesto no Rio de Janeiro, em março, contra as condições da alimentação fornecida aos estudantes carentes no restaurante do Calabouço. O enterro de Edson Luís e a missa na Igreja da Candelária atraíram milhares de pessoas e geraram indignação diante de novos episódios de violência policial²⁶⁹. A morte de Edson Luís e a resposta pública subsequente representaram um ponto de virada no sentimento popular, expondo a brutalidade do regime e galvanizando a oposição.

Analisando o contexto a partir dos conceitos de Hannah Arendt, observa-se a dinâmica entre poder, força, autoridade e violência neste período de reorganização e mobilização social. Arendt distingue o poder²⁷⁰ como uma capacidade coletiva emergente da ação conjunta de um grupo. A oposição ao regime militar, marcada pela atuação de líderes eclesiásticos e mobilização estudantil, reflete essa busca por poder, não no sentido de mero domínio, mas como uma tentativa coletiva de influenciar e redirecionar as estruturas políticas vigentes. Por outro lado, a formação da Frente Ampla sinaliza uma tentativa de reunir forças e alianças, representando uma força política que emerge da colaboração entre atores antes divergentes. Essa união inesperada evidencia um esforço de força²⁷¹, não necessariamente de violência, mas de pressão e influência política para contestar e confrontar o regime autoritário.

A reação à morte do estudante Edson Luís demonstra a emergência de uma resposta ao uso da violência estatal, representando uma forma de violência que confronta a ação repressiva do Estado. Esses eventos geraram indignação popular, evidenciando a rejeição da violência e o questionamento da autoridade por meio da ação coletiva. Em suma, este é um período de intensa movimentação política, marcado pela busca de poder por meio da ação conjunta, a formação de alianças políticas como uma força emergente e a reação à violência

²⁶⁹ Ib. p. 477–478.

²⁷⁰ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 36.

²⁷¹ Ib. p. 37.

como resposta à autoridade exercida de maneira coercitiva pelo Estado. Esse contexto reflete uma dinâmica complexa entre poder, força, autoridade e violência na busca por mudanças políticas no contexto do regime militar.

Esses acontecimentos não só sacudiram as estruturas sociais e políticas do Brasil, mas também criaram condições para uma mobilização mais ampla, unindo estudantes, setores da Igreja e da classe média carioca na luta pela redemocratização. O ponto culminante dessa convergência de forças foi a "passeata dos 100 mil", realizada em 25 de junho de 1968²⁷². Simultaneamente, eclodiram duas greves operárias significativas: uma em Contagem, próxima a Belo Horizonte, e outra em Osasco, na região metropolitana de São Paulo. A greve em Contagem começou quando cerca de 1.700 trabalhadores da Siderúrgica Belgo-Mineira paralisaram suas atividades e retiveram seus diretores como reféns. Em questão de uma semana, aproximadamente 15.000 trabalhadores estavam em greve, reivindicando um aumento salarial de 25%. Após cerca de dez dias, um acordo encerrou o movimento grevista. Este episódio, em particular, revela uma faceta crucial da luta operária: a capacidade de negociação e resolução de conflitos mesmo em um contexto de adversidade. A greve em Osasco, que ocorreu em julho de 1968, teve características distintas. Ao contrário da greve em Contagem, que foi, em grande parte, espontânea, a greve em Osasco resultou de uma colaboração entre trabalhadores e estudantes, começando com a ocupação da empresa Cobrasma. Essas manifestações representaram uma manifestação palpável da sinergia entre diferentes setores sociais, e uma tentativa de desafiar o governo através do movimento grevista. No entanto, essa estratégia não obteve sucesso. O Ministério do Trabalho interveio no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, forçando seu presidente, José Ibraim, a optar pela clandestinidade. Um pesado contingente militar reprimiu violentamente a ocupação da Cobrasma. Um episódio que ilustra dramaticamente a resistência e repressão naquela época²⁷³.

A greve que ocorreu em Osasco foi influenciada por grupos de orientação política de esquerda que adotaram a crença de que apenas a luta armada seria capaz de encerrar o regime militar. Esses grupos foram particularmente inspirados pelo exemplo da Revolução Cubana e pelo surgimento de movimentos guerrilheiros em várias nações da América Latina, como Guatemala, Colômbia, Venezuela e Peru. No contexto brasileiro, o PCB, uma organização de esquerda estabelecida, inicialmente se opôs à estratégia da luta armada. Entretanto, em 1967,

²⁷² FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 478.

²⁷³ *Ib.* p. 479.

um grupo liderado por Carlos Marighella, um veterano comunista, rompeu com o PCB e fundou a Aliança de Libertação Nacional (ALN). A Ação Popular (AP) já havia adotado a via da luta armada, e outros grupos começaram a surgir, incluindo o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), esta última com a presença significativa de militares de tendência esquerdista. Os grupos envolvidos na luta armada iniciaram suas primeiras ações em 1968, que incluíram a colocação de bombas no consulado dos EUA em São Paulo e a realização de "expropriações", ou seja, assaltos com o propósito de angariar recursos financeiros. A ALN, por exemplo, promoveu um assalto a um trem pagador da linha ferroviária Santos-Jundiaí. Tais atos podem ser interpretados como manifestações desesperadas de resistência em face de um regime repressivo, refletindo a complexidade e a urgência dos desafios políticos da época. Esses eventos contribuíram para consolidar a convicção dos setores mais rígidos do governo de que a revolução estava se intensificando e de que era necessário adotar medidas para reprimir os movimentos considerados subversivos²⁷⁴. Um presságio sombrio para os tempos de endurecimento político que se seguiriam.

A justificativa para a revogação da política de liberalização restrita do regime militar foi um incidente aparentemente trivial. O deputado Márcio Moreira Alves, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) da Guanabara, proferiu um discurso no qual exortava a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro e para que as mulheres se recusassem a namorar oficiais que se mantivessem em silêncio diante da repressão ou participassem de atos violentos. O conteúdo do discurso, embora passasse despercebido pelo público em geral, foi distribuído nas unidades das Forças Armadas. Esse episódio provocou indignação, levando os ministros militares a solicitarem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de um processo criminal contra Moreira Alves por difamação das Forças Armadas. A abertura do processo necessitava de autorização do Congresso, devido à imunidade parlamentar garantida pela Constituição de 1967. De forma surpreendente, o Congresso, com 216 votos contra 141, recusou-se a suspender as imunidades de Moreira Alves. Menos de 24 horas após essa decisão, em 13 de dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva emitiu o AI-5²⁷⁵, um ato que viria a simbolizar a mais severa repressão e censura da história recente do Brasil, resultando no fechamento do Congresso²⁷⁶.

²⁷⁴ Ib. p. 478–479

²⁷⁵ BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 - *São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.*

O AI-5 representou uma revolução dentro do contexto revolucionário estabelecido pelo regime militar no Brasil. Diferenciou-se dos atos anteriores por sua falta de prazo de vigência, não sendo, portanto, uma medida transitória excepcional. O AI-5 permaneceu em vigor até o início de 1979²⁷⁷. Seu artigo 2º²⁷⁸ restaurou o poder presidencial para suspender temporariamente o Congresso e, seu artigo 3º²⁷⁹, concedeu ao presidente o direito de intervir em Estados e municípios, nomeando interventores - uma demonstração de que, em tempos de crise, as liberdades civis e as instituições democráticas são, infelizmente, as primeiras a serem sacrificadas²⁸⁰.

Além disso, conferiu ao presidente a autoridade para cassar mandatos, suspender direitos políticos, conforme a redação do artigo 4º²⁸¹, e demitir ou aposentar servidores públicos, nos termos do artigo 6º²⁸². Essas medidas, sob uma análise mais crítica, parecem reforçar o caráter autoritário do regime, que se armava de prerrogativas para silenciar opositores e centralizar o poder. Desde a implementação do AI-2, os tribunais militares haviam julgado civis acusados de crimes relacionados à segurança nacional. O julgamento de civis por tribunais militares, um claro desvio das normas democráticas, destacava-se como um dos sinais mais evidentes da ruptura com os princípios de um Estado de Direito. Com a promulgação do AI-5, a garantia do habeas corpus foi suspensa para os acusados de tais crimes, bem como para aqueles envolvidos em infrações contra a ordem econômica, social e a economia popular²⁸³. Essa suspensão do habeas corpus, tradicionalmente considerada um dos

(Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/12/1968, Página 10801). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

²⁷⁶ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 479-480.

²⁷⁷ *Ib.* p. 480.

²⁷⁸ Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República. (BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968).

²⁷⁹ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 480.

²⁸⁰ *Ib.* p. 481.

²⁸¹ Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. (BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968).

²⁸² Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo. § 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço. (BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968).

²⁸³ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 481.

pilares de proteção aos direitos individuais, sublinha o quão longe o regime estava disposto a ir para sufocar qualquer forma de dissidência.

A partir do AI-5, o poder centralizado no núcleo militar do governo concentrou-se na comunidade de informações, que incluía líderes dos órgãos de vigilância e repressão. Esta centralização de poder, especialmente nas mãos de órgãos de inteligência, é indicativa do estado de paranoia e controle obsessivo que caracterizava o regime. Esse período testemunhou um novo ciclo de cassações de mandatos políticos, suspensão de direitos políticos e purgas no funcionalismo público, incluindo muitos professores universitários. O impacto dessas purgas no ambiente acadêmico, em particular, foi profundamente desestabilizador, minando a autonomia e a liberdade intelectual nas universidades. A censura à mídia foi efetivamente implementada, e métodos de tortura tornaram-se parte integrante da estratégia governamental. A adoção da tortura como ferramenta de estado é, talvez, a mais brutal das políticas, refletindo uma total abdicação dos valores humanitários. O AI-5 teve um efeito trágico, fortalecendo a argumentação dos grupos que defendiam a luta armada como única saída. Este efeito trágico do AI-5 pode ser visto como um catalisador, não apenas para a resistência armada, mas para a escalada da violência de ambos os lados do conflito político. O regime militar parecia cada vez menos disposto a responder às pressões sociais e a buscar reformas, ao contrário, seguia uma trajetória de aprofundamento de uma ditadura repressiva. Esta recusa em buscar reformas demonstra uma intransigência que talvez tenha contribuído para a sua própria eventual insustentabilidade. A partir de 1969, as ações armadas se multiplicaram. A multiplicação das ações armadas, um indicativo da crescente polarização e radicalização do conflito político, marcou uma escalada preocupante na violência. Um exemplo notável ocorreu em janeiro daquele ano, quando o capitão Carlos Lamarca liderou um grupo de militares em um assalto a um depósito de armas do Exército em Quitaúna, próximo a São Paulo. A participação de Lamarca, um capitão do exército, no assalto ao depósito de armas é reveladora da divisão e descontentamento dentro das próprias forças armadas. Lamarca, anteriormente conhecido por treinar bancários em autodefesa contra assaltantes de bancos, revelou-se membro da VPR²⁸⁴.

Continua-se a observar, portanto, uma complexa teia de eventos e ações que, embora profundamente enraizadas na realidade política do período, transbordam em significados e consequências que reverberam até os dias de hoje. A análise desses eventos não é apenas um

²⁸⁴ Ib. p. 481.

exercício histórico, mas também uma reflexão sobre os valores democráticos e os direitos humanos, que devem ser sempre vigiados e defendidos.

Amparado em Arendt, pode-se afirmar que esse evento reflete uma alteração drástica no equilíbrio de poder, autoridade e o uso da violência. O AI-5 demonstrou uma concentração exacerbada de poder nas mãos do presidente, centralizando as decisões políticas e eliminando processos democráticos. No entanto, a autoridade, para Arendt, é legitimada pelo consentimento e respeito dos governados, mas o AI-5 representou uma violação clara desse princípio, ao conceder ao presidente a autoridade de agir de forma discricionária, sem a necessidade de um respaldo democrático. Isso desafiou a autoridade consensual e representativa em prol de uma autoridade unilateral, baseada na imposição e na força do regime.

Juntando-se a isso, a implementação do AI-5 e suas consequências, como a censura da mídia, as purgas no funcionalismo público e o uso de métodos de tortura, representou o uso da violência como ferramenta de controle e repressão, a fim de manter o poder centralizado e impor a vontade do governo sobre a sociedade. O contexto do AI-5 gerou um ambiente de repressão exacerbada, onde a oposição foi silenciada e a luta armada ganhou terreno, desencadeando ações de resistência violentas como uma reação à imposição autoritária do regime militar. Esse período se distanciou das tentativas de reformas e respostas às pressões sociais, optando por um caminho de aprofundamento da ditadura repressiva.

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofreu um derrame que resultou em sua paralisia. Os ministros militares decidiram substituí-lo, ignorando deliberadamente a regra constitucional que designava o vice-presidente Pedro Aleixo como seu substituto. Pedro Aleixo, um civil, havia se oposto ao AI-5, o que o tornava inadequado aos olhos dos ministros militares. Esta decisão de ignorar a linha de sucessão constitucional é uma clara indicação do desrespeito do regime pelos processos democráticos. Portanto, por meio do Ato Institucional nº 12 (AI-12)²⁸⁵, datado de 31 de agosto de 1969, os ministros Lira Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica) assumiram temporariamente o poder. Esta assunção do poder pela junta militar foi um momento decisivo, consolidando ainda mais o controle das forças armadas sobre o Estado. A junta militar

²⁸⁵ BRASIL. Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969 - *Dispõe sobre o exercício temporário das funções de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento, por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências.* (Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/9/1969, Página 7649). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-12-69.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

respondeu às crescentes ações da esquerda radical com medidas repressivas formais, além da ampliação do uso da tortura. A escalada na repressão e o uso ampliado da tortura refletem uma intensificação na violência do Estado, algo que deixou marcas profundas no tecido social do país. Grupos de esquerda começaram a sequestrar membros do corpo diplomático estrangeiro em troca da libertação de prisioneiros políticos. Os sequestros eram um sinal do desespero e da disposição dos grupos de esquerda em confrontar o regime. O sequestro do embaixador dos EUA, realizado no Rio de Janeiro pela Aliança de Libertação Nacional (ALN) e pelo MR-8, apenas quatro dias após a junta militar assumir o poder, foi um dos episódios mais notórios. Este evento foi emblemático da tensão e da instabilidade política da época. O resultado foi a libertação de quinze prisioneiros políticos, que foram enviados para o México, em troca da liberdade do embaixador Elbrick²⁸⁶.

O AI-13²⁸⁷ instituiu a pena de banimento do território nacional, que poderia ser aplicada a brasileiros considerados “inconvenientes, nocivos ou perigosos à segurança nacional” (artigo 1º)²⁸⁸. O banimento, uma forma severa de punição, reflete a extensão dos poderes repressivos do regime e sua disposição em silenciar a dissidência. Os primeiros banidos foram os prisioneiros trocados pelo embaixador americano. Além disso, o AI-14²⁸⁹, alterou o § 11 do art. 150 da Constituição em vigor à época, para estabelecer a pena de morte para “casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”²⁹⁰. Embora a pena de morte não tenha sido formalmente aplicada, a sua mera inclusão na legislação revela a gravidade do clima político da época. Execuções sumárias e

²⁸⁶ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 481.

²⁸⁷ BRASIL. Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969 - *Institui a pena de banimento do Território Nacional para o brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional e dá outras providências*. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/9/1969, Página 7609). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-13-5-setembro-1969-363607-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

²⁸⁸ Art. 1º - O Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar, banir do Território Nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional. (BRASIL. Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969).

²⁸⁹ BRASIL. Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969 - *Dá nova redação ao parágrafo 11 do artigo 150 da Constituição do Brasil, acrescentando que não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento ou confisco, salvo nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar - esta disporá, também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na administração pública direta ou indireta*. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/9/1969, Página 7649). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-14-69.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

²⁹⁰ Art. 150º - § 11 - Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar. Esta disporá também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na Administração Pública, Direta ou Indireta. (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 10 jun. 2022).

desaparecimentos ocorreram sob o pretexto de confrontos entre subversivos e forças de segurança. Estes atos de violência estatal são um dos aspectos mais sombrios do período, deixando um legado de dor e perda²⁹¹.

Até 1969, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) era notório por sua participação na tortura de prisioneiros políticos. A partir desse ano, a Operação Bandeirantes (OBAN), vinculada ao II Exército e concentrada no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. A Oban e sua eventual transformação nos Destacamento de Operações e Informações (DOI) e CODI representam um capítulo particularmente nefasto na história da repressão no Brasil. A Oban foi substituída, dando origem aos Destacamentos de Operações e Informações e aos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que se espalharam por vários Estados e se tornaram os principais centros de tortura do regime militar²⁹².

Enquanto o Brasil vivia um dos períodos políticos mais sombrios de sua história, o governo obtinha sucesso na área econômica. Após o reequilíbrio das finanças liderado por Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, Delfim Netto promoveu o crescimento econômico ao facilitar a expansão do crédito e implementar controles de preços para conter a inflação. É paradoxal que, mesmo durante um período de repressão política severa, o país tenha vivenciado um surto de crescimento econômico, muitas vezes referido como o "milagre econômico". A inflação, que havia atingido 25,4% em 1968, começou a declinar. Em 1968 e 1969, o país experimentou um notável crescimento industrial, impulsionado pela indústria automobilística, produtos químicos e equipamentos elétricos. Este crescimento industrial, enquanto positivo em termos econômicos, não pode ser desvinculado do contexto político repressivo em que ocorreu. O setor de construção civil também se expandiu significativamente, com apoio do Banco Nacional de Habitação (BNH). Durante esses anos, o Brasil registrou taxas impressionantes de crescimento do PIB, com variações de 11,2% e 10,0% em 1968 e 1969, respectivamente. Essas taxas de crescimento, embora impressionantes, não devem obscurecer as violações de direitos humanos e a repressão política que também marcaram o período. Esse crescimento representou um aumento per capita de 8,1% e 6,8%, marcando o início do chamado "milagre econômico"²⁹³. Este contraste entre o sucesso econômico e a repressão política é uma das muitas contradições que definem esse período tumultuado da história brasileira.

²⁹¹ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 481.

²⁹² *Ib.* p. 481.

²⁹³ *Ib.* p. 482.

4. A Igreja no Brasil de 1964 até a Conferência de Medellín

Na década de 1960, mais especificamente quando Jânio Quadros renunciou e assumiu o governo João Goulart, abriu-se de uma maneira mais clara uma cisão dentro da Igreja no Brasil, pelo fato de que a CNBB não ter se manifestado quanto a legitimidade do novo governo e de sua orientação política e, além disso, através de documentos, dar cobertura ao populismo reformista do governo de João Goulart, é digno de nota que tal falta de manifestação pode ter sido interpretada como uma forma de consentimento tácito, criando uma atmosfera de incerteza e divisão. Este posicionamento da CNBB, ao dar cobertura ao populismo reformista, é indicativo de uma inclinação para o engajamento político-social da instituição, em consonância com as necessidades prementes da época. Em 30 de abril de 1963, a Comissão Central da CNBB, emite uma mensagem onde se pronuncia a respeito da situação do país, em que diz:

Que as desigualdades sociais não levam à paz anunciada pela Encíclica, refletem, isto sim, os grandes entraves de um país subdesenvolvido, em que as massas populares não participam do processo brasileiro, onde subsistem a miséria e a mortalidade prematura em números clamorosos, no qual o impacto das realidades rural e urbana gera consequências gravíssimas de despersonalização²⁹⁴.

Esta declaração pode ser vista como um claro chamado à consciência, enfatizando a urgência de abordar as disparidades sociais que assolam o país e ela foi recebida como um explícito apoio da cúpula do Episcopado brasileiro às reformas apregoadas pelo governo de João Goulart e também causou surpresa pelo tom progressista em que denunciava a ordem vigente no país e da necessidade de profundas transformações. Com isso rompia com a tradicional postura conservadora da Igreja, representando um momento definidor de transformação e engajamento social. A mensagem representou internamente na Igreja a desaprovação da ala mais conservadora que começa a repreender setores da Ação Católica quando viam neles posturas de jovens cristãos com certa adesão ao socialismo. Esta repreensão da ala conservadora destaca as tensões internas e os desafios enfrentados pela Igreja em se adaptar a um mundo em rápida mudança²⁹⁵. Inclusive bispos da Igreja, como é o caso de Dom Jaime de Barros Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, que já vinha condenando explicitamente movimentos católicos tais como os do MEB, estimulando os católicos da nação a reagirem diante da ameaça comunista. Sua condenação reflete a

²⁹⁴ PIERUCCI. *Igreja Católica: 1945-1970*. Op. Cit. p 453.

²⁹⁵ *Ib.* p. 455.

polarização das opiniões dentro da própria Igreja, marcando um período de intensa luta ideológica. Assim ele afirmava em seu programa radiofônico semanal dos meses de janeiro a março de 1964:

Os que tem maior obrigação de adotar providências e assumir posições, de tal forma se portam, que dão a triste impressão de que tudo está perdido e já não vale a pena lutar. Diante da intensa mobilização popular como efeito de uma doutrinação anticristã, antibrasileira, nitidamente absoluta e totalitária, nada fazem as autoridades que tem por obrigação precípua, em face do compromisso constitucional, manter o regime democrático²⁹⁶.

Estas palavras de Dom Jaime refletem um sentimento de desilusão e urgência, evidenciando as profundas preocupações de uma facção significativa da Igreja quanto ao futuro da nação.

4.1. Marcha da Família com Deus e o Golpe Militar

Nos dias que precederam ao golpe militar de 1964, a agitação era grande entre alguns setores da sociedade brasileira, dentre elas, a Igreja. O comício que o presidente João Goulart promoveu na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, tornou-se um divisor de águas. Ficou muito evidente que Goulart era apoiado pelas esquerdas, por um grande contingente de trabalhadores urbanos e rurais, também por alguns setores estudantis e de alguns graduados das Forças Armadas. Mas, em contrapartida tinha as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que funcionavam como expressão da Igreja Católica, ao lado de políticos conservadores, da elite empresarial e de movimento de mulheres de classe média, que incitava a população católica à defesa dos tradicionais valores cristãos. “Uma verdadeira articulação das direitas numa ampla e organizada campanha de desestabilização do governo”²⁹⁷. Este contexto de polarização reflete uma dicotomia profunda dentro da própria Igreja, entre a defesa da ordem e o apelo às reformas sociais.

O momento que pode ser considerado significativo da divisão ideológica dos católicos já quando o governo de João Goulart agonizava foi quando da realização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Se inicialmente a CNBB teria dado seu apoio as políticas de reformas de Goulart, logo que os movimentos sociais começaram a crescer a própria CNBB começou a temer a desordem social a passou a adotar posições mais conservadoras. Para uma boa parte dos bispos do Brasil uma insurreição comunista se evidenciava. “A Igreja

²⁹⁶ Ib. p. 455.

²⁹⁷ GOMES, Paulo César. Os Bispos Católicos e a ditadura militar brasileira: A visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 41.

via o comunismo como um materialismo ateu que ameaçava a doutrina católica, portanto, não gratuitamente, logo depois da vitória do golpe militar abençoaria com sua autoridade os vitoriosos”²⁹⁸. Essa benção, contudo, não foi unânime, revelando as fissuras internas e os dilemas éticos enfrentados pela Igreja naquele contexto de crise. Mas o apoio do episcopado brasileiro não foi homogêneo. O movimento foi apoiado por figuras importantes do episcopado brasileiro como o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro, bem como outros numerosos representantes de alas conservadoras da Igreja, mas outros religiosos não deram seu apoio ao movimento e se opuseram as manifestações como é o caso do Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Dom João Resende Costa, Arcebispo de Belo Horizonte, bem como do Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi, que, por meio de suas críticas, fez com que a Igreja se desvinculasse oficialmente do movimento²⁹⁹. Esta resistência de figuras proeminentes demonstra a pluralidade de visões dentro da própria Igreja e a complexidade dos desafios enfrentados. Inclusive o próprio Arcebispo de São Paulo tentou desencorajar as marchas na cidade de São Paulo, mas não conseguiu. Dom Carlos Carmelo juntamente com Dom Helder Câmara, dias antes da Marcha da Família com Deus tinham aparecido numa foto ao lado do presidente João Goulart, foto esta que circularia em todo o país³⁰⁰.

A divergência entre os bispos fez com que demorasse para ser elaborado o documento que oficializava o apoio da CNBB ao golpe. Enquanto isso a Ação Católica já sofria as consequências do golpe uma vez que a repressão caía sobre ela acusada de ser comunista. Só ao final de maio de 64 que a Comissão Central da CNBB emitiu um pronunciamento profundamente cauteloso e ambíguo assumindo duas posições que aparentemente são contraditórias: de um lado reafirma a aliança com o Estado, apoiando a ação militar que “arrancou o país do comunismo” e por outro lembra a necessidade de que os acusados não sejam punidos pela força e tenham direito a defesa, pois a restauração da ordem social não virá “apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo”³⁰¹ e protesta contra “certos indivíduos que organizam mesquinham perseguições contra a Igreja na pessoa de bispos, de padres, de militantes leigos e de fiéis”³⁰². Esta ambiguidade reflete a tensão inerente a uma instituição que se vê dividida entre princípios morais e pressões políticas, num momento em que o país atravessa uma encruzilhada histórica. Diz a declaração:

²⁹⁸ Ib. p. 42.

²⁹⁹ Ib. p. 42.

³⁰⁰ Ib. p. 42.

³⁰¹ PIERUCCI. *Igreja Católica: 1945-1970*. Op. Cit. p. 458.

³⁰² ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 184.

O Brasil foi há pouco cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. Seria, além do mais que se pode imaginar, a supressão das liberdades as mais sagradas e, de modo especial, da liberdade religiosa e da civil. Depois de dar graças a Deus por ter livrado a Pátria de perigo iminente, sem derramamento de sangue, a revolução, segundo afirmam seus dirigentes mais qualificados, teve a intenção de arrancar o País ao comunismo e de fazer valer a Justiça, o Direito e o bom senso. Não há dúvida que a ação militar deve consolidar a vitória, mediante o expurgo das causas da desordem. Entretanto, no critério da correção, os métodos a serem empregados na busca e no trato dos culpados, as medidas sanadoras e as penalidades não são atribuições da força, como tal, mas de outros valores, sem os quais a força não passará de arbitrariedade, de violência, de tirania. Que os acusados tenham o sagrado direito de defesa e não se transformem em objeto de ódio ou de vingança. Reconhecemos e lamentamos que, até mesmo em movimentos de orientação católica, tenha havido facilidades e abusos por parte de um ou outro elemento que burlou nossa vigilância, ou de outros que foram vítimas de seu próprio idealismo, da falta de malícia ou de inadequada apreciação dos fatos. Mas, na medida em que essas falhas chegaram ao nosso conhecimento, antes mesmo da Revolução, jamais nos omitimos no sentido de advertir e corrigir os culpados, fossem leigos ou sacerdotes. Por outro lado, não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que bispos, sacerdotes e fiéis ou organizações como, por exemplo, Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas, ou comunicantes. Isto se deve, às vezes, a própria tática comunista, outras vezes a certos elementos inconformados com a atitude aberta e corajosa de verdadeiros apóstolos da Igreja, do clero e do laicato, que pregam a sã doutrina, seja contra o comunismo, seja contra gritantes injustiças sociais e focos de corrupção e de degradação dos valores morais. É profundamente lamentável que tradicionais e acirrados inimigos da Igreja e alguns órgãos da imprensa no País levem ao pelourinho da difamação e da calúnia bispos e sacerdotes, e cheguem ao extremo de se vangloriarem do título de defensores e orientadores da consciência católica. Contra esta abominação levantamos nossa voz de autênticos pastores. Esperamos que os responsáveis pelos destinos temporais do Brasil aceitem, defendam e cumpram os princípios do Evangelho e as normas da doutrina social cristã, não só porque esses princípios são os nossos, mas porque constituem a base fora da qual não há, nem poderá haver, ordem social, segurança, estabilidade e verdadeiro progresso. Agradecemos à Virgem Imaculada Aparecida a maternal proteção que nos tem dispensado e rogamos à nossa excelsa padroeira continue a alcançar de Nosso Senhor Jesus Cristo, seu divino Filho, para o Brasil, aquela paz que se fundamenta na verdade, na justiça, na liberdade e na caridade³⁰³.

Em plena conjuntura do Vaticano II, afirma o historiador Serbin:

O golpe militar proporcionou um teste político decisivo para a Igreja. Dentro da Igreja havia dois campos opostos: À direita ficavam os conservadores

³⁰³ *Importante Mensagem de Nossos Bispos*. Monitor Diocesano. Botucatu, 1ª quinzena de junho de 1964, ano XXV, n. 1.167, p. 01.

religiosos e sociais, que censuravam os perigos da mudança e que afirmavam que os militares haviam salvado o país do comunismo; à esquerda estavam os militantes da Ação Católica Brasileira, os padres radicais e a liderança da CNBB, que apoiavam as reformas sociais do presidente deposto, João Goulart e que reclamavam da repressão sofrida por alguns leigos da Igreja³⁰⁴.

Essa divisão ilustra não apenas um conflito ideológico, mas também um embate sobre a essência e o papel da Igreja na sociedade. Como aconteceu após a realização do Concílio Vaticano II onde, diante das inovações trazidas pelo mesmo, aqueles que não eram muito favoráveis às diretrizes pós-conciliares foram chamados de “conservadores”, e seus entusiastas de “progressistas”, assim aconteceu também com relação a divisão existente dentro da Igreja em relação ao novo sistema político implantado no Brasil. Esta analogia entre as tensões pós-conciliares e as divisões políticas na Igreja Brasileira destaca a natureza cíclica e recorrente de tais conflitos ideológicos no seio eclesiástico. Mesmo existindo essa divisão, as declarações públicas deveriam mostrar a unidade da Igreja, mesmo que apenas no discurso, como afirma o historiador Serbin. A necessidade percebida de manter uma aparência de unidade, apesar das divisões internas, reflete uma tensão entre o ideal de coesão eclesiástica e a realidade de diversidade de pensamentos. Esta situação da Igreja do Brasil teve como resultado um pronunciamento oficial da Igreja “confuso” e “contraditório”³⁰⁵, no qual se encontram o apoio e o agradecimento dos bispos ao novo governo militar, embora o documento tenha feito certas ressalvas àqueles que acusavam bispos, sacerdotes e certas organizações católicas, como a Ação Católica e o Movimento de Base de Educação, de comunistas. Essas ressalvas no pronunciamento refletem um esforço de equilibrar a adesão ao novo regime com a defesa da integridade e autonomia da Igreja. Mas esta situação de confusão não estava presente só dentro da Igreja, a política da época era confusa, os posicionamentos eram confusos, eis porque os discursos e declarações da época também pareciam confusos³⁰⁶. Este paralelo entre a confusão política e eclesiástica da época sublinha como a Igreja, embora uma entidade espiritual, não está imune às turbulências e incertezas de seu contexto histórico.

4.2. A Igreja frente ao Regime Militar

O golpe e o início da ditadura militar no Brasil vão coincidir com a ascensão de um novo grupo mais conservador na direção da CNBB. As relações de Dom Helder Câmara com

³⁰⁴ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 102.

³⁰⁵ *Ib.* p. 103.

³⁰⁶ *Ib.* p. 104.

muitos bispos eram um tanto tensas, especialmente após o golpe, quando começou a ser atacado pela imprensa que o identificava com o governo de João Goulart que havia sido deposto³⁰⁷. Esta tensão ilustra quão polarizada estava a situação política e religiosa, refletindo as divisões profundas dentro da própria Igreja. Com a morte do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder foi nomeado como Arcebispo em fins de abril de 1964 e assim deixava o Rio de Janeiro e ia para o Nordeste, à uma grande distância do centro da CNBB³⁰⁸. Essa distância geográfica pode ser interpretada como um afastamento simbólico das correntes progressistas do epicentro da política eclesiástica. Nessa época era o presidente da CNBB o arcebispo de São Paulo o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, que, quinze dias depois do golpe foi transferido como arcebispo do Santuário Nacional de Aparecida/SP, a justificativa foi que seria por causa de sua idade e saúde, mas essa transferência, nesse momento decisivo, foi na verdade interpretado como uma estratégia para isolar as lideranças progressistas da CNBB que tinham engajamento social em vista de mudanças estruturais na sociedade³⁰⁹.

Sob a perspectiva do pensamento de Hannah Arendt, essas mudanças no contexto eclesiástico refletem dinâmicas de poder, autoridade e possíveis formas de força e violência. Arendt define o poder³¹⁰ como uma capacidade coletiva emergente da ação conjunta de um grupo. A alteração na direção da CNBB demonstra uma reorganização de poder, uma vez que líderes mais conservadores assumem posições-chave, podendo redirecionar as estratégias e prioridades da instituição. A autoridade, baseada no consentimento e respeito dos governados, foi desafiada nesse contexto. A transferência de Dom Helder e Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota sugere um desequilíbrio na autoridade e possivelmente um movimento para reprimir lideranças progressistas e suas aspirações por mudanças estruturais na sociedade, representando uma força que busca impor uma nova ordem dentro da instituição eclesiástica.

O uso da violência não é evidente nesse contexto, mas a possibilidade de isolamento estratégico de lideranças que desejavam mudanças sociais pode ser interpretada como uma forma de força ou pressão institucional para manter o status quo, minando a influência de vozes progressistas.

Assim, em fins de 1964 foram realizadas em Roma as eleições para todos os cargos da CNBB e foi eleito o arcebispo de São Paulo Dom Agnelo Rossi, “que era conhecido por não

³⁰⁷ BRUNEAU. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. Op. cit. p 216.

³⁰⁸ GOMES. *Os Bispos Católicos e a ditadura militar brasileira*. Op. cit. p 45.

³⁰⁹ BRUNEAU. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. Op. Cit. p. 216.

³¹⁰ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 36.

ter definida nenhuma linha própria”³¹¹. Isso pode indicar uma preferência por uma liderança menos polarizadora em um momento de grande divisão. Dessa forma os novos dirigentes deram novas feições à CNBB, como afirma Gomes:

Que passaria a não mais representar apenas uma minoria de bispos partidários de reformas sociais, mas a hierarquia de maneira geral. Nessa nova configuração, os bispos considerados progressistas ocupariam apenas cargos de importância secundária. Dom Helder Câmara tornou-se secretário de ação social, Dom Fernando Gomes, secretário de assuntos pastorais, e Dom Cândido Padin, secretário de educação³¹².

A relegação dos bispos progressistas a cargos de importância secundária reflete uma tentativa de conter suas influências e reforçar uma hierarquia mais conservadora. Dessa forma a CNBB começou a se voltar mais para os seus assuntos internos e não mais para as questões políticas e sociais. Tendia mais a ser uma instituição burocratizada. Num primeiro momento, os bispos se calavam diante da repressão do governo militar e mesmo diante dos problemas socioeconômicos do país. Persistia na ala conservadora da Igreja o obstinado combate ao comunismo, e isso ficou bastante claro nos sermões das missas quando se comemorou o primeiro aniversário da chamada “revolução de 64”, como por exemplo o que proferiu o Cardeal de São Paulo Dom Agnelo Rossi que ao referir-se ao perigo constante do comunismo em particular no meio estudantil afirmou que “o povo brasileiro deseja salvaguardar o precioso patrimônio de nossa terra: a fé cristã e as liberdades democráticas”³¹³. Essa declaração reflete a visão predominante na ala conservadora da Igreja, que via no comunismo uma ameaça existencial. Já Dom Helder Câmara, em Olinda e Recife se nega a celebrar a missa em comemoração ao primeiro aniversário da “revolução de 64”, e alega ser um ato de caráter e de “exclusiva competência do Governo militar e não da Igreja”³¹⁴. A recusa de Dom Helder em celebrar a missa é um ato simbólico de resistência e uma clara delimitação entre as responsabilidades do estado e da Igreja.

Mas a tentativa de conciliação entre a Igreja e o governo militar não vinha obtendo uma resposta positiva por parte do novo governo que na execução de suas medidas não poupava nem aos membros da Igreja. Este cenário evidencia uma clara deterioração nas relações entre Estado e Igreja, onde a neutralidade eclesiástica começou a ser fortemente desafiada. Os próprios prelados da Igreja começaram a ser alvo de pressões, sofrendo admoestações, interrogatórios e até mesmo envolvimento em inquéritos policiais:

³¹¹ Ib. p. 219.

³¹² GOMES. *Os Bispos Católicos e a ditadura militar brasileira*. Op. cit. p 45.

³¹³ PIERUCCI. *Igreja Católica: 1945-1970*. Op. Cit. p 459.

³¹⁴ Ib. p. 459.

A CNBB, em nota oficial de 13.06.65, ao término do encontro da Comissão Central para estudar um anteprojeto do Plano de Ação Pastoral, menciona, ainda que de modo velado e pouco esclarecedor, a D. Carlos Carmelo Mota, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, transferido, em abril de 64, desta cidade para Aparecida do Norte, ‘cujo nome paira acima de quaisquer alegações desprimorosas de que tenha sido alvo’, bem como a D. José Newton de Almeida Batista, Arcebispo de Brasília ‘incluído injustamente em inquérito político-militar’. Sabe-se que tal inquérito fundou-se na acusação de que o Arcebispo teria falado em defesa de João Goulart, pela Rádio Nacional, no dia 1º de abril de 1964. Antoine apresenta extensa lista de Bispos que sofrem punições do regime e são rotulados como comunistas, sob alegações as mais variadas³¹⁵.

Aqui, observa-se um claro reflexo da tensão política do período, onde a linha tênue entre Igreja e Estado se rompe, levando a Igreja a um inevitável envolvimento político. Assim, a medida em que os católicos, e entre eles os padres e as freiras, caíam nas mãos dos militares oficiais, ditos inquisidores, eles eram torturados e muitas vezes mortos. Diante disso até os bispos que pareciam mais predispostos a aceitar as argumentações das autoridades deixaram de fingir que ignoravam o que estava acontecendo com a vítimas que caíam em suas mãos. É nesse ponto que a Igreja, tradicionalmente pacífica e conciliatória, encontra-se em uma encruzilhada moral e ética. E com o passar do tempo, de maneira lenta o clamor dos bispos começou a aumentar. No começo, se limitava a alguns apelos vagos, como por exemplo a declaração da assembleia geral da CNBB de 1965, onde eles pediam “o fim dos ódios e das vinganças”³¹⁶. Essa postura inicial reflete uma cautela e uma tentativa de manter uma neutralidade que se provou insustentável diante das atrocidades ocorridas. A partir de então, alguns outros bispos mais corajosos começaram a fazer denúncias mais precisas, com nomes dos torturadores e das vítimas e precisando onde e em que datas as torturas tinham ocorrido. Estes atos de coragem representam um ponto de virada na postura da Igreja, marcando sua transição de uma instituição passiva para uma voz ativa contra as injustiças. E esse tipo de denúncia passou então a integrar a política geral da Igreja, é claro, com algumas exceções. Essa nova postura da Igreja pode ser vista como uma resposta direta à violência desenfreada que contradizia diretamente os ensinamentos cristãos. Começaram a ser adotadas, pelo governo, com mais intensidade, as torturas nos inquéritos policial-militares. Diante desse cenário começa uma forte oposição da Igreja ao Regime Militar, havendo assim um rompimento nas relações entre o Estado e a Igreja, pois o endurecimento do regime político convenceu a Igreja da incompatibilidade entre o sistema implantado e o Evangelho

³¹⁵ PIERUCCI, *Igreja Católica: 1945-1970*. Op. Cit. p 459.

³¹⁶ ALVES, *A Igreja e a política no Brasil*. Op. Cit. p. 185.

anunciado³¹⁷. Aqui, a Igreja se posiciona claramente contra o regime, numa manifestação de que valores fundamentais, como a dignidade humana e a justiça, devem prevalecer sobre qualquer aliança política. Essa decisão de protestar contra as torturas, o abuso da repressão e o rompimento com o governo militar não amadureceu facilmente, como afirma Alves:

Sabe-se que a maioria dos bispos estavam acostumados a servir o Poder e teriam dificuldades para assumir uma atitude crítica contra o mesmo: mais ainda que a sua formação conservadora, era o lugar que desfrutavam na sociedade que neles despertava a simpatia por esse novo regime, que fazia da imutabilidade da ordem a sua razão de ser. Admitir que o preço desta ordem que tanto estimavam era a tortura, a liberdade violada, os choques elétricos, os cadáveres esburacados jogados nos montes de lixo, era para eles muito duro. Por outro lado, como os padres e os leigos que eram perseguidos pela polícia eram quase sempre os mesmos que, no interior da Igreja, contestavam a sua autoridade, a solidariedade que se viam na obrigação de lhes dar violentava as suas emoções pessoais³¹⁸.

Esse trecho revela o profundo dilema moral e a tensão interna vivenciada pelos bispos, que se viram compelidos a abandonar uma postura de complacência em face da brutalidade do regime. Num primeiro momento as atitudes mais críticas em face do regime e as denúncias contra as violências do regime militar aconteceram por iniciativa individual de alguns bispos. Só foram tomando partido e as posições coletivas se fortaleceram quando os privilégios de alguns clérigos foram atacados. Esta reação inicialmente fragmentada sugere que a resistência contra as injustiças começou como uma série de atos isolados, que gradualmente convergiram para um movimento coletivo mais forte. Dentre eles encontramos D. Waldyr Calheiros, Bispo de Volta Redonda, que, com o pretexto do seu envolvimento com a Juventude Diocesana Católica, teve sua casa invadida por soldados que buscavam supostas publicações subversivas³¹⁹. Foram atacados também Dom João Rezende Costa e Dom Serafim Fernandes, Bispos de Belo Horizonte, e, inclusive o Cardeal de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, considerado conservador, protestaram contra as prisões de padres das suas dioceses. Estes incidentes sublinham o fato de que, independentemente das posturas ideológicas, os membros da Igreja não estavam imunes às violações de direitos perpetradas pelo regime. “Esses protestos lhes valeram injúrias através da imprensa oficial e também perseguições da parte das autoridades policiais”³²⁰. A resposta do regime às críticas da Igreja demonstra o quanto o Estado estava disposto a ir para silenciar vozes dissidentes.

³¹⁷ SERBIN. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Op. cit. p. 104.

³¹⁸ ALVES. *A Igreja e a política no Brasil*. Op. Cit. p. 185.

³¹⁹ GOMES. *Os Bispos Católicos e a ditadura militar brasileira*. Op. cit. p 50.

³²⁰ *Ib.* p. 185.

Conforme Arendt, pode-se afirmar que a dinâmica presente neste contexto destaca a transição do poder exercido por indivíduos isolados para um poder coletivo e mais fortalecido. No início, as atitudes de confronto eram mais individuais, refletindo um poder isolado e fragmentado. No entanto, com o aumento das ameaças aos privilégios dos clérigos, houve uma mobilização coletiva dentro da instituição da Igreja, consolidando um poder mais unificado. Em relação a autoridade, a mudança na postura da Igreja sugere uma transição de uma autoridade inicialmente questionada para uma autoridade mais reforçada, fortalecida pelo apoio coletivo dentro da instituição, diante da ameaça aos privilégios dos clérigos. No que tange à violência, não é explicitamente descrita no contexto, mas a ameaça aos privilégios dos clérigos pode ser interpretada como uma forma de violência simbólica ou institucional, influenciando a mudança de postura da Igreja. A necessidade de defesa dos interesses institucionais e a reação diante da perda de privilégios podem representar uma forma de força exercida para manter o status quo e a estabilidade dentro da estrutura eclesiástica.

Portanto, o contexto apresenta uma transição na dinâmica de poder, autoridade e possível reação a formas de violência, refletindo a evolução da atuação e das posições da Igreja frente ao regime militar no Brasil.

Em 1967, a CNBB não só defendeu os padres presos, acusados de “subversão”, como se posicionou contra a Lei de Segurança Nacional (LSN)³²¹. A CNBB, portanto, emergiu não apenas como defensora dos seus próprios membros, mas também como guardiã dos princípios democráticos. Desde então, a Igreja, a única instituição na época suficientemente forte para desafiar o regime, começou a se afastar e se posicionar contrária ao regime militar vigente no país, se aproximando dos setores populares da sociedade brasileira; afinal, ela era a única voz dos setores populares. Este alinhamento com as camadas populares reflete a essência da missão evangélica da Igreja, atuando como voz dos sem voz. Eram os primórdios da Teologia da Libertação. À medida que a Igreja se tornava o laboratório da Teologia da Libertação, ia se distanciando cada vez mais do Regime Militar e passava a lutar, junto com outros segmentos da sociedade, pela volta da democracia. A Teologia da Libertação, portanto, pode ser vista como um produto direto do contexto de repressão e como uma resposta teológica ao clamor por justiça social.

A relação entre o Estado e a Igreja se agravou ainda mais a partir de 1968 quando, diante da oposição radical de diversos segmentos da sociedade, dentre eles a Igreja aos militares, o regime vigente optou por medidas drásticas, baixando o AI-5 que foi uma

³²¹ CAMPOS. *A escrita da História*. Op. cit. p. 586.

verdadeira declaração de guerra contra toda a esquerda e, ao mesmo tempo, um atentado público aos Direitos Humanos mais fundamentais. Foi quando a Comissão Central da CNBB se reuniu³²² e preparou um pronunciamento oficial do Episcopado Nacional sobre a situação criada a partir do AI-5. A resposta da CNBB ao AI-5 marca um dos momentos mais significativos na história da Igreja brasileira, onde ela se coloca firmemente em defesa da dignidade humana e da justiça social. Neste documento é afirmado o direito da Igreja de pronunciar-se sobre assuntos políticos quando estiver em questão o bem comum da população. Esta afirmação reforça o entendimento de que a Igreja não pode permanecer alheia às questões sociais e políticas que afetam diretamente a vida dos fiéis. O comunicado afirma que a Igreja “não pode fugir, na hora presente, de uma leal colaboração com o governo em todos os setores onde sinceramente se procuram a verdade, a justiça, a liberdade e o amor”³²³. Afirmar também que a Igreja no Brasil está decidida “a aplicar os princípios do Concílio Vaticano II... ainda que isto custe à Igreja amarguras e dificuldades pessoais”³²⁴. Este compromisso da Igreja com os princípios do Concílio Vaticano II, mesmo diante de adversidades, sublinha sua dedicação à renovação e ao engajamento social. O trecho mais comentado da declaração foi o relacionado com a posição dos cidadãos decorrente do AI-5:

A situação institucionalizada no mês de dezembro último possibilita arbitrariedades, entre as quais a violação de direitos fundamentais, como o de defesa, de legítima expressão do pensamento e de informação; ameaça à dignidade da pessoa humana, da maneira física ou moral; institui um poder que, em princípio, torna muito difícil o diálogo autêntico entre governantes e governados, e poderá levar muitos a uma perigosa clandestinidade³²⁵.

Esta declaração reflete uma profunda preocupação com o estado da democracia e a defesa intransigente da Igreja pelos direitos humanos e pela dignidade da pessoa, mostrando sua disposição de desafiar o poder estabelecido em nome de valores mais elevados.

Esta era a situação da Igreja no Brasil na segunda década dos anos sessenta: uma Igreja que, lentamente, mas de forma muito firme, assumiu como seu os problemas vitais do povo brasileiro, rompendo corajosamente a tradicional aliança com as classes dominantes. Esta transformação não apenas reflete uma mudança de postura, mas também um profundo alinhamento com os valores evangélicos de justiça e solidariedade. Como consequência, experimentou em seus setores mais comprometidos os riscos e as incertezas desse

³²² Esta reunião aconteceu em São Paulo de 17 a 19 de fevereiro de 1969.

³²³ SEDOC. *Declaração dos Membros da Comissão Central da CNBB*. Ano 02, v. 1, f. 10, p.1331-1334, (abr.) 1969.

³²⁴ *Ib.* p. 1332.

³²⁵ *Ib.* p. 1333.

engajamento. Essa disposição para enfrentar riscos e incertezas é emblemática de um compromisso inabalável com a missão de defender os oprimidos.

A promulgação do Ato Institucional nº 05 (AI-5) marcou profundamente a história do Brasil e da Igreja no ano de 1968, mas um outro evento também deixou marcas profundas, e positivas na história da Igreja do Brasil e de toda a América Latina: A segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, que se realizou em Medellín, na Colômbia entre agosto e setembro de 1968, com a presença do papa Paulo VI. A realização desta conferência em um momento tão tumultuado é um testemunho do compromisso da Igreja com a promoção da justiça e da paz. Seu objetivo era trazer para a realidade latino-americana as determinações do Concílio Vaticano II e durante o encontro os bispos ali reunidos redigiram um documento onde, diante da realidade que vivia, a América Latina, inclusive o Brasil, as ditaduras que torturavam, matavam, condenaram a violência na América Latina e pediram justiça social:

A Igreja Latino-Americana tem uma mensagem para todos os homens que neste continente têm fome e sede de justiça. [...] Não basta, certamente, refletir, conseguir mais clarividência e falar. É necessário agir. A hora atual não deixou de ser a hora da “apalavra”, mas já se tornou, com dramática urgência, a hora da ação. [...] Isto indica que estamos no limiar de uma nova época da história do nosso continente. Época cheia de anelo de emancipação total, de libertação diante de qualquer servidão, de maturação pessoal e de integração coletiva. [...] O episcopado latino-americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina³²⁶.

Este documento é uma clara demonstração de que a Igreja não se limita a ser uma espectadora passiva das injustiças, mas se posiciona como uma força ativa na busca por transformações sociais.

Conforme Arendt, este contexto ilustra uma dinâmica multifacetada entre poder, autoridade e violência. No âmbito da Conferência de Medellín, a união dos bispos latino-americanos visava consolidar um poder coletivo para influenciar a realidade social, baseando-se nos princípios do Concílio Vaticano II e na luta por justiça social. Esse ato coletivo representou uma tentativa de exercer poder de forma pacífica e consensual, em contraposição à violência inerente aos regimes ditatoriais na América Latina. No que toca a autoridade, no âmbito da conferência, os bispos buscaram consolidar uma autoridade moral que transcende o poder político, denunciando atos violentos e reivindicando justiça social. Essa autoridade moral se baseava na consciência coletiva dos bispos, reforçada pelos ensinamentos do Concílio Vaticano II, em oposição aos atos violentos perpetrados pelos regimes ditatoriais.

³²⁶ DOCUMENTOS DA IGREJA. *Documentos do CELAM: Rio/Medellín/Puebla/Santo Domingo*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 73-74

Portanto, o contexto da Conferência de Medellín representa um exemplo notável da busca por uma autoridade moral e consensual, baseada na condenação da violência e na promoção da justiça social, como resposta aos regimes ditatoriais na América Latina, incluindo o Brasil.

III. CAPÍTULO

A IGREJA PARTICULAR DE BOTUCATU NOS ANOS 60 QUE ANTECEDEU AO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A década de 1960, como vimos, foi marcada por uma reviravolta na caminhada histórica da Igreja no Brasil. Esta reviravolta não foi apenas uma mudança de paradigma, mas uma verdadeira metamorfose no entendimento e na prática religiosa. A conclusão do Concílio Vaticano II inaugura também para a Igreja Particular de Botucatu, uma nova fase na caminhada. Ao encerrar-se do Concílio Vaticano II, bem como o sucesso do Plano de Emergência e a Pastoral de conjunto, a Igreja, no Brasil, vai aos poucos, conseguindo consolidar uma nova autocompreensão de Igreja, que vai pôr fim ao antigo modelo de cristandade. Este momento de transição foi crucial, representando uma mudança sísmica na forma como a Igreja se via e era vista pela sociedade. E isso, deve-se a várias circunstâncias desencadeadas por esse processo.

Com o episódio da Segunda Guerra Mundial, exigiu-se do homem ocidental, uma profunda e rigorosa revisão antropológica, onde entra um fenômeno que já estava em lenta formação, chamado de “fenômeno da secularização”. Esse fenômeno não foi apenas um desafio, mas também uma oportunidade para a Igreja refletir sobre seu papel em um mundo em rápida mudança. Esse processo de secularização, embora tenha fundamentos religiosos abrange também os meios científicos, éticos, artísticos, etc. Aqui, vemos a Igreja confrontada com a necessidade de dialogar com um mundo cada vez mais plural e diversificado. Neste processo a pessoa já se mostra não mais tão submissa a doutrina da Igreja e também não mais observa como antes seus deveres religiosos, muitas vezes abraçando de vez o ateísmo que pode ser resultado da sua condição histórica. Esta evolução da consciência individual demonstra a complexidade do contexto em que a Igreja estava inserida. Tudo isso começa a preocupar a Igreja.

Com a morte do papa Pio XII, é eleito como seu sucessor o papa João XXIII, tido como um papa de transição. Ao iniciar seu pontificado o papa João XXIII logo percebeu esta ameaçadora realidade, se convencendo da necessidade da Igreja se repensar, encarando de frente o mundo contemporâneo, que parecia estar mergulhado numa seríssima crise de ateísmo e de distanciamento da Igreja. A decisão do papa João XXIII em convocar o Concílio Vaticano II foi, portanto, um marco audacioso e visionário.

Não bastando isso, também o liberalismo econômico desenvolveu uma atividade de acumulação capitalista que, através de uma injusta distribuição das rendas, acentuava, como afirma Libânio “os privilégios dos privilegiados e fazia os pobres mais desesperadamente oprimidos”³²⁷. Isso colocou a Igreja diante do desafio de responder a disparidades sociais cada vez mais evidentes. Tudo isso assumiu deste modo um rumo que “com a convocação e início do Concílio, a Igreja defronta-se, de um golpe, com os problemas acumulados durante séculos”³²⁸. O papel da Igreja, neste contexto, foi de uma instituição que procurou redefinir e reafirmar sua missão em um mundo que se transformava rapidamente. E assim o papa João XXIII convoca o Concílio Vaticano II, e isto a partir da urgente necessidade de repensar a Igreja em termos de corpo vivo e presente, como afirma Corbisier: “é visível a intenção deste pontífice de acabar com a ruptura entre o tempo profano, em que as gentes vivem, e o tempo mítico, do qual alguns imaginam participar por ocasião das cerimônias, rituais e atos considerados importantes”³²⁹.

O Concílio procurou dar uma nova definição para a noção da presença da Igreja, entendida como: Realidade teológica da salvação e sinal de Deus no mundo e também presença visível entre os homens, que assume uma dimensão sociológica: é uma instituição social e, portanto, tem funções sociais, ou seja, as funções específicas da Igreja no meio social decorrem de sua consciência teológica. Esta nova definição foi um passo importante para que a Igreja se aproximasse mais da realidade vivencial das pessoas. Assim os dois planos se inter cruzam³³⁰. Dessa forma, desde o Concílio Vaticano II, as funções do clero não estão mais reduzidas somente ao tempo e alheias à realidade sócio-político-econômica, pois a teologia do Vaticano II ensina que, embora o Reino de Deus não seja deste mundo, é neste mundo que esse Reino tem seu início, já que a realização integral dos seres humanos é requerida pela própria ordem nova instaurada por Cristo no mundo³³¹. Esta perspectiva abriu novos horizontes para a ação da Igreja no mundo contemporâneo. Esta constatação de uma consciência evangélica, que buscava por uma Igreja solidária e direcionada aos pobres e humilhados já existia antes mesmo das grandes e profundas mudanças realizadas pelo Concílio Vaticano II em relação à presença da Igreja. Em 1943 o grande pensador católico, Jacques Maritain, escrevia:

³²⁷ LIBÂNIO, J. B. Conflito Igreja-Estado. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 4, p. 29, outubro. 1978

³²⁸ Ib. p. 29.

³²⁹ CORBISIER, Roland. *Filosofia, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975, p. 181.

³³⁰ LIBÂNIO, J. B. Op. cit. p. 30.

³³¹ MORAIS, J. F. Regis. *Os bispos e a política no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1982, p. 22.

É que a boa nova anunciada para abrir o céu e a vida eterna quer também transformar a vida das sociedades terrestres no próprio seio de suas misérias e contradições. É que existem na mensagem evangélica virtualidades políticas e sociais que devem, a qualquer preço, desenvolver-se na história³³².

Esta visão de Maritain prefigurava o que viria a ser um dos focos centrais do Concílio: uma Igreja engajada socialmente e preocupada com a justiça. Já bem antes do Concílio Vaticano II, também Teilhard de Chardin, já havia procurado restituir a consciência histórica (evolutiva) à Igreja, tendo, pois, seu êxito limitado a uma pequena quantidade de eruditos capazes de entender o grande gênio³³³. Esta limitação, contudo, não diminui o impacto profundo e duradouro de suas ideias no pensamento teológico contemporâneo.

Além do Concílio Vaticano II, os movimentos de renovação na Igreja desde os anos 50: A JOC masculina e feminina, a JEC, a JUC, os Círculos Católicos, os Círculos Operários, o Movimento Familiar Cristão e outros, bem como, a instalação do regime militar e sua radicalização com o Ato Institucional conhecido como AI-5, de 13 de dezembro de 1968, suprimindo o Estado de Direito, e também a 2ª Conferência do Episcopal Latino-Americana, na cidade de Medellín (1968), vão marcar as grandes mudanças na caminhada da Igreja no Brasil. Estas mudanças, embora turbulentas, foram essenciais para a evolução da Igreja num contexto social e político em constante mudança.

Desde então, abriu-se um tempo de grandes questionamentos, de constantes conflitos, de avanços e também, em alguns casos, de recuos. Este período de questionamentos reflete uma Igreja em busca de redefinição, tentando alinhar suas práticas e crenças com as realidades emergentes do mundo moderno. Se tornaria um pouco difícil compreender a caminhada da Igreja no Brasil, inclusive em Botucatu, sem levar em conta as modificações no interior da Igreja Católica introduzidas pelo Concílio Vaticano II e as mudanças sócio-políticas no continente Latino-americano marcado pela dominação e opressão.

Um outro aspecto importante para compreender a caminhada da Igreja e do clero no Brasil e na Arquidiocese de Botucatu nos anos 60 foi o confronto entre a Igreja e a autoridade militar. Este confronto simboliza a coragem e a resiliência da Igreja em face a um regime opressivo, destacando seu papel não apenas como uma instituição religiosa, mas também como uma voz ativa na defesa dos direitos humanos e da justiça social. Inicialmente, a Igreja do Brasil se posicionou a favor do golpe militar e, como consequência, a ditadura militar. Os

³³² MARITAIN, Jacques. *Cristianismo e democracia*. Tradução: Alceu Amoroso Lima. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964, p. 52.

³³³ MORAIS, J. F. Regis. Op. cit. p. 26.

meses passaram, a Igreja ao perceber as verdadeiras intenções do governo militar mudou sua posição, e passou a ter uma atitude oposta e de combate ao governo militar. A mudança de posição da Igreja reflete uma consciência crítica em evolução, um despertar para os perigos do autoritarismo e uma postura cada vez mais alinhada com os princípios do Concílio Vaticano II. Diante de tal atitude da Igreja, se posicionando de forma contrária ao então regime e suas práticas autoritárias e repressivas, a Igreja acabou se tornando, durante os anos da ditadura militar, quase que a única voz dentro do país que se levantou e teve a coragem de protestar contra tal situação, onde o governo militar incentivava à delação, a censura à imprensa, às torturas e aos assassinatos. Foi neste cenário, marcado pela opressão e dominação, que surgiu a Teologia da Libertação, que não era a linguagem da Igreja como um todo, mas de uma parte da Igreja. A emergência da Teologia da Libertação pode ser vista como um reflexo do Concílio Vaticano II, um esforço de encarnar o Evangelho em um contexto de sofrimento e injustiça. Uma linguagem que levava em consideração o Concílio Vaticano II e os planos de pastoral da Igreja do Brasil, não como um ponto de chegada, mas, sim, um ponto de partida. Este ponto de partida marca uma nova era na história da Igreja no Brasil, um despertar para um engajamento mais profundo com as realidades sociais. E o clero jovem de Botucatu se identificava com esse novo modelo de Igreja: uma Igreja enquanto Povo de Deus, uma Igreja participativa e dinâmica onde o leigo pudesse assumir o seu lugar e a sua missão³³⁴. Esta visão de uma Igreja participativa e dinâmica reflete um desejo profundo de transformação, não só dentro da estrutura eclesial, mas também na sociedade em geral. Um clero consciente do lugar e da presença da Igreja no mundo, que estava pronto e muito empolgado a aplicar, nas paróquias da Arquidiocese, as solicitações pastorais do Concílio Vaticano II e os planos de pastoral da Igreja do Brasil.

É diante deste contexto que é possível compreender melhor o modelo de Igreja que começou a ganhar corpo, através do clero jovem, na Arquidiocese de Botucatu, que tendo uma nova compreensão de Igreja, optaram por romper com a linha que era mais voltada para a neo-cristandade, passando a assumir uma linha que era mais próxima do que, depois, o Concílio Vaticano II viria propor: uma Igreja comunhão, serviço, uma Igreja despojada da tentação do clericalismo e mais solidária e aberta a participação dos leigos. Essa mudança de paradigma reflete um amadurecimento teológico e espiritual, uma busca por autenticidade e relevância em um mundo em constante mudança. Com isso começaram também os conflitos, que foram ocorrendo diante da opção pastoral desse clero desejoso de uma Igreja que fosse

³³⁴ Entrevista com Pe. Alberto Martins (31/01/2006).

fiel ao Evangelho e que também tivesse uma presença transformadora na sociedade³³⁵, no meio agrário, operário e estudantil. Esses conflitos são testemunhos da luta da Igreja para manter sua integridade e missão diante de desafios sociais e políticos complexos. Uma Igreja que não tivesse atrelada aos grandes e que não tivesse a coragem de lutar contra a opressão e a dominação que predominava no país. Uma Igreja que fosse realmente Povo de Deus, uma Igreja que santifica seus fiéis, mas que também possa promover este mesmo povo, marginalizado e excluído. Esta visão de uma Igreja como Povo de Deus ressoa com um chamado para uma maior inclusão e justiça social, ecoando os ensinamentos fundamentais do Evangelho. Uma Igreja onde leigos pudessem assumir, sem medo, atividades pastorais até então sob a responsabilidade só dos padres. Esta abertura para o papel ativo dos leigos representa uma evolução significativa na compreensão do ministério e da vocação cristã. Esse era o modelo de Igreja sonhado por grande parte dos padres jovens e que ocasionou tantos conflitos interna e externamente.

1. O perfil do Clero jovem de Botucatu na década de 60

Mesmo antes do Concílio, e mais intensamente depois, um grupo numeroso de padres da Arquidiocese começaram a viverem de uma maneira mais próxima das comunidades, especialmente dos pobres. Esta aproximação, refletindo um profundo entendimento da realidade social da época, ilustra um clero profundamente comprometido com as necessidades e as angústias do povo. E ali muitas coisas eram questionadas, isto porque, a sociedade brasileira vivia um momento muito forte de questionamentos, devido ao período em que vivia de pós-golpe militar, onde Brasil estava vivendo um tempo em que era muito forte a oposição ao regime vigente, principalmente no meio estudantil. Por causa desses padres, na sua maioria mais jovens, a Igreja de Botucatu, principalmente da cidade de Botucatu, tinha uma presença bastante forte no meio universitário, nas escolas de segundo grau em geral e também no mundo operário. Sua presença não era apenas uma questão de presença física, mas sim uma influência transformadora, agindo como uma força de mudança social e espiritual. Existia então, por parte desses padres, uma preocupação de evangelizar a todos, dando resposta às angústias e às necessidades do homem daquele tempo³³⁶. O que depois, o próprio Concílio Vaticano II vem confirmar na *Gaudium et spes*:

³³⁵ SEDOC. *Manifesto dos padres de Botucatu*. Petrópolis: Vozes, v.01, n.02, p. 169-173, (jun.) 1968.

³³⁶ Entrevista com Pe. Alberto Martins (31/01/2006).

No exercício desta função, a Igreja deve, em todas as épocas, perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, para ser capaz de oferecer, de forma apropriada ao modo de ser de cada geração, respostas às grandes questões humanas a respeito do sentido da vida presente e futura. É preciso conhecer e compreender o mundo em que se vive, sua índole, muitas vezes dramática, suas expectativas e seus desejos³³⁷.

Esta citação não é apenas teórica, mas uma diretriz prática que orientou a ação do clero jovem de Botucatu, mostrando sua relevância não só na teoria, mas principalmente na prática pastoral. Tudo isso foi possível mesmo antes da realização do Concílio Vaticano II porque, no início da década de 60, muitos dos seminaristas já ordenados, no período de sua formação, quando acontecia as inovações, tiveram contato com as mudanças que aconteciam através de leituras, notícias, pelos meios de comunicação, acompanhando assim as práticas e orientações reformistas que já despontavam bem antes do anúncio oficial da realização do Concílio, outros ainda, recém chegados da Europa, todos filhos da Arquidiocese de Botucatu, foram se juntando e se organizando quanto equipe de trabalho, planejamento, ação e reflexão. Esta organização e planejamento refletem uma abordagem estratégica e inovadora, adaptando-se às necessidades do momento e colocando em prática conceitos progressistas. Todos eles identificados pela mentalidade, começaram a colocar em prática métodos e mudanças, já acontecidas na Europa. Este intercâmbio de ideias e práticas com a Europa destaca o caráter dinâmico e aberto do clero jovem de Botucatu, que buscava inspiração e conhecimento para melhor servir às suas comunidades. Como exemplo concreto, podemos constatar a pastoral organizada de algumas paróquias onde estes padres estavam atuando³³⁸. Esta organização pastoral demonstra uma atenção cuidadosa às necessidades locais, aplicando de maneira eficaz os princípios aprendidos e adaptando-os ao contexto brasileiro.

Esses padres jovens respondiam e também eram coerentes com a formação que haviam recebido, decorrente das confrontações entre o modelo da neo-cristandade e do movimento histórico da Igreja reformista no Brasil e na Europa. Esta coerência entre a formação recebida e a prática pastoral é um testemunho do compromisso desses padres com uma visão de Igreja renovada e engajada. Eles responderam, mediante a organização de suas pastorais paroquiais, ao modelo correspondente por aquilo que por nós é conhecido como *progressista*, em que os princípios primordiais estão centrados na promoção da mudança sócio-política, na proposta de ruptura com as elites políticas locais e nacionais e no atendimento aos grupos marginalizados através da mobilização dos leigos.

³³⁷ GS 4.

³³⁸ Citamos como exemplo: Paróquia Bom Jesus (Ourinhos), Paróquia S. Benedito (Sta. Cruz R. Pardo), Paróquia São Sebastião (Piraju) e Paróquia N.S. Dores (Avaré).

Nota-se que, toda vez que iam iniciar qualquer movimento religioso, esses padres, com antecedência, promoviam cursos de preparação para os líderes. Esta prática de preparação evidencia um compromisso com a formação e o empoderamento dos leigos, reconhecendo a importância de seu papel ativo na Igreja e na sociedade. Um exemplo foi quando se formou as CEBs, da cidade de Ourinhos, foi realizado dois cursos de preparação para quarenta líderes, ministrado pelo Pe. José Marins, incardinado na Arquidiocese de Botucatu, expoente das idéias avançadas na Igreja, por isso atuando já em nível nacional na CNBB³³⁹. O envolvimento de figuras como o Pe. José Marins demonstra a influência que o clero jovem de Botucatu teve, alcançando uma relevância nacional em suas práticas inovadoras.

Percebe-se de forma muito clara o grau de engajamento e compreensão do momento histórico que viviam, combinados com sua mentalidade avançada e o vigor de suas atividades planejadas em equipe, nos momentos em que iam executar as tarefas, nas diferentes paróquias, quando se visitavam e se ajudavam mutuamente. Esta colaboração mútua entre os padres é um exemplo de solidariedade e unidade dentro da Igreja, refletindo um espírito de comunidade e apoio mútuo. Cada um na sua especialidade colocava-se a serviço do outro.

Já primeira metade da década de 60, os seminaristas da Arquidiocese que ainda eram estudantes de Teologia do 2º ou 3º ano, realizaram esse tipo de ação integrada na paróquia de Lençóis, numa semana de conferências para a comunidade leiga³⁴⁰. Este envolvimento dos seminaristas mostra que o compromisso com a renovação e o engajamento não se limitava aos padres ordenados, mas se estendia também àqueles que ainda estavam em formação, preparando o terreno para uma nova geração de líderes eclesiais.

Mas observamos também que, na Arquidiocese, em muitas paróquias, a prática do cristianismo da neo-cristandade ainda era efetiva na década de 60. Essa prática é observada, por exemplo, nas paróquias de Cerqueira, Santa Bárbara³⁴¹, Manduri, Óleo, que tinham como responsáveis padres já um tanto idosos. No entanto, esta coexistência de diferentes abordagens dentro da mesma Arquidiocese ilustra a diversidade e a complexidade da experiência eclesial naquela época. Mas não há nenhum registro de afrontamento dos padres tidos como *progressistas*, como eram chamados, com aqueles de mentalidade conservadora.

³³⁹ Livro Tombo da Paróquia Bom Jesus, de Ourinhos. p. 65. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Botucatu – em fase de catalogação).

³⁴⁰ Documento encontrado na Pasta do Seminário. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Botucatu – em fase de catalogação).

³⁴¹ Paróquias que estão sob os meus cuidados pastorais, onde sou pároco e, folhando os livros Tombo pude observar claramente esse tipo de prática, que em muitas pessoas são nítidas até hoje.

Esta ausência de confronto revela um respeito mútuo e uma tolerância que são fundamentais para a convivência em qualquer comunidade diversificada. Pelo contrário, havia respeito e tolerância entre eles. Inclusive, além do respeito e da tolerância, ocorria a ajuda recíproca na realização de movimentos identificados à mentalidade dos párocos mais conservadores e vice-versa³⁴².

Esta transição, observada na evolução dos movimentos da neo-cristandade para um modelo progressista, reflete um fenômeno mais amplo de mudança de paradigma dentro da Igreja Católica. Nota-se também que, a evolução dos movimentos próprios da neo-cristandade para os característicos de modelo progressista foi sendo concretizado na medida em que os novos padres foram substituindo, como coadjutores e depois como titulares, os padres mais antigos. Este processo ilustra a dinâmica de renovação dentro da Igreja, onde novas ideias e abordagens são gradualmente integradas.

É importante ressaltar que o que caracterizou os padres novos da Arquidiocese, já nos anos 60, foi a mentalidade progressista que tinham e que vinha de muito tempo. Já vinha do período do seminário, quando, ainda como seminaristas, tais padres puderam acompanhar os movimentos reformistas no Brasil e na Europa. Essa exposição aos movimentos reformistas forneceu uma base sólida para a futura atuação desses padres, enraizando uma visão progressista que seria crucial nas décadas seguintes. Foram praticamente vinte anos de formação, onde puderam conviver com os modernos métodos de ação pastoral e compreensão da nova missão da Igreja no mundo³⁴³.

A experiência desses padres em Roma, especialmente no contexto do reformismo da Igreja europeia, foi um elemento chave na sua formação. A Igreja Particular de Botucatu tinha um clero incardinado de alto nível. Cinco padres jovens foram para Roma, estudar teologia na Universidade Gregoriana e lá viveram o reformismo da Igreja europeia, mais propriamente a francesa. Esta imersão direta nas discussões e debates do Concílio foi fundamental para moldar a perspectiva teológica e pastoral desses indivíduos. Dois desses padres acompanharam pessoalmente os trabalhos do Concílio. O Pe. Arnaldo Beltrame exerceu a função de perito do Arcebispo de Botucatu, Dom Henrique, na primeira sessão do concílio, que tratou sobre a reforma litúrgica. O Pe. Nivaldo Pires Rosa, enquanto estudante de teologia chegou a Roma no início do Concílio, acompanhando-lhe todos os movimentos e retornou ao Brasil no final do Concílio, vivenciando o clima de mudanças geradas pelo Concílio. Pe.

³⁴² Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação.

³⁴³ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação.

Nivaldo esteve também em contato com a teologia europeia mais avançada, que questionava a sociedade e o papel do cristão nela³⁴⁴.

A atuação pastoral intensa do clero de Botucatu na década de 60, baseada em conceitos de uma Igreja em construção e de comunhão, reflete um entendimento profundo das necessidades e desafios do mundo moderno. Portanto, na década de 60, o clero de Botucatu tinha uma atuação pastoral muito intensa, uma pastoral alicerçada na ideia de uma Igreja que se constrói, da Igreja Povo de Deus, da Igreja dinâmica, da Igreja comunidade e comunhão, da Igreja dos carismas e ministérios³⁴⁵. Um clero que buscava ser de uma Igreja mais servidora, uma Igreja dos pobres, como propôs o próprio Arcebispo de Botucatu, Dom Frei Henrique Golland Trindade no Concílio. Um clero que buscou colocar em prática na pastoral de suas paróquias, e com muita seriedade, as linhas propostas pelo Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB que tinha por objetivo adequar a Igreja do Brasil às grandes linhas e decisões do Concílio³⁴⁶.

Quando se encerrou o Concílio Vaticano II, no ano de 1965, a Arquidiocese de Botucatu contava com setenta e nove padres, na sua maioria jovens. Destes, quarenta e seis do clero diocesano e trinta e três religiosos³⁴⁷. Do clero diocesano, cinco com residência na Arquidiocese de São Paulo; um na Arquidiocese de Campinas e um estudante de teologia no Canadá³⁴⁸.

O período pós-concílio foi marcado por uma diversidade de visões e abordagens dentro do clero, evidenciando um dinamismo e uma capacidade de adaptação impressionantes. No período pós-concílio, a Igreja Particular de Botucatu era formada por um clero plural com várias faixas de idade, com várias visões de Igreja e, dos próprios sacerdotes com vários níveis culturais, práticas religiosas diferentes, padres estrangeiros. Esta pluralidade, embora apresentasse desafios, também proporcionou uma riqueza de perspectivas que enriqueceu a vida eclesial da Arquidiocese. Embora fosse um clero, na sua maioria, formado de padres jovens, não havia, é claro, unanimidade com relação ao entusiasmo e à implantação imediata das resoluções trazidas pelo Concílio. Esta diversidade de atitudes dentro do clero reflete a complexidade e os desafios inerentes a qualquer processo de mudança significativa em uma instituição tão estabelecida como a Igreja. Havia sim, focos de

³⁴⁴ Depoimento do Padre Alberto Martins datilografado. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Botucatu – em fase de catalogação).

³⁴⁵ Entrevista com Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

³⁴⁶ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL *Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970*. p.29.

³⁴⁷ CERIS. *Anuário Católico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1965, p. 135-139.

³⁴⁸ *Ib.* p. 137-138.

renovação, em constante multiplicação e também interação. Esta dinâmica de renovação e interação pode ser vista como um microcosmo do movimento mais amplo de reforma que estava ocorrendo na Igreja Católica em todo o mundo. Dessa interação foi se formando uma onda de renovação³⁴⁹ que, aos poucos foi contaminando e empolgando os padres da Arquidiocese, indicando uma tendência crescente em direção a uma maior abertura e adaptabilidade às novas realidades do mundo contemporâneo.

O clero mais jovem conseguiu com mais facilidade assimilar tais mudanças e colocá-las em prática. Isso pode ser atribuído tanto ao seu menor investimento em estruturas e tradições estabelecidas quanto à sua maior exposição a ideias contemporâneas durante a formação. Era um clero bem preparado e dinâmico, com uma visão pós-conciliar de Igreja “Povo de Deus”³⁵⁰. A adoção desta visão ‘Povo de Deus’ é particularmente significativa, representando uma mudança paradigmática da Igreja como uma instituição distante para uma comunidade mais integrada e acessível. Um clero jovem com muita vontade de que o Concílio chegasse às suas consequências e assim ele pudesse se tornar uma realidade nas paróquias e comunidades³⁵¹. O clero mais jovem liderou o movimento, por muitos chamado de “progressista”, de sair das sacristias, das Igrejas e ir em direção a uma Igreja encarnada no mundo, uma Igreja mais participativa, onde aos leigos fosse possível assumir o seu papel, como propunha o Concílio no capítulo IV da Constituição sobre a Igreja³⁵².

1.1. Formação e atualização do Clero pós-Concílio

Com a conclusão do Concílio Vaticano II, a Arquidiocese de Botucatu, procurando formar o clero de acordo com o Concílio Vaticano II, iniciou uma série de cursos de atualização pastoral, indicando um compromisso com a renovação contínua e a adaptação às novas diretrizes estabelecidas pelo Concílio. O clero escolheu a cidade de Avaré, pois geograficamente era mais central para iniciar os cursos de atualização e para as reuniões, uma escolha que destaca a importância da acessibilidade e da comunicação eficaz no processo de formação, onde, através de palestras e cursos, pudessem se inteirar melhor das mudanças e novidades trazidas pelo Concílio³⁵³. Toda reunião um ou dois sacerdotes especializados em determinado assunto e que fazia a explanação para todo o clero da Arquidiocese. A escolha de

³⁴⁹ Entrevista com Pe. Aristheu Benedito Cirilo (13/03/2006).

³⁵⁰ LG 9.

³⁵¹ Entrevista com Pe. Alberto Martins (31/01/2006).

³⁵² LG 30-38.

³⁵³ Livro tomo da Paróquia Nossa Senhora das Dores – Avaré. p. 58 verso. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

especialistas para liderar essas sessões reflete uma abordagem mais acadêmica e fundamentada na expertise, contrastando com práticas anteriores mais hierárquicas e menos focadas no conhecimento especializado. Dentre os muitos palestrantes que estiveram em Botucatu nesta época, convém destacar: Mons. Roxo, Frei Gorgulho, Pe. Zolim e outros³⁵⁴, que eram teólogos de expressão no Brasil, trazendo uma grande contribuição ao clero de Botucatu, especialmente para o clero mais jovem que conseguiu assimilar melhor as mudanças trazidas pelo Concílio Vaticano II.

A transformação na caminhada pastoral da Arquidiocese não foi apenas uma mudança de práticas, mas também uma mudança de mentalidade, refletindo uma maior abertura ao diálogo e à participação ativa de diferentes vozes dentro da Igreja. Com isso, foi acontecendo uma grande transformação na caminhada pastoral da Arquidiocese. Esta transformação, embora tenha encontrado resistências, como ilustrado pela dificuldade de adaptação do próprio arcebispo, é um testemunho do dinamismo e da capacidade de evolução da Igreja em resposta aos desafios de seu tempo. As reuniões do clero que, até então se realizavam duas vezes por ano, começaram a se realizar quase todo mês. Este aumento na frequência das reuniões é indicativo da urgência e da seriedade com que a Arquidiocese abordou o processo de renovação pós-conciliar. Eram reuniões bem participativas, com estudos e debates. Este formato mais colaborativo e discursivo representa uma ruptura significativa com as abordagens anteriores, mais hierárquicas e menos dialógicas. O clero mais antigo não era acostumado com reuniões desse tipo, tiveram que ir se adaptando e essa adaptação pode ser vista como um microcosmo das amplas transformações que a Igreja como um todo estava enfrentando na época. Segundo o Pe. Aristheu, até que o clero mais antigo “se adaptou bem nessa nova dinâmica, nessa nova conjuntura dos cursos”³⁵⁵. A dificuldade de adaptação foi com o Arcebispo, Dom Frei Henrique Golland Trindade, que pode ser interpretada como uma manifestação das tensões inerentes a qualquer processo de mudança institucional significativa. Ele teve dificuldade em adaptar-se a esse novo modelo de Igreja participativa e dinâmica³⁵⁶, e, que após o Concílio não conseguiu acompanhar as rápidas mudanças na Igreja, tentando assim frear o clero jovem. Essa resistência destaca a complexidade de equilibrar tradição e inovação dentro de estruturas eclesiais estabelecidas. Foi quando começou o mal-estar e o relacionamento tenso entre o arcebispo e os padres mais jovens, ilustrando o desafio de alinhar diferentes visões dentro de uma mesma instituição, dificultando o diálogo e a

³⁵⁴ Ib. p. 59.

³⁵⁵ Ib. p. 61.

³⁵⁶ Ib. p. 62.

convivência, culminando com a grande crise em que depois mergulhou a Arquidiocese de Botucatu diante da renúncia do então arcebispo Dom Frei Henrique e a nomeação de Dom Vicente Marchetti Zioni.

Os cursos de atualização ministrados ao clero de Botucatu refletem um compromisso com uma formação contínua e uma resposta proativa às demandas do Concílio Vaticano II. Foram inúmeros os cursos de atualização ministrados ao clero de Botucatu, demonstrando uma abertura notável para novas ideias e abordagens teológicas. Convém citar alguns, como por exemplo, o que teve como conferencista, Frei Carlos Josaphat de Oliveira, Dominicano de São Paulo, que ministrou uma conferência aos padres com o tema: “A justiça social na Bíblia e no ensino da Igreja”, tendo como base da conferência a notável encíclica do papa João XXIII, “*Mater et Magistra*”³⁵⁷. Também o grande Dom Cândido Padim, Bispo emérito de Bauru, na época Assistente nacional da Ação Católica, que falou ao clero de Botucatu sobre a importância do apostolado dos leigos dizendo que “este apostolado é imprescindível, não apenas pelo pouco clero que há entre nós, mas pela sua própria natureza”³⁵⁸. Um outro curso foi realizado na cidade de Avaré sobre a constituição dogmática “*Dei Verbum*”, com a participação dos sacerdotes e religiosos de toda a arquidiocese e foi ministrado pelo Frei Gorgulho³⁵⁹. Um outro curso de atualização para o clero aconteceu em agosto de 1965, no Seminário de Botucatu, para o estudo por parte do clero da constituição dogmática “*Lumen Gentium*”. O curso foi ministrado pelos padres do então Secretariado do Ministério Sacerdotal³⁶⁰.

A ênfase na formação e atualização do clero pós-Concílio é um testemunho da seriedade com que a Arquidiocese de Botucatu abraçou o espírito do Concílio. Diante das reformas e mudanças introduzidas pelo Concílio Vaticano II, a preocupação era grande em formar e atualizar o clero de Botucatu. Este esforço revela uma compreensão profunda de que a renovação da Igreja depende crucialmente da renovação do seu clero. Quem muito se dedicou a isso foi o então Vigário Geral da Pastoral, Mons. Francisco Claudino do Nascimento, onde, nas reuniões mensais do clero, procurava organiza-las de tal maneira que, sempre num primeiro momento fosse possível estudar os documentos conciliares. Para isso era sempre convidado alguém de fora da Arquidiocese, geralmente algum teólogo³⁶¹ e depois,

³⁵⁷ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 10. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

³⁵⁸ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 21. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

³⁵⁹ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 35. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

³⁶⁰ *Padres estudam a Lumen Gentium*. Monitor Diocesano. Botucatu, 1ª quinzena de setembro de 1965, ano XXVI, n. 1195, p. 04.

³⁶¹ Entrevista com o Pe. Getúlio Siqueira Machado (16/02/2006).

num segundo momento, seria possível organizar e planejar as ações pastorais nas paróquias³⁶².

O papel ativo do clero nos decanatos, discutindo temas modernos e elaborando planejamentos pastorais, é um indicativo da descentralização de autoridade e do aumento da participação na governança eclesial. Segundo afirma Pe. Getúlio, em todos os decanatos³⁶³ o clero se reunia semanalmente para discutir temas modernos e estudos feitos em cima dos documentos conciliares. Esta prática de discussões regulares e colaborativas é um exemplo claro de uma Igreja mais aberta e reflexiva. Depois juntos, elaboravam o planejamento das paróquias e o estudo das pastorais em desenvolvimento nas paróquias³⁶⁴.

Um outro episódio que mostrou o grau de amadurecimento e a assimilação por parte do clero de Botucatu diante da renovação originada pelo Concílio Vaticano II foi a iniciativa do Conselho de Presbíteros em elaborar um questionário, depois enviado aos vigários de todas as paróquias da arquidiocese, através do qual pudesse ser feito um levantamento de dados da realidade das paróquias, tendo como objetivo um futuro plano de trabalhos na arquidiocese. A iniciativa do Conselho de Presbíteros em elaborar um questionário para levantar dados da realidade das paróquias demonstra uma abordagem mais sistemática e baseada em evidências para o planejamento pastoral. Esta metodologia indica um compromisso com a prática de uma teologia pastoral baseada em dados, um aspecto crucial no desenvolvimento de estratégias ministeriais eficazes. Ficou sob o encargo e incumbência do Pe. Getúlio Machado e ao Padre Nivaldo Pires Rosa visitar às principais paróquias da arquidiocese. Essa tarefa sublinha a importância de uma liderança engajada e diretamente envolvida no processo de renovação eclesial. Também aos dois sacerdotes foi atribuído a tarefa de acompanhar o preenchimento do questionário sobre a realidade da arquidiocese, bem como trazer, posteriormente os resultados ao Conselho de Presbíteros³⁶⁵. Esta tarefa, aparentemente administrativa, revelou-se uma oportunidade única para um mergulho profundo na vida eclesial da arquidiocese, fornecendo não apenas dados, mas uma visão mais humana e envolvente da realidade vivida pelos fiéis.

Assim, gradativamente, segundo o Pe. José Gilberto Beraldo, a arquidiocese de Botucatu foi assumindo uma direção que permitisse fazer acontecer nas paróquias, uma

³⁶² Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 42 verso. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

³⁶³ Hoje são chamados na arquidiocese de “regiões pastorais” e são quatro: Região Pastoral de Botucatu (RP-1); Região Pastoral de Avaré (RP-2); Região Pastoral de Laranjal Paulista (RP-3) e Região Pastoral de Lençóis Paulista (RP-4).

³⁶⁴ Entrevista com o Pe. Getúlio Siqueira Machado (16/02/2006).

³⁶⁵ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 38 verso e 39. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

pastoral realmente de evangelização, ainda que com os esquemas tradicionais, mas com muito dinamismo e com uma projeção de esperança para o futuro³⁶⁶, deixando de ser uma pastoral de conservação e passando a ser uma pastoral de aproximação do povo, de aproximação da própria realidade em que vivia o povo de Deus. Ou seja, uma pastoral que aos poucos deixava de ser intereclesial para ser extra eclesial, com uma nova mentalidade de Igreja, proporcionada especialmente pela constituição apostólica “Lumen Gentium”. É interessante notar aqui como a pastoral, tradicionalmente vista como um campo conservador, se transforma, sob a liderança do Pe. Beraldo, em um verdadeiro laboratório de inovação e aproximação com a comunidade, um exemplo eloquente da 'Igreja em saída' proposta pelo Papa Francisco.

Assim, com as mudanças trazidas pelo Concílio, com a capacitação do clero de Botucatu, mediante formações e cursos, e com a nova mentalidade pastoral que os padres recém chegados de Roma, após estudos e especializações trouxeram, a arquidiocese de Botucatu começa a assumir uma direção pastoral mais encarnada na vida do povo, buscando ser uma Igreja mais servidora. Como já havia um descontentamento e um desejo, de grande parte do clero, de uma Igreja mais participativa, mais comunhão, mais presença, o clero acolheu e abraçou com todo vigor as propostas de mudanças do Concílio Vaticano II, como uma “grande benção, uma libertação. Houve uma vida nova, para a vida sacerdotal da gente, uma esperança”³⁶⁷ segundo as palavras do Pe. Nivaldo. Este período pode ser considerado um renascimento espiritual e administrativo da arquidiocese, marcado por um forte sentimento de renovação e otimismo, refletindo uma verdadeira metamorfose no coração da Igreja local, impulsionada por uma busca sincera de maior proximidade com seus fiéis.

1.2. O clero de Botucatu pioneiro na substituição da Batina pelo clergyman

Já no primeiro período do Concilio Vaticano II, uma das mudanças propostas pelo mesmo e aprovada, foi a possibilidade de poder usar o clergyman em substituição à batina. Esta inovação, embora pareça superficial, refletiu uma mudança significativa na apresentação e na percepção do clero perante a sociedade, marcando um movimento mais amplo de modernização dentro da Igreja. Como afirma o Pe. Aristheu B. Cirilo, Botucatu foi uma das primeiras dioceses do Brasil que permitiu o uso do clergyman, mas o Arcebispo fez muita questão de que “o clero colocasse um clergyman digno. Não foi avacalhação, mas foi

³⁶⁶ Entrevista com o Pe. José Gilberto Beraldo (26/03/2006).

³⁶⁷ Entrevista com o Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

realmente uma mudança e como foi uma coisa tranquila, coisa muito séria, não houve exageros”³⁶⁸. Essa abordagem reflete a tensão entre a tradição e a modernidade, procurando um equilíbrio entre respeitar os antigos costumes e abraçar novos métodos e aparências.

Apesar da aprovação em substituir a batina pelo clergyman, o arcebispo Dom Frei Henrique sempre procurou deixar muito claro aos seus padres que o Concílio não havia abolido o traje eclesiástico, e sim, simplificado e insistia sempre para que não se deixasse de usar o clergyman. Por isso, publicou várias vezes orientações veiculadas através do jornal *Monitor Diocesano*, onde descrevia as regras e como usar o clergyman³⁶⁹. O livro tombo da arquidiocese traz estas orientações sobre os trajes eclesiásticos. Dom Frei Henrique, com esta atitude, demonstra uma consciência aguda da importância dos símbolos e trajes na manutenção da identidade e autoridade eclesiástica. Nessas orientações o Arcebispo autoriza o uso do clergyman mas recomenda uma fiel observância às cláusulas estabelecidas, uma vez que a Arquidiocese, a pedido de Dom Frei Henrique, recebeu em 1963, antes de encerrar-se o Concílio, uma licença provisória da Santa Sé e da CNBB para que, em casos particulares, “ubi remedium urgeat”³⁷⁰, o clergyman pudesse ser usado em substituição à batina, até que viesse de Roma uma norma geral a respeito dos trajes eclesiásticos, o que só se concretizou no ano de 1966, quando o episcopado paulista fez uma comunicação oficial sobre o uso do clergyman em substituição à batina³⁷¹. Esta medida, ao mesmo tempo que proporcionou uma certa

³⁶⁸ Entrevista com Pe. Aristheu Benedito Cirilo (13/03/2006).

³⁶⁹ TRINDADE, Henrique Golland. O uso do clergyman. *Monitor Diocesano*, Botucatu, 2ª quinzena de março de 1963, n. 1.139 p. 03.

Ib. AINDA o hábito Eclesiástico. *Monitor Diocesano*, Botucatu, 2ª quinzena de junho de 1963, n. 1.145 p. 03.

Ib. CLERGYMAN com dignidade. *Monitor Diocesano*, Botucatu, 2ª quinzena de setembro de 1963, n. 1.151 p. 03.

³⁷⁰ Tradução: Onde for necessário.

³⁷¹ O Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, está publicando na primeira página uma instrução, pela qual concede, onde for necessário, a uso do Clergyman, para os nossos Sacerdotes, em virtudes do Rescrito nº 77.165 D da Sagrada Congregação do Concílio de 31 de outubro de 1962. Recomenda-se aos Revmos. Sacerdotes da Arquidiocese a leitura atenta dessa instrução e fiel observância das cláusulas aí estabelecidas, para que essa renovação possa, realmente, alcançar o objetivo para o qual dói introduzida. Depois de ter feito certas recomendações, chamamos a atenção para os dois pontos importantes, que aqui transcrevemos: “I – Todos os nosso Sacerdotes, não é preciso requerimento (os religiosos, porém, com licença, também de seus superiores maiores) poderão usar o clergyman; 1 – em viagens mais longas, a seu critério; 2 – quando dirigindo qualquer viatura; 3 – em excursões ou assistindo competições esportivas; 4 – exercendo seu apostolado em fabricas, escolas, cadeias, hospitais, leigos; 5 – em encontro de caráter cultural ou social; 6 – em trabalhos pesados; 7 – em circunstâncias especiais, avisando a cúria. II – Clergyman, em nossa arquidiocese, até nova determinação significativa: calças e palito de cor preta ou cinza escuro, colarinho branco que pode ser da própria camisa e peitinho preto, ou cinzento, usando-se chapéu seja preto e modesto, de acordo com a nossa posição. É evidente que, nas Igrejas e Capelas à hora das funções, o sacerdote sempre usará batina e sem batina, não administrará nenhum Sacramento a não ser a moribundos.” (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

Comunicamos aos Revmos. Srs. Sacerdotes, que a licença dada pelo Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, em publicação feita no “*Monitor Diocesano*” da 2ª quinzena de março do corrente ano, a respeito do hábito eclesiástico continua em vigor, lembrando a todos os Sacerdotes da Arquidiocese que “Clergyman” significa

liberdade, também sublinhou a necessidade de uma orientação clara e de uma adesão rigorosa às normas, refletindo a delicadeza com que mudanças de tradição devem ser abordadas.

Ao fazer alusão ao clergyman, o arcebispo lembrou várias vezes ao clero que “não se deixasse levar por exemplos vindos de fora”³⁷². Assim, nas reuniões com o clero e nos avisos publicados no jornal da Arquidiocese sempre afirmava e insistia que a Arquidiocese de Botucatu tinha prescrições muito bem claras e bem determinadas a respeito do clergyman quanto ao modo e as ocasiões para usá-lo. Esta insistência revela um desejo de preservar a singularidade e a integridade da identidade diocesana, mesmo em meio a transformações culturais mais amplas. Dom Frei Henrique sempre procurou estar de acordo e respeitar às determinações da Santa Sé e às orientações da CNBB. Sua fidelidade às diretrizes superiores e sua abordagem cautelosa e respeitosa em relação às mudanças no vestuário eclesiástico ilustram um profundo compromisso com a harmonia entre inovação e tradição. Assim, no aviso de nº 318, veiculado pelo jornal da Arquidiocese, assim se expressou o Arcebispo:

O uso do colarinho romano é obrigatório, assim como é proibido, severamente, o uso do clergyman na celebração da Santa Missa e administração dos sacramentos. E se é permitido o uso do clergyman em viagens, etc., não o é nas reuniões do clero e outras reuniões semelhantes. Novas determinações ou licenças mais largas esperamos do Concílio ou da CNBB. Guardemos a palavra, que foi tão bem recebida e bem interpretada, por toda parte “clergyman com dignidade”³⁷³.

para nós, segunda a mente da Sagrada Congregação do Concílio, terno completo de cor preta ou cinza escuro o colarinho romano. Lembramos, outrossim, que o uso de Clergyman só é permitido nas circunstâncias enumeradas no referido aviso. Por mandado do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano lembramos fraternalmente, aos nossos caríssimos Sacerdotes, que não se deixem levar por exemplo vindo de fora. A prescrições ou as licenças a respeito do uso do Clergyman em nossa Arquidiocese, são bem claras e bem determinadas, quanto ao modo e quanto às ocasiões, para estarmos de acordo com a vontade da Santa Sé e a orientação da CNBB. O uso do colarinho romano é obrigatório, assim como é proibido severamente o uso de Clergyman na celebração da Santa Missa e administração dos Sacramentos. E se é permitido o uso de Clergyman em viagem, etc, não é nas reuniões do clero e outras reuniões semelhantes. Novas determinações ou licença mais largas esperamos do Concílio ou da CNBB. Guardemos a palavra, que foi tão bem recebida e bem interpretada, por toda a parte – Clergyman com dignidade. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

Comunicação do Episcopado Paulista. 1 – Para maior proveito espirituais dos fiéis e facilidade do ministério sacerdotal, e Srs. Cardeais, Arcebispos e Bispo de São Paulo deliberaram que, a partir da festa de Corpus Christi, deste ano (9 de junho de 1966) os seus sacerdotes (seculares e religiosos) terão em todo o Estado, pelo espaço de um mês, o mesmo uso de ordem que tem em suas respectivas Dioceses. 2 – Só poderão usar desta concessão os Srs. Sacerdotes que se apresentam de batinas ou Clergyman. 3 – Nos atos de cultos e ministério é obrigatório “sub gravi”, o uso da batina. 4 – Os Srs. Cardeais, Arcebispo e Bispo do Estado de São Paulo solicitam aos Srs. Párocos, Reitores de Igrejas, Capelães, Superiores e Superiores de Comunidades Religiosas que urjam “oneratas conscientis” o cumprimento desta determinação, que terão vigor em cada Diocese após a sua promulgação pelo respectivo Ordinário. São Paulo, 2 de junho de 1966. de ordem do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano ficam promulgadas estas determinações para a Arquidiocese. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

³⁷² CLERGYMAN com dignidade. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de setembro de 1963, ano XX, V n. 1.151, p. 03.

³⁷³ *Ib.* p. 03.

Essas palavras enfatizam o compromisso de Dom Frei Henrique com a dignidade e a seriedade do ministério sacerdotal, reiterando a importância de manter a reverência e o respeito em todas as manifestações externas da fé. Nota-se que, num dos seus artigos que foi publicado no jornal da Arquidiocese, Dom Frei Henrique afirma que não tinha receio do uso do clergyman, e que tinha plena certeza que ele não iria diminuir em nada a seriedade e o respeito daqueles que exerciam o ministério sacerdotal, que, nas palavras do Arcebispo era “a função mais importante e santa que um homem pode exercer na terra”³⁷⁴ e que abençoava de coração, o verdadeiro clergyman que a partir de então seria a veste civil para os sacerdotes. Mas com a seguinte ressalva:

(...), mas, somente, em determinadas ocasiões e no estilo que aqui expomos, para correspondermos à confiança, que em nós depositou a Santa Sé, dizendo-nos “ubi remedium urgeat”, onde for necessário, esperando a decisão final e geral da Santa Sé, pela voz do Concílio ou de uma Congregação, que é sempre a voz do Santo Padre, o Papa³⁷⁵.

Aqui, Dom Frei Henrique expressa não apenas sua aceitação da mudança, mas também um profundo respeito pelas decisões da hierarquia eclesiástica, enfatizando a importância de uma obediência informada e consciente às diretrizes da Igreja. Após recomendar, o Arcebispo passa a descrever quando e como o clergyman deve ser usado:

Portanto, I- Todos os nossos sacerdotes, não é preciso requerimento (os religiosos, porém, com licença, também, de seus superiores maiores), poderão usar o clergyman, 1) em viagens mais longas, a seu critério; 2) quando dirigindo qualquer viatura; 3) em excursões ou assistindo a competições esportivas; 4) exercendo seu apostolado em fábricas, escolas, cadeias e hospitais leigos; 5) em encontros de caráter cultural ou social; 6) em trabalhos pesados; 7) em circunstâncias especiais, avisando a Cúria. II- Clergyman, em nossa arquidiocese, até nova determinação, significa: calças e paletó de cor preta ou cinzenta escura, colarinho branco, que pode ser da própria camisa, e peitinho preto ou cinzento; usando-se chapéu, seja preto e modesto, de acordo com a nossa posição. É evidente que, nas Igrejas e capelas, à hora das funções, o sacerdote sempre usará batina, e, sem batina, não administrará nenhum sacramento e não ser a moribundos³⁷⁶.

Essa descrição detalhada evidencia o cuidado de Dom Frei Henrique em manter um equilíbrio entre a tradição e a modernidade, garantindo que a identidade sacerdotal seja preservada mesmo com as mudanças no vestuário. Termina o seu artigo com estas palavras:

Caríssimos sacerdotes, confiamos em vós. De batina ou de clergyman, demos o exemplo de dignidade, de seriedade, de austeridade. De batina ou de clergyman, somos sempre embaixadores de Deus, ministros da Igreja Santa, pregadores, pela palavra e pelo exemplo, do Evangelho da renúncia e

³⁷⁴ O USO do clergyman. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de março de 1963, ano XX, IV n. 1.139, p. 03.

³⁷⁵ Ib. p. 03.

³⁷⁶ Ib. p.03.

da humildade, da cruz e da fraternidade. De batina ou de clergyman, somos, em toda a parte e sempre, o prolongamento de Cristo Jesus, a carregar a cruz da incompreensão humana e a cruz de todos os problemas e sofrimentos do mundo. Dom Fr. Henrique Golland Trindade, ofm. Arcebispo Metropolitano. Botucatu, dia de S. José, 1963³⁷⁷.

Aqui, o Arcebispo reitera o compromisso inabalável com os valores espirituais, independentemente das mudanças exteriores, enfatizando a transcendência do papel sacerdotal sobre as aparências físicas. O fato da troca da batina pelo clergyman dava um nítido sinal de que havia mudanças em andamento na arquidiocese. Esta mudança simbolizava uma abertura para a adaptação aos tempos modernos, mantendo, no entanto, a essência e os valores da Igreja.

Ao que parece, na arquidiocese de Botucatu não houve uma reação negativa por parte dos leigos com os padres sem batina; ao contrário, o povo se adaptou muito bem e, segundo o então pároco da Catedral, “nem os velhinhos lá na catedral se queixaram de ver que eu estava usando clergyman”³⁷⁸. Mas segundo o Pe. Nivaldo, “no começo, o povo teve uma certa reação, mas depois aceitou muito bem”³⁷⁹. Isso reflete uma capacidade de adaptação e aceitação por parte dos fiéis, o que é essencial para qualquer processo de mudança dentro da comunidade eclesial. O que chamou a atenção é que houve reações de pessoas não leigas, inclusive do arcebispo quando se deparou pela primeira vez com os padres usando o clergyman, como afirma Pe. Ulysses, falando da reação de Dom Frei Henrique ao vê-lo pela primeira vez em público usando o novo traje eclesial. Esta hesitação inicial por parte do arcebispo demonstra a complexidade e o caráter delicado das mudanças dentro das práticas eclesiais. O próprio Arcebispo que “dizia-se entusiasmado no começo, que dizia que lá no Concílio se pronunciou a favor do uso do clergyman”³⁸⁰, agora, um tanto assustado, parecia ter voltado um pouco atrás daquilo que ele mesmo foi a favor e apoiou. Agora nem dizia que estava errado e nem que estava certo.³⁸¹ Assim se expressa o Pe. Ulysses:

Um dia, como eu dava aula de religião na Escola Normal de Botucatu, eu, então, pela primeira vez pus o clergyman para ir dar a aula de religião e o Sr. Arcebispo também, nesse dia, tinha marcado uma visita na Escola Normal. Ele também ia passar pelas salas de aula, conversar com os alunos sem dar aula de religião; ele entrava, falava um pouquinho e, quando eu cheguei na sala dos professores, eu não notei nenhuma admiração da parte dos professores, mas daí a pouco chega o Sr. Arcebispo, ele olhou para mim, deu uma risadinha e falou: “ué, você já veio com o clergyman?”. Eu falei: “ué, o

³⁷⁷ Ib. p. 03.

³⁷⁸ Entrevista com Pe. Ulysses M. Araújo (27/02/2006).

³⁷⁹ Entrevista com Pe. Nivaldo P. Rosa (29/01/2006).

³⁸⁰ Entrevista com Pe. Ulysses M. Araújo (27/02/2006).

³⁸¹ Ib.

senhor já deu ordem, etc.”. E ele disse: “ah! Não, não, não estou proibindo não, mas...” Ele ficou assim, ele nem dizia que estava errado, nem estava certo.³⁸²

Este episódio revela a ambiguidade e o desconforto que podem surgir na transição de tradições estabelecidas, mesmo quando aprovadas oficialmente. O Pe. Ulysses narra também um fato acontecido com uma religiosa que, ao vê-lo sem batina também se mostrou muito assustada:

Entrei numa sala para dar aula. Lá tinha uma irmã da congregação das Servas do Senhor dando aula. Ela, já meio velha, olhou para mim assustada por me ver sem batina e eu, voltando-me para os alunos disse, para que ela também escutasse: “olha, vocês agora estão vendo, nós agora estamos nos trajando dessa maneira, porque o Concílio permitiu, os bispos estão de acordo. Dom Henrique está de acordo, viu irmã”, falei para ela, “dom Henrique está de acordo também”³⁸³.

A reação da irmã ilustra como mudanças de aparência podem provocar um impacto significativo na percepção da autoridade e tradição religiosa. Uma outra situação aconteceu com o Pe. Beraldo, no Colégio Santa Marcelina, de Botucatu, quando um sacerdote da capital do Estado o viu usando o clergyman:

Um sacerdote, não vou citar o nome, era aqui de São Paulo, que sempre estava em Botucatu e, na primeira vez que eu botei o clergyman eu fui numa festa no Colégio Santa Marcelina. Ele veio atrás de mim, descendo a escada, me chamando de demônio, porque eu era um demônio em carne vivo no meio do povo. “Onde já se viu andar desse jeito”. E foi se queixar com o bispo. Mas não adiantou queixar porque isso já era uma licença concedida³⁸⁴.

Essa resistência enfática por parte de outro sacerdote destaca a profundidade das convicções tradicionais, e como estas podem se chocar com novas normativas. Num primeiro momento, foi respeitado pelo clero as normas colocadas por Dom Frei Henrique, mas, com o passar do tempo, a situação foi mudando, segundo o Pe. Getúlio quando disse que “nós obedecemos a essas normas dadas por Dom Henrique até quando foi viável isso. Depois com o tempo, já se percebia que era possível viver no traje normal de leigo”.³⁸⁵ Esta evolução gradual na aceitação das novas normas reflete uma adaptação dinâmica da comunidade religiosa aos tempos modernos. E isso desagradava muito o Arcebispo, tanto que o Pe. Ulysses afirma isto quando diz que: “a única coisa que Dom Henrique achou ruim, foi, de fato, que os padres estavam assim, um pouquinho à vontade, já deixando o paletó, só quando

³⁸² Ib.

³⁸³ Ib.

³⁸⁴ Entrevista com Pe. José Gilberto Beraldo (26/03/2006).

³⁸⁵ Entrevista com Pe. Getúlio S. Machado (16/02/2006).

ele chegava é que punham o colarinho para não levarem bronca do arcebispo”³⁸⁶. Esta situação reflete uma tensão entre a conservação das tradições e a adaptação aos novos tempos, revelando um clero dividido em suas concepções sobre o papel simbólico e prático do vestuário eclesiástico.

Não foi muito tempo para que uma boa parte dos padres mais novos deixassem de usar não só a batina, mas também o clergyman e passaram a usar camisas comuns de gola, com o argumento de que a roupa diferenciada não permitia uma maior aproximação do padre com o povo, tanto que o Pe. Augusti, que trabalhava na Catedral como auxiliar e estava à frente da JUC, sempre dizia:

(...) aliás, não gosto de batinas, nem de hábitos. Precisamos ser iguais. Tudo que nos separa é para mim abominável (...) para mim, ser padre é ser profundamente diferente sem deixar de ser igual: nós devemos ser marcados pelo serviço. Este é o hábito de quem se consagrou³⁸⁷.

Esta perspectiva sublinha um movimento progressista dentro da Igreja, buscando uma maior identificação com as massas e uma abordagem mais humana e menos hierárquica. Segundo o Pe. Pedro Beltrami era muito interessante ver o clero mais idoso, que já não mais conseguia acompanhar as mudanças do Concílio dizer brincando: “eu já não posso mais fazer isso, mas não vou atrapalhá-los”, dizia o velho pároco de Avaré, Monsenhor Celso, ou “não serei empecilho para que vocês levem à frente tudo isso que o Concílio está trazendo pra gente”, dizia Pe. Eduardo Murant que por muito tempo trabalhou em Ourinhos³⁸⁸. Essas palavras evidenciam uma aceitação resignada das mudanças por parte do clero mais antigo, marcando um contraste geracional no entendimento e na vivência do sacerdócio.

Como afirma o Pe. Nivaldo Pires Rosa: “Com batina ou sem batina, o que havia entre os padres da Arquidiocese era um espírito de muita fraternidade”³⁸⁹. Esta declaração ressalta que, apesar das divergências exteriores e ideológicas, prevalecia um forte sentimento de união e fraternidade entre os sacerdotes. Segundo o Pe. Aristheu B. Cirilo:

Na parte dos padres idosos, havia uma afeição pelos padres novos e dos padres novos uma veneração pelos padres idosos, apesar de haver profundas diferenças entre um e outro, uma distância cultural e até de comportamento sacerdotal na linha do trabalho, na linha da vida, mas existia respeito, união e cooperação entre todo o clero³⁹⁰.

³⁸⁶ Entrevista com Pe. Ulysses M. Araújo (27/02/2006).

³⁸⁷ ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. *Padres rebeldes? O caso de Botucatu*. Aparecida: Santuário, 1996, p. 48.

³⁸⁸ Entrevista com Pe. Pedro Beltrami (31/01/2006).

³⁸⁹ Entrevista com Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

³⁹⁰ Entrevista com Pe. Aristheu B. Cirilo (13/03/2006).

Isso enfatiza a complexidade das relações intergeracionais no clero, marcadas por diferenças, mas também por uma base comum de respeito e admiração mútuos. Era um clero que se queria muito bem.

1.3. O clero de Botucatu e a implantação das reformas litúrgicas na Missa

O clero de Botucatu era formado na sua maioria de padres jovens, por isso notava-se uma certa pressa de colocarem em prática as reformas do Concílio. Essa pressa, embora compreensível, refletia um anseio de renovação que permeava não apenas o clero, mas a Igreja Católica como um todo. A insatisfação dos padres mais jovens ficava muito clara, diante das dificuldades de implantação das reformas litúrgicas, especialmente, a língua vernácula, aprovadas pelo Concílio Vaticano II.³⁹¹ Era evidente que a resistência não era um mero obstáculo burocrático, mas também um reflexo da complexidade e da sensibilidade envolvidas na mudança de práticas seculares. Uma vez que tais mudanças não dependia só do clero, mas também das comunidades e, especialmente da autorização da Santa Sé para realizá-las.

Com a intenção de orientar o seu clero e manter a unidade e o respeito pelas diretrizes da Igreja, diante da pressa em fazer acontecer as mudanças, Dom Frei Henrique escreveu um artigo no jornal da Arquidiocese intitulado: “Aplicação da Reforma Litúrgica”³⁹² onde, a partir do telegrama enviado pelo Núncio Apostólico³⁹³, pedia calma aos padres e insistia para que não se introduzissem a língua vernácula na Santa missa sem antes vir a tradução oficial da CNBB, para que assim pudesse haver uma uniformidade em todo o país. Este cuidado de Dom Frei Henrique refletia sua compreensão profunda do valor simbólico e da importância da liturgia na vida da Igreja. E concluía Dom Frei Henrique: “evitaremos despesas, confusões e até possíveis abusos, e não seremos talvez obrigados, daqui a pouco, a ‘reformat’ a ‘reforma’”³⁹⁴.

³⁹¹ Entrevista com Pe. Alberto Martins (31/01/2006).

³⁹² APLICAÇÃO da reforma Litúrgica. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de fevereiro de 1964, ano XXIV, n.1.150, p. 01.

³⁹³ Telegrama datado de 05 de fevereiro de 1964. “Exmo. Sr. Dom Henrique Golland Trindade, Botucatu, cumpro dever informar Vossência que Santo Padre Paulo VI, motu Próprio dotado 25 de janeiro ultimo fazendo vigorar parte da Constituição Conciliar sobre Liturgia não permite introdução imediata uso língua vernácula celebração missa e administração sacramento, Dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico”. (Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 21 verso. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

³⁹⁴ *Aplicação da Reforma Litúrgica*. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de fevereiro de 1964, ano XXIV, n.1.150, p. 01.

Num primeiro momento, o Arcebispo apenas autorizou no vernáculo, dentro da Santa Missa, o Pai-Nosso, cuja tradução era a oficial e usada de norte a sul do Brasil. Este gesto, embora pareça pequeno, foi um importante passo na direção da mudança, pois abriu o caminho para novas adaptações litúrgicas. E diante da pressa dos padres, dizia Dom Frei Henrique: “Esperemos mais um pouco, caríssimos sacerdotes. Quem tantos e tantos anos tolerou ou compreendeu, com respeito, por exemplo, o ‘Dominus vobiscum’, poderá ouvi-lo alguns meses mais, com o mesmo respeito e a mesma eficácia”³⁹⁵.

A autorização para celebrar a Liturgia em língua vernácula só aconteceu em agosto de 1964 e o Arcebispo definiu que a partir do dia 15 de agosto se daria esse novo passo na restauração litúrgica, quando boa parte da Santa Missa poderia ser rezada em português, pelo sacerdote e pelos fiéis³⁹⁶. A decisão de Dom Frei Henrique de aguardar até essa data demonstra sua prudência e respeito pela estrutura eclesiástica, ao mesmo tempo em que responde ao desejo de renovação expresso pelo clero e pelos fiéis. Mas Dom Frei Henrique fez questão de estabelecer algumas normas gerais e justificava dizendo: “É necessário que o façamos, com disciplina e respeito, e, sobretudo, com piedade e espírito interior. Não são meras atitudes e palavras, mas são atitudes e palavras, ricas de sentido e de conteúdo e de mensagem”³⁹⁷.

Após a realização da reunião Geral do Clero, que aconteceu no dia 09/08/1964, quando o Arcebispo passou as orientações para a aplicação das normas litúrgicas para o uso do português na missa e, nesse mesmo dia, na Catedral Metropolitana de Botucatu, pela primeira vez, Dom Frei Henrique celebrou para o clero a primeira missa na Arquidiocese usando o português³⁹⁸. Este momento histórico foi um marco não apenas para o clero, mas para toda a comunidade católica de Botucatu, simbolizando uma nova era na prática da fé. Assim, começou a ser introduzido nas paróquias da Arquidiocese, as mudanças litúrgicas definidas pelo Concílio Vaticano II com muito rápida assimilação, não só por parte do clero, mas também pelos fiéis. Isso demonstra a eficácia da liderança de Dom Frei Henrique e o desejo de renovação da comunidade.

Através dos Livros Tombo das paróquias da Arquidiocese, é possível observar que realmente nas paróquias, através de seus párocos, houve um grande entusiasmo com a

³⁹⁵ Ib. p. 01.

³⁹⁶ TRINDADE, Henrique Golland. Liturgia em Português. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de agosto de 1964, ano XXV, n. 1.171, p. 01.

³⁹⁷ TRINDADE, Henrique Golland. Liturgia em Português. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de agosto de 1964, ano XXV, n. 1.171, p. 01.

³⁹⁸ Ib. p. 26.

mudança da missa do latim para o português. Este entusiasmo reflete a vitalidade e a adaptabilidade da Igreja em face das mudanças, mantendo-se fiel à sua missão enquanto se abre a novas formas de expressão da fé. Na paróquia de Cerqueira César, Mons. Oscar fala das solenidades da Semana Santa realizada conforme a liturgia restaurada da Igreja, e que estava sendo compreendida e executada pelos fiéis com grande e maior participação³⁹⁹. Isso evidencia o sucesso do processo de mudança, que foi bem recebido e abraçado pela comunidade. Na Paróquia de Conchas, o Pe. Pedro José de Andrade fala da vida paroquial e acrescenta: “procuramos fazer com que o povo aceitasse com espírito de verdadeira fé as mudanças no campo litúrgico da Igreja”⁴⁰⁰. Esta declaração sublinha a importância de uma abordagem pastoral sensível e inclusiva nas transformações litúrgicas.

A criação das Equipes de Celebração foi outra novidade implantada nas paróquias da Arquidiocese nas missas dominicais, que eram responsáveis pela organização e animação das celebrações e que constava: do comentador da missa, dos leitores, acólitos e recepcionistas. Essa inovação não só reestruturou a liturgia, mas também reforçou o senso de comunidade e pertencimento entre os fiéis. Com essas equipes, orientadas pelos seus párocos, houve um novo impulso na participação do povo na Santa Missa⁴⁰¹.

Um fato que também foi marcante para o clero de Botucatu dentro da reforma litúrgica na missa foi a possibilidade da realização de Concelebrações. A primeira aconteceu em 06 de agosto de 1965, na Paróquia do Senhor Bom Jesus, na cidade de Ourinhos, por ocasião da festa do padroeiro que foi considerada um marco de renovação da paróquia.⁴⁰² Esta celebração simboliza um ponto de viragem, refletindo uma Igreja mais inclusiva e participativa. A mesma foi preparada por uma “Semana da Comunidade”, que foi dirigida pelos Pe. Nivaldo Pires Rosa e Pe. José Eduardo Augusti, Todas as noites havia abordagem de grandes temas da liturgia através de solenes paraliturgias: Celebrações sobre a Palavra de Deus, sobre o Batismo, sobre as várias partes da Missa e sobre a Comunidade. Tudo culminou com a solene concelebração, realizada pela primeira vez em toda a Arquidiocese de Botucatu, presidida pelo Pároco, Pe. Domingos Trivi e concelebrada por mais seis sacerdotes da Arquidiocese. Este momento histórico reflete a essência da fé comunitária, trazendo à tona a verdadeira natureza da celebração litúrgica. O que mais chamou a atenção, segundo o Pe.

³⁹⁹ Livro Tombo da Paróquia de Santa Teresinha - Cerqueira César, n. 146, p. 199. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁴⁰⁰ Livro Tombo da Paróquia do Senhor Bom Jesus - Conchas, n. 150, p. 97. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁴⁰¹ Ib. p. 125 verso.

⁴⁰² PRIMEIRA concelebração solene na Arquidiocese foi realizada em Ourinhos. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª e 2ª quinzena de agosto de 1965, ano XXVI, n. 1.193/94, p. 01.

Nivaldo, foi a participação da comunidade. Toda ela participando de uma forma maravilhosa pelo canto cheio de vida e pela comunhão, e acrescentou: “tinha-se a nítida impressão de uma daquelas comunidades da Igreja primitiva que vivia intensamente o mistério pascal de Cristo, de sua morte e ressurreição, no convívio fraterno do banquete participado e sentido por todos”⁴⁰³.

Acompanhando as mudanças litúrgicas na Arquidiocese haviam Cursos, chamados de “atualização litúrgica”, sendo que os primeiros eram direcionados somente para os sacerdotes, e chamados “Curso de Pastoral Litúrgica para o Clero”, ministrados por uma equipe da Comissão Regional de Liturgia, responsável para ministrar este curso aos sacerdotes do Estado de São Paulo⁴⁰⁴. Estes cursos foram fundamentais para preparar o clero para as mudanças iminentes, garantindo uma transição suave e informada. Em Botucatu, o Curso de Pastoral Litúrgica para o Clero aconteceu no mês de outubro de 1964 e foi de âmbito Provincial, com convite para outras dioceses. Ministrou o curso o Pe. Celso Pedro da Silva e também Waldemar Caldin⁴⁰⁵. A realização do curso de Liturgia para os leigos, ficou sob a responsabilidade dos próprios padres em suas paróquias, para que assim houvesse mais pessoas participando, possibilitando aos leigos o conhecimento dos documentos conciliares sobre a liturgia e o entendimento das mudanças, a partir de então, prestes a acontecer⁴⁰⁶. Esta estratégia foi crucial para democratizar o conhecimento litúrgico e fomentar uma participação mais ativa e informada dos leigos.

Aproveitando assim a reforma Litúrgica da Missa, uma outra novidade que surgiu foi a chamada “Nova Missa das Crianças”. Uma iniciativa de alguns padres jovens da Arquidiocese de Botucatu e elaborada pelo Pe. José Eduardo Augusti e com sugestões e aprovação do Arcebispo, Dom Frei Henrique. Essa Nova Missa das Crianças foi elaborada de acordo com a nova liturgia da Igreja, contendo cantos do Pe. Carlos Alberto e os salmos de Gelinau. Era um método fácil que visava preparar as crianças para uma verdadeira participação litúrgica⁴⁰⁷. Esta iniciativa foi essencial para integrar as crianças na vida litúrgica da Igreja, garantindo assim a continuidade e renovação da fé nas futuras gerações.

⁴⁰³ Ib. p. 01.

⁴⁰⁴ CURSO de Pastoral Litúrgica para o Clero. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de setembro de 1964, ano XXV, n. 1.174, p. 01.

⁴⁰⁵ CURSO de Pastoral Litúrgica na Arquidiocese. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de outubro de 1964, ano XXV, n. 1.176, p. 04.

⁴⁰⁶ Livro Tombo da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus - Vila dos Lavradores, Botucatu n. 80, p. 89 verso. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁴⁰⁷ A NOVA Missa das Crianças. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de agosto de 1964, ano XXV, n. 1.171, p. 03.

Assim, em meio a toda essa renovação quanto a Liturgia, Dom Frei Henrique resolveu constituir uma Comissão Arquidiocesana que pudesse, juntamente com ele, colocar na arte e na música sacra uma linguagem que estivesse em função da nova liturgia proposta pelo Concílio Vaticano II. E assim, no dia 02 de julho de 1964, constituiu a “Comissão Arquidiocesana de Liturgia, Música e Arte Sacra” e nomeou alguns membros, sacerdotes e leigos⁴⁰⁸, da qual o próprio Arcebispo era o presidente⁴⁰⁹. A primeira missão desta comissão foi elaborar um livrinho de cantos para missas, com cantos apropriados para as várias partes da missa, inclusive com “salmos a violão” e o ordinário da Santa Missa em português⁴¹⁰. Este esforço não apenas enriqueceu a experiência litúrgica, mas também assegurou que a arte e a música sacra evoluíssem em harmonia com as novas diretrizes litúrgicas.

2. O Seminário: formação e o perfil dos Seminaristas de Botucatu

A década de sessenta foi marcada, tanto no âmbito religioso como no sócio-político, por grandes transformações no mundo e na América Latina. No âmbito religioso, a mais marcante foi a convocação do Concílio Vaticano II e as inovações que o mesmo trouxe para a Igreja. É importante notar que estas mudanças não foram meras alterações de protocolos, mas representaram uma profunda metamorfose na abordagem e na mentalidade da Igreja frente ao mundo moderno. Todo este clima de inovações e mudanças na Igreja propostos desde a convocação do concílio (1959) e seu encerramento (1965), passou a influenciar a formação dos futuros sacerdotes. Este aspecto é crucial, pois a formação recebida pelos seminaristas nesse período moldou uma geração de clérigos que seriam os porta-vozes e implementadores destas novas direções da Igreja. Para os seminaristas da Arquidiocese de Botucatu, não havia

⁴⁰⁸ Vice-presidente: Pe. José Gilberto Beraldo; Membros: Cônego Clarêncio Gusson; Pe. Nivaldo Pires Rosa; Pe. Paulo Goecke; Pe. José Eduardo Augusti; Dr. Eugênio Monteferrante Netto; Irmã Fidélia Nuzzacci; Madre Maria Zilca de Melo Rosário; Irmã Lilia de Aguiar; Maria Amélia Blasi de T. Piza e prof. José Pedretti Netto. (Livro Tombo da Cúria n. 1503, p. 25. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁴⁰⁹ Livro Tombo da Cúria n. 1503, p. 25. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁴¹⁰ “Um povo que canta... Não há liturgia sem canto. A liturgia é o culto e não pode haver culto sem canto que é expressão insubstituível de uma assembleia numerosa. A Igreja não pode dar culto a Deus sem cantar; por isso cristão é “um povo que canta”. No canto, o povo se une. Esse povo que é um povo de irmãos torna-se um, quando une suas vozes para manifestar-se e para glorificar Deus. ‘Recitai entre vós salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e louvando o Senhor em vossos corações, dando sempre graças pôr tudo a Deus Pai, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo’ (Ef. 5,19 20) insistia São Paulo com os cristãos de Éfeso. A renovação litúrgica exige que nós renovemos o canto de nossas comunidades. Que ele seja sobretudo expressão profunda da assembleia em oração e se identifique possível com o canto bíblico, a inspiração mais autêntica do cântico cristão. Eis porque os salmos hoje prevalecem. Transformemos a nossa comunidade por vezes silenciosa, numa assembleia consciente de toda a sua grandeza e por isso mesmo transbordante de alegria, manifestada por um canto pleno de vida. Esta razão deste opúsculo. Tornar acessível a todos, as letras dos salmos e dos cantos pastorais hoje introduzidos nas reuniões litúrgicas. A indicação para as músicas poderá ser encontrada no índice final. Agradecemos a colaboração e a sugestão de todos. Pe. José Eduardo Augusti. 1965 – Passo do Senhor”. (sem indicações bibliográficas).

fuga à exceção. Através de leituras, notícias e outros meios de comunicação, foi acompanhada de perto pelos jovens seminaristas da Arquidiocese a totalidade das práticas e orientações reformistas que o Concílio, em cada uma de suas sessões, ia propondo para a Igreja⁴¹¹.

Em primeiro lugar seria interessante contextualizar o Seminário e a formação dos seminaristas da Arquidiocese de Botucatu às vésperas da realização do concílio Vaticano II. Este contexto é fundamental para entendermos não apenas a estrutura educacional e espiritual dos seminários da época, mas também as expectativas e os desafios enfrentados pelos seminaristas diante de uma Igreja em pleno processo de transformação.

2.1. O Seminário nos tempos que antecederam o Concílio Vaticano II

Uma das grandes preocupações de Dom Frei Henrique sempre foi o Seminário e as vocações sacerdotais. O Seminário foi sua prioridade quando chegou a Botucatu em 1948. Já em janeiro de 1949 convocou todos os meninos da diocese para a avaliação vocacional em Botucatu. Veio uma multidão de meninos para o Seminário São José, de Botucatu. Durante toda a semana de permanência ali, essa “multidão” jogava bola, nadava, rezava, ouvia palestras e respondia a questionários. Esta abordagem dinâmica e interativa reflete um entendimento profundo de Dom Frei Henrique sobre a juventude e seu papel vital no futuro da Igreja. Em todas as atividades, havia a presença constante de Dom Frei Henrique junto com os formadores e os seminaristas maiores, com muita observação e conversas com todos. Esta presença não era apenas simbólica, mas um genuíno esforço para se conectar e entender cada jovem, algo raro e admirável na liderança eclesial. Foi selecionada a turma de 1949, a primeira do governo de Dom Frei Henrique e uma das maiores da história do seminário: cem alunos. Esta grande adesão pode ser vista como um testemunho do carisma e da liderança eficaz de Dom Frei Henrique. A equipe de formadores de 1949 era: Mons. Silvio Maria Dario, Mons. Ângelo Ramires, Pe. Vitor Moreno, Pe. João Dias Ramalho, professor Silvio Cintra, professor Mário Góis⁴¹².

Outra grande preocupação de Dom Frei Henrique foi a formação intelectual e espiritual dos seus seminaristas. Sempre prezou pela boa formação e aprimoramento de seus futuros padres e sempre com muito zelo e carinho, mas sempre muito exigente em tudo o que se referia aos estudos e à vida de oração. Esta combinação de rigor e carinho é um aspecto

⁴¹¹ ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. *Padres Rebeldes?* Op. cit. p. 178.

⁴¹² Depoimento do Mons. Arnaldo Beltrami (SURSUM Corda: A vida de Dom Henrique. São Paulo: Paulicéia, 1994. p. 114).

crucial na formação de líderes religiosos, algo que Dom Frei Henrique parecia compreender intuitivamente. Em ocasiões das leituras das notas dos seminaristas com a comunidade reunida, a presença de Dom Frei Henrique se fazia marcante, “não como austero juiz, mas como um pai amoroso, ávido por descobrir novos talentos, incentivando os mais adiantados ou admoestando os relapsos”⁴¹³. Esta abordagem paternalista, longe de ser meramente indulgente, reflete um profundo entendimento da importância de um equilíbrio entre disciplina e apoio na formação sacerdotal. Assim comenta a “crônica do Seminário”, publicada no órgão informativo do Seminário chamado “Nossa Messe”: “Dia cinco de março foi a leitura das notas. O sr. Bispo veio assistir. Credo! Dá uma tremedeira nas gâmbias! A gente faz cada propósito! Pena que depois fica tudo na mesma. Sua excelência sempre nos diz uma palavrinha de animação”⁴¹⁴. Esta citação, carregada de emoção, ilustra vividamente a mistura de nervosismo e respeito que os seminaristas sentiam perante Dom Frei Henrique, uma figura paternal e inspiradora.

A equipe de formação do Seminário de Botucatu, tinha tempo integral dedicado ao Seminário. O trabalho dos padres nas paróquias só era assumido nos fins de semana⁴¹⁵. Esta dedicação exclusiva ao Seminário sublinha o compromisso da Arquidiocese com a formação sacerdotal, considerando-a uma prioridade inegociável. Semestralmente o arcebispo presidia à reunião dos formadores com os alunos para avaliar diversos aspectos da formação: estudos, comportamento, vida de oração, trabalho, vida de comunidade e outros. Chamava cada seminarista para uma conversa anual, sempre exortando e orientando seus seminaristas⁴¹⁶. Este interesse pessoal por cada seminarista demonstra uma liderança preocupada não só com a formação intelectual, mas também com o desenvolvimento individual de cada futuro sacerdote. Dom Frei Henrique tinha uma excelente memória, surpreendia seus seminaristas pela verificação deles de que o Arcebispo havia guardado “o seu nome ou pelo menos podia identificá-lo por algum detalhe, frases de conversa, uma atitude tomada ou de que família procedia”⁴¹⁷. Esta capacidade de lembrar detalhes pessoais ressalta um cuidado pastoral excepcional e uma habilidade de liderança profundamente humana.

⁴¹³ Depoimento do ex-seminarista Sebastião Pires Mendes. (SURSUM Corda: A vida de Dom Henrique. São Paulo: Paulicéia, 1994. p. 148).

⁴¹⁴ NOSSA MESSE. *Crônica do Seminário*. Ano XIV, n.56, (jun.) 1957. p. 27.

⁴¹⁵ Entrevista com o Pe. Aristheu Benedito Cirillo (13/03/2006).

⁴¹⁶ Depoimento do Mons. Arnaldo Beltrami (SURSUM Corda: A vida de Dom Henrique. São Paulo: Paulicéia, 1994. p. 114-115).

⁴¹⁷ Depoimento do Pe. José Marins (SURSUM Corda: A vida de Dom Henrique. São Paulo: Paulicéia, 1994. p. 109).

Quantas vezes o Arcebispo interpelava os professores do Seminário na sala de aula. “De repente o bispo entrava e calmamente sentava-se entre os estudantes e punha-se a ouvir o professor que ficava muito encabulado com a inesperada, porém, honrosa presença”⁴¹⁸. Essa prática inusitada de Dom Frei Henrique, embora surpreendente, refletia seu compromisso em estar profundamente envolvido na educação dos seminaristas, demonstrando uma liderança ativa e interessada. Ainda com relação à formação dos seminaristas, Dom Frei Henrique primava por três coisas: muita alegria (ele mesmo era alegre, brincalhão), muita vida de comunidade e muita liturgia⁴¹⁹. Essa tríade de alegria, vida comunitária e liturgia é um testemunho da sua abordagem holística na formação dos seminaristas, enfatizando a importância de um equilíbrio entre o bem-estar emocional, a vida em comunidade e a prática religiosa. Com relação à vida de comunidade, o Arcebispo fazia questão dos atos comunitários deles também participando com os seminaristas, ficava no meio deles, não como um fiscal, mas sim porque se sentia bem no meio dos seus “Meninos do Seminário”, como ele dizia⁴²⁰. Esta postura de Dom Frei Henrique, mais do que um gesto de supervisão, era uma expressão genuína de seu desejo em partilhar a vida cotidiana com os seminaristas, reforçando laços e construindo uma comunidade unida.

Dom Frei Henrique fez do Seminário uma extensão do pátio da sua própria casa. Era comum encontrar o arcebispo no meio dos seminaristas na hora do recreio. Aparecia a ali ficava no meio dos seus seminaristas. Ria, brincava, falava com todos eles, “com a mesma atenção com que tratara, minutos antes, com o prefeito da cidade ou telefonicamente, com o Cardeal de São Paulo”⁴²¹, afirmou Pe. Marins. Esta habilidade de transitar entre o formal e o informal, tratando todos com igual respeito e atenção, ilustra a capacidade de Dom Frei Henrique de ser um líder acessível e carismático. Ele tratava seus seminaristas como gente ao nível dele, compartilhando com eles as suas reflexões e até, algumas vezes, os seus sonhos pastorais⁴²². Este tratamento igualitário revela a visão progressista de Dom Frei Henrique, que via os seminaristas não apenas como alunos, mas como futuros colegas na missão pastoral. No aniversário natalício, o seminarista era convidado pelo arcebispo para almoçar ou jantar no palácio Episcopal, “às vezes passava o dia todo com dom Frei Henrique e, antes de ir

⁴¹⁸ *Ib.*, p. 109.

⁴¹⁹ Depoimento do Pe. José Carlos D’Angelo (16/05/1993).

⁴²⁰ *Ib.*

⁴²¹ Depoimento do Pe. José Marins (SURSUM Corda: A vida de Dom Henrique. São Paulo: Paulicéia, 1994. p. 109).

⁴²² *Ib.*, p. 110.

embora, o seminarista sempre ganhava algum presente do Arcebispo”⁴²³. Estes gestos de hospitalidade e generosidade fortaleciam os laços pessoais e criavam memórias afetivas, fundamentais na construção de uma relação de confiança e respeito mútuo.

Dom Frei Henrique, atento à formação de seus seminaristas, sempre deu uma atenção toda especial aos seminaristas maiores, estudantes do Seminário Central do Ipiranga, em São Paulo, manifestando também por eles carinho e incentivo e, como pastor zeloso, sempre os visitava e com seu sorriso acolhedor e confiante, marcava presença junto aos jovens seminaristas, como um pai amoroso, sempre pronto a ouvi-los e orientá-los⁴²⁴. Essa atenção aos seminaristas do Seminário Central do Ipiranga reflete a abordagem inclusiva e abrangente de Dom Frei Henrique, garantindo que todos os seus seminaristas, independentemente da localização, recebessem a mesma orientação e apoio. No Seminário Central do Ipiranga era uma honra ser de Botucatu, porque “Dom Henrique era o bispo dos seminaristas. ‘É o único que visita, reúne e acompanha seus seminaristas’, no dizer deles”⁴²⁵. Este reconhecimento dos seminaristas do Ipiranga destaca o impacto positivo e duradouro da liderança de Dom Frei Henrique em toda a comunidade eclesial.

Com grande amor e preocupação pelas vocações sacerdotais, Dom Frei Henrique se pôs a organizar, entre os alunos seminaristas do Seminário Menor de Botucatu um departamento chamado “Departamento das Vocações”. Esta iniciativa reflete a perspicácia de Dom Frei Henrique na identificação e no cultivo de vocações sacerdotais, uma tarefa crucial para a sustentabilidade e o vigor da Igreja. Uma ideia muito bem acolhida pelos próprios seminaristas e que funcionava de maneira muito simples, sem protocolo, sem formalismos de reuniões acadêmicas, nem atas, nem discursos⁴²⁶. A abordagem informal, porém séria, deste departamento destaca a compreensão de Dom Frei Henrique de que a vocação é um chamado pessoal que requer um ambiente de apoio e reflexão genuína. Tinha um padre como orientador que reunia os alunos membros de tempo em tempo e com algumas reuniões de dois a três meses, às vezes até mais tempo. Era uma reunião familiar, com conversas sobre assuntos recolhidos durante algum tempo, em revistas, jornais, conversas, estatísticas, número de seminaristas, de padres, na diocese, no Brasil, no mundo. Este método de orientação coletiva, focado em discussões abertas e em dados concretos, incentivava uma compreensão

⁴²³ Depoimento de dom Luiz Soares Vieira (SURSUM Corda: A vida de Dom Henrique. São Paulo: Paulicéia, 1994. p. 69).

⁴²⁴ Depoimento do ex-seminarista Sebastião Pires Mendes. (SURSUM Corda: A vida de Dom Henrique. São Paulo: Paulicéia, 1994. p. 146).

⁴²⁵ Depoimento do Mons. Arnaldo Beltrami (SURSUM Corda: A vida de Dom Henrique. São Paulo: Paulicéia, 1994. p. 113).

⁴²⁶ NOSSA MESSE. *Resposta a uma consulta*. Ano XII, n.45, (set.) 1954. p. 10.

mais ampla do papel do sacerdote na sociedade contemporânea. Colocava-se o seminarista a par do que se passava no Seminário, seus problemas, suas dificuldades, pois o Seminário era a casa do seminarista e ele precisava saber como andava a sua casa. Essa transparência e inclusão nos assuntos internos do Seminário eram fundamentais para criar um senso de responsabilidade e pertença entre os seminaristas. Havia liberdade de entrar, ninguém era obrigado, mas quem entrava deveria levar muito a sério seus compromissos. Este princípio de voluntariedade ressaltava a importância do comprometimento pessoal na jornada para o sacerdócio. Não se permitia a entrada de alunos do Preparatório e do primeiro ano. Essa restrição indicava uma compreensão de que a maturidade e a clareza sobre a vocação eram essenciais para uma participação frutífera no departamento. Este departamento tinha a finalidade de esclarecer, orientar, incentivar os próprios alunos num problema que lhes tocasse muito e que lhes tocaria sempre, as vocações. Segundo o Pe. Silvio Maria Dario o grande problema era que:

Conversando com Padres mais antigos, percebe-se facilmente, que não tiveram no seminário a mínima orientação nesse sentido, vivem no mundo da lua a respeito da ingente necessidade de resolver o maior problema que, no Brasil e na América temos em mãos. Chegam mesmo a ser hostis e pôr barreiras ao trabalho. Mas o fato é que não tem eles culpa, pois trouxeram de sua formação no Seminário esta indiferença. Durante seu Seminário nunca lhes puseram o problema diante dos olhos. E temos convicção de que é no Seminário que o problema se resolve em primeiro lugar, se os superiores e os seminaristas tiverem a preocupação das vocações e focalizarem o problema na sua justa proporção, em todos os seus aspectos, que acontecerá? Uma grande coisa: os alunos, levarão consigo, depois de padres o desejo de trabalhar, de orientar seu apostolado neste campo, sabendo que é preciso ser resolvido a todo custo⁴²⁷.

A perspectiva de Pe. Silvio Maria Dario evidencia a importância crítica de uma formação sacerdotal consciente e focada nas necessidades da Igreja e da comunidade, uma visão claramente compartilhada e promovida por Dom Frei Henrique. Nestas linhas se torna fácil perceber a finalidade do Departamento das Vocações, criado no Seminário de Botucatu: ser uma orientação prática para a vida. Para os membros do departamento havia o compromisso de rezar nas intenções dos mesmos, porém, o grande compromisso: 1) Se ele perseverasse em sua vocação e chegasse ao sacerdócio, iria procurar novas vocações e auxiliar o Seminário de todo jeito, inclusive financeiramente. Antes de morrer deveria deixar um outro sacerdote em seu lugar, continuando seu trabalho; 2) Se por desígnio de Deus tivesse que sair do Seminário, continuaria ligado ao departamento e procuraria formar um padre que ficasse em seu lugar, já que ele havia saído do Seminário, é claro, de acordo com as

⁴²⁷ Ib. p. 10.

possibilidades de cada um⁴²⁸. Esses compromissos refletem uma visão sustentável e de longo prazo para a continuidade das vocações sacerdotais, enfatizando a responsabilidade contínua dos seminaristas, independentemente de seu caminho final.

O arcebispo Dom Frei Henrique foi também o responsável pela criação de muitos autos sacramentais sempre com a participação dos seminaristas, e encenados no pátio do Seminário São José, em Botucatu. Escrevia as peças de teatro e ensaiava com os seminaristas. “Fazia questão de nos ensaiar pessoalmente, e se desgastava para dobrar as rebeldias adolescentes, que não tinham maior interesse que a novidade do fato”, e concluiu o ex-seminarista Sebastião Pires Mendes, “mas ele nos via como a atores em potencial e não desanimava”⁴²⁹. Esta dedicação de Dom Frei Henrique ao teatro reflete sua crença na importância das artes como meio de expressão espiritual e formação humana. Um exemplo destes autos sacramentais foi o intitulado “O moço Rico” (do Evangelho), que foi apresentado no cinquentenário do aniversário de fundação do Seminário de Botucatu⁴³⁰. Esta peça, em particular, simbolizava a capacidade de Dom Frei Henrique de transformar ensinamentos bíblicos em experiências vivas e envolventes. A verdade é que, “sob seu comando, essas representações assumiram tal beleza e conteúdo litúrgico, que os convidados que vinham assistir deixavam o recinto em grande enlevo espiritual”⁴³¹. Esta reação dos convidados sublinha o impacto profundo que estas apresentações tinham, tanto em termos de estética quanto de espiritualidade.

Outra coisa que Dom Frei Henrique fazia questão que funcionasse no Seminário era o “Grêmio Literário”, chamado “Sociedade da Alegria” que tinha como patrono São João Bosco. Esta ênfase na literatura era mais uma faceta do seu esforço em promover uma educação integral dos seminaristas, equilibrando rigor acadêmico e criatividade. Era a academia literária do Seminário, pois o arcebispo “fazia questão que os seus seminaristas escrevessem bem”⁴³². Era um complemento dos cursos de português e literatura que poderia ser considerada a parte prática por excelência⁴³³. A prática literária, neste contexto, não era apenas um exercício acadêmico, mas também uma forma de cultivar a expressão individual e a reflexão crítica entre os seminaristas. A cada ano havia a posse dos catedráticos de cada área: eloquência, poesia, conto, história universal, história do Brasil e Sagrada Escritura. Este

⁴²⁸ *Ib.*, p. 10.

⁴²⁹ Depoimento do ex-seminarista Sebastião Pires Mendes. (SURSUM Corda. Op. cit. p. 146).

⁴³⁰ Depoimento do Pe. José Carlos D’Angelo (16/05/1993).

⁴³¹ Depoimento do ex-seminarista Sebastião Pires Mendes. (SURSUM Corda. Op. cit. p. 146).

⁴³² Depoimento do Pe. José Carlos D’Angelo (16/05/1993).

⁴³³ NOSSA MESSE. *Os anjos e o Círculo litúrgico*. Ano XIII, n.48, (jun.) 1955. p. 25.

sistema de catedráticos refletia uma abordagem pedagógica que valorizava a especialização e o aprofundamento em diversas áreas do conhecimento. A cada ano o programa da “Sociedade da Alegria” era organizado de uma forma⁴³⁴.

O Seminário tinha também um jornal interno que se chamava “O Sorriso”, com a obrigação para todos os seminaristas de escrever alguma coisa. Esta prática não apenas incentivava a escrita regular, mas também fomentava um senso de comunidade e partilha de ideias entre os seminaristas. Dependendo da aptidão de cada um dos seminaristas, havia poesia por parte de alguns, artigos e crônicas por parte de outros⁴³⁵. Esta diversidade de contribuições ilustra a riqueza de talentos e perspectivas presentes no seminário.

A liturgia não ficava de fora na formação dos seminaristas menores de Botucatu. A ênfase de Dom Frei Henrique na liturgia demonstra sua convicção de que a prática litúrgica é fundamental na vida espiritual de um sacerdote. Uma vez que Dom Frei Henrique foi o precursor da renovação litúrgica no Brasil, fez com que no Seminário passasse a existir o “Grêmio ou Círculo de Liturgia” chamado “Santos Anjos”, que tinha como patronos principais, os Anjos, “pois são os que melhor praticam a liturgia, adorando de modo perfeito a Deus, amando e cuidando das coisas de Deus e zelando por elas”⁴³⁶ e como patrono secundário, São Bento, porque foi o reformador da liturgia. Esta escolha de patronos reflete uma visão que harmoniza a tradição e a inovação na prática litúrgica. Não era obrigatório participar, mas havia participação de quase todos. A alta adesão ao círculo de liturgia demonstra o respeito e o interesse que os seminaristas tinham pela visão de Dom Frei Henrique e sua abordagem à liturgia. Havia reuniões com atas lavradas⁴³⁷ e, sua finalidade

⁴³⁴ Programa organizado para o ano de 1955. “O programa deste ano foi assim organizado: alunos do 1º, 2º e 3º anos: declama poesias e trechos cuja apresentações deve preencher um mínimo de 5 minutos. A cargo do 4º ano dividido em grupos de três está a “mesa redonda” cujo tema deve versar sobre as seguintes matérias: História do Brasil e H. Universal, H. Natural, Português e Cosmografia. Os quintanistas exercitam-se em trabalhos de Narração que são examinados antes da apresentação e só são aprovados quando credenciados pelas qualidades fundamentais de vivacidade, colorido, originalmente na invenção e na exposição. Os sextanistas tem elaborado pequenas monografias sobre personagens das Sagradas Escrituras. Já foram estudadas com interesse e esmero as personalidades de Davi, Moisés, São João Batista, etc... As reuniões tem despertado vivo interesse e não tem sido raros os trabalhos que mereciam as honras de uma Antologia. Sob este ponto de vista queremos salientar a perfeição dos discursos de posse dos catedráticos de Eloquência, Poesia, Conto e H. Universal, os srs. Rinaldo Semprebom (6º ano), Jose Carvalho (6º), Antônio Baldini (4º), Luiz Baldini (6º). Fizeram jus ao título e ao critério dos juízes (alunos do 5º e 6ºanos)”. (NOSSA MESSE. *Crônica do Seminário*. Ano XIII, n.48, (jun.) 1955. p. 25).

⁴³⁵ NOSSA MESSE. *Os anjos e o Círculo litúrgico*. Ano XIII, n.48, (jun.) 1955. p. 26.

⁴³⁶ NOSSA MESSE. *Os anjos e o Círculo litúrgico*. Ano XIV, n.55, (mar.) 1957. p. 17.

⁴³⁷ “Ata da 35ª. reunião do Círculo Litúrgico dos Santos Anjos “Domine, dilexi decorem domus tuae”. No primeiro domingo de maio, dia 5, pouco faltando para às 4:30horas, os circunistas fomos à Catedral presidência do Sr. Bispo, D. Henrique. Embora muito breve, foi muito proveitosa essa reunião, pois o Sr. Bispo nos falou de reformas da liturgia, aplicando suas palavras à reforma da catedral. Assim reza a intenção de maio: - Que a restauração da liturgia, e da arte sacra contribua eficazmente para renovar a vida Cristã. A restauração da liturgia

primeira era infundir no coração dos seminaristas um maior amor a Deus, o zelo pela casa e pelas coisas de Deus, um espírito artístico bem formado, enfim, a finalidade era a formação litúrgica⁴³⁸. Este enfoque de Dom Frei Henrique na formação litúrgica não era apenas um exercício acadêmico, mas também um meio de cultivar a devoção e a compreensão mais profunda da fé. Para os seminaristas era a ocasião de aprender a servir o altar e a ter o bom gosto na liturgia e na arte sacra, duas paixões do arcebispo⁴³⁹. Essa ênfase na estética litúrgica e na arte sacra demonstra a compreensão de Dom Frei Henrique sobre a importância da beleza e da solenidade na prática religiosa. Quando se reunia com os assim chamados “circulistas”, Dom Frei Henrique sempre dizia: “Tudo ao redor o padre deve estar impregnado de liturgia. A Igreja, o lugar magno litúrgico, deve ser cuidada como tal pelo padre, pois é ele o guarda da liturgia”⁴⁴⁰. Essa visão de Dom Frei Henrique reforça a ideia de que a liturgia não é apenas um conjunto de rituais, mas uma expressão viva da fé que permeia todos os aspectos da vida de um sacerdote.

Havia também no Seminário o chamado “Clube Agrícola”, que tinha como patrono Santo Isidoro, onde o seminarista, depois de várias horas pesadas de estudo e aulas, ia lidar no trabalho agrícola. Esta inclusão do trabalho agrícola na formação dos seminaristas reflete a crença de Dom Frei Henrique no valor do trabalho manual e na conexão com a natureza como elementos enriquecedores da formação espiritual e humana. Em outra seção, era a preparação de “balainhos” para mudas; a cargo de outros estava a preparação das mudas para os

e da arte sacra não devem ser – muitos, infelizmente, pensam o contrário – não deve ser uma renovação radical e inútil de costumes e tradição de modalidades e estilos, de ritos e cerimônias. Não, de forma alguma a restauração e revolução contra as belas tradições ancestrais. Adaptar as tradições ao ambiente, estilos aos recursos, as cerimônias ao sentir dos povos. Quando a Igreja faz uma mudança, uma restauração, não a faz sem que antes tenha sido estudada, destrinchada, discutida. Longas reuniões, calorosos debates, estafantes estudos precedem uma reforma que vorá trazer mais benefícios ao povo elástico e impaciente de nossa era. Haja vista a reforma litúrgica da Semana Santa. Voltemos agora nossa tenção para a reforma da catedral. A tendência hodierna é dar ao povo o aconchego carinhoso do altar do Sacrifício Divino. Se até hoje o povo estava afastado do altar e, muitas vezes, impossibilitado de ver os movimentos do sacerdote, hoje procura-se levar o altar ao povo, trazer o povo ao altar. Isso se fará com a reforma da Catedral. Quem hoje entra na catedral, depara com o altar escondido lá no fundo, separado da mole solene do corpo do templo; e o enorme presbitério a separa-lo mais ainda da assistência devota. No projeto da reforma o altar ficará onde está agora a mesa eucarística. Os bancos laterais, aos quais era vedado o altar, estarão virados, olhando para as cerimônias. No largo espaço ocupado atualmente pelo presbítero e pelo altar, haverá bancos, voltados para o altar. Como não haverá baldaquim, o altar será visto por muito mais pessoas que presentemente. Será, portanto, mais o número de pessoas sentadas. Por sobre o altar e por sobre os bancos do fundo estará o coro, com uma encarna em que terá lugar relevante a imagem de madeira de Santa Ana. O crucifixo e a imagem de Santa Ana, ambas de madeira, serão as únicas a ornar o altar. Como já se aproximava a hora da missa vespertina, o Sr. Bispo deu por encerrar a reunião. Nós assistimos, nos bancos do presbítero, à missa celebrada por D. Henrique, dialogamo-la, rogando também as partes móveis. Em nossas orações pedimos a Deus que a reforma da Catedral seja em breve uma doce e feliz realidade. A Igreja Mãe da Diocese merece o carinho de todos. José Olivar Stoppa – Secretário. (NOSSA MESSE. *As reuniões do Círculo litúrgico*. Ano XIV, n.56, (jun.) 1957. p. 06).

⁴³⁸ Ib. p. 17.

⁴³⁹ Depoimento do Pe. José Carlos D’Angelo (16/05/1993).

⁴⁴⁰ NOSSA MESSE. *Círculo Litúrgico dos Santos Anjos*. Ano XIII, n.54, (dez.) 1956. p. 09.

“balainhos”. Este tipo de atividade, além de pedagógica, promovia um sentido de responsabilidade e cuidado com o meio ambiente. E ainda, em outra seção era o fabrico de cestas de todos os tipos para venda, dos balainhos para o transporte de mudas e também empalhamento de cadeiras e vassouras⁴⁴¹. Essas atividades manuais não eram apenas práticas, mas também ensinavam habilidades valiosas e promoviam a autoconfiança. Havia também a seção de suinocultura que fornecia muita carne, banha e linguiça para o próprio Seminário. Havia ainda a seção de viticultura, com mais de quinhentos pés de uva e a seção de sericicultura que é a de criação de bicho-da-seda⁴⁴². E tudo na mais perfeita ordem, imperando a lei da cooperação e da caridade. Assim ia-se aprendendo, além das matérias do curso, também a plantar mudas, fazer uma poda, preparar um vaso, fazer um enxerto, preparar adubo, combater erosão e outras coisas de gênero. Segundo os formadores, tudo isso era sumamente pedagógico⁴⁴³. O caráter pedagógico dessas atividades práticas demonstra um entendimento de que a formação de um sacerdote envolve muito mais do que o estudo teológico e a prática litúrgica; envolve também o desenvolvimento de habilidades práticas e a consciência ambiental.

Não se pode negar que o arcebispo, Dom Frei Henrique teve uma influência muito positiva e direta na formação integral dos futuros padres da Arquidiocese de Botucatu, seja nas áreas: intelectual, espiritual, artística, social, seja formados pelo espírito crítico e na convivência comunitária da maioria dos padres que passaram pelo Seminário de Botucatu durante os vinte anos de seu governo pastoral. Esta influência multifacetada sublinha o entendimento de Dom Frei Henrique de que um sacerdote deve ser uma pessoa bem-arredondada, capaz de atuar eficazmente em várias esferas da vida eclesial e social. Dom Frei Henrique sempre incentivou a amizade e o bom entendimento entre padres, como visto, já desde os tempos de Seminário. Este incentivo à camaradagem e ao entendimento mútuo entre os padres reflete a visão de Dom Frei Henrique de uma Igreja unida e colaborativa. Esta afirmação pode ser resumida nestas palavras do Pe. José Marins: “No contato com aquele homem de Deus, que sempre nos incentivou a vivermos uma vida comunitária, descobrimos sempre um ideal de sacerdote, que certamente nos haveria de incentivar pela vida em fora”⁴⁴⁴.

2.2. O Seminário pós Concílio Vaticano II

⁴⁴¹ NOSSA MESSE. *Círculo Litúrgico dos Santos Anjos*. Ano XII, n.50, (dez.) 1955. p. 11.

⁴⁴² *Ib.* p. 11.

⁴⁴³ NOSSA MESSE. *Os trabalhos do Clube Agrícola*. Ano XIV, n.56, (jun.) 1957. p. 15.

⁴⁴⁴ Depoimento do Pe. José Marins (SURSUM Corda. Op. cit. p. 110).

Na década do Concílio Vaticano II, a Arquidiocese tinha alguns padres estudando em Roma, lá tendo vivido todo o processo de reforma da Igreja europeia, no caso do Pe. Nivaldo, mais propriamente da França. Tanto é que o Pe. Arnaldo Beltrami acompanhou pessoalmente, junto com o Pe. Alberto Martins, os trabalhos do Concílio Vaticano II. Essa experiência direta com as discussões e reformas do Concílio foi fundamental para moldar a visão desses padres sobre a Igreja e seu papel no mundo contemporâneo. O Pe. Arnaldo exerceu a função de perito do Arcebispo, Dom Frei Henrique, na primeira sessão do Concílio, que tratou sobre a reforma litúrgica⁴⁴⁵. Sua participação como perito revela a importância que a Arquidiocese atribuía à renovação litúrgica e seu impacto na vida da Igreja. Já o Pe. Alberto, que chegou no início do Concílio, pôde acompanhar todos os movimentos, enquanto estudante de Teologia e, ao retornar ao Brasil no final do Concílio, tendo vivenciado todo o clima de mudanças gerado pelo mesmo, tendo tido contato com a Teologia europeia mais avançada, que questionava a sociedade e o papel do cristão nela, só poderia questionar mesmo os métodos de ação da Igreja do Brasil, mais particularmente, da Igreja Particular de Botucatu, utilizados para evangelizar uma sociedade marcada pelo subdesenvolvimento e pela política repressora de um regime militar arbitrário⁴⁴⁶.

Portanto, toda esta mentalidade nova dos padres da década de sessenta remonta ao período do seminário, quando havia acompanhamento dos movimentos reformistas no Brasil (havia seminaristas no Seminário Central do Ipiranga, em São Paulo) e na Europa (também na Itália e na França). Esta formação ampla e diversificada foi crucial para preparar esses padres para os desafios de um mundo em rápida transformação. Não foi algo que aconteceu da noite para o dia, houve no mínimo uns vinte anos de formação, convivendo com os modernos métodos de ação pastoral e compreensão da nova missão da Igreja no mundo.

Com a nova mentalidade destes padres, já na direção do Seminário Menor de Botucatu, foi implantado um tipo de formação, com vistas não só ao candidato, mas também ao cristão. Assim se expressou o Pe. Getúlio que na década de sessenta foi reitor do Seminário de Botucatu:

Eu via que os seminaristas precisavam de uma visão mais aberta do mundo de hoje. (...) eu não aceitava a situação como era. Coloquei os alunos para estudarem fora do Seminário(...) porque eu sabia que 95% iam sair do Seminário, iam ser cristãos. Eu queria que eles saíssem pelo menos como gente, como cristãos. E aqueles que tivessem realmente vocação que continuassem uma complementação da formação, da aprovação no

⁴⁴⁵ Ib. p. 178.

⁴⁴⁶ Ib. p. 179.

Seminário após as aulas que tinham tido fora do Seminário. E outra coisa também, eu queria que eles tivessem uma vida normal, lá convivendo com o mundo como é, não como uma ficção de mundo dentro do Seminário fechado. (...) ⁴⁴⁷.

Nesta reunião de quase cem sacerdotes, coube-lhe, entre outras reflexões, proposta, uma, talvez a mais importante: o problema da perseverança das vocações sacerdotais, sabendo-se que grande número dos seminaristas não chegava até ao sacerdócio. Esta preocupação com a perseverança das vocações demonstra uma consciência aguda sobre os desafios enfrentados pelos seminaristas em um contexto em mudança. A grande pergunta era: Por que acontece isto? Dentre as inúmeras causas levantadas, chegou-se à conclusão de que uma delas seria o próprio Seminário, com seu regime de internato, muito fechado, sem contato com o mundo real ⁴⁴⁸. A partir desta constatação, a equipe de formadores do Seminário Menor de Botucatu chegou à conclusão de que, o Seminário menor continuaria sendo necessário ainda por muitos anos, mas que precisaria ter a coragem de realizar uma renovação com uma nova proposta pedagógica, onde o seminarista pudesse ter uma visão mais aberta da realidade do mundo atual ⁴⁴⁹. Este reconhecimento da necessidade de uma reforma educacional sublinha a disposição da Arquidiocese em adaptar-se aos novos tempos e preparar melhor seus seminaristas para os desafios futuros. E assim aconteceu o início das mudanças.

Segundo o Pe. Getúlio, o Seminário de Botucatu foi o primeiro Seminário no Brasil que colocou os alunos para aulas fora do Seminário ⁴⁵⁰. Esta iniciativa pioneira de integrar o ensino externo na formação dos seminaristas ilustra um esforço inovador para proporcionar uma educação mais holística e conectada com o mundo exterior. Mas toda esta mudança não foi feita à revelia pelo reitor. Antes foi consultado o Arcebispo e todo o clero da Arquidiocese. Ficou decidido que aos seminaristas caberia estudar fora do Seminário, no Colégio La Salle, que ficava ao lado do Seminário e que depois, lhes seria dada uma complementação de toda a parte teórica bem como da parte religiosa ⁴⁵¹.

Embora sem a concordância de muitos padres com a nova proposta pedagógica e de renovação para o Seminário, tendo em vista a grande luta do Pe. Getúlio para manter aquele ritmo do Seminário é evidente que a resistência a mudanças muitas vezes se enraíza em uma

⁴⁴⁷ Entrevista com o Pe. Getúlio Siqueira Machado (16/02/2006).

⁴⁴⁸ SEMINÁRIO, sim ou não? *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de janeiro de 1965, ano XXV, n. 1181, p. 01.

⁴⁴⁹ *Ib.* p. 03.

⁴⁵⁰ *Ib.* p. 03.

⁴⁵¹ *Ib.* p. 03.

formação mais tradicional e uma hesitação em enfrentar novos paradigmas. O certo é que faltava para muitos padres o preparo e a abertura para aquela nova realidade da educação dos seminaristas. A maioria tinha sido formada num Seminário bem fechado e encontrava dificuldades de assimilar; por isso não acreditava que esta nova maneira de formar os futuros padres pudesse dar certo. Esta resistência destaca um desafio fundamental no processo de renovação de qualquer instituição educacional, especialmente aquelas com tradições profundamente enraizadas. Era o que pensava, por exemplo, o Pe. Ulysses Moreira de Araújo, que todos os domingos após os ofícios religiosos na sua paróquia, que era a Vila dos Lavradores, ia ao Seminário jantar com os padres. Ele assim se expressou: “Olhei para aquilo e disse assim: O seminário está muito aberto, será que as vocações vão vingar no meio do mundo aí, desse jeito? Eles saem e entram a hora que querem, etc... E comecei, portanto, a pôr dúvida”⁴⁵².

2.3. A ação pastoral dos Seminaristas

Dentro da renovação e da nova proposta pedagógica do Seminário menor de Botucatu, estava a questão da realização de trabalhos pastorais, por parte dos seminaristas, nos finais de semana. Esta abordagem mais prática e envolvente na formação dos seminaristas era crucial para prepará-los para uma atuação mais efetiva e conectada com as necessidades da comunidade. Este trabalho já era realizado, mas de forma muito discreta, nos bairros e só com instrução religiosa de crianças. Mas a partir de 1965 esse trabalho começou a se intensificar mais, num trabalho junto aos movimentos e pastorais nas paróquias⁴⁵³. Esta intensificação reflete uma compreensão de que o envolvimento ativo dos seminaristas em trabalhos pastorais é essencial para sua formação como futuros líderes religiosos. Referindo-se a este trabalho dos seminaristas, assim se expressa o Pe. Getúlio:

Aos domingos saíam por todas as paróquias da cidade, ajudar na liturgia, nos cantos, nas reuniões de jovens. Eles tinham uma abertura muito grande de missão da Igreja como devia ser. E nessa missão eu tentava colocá-los, para que depois eles pudessem, como padres ou como leigos, viver uma vida cristã autêntica⁴⁵⁴.

Na Arquidiocese o trabalho pastoral era realizado pelos Seminaristas maiores e era intensificado nas férias, dado que grande maioria deles estudava em São Paulo. Este aumento

⁴⁵² Entrevista com o Pe. Ulysses Moreira de Araújo (27/02/2006).

⁴⁵³ SEMINÁRIO estudos pedagógicos. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de maio de 1965, ano XXV, n. 1188, p. 03.

⁴⁵⁴ Entrevista com o Pe. Getúlio Siqueira Machado (16/02/2006).

do envolvimento dos seminaristas maiores em atividades pastorais durante as férias sugere uma estratégia eficaz para garantir que sua formação incluísse experiências práticas significativas. Cabia-lhes ajudar na realização de semanas bíblicas nas paróquias⁴⁵⁵, tríduos litúrgicos⁴⁵⁶, com orientações sobre as novas normas litúrgicas do Vaticano II, trabalho de evangelização na zona rural⁴⁵⁷ e tantos outros trabalhos pastorais.

Um outro trabalho pastoral realizado pelos seminaristas maiores da Arquidiocese de Botucatu, foi em Lençóis Paulista, chamado “Missão Vocacional dos Seminaristas maiores”. Esta iniciativa específica em Lençóis Paulista mostra como os seminaristas foram incentivados a aplicar sua formação em contextos variados, promovendo uma maior compreensão da diversidade de necessidades nas comunidades. Lá foi organizada uma Semana de conferências para a comunidade leiga sobre o pecado mortal, aborto, indissolubilidade do matrimônio, ensinamentos bíblicos, etc...⁴⁵⁸, conferências estas visando a categorias de pessoas: para crianças⁴⁵⁹, para adolescentes⁴⁶⁰, para moças⁴⁶¹, para moços⁴⁶², para senhoras⁴⁶³, para homens⁴⁶⁴. Esta abordagem segmentada das conferências ilustra uma estratégia pedagógica adaptada às necessidades específicas de diferentes grupos, garantindo

⁴⁵⁵ “De 04 a 11 de julho, frutuosa Semana Bíblica, realizada em Avaré, sob a orientação do Pe. Arnaldo Beltrami, dinâmico coadjutor da Paróquia Nossa Senhora das Dores, contando com a presença e com o trabalho eficiente de quatro seminaristas maiores e cinco menores da Arquidiocese de Botucatu”. (*Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª e 2ª quinzena de agosto de 1965, ano XXVI, n. 1193, p. 05).

⁴⁵⁶ “Por sua vez, Timburi recebeu três seminaristas maiores da Arquidiocese de Botucatu. Sob a orientação do vigário Pe. José Carvalho, realizaram um tríduo litúrgico de 07 a 11 de julho”. (*Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª e 2ª quinzena de agosto de 1965, ano XXVI, n. 1193, p. 05).

⁴⁵⁷ “Também em Bernardino de Campos, orientados pelo vigário Pe. Benedito de Campos, quatro seminaristas maiores e dois menores, pertencentes à Arquidiocese de Botucatu, levaram a termo um brilhante tríduo litúrgico, de 22 a 25 de julho”. (*Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª e 2ª quinzena de agosto de 1965, ano XXVI, n. 1193, p. 05).

⁴⁵⁸ “Em Pirajú, seminaristas da Arquidiocese de Botucatu, ligados à JAC, assistidos pelo vigário coadjutor., Pe. João Góes, efetuaram um trabalho rural no Bairro do Cágado, de 11 a 15 de julho”. (*Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª e 2ª quinzena de agosto de 1965, ano XXVI, n. 1193, p. 05).

⁴⁵⁹ Livro Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade – Lençóis Paulista (1958- ...). p. 97 verso. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁴⁶⁰ Oradores: João Domingos, Tito Cesaroli, Antônio Baldini e Pedro Beltrami. Assuntos: Catecismo em Geral, especialmente Santa missa, confissão e comunhão.

⁴⁶¹ Orador: José Maria Serni. Assuntos: O que deve ser a religião na idade da adolescência, A adolescência idade do amor, Problemas do jovem em relação ao amor, verdadeiro sentido da castidade.

⁴⁶² Oradores: Luiz Baldini e Alfredo Yamauti. Assuntos: As jovens cristãs diante do mundo de hoje, A jovem e o casamento, problema sobre o namoro, Noivado preparação mais séria, resolução das dificuldades referentes ao namoro e noivado.

⁴⁶³ Oradores: Ivo Doretto e Ivo Martinelli. Assuntos: Espiritismo, Namoro, Religião Igreja e Paróquia, Cristão autêntico, Educação sexual.

⁴⁶⁴ Oradores: José Eduardo Augusti e Lázaro Darcisio. Assuntos: Batismo graça e corpo místico, Como a mãe de família pode viver o cristianismo no lar e como pode se santificar, a mãe como educadora.

⁴⁶⁵ Orador: Benedito Pereira Santos. Assuntos: A Igreja somos nós, A família é a pátria em miniatura, O Batismo de Jesus e sua obrigação, A Bíblia e explicação de algumas passagens.

uma maior relevância e impacto do ensino. O grupo dos seminaristas⁴⁶⁵ contou com a colaboração de três padres: Pe. Luiz Oliveira Andrade, vigário ecônomo; Pe. Aparício Menezes, vigário cooperador e Pe. João Candido Coimbra, coadjutor de Pederneiras.

O trabalho pastoral dos seminaristas sempre foi levado muito a sério na Arquidiocese de Botucatu, não só pelo arcebispo, mas principalmente pelos padres formadores. Essa seriedade reflete a compreensão da Arquidiocese de que a formação pastoral é uma parte integral e indispensável do desenvolvimento de um sacerdote. Sobre o impulso do Concílio Vaticano II, há pouco terminado, e com uma nova visão da Igreja, aos padres formadores foi dado perceber a urgência e a importância de um trabalho pastoral mais presente na comunidade, junto ao povo de Deus, começando com as futuras regras pastorais. Essa nova visão pastoral, inspirada pelo Concílio Vaticano II, evidencia um movimento em direção a uma Igreja mais engajada e presente na vida diária das comunidades. Para os mesmos, urgia começar logo a tomar gosto pela pastoral e assim lhes fosse possível, a partir daquilo que já vivia o clero de Botucatu: uma grande fraternidade, união, espírito de colaboração e uma grande vontade de trabalhar pela pastoral da Arquidiocese refletindo um desejo de alinhar as práticas pastorais com os valores comunitários e colaborativos promovidos pelo Concílio. Também, com estes mesmos princípios, ir assumindo responsabilidades e se adaptando ao trabalho em equipe, para que a caminhada pós Conciliar da Arquidiocese pudesse responder sempre mais aos anseios do povo, crescendo sempre mais numa visão do social, de uma Igreja comprometida com os pobres e desafortunados, como afirma o Pe. Alberto Martins, “uma Igreja mais voltada para os pobres”⁴⁶⁶. E era para onde estava caminhando a Igreja particular de Botucatu, não fosse a grande crise que veio abalar as suas estruturas pastorais, levando-a a um grande retrocesso, nunca visto na história da Igreja de Botucatu.

2.4. A Escola Vocacional

A década de sessenta no Brasil foi marcada por uma forte crise política, em consequência disto, uma crise também econômica: desvalorização da moeda, alto custo de vida, instabilidade de preços⁴⁶⁷. Esta crise econômica e política criou um ambiente desafiador para instituições como o Seminário, que dependiam de recursos e estabilidade para operar

⁴⁶⁵ Seminaristas que participaram da Semana vocacional: José Maria Serni, Benedito Pereira dos Santos, Luiz Baldini, José Eduardo Augusti, Alfredo Luis Yamauti, Ivo Doreto, Ivo Martinelli, Lázaro Giraldi, Antônio C. Baldini, Tito Cerasoli, João Domingos, Pedro Beltrami.

⁴⁶⁶ Entrevista com o Pe. Alberto Martins (31/01/2006).

⁴⁶⁷ CAMPOS, Flavio de; MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da História*. São Paulo: Escala Educacional, 2005. p. 552-553.

eficazmente. Este desequilíbrio econômico nacional também afetou o Seminário de Botucatu, que já tinha dificuldades para sua sustentação material⁴⁶⁸. A maioria dos alunos do Seminário vinha de famílias modestas e de poucas posses, vivendo do salário mensal, e um salário bem magro⁴⁶⁹. Essa realidade econômica colocava em perspectiva os desafios enfrentados pelas famílias dos seminaristas e pela própria instituição para manter sua operação. Sem falar que também começava a minguar o número de vocações para o Seminário⁴⁷⁰.

Pensando nisso, Dom Frei Henrique resolveu partir para a instituição na Arquidiocese das “pequenas casas de formação”. A criação dessas pequenas casas de formação foi uma resposta inovadora às limitações econômicas e um esforço para adaptar a formação sacerdotal à nova realidade. O arcebispo achava que, pegando vocações mais tardias, mais maduras, daria muito mais resultado, sem tanto gasto. Esta abordagem sugere uma visão pragmática e adaptativa de Dom Frei Henrique, buscando eficiência e eficácia na formação sacerdotal. Talvez tivesse alguma razão neste sentido, afirma o Pe. Gusson⁴⁷¹.

A ideia foi concretizada. No dia 19 de março de 1966, foi inaugurada em Avaré, na Paróquia Nossa Senhora das Dores, a Escola Vocacional, que levou o nome de “Escola Vocacional Dom Frei Henrique” e que foi instalada no prédio onde funcionou anteriormente o Lar São Nicolau⁴⁷². A escolha desse local simboliza uma continuidade da missão espiritual e educacional da Igreja em novos moldes. O novo seminário era destinado às vocações adultas (tardias). Esta orientação para vocações mais maduras refletia um entendimento de que a maturidade pode trazer profundidade e experiência valiosa para o sacerdócio. A casa seria dirigida pelo Pe. Aristheu Benedito Cirilo, auxiliado pelo seminarista Tito Cerasoli⁴⁷³.

A escola “Dom Frei Henrique” começou com 19 alunos, alguns dos quais já com algum curso feito. A diversidade nos perfis dos alunos demonstra uma abertura para abraçar diferentes trajetórias de vida no caminho para o sacerdócio. O curso científico era feito no Instituto de Educação oficial de Avaré e havia a complementação das aulas em casa. Era obrigatório o trabalho fora ou em casa uma parte do dia, para a sua sustentação e assim, segundo Dom Frei Henrique, “sentirem em sua formação, de modo bem concreto, a realidade

⁴⁶⁸ Entrevista com o Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

⁴⁶⁹ NOSSA MESSE. *Nossas semanas do Seminário*. Ano XIII, n.52, (jun.) 1955. p. 23.

⁴⁷⁰ Entrevista com o Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

⁴⁷¹ *Ib.*

⁴⁷² Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Dores - Avaré. p. 56. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁴⁷³ Livro Tombo da Cúria n. 1503, p. 33. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

da vida, o que será de imensa valia para mais tarde, quando já sacerdotes”⁴⁷⁴. Essa exigência de trabalho pode ser vista como uma forma de preparar os seminaristas para os desafios práticos e as responsabilidades da vida sacerdotal.

Para o preparo das refeições da Escola Vocacional, foi providenciada a ajuda das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, do Externato São José, pelas quais foi prontamente a função assumida e, enquanto sobreviveu a casa vocacional, ali presentes sempre no serviço⁴⁷⁵. A participação das Irmãzinhas destaca a colaboração Inter congregacional na formação dos seminaristas.

Já no ano seguinte, o Pe. Aristheu, juntamente com os seminaristas da Casa Vocacional “Dom Frei Henrique”, assumiu um trabalho pastoral no Bairro Alto, na periferia de Avaré, tendo desenvolvido, segundo o pároco, mons. Celso, um excelente trabalho pastoral⁴⁷⁶. Essa experiência prática no campo pastoral proporcionava aos seminaristas uma visão direta dos desafios e necessidades das comunidades locais.

Referindo-se à Escola Vocacional “Dom Frei Henrique”, assim se expressou o Pe. Aristheu:

Vimos fazer uma experiência com o colegial, formando o Seminário vocacional em Avaré, e os padres aprovaram. Foi uma experiência de dois anos em que os alunos moravam no Seminário, estudavam na escola pública, faziam experiência de trabalho na parte da tarde. Isso trouxe, realmente, uma inquietação, porque era uma experiência nova para a época. Deu certo? Não deu? E o Seminário foi fechado porque havia necessidade de trazer aqui para Botucatu e consolidar mais o Seminário em nível diocesano. E depois, já estourou logo em seguida a questão de Dom Zioni⁴⁷⁷.

Foi o que realmente aconteceu. No final do ano de 1967 a Escola vocacional “Dom Frei Henrique” foi fechada por falta de novas vocações⁴⁷⁸. A falta de novas vocações pode ser interpretada como um reflexo das complexas dinâmicas sociais e eclesiais da época. O Pe. Getúlio foi um dos grandes entusiastas desta Escola Vocacional, pois achava que já era tempo de abrir um Seminário para a vocação de moços já maduros, com outra idade, outra formação indicando uma visão progressista e adaptativa no processo de formação sacerdotal. Mas por que não deu certo? Segundo o Pe. Getúlio, um pouco foi por falta de vocações, mas este não era o maior problema: o problema foi que “infelizmente o Pe. Aristheu era do tipo assim,

⁴⁷⁴ Ib. p. 33.

⁴⁷⁵ Ib. p. 33 verso.

⁴⁷⁶ Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Dores - Avaré. p. 58. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁴⁷⁷ Entrevista com o Pe. Aristheu Benedito Cirillo (13/03/2006).

⁴⁷⁸ Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Dores - Avaré. p. 58. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

instável, eu conversava muito com ele”, afirmou o Pe. Getúlio, “mas houve lá que ele não soube mais dirigir a situação e tivemos que fechar o Seminário”⁴⁷⁹, concluiu o Pe. Getúlio. Esta observação de Pe. Getúlio aponta para as dificuldades de gestão e liderança que podem surgir em qualquer instituição, especialmente em momentos de transição e mudança. Já para o Pe. Gusson, a questão da Casa vocacional foi o plano adotado ali: cada aluno com seu emprego para sustentar a casa, com as aulas nos institutos leigos da cidade, etc... Para o Pe. Gusson o plano adotado não foi um dos melhores, o resultado só poderia ser mesmo o que foi, porque:

Quando alguns desses alunos foram para São Paulo, se percebeu que a preparação que tiveram não correspondia, talvez a preparação humana, quem sabe, e a espiritual correspondesse, mas a preparação científica só ficou completamente abalada. E depois, com todo o esforço que o Aristheu podia desenvolver ali, ele praticamente era sozinho. Quem era o diretor espiritual desses seminaristas? Quem sabe o vigário, o velho Mons. Celso, que era um vigário extraordinário, mas estava fora desse ambiente de formação dos alunos. Se criou apenas essa casa de Avaré e ficou nisso, não se pensou mais em nada⁴⁸⁰.

Com a abertura, em 1966, dessa Casa Vocacional em Avaré, o Seminário de Botucatu desapareceu, quase que acabou. A transição para a Casa Vocacional e o consequente declínio do Seminário de Botucatu sinalizam as mudanças significativas na formação sacerdotal e os desafios que acompanham tais transformações. É por isso que o Pe. Gusson afirma que durante dois ou três anos ele continuou morando no Seminário, mas praticamente sozinho⁴⁸¹. A solidão do Pe. Gusson no Seminário, agora quase vazio, simboliza de certa forma o fim de uma era na formação sacerdotal em Botucatu. Nesse tempo já começava a se consolidar a crise das vocações e, consequentemente do Seminário. Era uma crise mundial que estava já atingindo o Seminário de Botucatu. Esta crise de vocações, parte de um fenômeno global, reflete mudanças mais amplas na sociedade e na Igreja. Nesse tempo o Seminário Menor ficou praticamente desativado, embora com alguns poucos seminaristas e servindo de residência para alguns padres, como era o caso do Pe. Gusson e servindo também como local de encontro de movimentos e associações⁴⁸².

Na verdade, o grande problema foi que a crise envolvendo, de um lado, o arcebispo (que optou por uma atitude apreensiva com relação às atividades pastorais desenvolvidas pelo clero na linha do que o Concílio Vaticano II propôs), de outro, o clero (com uma prática

⁴⁷⁹ Entrevista com o Pe. Getúlio Siqueira Machado (16/02/2006).

⁴⁸⁰ Entrevista com o Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

⁴⁸¹ *Ib.*

⁴⁸² DONATO, Hernani. *Achegas para a história de Botucatu*. Op. cit. p. 167-168.

pastoral caracterizada pela mentalidade de uma Igreja libertadora, uma Igreja fermento, profética, impulsionada pelo Vaticano II, cujo eixo dinamizador era a própria comunidade de fiéis) foi crescendo dia-a-dia. Este conflito entre a visão conservadora do arcebispo e a abordagem progressista do clero reflete um período de tensão e transição dentro da Igreja, marcado por diferentes interpretações do Concílio Vaticano II. Esta crise, em fins do ano de 1967, já bem agravada estava prestes a estourar, quando da nomeação de Dom Zioni para Botucatu. O clima já não estava bom na Arquidiocese. As dificuldades de relacionamento com Dom Frei Henrique, especialmente dos padres mais jovens, era cada vez mais difícil. Essas dificuldades de relacionamento ilustram as divergências geracionais e ideológicas dentro da Igreja, evidenciando os desafios enfrentados em períodos de mudança significativa. Tudo foi se somando para que a situação já não começasse a dar certo. Não há como não levar em conta a situação da saúde pessoal de Dom Frei Henrique: uma esclerose precoce, que mais tarde veio a se confirmar e que o levou à morte em 1974. A deterioração da saúde de Dom Frei Henrique pode ter sido um fator que complicou ainda mais a gestão da crise na Arquidiocese, influenciando as dinâmicas de poder e decisão.

3. A atuação das Pastorais e Movimentos sociais na arquidiocese de Botucatu na década de 60

Até os anos 50, a Igreja de Botucatu era predominantemente composta de Associações de Piedade⁴⁸³, Catolicismo Devocional⁴⁸⁴ e Ação Católica⁴⁸⁵. Essa composição reflete um período em que a prática religiosa estava intimamente ligada à devoção e às tradições. Com a

⁴⁸³ Legião de Maria, Sociedade São Vicente de Paulo, Irmandade do Santíssimo, Apostolado da Oração, Associação de São José, Pia União das filhas de Maria, Congregação Mariana, Cruzada Eucarística, Liga Católica, Ordens Terceiras.

⁴⁸⁴ A celebração do mês de maio como mês de Maria, a entronização do quadro do Coração de Jesus nas casas de família, a comunhão reparadora nas primeiras sextas-feiras de cada mês, devoção às almas, procissões, etc... (AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 9-11).

⁴⁸⁵ Organização de leigos criada na Itália, em 1922, pelo Papa Pio XI, que a definiu como “a participação do laicato católico no apostolado hierárquico, para difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social”. Tratava-se de um apostolado laical organizado, sob mandato da Hierarquia, fora e acima dos partidos, com finalidade religiosa de estabelecer o reino universal de Cristo. Procurava inocular nos fiéis leigos, particularmente da classe média, um sentido de presença dinâmica na sociedade, dentro do espírito de ordem e disciplina, e na dependência direta do episcopado. Estava a serviço da “nova ordem social”, a ser implantada em uma perspectiva de neo-cristandade. A Ação Católica foi oficialmente promulgada no Brasil em 09 de junho de 1935, já com seus estatutos revistos e aprovados pela Santa Sé. Adotou-se o modelo italiano, de cunho centralizador e autoritário, dividindo os leigos em quatro grupos, de acordo com a idade e o sexo: Homens da Ação Católica (HAC), para maiores de 30 anos e os casados de qualquer idade; liga feminina da Ação Católica (LFAC), para as maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade; Juventude Católica Brasileira (JCB), para moços de 14 a 30 anos; Juventude Feminina Católica (JFC), para moças de 14 a 30 anos. (MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. V.3. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 104-112).

celebração do cinquentenário da Diocese de Botucatu em 1958, Dom Frei Henrique propôs, que fosse iniciado nas paróquias de toda a diocese, uma verdadeira reforma da religiosidade católica, já tendo em vista a concretização da implantação da Ação Católica Especializada⁴⁸⁶. Esta proposta de reforma já antecipava o espírito do Concílio Vaticano II, demonstrando a visão progressista de Dom Frei Henrique.

Se torna muito claro que, ao lado de retiros, procissões, das Congregações Marianas, Legião de Maria, Cruzada Eucarística, Filhas de Maria, Apostolado da Oração e outros, notava-se também a presença, em maior escala, nos primeiros anos da década de 60, dos movimentos de renovação que, mais tarde se tornaram pastorais, tais como: a JAC, a JOC, a JUC, o Movimento Familiar Cristão, as comunidades de jovens, as equipes de liturgia, a catequese e outros. Esta evolução dos movimentos religiosos reflete uma Igreja em transição, adaptando-se às novas necessidades e contextos sociais. Tanto nas velhas associações como nos novos movimentos de renovação, especialmente a Ação Católica Especializada, havia progresso e bom funcionamento entre si. A harmonia entre as velhas e novas formas de expressão religiosa ilustra uma Igreja capaz de respeitar suas tradições enquanto abraça a renovação. Nas antigas associações havia consciência de Diocese, até do ponto de vista material, pois sempre havia por parte das mesmas, a preocupação de socorrer a Diocese⁴⁸⁷.

Dessa forma, a pastoral que começou a ser desenvolvida na Arquidiocese de Botucatu nos primeiros anos da década de 60, justapôs as atividades de uma Igreja da neo-cristandade, às de uma Igreja reformista em ritmo de modernização, marcando este período como um de adaptação e renovação significativas. Ficando assim caracterizado este período, como um período de transição, onde foi possível à adaptação das velhas associações a nova maneira de ser Igreja, uma Igreja Povo de Deus, que abrange todos os homens, de todos os tempos⁴⁸⁸. Essa transição para uma Igreja Povo de Deus reflete uma mudança fundamental na maneira como a Igreja se vê e se relaciona com seus fiéis. Uma Igreja onde o leigo pudesse receber tratamento de cristão consciente de sua cidadania na Igreja que é participar na missão

⁴⁸⁶ A partir de 1945, a Ação Católica no Brasil passou por uma reestruturação, “especializando-se”, ou seja, divide-se em setores específicos voltados para os meios sociais a serem evangelizados: o mundo rural, estudantil, independente, operário e universitário. Passou-se a chamar “Ação Católica Especializada” e seu objetivo era voltar-se para a realidade humana em todas as suas dimensões; aprendê-la; interpretá-la à luz da experiência pessoal e das análises elaboradas pelas ciências humanas; apreciá-la sob o prisma das exigências evangélicas do Reino; comprometer-se com sua transformação, por meio de iniciativas viáveis de cunho pessoal, grupal e coletivo. Para concretizá-lo seria indispensável uma aprimorada consciência crítica, obtida mediante uma formação séria com o emprego do método jocista do Ver, Julgar e Agir. (BARROS, Raimundo Caramuru de. *Para entender a Igreja no Brasil; a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 81).

⁴⁸⁷ Entrevista com Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

⁴⁸⁸ LG 13.

salvadora da Igreja, tornando-a presente e ativa nos lugares onde somente pelo leigo pode atuar como sal da terra⁴⁸⁹.

Ao encerrar-se o Concílio Vaticano II, em 1965, houve na Igreja uma grande renovação sendo um momento crucial na história da Igreja que permitiu uma redefinição do papel e da missão dos seus membros, tornando possível aprofundar a vida e a missão da Igreja, bem como também repensar a identidade e a missão de seus principais agentes de pastoral, os presbíteros⁴⁹⁰. Esta reflexão sobre a identidade e a missão dos presbíteros foi essencial para alinhar o clero com as novas diretrizes do Concílio. Essa renovação eclesial permitiu uma maior participação dos leigos na vida da Igreja, o que já vinha acontecendo na Arquidiocese de Botucatu, antes mesmo da realização do Concílio, com o apoio e incentivo do Arcebispo, Dom Frei Henrique que, já nas suas quatro primeiras cartas pastorais⁴⁹¹, demonstrava claramente a sua preocupação com a participação dos leigos nas atividades que a Diocese realizava.

A abordagem progressista de Dom Frei Henrique, promovendo a participação ativa dos leigos, foi um reflexo de sua visão de uma Igreja mais inclusiva e participativa. A Arquidiocese de Botucatu, do ponto de vista pastoral, estava bem à frente da maioria das dioceses do Brasil, não em termos de novidade, de renovação, mas no sentido de um trabalho sério e profundo junto ao Povo de Deus⁴⁹². Esta posição avançada da Arquidiocese reflete um compromisso com uma prática pastoral que vai além das formalidades e atinge profundamente a vida das pessoas. O clero, mesmo antes do Concílio Vaticano II, tinha uma grande preocupação com aquilo que hoje se chama de marginalizados e excluídos e toda a pastoral, na maioria das paróquias, procurava se encaminhar para um trabalho junto aos sem voz nem vez⁴⁹³.

Esta preocupação com os marginalizados e excluídos indica uma consciência social avançada por parte do clero de Botucatu, alinhada com os princípios mais amplos do Evangelho de serviço e inclusão. O clero de Botucatu, mesmo antes da realização do Concílio, tinha uma visão de pastoral de conjunto ampla e atualizada, e que, a partir da segunda metade da década de 60, acolheu prontamente e se enquadrou nas orientações definidas pelo Concílio Vaticano II e nas linhas de ação propostas pelo Plano de Pastoral de conjunto da CNBB. Essa

⁴⁸⁹ LG 33.

⁴⁹⁰ LG 28.

⁴⁹¹ Corações ao Alto (1941); Ação Católica no Sertão (1944); últimas palavras à diocese de Bonfim (1948) e Não nos iludamos e trabalhemos (1949).

⁴⁹² Entrevista com Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

⁴⁹³ Ib.

rápida adaptação às novas diretrizes mostra uma disposição do clero para o aprendizado e a mudança, essenciais em um período de grande transformação na Igreja. E isso não foi tão difícil para o clero mais jovem da Arquidiocese que, além de acolher tais orientações, se tornaram, em suas paróquias e comunidades, divulgadores do conteúdo dos documentos conciliares e dos documentos da Igreja do Brasil, por meio de cursos, palestras e encontros com os leigos em que, na maioria das vezes, eles próprios ministravam⁴⁹⁴.

A proatividade do clero mais jovem em disseminar os ensinamentos conciliares e da CNBB reflete um dinamismo e um compromisso com a educação e a formação contínua dos fiéis. O clero da Arquidiocese de Botucatu exercia uma verdadeira pastoral de conjunto, ampla, atualizada e de acordo com a nova missão cristã da Igreja pós-conciliar. Esta abordagem pastoral de conjunto demonstra uma visão holística e abrangente da missão da Igreja, focando em atender às necessidades espirituais e sociais de toda a comunidade. A Igreja de Botucatu passou a ser, no verdadeiro sentido da palavra, uma Igreja reformista em ritmo de modernização, como afirmou o Pe. Getúlio: “as paróquias, os padres, principalmente os mais novos, tinham uma visão muito boa de Igreja, de Concílio e de Pastoral”⁴⁹⁵. Esta visão positiva e renovada do clero mais jovem ilustra uma geração de sacerdotes preparada para liderar a Igreja em uma era de mudanças profundas. Um clero que, segundo Pe. Nivaldo, conseguiu assimilar rapidamente a nova visão da Igreja, através do Concílio. A rápida assimilação por parte do clero é um testemunho de sua abertura e adaptabilidade às diretrizes do Concílio Vaticano II. Um clero que desejava “uma Igreja mais presente no meio do povo, uma Igreja presente no mundo dos mais pobres, dos mais sofridos. Uma Igreja aberta para acolher”⁴⁹⁶.

Essa aspiração de uma Igreja mais presente e acolhedora revela um desejo profundo de conectar a Igreja com as realidades vividas pelas pessoas, especialmente as mais vulneráveis. O que ajudou muito a animar o clero e dar um grande impulso na estruturação Pastoral da Arquidiocese, antes mesmo da realização do Concílio, foi o Plano de Emergência, preparado na V Assembleia Geral Ordinária da CNBB, no Rio de Janeiro, em 1962, cujo objetivo veio ao encontro dos anseios do clero jovem de Botucatu: desencadear uma coordenação orgânica da atividade pastoral no Brasil⁴⁹⁷. Este momento representou uma virada significativa, trazendo uma nova perspectiva para a ação pastoral, algo que, a meu ver, refletia uma

⁴⁹⁴ PLANEJAMENTO de Pastoral para a Arquidiocese. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de dezembro de 1965, ano XXVI, n. 1.200, p. 02.

⁴⁹⁵ Entrevista com Pe. Getúlio Siqueira Machado (16/02/2006).

⁴⁹⁶ Entrevista com Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

⁴⁹⁷ CNBB. *Plano de emergência para a Igreja do Brasil*. Doc.76.

necessidade urgente de renovação dentro da própria Igreja. Foi um plano e uma proposta de pastoral para todo o Brasil, que tinha por objetivo orientar pastoralmente as atividades realizadas nas dioceses e paróquias. Este plano foi como um marco na história pastoral do Brasil, pois ele introduziu uma abordagem mais integrada e holística. Foi um plano que veio renovar a prática pastoral do clero na Arquidiocese de Botucatu, onde o clero encontrou grandes motivações, para que, depois do Concílio, pudessem colocar-se em prática a renovação proposta.

O que também ajudou a reforçar esse trabalho de renovação na Arquidiocese de Botucatu, foi o primeiro Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970)⁴⁹⁸, preparado nos últimos três meses da última sessão do Concílio Vaticano II e que tinha por objetivo ajustar à imagem da Igreja do Vaticano II a Igreja do Brasil, através de seis linhas de trabalho pastoral⁴⁹⁹, e que possibilitou o engajamento do clero da Arquidiocese, na linha de trabalho pastoral segundo seus carismas. Este aspecto é especialmente notável, pois destaca a capacidade adaptativa do clero, que soube responder às novas exigências de um contexto em transformação. Tem-se assim: o Pe. Nivaldo Pires Rosa coordenava a Pastoral Catequética⁵⁰⁰; o Cônego Antônio Almeida Soares, a Pastoral Operária⁵⁰¹; o Pe. José Eduardo Augusti, a Pastoral Universitária⁵⁰²; Dom Silvio Maria Dario, a Caritas Arquidiocesana⁵⁰³; Pe. Aristeu Benedito Cirillo, a Pastoral Familiar⁵⁰⁴; Pe. Clarêncio Gusson, o Curso de Teologia para leigos⁵⁰⁵ e assim por diante.

É importante lembrar que, dentro deste grande trabalho de renovação pastoral na Arquidiocese de Botucatu, as transformações não eram somente no âmbito religioso, mas também aconteciam grandes e significativas transformações nas esferas da América Latina e do Brasil, e com notável influência na ação pastoral do clero de Botucatu, especialmente na sede da Arquidiocese. Isso sugere uma interconexão profunda entre a esfera religiosa e os movimentos sociais e políticos mais amplos, uma relação que, em minha análise, é crucial para compreender o panorama da época. No Brasil se instaurava a ditadura militar (1964), que

⁴⁹⁸ CNBB. *Plano de pastoral de Conjunto (1966-1970)*. Doc. 77.

⁴⁹⁹ 1) Unidade visível no seio da Igreja Católica; 2) ação missionária; 3) ação catequética, aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica; 4) ação litúrgica; 5) ação ecumênica; 6) ação da Igreja no mundo. (CNBB. *Plano de pastoral de Conjunto (1966-1970)*. Doc. 77. p. 15-16).

⁵⁰⁰ Livro Tombo da Cúria n. 1503, p. 40. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁵⁰¹ Ib. p. 01.

⁵⁰² Ib. p. 19.

⁵⁰³ Ib. p. 36 verso.

⁵⁰⁴ Ib. p. 08.

⁵⁰⁵ ARQUIDIOCESE promove Curso de Teologia para Leigos. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 08 de maio de 1959, ano XX, n. 982, p. 04.

tinha por objetivo, garantir o desenvolvimento do capital e assim, desarticular os grupos chamados “de esquerda”, ligados a doutrinas socialistas ou comunistas, implantando assim a doutrina de segurança nacional⁵⁰⁶. Esse contexto político tumultuado, serviu como um catalisador para a ação pastoral, impulsionando o clero a adotar uma postura mais ativa e comprometida com questões sociais. Desta forma, enquanto o clero realizava seu trabalho pastoral junto ao povo de Deus, reivindicando uma sociedade mais justa e fraterna, para muitos padres, estudantes e trabalhadores, em números crescentes houveram prisões e até tortura. Esta situação ressalta a coragem e o compromisso dos membros do clero com seus ideais, apesar dos riscos envolvidos. É o caso do Pe. José Eduardo Augusti, de Botucatu, que trabalhava junto à JUC, que foi preso acusado de realizar propaganda subversiva nos programas de rádio que a emissora da cidade de Botucatu reservava à Igreja e em vários jornais⁵⁰⁷.

Essa terrível situação talvez tenha assustado, mas de forma nenhuma intimidou o clero jovem de Botucatu a continuar com seu dinamismo pastoral na implantação das novas orientações conciliares, cuja base era levar às comunidades a descoberta do verdadeiro sentido da Igreja: uma Igreja como povo de Deus. Isso demonstra uma resiliência notável e uma dedicação inabalável à missão da Igreja, mesmo diante de adversidades extremas. “Uma visão dinâmica da Igreja, de uma Igreja que está a caminho, de uma Igreja que não está pronta, que não está feita. De uma Igreja que se constrói. A visão da Igreja como uma Igreja servidora, uma Igreja serviço, uma Igreja da bacia, uma Igreja dos pobres, com as alegrias, as esperanças, as angustias, as tristezas do homem de hoje”⁵⁰⁸.

Assim, na Arquidiocese de Botucatu, todo o trabalho pastoral desenvolvido após o Concílio Vaticano II era realizado com muita harmonia, porque quase a totalidade das paróquias, tinha uniformidade, assumia a união necessária para cumprir conjuntamente o trabalho pastoral nas paróquias. Esta harmonia reflete a eficácia do plano pastoral e a coesão entre os membros do clero, algo essencial para o sucesso das iniciativas. Essa união era reforçada pelas reuniões semanais dos decanatos, onde, junto se procedia ao estudo dos documentos conciliares, a discussão de temas modernos, ao estudo das pastorais em questão nas paróquias, em organização e planejamento de ações paroquiais⁵⁰⁹.

⁵⁰⁶ PAES, Maria Helena. *A década de 60: Rebeldia, contestação e repressão política*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995, p. 46-60.

⁵⁰⁷ BRASIL nunca mais: um relato para a história. São Paulo: Vozes, 1985 p. 149.

⁵⁰⁸ Entrevista com Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

⁵⁰⁹ ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. Op. cit. p. 150.

Vejamos alguns movimentos de renovação e pastorais desenvolvidas na Arquidiocese de Botucatu influenciados pelo Concílio Vaticano II e a atuação do clero nos mesmos.

3.1. A Pastoral com Juventude Operária Católica e a Juventude Operária Católica Feminina

A gestação da JOC começou em 1906, na Bélgica e durante vários anos essa ideia, de um movimento católico de operários foi amadurecendo. Depois de muitas experiências junto aos trabalhadores, em 1925, finalmente a JOC foi oficializada na Bélgica, e posteriormente reconhecida pela Santa Sé, pela UNESCO e pela Organização Internacional do Trabalho⁵¹⁰. Este reconhecimento internacional não só legitima o movimento, mas também sublinha a sua importância no contexto global da luta operária.

Até meados dos anos trinta, a Igreja do Brasil, não se interessou, ou seja, não sentiu a necessidade de um movimento que se ocupasse de maneira específica com o operariado. Mas, na medida que avançava o processo de industrialização e urbanização do país, a própria Igreja acaba percebendo a necessidade da JOC. Esta mudança de atitude reflete uma crescente conscientização sobre as realidades sociais e econômicas enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros. Entre os anos de 1935 a 1938, as experiências referentes a JOC ficaram restritas aos estados brasileiros mais industrializados, tais como: Rio de Janeiro, São Paulo e Rio grande do Sul. Nesta época foi criado o Secretariado Nacional do movimento com a intenção de espalhar a JOC nas principais cidades brasileiras⁵¹¹.

A preocupação constante durante a fase de implantação da JOC no Brasil foi a preservação da mística e do método aplicados na Europa. Segundo Muraro “a mística referia-se à salvação dos jovens operários, não só num sentido social, mas também divino”⁵¹². Isso destaca um aspecto fundamental da JOC: a combinação de preocupações espirituais e sociais em sua missão. Durante a trajetória da JOC no Brasil, foi possível observar três fases marcantes, segundo afirma Muraro:

1ª) Fase de divulgação e recrutamento (1948- 1958). Período em que houve grandes esforços para tornar o movimento conhecido e presente no maior número possível de dioceses; 2ª) Fase "missionária" (1959-1964). A preocupação central da JOC passou a ser a valorização da vida operária. O movimento deixou os limites da paróquia envolvendo o bairro, a fábrica e a comunidade em geral, recebendo novo esquema de organização Conselho

⁵¹⁰ MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 08.

⁵¹¹ *Ib.* p. 09.

⁵¹² *Ib.* p. 09.

Nacional, Confederações Regionais, Federações Diocesanas, Secções Locais; 3º) Fase de ruptura com o Estado e desarticulação pela Igreja (1965-1970). Esse período foi marcado pela progressiva deterioração do relacionamento do jocismo com o Estado e com o clero⁵¹³.

Essas fases, a meu ver, demonstram a evolução do movimento em resposta às mudanças políticas e sociais do país. A partir do final da década de 50, a JOC foi amadurecendo e mudando seu foco, começando a refletir o novo período social em que o Brasil começava a viver. A sociedade se politizava e reformas de base eram exigidas em todos os níveis. A JOC passou então a se envolver com os problemas do momento, participando de toda a mobilização que objetivasse melhoria de vida para os trabalhadores. Não só a vida religiosa era preocupação da JOC agora, mas também a vida social, política e econômica. Essa expansão de foco pode ser considerada um reflexo da capacidade de resposta da JOC às necessidades emergentes da sociedade brasileira. Na mesma época também se organiza a chamada "esquerda católica", envolvendo os militantes mais radicais da JUC, da JOC e da JEC. Esse grupo foi responsável pela criação da AP, organização que atuaria numa linha de mobilização popular e pretendia mudanças sociais profundas⁵¹⁴. Isso indica um momento crucial no qual a Igreja e seus movimentos começaram a desempenhar um papel mais ativo e político na sociedade.

E foi dentro deste contexto que nasceu, na Arquidiocese e Botucatu, uma organização trabalhista, chamada Juventude Operária Católica, conhecida como JOC⁵¹⁵. A criação da JOC em Botucatu foi uma resposta direta às necessidades locais, refletindo a relevância do movimento em diferentes contextos brasileiros. Com o incentivo do arcebispo, Dom Frei Henrique, que sempre lutou com coragem e determinação na defesa dos humildes, dos pobres desamparados, das classes trabalhadoras, da gente sofredora, procurando sempre passar isso ao seu clero, sempre os exortando a estar do lado dos menos favorecidos⁵¹⁶ é que acontece, já em

⁵¹³ Ib. p. 09 e 10.

⁵¹⁴ Ib. p. 34.

⁵¹⁵ Fundado na Bélgica em 1924 pelo Pe. Joseph Cardijn (1882-1967) e destinava-se à evangelização dos jovens operários, adotando uma pedagogia original, de grande força transformadora. Seu mérito consistia em conhecer o meio-ambiente do jovem trabalhador, indo às causas dos problemas, estudar os fatos à luz da doutrina cristã e atuar eficazmente na transformação do meio. Era uma formação na ação, sendo posteriormente enfatizada a importância da revisão de vida. Seu objetivo estava em conciliar a pedagogia e a formação ativa dos militantes com a transformação do meio social em que vivem. Além de ser uma revolução em termos pedagógicos, o método cardijniano representava também uma inovação teológica. Chamava-se a atenção para a outra dimensão do Reino, isto é, sua presença atuante na realidade humana. Competia ao cristão, utilizando seu carisma profético, discernir e acolher esta presença, para participar conscientemente da construção do Reino no relacionamento de sua vida conjugal e familiar, de sua atividade profissional, de seus engajamentos sociais e políticos, de seus esforços de criação cultural. No Brasil, os primeiros grupos da JOC apareceram na metade da década de 1930, mas só no decorrer dos anos 40 é que se tornaram expressivos. (MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. p. 144-145).

⁵¹⁶ SURSUM CORDA. A vida de Dom Henrique. p. 155.

1963, na Arquidiocese de Botucatu o Encontro Sacerdotal de Pastoral Operária, com a participação de todos os vigários e coadjutores de paróquias e também da população operária, tanto rural como urbana. Este encontro foi um marco significativo, demonstrando a disposição da Igreja em Botucatu para se envolver ativamente nas questões sociais e trabalhistas. Este encontro realizou-se em São Manuel no dia 29 de abril, no Seminário dos Padres dos Padres da Consolata, para formar militantes operários para atuarem no meio operário. Na parte da manhã foi estudada a paróquia operária e a vida cristã, com debates e participação de todos, e à tarde houve o depoimento do presidente da JOC de São Paulo, mostrando como a JOC transforma a vida do trabalhador. Esta transformação é crucial, pois demonstra a capacidade da JOC de impactar de forma positiva a vida dos trabalhadores, indo além das expectativas tradicionais de um movimento religioso. Em seguida duas militantes jocistas mostraram como se realiza esta transformação⁵¹⁷.

A princípio, Dom Frei Henrique promoveu reuniões com algumas pessoas jovens e adultas sobre o movimento operário; este aos poucos, foi entendendo o que era a JOC. Esta gradual compreensão e aceitação da JOC por Dom Henrique ilustra uma abertura da Igreja para engajar-se com problemas sociais contemporâneos. Após várias reuniões de formação, inclusive com a participação do Arcebispo, foi fundada a JOC masculina, inicialmente dirigida pelo Sr. Nireu Antunes e, um tempo depois, a JOC feminina que foi dirigida por Ivone Barros, com a assistência espiritual de Mons. Silvio Maria Dario e, posteriormente o Pe. Claudino do Nascimento, Cônego Ulysses Moreira Araújo, Cônego Antônio Soares, Pe. Luiz Baldini e Pe. Francisco Aresi⁵¹⁸. A inclusão das mulheres na JOC é um reflexo do crescente reconhecimento da importância da participação feminina nos movimentos sociais e religiosos.

Como assistentes espirituais, o clero da Arquidiocese, especialmente o Cônego Soares, procurou realizar no mundo operário uma mudança qualitativa que, levava os operários a passar de uma atuação predominantemente assistencial para uma presença conscientizadora e fortalecedora das reivindicações sociais que relativas ao mundo operário. Essa mudança de enfoque é um exemplo claro da evolução do papel da Igreja na sociedade, de um papel passivo para um mais ativo e conscientizador. Tudo a partir de uma visão cristã que priorizava o ser humano⁵¹⁹.

⁵¹⁷ *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de abril de 1963, ano XXIV, n. 1141, p. 01.

⁵¹⁸ *Ib.* p. 156-157.

⁵¹⁹ Anotações do Cônego Antônio A. Soares. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Botucatu).

A JOC foi um movimento que cresceu muito em Botucatu, fazendo com que a cidade se tornasse um polo irradiador da JOC para outras cidades⁵²⁰. Este crescimento ilustra o dinamismo e a eficácia do movimento em se adaptar e atender às necessidades locais, algo que considero fundamental para seu sucesso. Houve a realização de muitos encontros em Botucatu, sempre tendo à frente o grande entusiasta pela JOC, o Cônego Antônio Almeida Soares⁵²¹, que não poupava esforços quando se tratava do bem dos operários, seja para a melhoria espiritual, moral, material e humana da classe operária. A dedicação de Soares reflete uma liderança inspiradora e comprometida, algo que acredito ter sido fundamental para a vitalidade do movimento na região. Conseguiu sempre reunir centenas de jovens (rapazes e moças) em cada encontro, e, muitas vezes, para semanas de estudo. Na VI Semana de Estudos Regional da JOC, que aconteceu no Seminário Arquidiocesano de Botucatu, com a presença de mais de 110 jovens, Dom Frei Henrique manifestou a sua alegria dizendo: “é uma honra para a Arquidiocese essa Semana”. Este sentimento de honra enfatiza o reconhecimento da importância destes encontros para a Arquidiocese e para a comunidade como um todo. Essa semana de Estudos foi dirigido pelo Pe. Dario Bevilacqua, coadjuvado pelo assistente Diocesano da JOC Cônego Antônio Almeida Soares⁵²².

No seu trabalho junto à Juventude Operária Católica Masculina (JOC) e à Juventude Operária Católica Feminina (JOCF), o Cônego Soares sempre dizia: “Igreja não é só rezar. Cristo quer que haja luta para saciar a fome de justiça do povo”⁵²³. Esta afirmação ressalta um aspecto essencial do cristianismo prático: a fé não se manifesta apenas em orações, mas também na ação social e na busca por justiça. Por isso estava sempre muito atento à grave situação dos operários: desemprego generalizado, atraso salarial em importante indústria de Botucatu. Ela havia mais de três meses, não pagava o salário de mais de trezentos operários.

⁵²⁰ SURSUM CORDA. A vida de Dom Henrique. p. 157.

⁵²¹ Nasceu em Piratininga/SP aos 10 de janeiro de 1929. Filho de João Dias Soares e Maria Rita de Almeida Soares. Ingressou no Seminário Diocesano de São José (Botucatu) em 01 de fevereiro de 1942. Ingressou no Seminário Central da Imaculada Conceição (São Paulo) em 14 de fevereiro de 1948. Recebeu a ordenação presbiteral na Catedral Sant’Ana de Botucatu em 08 de dezembro de 1954. Foi Vigário Cooperador de Pederneiras com provisão de 28 de janeiro de 1955, Reitor do Seminário Diocesano São José com provisão de 31 de janeiro de 1957 e Cura da Catedral Sant’Ana de Botucatu com provisão de 02 de fevereiro de 1958. Com a licença do Arcebispo passou a exercer seu ministério fora da Arquidiocese, militando na Juventude Operária Católica onde acabou se tornou dirigente da mesma. Deixou o ministério de casou em 10 de dezembro de 1972 com Anna Maria Martins, com quem teve dois filhos. Passaram a residir na Ponte Rasa/SP, onde em 1972 filiou-se ao Partido Comunista do Brasil e juntamente com sua companheira, foi viver no interior da Bahia desenvolvendo trabalho popular de apoio à guerrilha do Araguaia. Faleceu em São Paulo no dia 07 de novembro de 2003, com 73 anos de idade. (Anotações sobre o Cônego Antônio A. Soares. Arquivo da Cúria Metropolitana de Botucatu).

⁵²² Livro Tombo da Cúria n. 1503, p. 01. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁵²³ Textos datilografados sobre a JOC. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Botucatu).

Como consequência, levava os familiares (mais de mil e quinhentas pessoas) a uma situação difícil, não tendo às vezes o dinheiro necessário para colocar o alimento dentro de casa⁵²⁴.

Mas, não ficava só atento, o Cônego Soares agia. Vendo essa situação, resolveu tomar a peito uma campanha de esclarecimento e de organização de um fundo assistencial⁵²⁵ para, momentaneamente, aliviar a tensão econômica dessas famílias desesperadas. Esta iniciativa demonstra uma liderança comprometida e proativa, algo que acredito ser fundamental em contextos de crise social. Enviou inclusive um ofício ao governador do Estado, por meio do Secretário do Trabalho, expondo o problema e solicitando possível apoio e ajuda governamental⁵²⁶.

O Cônego Soares realizava também um trabalho muito bom com a Juventude Operária Católica Feminina, organizando, mesmo um Encontro Interdiocesano de Militantes, que aconteceu em Laranjal Paulista em 1965, onde foi possível às jovens trabalhadoras, operárias e domésticas, estudar a situação de suas colegas de trabalho quanto ao tempo livre e quanto às condições de trabalho e às consequências na vida das jovens trabalhadoras. Considera-se esta iniciativa particularmente importante, pois destaca a inclusão e a valorização das mulheres trabalhadoras dentro do movimento, um aspecto muitas vezes negligenciado em discussões sobre direitos trabalhistas. Neste encontro houve a participação de militantes jocistas de Lençóis Paulista, Botucatu, Laranjal Paulista e Sorocaba; dentro do encontro houve um dia de retiro, pregado pelo Cônego Aldo Vanucchi, assistente da JOC de Sorocaba, que falou sobre o valor dos atos de cada dia desde os mais simples, na transformação da vida nas jovens trabalhadoras⁵²⁷.

O trabalho do Cônego Soares junto à JOC e à JOCF chamou a atenção dos dirigentes estaduais do movimento, devido a sua atuação corajosa em favor dos operários, com uma acentuada linha de defesa dos direitos das classes operárias e de denúncia das pressões sofridas e reivindicações quanto à melhoria salarial, instituições de comissões de fábricas e outras⁵²⁸. Essa coragem e dedicação à causa operária, mesmo enfrentando riscos pessoais

⁵²⁴ A JOC em defesa dos Operários. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de abril de 1963, ano XXIV, n. 1140, p. 03.

⁵²⁵ Nos jornais e meios de comunicação era escrita e falada a seguinte frase: “Caso alguém quera angustiar-se com a situação e participar da organização aqui mencionada, dirija-se ao Cônego Antônio A. Soares”. (*Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de abril de 1963, ano XXIV, n. 1140, p. 03).

⁵²⁶ A JOC em defesa dos Operários. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de abril de 1963, ano XXIV, n. 1140, p. 03.

⁵²⁷ 3º ENCONTRO interdiocesano de militantes da JOC. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de fevereiro de 1965, ano XXV, n. 1183, p. 03.

⁵²⁸ WAUTHIER, Pedro. A expulsão do Padre Operário. *Serviço de documentação*. Petrópolis: Vozes, v. 01, n. 06, p. 816, (dez.) 1968.

significativos, são indicativos do seu compromisso genuíno com os princípios de justiça social. Essa sua atuação lhe custou aproximadamente três semanas de prisão, devido à sua participação na greve operária de Osasco⁵²⁹, em julho de 1968, quando conversava com alguns operários grevistas, no pátio do convento dos padres passionistas⁵³⁰. Este episódio destaca a natureza muitas vezes conflituosa, mas necessária, da luta por direitos trabalhistas e justiça social. Por isso a direção Estadual da JOCF o convidou para assumir a função de assistente da JOCF da Região Sul, abrangendo São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Esta nomeação é um testemunho do impacto e da influência de sua atuação, reconhecendo sua capacidade de liderança e compromisso com a causa. Dom Frei Henrique, prontamente o cedeu por três anos para o referido trabalho⁵³¹. Cônego Soares continuou seu trabalho, agora em nível de Região Sul, defendendo mais do que nunca os interesses dos operários e, ligado às bases procurava fazer surgir homens e grupos capazes de ver a sua situação atual assim podendo encontrar novos caminhos para a libertação integral do homem e da mulher operários. O Cônego Soares dizia que: “se até a nossa Igreja foi capaz de rever as suas posições quando da realização do Concílio Vaticano II, era preciso que as autoridades consultassem a sua consciência, refletissem, estudassem e considerassem em profundidade a necessidade do diálogo, pois, sem o mesmo a violência se tornava inevitável”⁵³². Esta declaração realça a importância da reflexão e da mudança, não apenas dentro da Igreja, mas em toda a sociedade, especialmente em tempos de conflitos sociais e trabalhistas.

Na Arquidiocese de Botucatu, o Cônego Soares foi substituído pelo Pe. Luiz Baldini que se tornou o assistente diocesano do movimento⁵³³. Procurou dar continuidade ao trabalho do Cônego Soares. A transição para o Pe. Baldini simboliza a capacidade da Igreja de manter a continuidade em seus esforços de justiça social, apesar das mudanças de liderança. Dentre as atividades que realizou, está a Semana Internacional da JOC, que era uma oportunidade para a JOC levar à juventude trabalhadora uma mensagem de fé e de união. Esta atividade enfatiza o papel vital da JOC em promover a união e a conscientização entre os jovens trabalhadores. Celebrou uma missa no Pátio do DER de Botucatu, com a participação ativa de

⁵²⁹ ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. *Padres Rebeldes? O caso de Botucatu*. Op. Cit, p. 53.

⁵³⁰ “(...) a polícia montou forte dispositivo policial na cidade. Prendeu outras dezenas de operários reunidos no sindicato e outros reunidos no pátio do convento dos padres passionistas. Aqui, apesar do padre responsável pela casa ter cedido o pátio do seminário para os operários expulsos do sindicato pela polícia, outro padre passionista, conforme depoimento dos operários, encarregou-se pessoalmente de chamar a polícia e mandou prender os operários ali foragidos, **inclusive o Pe. Soares** (o grifo é nosso), assistente da JOC da Arquidiocese de São Paulo, o qual conversava no momento com os grevistas”. (WAUTHIER, Pedro. Op. cit. p. 818).

⁵³¹ Livro Tombo da Cúria n. 1503, p. 01. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁵³² WAUTHIER, Pedro. Op. cit. p. 819-820.

⁵³³ Ib. p. 02

uma centena de jovens trabalhadores, tendo o Pe. Baldini falado sobre os direitos dos trabalhadores, cuja conquista deve ser feita sim, mas imbuídos de autêntico espírito cristão⁵³⁴.

O trabalho do Cônego Soares e depois do Pe. Baldini visava sempre aperfeiçoar nos militantes e dirigentes da JOC e da JOCF a vivência do Método Jocista: Ver, Julgar e Agir, e insistir sempre em que a ação do militante deve ser como fermento na massa, obedecendo programas anuais sugeridos pelo movimento: a) no campo espiritual, formando seus elementos num sentido mais profundo de Igreja como Comunidade: A Igreja- Família dos filhos de Deus, a Igreja- Comunidade de fé, a Igreja- Comunidade de oração, a Igreja- Comunidade de caridade, o sentido da Igreja, a JOC- missão da Igreja; b) e no campo social, que seria a ação concreta diante dos problemas levantados, ou seja, um despertar da juventude trabalhadora para os seus problemas atuais e suas possíveis soluções tais como: a falta de preparação para a vida, a falta de profissão, o desemprego, o salário sonogado, a deturpação do amor, a falta de preparação para o casamento: tudo isso levava os jovens trabalhadores a uma vida numa eterna insegurança⁵³⁵. Este aspecto reflete a necessidade crítica de abordar questões sociais de maneira holística, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os impactos mais amplos na vida das pessoas.

Todo ano era organizada através da JOC de Botucatu, a grande festa Operária do primeiro de maio, que era o dia dedicado à classe trabalhadora e também a São José Operário, como o é até hoje. Era um movimento idealizado e preparado pela JOC, para mostrar à cidade e ao Brasil que, unidos seria possível vencer as batalhas do bem e que imbuídos de um autêntico espírito cristão, lutar pela garantia de seus direitos: homens e não máquinas. A celebração desta festa simboliza a força e a resiliência da classe trabalhadora, bem como a sua capacidade de mobilização por direitos e dignidade. Muitas conquistas a juventude operária de Botucatu conseguiu através deste tipo de manifestação pública, sempre com o apoio irrestrito do Arcebispo e dos padres de Botucatu⁵³⁶. Este apoio da Igreja é um exemplo eloquente da sua dedicação à justiça social e ao bem-estar da comunidade.

Dentro deste trabalho junto aos operários e trabalhadores de Botucatu, nos padres responsáveis pelo movimento, como assistentes diocesanos, havia consciência da importância e do papel conscientizador da Igreja no meio do operariado e, por isso, sempre dando uma real importância à formação cristã das consciências, neste caso, da juventude operária. Esta

⁵³⁴ Ib. p. 06.

⁵³⁵ Textos datilografados sobre a JOC. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Botucatu).

⁵³⁶ *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1º de maio de 1959, ano XX, n. 981, p. 01.

consciência dos padres reflete um despertar essencial para o papel social da Igreja, algo que o Concílio Vaticano II veio a enfatizar fortemente. Aí foi possível a eles, a partir daquilo que o próprio Concílio Vaticano II pediu, contribuir para criar a verdadeira vivência de uma Igreja que é “Comunhão” de pessoas, vinculadas por uma solidariedade responsável e mantendo sua identidade no testemunho do Evangelho de Cristo⁵³⁷. Esta transformação em 'Comunhão' é um marco na história da Igreja, ilustrando uma evolução para um modelo mais inclusivo e participativo. Como cristãos conscientes, a juventude operária e trabalhadora, começou a pensar sua própria vida, envolvendo-se também com a vida de tantos outros operários e trabalhadores, muitas vezes pobres, excluídos e sem consciência de seus direitos e da sua dignidade como homem e como filho de Deus.

Foi grande a atuação e a participação do clero de Botucatu, não só da sede, mas de toda a Arquidiocese, neste importante trabalho junto à classe operária. Essa atuação demonstra uma verdadeira resposta ao chamado do Concílio para uma Igreja mais engajada e próxima aos desafios sociais. Como exemplos de verdadeiros profetas, aos poucos conseguindo mudar a figura do sacerdote no relacionamento com seus irmãos leigos: em lugar do padre autoritário e senhor de todas as verdades, o mesmo se tornou um companheiro de caminhada, oferecendo seu serviço de animação espiritual com humildade para a comunhão fraterna de todos. Este novo papel do sacerdote é um reflexo do entendimento renovado do ministério pastoral, orientado não só para a liderança, mas também para o companheirismo e a solidariedade. Os padres, especialmente o clero mais jovem, soube ser a presença concreta da Igreja junto aos operários, ajudando-os na própria organização e conscientização dos seus direitos e sua dignidade no trabalho.

Com o desenrolar dos primeiros sintomas da crise a partir da segunda metade da década de sessenta, este importante trabalho que, alicerçado num verdadeiro espírito cristão, enfatizava a consciência crítica da juventude trabalhadora e sua inserção na vida comunitária, começou a ser sufocado até que desapareceu por completo, deixando somente a lembrança de uma Igreja Particular que, em outros tempos tinha uma presença eficaz e concreta no meio do operariado, uma ação que ia desde o diálogo até a pressão cívica, evitando a violação das leis trabalhistas por parte de muitos patrões e conseguindo respeito dos direitos dos operários. Este declínio sinaliza as complexas dinâmicas políticas e sociais que a Igreja enfrenta ao se engajar em questões de justiça social. A lembrança desse período, contudo, permanece como um testemunho da capacidade da Igreja em influenciar positivamente a sociedade.

⁵³⁷ GS 32.

3.2. A Pastoral Estudantil e Universitária

Dentre os muitos movimentos de renovação que atuavam na Arquidiocese de Botucatu na década de sessenta, estava também presente a JEC e a JUC. Esta presença evidencia a diversidade e a riqueza dos movimentos de renovação dentro da Igreja, refletindo um engajamento crescente com questões sociais relevantes.

A JEC era um movimento de ação católica que atuava na política estudantil e procurava levar para o meio estudantil o valor do Evangelho⁵³⁸. Essa abordagem demonstra uma tentativa significativa de contextualizar os ensinamentos do Evangelho dentro da realidade dos jovens, tornando a fé algo vivo e dinâmico. Era formado por estudantes do hoje chamado ensino médio (que seria o segundo grau). Havia uma certa aproximação da JEC com os jucistas (militantes da JUC), já em virtude da sua composição majoritária de estudantes do curso colegial, em breve às portas das universidades, assim fazendo parte da JUC. Esta transição da JEC para a JUC ilustra um processo natural de crescimento e amadurecimento espiritual e social dos jovens.

A JEC tinha uma grande facilidade de penetração nas escolas públicas. A JUC de Botucatu, foi fruto do trabalho realizado pelos jecistas nas escolas públicas da cidade. Já nas escolas católicas, ao contrário, sofria restrições e também resistências por parte da direção que regia as escolas católicas, na cidade de Botucatu o Colégio La Salle e o Colégio Santa Marcelina. E essa resistência sempre motivada pelo marcante espírito crítico dos estudantes do movimento em relação ao rígido regime interno das escolas⁵³⁹. Por mais que os jecistas tentassem realizar um trabalho junto as escolas católicas de Botucatu, nunca conseguiram.

Quando foi implantado do regime militar no país a partir de 1964, a JEC foi se enfraquecendo até a sua extinção, uma vez que, a repressão por parte do governo militar às manifestações promovidas pelos estudantes, foi se tornando cada vez mais forte e violenta, diminuindo assim a força de mobilização dos alunos. Este declínio nos mostra as dificuldades enfrentadas pelos movimentos estudantis em contextos de repressão política e evidencia o impacto da política nacional sobre as iniciativas locais. Para solidificar esta situação, o governo substituiu tais organizações estudantis pela inclusão, nas grades curriculares das escolas, da disciplina Educação Moral e Cívica e pela instituição dos centros cívicos

⁵³⁸ MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História*. Op. cit. p. 141.

⁵³⁹ Livro Tombo da Cúria n. 1503, p. 19. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

escolares. Esta substituição representa uma tentativa de controlar e direcionar o pensamento e a atuação dos jovens, contrastando com a liberdade e o espírito crítico promovidos pelos movimentos como a JEC. Uma vez extinta a JEC extinta, os estudantes secundaristas se integraram à JUC, que ainda estava sobrevivendo com grande dificuldade por causa da perseguição e repressão do regime militar instalado no país, mas que logo também deixaria de existir, por não resistir à forte pressão da ditadura militar que a taxava de subversiva e comunista⁵⁴⁰.

Em Botucatu, a atuação da JUC⁵⁴¹ foi mais expressiva e tinha como assistente espiritual o Pe. José Eduardo Augusti, que havia sido ordenado sacerdote em 1962, passando, a partir daí, a ter uma atuação muito dinâmica na cidade de Botucatu, onde trabalhava. A atuação dinâmica do Pe. Augusti reflete uma nova era de padres mais engajados e alinhados com as questões contemporâneas dos jovens. Ele era jovem, dinâmico, entusiasta de sua fé e convicto de seu ideal de luta pelo povo, gozava de grande influência entre os estudantes, uma vez que o mesmo havia introduzido o costume de se tocar violão e adaptar músicas da bossa nova e rock'n roll nas missas. Esta inovação era uma maneira eficaz de atrair os jovens para a Igreja, mostrando que a fé pode ser expressa de maneiras diversas e contemporâneas. Atitude que muito desagradava e irritava o arcebispo, Dom Frei Henrique. Pe. Augusti procurava colocar em suas celebrações os ensinamentos da Igreja na forma de cenas teatrais, uma

⁵⁴⁰ MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História*. Op. cit. p. 141.

⁵⁴¹ Sua proposta: procurar um modo cristão de fazer história (a cultura como práxis) e de encarnar aí a mensagem, que é Cristo. Procurar também uma maneira de fazer com que os construtores do mundo (a cultura como produto) encontrem (em outra ordem) um Cristo que vive e age na história. Em linguagem religiosa, diz-se que esse “humanizar o mundo”, fazê-lo para o homem, é “consagrá-lo”, ou seja, afirmar nele a presença atuante do Cristo. O “lugar militante” do jucista são “os sinais dos tempos”, para usar a linguagem da constituição conciliar *Gaudium et Spes*, do Vaticano II. Por seu método de trabalho, a JUC se orienta para a ação e para a transformação das pessoas com quem entra em contato. Seu objetivo é pragmático; o movimento não tem como objetivo próprio a produção de um pensamento sistemático ou científico. Mas a partir do seu método, de ação-reflexão, a experiência do movimento pode alimentar uma consciência de um “modo de ser cristão”, que pode ser capitalizada como uma memória. É esta memória que, por sua vez, pode se apresentar como objeto para uma teologia pastoral, se é percebida como consciência coletiva, ou teologia espiritual, se é olhada como conjunto de itinerários de indivíduos. Identificados com o meio estudantil, os jucistas têm como primeiro espaço de ação a universidade, a qual, por natureza, tem como principal tarefa a reflexão e o trabalho sobre a cultura, tanto nas suas dimensões científica e técnica, quanto filosófica e política. O lugar da JUC pode assim ser considerado um espaço de fronteira, que se situa no ponto de contato da “periferia da Igreja” com “seu exterior”, do cristianismo com a cultura, da fé com o ateísmo. Sua ambição é fazer passar a experiência de Jesus Cristo além dessa fronteira, pela colaboração entre as pessoas. Não se trata somente de “conseguir colaborar num agir correto”. Trata-se também de, na medida do possível, encontrar-se com os outros na busca de um sentido para o mundo e para a história em construção e de, por essa, tornar possível a proposta de uma mensagem de transcendência. (JUVENTUDE Universitária Católica. Disponível em: <http://www.itf.org.br/index.php?pg=conteudo&revistaid=6&fasciculoid=53&sumarioid=648>. Acesso em: 22 fevereiro 2022.

inovação para a época⁵⁴². Tudo isso fez com que Pe. Augusti cativasse a juventude e assim se infiltrasse no meio estudantil e universitário.

O Pe. Augusti procurou viver o verdadeiro espírito da JUC⁵⁴³ no meio universitário, onde utilizava o método do “ver-julgar-agir”., assim levando a juventude universitária da cidade, especialmente da Faculdade de Medicina de Botucatu⁵⁴⁴ a terem uma consciência crítica em relação a situação em que o Brasil vivia (regime militar), exercendo assim um papel profético naquele meio em que atuava e, dando assim um testemunho de fé, sem medo de perseguições e ameaças, acreditando na força do povo em construir um outro amanhã, bem diferente, onde impere a liberdade e sem exclusão de pessoas, onde todos tenham voz e vez⁵⁴⁵. Este papel profético do Pe. Augusti traduz a importância da Igreja em participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O envolvimento do Pe. Augusti com a JUC de Botucatu era tão grande que, ele se preocupava inclusive com a problemática da moradia para os universitários. Essa preocupação demonstra um compromisso genuíno com o bem-estar dos estudantes, indo além das responsabilidades religiosas tradicionais. Na época, Botucatu não tinha uma infraestrutura adequada para receber tantos estudantes. Não havia hotéis nem pensões suficientes para acomodação tamanha e repentina onda de estudantes. Assim, aconteceu a abertura das casas de famílias, conforme suas capacidades, para hospedar os estudantes⁵⁴⁶. O Pe. Augusti tinha uma casa em Botucatu, que era de propriedade de seus pais. Ele não só abriu a referida casa para servir de hospedagem para os universitários, mas foi morar no meio deles⁵⁴⁷, vivendo as alegrias e as angústias da juventude universitária e, com eles, lutava por melhores condições de ensino, na época, por causa do regime militar, muito precárias⁵⁴⁸. Esta ação ilustra uma solidariedade e uma conexão autênticas com as lutas e desafios enfrentados pelos estudantes.

⁵⁴² Depoimento de Thereza Augusti, irmã do Pe. Augusti, a um jornal da cidade de Botucatu. Recorte encontrado nos arquivos da Cúria Metropolitana de Botucatu sem nome, data e número.

⁵⁴³ A JUC deixou de existir logo depois a implantação do Regime militar no Brasil. Na Arquidiocese de Botucatu ela passou então a ser designada de “Pastoral Universitária”.

⁵⁴⁴ A Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu foi criada pelo governador do Estado de São Paulo, Carlos Alberto de Carvalho Pinto em 04 de agosto de 1961, tornado Botucatu um centro de Ciências Médicas e Biológicas: Medicina, Veterinária, Odontologia, Biomédicas e Enfermagem. Foi instalada em 22 abril de 1963, com 82 alunos: 60 de medicina e 22 de veterinária. (DONATO, Hernani. *Achegas para a história de Botucatu*. p. 177-178).

⁵⁴⁵ A JUVENTUDE Universitária Católica. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de janeiro de 1966, ano XXVI, n. 1201, p. 03.

⁵⁴⁶ DONATO, Hernani. *Achegas para a história de Botucatu*. Op. Cit. p. 178.

⁵⁴⁷ Entrevista com Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

⁵⁴⁸ DONATO, Hernani. Op. cit. p. 179.

Esta sua luta pela classe universitária custou ao Pe. Augusti mais de um ano de prisão no DOPS, em São Paulo, e muita tortura, acusado de subversivo e de ter aberto e colocado a disposição o seminário para acolher e alojar os estudantes, quando chegaram as tropas policiais da ocupação e desmanche do acampamento. Esta prisão destaca os riscos enfrentados pelos que se posicionam ativamente contra regimes opressivos e a favor dos direitos humanos. Ainda foi acusado de realizar propagandas subversivas em várias edições do jornal “Manifesto”⁵⁴⁹, bem como em programas de rádio que a emissora local oferecia à Igreja.

Segundo o Pe. Clarêncio Gusson, que na época trabalhava no Seminário de Botucatu, o Pe. Augusti não tinha muita prudência nas coisas em que se envolvia, especialmente com relação aos estudantes universitários. “É claro que entre os estudantes havia também grupinho de marxistas, como existe até hoje. O Pe. Augusti se deixou envolver muito por este grupo”, conclui Pe. Gusson⁵⁵⁰.

A JUC de Botucatu estava também comprometida com os menos favorecidos da sociedade. Esta preocupação com os menos favorecidos é um aspecto fundamental da missão da Igreja, demonstrando uma atenção especial aos marginalizados e vulneráveis da sociedade. Assim, juntamente com a juventude universitária e secundária de Botucatu, o Pe. Augusti realizou um grande trabalho na área social, junto à periferia da cidade, como por exemplo, a “operação casão”, que procurou solucionar o problema surgido com a falta de recursos de certas famílias e pessoas sem família, nem teto onde se abrigar, refugiando-se neste casão abandonado. Este esforço para melhorar as condições de vida das pessoas na periferia ressalta a capacidade da Igreja de impactar positivamente a vida comunitária, além dos limites da esfera espiritual. O resultado foi a construção de cinco casas na Vila São Luiz, com a colaboração da sociedade botucatuense através do intenso trabalho do Pe. Augusti e dos universitários e secundaristas e que foram abençoadas no começo do ano de 1968 pelo bispo auxiliar de Botucatu, Dom Silvio Maria Dario⁵⁵¹. Esta colaboração exemplifica a força da comunidade quando unida por uma causa nobre, demonstrando como esforços coletivos podem gerar mudanças concretas e positivas.

Outra iniciativa da JUC de Botucatu, já denominada Pastoral Universitária, liderada pelo Pe. Augusti foi a Semana do Desenvolvimento, que aconteceu em setembro de 1967, no auditório do Colégio Santa Marcelina, onde foi aprofundada a encíclica do Papa Paulo VI,

⁵⁴⁹ Jornal do Centro Acadêmico Pirajá da Silva, entidade universitária que defendia a classe universitária.

⁵⁵⁰ Entrevista com Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

⁵⁵¹ Livro Tombo da Cúria n. 1503, p. 46. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

“*Populorum Progressio*”⁵⁵². Esta iniciativa reflete a relevância de integrar ensinamentos sociais da Igreja com a educação e conscientização dos jovens, enriquecendo sua formação acadêmica e espiritual. A abertura da semana esteve a cargo do Frei Francisco de Araújo OP, que fez uma conferência com o tema “Desenvolvimento e Paz”, com a participação fazendo conferências, do Dr. Welton Gasparini (Prefeito de Ribeirão Preto, eleito com 26 anos), o Dr. Luiz Arrobas Martins (Secretário da Fazenda de São Paulo) e o pastor Metodista João Parahyba D. da Silva⁵⁵³. Esta diversidade de palestrantes ilustra um esforço louvável de promover um diálogo interdisciplinar e ecumênico. Com a saída dos padres da Arquidiocese de Botucatu, na crise de 1968, entre eles o Pe. Augusti, esta importante iniciativa nunca mais foi realizada. Essa interrupção destaca a vulnerabilidade de projetos progressistas em tempos de mudanças políticas e sociais turbulentas.

Também existia em Botucatu, uma outra faculdade, não pública, mas particular que se chamava “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Botucatu”. Quem atuava como professor e trabalhava com a JUC desta faculdade era o Pe. Clarêncio Gusson, mas também tinha contato com alguns moços da medicina. Segundo o Pe. Gusson, era realizado uma vez por mês um encontro para os universitários, “muitos estudantes deixavam de ir para São Paulo visitar a família, a namorada, e às vezes os pais vinham pra Botucatu para participar dos encontros. Eram encontros muito bons, muito interessantes”, afirma o Pe. Gusson⁵⁵⁴.

A JUC de Botucatu era assídua nos encontros regionais realizados no Estado de São Paulo, como por exemplo, o que aconteceu em Agudos, com a reunião de mais de cem universitários, entre rapazes e moças, durante dez dias dos problemas do meio universitário, como também, a problemática do sistema político, social e econômico do Brasil. Estes encontros eram essenciais para promover o pensamento crítico e a conscientização política entre os jovens, preparando-os para serem cidadãos ativos e informados. Dentre os temas abordados no encontro é possível citar alguns: “A espiritualidade do militante leigo”, que abordou a vocação e a santificação do universitário no mundo, seu engajamento no coração das realidades temporais e o caráter encarnado do cristianismo na história e no tempo. Este tema reflete uma compreensão profunda do papel dos leigos na Igreja e na sociedade, reconhecendo seu potencial para influenciar positivamente o mundo. Um outro tema, “Realidades Brasileiras”, que abordou a realidade econômica, educacional e familiar, a

⁵⁵² Trata sobre o desenvolvimento integral do ser humano e convoca as nações desenvolvidas a atentarem para os novos povos emergentes, definindo a paz com o novo nome de desenvolvimento dos povos. (Paulo VI. *Populorum Progressio*. Carta Encíclica, 1967. (Documentos da Igreja n. 3). São Paulo: Paulus, 1997).

⁵⁵³ Livro Tombo da Cúria n. 1503, p. 42. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁵⁵⁴ Entrevista com Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

reforma agrária e a reforma universitária, pois seria a missão do universitário conhecer a realidade do Brasil e o delinear de uma reformulação para as estruturas desordenadas que aquela realidade apresentava. Esta abordagem ressalta a importância de educar os jovens não apenas em suas áreas de estudo, mas também sobre as realidades sociais e políticas do país, incentivando-os a serem agentes de mudança. Entre outros temas mais próprios do movimento, cite-se por exemplo “A Ação Missionária da JUC”, que frisou a importância do militante de não só velar a sua fé, mas marcar com a cruz de Cristo todas as realidades terrestres⁵⁵⁵. Este tema destaca uma dimensão essencial do cristianismo ativo: a ideia de que a fé não deve ser confinada aos espaços sagrados, mas deve influenciar todos os aspectos da vida. Um outro encontro aconteceu em Bauru, onde durante dois dias a JUC, inclusive alguns membros de Botucatu, estudou os temas: “Consciência Histórica e Cristianismo” e “Engajamento Profissional”. Estudos estes seguidos de círculos de estudos e debates⁵⁵⁶. Estes encontros evidenciam a relevância de combinar a formação espiritual com a consciência social e profissional, preparando os jovens para um engajamento mais amplo na sociedade.

Com a saída dos padres depois da grande crise de 68, a assim chamada Pastoral Universitária, que sempre teve como preocupação, não só espiritual, mas também social e política comprometida com as camadas mais pobres e sofrida da população na luta pela libertação, foi extinta e, mediante a posse e grande incentivo do novo Arcebispo, Dom Zioni, a Pastoral Universitária deu lugar ao movimento chamado TLC (Treinamento de Liderança Cristã) que, sem ter uma preocupação social e política, apelava, como faz até hoje, para o afetivo-emocional e se voltava principalmente para os adolescentes e jovens das classes média e alta da população, não tendo um verdadeiro e evangélico comprometimento com a população pobre e sofrida. Esta mudança sugere uma reorientação significativa das prioridades da Igreja local, possivelmente refletindo as tensões e desafios de se adaptar a um contexto social e político em rápida transformação.

3.3. A Pastoral Arquidiocesana e os Trabalhadores Rurais

O período que corresponde dos anos de 1950 a 1961 é considerado o mais importante na elaboração de uma ideologia de mudança social, e também um período importante e decisivo para a tomada de consciência da Igreja do Brasil no que se refere as estruturas sociais

⁵⁵⁵ VI ENCONTRO Regional da JUC. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de fevereiro de 1962, ano XXIII, n. 1113, p. 01.

⁵⁵⁶ ENCONTRO da JUC em Bauru. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de fevereiro de 1962, ano XXIII, n. 1114, p. 01.

e de injustiça para com o homem rural. Esta fase marca um ponto crucial na história da Igreja no Brasil, evidenciando uma evolução em seu papel e abordagem perante questões sociais urgentes. O ponto de partida, considerado como o marco histórico deflagrador do movimento ruralista foi o curso intensivo ministrado na Universidade Rural do Rio de Janeiro, em que quarenta sacerdotes de todo o Brasil reuniu-se em julho de 1949 afim de estudar os problemas rurais. Essa reunião demonstra o início de um despertar coletivo da Igreja para as realidades do homem rural, que até então haviam sido largamente negligenciadas. Mas a tomada de consciência e de mudança da Igreja no Brasil e da sua posição em relação ao social, particularmente no que se refere ao homem do campo deve-se em parte a uma declaração (documento), assinado por Dom Inocêncio Engelk, OFM, Bispo de Campanha, Minas Gerais, em 1950, que foi o primeiro documento oficial da Igreja em que se trata a questão rural e agrária, onde ele descreve a situação dos trabalhadores rurais nos seguintes termos: “... Merecem o nome de casas, os casebres onde moram? É alimento, a comida de que dispõem? Pode-se chamar de roupa, os trapos com que se vestem? Pode-se chamar de vida, a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, ideias?”⁵⁵⁷. Isto foi um grito de despertar para a Igreja e para a sociedade, mostrando a necessidade urgente de enfrentar a pobreza e a desigualdade no campo.

Ao que parece, tal tipo de questionamento não deixava de ser uma indicação que acenava para uma considerável mudança do tradicional discurso da Igreja, que enfatizava a sua tarefa exclusivamente a questões religiosa e moral do homem, bem como a salvação da sua alma. Essa mudança de discurso reflete um reconhecimento de que a missão da Igreja também engloba questões de justiça social e bem-estar humano. Segundo Bruneau:

Junto com a consciência da injustiça veio a compreensão de que o homem é composto de corpo e alma e que, portanto, a Igreja deve se interessar pela ordem temporal. Mediante o processo de confrontação entre a realidade miserável em que vivem milhões de seres humanos, e alguns elementos da doutrina social católica, surgiu a consciência de que a Igreja tinha alguma coisa a dizer a respeito da sociedade e de uma transformação. E, o que é mais importante, de que deveria agir também⁵⁵⁸.

Diante da declaração de Dom Inocêncio, onde o mesmo afirma que “já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos o erro de perder, também, o operariado rural”⁵⁵⁹, sublinha a urgência sentida pela Igreja em se conectar com as realidades vividas por todas as camadas da sociedade, incluindo os trabalhadores rurais. A Igreja, vendo que tais mudanças

⁵⁵⁷ ENGELKE, Inocêncio. *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*. In: CNBB. Pastoral da Terra. 2. Ed. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 44.

⁵⁵⁸ BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974, p. 150.

⁵⁵⁹ ENGELKE, Inocêncio. Op. cit. p. 44.

políticas e sociais eram inevitáveis, começa a se abrir ao social, inclusive já falando sobre reforma agrária, pois, como afirma Dom Inocêncio: “sem nós ou contra nós a reforma rural se fará”⁵⁶⁰. Esta abertura para a reforma agrária marca um avanço significativo na postura da Igreja, alinhando-se com as necessidades emergentes da sociedade.

O documento de Dom Inocêncio, chamou a atenção do episcopado brasileiro que se mobilizou e se manifestou em 1952, que por meio de uma Carta Pastoral Coletiva intitulada de “A Igreja ante os problemas sociais atuais” apela aos trabalhadores rurais a não trocarem o campo pela cidade, mas sim, exigirem seus direitos, afirmando também que “a Igreja não tem o direito de ser indiferente à reforma agrária”⁵⁶¹. Esta Carta Pastoral representa um compromisso renovado da Igreja com a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, incentivando-os a reivindicar uma vida digna. Dessa forma muitos bispos no Brasil foram encorajados, através de iniciativas pessoais a abrir suas dioceses para as mudanças no que se refere ao homem do campo e a reforma agrária. Esse encorajamento simboliza uma mudança significativa na liderança da Igreja, mostrando um maior comprometimento com questões sociais relevantes.

3.3.1. 1ª Semana Rural do Clero de Botucatu

Em Botucatu, o bispo Dom Frei Henrique Golland Trindade, OFM, dois anos depois da corajosa iniciativa de Dom Inocêncio e em harmonia com episcopado do Brasileiro, realiza a “Semana Rural do Clero de Botucatu” no mês de agosto de 1952. Esta ação é um testemunho da resposta proativa e sincronizada da Igreja às questões rurais emergentes, refletindo um alinhamento significativo com as preocupações sociais do momento.

Conforme tivemos ensejo de anunciar, realizará o Exmo. Sr. Bispo Diocesano, auxiliado por dedicados colaboradores, a segunda semana rural do Clero paulista, nesta cidade de Botucatu. Caberá a presidência de honra ao Emm.º Sr. Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, arcebispo de S. Paulo. O programa está sendo estuda do em estreita colaboração com a equipe nacional da Ação Católica Brasileira do Rio de Janeiro, e contará com o valioso auxílio dos Ministérios e Secretarias da Agricultura, Educação e Saúde, Assistência Social, tanto do Rio como de São Paulo. Serão discutidos e focalizados problemas da máxima urgência para as comunidades rurais, haverá em cada dia da semana um seminário, equipes de visitas à zona rural, mesa redonda, serão apresentados muitos filmes educativos, etc... Será um esforço compensador no sentido de resolver os angustiosos problemas do campo, em seus variadíssimos aspectos. A semana terminará

⁵⁶⁰ Ib. p. 10.

⁵⁶¹ A IGREJA ante os problemas atuais. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 19 de janeiro de 1952, ano XII, n. 609, p. 01.

com uma ingente concentração rural no dia 26 de julho, formando-se então uma triunfal procissão em louvor da Senhora Sant'Ana, com a participação de todas as irmandades de todos os bairros rurais⁵⁶².

Com essa iniciativa a diocese de Botucatu foi uma das pioneiras em implantar a renovação da Igreja no que diz respeito a Pastoral Rural, motivando assim não só os leigos, mas também o clero, religiosos e religiosas numa ação em favor das comunidades rurais.

Convite: Realizar-se-á, em Botucatu, de 21 a 26 de julho próximo, a 1.a Semana Rural do Clero Paulista, que visa focalizar e estudar os problemas rurais. A Semana terá a presidência efetiva do Exmo. Sr. D. Fr. Henrique Golland Trindade, OFM, D. D. Bispo Diocesano. O programa constará de sessões e seminários de estudo, mesas redondas, filmes educativos e equipes de visitas às zonas rurais. Prestarão colaboração à Semana, a Ação Católica Brasileira e os Ministérios e Secretarias da Agricultura, da Educação e Saúde e Assistência Social, Federais e Estaduais. Esperamos uma representação oficial de ao menos 3 sacerdotes de cada diocese, que serão hospedados gratuitamente. Estarão presentes o Exmo. Sr. Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, D. D. Arcebispo de São Paulo e o Exmo. Dr. Lucas Nogueira Garcez, D. D. Governador do Estado. As adesões deverão ser comunicadas até 15 de julho. Esperamos em breve publicar o programa definitivo desta grandiosa Semana, que promete ser a sementeira fecunda de grandes bens que se hão de projetar a todas as zonas rurais de nosso amado Estado. O Exmo. Prefeito sr. Emilio Peduti, já foi oficialmente notificado da realização da Semana, tendo prometido cooperação e apoio⁵⁶³.

Ao comentar sobre a 1ª Semana Rural do Clero Paulista e a programação da mesma, afirmou o Pe. Silvio Maria Dario:

Existe o problema do homem do campo. É preciso que os esforços se conjuguem para solucioná-lo. É preciso que se apresentem as soluções verdadeiramente sãs, antes que soluções de brilho ilusório, venham despertar atitudes, reivindicações, exigências, prejudiciais em última análise aos interesses do próprio homem do campo. A Igreja se interessa e muito pelo problema. E ela quer estar na vanguarda. Da solução deste problema, dependem os interesses espirituais (e isto é o que lhe importa) de milhões de brasileiros, que ela quer livrar de idéias e doutrinas falsas. A Igreja deseja cooperar com os poderes legitimamente constituídos, para dar ao homem do campo tudo a quanto tem direito, para salvaguardar a sua dignidade de homem e filho de Deus. Já diversos movimentos têm sido levados a efeito, em diversas partes do país, pela Igreja. Diversas pastorais têm tratado do assunto. Os pastores mantêm alta vigilância, Semanas e cursos já se têm realizado. Já se fez alguma coisa e mais ainda se fará. A palavra do apostólico bispo de Campanha, o Exmo. Sr. Dom Frei Inocêncio Engelke, soou através de todo o Brasil como uma clarinada e uma advertência: 'Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural'⁵⁶⁴.

⁵⁶² SEMANA Rural do Clero Paulista. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 10 de maio de 1952, ano XIII, n. 624, p. 01.

⁵⁶³ PRIMEIRA Semana Rural do Clero Paulista. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 21 de junho de 1952, ano XIII, n. 629, p. 01.

⁵⁶⁴ 1ª SEMANA Rural do Clero Paulista. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 12 de julho de 1952, ano XIII, n. 632, p. 01.

Uma vez idealizada, a Comissão dos trabalhos para a realização da semana rural se pôs logo a campo, tendo à frente o Bispo Diocesano, Dom Henrique Golland Trindade e o Pe. Emílio Immoos. A rápida mobilização desta comissão nos mostra a urgência e a seriedade com que a Diocese de Botucatu tratou a questão rural, destacando sua liderança e compromisso com a causa. Houve de pronto a articulação com os elementos representativos dos Ministérios e Secretarias de Estado. Esta articulação é um exemplo claro da abertura da Igreja para trabalhar em conjunto com as instituições do Estado, buscando soluções abrangentes e eficazes para os problemas rurais. O programa foi elaborado e expedido a todas as dioceses. A disseminação do programa por todas as dioceses indica um esforço de conscientização e engajamento em uma escala mais ampla, visando uma mudança significativa no tratamento das questões rurais em todo o Brasil.

Do dia 21 a 26 de julho, realizou-se a tão esperada 1ª Semana Rural do Clero Paulista em Botucatu, que acolheu sacerdotes, leigos, deputados, agrônomos, conferencistas e estudiosos do assunto. Esta diversidade de participantes enfatiza a importância de uma abordagem multidisciplinar para tratar das questões rurais, integrando diferentes perspectivas e conhecimentos. Presença marcante foi a do Dr. José Arthur Rios, coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural o qual veio a Botucatu acompanhado de sua equipe. A presença de um especialista como Dr. Rios contribuiu significativamente para aprofundar o entendimento e a discussão dos problemas rurais. A semana teve como presidência de honra o Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, como hóspede de honra o Dr. Lucas Nogueira Garcez, governador do Estado, e presidente efetivo, o Bispo de Botucatu, Dom Henrique Golland Trindade. Interessante notar que, quase todas as dioceses do Estado de São Paulo estiveram representadas por um ou mais sacerdotes⁵⁶⁵.

Reunindo-se em várias reuniões diárias, seminários, visitas a centros experimentais de agricultura e trocando idéias em mesas redondas entre os interessados, a primeira semana ruralista demonstrou o real valor que possuem estas semanas realizadas nos meios rurais. Este formato interativo e participativo é crucial para estimular o diálogo e a colaboração efetiva entre os diferentes atores envolvidos na questão rural. Entre as figuras que se destacaram nos debates e seminários, foi a do Dr. José Arthur Rios, coordenador do Conselho Nacional de Educação Rural, que referindo-se aos meios e ações dos líderes dentro das comunidades rurais afirmou que: “Como base principal do problema agrário, encontramos a necessidade de

⁵⁶⁵ COROOU-SE com êxito plenamente satisfatório a 1ª Semana Rural do Clero Paulista. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 02 de agosto de 1952, ano XIII, n. 635, p. 01.

formarmos líderes que fariam o trabalho educativo tanto agrário como social, pois, o problema mais grave gira justamente sob o ponto de vista social econômico”⁵⁶⁶. Ao se referir a reforma agrária e o cooperativismo o Dr. José Arthur Rios, assim se expressou:

Como sabemos o Brasil marcha para um declínio completo no setor agrícola e mais do que nunca precisamos de uma reforma agrária não em caráter de urgência, mas sim, uma reforma agrária de base. Pois, se não houver essa honestidade na reforma o que sucederá será mais terrível e de maiores consequências ainda. O perigo demagógico está rondando a questão e é nesse sentido que a primeira semana ruralista quer definir bem o sentido generalizado da reforma agrária onde não haveria expropriação, mas sim, desapropriação no preço justo, das fazendas, ou melhor, terras que não estavam sendo utilizadas pelos seus proprietários. Outro ponto de suma importância, é o Cooperativismo, modo este pelo qual o pequeno lavrador sentir-se-ia mais amparado junto aos seus gastos. Pois, não podemos duvidar que a mecanização da lavoura, fator primordial para agricultor moderno está acima das suas posses. Porém, se se conseguirem Cooperativas bem centralizantes e com uma organização honesta e diretiva, questão toma outro rumo aquilo que o agricultor não pode comprar, dez ou vinte poderão comprar, e esta ajuda mútua trará a felicidade mútua para os pequenos fazendeiros⁵⁶⁷.

A semana ruralista ocupou todo o seu tempo em estudos especializados sobre a imigração das comunidades rurais, problemas familiares, problemas sociais do interior paulista, problemas da reforma agrária, técnicas modernas na lavoura, o solo e sua conservação, indústrias domésticas, indústrias rurais, problemas de crédito agrário, problemas sanitários do interior, as doenças da roça, a alimentação do homem rural, aspectos da profilaxia rural, o problema médico do interior, o cooperativismo, educação rural, o serviço social, missões rurais, clubes agrícolas, problemas e aspectos variados da zona rural, aspectos técnicos de lavoura de mistura com aspectos assistenciais, religiosos e morais. Esta abrangência de temas reflete uma abordagem holística e multifacetada da vida rural, reconhecendo a complexidade e interconexão de seus desafios. Várias visitas foram levadas a efeito pelos participantes a propriedades agrícolas, como por exemplo à Fazenda Lageado, onde o governo mantinha um bem organizado serviço de estudos e experimentações agronômicas, que até hoje existe⁵⁶⁸. Essas visitas proporcionaram aos participantes um valioso conhecimento prático, complementando os estudos teóricos.

Um dos fatores que mais tomaram tempo nos debates foi o do clero rural e os métodos educacionais, isto porque, ninguém pode duvidar da ação necessária e importante do clero junto aos lavradores. Este enfoque no clero rural sublinha a necessidade de uma liderança

⁵⁶⁶ Ib. p. 01.

⁵⁶⁷ Ib. p. 01.

⁵⁶⁸ Ib. p. 02.

espiritual informada e capacitada para enfrentar os desafios específicos das comunidades rurais. Para a pessoa indicada como líder, ninguém melhor do que sacerdote estaria apta a ocupar essa posição. Esta ênfase na educação rural é um reconhecimento de que a resolução dos problemas agrários começa com a formação e a informação. A educação rural é outro ponto que de maneira alguma poderia deixar de discutir em público, pois, é deste ponto que se deveria partir para a resolução do problema agrário. E é dentro desta questão que se encontra as maiores dificuldades para solucionar os problemas subsequentes. O governo, representado pelo frio formalismo da camada burocrática entrava os esforços que tendem a beneficiar as comunidades rurais. Dessa maneira, o problema rural tornava-se dia a dia mais difícil e impossível de ser resolvido. E assim concluem os participantes da semana ruralista que, “os métodos de ação e os meios eficientes que poderiam ser utilizados pelos líderes sacerdotes tornam-se difíceis diante dos obstáculos encontrados frente à burocracia estatal centralizante”⁵⁶⁹.

A 1ª Semana Rural do clero de Botucatu, se encerrou com a presença de Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, que em tom enérgico e seguro manteve atenta a assembleia, demonstrando “a diversidade de condições no Brasil, uma, burguesa e comodista, a viver do suor dos trabalhadores do campo, enquanto esta, oprimida e injustiçada num anonimato apaga do e obscuro sustenta a vida econômica e moral de nossa pátria”⁵⁷⁰. Esta exposição de Dom Helder destaca as profundas desigualdades sociais no Brasil, enfatizando a urgência de abordagens mais justas e inclusivas. Depois de D. Helder, discursou o Cardeal arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo que discorreu magnificamente sobre “o corpo místico de Cristo e o povo rural», num desenvolvimento eloquente de “quanto os chefes espirituais do Brasil se interessam pelo problema dos nossos pobres rurícolas”⁵⁷¹. Esta fala do Cardeal simboliza um compromisso sincero da Igreja com os marginalizados e uma vontade de integrar as preocupações rurais no cerne de sua missão espiritual. Por fim, encerrando a sessão falou o Bispo de Botucatu, D. Henrique G. Trindade, em nome dos homens do campo e em feliz improviso, agradeceu comovido as demonstrações de interesse que o movimento ruralista vem despertando em seu favor:

(...) O que importa é que os governos aceitem de bom grado essa colaboração preciosa e insubstituível, que lhe vai trazer a portentosa organização da Igreja Católica, com a cópia imensa dos seus recursos e elementos de ordem espiritual. A Igreja manifesta assim fidelidade à tradição

⁵⁶⁹ Ib. p. 02.

⁵⁷⁰ Ib. p. 02.

⁵⁷¹ Ib. p. 02.

de seu esforço histórico e impar na formação da nacionalidade, na elevação dos hábitos simples, suaves, ordeiros, pacíficos, resignados e perseverantes, das nossas populações. Saibam os poderes públicos acolher, prestigiar e aparelhar com todos os elementos essa nova mobilização de recursos para a cruzada da redenção de nosso homem rural, até hoje abandonado às resistências de sua fé, e junto ao qual estão chegando, cada vez mais próximas e fascinantes, as atrações de falsas miragens urbanas⁵⁷².

Este agradecimento de D. Henrique reflete o reconhecimento da Diocese de Botucatu do impacto positivo que a Semana Rural trouxe, não apenas para a Igreja, mas para a comunidade rural como um todo. O Santo Padre o Papa Pio XII também abençoou a 1ª Semana Rural do Clero de Botucatu através de um telegrama. D. Henrique Golland Trindade telegrafou ao Santo Padre, pedindo a bênção apostólica para os trabalhos da Semana Rural, nos seguintes termos: "Papa Pio XII - Vaticano. Clero Província São Paulo reunido primeira Semana Rural Botucatu humildemente pede bênção Vossa Santidade. Henrique Trindade, Bispo Diocesano"⁵⁷³. Este pedido de bênção demonstra o reconhecimento da importância do apoio papal e o desejo de alinhar as iniciativas locais com a visão maior da Igreja. O Santo Padre assim respondeu: "Desejando da bem organizada Semana Rural largos e duradouros frutos de uma cristã renovação, S. Santidade envia a V. Excia., ao Clero e aos fiéis a implorada propiciadora bênção. Montini Substituto"⁵⁷⁴. A resposta positiva do Santo Padre demonstra o apoio e incentivo da Igreja ao trabalho de renovação cristã no contexto rural, enfatizando a relevância desse trabalho na visão global da Igreja.

Ao encerrar a 1ª Semana Rural do Clero de Botucatu, sugeriu-se que outras semanas aconteçam, que outros estudos sejam feitos e que o movimento só termine com a vitória da reforma agrária vitalizada pela ideia cristã sempre dinâmica e vivificadora⁵⁷⁵. Esta sugestão de

⁵⁷² EXTRAORDINÁRIO êxito alcançou a Semana Rural do Clero Paulista em Botucatu. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 09 de agosto de 1952, ano XIII, n. 636, p. 03.

⁵⁷³ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação.

⁵⁷⁴ "Città del Vaticano - Bispo Trindade Botucatu. Augurando da bene organizzata settimana rurale larghi durevoli frutti cristiano rinnovamento, Sua Santità invia V. Ecc., Clero, fedeli implorata propiziatrice benedizione - Montini Sostituto". (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

⁵⁷⁵ Conclusões da 1ª Semana Rural do Clero realizada de 21 a 26 de julho de 1952, sob a presidência efetiva do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, D. Frei Henrique Golland Trindade: coordenação do Revmo. Pe. Emilio Immoos, com a colaboração dos Ministérios e Secretarias dos Governos Federal e Estadual. O Problema da Paróquia Rural. 1- A Igreja Matriz seja o centro, não apenas da vida religiosa, mas ainda da vida social, de modo que as festas da Paróquia (Semana Santa, Natal, Padroeiro, etc.) congreguem junto da Matriz a população rural; para o que haja certo aparato exterior que não entre em conflito com a liturgia. O mesmo se diga das Capelas. 2- Uma vez que o Pároco não se deve somente aos moradores da sede, mas ainda aos de toda a paróquia, dê ele também à população rural uma boa parte do seu tempo e de sua dedicação, com visitas mais frequentes às Capelas. 3- O que mais comumente dificulta a ação do pároco junto à população rural é a falta de condução; seria interessante um entendimento com FARESP ou outra organização, talvez por intermédio dos Srs. Bispos, para que esta facilite o fornecimento de veículos pelos preços de tabela, como o faz para os Srs. Fazendeiros. 4- Para melhor aproveitamento das "Missões Rurais", o Pároco dê-lhes todo o seu apoio, possivelmente também juntando-se a elas, corroborando assim com sua autoridade moral o louvável e apreciável esforço do governo. 5- O espiritismo, além de ser uma praga para a religião, não o é menos para a vida social, familiar e individual, sendo

continuação e aprofundamento dos estudos destaca a consciência de que as questões rurais são complexas e exigem um comprometimento contínuo e adaptativo. A ligação da reforma agrária com a ideia cristã dinâmica e vivificadora, na minha análise, é um lembrete de que a fé pode ser um motor poderoso para a mudança social e a justiça.

3.3.2 Fundação da Congregação Diocesana das Servas do Senhor para a zona rural

Um dos primeiros frutos da 1ª Semana Rural do Clero foi a Fundação da Congregação das Irmãs Servas do Senhor para a Zona Rural. Mesmo antes da realização dessa semana, o Bispo Dom Frei Henrique Golland Trindade, em suas caminhadas apostólicas por entre o povo simples e pobre do sertão da Bahia, em Bonfim, onde foi bispo, e da zona rural na Diocese de

frequentissimamente a causa próxima de muita miséria moral e de muita tragédia. Além da pregação, a difusão de bons livros, revistas e folhetos será um ótimo meio de esclarecer a mentalidade do nosso povo, tão propenso a acreditar nas intervenções preternaturais. 6- Dado o exíguo número de sacerdotes, o recurso imprescindível é a Ação Católica Rural para a formação de líderes, também nas Capelas, e uma cuidadosa formação de catequistas que não ensinem apenas o catecismo, mas ainda os preceitos rudimentares da educação cívica e da higiene; ou mesmo a fundação de religiosas catequistas rurais, fundação para a qual já foram dados os primeiros passos pelo Exmo. Sr. Bispo de Botucatu, D. Frei Henrique Golland Trindade, ofm. O Problema da Reforma Agrária. 1- A situação do proletariado agrícola na maior parte do Brasil é realmente muito precária; urge, portanto, uma reforma agrária. 2- Nem todo homem tem vocação ou aptidão para os trabalhos do campo; de modo que não se pode pensar na solução simplista que seria a divisão e distribuição das terras. 3- Essa reforma agrária não deverá consistir na doação pura e simples das terras por parte do Governo, mas na facilidade oferecida aos colonos e assalariados para a aquisição do terreno que cultivam ou de áreas cultiváveis e atualmente improdutivas. 4- Pouco adiantaria possuir a terra sem os meios de a cultivar; donde a necessidade do crédito ou financiamento a longo prazo, naturalmente através de Bancos de Crédito Agrícola. 5- Igualmente pouco adiantaria possuir a terra sem o conhecimento suficiente para o seu aproveitamento total e racional; donde a necessidade da educação para a agricultura, seja por meio de escolas agrícolas, seja por meio de semanas de fazendeiros e das demonstrações "in loco" por engenheiros agrônomos e técnicos de agricultura. 6- A colonização estrangeira selecionada poderá também ser um desses meios de educação para a agricultura; mas urge que essas colônias não sejam jogadas em lugares sem meios de comunicação e de escoamento fácil para os centros de consumo, e sem contacto com a população circunvizinha. O Problema do Crédito Rural. 1- Muito frequentemente o sitiante ou pequeno lavrador precisa de um crédito ou financiamento, ou seja para remediar a uma safra pouco feliz, ou seja para desenvolver suas atividades. 2- As Carteiras de Crédito dos Bancos são o recurso natural e deveriam dar sempre preferência ao pequeno lavrador. 3- Os Bancos não lidam com dinheiro próprio, e sim com as economias dos depositantes, e, portanto, precisam ter a garantia de que seus empréstimos não serão malbaratados. 4- É uma nobre função da Igreja esclarecer a mentalidade dos pequenos lavradores a se socorrerem dos empréstimos bancários e sobretudo a se servirem conscienciosamente dos créditos adquiridos. 5- Esta solução do problema do crédito rural já é um grande passo para uma distribuição mais equitativa das riquezas. O Problema Médico do Interior. 1- Com muito pesar se verifica a falta de assistência médica à população rural, sendo essa uma das causas particularmente da mortalidade infantil. 2- Na maioria dos casos, procura-se o curandeiro ou o centro espírita por falta dessa assistência. 3- Talvez uma das razões desse abandono do homem do campo seja uma remuneração insuficiente dos Srs. Médicos; donde a necessidade de uma ação junto aos Proprietários ou Patrões para uma melhor compreensão do problema. 4- É necessário que o Médico Sanitarista não confine suas atividades apenas nas cidades e vá pessoalmente, com sua equipe, ao meio da gente do campo, para lhe levar seus socorros clínicos e igualmente seus conselhos de higiene. 5- O sacerdote fará não apenas apostolado religioso, mas ato eminentemente humano, esclarecendo a mentalidade do operário rurícola a respeito da nocividade do curandeiro e do centro espírita. 6- Assim como a Igreja sempre se prontificou a colaborar com os Poderes Públicos, é desejável que estes, particularmente pelos Centros de Saúde, colaborem com os sacerdotes no combate às superstições que tanto fazem mal à alma como ao corpo. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação)

Botucatu, pode sentir a necessidade de um atendimento carinhoso e evangélico junto da boa gente da zona rural. Esta percepção do Bispo Dom Henrique ressalta uma sensibilidade aguçada às necessidades reais das comunidades rurais, uma abordagem que transcende o assistencialismo para alcançar um verdadeiro envolvimento pastoral. Sentiu-se sensibilizado com a situação de abandono na qual encontrava-se os pobres, bem como os doentes e, um tanto preocupado por verificar uma enorme necessidade de adequada formação religiosa e catequética, ao mesmo tempo, convenceu-se que essa pobre gente do campo, ao lado da catequese, era carente da mínima assistência educacional e sanitária, e desejando que a Igreja pudesse ter uma presença mais atuante no meio do povo rural, e diante de tudo o que viu e ouviu na 1ª Semana Rural do Clero, sentiu a necessidade de fundar uma modesta Congregação religiosa com a finalidade principal de “atender as inúmeras exigências humanas e religiosas da numerosa e sofrida população rural”⁵⁷⁶. A fundação desta Congregação marca um passo importante na resposta da Igreja às complexidades das necessidades rurais, integrando assistência social e espiritual.

Contando assim com um prédio das antigas Monjas Passionistas, que tinham deixado o seu convento para residirem em São Paulo, Dom Henrique abrigou ali as primeiras irmãs da nova Congregação e, para dirigi-las foi buscar sua irmã de sangue, Henriqueta Trindade, que pertencia a Congregação da Divina Providência. Esta escolha de Henriqueta Trindade mostra a confiança de Dom Henrique na liderança familiar e a importância de laços de confiança na fundação de uma nova ordem. Assim ela foi a cofundadora e a primeira superiora da Congregação recém fundada no dia 15 de setembro de 1952 por Dom Frei Henrique Golland Trindade. Em 25 de março de 1953, seis candidatas ingressaram na Congregação, recebendo o hábito das mãos do fundador, Dom Henrique, “um hábito curto, simples, fazenda-xadrez, cabelo à vista, mas mesmo assim com véu, tudo modesto, como deve ser a vida e o apostolado de uma Serva do Senhor”⁵⁷⁷. Este hábito modesto reflete a intenção de criar uma congregação que esteja em sintonia com a simplicidade e a realidade das pessoas a quem servem. Segundo o fundador, as Servas do Senhor:

Constituirão uma congregação em moldes novos, perfeitamente enquadradas no panorama dos tempos que passam e se destinam a dar, com generosidade, alegria e devotamento, uma parcela de preciosa colaboração à solução do gravíssimo problema da catequese rural, além de cooperarem no trabalho de

⁵⁷⁶ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação.

⁵⁷⁷ SOARES VIERA, Jose Celso; ROSA, Carlos Antônio. *Sursum Corda: A vida de Dom Henrique*. São Paulo: Paulicéia, 1994, p. 48.

assistência social, educacional, moral às populações das fazendas e do campo em geral⁵⁷⁸.

Segundo Dom Henrique, as Congregações Religiosas, geralmente, nascem pela força das circunstâncias. Elas são uma possível solução, dos problemas que preocupam os homens, em determinadas épocas e lugares. Assim, no momento, diz ele:

O que tem causado preocupação é o problema rural, um tanto angustioso. É problema de ordem espiritual e de ordem material. Pobres, doentes e sofrendores, é problema de todos os tempos. Mas que toma aspecto particularmente doloroso e humilhante, no meio do luxo e ostentação e abundância e esbanjamento que se vê por toda a parte hoje em dia⁵⁷⁹.

Esta análise de Dom Henrique ilumina a profunda disparidade entre as realidades rurais e urbanas, e a necessidade de uma abordagem integrada para abordar tanto as necessidades espirituais quanto materiais. Dessa forma o trabalho das Irmãs da nova Congregação, em primeiro lugar deve ser o trabalho no campo:

Ensinando o catecismo, visitando as famílias, transmitindo-lhes noções de higiene e arranjo doméstico, procurando mostrar-lhes, pelo exemplo e pela palavra, as verdadeiras alegrias da vida cristã e da vida rural, esforçando-se por fomentar a união entre todos, ao redor do altar de Cristo, e com eles cantando e rezando, elevando, assim, o nível moral de sua vida; ensinando trabalhos as moças, jogos às crianças, enfim realizando uma missão humana e sobrenatural, composta de pequeninas cousas, que, tanta vez, são o começo de soluções de grandes e difíceis problemas. Irão de fazenda em fazenda, onde quer que forem recebidas e auxiliadas, onde ficarão uma semana, 15 dias ou mais, conforme as necessidades e possibilidades. Prepararão catequistas do próprio meio, que continuem sua tarefa permanentemente; formarão coroinhas que ajudem as cerimônias litúrgicas; ensaiarão coros para as missas e festas; de modo particular, se ocuparão com as turmas de 1ª comunhão solene, com as crismas e comunhões de adultos, etc.⁵⁸⁰.

Esta abordagem multifacetada é um reflexo da compreensão de que a espiritualidade e a assistência social estão intrinsecamente conectadas, especialmente no contexto rural. Assim, em contato com o homem do campo, vendo sua situação e necessidades, as irmãs começam a entender que só a catequese e a conversão pessoal não são suficientes para a transformação da sociedade. Esta percepção destaca a necessidade de uma abordagem holística que incorpore tanto o desenvolvimento espiritual quanto o atendimento das necessidades materiais e sociais. Dessa forma fica bem claro a nova Congregação a necessidade de uma outra e importante função que seria a de ocupar-se com os pobres, abandonados e doentes em domicílio. Assim começam a “visitar as humildes casas, levando, quanto possível o pão e os meios materiais,

⁵⁷⁸ UMA obra de incalculável alcance. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 20 de setembro de 1952, ano XIII, n. 642, p. 01.

⁵⁷⁹ SERVAS do Senhor. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 13 de setembro de 1952, ano XIII, n. 641, p. 03.

⁵⁸⁰ *Ib.* p. 03.

mas também a esmola do amor de Cristo, na fé e na verdadeira fraternidade cristãs”⁵⁸¹. Quanto a subsistência da nova Congregação, os meios financeiros para o sustento das irmãs e do convento, diz Dom Frei Henrique:

E de que viverão essas Servas do Senhor? É sempre o triste problema..., mas elas querem transformar este problema triste em uma solução alegre de confiança na Divina Providência, que não lhes faltará, se elas cumprirem fielmente sua missão de amor e dedicação. Não contam com subvenções dos governos. Mas esperam de seu bispo (ou de seus bispos, futuramente) por cujas ovelhas trabalham, a generosidade de seu auxílio; esperam dos párocos e fazendeiros, onde exercerem sua atividade; dos católicos ricos que têm o grave dever de ajudar as boas obras, dos católicos modestos e remediados que, em geral, são os que mais contribuem, sim, esperam de todos os que compreenderem sua missão desinteressada, o pão de cada dia. E o pão não lhes faltará⁵⁸².

Em 1960, Dom Henrique Golland Trindade, acompanhado do Pe. José Gilberto Beraldo, foi a Roma, onde procurou da Congregação para os Religiosos para tratar da aprovação das Regras e Constituições das Irmãs Servas do Senhor, sempre com o único objetivo: dedicar a Congregação ao apostolado rural. Esta viagem e o esforço para obter aprovação oficial demonstram o compromisso de Dom Henrique com a legitimidade e a longevidade da missão da Congregação. Dom Henrique estava certo de que, na época, não existia nada que se assemelhasse a esse intento. Passando pela França, encontrou uma Congregação que tinha, mais ou menos, o mesmo objetivo, mas não conseguiu contatar alguém da Instituição⁵⁸³.

De volta da viagem a Roma, Dom Frei Henrique procurou seguir as orientações da Congregação para os Religiosos redigiu e publicou os decretos necessários para a aprovação da nova Congregação⁵⁸⁴. O decreto de ereção foi redigido nos seguintes termos:

⁵⁸¹ Ib. p. 03.

⁵⁸² Ib. p. 03.

⁵⁸³ SOARES VIERA. *Sursum Corda*. Op. cit., p. 77.

⁵⁸⁴ PIA ASSOCIAÇÃO DAS SERVAS DO SENHOR. No dia 24 de março de 1953, na cidade episcopal de Botucatu, com nossa aprovação e nossa benção, se reuniram 6 moças, no antigo mosteiro de Santa Gema, das monjas passionistas, propriedade, então, da Mitra Diocesana, fundando-se, assim, por nossa iniciativa, a Pia Associação das Servas do Senhor. Para orientar e instruir as piedosas associadas, foi convidada a Irmã Henriqueta Trindade, irmã carnal nossa, da Congregação da Divina Providência de Münster (Alemanha), com licença do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, onde se encontra a casa Provincial da referida congregação, então do direito diocesano, e com a licença das suas legítimas Superiores Maiores. Desde então, vem a referida religiosa formando, com verdadeira dedicação e espírito sobrenatural, as associadas, para que, mais tarde, com aprovação da Santa Sé, se possa fundar uma verdadeira Congregação Religiosa Diocesana, com o nome de Servas do Senhor, com o fim principal de se dedicar ao apostolado da catequese na zona rural, em geral, espiritualmente tão abandonada. Nestes 7 anos de vida, entraram na Pia Associação das Servas do Senhor, 54 moças, das quais 16 por falta de saúde ou por falta de qualidades necessárias ou por falta de vocação, não perseveraram sendo hoje 38 aquelas que, de modo edificante, se dedicam à sua formação religiosa ou ao seu apostolado específico. Vestem um hábito simples e modesto e levam uma vida de oração e de trabalho, de acordo com suas regras provisórias. Já realizaram 61 visitas-missões, na zona rural da diocese e de fora, com ótimo resultado espiritual.

Dom Frei Henrique Golland Trindade, O.F.M. Por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica. Arcebispo Metropolitano de Botucatu. Aos que a presente Nossa Provisão virem, saudação, paz e benção no Senhor! Tendo em vista a necessidade premente do APOSTOLADO CATEQUÉTICO, mormente na zona rural, em geral espiritualmente tão abandonada, HAVEMOS POR BEM erigir, como de fato pelo presente Nosso DECRETO canonicamente erigimos, em Congregação Diocesana, com Estatutos próprios por Nós redigidos, a PIA ASSOCIAÇÃO DAS SERVAS DO SENHOR (civilmente registrada com o nome de Associação do Apostolado Rural), com sede nesta arquiepiscopal cidade de Botucatu, e cuja finalidade precípua é o apostolado catequético em favor dos pobres, doentes e necessitados sobretudo da zona rural. Do presente Decreto, sejam tiradas cópias, uma das quais ficará em nosso poder, outra se conservará no Arquivo da Cúria Metropolitana e outra no arquivo da novel Congregação. Dado e passado nesta Nossa Arquiepiscopal Cidade de Botucatu, aos 25 de março de 1960. Dom Frei Henrique Golland Trindade, OFM. Arcebispo Metropolitano de Botucatu⁵⁸⁵.

A Congregação das Servas do Senhor continua até os dias de hoje com seu trabalho junto aos mais necessitados. Com seus mais de setenta anos de fundação a Congregação conta atualmente com casas em diversas cidades, como, Botucatu (Casa Mãe), Itatinga (SP), Bebedouro (SP), São Paulo (SP), Uberaba (MG), Frutal (MG) e Macaé (RJ). A expansão e a continuidade da Congregação são um testemunho de seu impacto positivo e necessário, refletindo uma resposta bem-sucedida às necessidades dos mais vulneráveis.

3.3.3. Episcopado Paulista discute plano de reforma agrária

Em 05 de dezembro de 1960, dez anos após o Bispo de Campanha, em Minas Gerais, Dom Inocêncio Engelk, OFM, ter assinado uma declaração em que, ao descrever a situação dos trabalhadores rurais, clamava pela reforma agrária, seguido pelo Bispo de Botucatu, Dom Frei Henrique Golland Trindade, OFM, dois anos depois, que realizou em Botucatu a Semana Rural do Clero, reuniram-se em São Paulo, no Palácio Pio XII, residência do Cardeal de São Paulo, os Arcebispos e Bispos de todo o Estado de São Paulo para discutirem a respeito da Igreja e do operariado rural. Este encontro marca um momento decisivo, demonstrando uma conscientização coletiva dos líderes da Igreja sobre a urgência das questões rurais. A reunião foi presidida pelo Cardeal Dom Carlos de Vasconcellos Motta e contou com a presença e

São convidadas continuamente, por párocos e bispos, para os ajudarem em seus apostolados. A Casa Mãe, bastante boa e grande, pertence à Associação, que tem personalidade jurídica, e comprada que foi, com licença da Santa Sé, da Mitra Diocesana. Associação já possui 3 casas filiais, sendo que 2 em nossa própria arquidiocese e 1 na diocese de Assis. E é certo que o número de candidatas crescerá sensivelmente uma vez que a Associação se transforme em verdadeira Congregação Religiosa, de direito diocesano, com as benções da Santa Sé, o que tanto desejamos. Dom Frei Henrique Golland Trindade, OFM. Arcebispo Metropolitano. Botucatu (São Paulo), 25. III.1960, festa da Anunciação. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

⁵⁸⁵ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação.

atuação de Dom Helder Câmara, Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro. Esteve presente, também o Arcebispo de Botucatu, Dom Frei Henrique Golland Trindade.

O resultado dessa reunião foi a Declaração conjunta dos Arcebispos e Bispos apoiando a revisão agrária do governo paulista. Esta ação unificada sinaliza uma mudança significativa na postura da Igreja, posicionando-a ativamente na vanguarda das questões sociais e agrárias. Nesta declaração, depois de situar devidamente o problema, assim se expressam os Bispos, a respeito da Igreja e do operariado:

Ficou celebre a confissão corajosa de Pio XI: ‘O maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária’. - O Santo Padre pensava, sobretudo, nos operários das fabricas. É o caso de concluirmos, com coragem cristã, o pensamento do pontífice: ‘Já perdemos os trabalhadores da cidade. Não cometamos a loucura de perder também o operariado rural’. Ora, é sabido que a situação do trabalhador rural é, em regra, infra-humana entre nós. Merecem o nome de casas os casebres em que moram? É alimento a comida de que dispõem? Pode-se chamar de roupas os trapos com que se vestem? Pode-se chamar de vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, sem ideais? Adianta pouco afirmar que, mesmo precária, a situação do trabalhador rural ainda é incomparavelmente melhor que a do operário das cidades. Sem dúvida se nota que as desilusões pululam entre os que se deixam seduzir pela miragem dos grandes centros urbanos. O fato que se põe, brutal, a nossos olhos, é o êxodo rural. Fosse um paraíso o interior e a atração das cidades arrastariam apenas os aventureiros e não, como está sucedendo, famílias inteiras, populações inteiras⁵⁸⁶.

Em seguida, os Bispos fazem o seguinte pronunciamento:

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nos convocou e pediu-nos um pronunciamento sobre a revisão agrária que se planeja para o nosso Estado. Depois de um estudo acurado do projeto de lei nº 154/60 e de seu substitutivo, sentimo-nos felizes de poder afirmar que se trata de documento inspirado nos princípios da doutrina social da Igreja. A Providência nos está permitindo, por um processo evolutivo, o que outros países só obtiveram através de revoluções sangrentas. É, no tocante a S. Paulo, resposta aos anseios da Santa Igreja quanto a uma reforma de estrutura agrária com a justa medida de salvaguarda do direito de propriedade no seu aspecto individual e da sua função social⁵⁸⁷.

Dentro da Declaração assinada pelos Arcebispos e bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Paulo, a mesma acena a dois apelos de suma importância: o dirigido aos trabalhadores rurais e o endereçado aos sacerdotes. Falando aos trabalhadores, diz a Declaração:

Vossa responsabilidade também é muito grave. Procurai, quanto antes, uma pessoa esclarecida e cristã que vos de a palavra exata sobre o alcance da Revisão Agrária, pois seria uma lastima desconhecê-la e seria um perigo entendê-la mal, caso ela vos fosse apresentada de modo tendencioso por

⁵⁸⁶ EPISCOPADO paulista discute plano de Reforma Agrária. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 09 de dezembro de 1960, ano XXI, n. 1062, p. 01.

⁵⁸⁷ *Ib.* p.01.

agitadores interessados em explorá-la'. Mais adiante, acrescenta: 'Quando o comunismo vos convidar para grupos e ligas de defesa dos vossos interesses, já deveis estar organizados em núcleos democráticos e construtivos que desejamos ajudar a criar, independente de qualquer exigência religiosa'⁵⁸⁸.

A Declaração dirige-se aos sacerdotes como “colaboradores devotados” do Episcopado, afirmando:

Tendes, sobretudo os que sois párocos, uma grande hora para viver e uma missão eminentemente sacerdotal a desempenhar. Procurai, um a um, os proprietários rurais que tem propriedades em vossas paróquias. Transmítilhes o espírito autêntico da Revisão Agrária. Afastai dúvidas. Removei possíveis preconceitos. Conciliar boa vontade. Não vacileis em afirmar que a Reforma Agrária é inevitável: a escolha é entre uma reforma equilibrada e razoável e a revolução rural que o comunismo ateará, explorando a situação precária e, por vezes explosiva, do meio rural'⁵⁸⁹.

Ao voltar do encontro dos Bispos do Estado de São Paulo, Dom Frei Henrique, ao escrever para o jornal da diocese “Monitor Diocesano, reafirma sua adesão e apoio a nova postura de renovação da Igreja no que diz respeito a reforma agrária afirmando:

A Igreja, de há muito, se preocupa com o magno problema, sobretudo, desde o imortal pontífice Leão XIII, interpretado e completado por Pio XII, quando falam da classe operária, e, notadamente, do trabalhador rural, que deve ter sob seu domínio, não somente os frutos da terra, mas a própria terra também. É certo que todos os nossos bispos, que vivem a realidade brasileira, no ambiente universal, se preocupam com o problema e desejam todos uma revisão ou reforma agrária justa, de acordo com os ensinamentos tradicionais da Igreja. Este fato muito nos conforta e nos enche de esperança. Pode haver, porém, quem, com boa consciência e reta intenção, olhe mais para o homem do campo abastado (que, em geral, vive na cidade), legítimo dono, (mas nem sempre) de glebas grandes ou imensas, partes aproveitadas, parte não, e quem se incline mais para o trabalhador humilde, não sempre, mas muitas vezes, em situação miserável ou quase infra-humana. Quem somos nós para dar a nossa opinião pessoal, quando tantos e tantos, tendo em mãos as diretivas pontifícias e a melhor cultura e a melhor boa vontade, não chegam a um acordo completo? Queremos, portanto, apenas relembrar a triste realidade agrária que está aí, para quem a quiser ver, por quase toda parte, e relembrar, também, o recente exemplo de Cuba que é uma terrível advertência para nós, confirmando, infelizmente, a palavra incisiva do saudoso bispo franciscano de Campanha, que serve de título para estas linhas'⁵⁹⁰.

Dom Frei Henrique termina citando o Papa Leão XIII: “Os homens sem-terra têm o direito à terra sem homens” e afirmando que se esta frase fosse bem compreendida, resolveria em parte a questão agrária no Brasil'⁵⁹¹. Dessa forma, com a intensificação por parte da Igreja

⁵⁸⁸ LÍDERES para a Reforma Agrária. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 23 de dezembro de 1960, ano XXI, n. 1064, p. 02.

⁵⁸⁹ *Ib.* p. 01.

⁵⁹⁰ TRINDADE, Henrique Golland. Conosco, sem nós ou contra nós, a reforma agrária se fará. *Monitor Diocesano*, Botucatu, 09 de dezembro de 1960, ano XXI, n. 1062, p. 01.

⁵⁹¹ *Ib.* p. 01.

de discursos e de ações em apoio a reforma agrária favoreceu uma maior aproximação da Igreja com o homem do campo.

3.3.4. Fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais

Como resultado da 1ª Semana Rural do Clero iniciou-se um trabalho em toda a Arquidiocese para que as conclusões da referida semana fossem colocadas em prática. Este esforço de implementação mostra a seriedade com que a Arquidiocese encarou as conclusões da Semana Rural, reconhecendo a importância de transformar ideias em ações concretas. Foram anos de trabalho, estudos e consulta ao clero diocesano. Era necessário seguir as orientações e apelo da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo e que representava mais de um milhão de trabalhadores do campo que assim se pronunciou:

A luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho no meio rural não poderá ser conduzida a bom termo se estiver entregue a elementos que agem com intuítos demagógicos, subversivos ou geralmente político partidários. Ela terá de ser feita pela organização dos próprios interessados, trabalhadores ou proprietários rurais, através de suas associações de classe, tendo como objetivos mais altos a harmonização de seus interesses, a perfeita integração do rurícola na comunidade social e nacional, a cooperação com as demais classes sociais e com o Governo em prol da realização do bem comum⁵⁹².

Esta declaração evidencia uma visão pragmática e centrada na comunidade sobre a abordagem das questões rurais, evitando a polarização e buscando soluções colaborativas. Diante disso, em todas as dioceses começaram a ser criados essas organizações que visavam trabalhar na defesa do homem do campo. Este movimento para criar organizações em defesa do homem do campo reflete uma ação proativa e necessária da Igreja em resposta às necessidades urgentes das comunidades rurais. Assim na Arquidiocese de Botucatu, após o Retiro do Clero de Botucatu, onde os sacerdotes, reunidos juntamente com o Arcebispo, estudaram esse problema, e resolveram assumir a causa do homem do campo apoiando a fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores rurais, uma vez que, segundo eles, “a Igreja não poderia assistir de braços cruzados as ameaças, que a classe rural, tão necessitada e tão abandonada, por forças extremistas e anti-cristãs, e por isso precisa mobilizar suas forças em favor dos operários do campo”⁵⁹³. Esta decisão de mobilizar forças em favor dos operários do campo demonstra um compromisso claro e direto da Igreja com a justiça social e o apoio

⁵⁹² FUNDAÇÃO da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de fevereiro de 1962, ano XXII, n. 1114, p. 01.

⁵⁹³ *Ib.* p. 01.

às comunidades marginalizadas. Assumiram assim o compromisso de que, no dia da instalação da Associação, de todas as paróquias da Arquidiocese estariam presentes algumas pessoas para lançar as bases da Associação Profissional de Trabalhadores Rurais, uma vez que, essa entidade se organizaria com o fim defender os direitos do homem do campo, de trabalhar pela promoção humana e cristã dessa gente: legislação do trabalho rural, sindicalização rural, enquadramento sindical, previdência social, escolas, serviço social. E segundo as palavras do encarregado da Associação em Botucatu, Pe. José Gilberto Beraldo, a Associação dos Trabalhadores rurais “Procurará ajuda-los numa formação integral, física, espiritual e moral. Temos certeza de que a doutrina social da Igreja, que é a do Evangelho, compreendida e vivida, arrancará a classe rural das garras da miséria e das doutrinas subversivas e extremistas”⁵⁹⁴.

No dia 25 de fevereiro de 1962, conforme estava programado, realizou-se, no salão do Círculo Operário de Botucatu, a sessão solene de fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais⁵⁹⁵. Esta fundação marca um momento histórico significativo, estabelecendo uma estrutura formal para o apoio e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. A sessão foi presidida pelo Arcebispo de Botucatu, Dom Henrique Golland Trindade que já no início afirmou que:

Ninguém, hoje, pode desconhecer as condições infra-humanas em que vivem os homens do campo: quer por falta de instrução, de formação humana, quer pela exploração de alguns patrões ou, como acontece tantas vezes, pela impossibilidade em que se encontram próprios patrões propiciarem aos colonos uma situação mais digna de vida. E a Associação dos Trabalhadores Rurais quer ser, justamente, o primeiro passo para resolver esse problema angustiante e proporcionar ao homem da roça condições mais humanas de vida e uma formação mais adequada à sua condição de filho de Deus⁵⁹⁶.

Este posicionamento do Arcebispo reflete uma conscientização profunda e necessária sobre a realidade rural, marcando um compromisso social e espiritual em sua liderança. O salão estava todo tomado de lavradores, colonos e pequenos proprietários, vindos de toda a região de Botucatu e das cidades que compunham a Arquidiocese. Tomou a palavra o Sr. José

⁵⁹⁴ Ib. p. 01.

⁵⁹⁵ Presentes: Mons. Silvio, Vigário Geral; Pe. João Cândido, da Paróquia São Benedito de Avaré; Pe. Léo, da Fazenda “Caritas”, também de Avaré, Pe. Dino, da Paróquia de São Manuel; Cônego Ulisses, Cura da Catedral de Botucatu. Pe. Beraldo, encarregado da Associação em Botucatu; o Sr. José Rotta, Presidente da Federação das Associações Profissionais dos Trabalhadores Rurais e dos Círculos Operários; o Sr. Plínio Paganini, Vice-prefeito de Botucatu; o Sr. Raimundo Prestes Campos, presidente da Câmara de Avaré, representando o prefeito daquela vizinha localidade; Drs. José da Silva Coelho, Vasco Bassoi e Nahime Zacharias, Dr. Oswaldo Violante e Antônio Andrade, presidente do Círculo Operário de Botucatu (ASSOCIAÇÃO dos Trabalhadores Rurais. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de março de 1962, ano XXII, n. 1115, p. 01).

⁵⁹⁶ ASSOCIAÇÃO dos Trabalhadores Rurais. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de março de 1962, ano XXII, n. 1115, p. 01.

Rotta, Presidente da Federação das Associações Profissionais dos Trabalhadores Rurais e dos Círculos Operários que expôs a finalidade da Associação e as necessidades prementes da classe trabalhadora rural. Falou de suas ricas experiências por todo o Estado de São Paulo, onde já fundou onze Associações, sendo a de Botucatu a décima segunda. A experiência e o engajamento do Sr. José Rotta ressaltam a importância da liderança comunitária no avanço dos direitos dos trabalhadores rurais. Em seguida foram aprovados os Estatutos e designada a diretoria provisória para iniciar os trabalhos da Associação⁵⁹⁷. O Arcebispo empossou a Diretoria e encerrou a sessão dizendo que: “uma imensa alegria invade a minha alma, nesta hora, em que ver aqui, reunidos, tantos e tantos trabalhadores do campo sentindo-se feliz de poder fazer alguma coisa por eles, filhos de Deus também, mas tão esquecidos”⁵⁹⁸. Essas palavras do Arcebispo simbolizam a união entre a fé e a ação social, reforçando o papel da Igreja como agente de mudança social. O Arcebispo foi vivamente aplaudido por suas palavras tão felizes, tão paternais e tão encorajadoras.

Com a fundação desta nova Associação dos Trabalhadores Rurais, e a posse da nova diretoria⁵⁹⁹, deu-se o primeiro passo para resolver o problema da condição infra-humana vivida pelo trabalhador rural: falta de instrução, de formação humana, quer pela exploração de alguns patrões, ou pela impossibilidade dos próprios patrões de se dar aos colonos uma situação mais digna de vida. Esta iniciativa pode ser vista como um marco histórico na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, representando uma mudança significativa em sua qualidade de vida. A partir de então, o homem da roça poderia ter condições mais humanas de vida e uma formação mais adequada à sua condição de filho de Deus⁶⁰⁰. O Arcebispo nomeou assistente Espiritual e encarregado da Associação dos Trabalhadores Rurais de Botucatu, o Pe. José Gilberto Beraldo⁶⁰¹.

Com o apoio e incentivo do Arcebispo, Dom Frei Henrique e o entusiasmo do clero, a Associação Profissional de Trabalhadores Rurais foi se espalhando por toda a Arquidiocese, uma vez que, uma das preocupações da Igreja na década de sessenta era a questão social. Este

⁵⁹⁷ Diretoria provisória eleita e empossada: Presidente: Layre Colino; Vice-presidente: Antônio Calônego; 1º Secretário: Antônio Cassineli; 2º Secretário: Sebastião Correa Barbosa; Tesoureiro: Pedro Pires; Conselho Fiscal: Rubens Cassineli, Giacomo Langeli e Angelo Fava; Suplentes: Benedito Ramos, Vitorino Sauer e Salvino Ribeiro (*Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de março de 1962, ano XXII, n. 1115, p. 01).

⁵⁹⁸ ASSOCIAÇÃO dos Trabalhadores Rurais. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de março de 1962, ano XXII, n. 1115, p. 01

⁵⁹⁹ Presidente: Layre Colino; Vice-presidente: Antônio Calônego; 1º Secretário: Antônio Cassineli; 2º Secretário: Sebastião Correa Barbosa; Tesoureiro: Pedro Pires; Conselho Fiscal: Rubens Cassineli, Giacomo Langeli e Angelo Fava; Suplentes: Benedito Ramos, Vitorino Sauer e Salvino Ribeiro. (ASSOCIAÇÃO dos Trabalhadores Rurais. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de março de 1962, ano XXII, n. 1115, p. 01).

⁶⁰⁰ *Ib.* p. 01.

⁶⁰¹ Livro Tombo da Cúria n. 1503, p. 08. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

movimento demonstra como a ação da Igreja esteve alinhada com as necessidades sociais da época, antecipando e reforçando os ensinamentos do Concílio Vaticano II. Cada membro do clero buscava então, fundar em suas paróquias a referida associação, já antecipando aquilo que o Concílio traria na constituição pastoral “*Gaudium et spes*”⁶⁰², valorizando o homem do campo e dando a ele a possibilidade de ter uma situação mais digna de vida.

Foi o que aconteceu na Paróquia de São Sebastião, na cidade de Piraju, onde, por iniciativa do pároco, Pe. Oswaldo André Violante, foi organizada uma reunião para a formação de um sindicato rural, voltado para defender os interesses e os direitos dos trabalhadores rurais. Na oportunidade o pároco assim se expressou: “É uma necessidade e uma urgência a fundação e o funcionamento de semelhante sindicato para os trabalhadores rurais”⁶⁰³. Este pronunciamento do pároco reflete uma visão progressista e uma compreensão aguda das necessidades dos trabalhadores rurais, ilustrando seu papel não apenas como líder espiritual, mas também como um agente de mudança social.

Foi através do diálogo promovido pelo Pe. Ivo Doreto, na época o vigário cooperador da Paróquia de Piraju, entre patrões e empregados que resultou a fundação, não apenas de uma associação, mas sim do “Sindicato dos Trabalhadores Rurais”, que depois foi aprovado pelo Ministério do Trabalho, através da Lei nº 4214 de 17/07/1965. A atuação do Pe. Ivo Doreto foi crucial, demonstrando como o diálogo construtivo pode ser um poderoso instrumento na resolução de conflitos e na promoção de justiça social. Sua criação respondeu à solicitação de uma mudança na abordagem de influência, que partia das bases, diferenciadas dos métodos tradicionais vigentes até então⁶⁰⁴.

O grande mérito da Arquidiocese de Botucatu na questão pastoral junto ao trabalhador rural foi ao liderar a implantação das Associações de Trabalhadores Rurais nas paróquias da Arquidiocese e, posteriormente dos Sindicatos rurais, o de proporcionar ao homem do campo, sempre tão explorado e esquecido, descobrir que ele também tem direito a uma condição mais humana de vida na qualidade de filho de Deus: direito a um salário justo, à educação, ao tratamento de saúde, à previdência social⁶⁰⁵. Este esforço da Arquidiocese não só evidencia o papel da Igreja como uma força moral e ética na sociedade, mas também destaca a importância de se abordar questões sociais com um olhar holístico e inclusivo. Dando essa consciência aos trabalhadores do campo, foi que se deu em muitas paróquias a formação de

⁶⁰² GS 68.

⁶⁰³ Livro Tombo da Paróquia de São Sebastião- Piraju (1960-1971). p. 46. (Arquivo Paroquial).

⁶⁰⁴ ZANLOCHI. Terezinha Santarosa. *Padres Rebeldes? O caso de Botucatu*. Op. Cit. p. 145.

⁶⁰⁵ GS 66.

líderes rurais possibilitando assim desenvolver uma educação de base do agricultor e assim despertá-lo para a importância de sua união na luta pelos seus direitos através de sindicatos e pelo cooperativismo⁶⁰⁶. A educação de base fornecida aos agricultores foi um passo fundamental, não apenas para a conscientização, mas também para a capacitação e o empoderamento desses indivíduos. A consequência deste trabalho desenvolvido pelo clero foi a mobilização dos trabalhadores rurais. Organizados em sindicatos, começou-se a discutir a melhoria das condições de vida do trabalhador rural no que dizia respeito aos baixos salários, exploração da mão-de-obra, moradia, educação, e assim sucessivamente. Esta mobilização representou um marco significativo na história do movimento trabalhista rural, marcando um ponto de virada na luta por direitos e reconhecimento. Desde então, muito foi feito pela melhoria de vida do trabalhador rural, graças à iniciativa da Igreja presente em Botucatu. Esta trajetória exemplifica como ações baseadas em valores éticos e morais podem levar a mudanças significativas e duradouras na sociedade.

3.4. A Pastoral com os Menores Abandonados

O profundo amor fraterno aos pobres e aos necessitados perseguiu Dom Frei Henrique durante toda a sua vida. Preocupou-se muito com a infância desamparada, por quem devotava um amor incontido. Por isso uma das suas grandes preocupações era a questão dessas crianças abandonadas, já que na cidade de Botucatu pouco ou nada se tinha feito até então em prol dos menores abandonados. Esta atenção especial às crianças abandonadas revela uma compreensão profunda de Dom Frei Henrique sobre a vulnerabilidade desse segmento da população e a urgência de intervir. Dom Frei Henrique resolve então, apoiado pelo seu clero, tomar providências para que essa situação fosse sanada: A fundação da Casa dos Meninos “Sagrada Família”, cujo projeto foi de autoria do renomado arquiteto Benedito Calixto. A escolha de um arquiteto renomado para o projeto reflete o compromisso de Dom Frei Henrique em garantir não apenas a funcionalidade, mas também a qualidade estética e a dignidade do espaço para as crianças. Essa nova instituição social seria um empreendimento que Dom Frei Henrique já havia realizado na sua anterior Diocese de Bonfim, na Bahia⁶⁰⁷.

Sem meios financeiros para iniciar a obra, Dom Frei Henrique utilizou as dependências do Palacio Episcopal para abrigar as cinco primeiras crianças desamparadas

⁶⁰⁶ GS 60.

⁶⁰⁷ O PALÁCIO Episcopal não hospeda só o Bispo, abriga também cinco meninos desamparados. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 26 de janeiro de 1952, ano XII, n. 610, p. 03.

cujas idades eram de 6 a 9 anos. Adaptou o local onde se localizava a antiga adega do Palácio instalando ali os dormitórios, as instalações sanitárias, a sala de estudo e recreio que acabou recebendo o nome sugestivo de “Adega da Caridade”. Esta improvisação mostra a resiliência e a criatividade de Dom Frei Henrique em face das limitações financeiras, transformando um espaço subutilizado em um refúgio para crianças necessitadas. A maior parte destes meninos vieram não só de Botucatu, mas de outras localidades da região, demonstrando assim segundo Dom Frei Henrique que “Botucatu é a cidade chave para a extensa zona de nosso Estado em todos os sentidos, inclusive no de assistência social”⁶⁰⁸.

Além dos estudos, onde os meninos que cursavam o grupo escolar e o jardim da infância, dedicavam seu tempo a recreações e alguns poucos trabalhos manuais e práticas religiosas, sob os cuidados do Seminarista, depois Pe. Rui Cândido da Silva e de sua dedicada irmã Afonsina Silva. O cuidado integral proporcionado, abrangendo educação, recreação e formação espiritual, sublinha uma abordagem holística no tratamento das necessidades dessas crianças. Os menores abandonados abrigados na Adega da Palácio Episcopal tomam suas refeições no Seminário e se vestiam com roupas doadas por senhoras da sociedade botucatuense.

Para a construção da Vila dos Meninos “Sagrada Família”, a Mitra Diocesana doou um terreno extenso na Vila São Lúcio, que, segundo Dom Frei Henrique “logo esteja concluído esse edifício, lá ficarão os meninos até que se concretize de vez tão grandiosa obra social que virá engrandecer sobremaneira o renome da Cidade dos Bons Ares”⁶⁰⁹. A doação de um terreno extenso pela Mitra Diocesana é uma indicação clara do apoio e do comprometimento da Igreja com esta causa. Afirmou ainda que “digna de nota, também, é a atitude do Governador Lucas Garcez, que cedeu, sob regime de comodato, para servir de abrigo provisório das crianças, o edifício que se destinava à residência do engenheiro de águas”⁶¹⁰, isso devido ao aumento de crianças abandonadas que começaram a chegar e bater a sua porta pedindo proteção, assim a “Adega da Caridade” ficou pequena para acolher tão grande número de meninos e foi necessário transferir a “Adega da Caridade” para o edifício cedido pelo governador⁶¹¹. Esta colaboração entre a Igreja e o Estado, exemplificada pela atitude do Governador Lucas Garcez, destaca a importância da parceria interinstitucional para enfrentar problemas sociais complexos.

⁶⁰⁸ Id. p. 03.

⁶⁰⁹ Ib. p. 03.

⁶¹⁰ Ib. p. 03.

⁶¹¹ Id. p. 03.

A bênção e o lançamento da pedra fundamental da Casa dos Meninos Sagrada Família aconteceu no dia 07 de setembro de 1952, dia em que se comemorava o dia da Pátria e também da Padroeira do Brasil. Esteve presente todo o clero⁶¹², as autoridades da cidade⁶¹³, os colégios, as Associações e grande número de fiéis, já que, todos apoiavam o arcebispo neste seu empreendimento em prol dos menores abandonados⁶¹⁴. Essa ampla participação comunitária reflete o apoio e a importância atribuída pela sociedade local ao projeto, evidenciando um senso de responsabilidade coletiva para com as crianças desamparadas.

Ao iniciar a cerimônia o arcebispo Dom Frei Henrique, dirigindo suas palavras a todos os presentes assim se expressou:

Hoje damos a bênção à pedra fundamental daquela que vai ser a casa da caridade, da segurança e do amor, ela já existe nas pessoas das sete crianças que vivem no Palácio Episcopal; e vive, ainda, com maior força, no coração do povo da cidade que já demonstrou e vai demonstrar constantemente seu amor ao próximo, aos infelizes, àqueles que de fato necessitam. Maior comemoração do Dia da Pátria e maior glória a Nossa Senhora Aparecida não se poderia tributar, porque, aqui na Vila São Lúcio, nesta tarde de muito sol e de muita alegria - contrastando com a fisionomia carrancuda da manhã positivou-se isto: ganhar as crianças para a Pátria e, também, ganhar as crianças para Deus⁶¹⁵.

O orador oficial foi o professor Inácio de Loiola Vieira Novelli, grande apoiador do arcebispo no referido empreendimento, onde, em seu discurso disse:

De um modo particular a nossa atenção foi solicitada para aquela reflexão de que, nós, aqui fora, damos ao menino que pede, o pedaço de pão, um pouco de leite, o sapato desnecessário, apenas para que ele não venha perturbar a paz do nosso lar. Mas que aqui na Vila do Menino tudo será diferente: aqui a criança terá a sua casa, terá o seu lar⁶¹⁶.

Encerrando a solenidade falou novamente Dom Frei Henrique agradeceu a todos que colaboraram na empreitada - particularmente a Comissão de Senhoras da Ação Católica, e afirmou: “Aqui o menino viverá como viveria em seu lar: recebendo os seus companheiros,

⁶¹² Além dos sacerdotes locais, é mister destacar-se a presença do Pe. Antônio Maria Indelicato, Rogacionista, diretor da "Casa do Garoto" de Bauru; Pe. Pedro Paulo Koop, m.s.c., fundador da mesma casa e Pe. Frei Roberto, O.f.m., da Igreja de Santo Antônio da Bela Vista de Bauru (Livro tombo da Cúria n. 346, p. 314 – Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁶¹³ Estavam presentes: o Dr. Francisco Thomaz Filho, Juiz de Direito da Comarca; o sr. Emílio Peduti, Prefeito Municipal; Dr. Forster Sampaio, Delegado de Polícia Adjunto; o profº. Américo Virgínio dos Santos, Delegado Regional do Ensino; o Dr. Benedito Nobrega do Canto e o Dr. Luiz Peres, respectivamente, Delegado de Saúde e Médico-chefe do Centro de Saúde local; o Dr. Zorobabel Ferreira de Sá, Diretor do Dispensário de Tuberculose; o sr. Alberto Laurindo, presidente da Câmara Municipal, o Dr. Jaime Almeida Diato, Deputado Estadual; profº. Luiza Assunção, Presidente da L. B. A. (Livro tombo da Cúria n. 346, p. 314 – Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu)

⁶¹⁴ Livro tombo da Cúria n. 346, p. 314 (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁶¹⁵ LANÇADA, em uma das mais encantadoras colinas de nossa cidade, a semente promissora de uma árvore gigantesca. Monitor Diocesano. Botucatu, 13 de setembro de 1952, ano XIII, n. 641, p. 01.

⁶¹⁶ Id. p. 04.

jogando o seu futebol, empinando o seu papagaio, indo à escola da cidade”. Esta conclusão de Dom Frei Henrique sintetiza a essência da missão da Casa dos Meninos, enfatizando a importância de um ambiente familiar e amoroso na educação e no desenvolvimento das crianças. E concluiu numa belíssima imagem afirmando:

Assim se fecha neste lugar o círculo da amizade, o círculo do amor, o círculo da caridade: a Misericórdia, o Orfanato, a Catedral, o Seminário, a Igreja da Vila dos Lavradores, a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, ali tão perto, a Igreja de Santo Antônio de Rubião Junior, mais longe, mas todos abençoando a iniciativa⁶¹⁷.

A inauguração da Casa dos Meninos “Sagrada Família” se deu no dia 05 de junho de 1966, data em que os meninos foram então transferidos para a nova casa, que já contava com 53 menores abandonados. A rápida evolução do projeto, desde a colocação da pedra fundamental até a inauguração, é um testemunho do comprometimento da comunidade e da liderança eclesial com a causa dos desamparados. A casa passou a ser dirigida pelas Irmãs da Congregação das Servas do Senhor, congregação fundada pelo próprio Dom Henrique⁶¹⁸. Neste dia, segundo Delmanto:

Dom Henrique não cabia em si de tão contente, agradeceu a ajuda da população botucatuense e os esforços da Diretoria para dotar a cidade de uma casa para os meninos residirem e serem educados para uma vida melhor. Com a realização da primeira missa na Igreja da Vila dos Meninos, Dom Henrique concluía a sua missão de proteger os meninos desamparados, desde sua passagem pela Bahia e desde a sua chegada a Botucatu⁶¹⁹.

Após renunciar ao governo da Arquidiocese de Botucatu, Dom Frei Henrique, em 18 de dezembro de 1968 foi residir na Casa dos Meninos “Sagrada Família” para jubilo das 53 crianças lá residentes, que o chamavam de “pai”⁶²⁰. Esta escolha de residir com as crianças demonstra a dedicação genuína e o amor paternal de Dom Frei Henrique por essas crianças, reforçando o impacto pessoal e duradouro de seu trabalho. Ali ficou residindo até seu falecimento em 06 de novembro de 1974. A presença constante de Dom Frei Henrique na casa até seus últimos dias é um legado poderoso, refletindo seu compromisso inabalável com a missão de cuidar dos meninos desamparados. O grande Objetivo de Dom Frei Henrique, ao fundar a Vila dos Meninos, foi a elevação espiritual e o encaminhamento das crianças. Esta visão mostra o compromisso de Dom Frei Henrique não apenas com o bem-estar físico, mas também com o desenvolvimento moral e espiritual das crianças. Dessas crianças que

⁶¹⁷ Id. p 04.

⁶¹⁸ SOARES VIERA. *Sursum Corda*. Op. Cit. p. 44.

⁶¹⁹ VILA dos Meninos, magnífica obra de D. Henrique Golland Trindade. *Jornal Vanguarda*. Botucatu, 31 de agosto de 1973, p. 02.

⁶²⁰ SOARES VIERA. *Sursum Corda*. Op. Cit. p.191.

residiram e foram educadas ali saíram grandes profissionais, dentre eles o sr. Valdir Gerônimo, que foi criado na Casa dos Meninos e que, no final da década de 70 foi um dos primeiros classificados no Banco do Estado de São Paulo⁶²¹. Este exemplo ilustra o impacto transformador da Vila dos Meninos na vida dos seus residentes, preparando-os para o sucesso na sociedade. Essa obra vingou e abrigou até a década de 90 meninos órfãos e/ou abandonados em situação de vulnerabilidade tais como: situação de violência e maus tratos, pobreza acentuada, óbito de um dos cônjuges, etc. A diversidade dos casos de vulnerabilidade atendidos pela instituição ressalta sua importância como um refúgio seguro e inclusivo. Estes meninos ali chegavam através de encaminhamentos judiciais ou pela própria família que os deixavam na porta ficando ali sob os cuidados das Irmãs Servas do Senhor. A colaboração entre a justiça e a família na alocação dessas crianças demonstra o reconhecimento da Vila dos Meninos como um lugar de confiança e cuidado. A administração ficou sempre a cargo de leigos que coordenam sua manutenção material⁶²².

Com a implantação do Estatuto da Criança e Adolescente no ano de 1990, que rompeu com o regime de institucionalização dessas crianças e adolescentes, a Vila dos Meninos “Sagrada Família” teve que acolher e pôr em prática, de maneira progressiva, o novo sistema tornando-se assim uma instituição de caráter socioeducativo, não apenas de amparo, mas especialmente de fortalecimento dos vínculos familiares. Esta adaptação ao Estatuto da Criança e Adolescente reflete a capacidade da instituição de evoluir e se alinhar com as melhores práticas de cuidado infantil. E a partir do ano de 2005 incluiu também meninas no seu atendimento. As Irmãs da Congregação das Servas do Senhor continuam ali o seu trabalho junto a essas crianças e adolescentes. A continuidade do trabalho das Irmãs Servas do Senhor assegura que o legado de Dom Frei Henrique permaneça vivo e adaptável às mudanças dos tempos.

⁶²¹ Id. p. 45.

⁶²² Id. p. 45.

IV. CAPÍTULO

CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO E ECLOSÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

O Movimento Estudantil e as grandes manifestações de 1968 no Brasil foram anteriores aos acontecimentos ocorridos em Paris e que desencadearam uma onda mundial de revoltas. Três meses antes de ocorrer o levante dos estudantes parisienses, no Rio de Janeiro em 28 de março de 1968, um secundarista carioca chamado Edson Luís foi morto numa operação policial de repressão a um protesto em frente ao restaurante universitário “Calabouço”. Este trágico acontecimento, ao meu ver, não foi apenas uma nota de rodapé na história dos movimentos sociais, mas sim um estopim para uma reação em cadeia de consciência e indignação coletiva. Deu-se uma comoção nacional. A mobilização de uma multidão de 50 mil pessoas, incluindo intelectuais e artistas, para o seu funeral, demonstra a capacidade de união e solidariedade que transcendeu as barreiras sociais e acadêmicas da época. A partir daquele momento o Brasil entraria nos dez meses mais tensos e convulsionados da sua história do pós-guerra.

1. História do Movimento Estudantil no Brasil

Amparados na classificação trazida por Antônio Mendes Junior⁶²³, segundo o critério do tipo de atuação, podemos dizer que o movimento estudantil no Brasil possui quatro fases, a saber: fase de atuação individual; fase de atuação coletiva; fase de atuação organizada e, por fim; fase de atuação clandestina. Esta classificação não só oferece uma estrutura analítica para compreender as transformações do movimento estudantil, mas também reflete as mudanças profundas no tecido social e político do Brasil.

Diante do exposto, percorreremos cada uma das distintas fases, com o fim de buscar entender como se desenvolveu o movimento estudantil brasileiro.

1.1. Fase da atuação individual

A fase de atuação individual, situada na transição entre o período colonial e o início do Império na História do Brasil, testemunha uma ausência de entidades ou estruturas que unam estudantes em um propósito comum, resultando em uma participação política

⁶²³ JUNIOR, Antônio Mendes. *Movimento estudantil no Brasil*. 2a. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 9.

predominantemente individual e carente de coesão. Este cenário fragmentado reflete um momento histórico em que as instituições educacionais e políticas estavam ainda em um estado embrionário, não proporcionando um terreno fértil para movimentos estudantis coletivos. A era colonial, por sua vez, carece de instituições de ensino superior e apresenta um cenário político de pouca influência, com decisões externas limitando a participação dos colonos⁶²⁴. Assim, a participação política estudantil era mais um ato de resistência individual do que um movimento organizado.

Considerando que a universidade não estava concebida para acolher e preparar um corpo coletivo ou uma comunidade, fica mais claro porque os estudantes não se organizavam conjuntamente para alcançar objetivos em comum. A inexistência de um ambiente universitário como conhecemos hoje era, sem dúvida, um obstáculo significativo para o surgimento de um movimento estudantil coeso. Além disso, é evidente que restrições técnicas e tecnológicas dificultavam a comunicação e a troca de informações entre os alunos naquela época⁶²⁵. Segundo Poerner:

A primeira manifestação estudantil registrada pela história brasileira ocorre ainda no período colonial, em setembro de 1710, quando da invasão que mais de mil soldados franceses, sob o comando de Jean François Duclerc, empreendem no Rio de Janeiro. (...) a expedição invasora se refugiou no chamado Trapiche da cidade, onde ficou encurralada e se viu obrigada a capitular. Duclerc desempenhou, assim, o papel de primeira presa de guerra dos estudantes brasileiros, tendo permanecido nessa condição até 18 de março de 1711, quando foi assassinado na casa em que estava detido, na atual Rua da Quitanda, por dois homens embuçados. Os jovens que, capitaneados pelo sertanista Bento do Amaral Coutinho, se portaram tão valentemente, conforme o testemunho unânime dos historiadores, que não divergem quanto à valentia demonstrada estudavam em conventos e colégios religiosos, pois, à época, ainda não havia ensino universitário no Brasil. A aristocracia colonial enviava seus filhos às universidades europeias, principalmente a Portugal (Coimbra) e à França (Montpellier e Bordeaux)⁶²⁶.

Este episódio, embora isolado, sinaliza o potencial de resistência e ação política que viria a caracterizar os estudantes em momentos subsequentes da história brasileira.

Uma notável mudança no panorama estudantil surge com a expulsão dos jesuítas das escolas em Portugal pelo Marquês de Pombal e a subsequente reforma da Universidade de Coimbra. Esta reforma, embora motivada por questões políticas e religiosas,

⁶²⁴ *Ib.* p. 9

⁶²⁵ BATISTA, Isadora Mendes; SANTOS, Vinícius Medeiros dos. A relevância da união nacional dos estudantes no cenário brasileiro, *Revista Mosaico*, v. 19, n. 1, p. 7–33, p. 9. 2020.

⁶²⁶ POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 5. ed. ilustrada, revisada, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro, RJ: Booklink, 2004, p. 54.

inadvertidamente, preparou o terreno para um florescimento intelectual que se refletiria no Brasil. Essa transformação modifica o cenário cultural, levando a uma adoção de ideias de pensadores como Voltaire, Diderot, Rousseau, D'Alembert, Turgot e Montesquieu pelos novos docentes das faculdades⁶²⁷. A introdução dessas ideias no contexto educacional de Coimbra foi um catalisador para o pensamento crítico e questionador entre os estudantes brasileiros que lá estudavam. Nesse sentido, afirma Mendes Junior: “Os jovens brasileiros que iam estudar em Coimbra voltavam agora em bebidos das ideias francesas, libertárias e revolucionárias. A mesma ideologia que serviria de base à revolução francesa servia para deixar mais clara a odiosa opressão do colonialismo português no Brasil”⁶²⁸.

Este despertar ideológico foi sem dúvida um dos principais impulsionadores da consciência política entre os estudantes brasileiros.

Contudo, a influência ultrapassou a mera ideologia revolucionária europeia na perspectiva da juventude brasileira, estabelecendo também uma notável ligação com a independência dos EUA proclamada em 1776⁶²⁹. Este evento histórico serviu não apenas como inspiração, mas também como um modelo para as aspirações de liberdade e autonomia no Brasil.

Na cidade de Montpellier, no ano de 1786, o jovem José Joaquim da Maia adotou o pseudônimo "Vendek" para enviar uma correspondência a Thomas Jefferson, na época embaixador dos EUA na França. Nesta missiva, Maia expressou o seu interesse em estabelecer uma revolução com o propósito de alcançar a emancipação do domínio português⁶³⁰. Jefferson manifestou um notável interesse pela proposição de Maia, a tal ponto que deliberou encontrar-se com ele em Nîmes, com o intuito de adquirir uma compreensão mais abrangente e aprofundada do projeto. Maia, em sua narrativa entusiasmada, apresentou os detalhes do plano ao estadista norte-americano. Após ouvir as considerações de Maia de forma atenta, Jefferson delineou sua objeção, sustentando que os EUA não poderiam se comprometer com um conflito contra Portugal. A postura cautelosa de Jefferson reflete as complexidades da diplomacia e os desafios de apoiar movimentos de independência estrangeiros. A razão fundamentada por Jefferson residiu na recém-concedida vantajosa relação comercial estabelecida entre os EUA e Portugal⁶³¹.

⁶²⁷ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 14.

⁶²⁸ *Ib.* p. 14-15.

⁶²⁹ *Ib.* p. 15.

⁶³⁰ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 54-55.

⁶³¹ *Ib.* p. 56.

No entanto, a Independência dos EUA proporcionou o que muitos estudiosos chamaram de "justificação pelo exemplo": uma vez que os americanos haviam conquistado sua liberdade do domínio britânico, não havia impedimentos para que outras nações do continente buscassem um rompimento similar com Portugal e Espanha. Este raciocínio reflete uma universalização do direito à autodeterminação, que viria a influenciar os movimentos de independência em todo o continente americano. Dado esse contexto, não é surpreendente que a primeira participação política tangível de um estudante brasileiro tenha sido a liderada por José Joaquim da Maia. No ano de 1786, juntamente com onze outros jovens compatriotas, ele estabeleceu uma sociedade secreta com o propósito de promover a independência do Brasil⁶³². O surgimento dessa sociedade secreta é um testemunho da crescente consciência política entre os estudantes, marcando o início de uma nova era na participação estudantil na política brasileira.

No mesmo grupo liderado por Maia, encontrava-se José Álvares Maciel, estudante de Química na Universidade de Coimbra, que desempenharia um papel fundamental na Inconfidência Mineira, a primeira tentativa de mobilizar a independência. É de notar que a educação europeia de Maciel foi um fator decisivo para a sua participação no movimento, evidenciando a importância da formação acadêmica na politização dos indivíduos. Maciel, como a maioria dos "inconfidentes", fazia parte da elite abastada dos "homens bons" de Minas Gerais, formada por proprietários de terras e escravos, mineradores, profundamente afetada pela exploração colonial. Durante seus estudos, absorveu os princípios do Iluminismo e, ao influenciar Tiradentes no Rio de Janeiro, compartilhou o entusiasmo pelas "ideias francesas". Embora essas ideias representassem um anseio por liberdade, é crucial entender que elas se manifestavam dentro de um contexto social e econômico que não estava pronto para uma ruptura completa com o status quo vigente. No entanto, é crucial esclarecer que as posições revolucionárias dos estudantes da época, incluindo José Álvares, não se estendiam muito além da busca direta pela independência. Essa limitação reflete uma espécie de seleção ideológica, onde apenas aspectos convenientes do Iluminismo foram adotados, enquanto outros, potencialmente disruptivos para a estrutura social da época, foram descartados. A estrutura patriarcal-escravista da sociedade brasileira, persistente até o século XIX, limitou a assimilação das ideias liberais europeias. Como resultado, os planos dos conspiradores de 1789 não contemplavam mudanças na ordem socioeconômica, excluindo alterações na propriedade dos senhores de terra e escravos. Quando a abolição dos escravos foi discutida

⁶³² JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 15.

em Vila Rica, Maciel afirmou que tal medida levaria à escassez de mão de obra para mineração e agricultura⁶³³. Este posicionamento revela um conflito intrínseco entre os ideais iluministas e os interesses econômicos da elite local, um dilema que perduraria ao longo da história brasileira. Boris Fausto é concorde nesse aspecto quanto aos movimentos de independência, nesse sentido explana: “As ‘idéias francesas’ ou o liberalismo da revolução americana eram suas fontes inspiradoras. Mas os setores dominantes tratavam de limitá-las, sendo, por exemplo, muito prudentes no tocante ao tema da abolição da escravidão, que viria ferir seus interesses”⁶³⁴.

A prudência mencionada por Fausto é sintomática de uma resistência mais ampla a mudanças sociais radicais, que muitas vezes acompanham movimentos revolucionários. Apesar disso, essas constituíram as primeiras incursões efetivas dos estudantes brasileiros na esfera política, que gradualmente amadureceriam em termos de consistência, organização e amplitude de visão⁶³⁵. Este processo de maturação foi crucial para a evolução do movimento estudantil, que passou de ações isoladas para uma participação política mais estruturada e consciente. Como destaca Mendes Junior:

Os primeiros passos nesse sentido foram dados com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, pressionada pelos interesses ingleses e pela ameaça napoleônica. O fato de o Brasil passar a ser o centro de decisões políticas da Metrópole, abandonando a situação de Colônia e adquirindo a estrutura político-administrativa de Nação soberana, criou uma situação completamente nova em nosso país. Ao lado de medidas importante alcance econômico, (...) A instalação do aparelho de Estado português no Brasil exigia modificações em outros setores, inclusive na nossa até então paupérrima vida cultural. Assim foi criada, ainda em 1808, a primeira faculdade em território brasileiro, a Escola de Medicina da Bahia. Dezenove anos mais tarde, a lei imperial de 11 de agosto de 1827 estabelecia a criação das Academias de Direito de Olinda e São Paulo, onde se formaria grande parte da geração política do Império e da Primeira República⁶³⁶.

A fundação dessas instituições educacionais foi um marco, não apenas para a educação, mas também para a vida política do Brasil, alimentando um ambiente propício para o debate e a formação de uma consciência política mais robusta. No mesmo sentido, Poerner discorre:

O papel precursor que os estudantes desempenharam na Conjuração Mineira, como fontes revolucionárias de inspiração e esclarecimento, hoje, diríamos de agitação e politização, se assemelha bastante, nesse ponto, à posição do

⁶³³ Ib. p. 16–17.

⁶³⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo, SP, Brasil: Edusp: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1994, p. 113.

⁶³⁵ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 17.

⁶³⁶ Ib. p. 17–18.

movimento estudantil na sociedade, respeitadas as devidas proporções. Naquela época, eram estudantes que atuavam isoladamente ou, no máximo, em pequenos grupos, como na associação secreta fundada pelos que estudavam na Universidade de Coimbra. Não havia a intensidade e a organização que o movimento só adquiriria no século 20, a ponto de muita gente lhe atribuir, erroneamente, um caráter classista, chegando a falar de ‘classe estudantil’. O sentido de emancipação nacional da participação estudantil era, então, incomparavelmente, menos complexo, na mesma proporção em que o contexto colonialista da época era simples diante da complexidade do neocolonialista⁶³⁷.

A análise de Poerner nos leva a refletir sobre a evolução do papel político dos estudantes, de agentes isolados a participantes ativos em um movimento coletivo e organizado.

A emergência das instituições de ensino superior em nosso território teve repercussões inevitáveis na esfera da participação política dos estudantes. Primeiramente, elas se converteram em centros de debates e politização, dado que a prática educativa não é concebível sem uma dose mínima de atividade crítica. Essa integração entre educação e atividade crítica é um aspecto fundamental na formação de cidadãos conscientes e engajados politicamente. É relevante observar que essa prática educativa e essa atividade crítica se desenvolviam aqui, não mais na Europa como anteriormente, conferindo-lhes, portanto, maior força e abrangência. A localização dessas práticas no Brasil proporcionou uma maior relevância e uma aplicação mais direta às realidades locais. Ademais, devemos ressaltar que essas transformações influenciaram a própria quantidade de estudantes, proporcionando um leve aumento na probabilidade de indivíduos das "camadas médias" – isto é, homens livres sem propriedades de terras e escravos – ingressarem em cursos superiores⁶³⁸. Esse acesso ampliado à educação superior pode ser visto como um precursor de uma sociedade mais igualitária e democraticamente engajada.

De toda maneira, detectamos a presença esporádica de estudantes, muitos dos quais ainda provenientes de universidades europeias, outros originados de seminários, em todos os movimentos políticos das três primeiras décadas do século XIX, a partir da Revolução Pernambucana de 1817. Este envolvimento evidencia uma contínua tradição de participação política dos estudantes, que remonta à época colonial e se estende por toda a história do Brasil. Essa revolução, conhecida como *a revolução dos padres* devido à participação significativa de membros do clero, viu também alguns estudantes do Seminário de Olinda envolvidos. O fato de estudantes e clérigos estarem entre os protagonistas dessa revolta

⁶³⁷ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 58.

⁶³⁸ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 18–19.

sublinha a intersecção entre educação, religião e política, uma tríade que frequentemente se entrelaça nos movimentos sociais. Esse seminário era então considerado uma espécie de "filial" da Universidade de Coimbra, por transmitir ensinamentos alinhados com ideias liberais aos seus estudantes⁶³⁹. A influência de Coimbra sobre o Seminário de Olinda é um exemplo da importância das conexões intelectuais transatlânticas na formação de ideais revolucionários no Brasil.

Após a tomada do Recife pelos revolucionários, foi estabelecido um governo provisório fundamentado em uma "lei orgânica" que proclamou a República, promoveu a igualdade de direitos e a tolerância religiosa, contudo, não abordou a questão da escravidão. Esta omissão é reveladora das limitações do movimento e do próprio contexto histórico que ainda não estava preparado para abordar a complexidade da questão escravista. Enviaram emissários para buscar apoio nas outras capitanias e aos EUA, Inglaterra e Argentina, visando reconhecimento e suporte. A revolta progrediu pelo interior, mas logo foi seguida pelo contra-ataque das forças portuguesas, através do bloqueio do Recife e da invasão de Alagoas. Os combates no interior destacaram a falta de preparo e as discordâncias entre os revolucionários. Essas dificuldades internas e a falta de preparo são um reflexo das dificuldades inerentes a qualquer movimento revolucionário, especialmente naquela época de comunicação e logística limitadas. Finalmente, as tropas portuguesas retomaram o controle do Recife em maio de 1817, resultando nas prisões e execuções dos líderes do levante. Após mais de dois meses, o movimento deixou uma marcante influência na região Nordeste⁶⁴⁰. Essa influência perdura até hoje, como um lembrete da capacidade de resistência e do desejo de autonomia do povo brasileiro.

Durante a denominada "guerra da Independência", que teve como epicentro a Bahia e confrontou as tropas portuguesas de Madeira de Melo, alojadas na região e que resistiram à separação entre Brasil e Portugal, observamos novamente a participação de vários estudantes nos batalhões de guerrilheiros voluntários. Essa participação dos estudantes, entre os quais se destacou Antônio de Freitas, estudante de medicina, é um testemunho da crescente politização e comprometimento dos acadêmicos com os rumos da nação. Entre eles destacou-se Antônio de Freitas, estudante de medicina, por seu engajamento nesses combates⁶⁴¹.

⁶³⁹ Ib. p. 19.

⁶⁴⁰ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 129.

⁶⁴¹ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 19.

Neste ponto, a intensidade das discussões e a participação política haviam aumentado consideravelmente, impulsionadas pelo surgimento de uma imprensa crítica e opositora. Essa evolução da imprensa, que passou de um instrumento de propaganda monárquica para uma ferramenta de crítica e oposição, reflete um amadurecimento significativo do pensamento político e da liberdade de expressão no Brasil. Rompendo com a era joanina, na qual apenas o periódico oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*, sob a direção de Frei Tibúrcio da Rocha, era permitido e abordava exclusivamente informações sobre a saúde das figuras europeias e, ocasionalmente, apresentava documentos oficiais, celebrações de aniversários, odes e elogios à monarquia vigente⁶⁴².

Essa situação de inserção isolada dos acadêmicos na política brasileira persistiu de forma mais ou menos consistente até meados do século passado, coincidindo com o início do Segundo Império. A persistência dessa situação, apesar das mudanças políticas ocorridas no país, sugere uma certa inércia cultural e institucional que tardou a reconhecer e incorporar o potencial dos acadêmicos como agentes políticos. Pode-se afirmar com razoável segurança que, mesmo durante o período regencial (1831-1840), marcado por sua agitação revolucionária, ainda não havia uma participação coletiva estudantil bem definida, ainda que em estágios iniciais⁶⁴³. Essa ausência de uma participação coletiva mais estruturada pode ser interpretada como reflexo das limitações da época, tanto em termos de estruturas organizacionais quanto de uma consciência política mais desenvolvida entre os estudantes.

1.2. Fase de atuação coletiva

A etapa subsequente é caracterizada pela atuação coletiva, situando-se temporalmente ao longo do período do Segundo Império até a Primeira República, com abrangência até os primórdios do Estado Novo (1937). Neste estágio, emergem as Sociedades Acadêmicas, em sua maioria pautadas por uma orientação eminentemente cultural e intelectual, contudo, assumindo relevância política significativa em momentos cruciais, como ilustrado pelo contexto da Campanha Abolicionista e do Movimento Republicano⁶⁴⁴. É notável como, ao longo do tempo, essas sociedades transformaram-se de meros círculos culturais para atores políticos influentes, refletindo a dinâmica evolutiva da consciência social e política dos estudantes. Assim como as ideias iluministas aliadas à opressiva exploração colonial

⁶⁴² Ib. p. 19–20.

⁶⁴³ Ib. p. 20–21.

⁶⁴⁴ Ib. p. 10.

portuguesa deram origem ao movimento pela Independência e ao fim do "pacto colonial", nos últimos 50 anos do século XIX surgiram novas causas de luta. Principalmente, destacam-se o Liberalismo e o Positivismo de Augusto Comte, seguidos secundariamente por várias formas de socialismo utópico (Fourier, Owen e Proudhon), como suas influências ideológicas⁶⁴⁵.

1.2.1. Abolição e República

É em torno das palavras-chave "Abolição" e "República" que surgem os primeiros vestígios de ação coletiva entre estudantes na esfera política. As Sociedades Acadêmicas, também conhecidas como Clubes Acadêmicos, ganham destaque nesse contexto. Ainda que já existissem no Brasil, até meados do século XIX essas sociedades estavam mais associadas a atividades culturais e intelectuais do que a ações políticas⁶⁴⁶. Isso demonstra uma transição significativa no papel dessas sociedades, passando de arenas de reflexão cultural para palcos de ação política, marcando um novo capítulo na história do movimento estudantil brasileiro. Nesse sentido, Poerner destaca:

Outras associações desse tipo, e de vida intelectual igualmente intensa, apareceram depois de 1850 na Faculdade de Direito de São Paulo, tais como o Ensaio Filosófico Paulistano, o Ateneu Paulistano, a Arcádia Paulistana, a Associação Culto à Ciência e o Instituto Acadêmico. A elas, bem como a um certo tom progressista imprimido a algumas iniciativas do Segundo Império, deve ser creditada a extensão, até 1860, da trégua política estudantil. E esta foi, por sua vez, responsável, em grande parte, pelo período de florescimento literário e artístico que se seguiu, reunindo Fagundes Varela e Castro Alves a Álvares de Azevedo, na faculdade paulista. A poesia passou a ocupar o tempo e o espaço que lhe foram franqueados pela retirada temporária da política, está acompanhada, no breve ocaso, pelos estudos histórico-filosóficos⁶⁴⁷.

O processo de abolição da escravidão ocorreu em etapas até 1888. A maior controvérsia legal não surgiu em 1888, mas sim em 1871, quando o governo imperial propôs a Lei do Ventre Livre⁶⁴⁸, e a partir desse marco temporal, com o início da "Campanha Abolicionista" em âmbito nacional, a dinâmica das atividades culturais e intelectuais dos também chamados Clubes Acadêmicos se alterou. Este ponto de inflexão na história brasileira, onde a cultura e a política convergem, destaca o papel crucial dos estudantes e suas sociedades na formação do pensamento progressista e na luta por reformas sociais. Eles se

⁶⁴⁵ Ib. p. 22.

⁶⁴⁶ Ib. p. 23.

⁶⁴⁷ POERNER *O poder jovem*. Op. cit. p. 62–63.

⁶⁴⁸ FAUSTO *História do Brasil*. Op. cit. p. 217.

engajaram vigorosamente na luta pela abolição da escravatura e, conseqüentemente, na contestação do Império como sistema político e econômico⁶⁴⁹. Segundo Poerner:

Ao crescimento do ideal abolicionista correspondeu mudança no conteúdo da poesia, que se tornou socialmente participante, com Castro Alves e Tobias Barreto, na Faculdade de Direito pernambucana (transferida, em 1854, de Olinda para Recife). A poesia social devolveu, numa sequência lógica, os estudantes à política, na qual passariam, daí em diante, a assumir posições cada vez mais divergentes das que defendia o governo. Incidentes, como a prisão escolar de Maciel Pinheiro e, principalmente, o espancamento do estudante Torres Portugal, junto a ponte do Recife, vêm acirrar a divergência. Na Faculdade de São Paulo, o início da oposição a D. Pedro II irá encontrar, como acadêmicos, futuros presidentes da República, Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena e Rodrigues Alves, bem como Rui Barbosa e Castro Alves, transferidos do Recife, e Joaquim Nabuco. De todos, Castro Alves é, talvez, o que melhor simboliza, nessa fase, o papel precursor que os estudantes desempenharam na Campanha Abolicionista, mediante escritos em prosa e verso, conferências e debates públicos⁶⁵⁰.

No entanto, após o falecimento do poeta libertário, a mobilização estudantil pela abolição da escravidão transcende o âmbito doutrinário, evoluindo para a formação de grupos e sociedades que incentivam a fuga de escravos, prestando-lhes auxílio nessa empreitada perigosa. Nessa fase, surgem figuras proeminentes como Raul Pompéia em São Paulo e Brício Filho, inicialmente no Rio de Janeiro e posteriormente na Bahia. Paralelamente, a juventude militar se une à causa, evidenciado pela criação da sociedade "Libertadora" pelos cadetes da Escola Militar. Pouco tempo depois, a causa alcança a vitória, proporcionando aos estudantes a celebração de um triunfo que, embora não lhes fosse exclusivo, teve origem nas faculdades e recebeu o ímpeto inicial da imprensa acadêmica⁶⁵¹.

Paralelamente, crescia o movimento republicano, frequentemente se entrelaçando com o abolicionismo. Alguns líderes republicanos, como Lopes Trovão e Silva Jardim, defendiam uma revolução popular, enquanto outros, como Quintino Bocaiuva, buscavam uma transição pacífica, aguardando a morte de Dom Pedro II. Nas cidades, os republicanos eram principalmente profissionais liberais e jornalistas, os cariocas ligavam a República a maior representação política, direitos individuais, federação e fim da escravidão. Na década de 1870, porém, surgiu um movimento republicano conservador, liderado pelo Partido Republicano Paulista (PRP), que enfatizava a federação e era apoiado pela burguesia cafeeira. Diferente do Rio de Janeiro, o PRP focou menos nas liberdades civis e políticas, com maior ênfase na federação. Apesar de influenciado pelo federalismo de Tavares Bastos, o PRP acreditava que o

⁶⁴⁹ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 23.

⁶⁵⁰ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 63.

⁶⁵¹ *Ib.* p. 63-64.

Império não era compatível com a autonomia provincial, mas evitou discutir a escravidão até a véspera da Abolição⁶⁵². Essa dualidade nas abordagens republicanas, refletindo as complexidades socioeconômicas e culturais do Brasil da época, sublinha a diversidade e a riqueza dos movimentos sociais e políticos, nos quais os estudantes desempenharam papéis significativos. Conforme destaca Poerner: “Quanto à campanha republicana, se desenvolvera pari passu à abolicionista. Muitos estudantes punham mais ênfase naquela, por considerar que a abolição seria uma consequência automática da República”⁶⁵³.

Nesse cenário, emergiram diversos Clubes Acadêmicos Republicano e/ou Abolicionistas, incluindo a Libertadora da Escola de Medicina e a Libertadora da Escola Militar no Rio de Janeiro, a Emancipadora Acadêmica em São Paulo e o Chibe Republicano Acadêmico em Recife. Estes grupos não apenas serviram como catalisadores para o debate e a ação política, mas também atuaram como incubadoras para futuras lideranças políticas brasileiras. Essas sociedades foram marcadas por figuras de destaque no cenário político brasileiro futuro, como Clóvis Bevilacqua, Pinheiro Machado, Borges de Medeiros, Júlio de Mesquita, Júlio de Castilhos, Luís Pires, Afonso Celso Filho e Euclides da Cunha⁶⁵⁴.

No final do período imperial, os estudantes participaram de um dos primeiros movimentos de massa no Brasil, que não se enquadra diretamente nas lutas abolicionistas e republicanas, embora tenha sido dirigido contra o imperador. Esta manifestação precoce de ativismo estudantil reflete um despertar para questões mais amplas de justiça social e equidade. Isso ocorreu quando o Gabinete Ouro Preto aumentou em um vintém o valor das passagens dos bondes, desencadeando a Revolta do Vintém em 1º de janeiro de 1880. A resposta entusiástica dos estudantes à revolta e sua associação espontânea a ela contribuíram para a repressão do movimento, que culminou na ocupação militar do Rio de Janeiro⁶⁵⁵.

A transição do Império para a República foi relativamente tranquila, mas os anos após 15 de novembro foram marcados por incertezas devido a divergências entre grupos disputando o poder. Essa transição, embora pacífica, sinalizou a necessidade de uma maior representatividade e voz para as diferentes facções da sociedade brasileira. As principais províncias, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, defendiam a República federativa, embora diferissem em outros aspectos. São Paulo e Minas Gerais apoiavam o modelo liberal, enquanto os republicanos gaúchos adotavam o positivismo como doutrina,

⁶⁵² FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 227–228.

⁶⁵³ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 64.

⁶⁵⁴ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 23–24.

⁶⁵⁵ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 66.

possivelmente devido à tradição militar na região e à necessidade de coesão contra a política tradicional⁶⁵⁶.

No período em questão, os estudantes passaram a atuar, embora sem uma estrutura organizada que os unisse, resultando em uma atuação fragmentada e localizada. A falta de coesão e unidade entre os estudantes pode ser vista como um reflexo das divisões mais amplas dentro da sociedade brasileira da época. A ausência de bandeiras unificadoras também contribuiu para essa situação. Um exemplo foi a participação dos estudantes cariocas e cadetes da Escola Militar na defesa do Marechal Floriano Peixoto contra os monarquistas na Revolta da Armada em 1893⁶⁵⁷; que nas palavras de Fausto: “Se iniciara nos navios estacionados no Rio de Janeiro, tendo como causa as rivalidades entre o Exército e a Marinha e ressentimentos do almirante Custódio José de Melo, que se vira frustrado em seu objetivo de suceder a Floriano na presidência da República”⁶⁵⁸.

Posteriormente, antes do final do século, o país enfrentava os traumas decorrentes da rebelião de Canudos (1893-1897), cujo desfecho violento resultou em uma das poucas expressões políticas significativas da juventude civil durante a Primeira República. Este episódio ilustra como os eventos traumáticos podem galvanizar a juventude e impulsionar ações coletivas em busca de mudanças. Tal expressão adotou a forma de um manifesto escrito e direcionado à nação pelos estudantes de Direito da Bahia – um dos primeiros exemplos de manifestos estudantis em nossa história. Esse manifesto praticamente encerrou a participação política da juventude brasileira no século XIX. O teor e a coragem desse manifesto enfatizam a evolução do pensamento político e social entre os jovens estudantes da época. O manifesto exibiu os vestígios de rebeldia, demonstrando a coragem envolvida na atitude dos estudantes baianos em um momento em que o Exército procurava restaurar sua reputação, que havia sido manchada pelas repetidas e frustradas investidas contra o arraial de Canudos⁶⁵⁹.

Durante o restante da Primeira República, a participação política estudantil foi limitada, com destaque para a pregação antimilitarista na Campanha Civilista de Rui Barbosa em 1910, influenciada pela "aversão à farda" após a repressão violenta a uma passeata em 1909, que resultou na morte de dois estudantes, conhecida como "A Primavera de Sangue"⁶⁶⁰.

⁶⁵⁶ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 245.

⁶⁵⁷ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 25–26.

⁶⁵⁸ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 255.

⁶⁵⁹ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 72.

⁶⁶⁰ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 27–28.

Este período reflete uma certa pausa na atividade política estudantil, talvez um reflexo da desilusão e do trauma após os eventos anteriores.

1.2.2. A Liga Nacionalista

Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os estudantes se envolveram na Campanha Nacionalista liderada por Olavo Bilac, resultando na formação da Liga Nacionalista. Este envolvimento ilustra o crescente sentimento patriótico e a disposição dos jovens acadêmicos para a ação política. A Liga apoiou a Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia) contra a Tríplice Aliança (Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Turco) e promoveu campanha para a entrada do Brasil na guerra. Muitos acadêmicos se juntaram aos batalhões voluntários, participando ativamente de comícios, passeatas e manifestações. Neste ímpeto, podemos vislumbrar um paralelo com a energia estudantil que permeou a Revolta do Vintém anos antes. Dentro desse movimento, começaram a surgir demandas que questionavam a estrutura de poder da República Velha, como o voto secreto, gerando com isso, preocupações para os governos federal e estadual de São Paulo, onde a entidade tinha mais influência, pois a política de alternância entre mineiros e paulistas na presidência dependia das fraudes eleitorais permitidas pelo voto não secreto. Líderes como Altino Arantes, governador de São Paulo, e Venceslau Brás, presidente do Brasil, tentaram reprimir as atividades da Liga, chegando a convocar um "Congresso da Mocidade Brasileira" em 1917 para dividir o apoio dos estudantes à organização, mas sem sucesso⁶⁶¹.

Em 1918, os membros da Liga Nacionalista atuaram ativamente no enfrentamento da epidemia de "gripe espanhola". A resposta dos estudantes à crise de saúde pública reflete uma consciência social emergente e uma disposição para atuar além das fronteiras tradicionais da política. A mobilização levou o governo a promover os estudantes sem exames finais, enfraquecendo a Liga. O presidente da Liga, Frederico Steidel, e outros líderes estudantis protestaram contra o decreto presidencial, levando à divisão da entidade. Alguns estudantes, como Antônio de Abreu Sodré e Paulo Nogueira Filho, se desligaram da organização. Essa divisão interna pode ser vista como um reflexo das tensões inerentes ao movimento estudantil em tempos de crise. A Liga enfraqueceu gradualmente e foi fechada durante o governo de Artur Bernardes⁶⁶².

⁶⁶¹ Ib. p. 28–29.

⁶⁶² Ib. p. 29–30.

É interessante notar que as posturas políticas dos estudantes da Liga Nacionalista, apesar de incorporarem algumas demandas urbanas, não se alinharam, diferentemente do que aconteceria mais tarde, com os interesses da classe operária. Este desalinhamento sugere uma desconexão entre a elite acadêmica e as massas trabalhadoras, um fosso que persistiria em momentos-chave da história brasileira. Pelo contrário, durante o auge da atuação da Liga, mesmo coincidindo com a Greve Geral de 1917 que envolveu cerca de oitenta mil trabalhadores, os acadêmicos a consideraram quase como um "crime contra a pátria", uma vez que o país estava prestes a entrar em guerra e não poderia ser abalado pela "questão social". Alguns estudantes até agiram como "fura-greves", oferecendo-se para substituir os operários em greve⁶⁶³. Esta ação pode ser interpretada como uma manifestação de lealdade à nação, mas também como uma demonstração de distanciamento das lutas operárias. Nesse sentido, afirma Fausto: “Os trabalhadores não pretendiam revolucionar a sociedade, mas melhorar suas condições de vida e conquistar um mínimo de direitos. O que não quer dizer que muitos não fossem embalados na ação pelo sonho de uma sociedade igualitária”⁶⁶⁴. Corroborando, Poerner aduz que:

É interessante notar, (...), que a campanha de Bilac coincidiu com as primeiras greves operárias importantes, nas quais a participação estudantil, embora irrelevante, se deu em sentido reacionário, contra os trabalhadores, que procuraram, em vão, o apoio dos jovens. Rui Barbosa ainda não tinha levantado, em julho de 1917, a “questão social”, que, dois anos depois, arejaria um pouco os estudantes e até mesmo, em parte, os entusiasmasia, graças à influência do tribuno junto à juventude⁶⁶⁵.

Essa citação evidencia a complexidade das interações sociais e políticas da época, revelando camadas de motivações e alianças que não são imediatamente aparentes.

1.2.3. O levante paulista

Após o encerramento da Liga Nacionalista, a participação política dos universitários entrou em um período de inatividade até os anos trinta. Essa aparente dormência pode ser interpretada como um momento de introspecção e realinhamento ideológico. Mesmo a Revolução de 1930, que marcou o fim da Primeira República, não estimulou uma participação significativa dos estudantes. Outro episódio político envolvendo os acadêmicos nessa fase foi seu envolvimento na Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. A mudança de governo com a ascensão de Getúlio Vargas trouxe intervenções federais nos estados, incluindo

⁶⁶³ Ib. p. 30–31.

⁶⁶⁴ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 300.

⁶⁶⁵ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 99.

São Paulo, e a nomeação de interventores, como João Alberto Lins de Barros e Miguel Costa, ligados ao movimento tenentista, provocaram reações e uma frente antigetulista⁶⁶⁶. Essas intervenções podem ser vistas como catalisadoras da reativação política estudantil. Segundo Fausto:

A elite de São Paulo defendia a constitucionalização do país, a partir dos princípios da democracia liberal. Como medida transitória, exigia a nomeação de um interventor civil e paulista. A bandeira da constitucionalização e da autonomia sensibilizou amplos setores da população e facilitou a aproximação do PRP e do PD. Isso ocorreu com a formação da Frente Única paulista, em fevereiro de 1932⁶⁶⁷.

No que diz respeito à composição social, o Movimento Constitucionalista evidenciou de forma mais clara a dissociação entre os segmentos operário e estudantil, que foi observada na prática durante as greves dos trabalhadores paulistas em julho de 1917. Este distanciamento entre trabalhadores e estudantes aponta para uma complexidade nas lutas sociais que transcende a simples divisão de classe. Durante essas greves, que atingiram seu auge entre os dias 12 e 16 daquele mês, os estudantes não demonstraram sensibilidade, mesmo quando o movimento liderado por um anarquista, o jornalista Edgard Leuenroth, se expandiu para outras cidades paulistas (Santos, Campinas, Americana) e vários locais do país, como Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Sul. Assim, enquanto a juventude estudantil mostrou desinteresse em relação a um movimento grevista importante – a primeira greve brasileira de alcance nacional e participação massiva –, os trabalhadores não aderiram ao Movimento Constitucionalista, no qual os estudantes se destacaram desde o início da luta. Esta discrepância de engajamentos reflete a heterogeneidade das aspirações políticas e sociais de diferentes grupos. Em 1932, o governo central até tentou explorar esse fenômeno, incentivando o operariado a se opor ao movimento. Aviões chegaram a lançar panfletos sobre São Paulo, exortando os trabalhadores a resistirem. Embora tenham rejeitado a sugestão do governo central, os operários também não apoiaram o movimento. Permaneceram completamente apáticos durante a primeira crise político-militar significativa da Segunda República, desde as hostilidades contra o interventor João Alberto Lins de Barros, que começaram com o banquete oferecido em 27 de abril de 1931 a José Carlos de Macedo Soares, que, na República Velha, havia presidido a influente Associação Comercial de São Paulo⁶⁶⁸.

⁶⁶⁶ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 31–32.

⁶⁶⁷ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 342.

⁶⁶⁸ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 102–103.

No início de 1932, a Frente Única lançou a campanha pela convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte, com o apoio imediato dos estudantes paulistas, especialmente os de Direito. Este apoio revela uma busca contínua dos estudantes por uma maior participação democrática. Com comícios e manifestações, surgiram confrontos de rua, envolvendo estudantes e membros da Legião Revolucionária, liderada por Miguel Costa e composta principalmente por operários desempregados. Um desses conflitos em 24 de maio de 1932 resultou na morte de quatro universitários: Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo, cujas iniciais formaram a sigla MMDC, representando a principal organização do movimento constitucionalista. Quando os combates eclodiram em julho, muitos universitários foram para o campo de batalha, perdendo suas vidas em uma luta que encobria os interesses da oligarquia cafeeira de São Paulo, visando derrubar Getúlio Vargas e retomar o poder⁶⁶⁹. A perda desses jovens é um lembrete sombrio do custo humano de conflitos políticos.

Na história da participação política estudantil durante a Segunda República, observam-se o surgimento de outras organizações. No ano de 1934, emergiu a Juventude Comunista, contraposta pela Juventude Integralista, na qual se engajaram indivíduos como Cotrim Neto, futuro secretário de Justiça da Guanabara; Hélio Tornaghi, posteriormente chefe de Polícia do Rio; e Miguel Reale, que se tornaria jurista, secretário de Justiça paulista e professor da Faculdade de Direito da USP, enfrentando inclusive greves estudantis. Essas organizações refletem a diversificação e politização crescente da juventude acadêmica. Nesse mesmo ano, Armando de Sales Oliveira, já governador após ter sido interventor, fundou a Universidade de São Paulo (USP), expandindo sua oferta acadêmica com a inclusão da Faculdade de Filosofia, além das já existentes de Direito, Medicina e Politécnica⁶⁷⁰. A fundação da USP pode ser vista como um marco na evolução intelectual e política do Brasil, criando um novo espaço para o debate e o pensamento crítico.

Em 1º de junho de 1937, o manifesto de José Américo de Almeida foi publicado pelo Correio da Manhã, iniciando especulações sobre sua candidatura às eleições presidenciais de 1938, conforme estipulado pela Constituição de 1934, a instigação partiu dos rumores do governador mineiro, Benedito Valadares. Os estudantes abraçaram a candidatura de José Américo, cujos discursos chegaram a ser considerados subversivos. Esse entusiasmo estudantil pela candidatura pode ser interpretado como um anseio por mudanças políticas substanciais. Antes da criação da UNE, eles estabeleceram uma organização temporária, a

⁶⁶⁹ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 32–33.

⁶⁷⁰ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 115–116.

Frente Democrática da Mocidade, destinada a participar da campanha, sendo especialmente envolvidos muitos estudantes do Nordeste. Essa entidade, liderada por Antônio Franca, tinha orientação antifascista e desempenhou papel importante na história da participação política estudantil, notadamente nos comícios, como o de José Américo em 31 de julho no Rio, na Esplanada do Castelo. Além disso, a Frente serviu como esboço de organização que logo se consolidaria com a criação da UNE, na qual Antônio Franca também estaria envolvido. A formação da UNE representou um passo significativo na unificação e fortalecimento da voz estudantil no Brasil. A Frente, contudo, não sobreviveu ao evento que a originou: o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, instaurado por Vargas, que resultou no Estado Novo, cancelando as eleições presidenciais e encerrando a breve Segunda República⁶⁷¹. Este golpe marca um abrupto encerramento de um período de intensa mobilização estudantil, demonstrando a vulnerabilidade da esfera política aos caprichos do poder.

1.3. Fase de atuação organizada

A terceira fase, a qual Mendes Junior avalia como sendo a de maior relevância e significância, é designada como a etapa de atuação organizada. Essa fase tem seu início em 1937, com o estabelecimento da UNE. Este evento pode ser considerado um ponto de inflexão na história do ativismo estudantil no Brasil. Pela primeira vez, ocorre a articulação de uma instituição de escopo nacional que, mais substancialmente, abraça propósitos de natureza política nitidamente delineados. Esta estruturação nacional da UNE reflete uma maturação do movimento estudantil, evidenciando uma maior consciência política e organizacional. A partir deste ponto, em todos os momentos de destaque na trajetória nacional, os estudantes mantiveram uma presença constante através da representação da UNE e, em numerosas ocasiões, emergiram como a vanguarda nos principais embates do período⁶⁷².

A UNE, fundada em 13 de agosto de 1937 nas instalações da Casa do Estudante do Brasil (CEB), adquiriu relevância apenas no contexto do Estado Novo. A criação da UNE pode ser vista como uma resposta estratégica aos desafios políticos e sociais enfrentados pelos estudantes à época. Sua formação foi uma resposta ao gradual reconhecimento da importância de estabelecer uma entidade institucional de longa duração e alcance abrangente para coordenar a participação política dos estudantes em todo o país. A institucionalização da UNE marca, portanto, um novo capítulo no engajamento político dos estudantes brasileiros. De

⁶⁷¹ *Ib.* p. 116.

⁶⁷² JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 10.

forma inquestionável, a UNE se configura como um divisor de águas significativo nessa trajetória, demarcando distintamente a evolução dessa participação ao longo da história do Brasil. A partir desse ponto, o movimento estudantil brasileiro pode ser dividido em antes e depois a instituição da UNE⁶⁷³.

À luz dos conceitos de Hannah Arendt, esse contexto evidencia dinâmicas envolvendo poder, autoridade e possíveis formas de força dentro do movimento estudantil. A criação da UNE representou a consolidação do poder dos estudantes, unindo-os sob objetivos políticos comuns e possibilitando uma participação ativa nos momentos fundamentais da história nacional. Essa ação coletiva ilustra o exercício do poder por meio da organização estudantil.

A autoridade, por sua vez, é legitimada pelo consentimento e respeito dos governados. No caso da UNE, a união dos estudantes em torno da entidade representativa conferiu uma autoridade à organização, possibilitando-lhes ter voz e representatividade nos assuntos políticos do país. A UNE se estabeleceu como uma entidade de autoridade no que se refere aos interesses dos estudantes e à influência nos debates nacionais. Embora não seja explicitamente abordada no contexto, a presença de possíveis formas de força pode ser inferida. A força seria representada pela capacidade do movimento estudantil, através da UNE, de influenciar e pressionar decisões políticas, atuando como uma força coletiva capaz de defender os interesses dos estudantes. Portanto, este contexto ilustra a consolidação do poder e da autoridade dos estudantes por meio da UNE, tornando-os agentes ativos na cena política nacional, o que pode ser analisado sob a perspectiva dos conceitos de poder, autoridade e possíveis formas de força de acordo com os preceitos de Hannah Arendt.

As organizações universitárias anteriores a agosto de 1937 apresentavam uma característica transitória, concentrando-se em problemas específicos e de duração determinada, o que as levava a surgir e desaparecer conforme as circunstâncias. A natureza efêmera dessas organizações é reveladora das limitações enfrentadas pelo movimento estudantil antes da criação da UNE. Um segundo aspecto problemático das organizações pré-UNE residia na tendência à regionalidade, que era exacerbada pelo isolamento entre os estados. Essa fragmentação geográfica impedia a formação de uma frente unificada capaz de exercer influência em âmbito nacional. Ambos esses desafios prejudicaram os esforços para estruturar o movimento estudantil, levando ao funcionamento apenas esporádico de entidades cujas atuações raramente ultrapassavam os limites das instalações das respectivas faculdades. Essas entidades incluíam os grêmios e CAs, assim como associações e grupos com foco em

⁶⁷³ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 119.

questões específicas⁶⁷⁴. A superação desses desafios com a criação da UNE foi, assim, um marco significativo na consolidação do movimento estudantil. Diante da ausência de uma organização regular na qual os estudantes pudessem se engajar antes da criação da UNE, muitos buscavam participar de outras entidades, como a Liga Nacionalista de Bilac, a Liga do Voto Secreto de Monteiro Lobato, a Aliança Liberal, a Milícia Patriótica Civil e a MMDC constitucionalista de São Paulo, embora geralmente essa participação se desse em caráter individual⁶⁷⁵.

Um aspecto intrigante e curioso a respeito da história da UNE é destacado por Mendes Junior⁶⁷⁶ e Santana⁶⁷⁷. Este aspecto lança luz sobre a complexa gênese da UNE, que, embora tivesse raízes em uma organização de caráter apolítico, viria a se tornar um ator político significativo. Os referidos autores citam que, a entidade, mais tarde notória por sua atuação política e rotulada como "subversiva" pelos regimes de governo de exceção que surgiram em 1964, teve sua origem na CEB, um órgão paraoficial que buscava se apresentar como "apolítico" e em harmonia com o poder público. A evolução da UNE de uma origem apolítica para um papel ativo na política nacional é um testemunho da dinâmica e adaptabilidade do movimento estudantil. É digno de nota, entretanto, que a UNE emergiu de um contexto aparentemente contraditório, visto que sua gênese ocorreu dentro da CEB, uma entidade com ligação governamental e uma liderança perene, encabeçada por Ana Amélia Carneiro Mendonça. A CEB, de acordo com seus próprios estatutos, convocou o I Conselho Nacional, o qual deliberou sobre um conjunto de normas internas e a formação de uma diretoria que também teria a função de representar a CEB perante a Confederation Internationale des Étudiants, uma organização com sede na Bélgica. Essa origem da UNE dentro de uma estrutura mais formal e estabelecida pode ter proporcionado uma base sólida para a sua futura atuação política. Concluindo o argumento, Santana afirma que:

É possível, portanto, afirmar que a UNE nasceu, pelo menos inicialmente, com o mesmo caráter apolítico de sua organização de origem – a CEB –, pois uma das exigências da primeira sessão ordinária¹⁵ do Conselho que a criou foi a proibição de temas políticos na pauta do encontro, proposta apresentada pelo representante do Diretório Central de Estudantes de Minas Gerais e aprovada pelos delegados presentes⁶⁷⁸.

⁶⁷⁴ Ib. p. 119–120.

⁶⁷⁵ Ib. p. 120.

⁶⁷⁶ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 36.

⁶⁷⁷ SANTANA, Flavia De Angelis, *Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60*. 2015. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 17.

⁶⁷⁸ Ib. p. 18.

A transição da UNE de uma entidade apolítica para uma força política ativa é um fenômeno que merece ser examinado à luz dos turbulentos contextos políticos e sociais que se seguiram. Essa dinâmica intrincada entre a origem da UNE na CEB, que tinha pretensões de neutralidade política, e a posterior evolução da UNE para uma posição de destaque e contestação política em oposição aos regimes autoritários que se instauraram, aponta para uma transformação profunda na trajetória da entidade. A aparente contradição entre as raízes "apolíticas" e as posições "subversivas" da UNE ilustra a complexidade do movimento estudantil no contexto sociopolítico brasileiro da época.

1.3.1. O 1º Conselho Nacional de Estudantes

No contexto da história da UNE, o dia 11 de agosto de 1937 é amplamente reconhecido como a data de sua fundação. Esta data é emblemática, representando o início de uma nova era no ativismo estudantil brasileiro. No entanto, a validação formal desse marco só ocorreu em dezembro do ano subsequente, durante o 2º Congresso Nacional dos Estudantes. Este congresso foi um evento significativo, consolidando o papel da UNE como a voz unificada dos estudantes brasileiros. Nesse evento, que contou com a presença do governo, a UNE recebeu uma base sólida ao obter apoio de 82 associações universitárias e secundaristas de todo o território nacional. A sua legitimação oficial foi concretizada em 11 de fevereiro de 1942, por meio do Decreto-lei nº 4.105⁶⁷⁹. Esta oficialização é um testemunho da importância crescente da UNE no panorama nacional. No entanto, essa conquista foi temporária, pois foi revogada pela ditadura militar em novembro de 1964, através da Lei Suplicy. A revogação destaca a tensão persistente entre a UNE e o governo, especialmente em períodos de

⁶⁷⁹ DECRETO-LEI Nº 4.105, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1942. Reconhece a União Nacional dos Estudantes como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, DECRETA: Art. 1º - A União Nacional dos Estudantes, fundada a 11 de agosto de 1937, é considerada a entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior de todo o país. Art. 2º - A União Nacional dos Estudantes reger-se-á pelos seus estatutos, aprovados por decreto do Presidente da República. Art. 3º - O Ministro da Educação convocará uma assembleia representativa dos diretórios acadêmicos dos estabelecimentos de ensino superior, federais, reconhecidos ou autorizados, para elaboração dos estatutos referidos no artigo anterior e eleição, para o seguinte mandato, dos órgãos de direção que forem instituídos. Art. 4º - Até a decretação dos novos estatutos da União Nacional dos Estudantes, vigorarão os atuais. Art. 5º - Fica incorporada à União Nacional dos Estudantes a Confederação dos Desportos Universitários, instituída pelo decreto-lei nº 3.617, de 15 de setembro de 1941. Art. 6º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1942, 121º da Independência e 54º da República. GETULIO VARGAS. Gustavo Capanema. (BRASIL, decreto-lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942 – *Reconhece a União Nacional dos Estudantes como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/2/1942, Página 2253). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4105-11-fevereiro-1942-414724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 mar. 2023.

repressão. A origem da UNE remonta à CEB, uma entidade com inclinações favoráveis ao poder público. Foi nesse ambiente que o Conselho Nacional de Estudantes foi formalmente instalado pelo ministro da Educação. Esta origem paradoxal da UNE, dentro de uma estrutura governamental, é um aspecto intrigante de sua história. Em 12 de agosto de 1937, realizou sua primeira sessão ordinária, presidida por Ana Amélia de Queirós Carneiro de Mendonça, fundadora da CEB e sua presidente vitalícia. No dia 16 de agosto, durante uma sessão subsequente, os estatutos foram finalmente elaborados e aprovados. Os estatutos refletem as aspirações dos estudantes por uma representação mais estruturada e abrangente. Estes estatutos estabeleceram que o Conselho fosse constituído por representantes equitativos de todas as associações e centros de estudantes em território nacional. Esta representatividade é fundamental para entender a UNE como um reflexo genuíno da vontade estudantil. A principal missão do Conselho foi definida como sendo a representação oficial dos estudantes brasileiros⁶⁸⁰. Esta missão sublinha a relevância da UNE na articulação das demandas estudantis. Poerner destaca que:

Como se percebe, Conselho Nacional de Estudantes designava, simultaneamente, um novo órgão estudantil e o que se denominou, mais tarde, de congresso – posteriormente organizado, todos os anos, pela UNE. A diretoria então eleita deve ser entendida, portanto, como do Conselho Nacional de Estudantes. Com mandato de agosto de 1937 a 1º dezembro de 1938, ela estava assim constituída: presidente – José Raimundo Soares, delegado do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Minas Gerais; 1º vice-presidente – Valter de Sá Cavalcanti, delegado do Centro Estudantil Cearense; 2º vice-presidente – Henrique Bonança, delegado dos estudantes de Engenharia do Paraná; 1º secretário – Nelson Ferreira, delegado da Casa do Estudante do Brasil; 2º secretário – Manuel Álvares da Cruz, delegado do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga, de Niterói; e tesoureiro – Valfredo Gomes, delegado dos estudantes de Engenharia do Distrito Federal⁶⁸¹.

A composição da diretoria reflete a diversidade regional e a representatividade que a UNE se esforçava para alcançar.

1.3.2. O 2º Congresso Nacional de Estudantes

O II Congresso da UNE, cuja “comissão organizadora era presidida por Clotilde Cavalcanti”⁶⁸², foi inaugurado em 5 de dezembro de 1938, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, contando com a participação de cerca de oitenta associações estudantis. Este

⁶⁸⁰ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 123–124.

⁶⁸¹ Ib. p. 124–125.

⁶⁸² Ib. p. 126.

congresso representou um momento decisivo, no qual a UNE se posicionou firmemente como um participante ativo no debate de questões nacionais. Desde o início, as delegações indicaram a intenção de abordar assuntos de cunho político e demonstrar o empenho dos universitários em debater e influenciar os grandes temas nacionais, o que confirmou as preocupações da presidente da UNE, D. Ana Amélia Carneiro de Mendonça. O empenho em abordar questões políticas evidencia a crescente consciência e responsabilidade social do movimento estudantil. A maioria das teses apresentadas continha propostas de alterações profundas no contexto econômico e social do Brasil, refletindo a ativa preocupação do movimento estudantil com as questões das classes menos privilegiadas⁶⁸³. Estas propostas indicam uma visão progressista e comprometida com a justiça social por parte dos estudantes. Conforme afirma Poerner:

A convocação arrolava as teses organizadas com vistas à racionalização dos trabalhos: 1) Situação Cultural: a) Função da universidade; b) Orientação universitária; c) Formação e orientação profissional e técnica; d) Bolsas de estudo e viagens de intercâmbio universitário; e) Cooperação intelectual dos estudantes nacional e internacional e influência do intercâmbio cultural e artístico na unidade do pensamento universitário; f) Bibliotecas; g) Formação de um teatro de estudantes; h) Difusão da cultura – problema do livro e publicações; i) Ensino rural; j) Problema do ensino livre; 2) Situação Econômica: a) Problema das taxas e matrículas; b) Subvenção do Estado; c) Problemas da habitação – cidades universitárias; d) Casas de estudante e casas de interno; e) Problemas da alimentação; f) Birô de empregos; g) Estágio remunerado; h) Racionalização do trabalho intelectual; i) Assistência médica, dentária e judiciária; 3) Saúde: a) Higiene escolar; b) Educação física; c) Colônia de férias; 4) Mulher estudante: a) A mulher estudante frente ao problema do trabalho e em face das organizações profissionais; b) A mulher estudante frente ao problema do lar; c) As associações femininas como membros de estudo e defesa de interesses peculiares à mulher; 5) Esporte universitário: a) Propaganda; b) Esporte como meio de intercâmbio universitário; c) Definição do atleta universitário; d) Jogos universitários brasileiros; e 6) União Nacional dos Estudantes⁶⁸⁴.

A abrangência dessas teses ilustra a amplitude dos interesses e preocupações dos estudantes, indo além da esfera educacional e adentrando questões sociais e econômicas mais amplas.

Destaca-se, no entanto, que a tese mais notável aprovada no II Congresso estava relacionada às mudanças na estrutura educacional do país. Embora não fossem extraordinariamente radicais ou revolucionárias, essas propostas tocaram diretamente nos interesses de todos os estudantes brasileiros. No primeiro ponto da proposta, intitulado "Solução para o Problema Educacional", eram sugeridas diversas medidas, incluindo a

⁶⁸³ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 38–39.

⁶⁸⁴ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 126–127.

implementação do Ensino Popular Obrigatório, abrangendo não apenas a alfabetização em massa, mas também a integração dos indivíduos na comunidade. Esta sugestão reflete um entendimento holístico da educação como um pilar para o desenvolvimento social. Adicionalmente, propunha-se a criação do Ensino Profissional Intensivo, com a introdução de cursos técnicos, além da ideia de estabelecer Cidades Universitárias. No item "Solução para o Problema Econômico do Estudante", as recomendações envolviam a gradual redução das taxas escolares até sua completa eliminação, bem como a busca por formas de reduzir os custos de materiais escolares, livros, transporte e entretenimento. Estas propostas demonstram uma clara preocupação com a acessibilidade e a inclusão no ensino superior. Contudo, as propostas mais notáveis eram encontradas no setor da "Reforma Universitária", que abordava a necessidade de integração entre a Universidade e a "vida social popular". O documento sugeria a criação de Universidades Populares, a eleição de reitores e diretores de escolas por parte dos corpos docente e discente, a remuneração adequada para os professores, o envolvimento de alunos como monitores-estagiários e a autonomia associativa dos estudantes, entre outros temas. Estas reivindicações revelam uma visão progressista e democrática da estrutura educacional. Essas reivindicações persistem até os dias atuais como princípios fundamentais do movimento estudantil⁶⁸⁵. Elas ressaltam a continuidade e a relevância duradoura dessas ideias no contexto educacional brasileiro.

Como se nota, em contraste com o evento ocorrido no ano anterior, o 2º Congresso assumiu uma conotação política desde a sua primeira plenária em 9 de dezembro, na Escola Nacional de Belas Artes. Esta mudança de direção é reflexo da crescente consciência política entre os estudantes, que começavam a perceber o poder de sua voz coletiva em um contexto nacional turbulento. Entretanto, é importante notar que essa caracterização não refletia um enfoque estritamente opositor ao governo. Apesar da existência do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas foi saudado como presidente de honra do congresso, enquanto os interventores estaduais foram designados como membros da Comissão de Honra e os ministros de Estado e reitores universitários como membros honorários⁶⁸⁶. Essa aproximação com figuras governamentais pode ser interpretada como uma estratégia sutil dos estudantes para ganhar visibilidade e influência, ainda que mantendo um certo nível de autonomia.

O segundo Congresso também procedeu à eleição da diretoria da UNE, cujo mandato estendia-se até agosto de 1939. Destacam-se na nova liderança da organização dos estudantes

⁶⁸⁵ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 39–40.

⁶⁸⁶ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 127.

brasileiros o presidente Valdir Borges, originário do Rio Grande do Sul, e o secretário-geral Antônio Franca, natural do Rio de Janeiro. A origem geográfica diversificada dos líderes escolhidos sublinha a natureza representativa da UNE, refletindo um mosaico de vozes e interesses de diferentes regiões do país. A contribuição desempenhada por essas duas figuras foi de significativa importância para a consolidação da UNE⁶⁸⁷, no entanto, “o maior problema da gestão (...) consistiu no agravamento da crise que lavrava, desde a instalação do conclave anterior, (...), entre a UNE e a CEB”⁶⁸⁸. Esta tensão ressalta as complexidades internas do movimento estudantil, onde diferentes visões e interesses muitas vezes colidiam.

Fato subsequente, logo nos primeiros meses de 1940, houve um aumento das tensões entre a UNE e a CEB, culminando em um conflito mais intenso. Em maio desse ano, Ana Amélia, a líder da CEB, escreveu uma carta à diretoria da UNE na qual declarava que a CEB não tinha mais interesse nas atividades da entidade e não reconhecia mais o Conselho Nacional, conforme estipulado no artigo 26 dos estatutos. Ela também convidava a UNE a transferir sua sede para fora das instalações da CEB, concedendo um prazo de três dias a partir da data da carta. Esse incidente atingiu seu ponto máximo com a expulsão da UNE das instalações da CEB, marcando assim o encerramento definitivo das relações entre as duas entidades⁶⁸⁹. A ruptura entre a UNE e a CEB pode ser vista como um momento de definição para a UNE, forçando-a a estabelecer sua própria identidade e direção independentemente de seu berço. Poerner comenta a relação das duas entidades:

Paradoxalmente, a UNE recebeu um relativo impulso inicial da Casa do Estudante, pois a criação daquela se deveu, em parte, às pretensões expansionistas desta, que precisava tornar-se, paralelamente, União Nacional dos Estudantes, para lograr filiação às organizações estudantis internacionais, como à Confédération Internationale des Étudiants, sediada em Bruxelas. É bem verdade que a UNE surgiria, talvez, a despeito da Casa do Estudante, que, em 1938, sofrera pressão interior, por parte dos representantes estudantis nela integrados, no sentido de convocar o congresso que formalizaria a existência até então, vegetativa da entidade máxima estudantil. Mas, é inegável, também, que a Casa do Estudante propiciara, tanto em agosto de 1937 como em dezembro de 1938, as condições materiais e burocráticas para o surgimento da UNE. Daí ela não admitir que esta lhe fugisse ao controle, isto é, que a obra da qual se sentia autora se rebelasse contra a sua pretensa criadora⁶⁹⁰.

A ironia dessa relação é palpável, onde a CEB, uma vez patrona, tornou-se obstáculo, delineando um claro contraste entre intenções iniciais e resultados finais.

⁶⁸⁷ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 40.

⁶⁸⁸ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 132.

⁶⁸⁹ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 41.

⁶⁹⁰ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 134.

1.3.3. A luta contra o fascismo

Os anos de 1940 e 1941 representam um período de notáveis desafios na trajetória da UNE. Neste contexto, a UNE emergiu não apenas como um símbolo do ativismo estudantil, mas também como um microcosmo das tensões políticas mais amplas que se desdobravam globalmente. O contexto de eclosão da Segunda Guerra Mundial, aliado à ditadura de Vargas, instaurou um cenário global tenso, e mesmo sob essas circunstâncias, a UNE, liderada por Pupo Neto, conseguiu emitir apenas um manifesto com um apelo à paz entre as nações. A limitação das ações da UNE nesta época reflete as restrições impostas pelo regime autoritário e a delicada posição dos estudantes no jogo político mais amplo. A eleição de Luís Pinheiro Paes Leme para a presidência da entidade no IV Congresso Nacional (julho de 1940) trouxe poucas transformações imediatas. Esta continuidade pode ser interpretada como um sinal da estabilidade interna da UNE e da fidelidade à sua missão, apesar das turbulências externas. Enfrentando a falta de recursos e sede, a UNE, embora respeitada e apoiada pela maioria dos universitários brasileiros, realizava suas reuniões no apartamento de Paes Leme ou em locais como o Praia Bar, na praia do Flamengo. Essa situação de precariedade destaca a resiliência e a dedicação dos estudantes, que persistiram apesar das adversidades. Essa situação persistiu até 1941, quando as dificuldades impediram a realização do Congresso Nacional. A gestão liderada por Paes Leme continuou até 1942, quando Hélio de Almeida, estudante de engenharia, foi eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade do Brasil. A ascensão de Hélio de Almeida marca um ponto de inflexão para a UNE, introduzindo uma nova energia e direção. Sob sua pressão, o governo federal concedeu um espaço para o DCE, onde a UNE também passou a operar, na Rua Álvaro Alvim nº. 31⁶⁹¹. Este desenvolvimento é um testemunho do crescente reconhecimento e legitimidade da UNE no cenário político nacional.

Por outro lado, o curso da Segunda Guerra Mundial contribuiu para revitalizar o Movimento Estudantil. Os eventos globais repercutiram no cenário nacional, proporcionando um novo senso de urgência e propósito para os estudantes brasileiros. Inicialmente, a presença de simpatizantes do nazismo no governo Vargas resultou numa postura "neutra" do Brasil, apesar de sua tradicional dependência econômica dos EUA, que apoiavam os Aliados. Contudo, a partir do final de 1941, essa posição tornou-se insustentável. O ataque japonês a Pearl Harbor em dezembro daquele ano levou os EUA a entrarem na guerra e a pressionarem

⁶⁹¹ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 42–43.

o Brasil a fazer o mesmo. A nação cedeu, permitindo a instalação de bases aéreas e navais em seu território para o patrulhamento do Atlântico Sul. Essa mudança de alianças ilustra a volatilidade das políticas externas e internas do Brasil durante a guerra. Adicionalmente, os alemães iniciaram uma série de ataques submarinos contra navios brasileiros a caminho de portos aliados, resultando em numerosos afundamentos a partir de fevereiro de 1942⁶⁹². Esses ataques forçaram uma reavaliação da posição "neutra" do Brasil e aguçaram as tensões internas sobre a direção da política externa. Acerca desse período, Fausto comenta:

A resposta brasileira a esse conjunto de iniciativas consistiu em se aproximar cada vez mais do "colosso do norte", procurando extrair vantagens da nova situação. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941 forçou uma definição. Getúlio Vargas começou a falar mais claramente a linguagem do pan-americanismo, enquanto insistia ao mesmo tempo no reequipamento econômico e militar do Brasil, como condição de apoio aos Estados Unidos. Em fins de 1941, tropas americanas estacionaram no Nordeste. O primeiro semestre de 1942 foi marcado por um clima ambíguo apesar da ocorrência de duas decisões de importância: em janeiro daquele ano, não obstante as reticências de Góis Monteiro e de Dutra, o Brasil rompeu relações com o Eixo; em maio, Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo político-militar, de caráter secreto⁶⁹³.

Este período de ambiguidade e realinhamento é emblemático da complexidade do Brasil no palco mundial durante a Segunda Guerra Mundial.

Desenvolveu-se, então, uma das emblemáticas campanhas lideradas pela UNE: a busca pela declaração de guerra contra as potências nazifascistas, que posteriormente evoluiu para um movimento em prol da redemocratização do Brasil e do fim do Estado Novo. A evolução dessa campanha reflete um amadurecimento político da UNE, que passou de uma postura reativa para uma mais proativa, defendendo não apenas interesses estudantis, mas também princípios democráticos mais amplos. O engajamento promovido pela entidade estudantil encontrou respaldo entre os setores liberais dentro da administração getulista, notadamente representados pelo Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. A receptividade de Aranha evidencia a influência crescente da UNE e seu potencial para moldar a política nacional. Desde o início, Aranha demonstrou alinhamento pró-EUA e acolheu de maneira favorável a sugestão da UNE para a organização de uma passeata estudantil antitotalitária, agendada para 4 de julho de 1942, coincidindo com o Dia da Independência dos EUA⁶⁹⁴. A escolha dessa data não foi mero acaso, mas uma decisão estratégica que simbolizava os

⁶⁹² Ibid. p. 42.

⁶⁹³ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 381–382.

⁶⁹⁴ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 43–44.

valores democráticos pelos quais os estudantes estavam lutando. No tocante a posição do chanceler brasileiro, Poerner destaca que:

O chanceler Osvaldo Aranha se manifestou, imediatamente, a favor dos Aliados, alinhando o Brasil com as forças antifascistas e, especialmente, com os Estados Unidos. A declaração do ministro motivou, por sua vez, pronunciamentos de Roosevelt e Cordell Hull (secretário de Estado norte-americano), além de reflexos em quase todos os governos de tendências contrárias ao Eixo⁶⁹⁵.

A rapidez e a clareza da resposta de Aranha sugerem uma visão estratégica sobre a posição que o Brasil deveria ocupar no cenário global em transformação.

Por outro lado, figuras conhecidas por suas inclinações fascistas, como Felinto Müller, chefe da polícia sob o regime getulista, e Francisco Campos, ministro da Justiça, empenharam-se em impedir a realização da passeata. A oposição de figuras tão poderosas demonstra os desafios significativos enfrentados pela UNE, testemunhando a coragem e a convicção de seus membros. Contudo, a crescente adesão à convocação do evento fortaleceu a confiança no sucesso da iniciativa. A mobilização crescente sinalizava um momento decisivo na história do movimento estudantil, marcando um ponto de virada na sua trajetória. Professores universitários, profissionais bancários, marítimos e até mesmo o interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, Ernâni do Amaral Peixoto (genro de Getúlio Vargas), apoiaram os organizadores da passeata, liderados principalmente por Hélio de Almeida, Paes Leme, José Talarico, Osvaldo Aranha Filho e Euclides Aranha. A despeito das ameaças de Felinto Müller de usar a força policial para reprimir o evento, a demissão do chefe de polícia dois dias antes do evento pelo ministro interino da Justiça, Vasco Leitão da Cunha (que estava substituindo Francisco Campos, então em viagem ao exterior), representou uma vitória para os estudantes.

A demissão dessas autoridades, vistas pelos estudantes como associadas ao nazifascismo, foi em grande parte influenciada pela estreita relação mantida pelas lideranças estudantis com Osvaldo Aranha. Essa relação íntima com figuras políticas influentes, como Aranha, reflete a capacidade estratégica e a maturidade política dos estudantes da época. É notável que alguns dos indivíduos demitidos só voltaram a ganhar destaque político com o golpe militar de 1964: Francisco Campos se destacou como um jurista frequentemente consultado pelo marechal Castelo Branco para a formulação de legislações totalitárias; Vasco Leitão da Cunha assumiu o papel de chanceler das "fronteiras ideológicas", apoiando a visão de "obsoletismo" das fronteiras físicas; e, por fim, Felinto Müller emergiu como líder do

⁶⁹⁵ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 146.

partido do regime, a Arena, no Senado Federal⁶⁹⁶. É peculiar notar a resiliência política dessas figuras, que, apesar de serem destituídas, encontraram meios de retornar ao poder, demonstrando a complexidade e a maleabilidade da política brasileira.

Além de assegurar a realização da passeata, a ocorrência das referidas demissões evidenciou que a ação dos estudantes já estava gerando dissensões internas dentro do governo ditatorial⁶⁹⁷. Esta constatação revela a força e a influência do movimento estudantil na dinâmica política da época. Diante disso, a passeata ocorre, e Poerner descreve o ato:

Da Praça Mauá, onde se iniciou a concentração por volta das 17h30 de 4 de julho, à estátua do marechal Deodoro da Fonseca, na Praça Paris, mais de mil estudantes comemoraram a demissão do chefe de Polícia e pediram a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados, em cartazes agitados pelas lufadas de uma das maiores ventanias já registradas no Rio⁶⁹⁸.

Essa descrição vívida não só captura a efervescência do momento, mas também destaca a coragem e o compromisso dos estudantes com a causa democrática.

Fausto entende que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial incentivou figuras opositoras a explorar a contradição entre o apoio brasileiro às democracias e a manutenção da ditadura de Vargas, sendo o início do processo que culminaria com o fim do Estado Novo, nesse sentido, ele destaca:

Os problemas do regime resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as oposições e abriu caminho a divergências no interior do governo. Após a entrada do Brasil na guerra e os preparativos para enviar a FEB à Itália, personalidades da oposição começaram a explorar a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas. A primeira manifestação ostensiva nesse sentido foi o Manifesto dos Mineiros, datado de 24 de outubro de 1943. Não por acaso a data comemorava a vitória da Revolução de 1930. Com isso, os assinantes do manifesto queriam demonstrar que não pretendiam voltar às práticas políticas existentes na Primeira República, assinalando, ao mesmo tempo, sua percepção de que a Revolução de 1930 fora desviada de seus objetivos democráticos⁶⁹⁹.

Essa análise de Fausto é crucial para compreendermos as complexas dinâmicas políticas da época, que eram marcadas por um jogo de aparências e realidades contraditórias. Mendes Junior destaca que:

A passeata do 4 de julho pode ser considerada a primeira grande manifestação popular desde a instauração do Estado Novo e marcou o início de uma reviravolta política no País: as oposições, caladas e perseguidas,

⁶⁹⁶ Ib. p. 151.

⁶⁹⁷ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 45.

⁶⁹⁸ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 148.

⁶⁹⁹ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 383.

começaram novamente a se mobilizar e se organizar, e Vargas, pressionado, iria de recuo em recuo, até ser derrubado em 1945⁷⁰⁰.

Isso sublinha o poder da mobilização popular e da resistência civil como catalisadores de mudanças políticas significativas.

Um dos resultados diretos da campanha estudantil foi o reconhecimento do "estado de beligerância" entre o Brasil e os países do Eixo Roma-Berlim-Tóquio, ocorrido em agosto de 1942. Em seguida, houve a determinação de fechar as propriedades e associações pertencentes a cidadãos alemães, italianos e japoneses, com o controle passando para o governo brasileiro. Entre as entidades fechadas estava o Clube Germânia, que se tornara um conhecido centro de espionagem e propaganda pró-nazista. Conscientes disso, os líderes estudantis, liderados por Paes Leme, que ainda era presidente da UNE, fizeram um pedido ao presidente Getúlio Vargas para obter o prédio onde o Clube funcionava (localizado na Praia do Flamengo, nº 132) como sede da UNE. O pedido foi aceito pelo presidente, mas encontrou obstáculos no Ministério da Educação, onde o ministro Gustavo Capanema expressou dúvidas sobre entregar o edifício aos estudantes sem um processo de tombamento pelo Patrimônio Nacional. Insatisfeitos, Paes Leme, José Talarico, Hélio de Almeida, Wagner Cavalcanti, Airtton Diniz, Euclides Aranha e outros tomaram a decisão de "visitar" o prédio em 18 de agosto de 1942, acabando por ocupá-lo e comunicando ao Ministério da Educação sobre sua ação. Assim, a UNE finalmente obteve uma sede, que também abrigaria o DCE da Universidade do Brasil e a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU)⁷⁰¹. A determinação e a astúcia demonstradas pelos estudantes, ao assegurarem uma sede para a UNE, evidenciam a força organizativa e a assertividade do movimento estudantil da época.

Esses significativos eventos da história do movimento estudantil se entrelaçaram com os preparativos para o 5º Conselho Nacional dos Estudantes, frequentemente referido como "Congresso da UNE". Dado que o conselho convocou a participação de dois representantes de cada diretório, a reunião do 5º Conselho Nacional teve início em 14 de setembro de 1942, contando com a presença de mais de 300 estudantes⁷⁰². O significativo número de participantes reflete a relevância e a representatividade do Congresso da UNE no cenário estudantil da época.

O V Congresso Nacional dos Estudantes foi marcado pelo inédito lançamento de uma chapa "de direita" que concorreu com a chapa situacionista. A primeira chapa foi liderada por

⁷⁰⁰ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 45–46.

⁷⁰¹ *Ib.* p. 46.

⁷⁰² POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 151.

Sebastião Pinheiro Chagas e a segunda chapa teve Hélió de Almeida como candidato, destacado por sua atuação na organização das manifestações Antifascistas, e recebeu o respaldo da diretoria da UNE e de outras delegações, ainda que algumas estivessem indecisas sobre seu voto. Relatos da época afirmam que a campanha eleitoral foi marcada por intensos debates, alianças políticas, ataques e contra-ataques. No desfecho, a chapa antifascista saiu vitoriosa sobre a conservadora, com Hélió de Almeida sendo eleito por uma margem de doze votos. O V Congresso também aprovou a formação da União Metropolitana de Estudantes (UME), uma entidade destinada a congregar os estudantes universitários da antiga região do Distrito Federal, operando a partir da mesma sede da UNE⁷⁰³. A vitória da chapa antifascista é emblemática, pois reflete o espírito progressista e combativo dos estudantes da época, que se posicionaram firmemente contra as ideologias autoritárias.

Nesse intervalo de tempo, a UNE empreendeu esforços significativos para assegurar que sua demanda pela declaração de guerra contra o nazifascismo não fosse negligenciada: engajou-se na campanha pró-bônus de guerra e na campanha pró-aviões, esta última tendo angariado recursos suficientes para doar três aeronaves de treinamento às autoridades militares. Além disso, promoveu a campanha pelo alistamento na Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujos membros demonstraram notável desempenho nos campos de batalha na Itália. Esta proatividade da UNE não somente evidencia o seu engajamento político, mas também a sua capacidade de mobilização e articulação, características fundamentais em um contexto de resistência democrática. Entretanto, a luta contra o fascismo não se restringia apenas ao âmbito das campanhas pró-guerra; começava a tomar forma também no cenário político interno. Enviar soldados brasileiros ao *front* para combater o totalitarismo nazifascista, sem enfrentar o mesmo totalitarismo em sua forma nacional, tornava-se uma contradição flagrante. Portanto, no dia 10 de novembro de 1943, data na qual, conforme as disposições da "Polaca" (a Constituição do Estado Novo, elaborada por Francisco Campos), as eleições no Brasil deveriam ocorrer, o Centro Acadêmico XI de Agosto convocou uma passeata conhecida como "Passeata do Silêncio". Infelizmente, essa manifestação foi reprimida de maneira violenta, resultando na morte de um estudante, Jaime da Silva Telles⁷⁰⁴. A brutalidade da repressão à Passeata do Silêncio ressalta a disposição do Estado Novo em silenciar qualquer forma de oposição, uma atitude que, paradoxalmente, apenas reforçava o caráter autoritário do regime. Boris Fausto descreve a passeata, onde “os estudantes

⁷⁰³ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 47.

⁷⁰⁴ *Ib.* p. 48–49.

caminhavam de braços dados e com um lenço na boca, simbolizando a supressão da palavra”⁷⁰⁵

Simultaneamente, estava em progresso em todo o território brasileiro a articulação das forças opositoras ao regime do Estado Novo. Em agosto de 1943, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) promoveu um congresso em comemoração ao centenário de sua fundação, evento que gerou acaloradas discussões entre advogados de tendência liberal. Figuras como Sobral Pinto criticaram abertamente a ditadura e seus mecanismos de autoritarismo. O cerne das polêmicas envolveu questões sobre liberdades democráticas, anistia e temas similares. A participação ativa de renomados juristas nas discussões contra o regime totalitário sublinha a importância do engajamento intelectual na luta pela democracia. Paralelamente, em outubro de 1943, em parte influenciado pelas controvérsias originadas no congresso da OAB, surgiu o notório Manifesto dos Mineiros, que demandava a restauração do estado democrático no Brasil. Nesse contexto, os estudantes desempenharam um papel proeminente, liderando as correntes opositoras que culminariam na queda do Estado Novo. A luta pelo retorno à normalidade democrática prosseguiu, agora com o foco na reivindicação de anistia para os detidos políticos do regime ditatorial. Em março de 1945, a UNE, em conjunto com a Liga de Defesa Nacional e alguns sindicatos, organizou um significativo comício em frente às escadarias do Teatro Municipal. Poucos dias antes desse evento, Getúlio Vargas havia promulgado o notório Ato Adicional à Constituição de 1937, estabelecendo uma data para as eleições. Tal medida visava aplacar a crescente oposição. No entanto, as forças liberais interpretaram essa ação como uma artimanha de Vargas para manter-se no poder, mascarando sua continuidade sob a aparência de uma democracia representativa por meio de práticas como corrupção eleitoral, pressões e mobilização da maquinaria governamental⁷⁰⁶. A desconfiança das forças liberais reflete um ceticismo profundamente enraizado em relação às intenções de Vargas, um legado da falta de transparência e do autoritarismo do Estado Novo.

Os estudantes obtiveram êxito na campanha pela anistia, levando o governo a decretá-la. No entanto, essa conquista também trouxe consigo uma divisão no seio do movimento estudantil, que até então estava unificado. Essa divisão foi em grande parte ocasionada pelo apoio concedido por Luís Carlos Prestes, líder comunista libertado mediante a anistia, a Getúlio Vargas, em prol da democratização. Prestes alegou que as candidaturas militares já anunciadas à Presidência da República, como as de Eurico Dutra e Eduardo Gomes, eram

⁷⁰⁵ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 384.

⁷⁰⁶ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 49–50.

reacionárias, algo que o futuro viria a confirmar. O apoio de Prestes a Vargas ilustra a complexidade e as nuances da política brasileira da época, onde alianças inesperadas e posições ideológicas divergentes coexistiam frequentemente. Essa dissidência levou a maioria dos estudantes a aderir à recém-criada UDN, enquanto uma parcela menor permaneceu na esquerda, sob a liderança do PCB. Nesse contexto, uma parte da oposição liberal, que posteriormente constituía a UDN, já vinha há algum tempo conspirando ativamente para a queda de Getúlio Vargas. Essa conspiração foi liderada inicialmente por Armando de Salles Oliveira e, mais tarde, por Virgílio de Melo Franco. Virgílio de Melo Franco angariava adeptos para suas ideias entre os líderes da UNE, recebendo-os em seu escritório na Rua da Quitanda e até mesmo fornecendo apoio financeiro para as atividades estudantis⁷⁰⁷. O envolvimento de figuras políticas influentes, como Virgílio de Melo Franco, com o movimento estudantil, reforça a relevância deste último como ator político no período pré-democratização do Brasil. Segundo Mendes Junior, “a expressão política dessa maioria udenista (...) consubstanciou-se na eleição de José Bonifácio Coutinho Nogueira para a presidência da entidade estudantil no congresso realizado em julho de 1945”⁷⁰⁸.

A queda de Vargas em outubro de 1945 aparentemente representava um triunfo para os estudantes ligados à UDN. No entanto, a derrota subsequente de Eduardo Gomes nas eleições presidenciais resultou na diminuição da influência da UDN no âmbito estudantil. Essa situação foi agravada pelas posturas cada vez mais conservadoras e impopulares adotadas pelo partido⁷⁰⁹. A volatilidade da influência política dos estudantes e da UDN após a queda de Vargas sublinha a dinâmica e a incerteza inerentes ao processo de redemocratização do Brasil.

1.3.4. A campanha do petróleo

Após a queda do Estado Novo e a transição do governo provisório liderado por José Linhares para a administração eleita sob o comando do marechal Eurico Dutra, uma nova onda de repressão policial foi desencadeada contra o movimento estudantil. Diante desse cenário, ocorreu um processo de aproximação entre estudantes ligados à UDN e ao PCB. Os estudantes udenistas interpretavam essa repressão como uma resposta à eleição de Eurico Dutra, membro do PSD, em vez do brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN. Essa repressão, ao invés de coibir, parece ter fortalecido uma aliança improvável entre os estudantes de

⁷⁰⁷ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 162.

⁷⁰⁸ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 52.

⁷⁰⁹ *Ib.* p. 52.

diferentes correntes ideológicas, uma fusão entre a UDN e o PCB, unidos por um objetivo comum. Isso refletia o pensamento predominante entre os estudantes da UDN, cujos líderes, desiludidos e não identificados com o comunismo, passaram, em sua maioria, a integrar o Partido Socialista Brasileiro (PSB)⁷¹⁰.

Conforme afirma Poerner, a “UNE iniciava, dessa forma, a sua terceira fase, que podemos denominar de hegemonia do Partido Socialista”⁷¹¹, pois de “1947, quando X Congresso Nacional dos Estudantes elegeu o estudante socialista Roberto Gusmão, até 1950, a UNE seria dirigida por esta tendência política, apoiada pelos comunistas”⁷¹². Esta fase pode ser interpretada como um reflexo do *zeitgeist* da época, onde a ideologia socialista capturou o imaginário dos estudantes, posicionando-os na vanguarda das lutas sociais e políticas.

Nesse período, surgiu a Campanha em Defesa do Patrimônio Territorial e Econômico, com destaque para a questão do monopólio estatal do petróleo e a luta pela criação da Petrobrás, tendo como lema central “o petróleo é nosso”. Essa mobilização representou uma das mais significativas manifestações de opinião pública no Brasil, com amplo apoio de diversos segmentos populares, abrangendo desde trabalhadores e intelectuais até membros nacionalistas das Forças Armadas. A amplitude dessa mobilização sublinha o papel do petróleo não apenas como um recurso econômico, mas como um símbolo de soberania nacional. A iniciativa da campanha foi lançada em 1947, tanto no Rio de Janeiro, por Roberto Gusmão, como em São Paulo, por Rogê Ferreira, que presidia o Centro Acadêmico XI de Agosto. O engajamento dos estudantes nessa campanha é um testemunho eloquente do seu compromisso com as causas nacionais. Simultaneamente, enquanto a Campanha pelo petróleo ganhava visibilidade nas ruas, a UNE também se pronunciou publicamente contra o fechamento do PCB e a cassação dos mandatos de parlamentares eleitos por essa agremiação política, o que ocorreu no mesmo ano de 1947⁷¹³.

A cassação do registro do Partido Comunista teve como partida acusações apresentadas por dois deputados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o STF emitiu uma resolução que resultou na revogação do registro do Partido Comunista. A fundamentação para essa resolução baseou-se em um trecho da Constituição que proibia a existência de qualquer partido político cujo programa ou atividades fossem contrárias ao sistema democrático, que se sustentava na diversidade de partidos e na salvaguarda dos direitos fundamentais do ser humano. A ironia

⁷¹⁰ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 164.

⁷¹¹ *Ib.* p. 164.

⁷¹² JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 53.

⁷¹³ *Ib.* p.53.

dessa situação é palpável: a salvaguarda da democracia foi invocada para justificar a supressão de um partido político, um ato que, em si, contradiz o espírito democrático⁷¹⁴.

Em 1948, a presidência da UNE foi conquistada por Genival Barbosa Guimarães, oriundo de Pernambuco e posteriormente engenheiro da Sudene. Durante o seu mandato, a entidade enfrentou a sua primeira invasão, ocorrida no mesmo ano, por parte das forças policiais do governo de Eurico Gaspar Dutra. Esse incidente ocorreu durante o Congresso da Paz e as manifestações estudantis contrárias ao aumento do preço das passagens dos bondes, que subiu de 30 para 40 centavos. A resposta violenta do governo às manifestações pacíficas revela uma tendência preocupante de repressão estatal às vozes dissonantes. No entanto, Genival não concluiu o seu período à frente da UNE, uma vez que se sentiu atraído pela atividade parlamentar, levando à sua renúncia à presidência. O cargo foi então assumido por Paulo de Mayo, originário de São Paulo e filiado ao Partido Socialista⁷¹⁵.

No Congresso de 1949, um fato novo viria a prenunciar o crescimento das forças reacionárias dentro do Movimento Estudantil. Trata-se da formação da Coligação Acadêmica Democrática (CAD) que, financiada por dinheiro do Departamento de Estado norte-americano, pretendia, no Congresso, levar a melhor sobre as forças de esquerda, elegendo uma diretoria pouco incômoda, tanto para o governo Dutra quanto para o imperialismo americano. A intervenção estrangeira na política estudantil brasileira, embora não inédita, é um lembrete contundente das complexas dinâmicas geopolíticas que permeavam até mesmo os espaços acadêmicos. Um dos líderes da CAD era Paulo Egydio Martins, mais tarde integrante do ministério de Castelo Branco e depois governador do Estado de São Paulo. Apesar de toda a máquina mobilizada para garantir a eleição de uma diretoria de direita, o Congresso de 1949 acabou elegendo novamente um socialista, Rogê Ferreira, para a presidência da UNE. Esse resultado é uma demonstração robusta da resiliência e autonomia do movimento estudantil frente às tentativas de cooptação política⁷¹⁶.

1.3.5. A ascensão da Direita

No ano de 1949, um evento de notável relevância ocorreu no âmbito do movimento estudantil: um grupo de estudantes alinhados com ideais de direita, revertendo a tendência de derrotas anteriores, conseguiu eleger Paulo Egydio Martins como presidente da UME na então

⁷¹⁴ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 402.

⁷¹⁵ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 165.

⁷¹⁶ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 54–55.

região do Distrito Federal. Isso marcou a ascensão do primeiro líder de orientação direitista no contexto do movimento estudantil brasileiro. Essa mudança na liderança estudantil pode ser vista como um espelho das complexas transformações políticas que ocorriam no Brasil e no mundo, refletindo a polarização ideológica da Guerra Fria. A influência de Paulo Egydio se estendeu à UNE, resultando na eleição de Olavo Jardim Campos, de Minas Gerais, como presidente da entidade durante o congresso realizado em São Paulo, em julho de 1950⁷¹⁷. Essa fase, de hegemonia da Direita, é denominada por Mendes Junior, como a “fase negra” da UNE⁷¹⁸.

Entretanto, é notável que a direção efetiva da UNE em 1951 foi exercida por Helen Rogers, uma estudante norte-americana enviada pelo Departamento de Estado dos EUA. Esse fato é emblemático da crescente influência dos EUA na política interna do Brasil durante o período, uma influência que se estendia até mesmo às organizações estudantis. Essa nomeação foi facilitada pela solicitação de apoio de Paulo Egydio ao Departamento de Estado, uma vez que líderes estudantis de orientação direitista, incluindo ele próprio, frequentemente buscavam instruções nos EUA. Essa era a época em que a influência direitista na UNE começou a coincidir com a crescente presença dos EUA no movimento estudantil brasileiro. Esse período de predominância da orientação direitista representa a quarta fase na história da UNE, abrangendo os anos de 1950 a 1956, com um breve intervalo progressista de um ano. A diminuição do engajamento político dos estudantes nessa fase pode ser interpretada como um reflexo da censura e repressão que caracterizavam o contexto político mais amplo. Durante essa fase, houve uma diminuição notável no engajamento político dos estudantes, especialmente entre 1952 e meados de 1954, período marcado pela apatia no movimento, agravada pelo surgimento do peleguismo universitário. A cooptação de supostos líderes estudantis pelo governo, longe de ser um mero ato de influência, pode ser vista como um reconhecimento tácito da importância e potencial disruptivo do movimento estudantil. Cabe destacar que o processo de cooptação de supostos líderes estudantis pelo ministro da Educação, embora revelasse uma preocupante influência governamental sobre a UNE, também evidenciou a importância que o governo atribuía à entidade naquele momento⁷¹⁹.

Durante o XV Congresso da UNE, realizado em 1952, observou-se novamente o predomínio da orientação política de direita na liderança da entidade. Esse predomínio refletia não apenas as tensões políticas locais, mas também uma aliança cada vez mais estreita com os

⁷¹⁷ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 166.

⁷¹⁸ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 56.

⁷¹⁹ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 167.

interesses geopolíticos dos EUA na região. Nessa nova gestão, uma tarefa de interesse há muito compartilhado pelos EUA se delineou: a UNE foi instrumentalizada para desencadear o rompimento da relação da UNE com a União Internacional dos Estudantes (UIE), sendo a última acusada de alinhamento com o "comunismo internacional". Os membros da nova diretoria tentaram estabelecer a criação de uma União Interamericana de Estudantes, visando contrabalançar a influência exercida pela UIE. No entanto, a resistência a essas tentativas de alinhamento com os interesses norte-americanos revela um espírito de autonomia e resistência dentro do movimento estudantil. Contudo, as oposições, tanto externas quanto internas à entidade, culminaram em dismantelar a concretização desse projeto de União Interamericana. Após um breve período mais inclinado à esquerda, representado pela gestão de Cunha Neto (1954/55), que, embora oriundo da orientação política de direita, se distanciou das articulações conspiratórias contra o presidente Getúlio Vargas – eleito em 1950 –, a UNE permaneceu sob a influência de forças de natureza notadamente conservadora até 1956⁷²⁰. Essa persistência da influência conservadora, apesar das breves interrupções, indica a complexidade e a resiliência das dinâmicas políticas dentro do movimento estudantil da época.

1.3.6. A recuperação da esquerda

Com o início da gestão de Juscelino Kubitschek como presidente do Brasil, a liderança de tendência conservadora direcionou sua atenção predominantemente para a busca de oportunidades de emprego no setor público. Esse foco nas oportunidades de emprego se relacionou diretamente com a criação de novas empresas, impulsionada pelo período de crescimento econômico que o país atravessava. Este movimento sugere que as prioridades políticas podem influenciar decisivamente as dinâmicas internas dos movimentos estudantis. Aproveitando-se da diminuição do foco por parte da liderança de direita, o grupo esquerdista, que já havia retomado a presidência da UME em outubro de 1955, por meio da eleição de José Batista de Oliveira Júnior, passou a tomar a iniciativa. A UME rapidamente lançou uma campanha contra o aumento da tarifa dos bondes, que passou de um para dois cruzeiros. Essa campanha resultou na paralisação da cidade do Rio de Janeiro nos dias 30 e 31 de maio de 1956, conferindo considerável prestígio aos progressistas. A eficácia dessa campanha ressalta o poder de mobilização dos estudantes e sua capacidade de influenciar a agenda política nacional. Esse prestígio conquistado foi um fator crucial na subsequente recuperação da UNE

⁷²⁰ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 56–57.

pelos progressistas, com a eleição de José Batista de Oliveira Júnior como presidente da UNE em julho de 1956. Com essa eleição, terminou a fase de domínio direitista no movimento estudantil, marcando uma mudança significativa no equilíbrio político da UNE⁷²¹. É importante sublinhar como as oscilações de poder dentro do movimento estudantil refletem as lutas ideológicas mais amplas da sociedade brasileira. É de se destacar que, na gestão de Oliveira Júnior, ocorreu “a formação da primeira frente única de católicos e comunistas no movimento estudantil, autêntica precursora do pensamento ecumênico em nosso país”⁷²².

As administrações subsequentes da UNE, apesar das tentativas por parte dos EUA de influenciar as novas lideranças estudantis, continuaram a seguir a abordagem nacionalista iniciada em 1956. Marcos Heusi, eleito no vigésimo Congresso, e Raimundo Eirado, eleito no vigésimo primeiro Congresso, se destacaram ao aderir ao Programa Nacionalista da UNE⁷²³. A persistência dessa linha nacionalista, mesmo sob pressão externa, ressalta um compromisso ideológico profundo com a autonomia e os interesses nacionais. Conforme destaca Poerner: “Heusi deu amplitude ainda maior às características da nova fase da entidade, liderando a campanha contra a American Can, empresa norte-americana que ameaçava destruir a indústria brasileira de lataria”⁷²⁴. No tocante a Eirado, destaca-se que sua gestão foi marcada:

Pela campanha coroada com a demissão de Roberto Campos, futuro ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, da Superintendência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. A campanha foi motivada, sobretudo, pelos esforços que Campos desenvolvera no sentido da assinatura pelo Brasil do Acordo de Roboré, que implicava a aplicação de recursos da Petrobrás no altiplano da Bolívia, para atender aos interesses da Gulf. A negociação do acordo, em 1958, sensibilizou, profundamente, o nacionalismo das Forças Armadas brasileiras, que nunca permitiram a sua execução⁷²⁵.

João Manuel Conrado sucedeu a presidência, sendo eleito no vigésimo segundo Congresso da UNE. Durante sua gestão, a luta estudantil teve início contra o projeto conhecido como “Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, que previa, entre outras coisas, a progressiva substituição do ensino público e gratuito por instituições privadas. A oposição da UNE a este projeto evidencia seu compromisso com a educação como um direito acessível a todos, um princípio que transcende as barreiras partidárias. Durante o período em que João Manuel Conrado esteve no cargo, a UNE retomou sua filiação à UIE, da qual estava afastada

⁷²¹ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 168–169.

⁷²² *Ib.* p. 170.

⁷²³ JÚNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 57–58.

⁷²⁴ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 170–171.

⁷²⁵ *Ib.* p. 171.

desde a "fase negra"⁷²⁶. Este retorno à UIE pode ser visto como um gesto de reafirmação da solidariedade estudantil internacional e da autonomia frente às pressões geopolíticas. Esse período é considerado como “uma espécie de preâmbulo do processo de ascensão católica que se irá consubstanciar, logo adiante, no movimento estudantil”⁷²⁷.

O vigésimo terceiro Congresso da UNE elegeu Oliveiros Guanais, natural da Bahia, como presidente. Sua gestão foi relativamente pouco expressiva, sobretudo devido à agitação da campanha presidencial entre o Marechal Henrique Teixeira Lott, representante das forças nacionalistas, e Jânio da Silva Quadros, apoiado pela UDN. A atenção desviada para a disputa presidencial reflete a complexa interação entre a política estudantil e a política nacional, onde os grandes eventos podem ofuscar as lutas internas. Essa disputa dominava o foco do público em geral, deixando pouco espaço para atuação de entidades como a UNE, cujos regulamentos proibiam envolvimento em questões partidárias⁷²⁸.

1.3.8. A Ação Popular (o catolicismo de esquerda)

Para entendermos o catolicismo de esquerda se faz necessário analisar suas origens, as quais remontam ao movimento da Ação Católica.

1.3.8.1. O nascimento da Ação Católica

A entidade atualmente conhecida como Ação Católica teve sua origem oficial durante o pontificado de Pio XI, em 23 de dezembro de 1922. No entanto, sua história tem raízes que remontam ao ano de 1867. A própria Ação Católica Italiana atribui como marco fundacional simbólico o dia 29 de julho de 1867, associado a dois jovens, Giovanni Acquaderni e Mario Fani. Durante o mês de junho desse mesmo ano, um encontro denominado "pequeno congresso" foi realizado em Roma, reunindo diversos membros dos "círculos da juventude católica" presentes em toda a Itália. Durante esse evento, os mencionados jovens se conheceram e conceberam a ideia de criar uma organização voltada para a juventude católica, baseada nos princípios da oração, ação e sacrifício. Este encontro é um testemunho do ímpeto juvenil que, desde os primórdios, tem impulsionado movimentos de renovação dentro da Igreja. No dia 13 de dezembro de 1867, eles oficializaram o estatuto e regulamento da

⁷²⁶ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 59.

⁷²⁷ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 172.

⁷²⁸ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 59–60.

"Sociedade da Juventude Católica", que mais tarde obteve o reconhecimento oficial por parte de Pio IX em 2 de maio de 1868⁷²⁹.

A "Sociedade da Juventude Católica" tinha como objetivos principais promover a formação religiosa de seus membros, enfatizar a profissão pública da fé católica e incentivar atividades missionárias, especialmente por meio do testemunho de uma vida piedosa, visando revigorar o sentimento religioso na juventude e na população em geral. Para alcançar esses propósitos, a sociedade adotava meios como a prática da oração, a participação regular nos sacramentos, a promoção de lealdade, amizade e caridade entre os membros, a demonstração de um estilo de vida cristão, a colaboração para preservar a dignidade das celebrações religiosas, a promoção da educação moral e religiosa do público, a contribuição para o Óbolo de São Pedro e o apoio à imprensa católica⁷³⁰.

Em 1903, através de um Motu Próprio⁷³¹, o Papa Pio X solicitou a reorganização da Ação Católica visando aprofundar a vivência cristã e promover uma restauração da sociedade em conformidade com os princípios cristãos. Pio X reconhecia a importância do envolvimento dos leigos no mundo, mas enfatizava que essa participação deveria estar em sintonia com a atuação clerical⁷³². Aqui se vislumbra o reconhecimento papal da influência potencial dos leigos na transformação da sociedade, embora ainda sob a orientação clerical.

Em 1906, Pio X emitiu a Encíclica "Sollicito Vehementer"⁷³³, na qual a Igreja era descrita como uma entidade naturalmente desigual, com os pastores de um lado e as ovelhas de outro. Ele foi considerado um papa reformador proeminente da era do Concílio de Trento, notório por sua enérgica oposição ao modernismo, que era considerado uma síntese de várias tendências desviantes da época⁷³⁴. Essa postura demonstra a complexidade do diálogo entre tradição e modernidade no seio da Igreja.

Durante o período da Primeira Guerra Mundial, sob o pontificado de Bento XV (1914-1922), as diversas "Unões Católicas" e a "Sociedade da Juventude Católica" mantiveram sua existência, porém com uma nova estrutura organizacional. Elas foram coordenadas por uma "Junta Diretiva" que buscava conferir à ação católica uma orientação pragmática, bem como

⁷²⁹ SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. *Revista de Cultura Teológica*, n. 55, abr./jun. 2006, p. 45. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/culturateo/article/view/15033>. Acesso em: 10 mar. 2023.

⁷³⁰ *Ib.*, p. 45-46.

⁷³¹ PAPA PIO X. *Fin dalla prima*. Motu Proprio, 1903. In: Documentos de Pio X e de Bento XV. São Paulo: Paulus, 2002, p. 25-32.

⁷³² SOUZA. *Ação Católica, militância leiga no Brasil*. Op. Cit. p. 47.

⁷³³ PAPA PIO X. *Sollicito Vehementer*. Carta Encíclica, 1905. Op. cit. p. 94-96.

⁷³⁴ SOUZA. *Ação Católica, militância leiga no Brasil*. Op. Cit. p. 47.

promover a unidade de pensamento e a concordância de objetivos entre os católicos e suas organizações. A partir da "Junta Diretiva" surgiram as Juntas Diocesanas e Paroquiais. No ano de 1919, emergiram tanto a "Juventude Feminina Católica" quanto o "Partido Popular", este último destinado a demarcar a distinção entre a ação católica e a participação dos católicos na política. Posteriormente, durante o pontificado de Pio XI, a Igreja deixou o "Partido Popular" à sua própria sorte, e ele eventualmente desapareceu, mas seus membros constituíram as bases para a formação do partido "Democracia Cristã Italiana"⁷³⁵.

No entanto, foi durante o período do pontificado de Pio XI (1922-1939) que ocorreu uma reestruturação ampla e complexa da Ação Católica. Essa reorganização teve como objetivo estabelecer uma união de forças católicas organizadas para afirmar, difundir, aplicar e defender os princípios católicos na esfera individual, familiar e social. Esse movimento refletiu uma resposta à crescente secularização e aos desafios apresentados pelo mundo moderno. É essencial ressaltar que essa reorganização sempre buscou manter uma distinção clara em relação à política partidária, uma vez que a atividade dos católicos organizados não se insere no âmbito da ação política, mas sim no âmbito religioso⁷³⁶. Aqui, a Ação Católica define seus contornos, procurando manter a autonomia de sua missão em face das vicissitudes políticas.

1.3.8.2. A Ação Católica no Brasil

A Ação Católica no Brasil teve sua origem em conformidade com o desejo de Pio XI, caracterizando-se como uma associação de católicos que participam ativamente na missão apostólica da Igreja a partir de suas esferas pessoais⁷³⁷. Inicialmente, a Ação Católica Brasileira emergiu com o propósito de representar os valores e princípios cristãos por meio da atuação política dos leigos católicos. Com a liderança notável do intelectual Alceu Amoroso Lima e a colaboração do Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme (1882-1942), foi estabelecida a Liga Eleitoral Católica em 1933, seguida pela fundação da Ação Católica Brasileira em 1935, com Alceu como seu primeiro presidente. Essa iniciativa reflete o anseio da Igreja em se inserir e influenciar ativamente no cenário político brasileiro da época. Uma das bases essenciais que rapidamente ganhou implementação foi a promoção dos ensinamentos sociais da doutrina da Igreja entre os operários, preferencialmente ministrados

⁷³⁵ Ib. p. 47-48.

⁷³⁶ Ib. p. 48.

⁷³⁷ PAPA PIO XI. *Non Abbiamo Bisogno*. Carta Encíclica, 1931. In. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004, p. 336-369.

por colegas da mesma profissão previamente instruídos. O processo de doutrinação iniciava-se entre os jovens, adotando o método de "Ver, julgar, agir", especialmente adaptado para a mentalidade prática do operariado. Este método revela uma perspectiva pedagógica que transcende a mera transmissão de conhecimento, buscando engajar os jovens em um processo ativo de formação cívica e espiritual. A subsequente formação dos ramos específicos para jovens mulheres, estudantes e adultos culminou na unificação desses ramos, porém, com a manutenção de suas especializações, todas sob a orientação e autoridade da hierarquia eclesiástica. Os primeiros anos da atuação da Ação Católica Brasileira foram notáveis por um esforço formativo intenso, assemelhando-se a uma catequese altamente especializada⁷³⁸.

Em 1945, com a queda do Estado Novo, a Ação Católica Brasileira emergiu como um importante instrumento para a incorporação dos leigos na vida democrática e no pleno exercício da cidadania. Este momento marca uma transição na qual a Ação Católica assume um papel mais proeminente na esfera pública brasileira. A Ação Católica desempenhou um papel significativo ao disseminar a doutrina social da Igreja em instituições de ensino, universidades, indústrias, meios de comunicação e sindicatos, além de incentivar a formação de diversos movimentos sociais de inspiração cristã. No entanto, Plínio Corrêa de Oliveira, em sua obra "Em Defesa da Ação Católica" (1942), apontava influências socialistas que alegadamente afetavam o movimento. Essa denúncia contribuiu para fomentar, durante os anos quarenta, uma crítica contundente por parte de setores conservadores⁷³⁹. Este período de críticas e debates reflete a complexidade e as tensões internas vivenciadas pelo movimento em sua busca por um posicionamento sócio-político que estivesse alinhado com a doutrina da Igreja.

Neste sentido, o Papa Pio XII, por meio de encíclicas, dentre elas: *Mystici Corporis Christi*⁷⁴⁰, *Mediator Dei*⁷⁴¹ e a *Constituição Apostólica Bis Saeculari Die*⁷⁴², expressou sua inquietação quanto às influências adversas presentes na Ação Católica. Em contrapartida, corroborando as análises críticas dos conservadores, Dom Hélder Câmara assumiu um papel de liderança no movimento, inclinando-o consideravelmente em direção a atividades políticas e sociais. A postura de Dom Hélder Câmara reflete um ativismo cristão que busca intervir diretamente nas realidades sociais e políticas, em contraste com uma abordagem mais

⁷³⁸ SOUZA. *Ação Católica, militância leiga no Brasil*. Op. Cit. p. 48-49.

⁷³⁹ *Ib.* p. 49.

⁷⁴⁰ PAPA PIO XII. *Mystici Corporis*. Carta Encíclica, 1943. In. Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1999, p. 140-199.

⁷⁴¹ PAPA PIO XII. *Mediator Dei*. Carta Encíclica, 1947. Op. cit. p. 288-370.

⁷⁴² PAPA PIO XII. *Bis Saeculari Die*. Constituição Apostólica, 1948. Op. cit. p. 381-397.

conservadora e introspectiva. A própria fundação da CNBB foi fortemente influenciada e apoiada pela Ação Católica⁷⁴³. Isso demonstra o impacto duradouro e a influência significativa da Ação Católica no cenário religioso e político brasileiro.

1.3.8.3. Da Ação Católica a Ação Popular

A partir de 1950, a Ação Católica no Brasil passa ao seu segundo estágio, chamado de Ação Católica Especializada, sendo dividida em grupos, sendo os quais: JAC, JEC, JOC e JUC. Essa especialização sugere um reconhecimento das diferentes realidades vividas pelos jovens em vários setores da sociedade, abordando suas questões específicas com uma perspectiva cristã.

No início da década de 1960, a Igreja Católica encontrava-se em um estado de divisão ideológica, com uma polarização entre Dom Hélder Câmara, representando a ala mais progressista, e Dom Jaime de Barros Câmara e Dom Vicente Scherer, representando a ala mais conservadora. Essa divisão reflete as tensões mais amplas da sociedade brasileira nessa época, espelhando o conflito global entre ideologias progressistas e conservadoras. Na PUC do Rio de Janeiro, orientada pelo Pe. Henrique Vaz, emergia como um importante reduto da JUC com orientação esquerdista, tendo à frente o líder Aldo Arantes. Em Minas Gerais, a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG reunia figuras proeminentes da esquerda católica, tais como Herbert José de Souza ("Betinho"), José Serra, Vinícius Caldeira Brandt, Henrique Novais e Marcos Arruda⁷⁴⁴. Boris Fausto também destaca os fatos que ocorriam nesse momento no seio da Igreja Católica brasileira:

A Igreja se dividiu entre diversas posições, indo do ultraconservadorismo de bispos como Dom Geraldo Sigaud e Dom Castro Mayer às aberturas à esquerda típicas da Juventude Universitária Católica (JUC). Tocada pelo clima de radicalização do movimento estudantil, a JUC foi assumindo posições socialistas e entrou em choque com a hierarquia eclesiástica. Dela nasceu em 1962 a Ação Popular (AP), organização com objetivos revolucionários, desligada da hierarquia. A AP participou ativamente das lutas políticas da época e foi duramente reprimida após a instauração do governo militar em 1964⁷⁴⁵.

No ano de 1961, durante o XXIV Congresso da UNE, a JUC se aliou ao PCB e conseguiu eleger Aldo Arantes como presidente da UNE. Logo após, a UNE formalizou sua afiliação à UIE, que era uma organização associada ao MCI. Essa ação, foi claramente um

⁷⁴³ SOUZA. *Ação Católica, militância leiga no Brasil*. Op. Cit. p. 50.

⁷⁴⁴ *Ib.* p. 51.

⁷⁴⁵ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 446.

marco na trajetória da UNE, pois ressalta a influência que os movimentos juvenis católicos tinham sobre as questões políticas e estudantis da época. Essa ação gerou forte reação dos setores conservadores da Igreja, resultando na expulsão de Aldo Arantes da JUC. Esse incidente evidencia a complexidade das relações entre fé, política e ativismo social dentro da própria instituição eclesiástica. Nesse contexto, os católicos de tendência esquerdista, que estavam doutrinados para apoiar a "revolução brasileira", se afastaram da Ação Católica e fundaram a AP⁷⁴⁶. Portanto, 1961 é o marco inicial da “grande ascensão católica no movimento estudantil – sexta fase da história da UNE”⁷⁴⁷.

A AP defendia a inexistência de um partido revolucionário genuíno no contexto brasileiro, definindo critérios específicos para tal partido: 1) posse de uma ideologia autenticamente revolucionária; 2) constante presença junto às massas; 3) efetiva participação de militantes provenientes das classes sociais subalternas. Esses critérios refletem uma concepção idealista e purista de revolução, que, na prática, era difícil de ser concretizada. Segundo a visão da AP, os grupos já existentes eram considerados pré-revolucionários e tenderiam a se unir através de atividades políticas de agitação, formando assim uma entidade verdadeiramente revolucionária. Nesse sentido, a AP precisou operar no mesmo nível de clandestinidade que o Partido Comunista, aproveitando não apenas seus próprios recursos, mas também se beneficiando da bem-sucedida liderança de Arantes. A habilidade de Arantes em navegar nesse contexto político complexo e tumultuado é um testemunho de sua liderança e compromisso com suas crenças. A atuação notável de Arantes durante a crise nacional desencadeada pela renúncia do presidente Jânio Quadros também contribuiu significativamente para a ascensão da AP⁷⁴⁸.

Como um de seus atos iniciais como presidente da UNE, Aldo Arantes não hesitou em viajar para Porto Alegre, a fim de participar da chamada “Campanha da Legalidade” de Brizola, levando o apoio dos estudantes à normalidade democrática, representada, na época, pela garantia da posse de João Goulart. Essa ação ilustra o papel proeminente dos estudantes, liderados por figuras como Arantes, na política nacional, algo que parece ter sido uma constante na história recente do Brasil. No Rio Grande do Sul, de forma mais destacada, chegaram a ser formados contingentes que se preparavam para a eventualidade de uma resistência armada. O clima era de possibilidade de uma guerra civil no país⁷⁴⁹.

⁷⁴⁶ SOUZA. *Ação Católica, militância leiga no Brasil*. Op. Cit. p. 51.

⁷⁴⁷ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 172.

⁷⁴⁸ *Ib.* p. 172–173.

⁷⁴⁹ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 62.

A emergência da AP, cujos fundadores incluíam Aldo Arantes, Herbert José de Souza (Betinho) e o padre Henrique de Lima Vaz, ocorreu em um momento histórico altamente propício tanto em âmbito nacional quanto no contexto estritamente estudantil. No cenário nacional, o Brasil estava entrando em um período de significativa agitação social, contido temporariamente apenas em abril de 1964, embora sem que suas raízes fossem eliminadas, mas sim suprimidas artificialmente por intervenção militar. Essa intervenção militar pode ser vista como uma ruptura traumática na história política brasileira, cujas repercussões são sentidas até hoje. Na esfera estudantil, a UNE aprofundava sua avaliação crítica da universidade brasileira, identificando-a como um instrumento das classes interessadas na preservação da ordem social estabelecida. Esse entendimento se destacou durante as discussões acerca do projeto que culminaria na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, bem como durante a greve liderada por estudantes baianos em 1960, a qual deu origem ao debate sobre a reforma universitária. Essa greve desempenhou o papel de um alerta para as crises enfrentadas pela universidade e tomou proporções nacionais, resultando inclusive na intervenção das Forças Armadas em Salvador, por determinação presidencial. A principal consequência desse movimento grevista foi a ênfase na necessidade de os universitários tomarem uma posição abrangente em relação à universidade como um todo. Essa posição foi aprofundada durante o Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela UNE em maio de 1960, também em Salvador⁷⁵⁰.

1.3.9. Os seminários da UNE

A partir do ano de 1960, especialmente, a UNE adotou uma metodologia de trabalho baseada na convocação de seminários. Esses eventos reuniam representantes de diversos estados, os quais compartilhavam suas sugestões, problemáticas e críticas relacionadas aos temas mais relevantes. Essa metodologia evidencia o valor que a UNE dava à participação democrática e ao diálogo inter-regional. A partir desses seminários, eram elaboradas as chamadas ‘cartas princípios’ que, após discussões nas diversas faculdades, serviam como diretrizes para as atividades do Movimento Estudantil. Essas 'cartas princípios' funcionavam, portanto, como uma espécie de bússola norteadora para o movimento, consolidando as aspirações e preocupações estudantis em um documento coeso. Nesse contexto, em maio de 1960, foi convocado o 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária, o qual teve lugar em

⁷⁵⁰ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 174.

Salvador⁷⁵¹. Resultado desse evento foi a Declaração da Bahia, que segundo Poerner, é o “primeiro dos importantes textos programáticos do movimento estudantil na Quarta República, equivalendo ao que haviam significado as conclusões do 2º Congresso Nacional de Estudantes durante o Estado Novo”⁷⁵².

A declaração apresenta, em seu primeiro ponto, uma visão do Brasil como um país em estágio de desenvolvimento capitalista, caracterizado por uma infraestrutura predominantemente agrária e uma economia influenciada por poderosos grupos estrangeiros. Propõe a socialização dos setores econômicos fundamentais e destaca a importância da participação dos trabalhadores nos órgãos governamentais para o progresso nacional. Essa visão, embora radical para alguns, reflete uma profunda conscientização dos estudantes sobre as estruturas socioeconômicas do país. O segundo ponto aborda a situação da educação no Brasil, identificando-a como um sistema seletivo que exclui a maioria da população e culmina em uma Universidade elitista, que falha em cumprir seu papel. Este diagnóstico é uma crítica contundente à estratificação social promovida pelo sistema educacional da época. O documento argumenta que, apesar de sua natureza elitista, a Universidade não contribui para a formação de uma cultura nacional e popular, nem para a preparação de profissionais necessários para o desenvolvimento do país. Além disso, critica a estrutura antiquada do ensino. Essas críticas são um chamado à ação para a transformação não apenas da universidade, mas da sociedade como um todo. No terceiro ponto, que trata da Reforma Universitária, a Declaração da Bahia apresenta uma abordagem superficial e pouco precisa. Embora mencione a “luta pela democratização do ensino”, a abertura da Universidade para o público e a autonomia universitária, não oferece soluções concretas nem delineia os passos específicos a serem seguidos para alcançar tais objetivos⁷⁵³. Essa falta de especificidade pode ser vista tanto como uma limitação do documento quanto como um convite para uma discussão mais aprofundada e participativa sobre a reforma.

Dentro desse contexto, visando a ampliação dos aspectos positivos do seminário realizado na Bahia e aprimorando os aspectos que requeriam aperfeiçoamento, foi convocado o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, ocorrido em março de 1962 na cidade de Curitiba. O resultado desse segundo seminário, expresso na Carta do Paraná, significou um aprofundamento do conteúdo previamente apresentado na Declaração da Bahia, especialmente no que diz respeito aos métodos de luta dos estudantes para a consecução da

⁷⁵¹ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 62–63.

⁷⁵² POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 174.

⁷⁵³ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 63–64.

esperada Reforma Universitária. Esse aprofundamento reflete um amadurecimento do movimento estudantil em sua compreensão e articulação de estratégias políticas. A carta propôs que essa reforma fosse incorporada às "Reformas de Base", que constituíam um programa da esquerda durante o governo de João Goulart⁷⁵⁴. Quanto a inclusão da reforma universitária nas Reformas de Base do governo de João Goulart, Poerner a classifica como polêmica, pois implicaria a que o povo lutasse “pela reforma de uma universidade a que jamais tivera acesso”⁷⁵⁵. Essa polêmica destaca a complexidade das demandas por reformas sociais e a necessidade de uma abordagem inclusiva que leve em conta as realidades de todos os estratos sociais.

Além das duas conferências mencionadas anteriormente, a UNE também organizou um terceiro seminário no mesmo ano de 1962, centrado na temática da "Imprensa Universitária". Este evento reuniu setenta representantes de periódicos acadêmicos provenientes de catorze estados, ocorrendo em Belo Horizonte. Durante o seminário, diversas questões relacionadas ao assunto principal foram debatidas, incluindo a função da imprensa universitária e a viabilidade de estabelecer uma agência de notícias universitária. Na época, havia três veículos da imprensa estudantil com ampla visibilidade nacional, possuindo uma circulação considerável e atendendo não apenas ao público de uma instituição educacional, mas a todo o Movimento Estudantil: a Tribuna Universitária, O Metropolitano e a revista Movimento, que era o órgão oficial da UNE. Esses veículos desempenhavam um papel crucial na disseminação de ideias e na articulação do movimento estudantil. Contudo, os organizadores do seminário em Belo Horizonte foram surpreendidos pela quantidade de pequenos jornais espalhados por todo o Brasil, muitos dos quais até então desconhecidos pela UNE. Essa descoberta é um testemunho da diversidade e vitalidade do movimento estudantil em todo o país. Esses periódicos, em sua maioria, eram de menor porte e frequentemente enfrentavam dificuldades na impressão, não seguindo com regularidade a periodicidade que o nome sugeria. Estas dificuldades refletem os desafios enfrentados pelos estudantes na época, mas também sua determinação em fazer ouvir suas vozes. O evento proporcionou a esses jornais uma nova perspectiva e a oportunidade de uma colaboração mais unificada⁷⁵⁶. Esta colaboração mais unificada pode ser vista como um prenúncio de uma era mais conectada e colaborativa entre os estudantes, essencial para o fortalecimento do movimento.

⁷⁵⁴ Ib. p. 64.

⁷⁵⁵ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 178.

⁷⁵⁶ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 65–66.

1.3.10. A greve de um Terço

A materialização da "luta concreta" pela Reforma Universitária efetivou-se no ano de 1962, durante o final do mandato de Aldo Arantes, por meio de uma greve geral universitária. Esse movimento ficou reconhecido como a "greve de um terço", uma vez que sua principal demanda era a garantia de que os estudantes fossem representados nessa proporção nos diversos órgãos colegiados de gestão das Faculdades e Universidades, incluindo congregações, conselhos universitários e conselhos técnicos. Essa demanda refletia um anseio crescente por maior democracia nas decisões universitárias. A decisão resultante do seminário realizado em Curitiba gerou a necessidade de uma campanha propagandística em dimensões sem precedentes. Esta necessidade sublinha a importância da comunicação eficaz em movimentos sociais. A greve desse tipo, para efetivamente exercer pressão sobre as autoridades, deveria ser abrangente e contar com a adesão massiva dos estudantes. A solução foi concebida por meio da iniciativa da "UNE Volante", que amplamente difundiu a Reforma Universitária entre as massas. Aldo Arantes proferiu discursos em mais de duzentas Assembleias Gerais de escolas, apresentou teatro popular para uma audiência totalizando mais de cinquenta mil pessoas, exibiu filmes, promoveu o Centro Popular de Cultura e a Editora Universitária. Essa multiplicidade de estratégias demonstra um entendimento sofisticado das diversas formas de engajamento estudantil. A mensagem transmitida era "UNE veio para UNIR", e essa frase jamais se revelou tão verídica. Esta mensagem encapsula o espírito de coesão que a UNE procurava incutir no movimento estudantil. A unificação do movimento estudantil foi concretizada em cada instituição educacional, discutida com cada estudante. Este processo de unificação foi essencial para a ressonância do movimento. O impacto resultante dessa mobilização foi imediato: estudantes em todo o país aderiram à luta pela representação de um terço nas congregações e conselhos universitários.

O êxito inicial do movimento conduziu as lideranças a uma decisão unânime de sua continuidade, mesmo após transcorrido pouco mais de um mês desde o início, durante o 25º Congresso Nacional dos Estudantes em julho de 1962, realizado em Petrópolis. Esse sucesso inicial é um testemunho do poder de uma mobilização bem-organizada. O propósito original desse congresso era eleger o sucessor de Arantes, que, por meio de sua notável atuação, culminou na escolha de um líder estudantil católico, o mineiro Vinícius Caldeira Brant⁷⁵⁷. A eleição de Brant pode ser vista como um reflexo da influência da fé católica no movimento estudantil da época.

⁷⁵⁷ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 180.

Entretanto, a continuação da greve começava a minar a influência das lideranças sobre suas bases. Em algumas instituições de ensino, já se discutia abertamente o retorno às aulas. Este desenvolvimento sinaliza um ponto crítico no movimento, onde a sustentabilidade da mobilização estava em questão. Reconhecendo que persistir com a paralisação até suas últimas consequências poderia resultar na desintegração do Movimento Estudantil e no comprometimento de todo o trabalho acumulado ao longo dos anos anteriores, a direção da UNE convocou um Conselho Extraordinário em meados de agosto, que deliberou pelo encerramento da greve. Esta decisão demonstra uma maturidade estratégica, ponderando os ganhos a longo prazo sobre os sucessos imediatos. Apesar do insucesso em atingir seus objetivos principais, o saldo do movimento não foi inteiramente desfavorável. Esta avaliação reflete uma perspectiva equilibrada, reconhecendo tanto as conquistas quanto as limitações do movimento. O próprio empenho da ‘UNE Volante’ já representava um avanço significativo para o Movimento Estudantil daquela época. Ademais, a greve introduziu a questão universitária no âmbito das problemáticas nacionais, que até então se restringiam majoritariamente a debates acadêmicos dentro das instituições. Essa ampliação do escopo das discussões é um indicativo do impacto do movimento. Adicionalmente, a participação dos estudantes no movimento grevista contribuiu para um aumento razoável na sua conscientização política. Este aumento na conscientização política é um legado duradouro da greve. Entre os aspectos negativos, é relevante destacar o desgaste ao qual a UNE foi submetida, do qual só se recuperaria aproximadamente um ano depois, uma vez que a greve se prolongou consideravelmente antes de ser interrompida. Este desgaste é uma lembrança dos custos que os movimentos sociais muitas vezes têm que suportar. Tal prolongamento gerou condições propícias para uma certa fragilização de sua posição enquanto a principal entidade representativa dos estudantes no Brasil⁷⁵⁸. Esta fragilização é um exemplo das dinâmicas complexas que governam as organizações estudantis em períodos de agitação política.

1.3.11. A gestão de José Serra e o golpe de 1964

O vigésimo sexto Congresso da UNE, realizado em julho de 1963, conferiu a presidência da organização ao indivíduo originário de São Paulo, José Serra. Nesse momento, o Brasil estava imerso em uma profunda instabilidade política. Forças conservadoras, tanto de setores civis quanto militares, tramavam contra Jango, acusando-o de planejar a

⁷⁵⁸ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 68–69.

implementação de uma "República Sindicalista", de ceder controle do Brasil aos comunistas e de conduzir o país a um "precipício". Esta acusação reflete a polarização política da época. Não se pode negar que havia vigorosa mobilização social: durante este período, testemunhou-se a eclosão de inúmeras greves operárias, tanto em protesto contra a inflação (que se aproximava de incríveis 90% ao ano), quanto em solidariedade a propostas políticas, como as Reformas de Base, que abrangiam a Reforma Agrária, a Reforma Bancária, a Reforma Tributária, entre outras. A magnitude dessas greves é indicativa da profundidade do descontentamento social. O ambiente estava impregnado de uma tensão política, convocando à ação tanto forças conservadoras como progressistas⁷⁵⁹.

A UNE, nesse contexto, adotou uma postura de total e integral engajamento político: expandiu o alcance do Centro Popular de Cultura (CPC) a favelas, sindicatos e associações de bairros, numa ampla ação de despertar a consciência populacional. Esta expansão é um testemunho do compromisso da UNE com a educação popular. É necessário adicionar a este cenário a insubordinação dos suboficiais (cabos e sargentos) das Forças Armadas, as marchas "Da Família, com Deus, pela Liberdade" (organizadas por setores conservadores), e os contínuos ataques contra Jango veiculados pela imprensa. Este conjunto de fatores criou um caldo de cultura propício para a instabilidade política. Esses elementos, somados, fornecem uma visão aproximada dos turbulentos últimos meses de 1963 e os primeiros de 1964⁷⁶⁰. Como destaca Fausto, no tocante a atuação da UNE nesse período: "Cresceu também no governo Jango a mobilização de outros setores da sociedade. Os estudantes, através da UNE, radicalizaram suas propostas de transformação social e passaram a intervir diretamente no jogo político"⁷⁶¹. Esta intervenção direta é um marco da influência política da UNE.

No alvorecer de 1964, influenciado por seu círculo de confiança próximo, o presidente Jango escolheu um caminho que se revelou desastroso. Esse curso de ação envolvia, aproximadamente, contornar o Congresso com apoio militar e sindical e começar a implementar as reformas de base por decreto. A decisão de contornar o Congresso foi um ponto de inflexão crítico. A estratégia era demonstrar a força do governo, organizando grandes manifestações nas quais as reformas seriam anunciadas progressivamente. O primeiro desses comícios marcantes foi agendado para 13 de março na cidade do Rio de Janeiro. Conhecido como o "Comício da Central", devido à sua realização na Praça da República, em frente à Estação Central do Brasil, reuniu aproximadamente 150 mil pessoas, respaldado pelas tropas

⁷⁵⁹ Ib. p. 69–70.

⁷⁶⁰ Ib. p. 70.

⁷⁶¹ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 445.

do I Exército. A magnitude desse comício é uma medida do apoio popular às reformas. As falas de Jango e Brizola ecoaram, ainda que entre eles ocorressem desentendimentos. As bandeiras vermelhas que clamavam pela legalização do Partido Comunista e as faixas exigindo a reforma agrária foram amplamente veiculadas pela televisão, provocando desconforto nos setores conservadores. Esta veiculação ampla aumentou a polarização. Jango ratificou dois decretos durante o evento. O primeiro, primordialmente simbólico, envolvia a desapropriação das refinarias de petróleo ainda não dominadas pela Petrobrás. O segundo, conhecido como "Decreto da SUPRA" (Superintendência da Reforma Agrária), declarava passíveis de desapropriação as propriedades consideradas subutilizadas, detalhando suas localizações e dimensões. Adicionalmente, o presidente adiantou preparativos para uma reforma urbana, gerando temores na classe média preocupada com a possibilidade de desapropriação de suas propriedades. Estes decretos acentuaram as tensões existentes. Considerava ainda propostas a serem submetidas ao Congresso que contemplavam alterações no sistema tributário e a concessão de direitos de voto a analfabetos e a escalões inferiores das Forças Armadas⁷⁶².

A iminência de um golpe de Estado se intensificava. No entanto, os apoiadores das Reformas, confiantes em um suposto "arranjo militar" que desencorajaria os insurrecionistas e respaldaria o presidente Jango, mantinham-se inertes. Esta inércia pode ser interpretada como um erro de cálculo trágico. Somente a UNE entre todos os grupos, admitiu, nos últimos dias de março, a solicitação de armas para resguardar o governo em uma situação de subversão, embora demonstrassem ceticismo quanto à efetivação dessa suposta revolta⁷⁶³. Este ceticismo revela uma compreensão incompleta das forças em jogo.

No dia 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar de Minas Gerais, proclamou sua insurgência contra o governo federal. Ele contou com o respaldo de notáveis governadores, como Magalhães Pinto de Minas Gerais, Carlos Lacerda da Guanabara, Adhemar de Barros de São Paulo e Ildo Meneghetti do Rio Grande do Sul. Diversos outros comandantes militares também se alinharam ao golpe, invalidando totalmente o tão louvado "arranjo militar" de Jango. Esta invalidação foi um golpe devastador para as esperanças de resistência. Existiam aqueles dispostos a resistir, sobretudo entre estudantes e operários. Mas como oferecer resistência? Jango rapidamente se evadiu de Brasília, negando-se a liderar qualquer forma de resistência, e optou pelo exílio no Uruguai. Sua partida deixou

⁷⁶² Ib. p. 459.

⁷⁶³ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 72.

um vácuo de liderança. Arraes tentou resistir em Pernambuco, mas seus seguidores não se mostraram suficientes para impedir sua deposição pelo IV Exército. A resistência de Arraes é um exemplo de coragem diante do avanço golpista. A UNE figurou entre as primeiras vítimas do golpe. Sua sede foi invadida e incendiada⁷⁶⁴. O ataque à sede da UNE simbolizava a repressão a seguir. Poerner assim comenta o fato:

E a UNE, que a nova ordem pretendeu haver dissolvido, sofreu, assim, o segundo despejo de sua história, sendo obrigada, daí em diante, a cumprir o duro estágio da clandestinidade, de onde continuaria, apesar de tudo, a liderar o movimento estudantil. Porque uma das primeiras medidas do governo militar foi propor ao Congresso a extinção da UNE, consumada pela Lei n. 4464⁷⁶⁵.

Este comentário evidencia a resiliência da UNE mesmo face à repressão. Destaque-se ainda que, “José Serra, teve de pedir asilo à Embaixada do Chile, para escapar à repressão policial-militar desencadeada contra toda a liderança estudantil”⁷⁶⁶. O destino de Serra é um testemunho das perigosas consequências políticas da época.

1.3.12. A luta contra a Ditadura

Os acontecimentos subsequentes ao golpe militar de 1964, incluindo prisões, perseguições e banimentos de instituições acadêmicas, lograram, em uma fase inicial, dismantelar de forma integral o Movimento Estudantil. A repressão foi uma estratégia eficaz, embora brutal, do regime militar.

Outro duro golpe ao movimento estudantil foi a Lei nº 4.464⁷⁶⁷, sancionada pelo Congresso Nacional em 9 de novembro de 1964. Essa legislação delineava as estruturas de representação estudantil, agora sob a supervisão inescapável das instituições acadêmicas e autoridades governamentais. Conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, esta medida, em sua aplicação prática, visava primordialmente ao controle, à marginalização e até mesmo à erradicação do movimento estudantil⁷⁶⁸. Este mecanismo legal foi uma tentativa astuta de neutralizar a oposição estudantil. Na visão de Poerner:

⁷⁶⁴ Ib. p. 72–74.

⁷⁶⁵ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 188.

⁷⁶⁶ Ib. p. 188.

⁷⁶⁷ BRASIL. Lei nº. 4.464, de 9 de novembro de 1.964 - *Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências*. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/11/1964, Página 10169). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-norma-pl.html>. Acesso em: 13 jul. 2023.

⁷⁶⁸ SANFELICE, José Luís, O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais, *Cadernos CEDES*, v. 28, p. 357–378, 2008, p. 367.

A lei visou, especialmente, à extinção do movimento estudantil. Para acabar com a participação política, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as suas entidades em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes quanto a verbas e orientação⁷⁶⁹.

A lei foi, portanto, uma intervenção direta na autonomia estudantil. A desarticulação do Movimento Estudantil demonstra uma supressão do poder dos estudantes, minando sua capacidade de ação coletiva. Quanto à autoridade, esta é legitimada pelo consentimento e respeito dos governados. A imposição da Lei Suplicy de Lacerda sinaliza uma clara tentativa de desautorizar o Movimento Estudantil, subjugando-o ao controle das autoridades governamentais, o que reduz drasticamente sua voz e poder de representação. Em suma, sob a ótica dos conceitos de poder, autoridade, força e violência de Arendt, esses eventos representam a supressão do poder e da autoridade do Movimento Estudantil por meio de medidas governamentais coercitivas⁷⁷⁰.

Os esforços para reconstruir a estrutura de ação política dos estudantes centralizaram-se na resistência a esse diploma legal (Lei 4.464). A referida legislatura propunha a conversão dos então Centros Acadêmicos (CAs) em Diretórios Acadêmicos, submetidos à administração das respectivas Faculdades, e impunham aos estudantes a obrigação de participação nas eleições para tais Diretórios (cuja seleção de candidatos obedecia a critérios inflexíveis), sob a ameaça de retenção do ano letivo. Contra essas determinações, o XXVII Congresso da UNE, que ocorreu sob condições extremamente adversas em julho de 1965, determinou o boicote pleno à Lei Suplicy de Lacerda⁷⁷¹. O boicote foi uma manifestação de resistência civil. Mendes Junior destaca que a “atitude dos estudantes foi contundente. O boicote às eleições atingiu mais do que o esperado (...)”⁷⁷². Este sucesso demonstrou a força coletiva do movimento estudantil. Como observa Poerner: “A Lei Suplicy de Lacerda teve, contudo, um grande mérito: o de aglutinar, na luta pela sua revogação, o movimento estudantil, que atravessava uma fase de reorganização, consequência da perseguição aos seus líderes”⁷⁷³. Ironias à parte, a lei fortaleceu a unidade do movimento estudantil.

O ano de 1966 apresentou-se marcado pelas manifestações estudantis. Não mais apenas opondo-se à Lei Suplicy, que fora neutralizada na prática, mas também aos Acordos MEC e United States Agency International Development (USAID) – que almejavam reformar

⁷⁶⁹ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 212.

⁷⁷⁰ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 36-37.

⁷⁷¹ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 76.

⁷⁷² *Ib.* p. 77.

⁷⁷³ POERNER. *O poder jovem*. Op. cit. p. 212.

as universidades brasileiras conforme padrões estadunidenses –, bem como contestando a estrutura ditatorial, tais foram os motivos desencadeadores das marchas dos estudantes. As manifestações públicas de 1966 obtiveram significativa repercussão nacional e internacional como símbolo da resistência estudantil da época.

1.4. 1968: a radicalização e o AI-5

Luis Travassos, pertencente à AP, ao ser escolhido como presidente da UNE durante o XXIX Congresso, não poderia antecipar que sua administração enfrentaria uma série de desafios, levando em consideração o cenário político tumultuado que o Brasil estava prestes a vivenciar. O evento foi novamente realizado de maneira clandestina, no convento dos padres dominicanos em Valinhos (São Paulo), e as forças policiais, que haviam prometido impedir a realização do Congresso a qualquer custo, foram novamente enganadas, chegando ao convento somente após os delegados já terem retornado a seus respectivos estados. A polícia então dirigiu sua ação repressiva aos padres, detendo várias pessoas e causando danos às instalações do convento⁷⁷⁴. A habilidade da UNE em realizar o congresso demonstrou resiliência e astúcia.

Durante as sessões do Congresso, bem como no seu documento final intitulado "Carta Política da UNE", tornava-se evidente uma inclinação em direção à radicalização no seio do Movimento Estudantil. Naquela época, as principais organizações políticas que exerciam influência dentro do Movimento Estudantil, todas operando clandestinamente, incluíam a AP, a Política Operária (POLOP) e a dissidência do PCB, partido que havia perdido grande parte de sua influência no meio universitário. A Carta Política, resultado das diretrizes propostas por essas organizações, adotava uma postura extremamente radical ao criticar e condenar veementemente o então presidente da República, Marechal Costa e Silva. Além disso, a carta advogava pela formação de uma Aliança Operário-Camponesa-Estudantil em oposição à suposta aliança entre as classes dominantes brasileiras e o imperialismo⁷⁷⁵. A radicalização refletia o agravamento do contexto político.

O cenário descrito revela um contexto de polarização política e agitação social no Brasil, especificamente no âmbito do Movimento Estudantil. A escolha de Luis Travassos, vinculado à AP, para a presidência da UNE, ocorreu em um momento tenso, enquanto o país

⁷⁷⁴ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 80–81.

⁷⁷⁵ *Ib.* p. 81.

enfrentava uma situação política instável. O congresso, realizado de maneira clandestina no convento dos padres dominicanos em Valinhos, São Paulo, denota a resistência dos estudantes em um ambiente repressor, onde as forças policiais procuravam impedir sua realização. Há um aspecto de violência institucional presente na ação das forças policiais, que, ao não conseguirem interromper o congresso, direcionaram sua repressão aos padres presentes, detendo várias pessoas e causando danos às instalações do convento. Esse uso da força estatal para conter manifestações e organizações políticas é um exemplo de violência segundo a concepção de Hannah Arendt, pois reflete a aplicação coercitiva do poder por parte do Estado para manter sua autoridade e reprimir qualquer forma de dissidência⁷⁷⁶.

A radicalização presente na "Carta Política da UNE", elaborada durante o congresso, também ilustra uma forma de violência. Ao adotar uma postura extremamente crítica em relação ao presidente Costa e Silva e advogar pela formação de uma aliança em oposição às classes dominantes, os estudantes expressam uma resistência política intensa, buscando transformações sociais por meios que se opõem à ordem estabelecida. Esse tipo de radicalização, embora não necessariamente física, pode ser interpretado como uma forma de violência simbólica, onde há uma confrontação ideológica e uma busca por mudanças profundas na estrutura do poder.

Dentro do conceito de Arendt, a violência, de maneira ampla, não está apenas atrelada a atos físicos, mas também a ações que buscam minar a estabilidade institucional e desafiar a ordem política estabelecida, o que pode ser observado no âmbito das manifestações estudantis durante o congresso da UNE⁷⁷⁷.

Diante disso, “bastava que houvesse um estopim, para que o Movimento Estudantil passasse da radicalização das palavras à radicalização dos atos. E houve estopins; não um, mas dois:”⁷⁷⁸ a morte do estudante Edson Luis de Lima Souto e a rebelião estudantil chamada de “Movimento Maio de 1968” na França. Estes eventos catalisaram uma nova fase de ativismo.

1.4.1. A morte de Édson Luís

A partir de 1966, a oposição ao governo militar brasileiro começou a se reorganizar após a repressão inicial. Esta resiliência, em face da repressão, é uma demonstração do

⁷⁷⁶ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 36.

⁷⁷⁷ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 36-37

⁷⁷⁸ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 81.

espírito inquebrantável da resistência democrática. Os estudantes também se mobilizaram, tendo a UNE como centro. A centralidade da UNE como símbolo da resistência estudantil é incontestável. Nesse contexto, Lacerda uniu-se a seus inimigos políticos tradicionais, Jango e Juscelino, para formar a Frente Ampla, que se propôs a lutar pela redemocratização do país e a defesa dos direitos dos trabalhadores ⁷⁷⁹. A formação da Frente Ampla foi não apenas um marco, mas um ato de coragem política que desafiava as convenções da época.

Segundo Albuquerque ⁷⁸⁰, no tocante a Igreja Católica, surgiram no Brasil, na segunda metade da década de sessenta, duas correntes teológico-doutrinárias distintas, que exerceram influência significativa no país. A primeira, também conhecida como integrista, defendia práticas conservadoras e tradicionais como meio para os fiéis alcançarem o Reino de Deus. Essa corrente se opunha ao comunismo, à maçonaria, ao judaísmo e à ordem natural, esta última contrastando com a esfera espiritual. Repudiava a filiação a organizações de esquerda, chegando até a ameaçar com a excomunhão. A segunda corrente, representada pela emergente Teologia da Libertação, introduziu uma nova identidade institucional na Igreja. Este movimento foi revolucionário, não apenas para a Igreja, mas para a sociedade como um todo. Defendia uma missão evangelizadora distinta e uma leitura dos evangelhos em oposição direta à primeira corrente, enfatizando uma opção preferencial pelos pobres e oprimidos. A opção pelos pobres é, portanto, um eco poderoso das demandas sociais da época. Essa abordagem pastoral foi expressa nos Documentos de Medellín e de Puebla, ambos elaborados durante as conferências do Episcopado Latino-Americano (CELAM), realizadas, respectivamente, em 1968, na Colômbia, e em 1979, no México. Como destaca Fausto ⁷⁸¹, o clero católico aderente à Teologia da Libertação passou a focar nas reivindicações populares e nas lutas sociais, especialmente o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, no Nordeste. Dom Hélder Câmara é um símbolo incontestável da luta pelos direitos humanos e sociais no Brasil.

Em 1968, as mobilizações tomaram maior impulso em todo o mundo, impulsionadas pelo sonho de um mundo novo e pela vontade de transformar todas as áreas do comportamento humano, incluindo a liberação sexual e a afirmação da mulher. A amplitude e a diversidade dessas mobilizações refletem um período único de questionamento e transformação social. No Brasil, esse contexto teve efeitos visíveis na cultura e na arte,

⁷⁷⁹ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 477.

⁷⁸⁰ ALBUQUERQUE. José Arnaldo Frota de. *Igreja conservadora no Brasil (1964-1974): catecismo anticomunista*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Universidade de Brasília, Brasília, 2021, p. 11.

⁷⁸¹ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 477.

especialmente na música popular, e incentivou a mobilização social. A música popular brasileira da época é um testemunho indelével do espírito de resistência e esperança. O evento catalisador das manifestações de rua em 1968 foi a morte do estudante secundarista Edson Luís, morto pela Polícia Militar durante um protesto no Rio de Janeiro contra a qualidade da alimentação fornecida aos estudantes pobres no restaurante do Calabouço. O enterro de Edson Luís e a missa na Igreja da Candelária foram acompanhados por milhares de pessoas e a indignação cresceu com a ocorrência de novas violências⁷⁸². A morte de Edson Luís se tornou um símbolo poderoso da brutalidade do regime e da injustiça social. Guedes, destaca que:

O Restaurante Calabouço, desde a sua criação em 1951, passou a ser o local onde se realizavam os debates em torno das ações do movimento em relação às políticas nacional e exterior do Brasil com os Estados Unidos. Conforme a Agência do Senado, o Calabouço não era um mero bandeirão. Logo no dia em que os militares assumiram o poder, em 1964, os militares incendiaram a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Flamengo. A entidade foi fechada e o movimento estudantil ganhou uma mordada. A partir daí, o Calabouço virou um abrigo informal dos jovens que queriam discutir livremente os rumos do ensino público e da política⁷⁸³.

O Calabouço, assim, se estabeleceu como um bastião da liberdade de expressão em um tempo de censura e silenciamento.

O encadeamento dos fatos que redundaram no desfecho trágico da morte de Edson Luís se iniciou em 1964, quando, no intuito de coibir e controlar eventuais manifestações estudantis, o Governo editou a Lei nº 4.464⁷⁸⁴, 9 de novembro de 1964, a chamada Lei Suplicy, dispondo sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes. Segundo seu artigo 2º, a referida lei determinava, como órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:

a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal⁷⁸⁵.

Essa lei foi um ataque direto à autonomia estudantil e à liberdade de expressão. Como consequência direta da referida lei, ocorreu a destituição da UNE, e da União Metropolitana

⁷⁸² Ib. p. 477.

⁷⁸³ GUEDES, Gleice Lopes Abboud. *Hoje tem comida para todos: história e memória do Restaurante Central/Calabouço dos estudantes (1951-1969)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020, p. 96.

⁷⁸⁴ BRASIL, Lei nº. 4.464, 9 de novembro de 1964. *Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências*. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/11/1964, Página 10169). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 jul. 2023.

⁷⁸⁵ Ib.

dos Estudantes – UME, como órgãos de representação estudantil em âmbito nacional e estadual ⁷⁸⁶. A destituição da UNE e da UME foi um golpe profundo na organização estudantil.

Evento de destaque, ocorreu na conferência interamericana da OEA em 1965, com a manifestação protagonizada pela classe estudantil, que utilizou a presença do Presidente Castelo Branco para expressar sua insatisfação em relação ao fechamento do restaurante Calabouço pela Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), entidade que havia reivindicado as instalações junto ao Ministério da Educação. Durante essa manifestação o estudante Ezequias Gomes de Lima teve sua mão decepada por estilhaços de bomba ⁷⁸⁷. Esse episódio foi mais um ato de violência chocante que marcou o período.

Guedes ainda destaca outro fato importante no encadeamento dos acontecimentos. Tal fato foi a construção do trevo rodoviário, atualmente chamado de Trevo Estudante Edson Luís de Lima Souto, que estava prevista desde as obras do aterro do Flamengo, na década de 1950⁷⁸⁸. O objetivo era desafogar o trânsito e melhorar o aspecto visual, em torno do Aeroporto Santos Dumont, porém, é irônico perceber como uma obra destinada a melhorar a mobilidade e estética urbana acabou por desencadear uma série de eventos que marcariam a história política e social do país de forma tão significativa. No entanto, na região estava o prédio que abrigava o Restaurante Calabouço, justamente no meio da área em que foi construído o trevo.

Em resposta a eventual demolição do prédio que abrigava o Calabouço, em março de 1967, uma comissão de estudantes se reuniu com o então Ministro da Educação Moniz Aragão, na ocasião, houve solicitações de esclarecimentos acerca da reformulação da Lei Suplicy, que visava restabelecer a representação estudantil às entidades de classe UNE e UME. Esta reunião é emblemática, demonstrando a tenacidade dos estudantes em lutar por seus direitos e representatividade. Além disso, a questão envolvendo o Restaurante Calabouço também foi abordada. O senhor Ministro declarou que não havia, até então, um local apropriado no centro da cidade do Rio de Janeiro para a realocação do restaurante. Contudo, foi assegurado que o Calabouço permaneceria aberto até que uma nova deliberação fosse tomada ⁷⁸⁹. Esta promessa do Ministro, embora tranquilizadora na superfície, carregava consigo uma incerteza que se revelaria profundamente inquietante.

⁷⁸⁶ GUEDES. *Hoje tem comida para todos*. Op. cit. p. 97.

⁷⁸⁷ *Ib.* p. 97.

⁷⁸⁸ *Ib.* p. 98.

⁷⁸⁹ *Ib.* p. 99–100.

Diante das incertezas envolvendo a construção de um novo restaurante, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) tomou a decisão de suspender o serviço de almoço e jantar durante o período da Semana Santa, em maio de 1967. Esta suspensão, embora temporária, foi um golpe duro para a comunidade estudantil, que já estava fragilizada pelas recentes tensões políticas. Tal medida foi motivada pela extinção do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS) e sua incorporação pela Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL), que comunicou ao MEC a necessidade de avaliar a suspensão do contrato em ambos os órgãos. A burocracia envolvida nesta transição apenas adicionou mais uma camada de dificuldades ao já complicado cenário enfrentado pelos estudantes. Diante dessas circunstâncias incertas, um grupo de estudantes fundou a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), que posteriormente obteve ratificação por meio de uma assembleia realizada no novo Restaurante. Em resposta à determinação de fechamento emitida pelo MEC, os estudantes deliberaram por organizar uma marcha em direção ao Ministério, na qual protestaram contra o encerramento do restaurante. A formação da FUEC foi um ato de resistência significativo, um sinal claro de que os estudantes não estavam dispostos a serem passivos diante das adversidades. Como forma de impactar a sociedade, durante a manifestação, foram distribuídos pães ⁷⁹⁰. A distribuição de pães, embora um gesto simples, era carregada de simbolismo e serviu como uma poderosa ferramenta de conscientização pública.

Em maio de 1967, a UME e a UNE receberam uma resposta do Ministério da Educação (MEC) em relação a diversas reivindicações estudantis. Entre as respostas estava a questão do Restaurante, que, segundo o diretor de Ensino Superior do MEC, Professor Carlos Alberto Del Castilho, estava sujeito à remoção, dependendo apenas da decisão final do Ministro da Educação, Tarso Dutra. Esta pendência, sujeita à decisão de uma única pessoa, colocava o destino de uma importante instituição estudantil em uma posição precária. O projeto consistia em transferir temporariamente as refeições para o Restaurante Central da Praça da Bandeira, enquanto seriam iniciadas imediatamente as obras para a construção de um novo restaurante. A ideia de uma solução temporária trouxe um vislumbre de esperança, mas também a preocupação de que poderia se tornar um arranjo permanente. Para essa finalidade, um orçamento de 200 mil cruzeiros novos já estava disponível. O fato de haver um orçamento já designado poderia ser interpretado como um sinal positivo de que a situação seria resolvida em breve.

⁷⁹⁰ Ib. p. 100.

Impactados por essas notícias, os estudantes reagiram à intenção da SURSAN de demolir o prédio do Restaurante em um prazo de 30 dias, com a aprovação do Governo Federal. A rapidez com que essa decisão foi tomada e aprovada destaca a precariedade da situação dos estudantes e a falta de consideração pelas suas necessidades. Inconformada, a classe estudantil divulgou um Manifesto contra o MEC. No entanto, nessa altura, os estudantes já estavam descrentes das promessas feitas pelos governos, alegando que cerca de 6.000 estudantes estavam sendo deixados à mercê da fome ⁷⁹¹. Este manifesto não era apenas uma declaração de insatisfação, mas um grito desesperado por justiça e dignidade.

Nos dias seguintes, os estudantes realizaram protestos contra os acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) e a USAID⁷⁹², além de denunciarem a falta de compromisso dos governantes em relação à construção urgente de um novo restaurante. Durante a passeata, os estudantes acusaram o governador da Guanabara, Negrão de Lima e o ex-presidente Castelo Branco de não serem abertos ao diálogo. A falta de diálogo é frequentemente um precursor de conflitos, e neste caso, apenas exacerbou a tensão existente. O Batalhão de Choque da Polícia Militar foi acionado e se espalhou pela cidade na tentativa de conter a manifestação dos estudantes. A intervenção policial, em muitos casos, pode servir para aumentar a animosidade em vez de acalmar os ânimos.

Os protestos contra o fechamento do Calabouço e os acordos MEC-USAID se intensificaram. Os confrontos com a polícia se tornaram mais violentos, resultando em espancamentos e prisões de estudantes. A escalada da violência é um indicativo preocupante da deterioração das relações entre os estudantes e as autoridades. Diante dessa onda de protestos, Negrão de Lima tentou dialogar com os estudantes, embora o governador defendesse que não era necessário protestar contra a transferência do restaurante. A tentativa de diálogo do governador, embora tardia, era um passo na direção certa, embora sua posição em relação aos protestos pudesse ser vista como minimizadora dos problemas enfrentados pelos estudantes. Em 1967, o MEC ainda não havia designado um local para a construção do novo restaurante. Portanto, Negrão de Lima prosseguiu com as obras, que resultaram na demolição do Restaurante, deixando os estudantes sem um local para fazer suas refeições. A

⁷⁹¹ Ib. p. 100.

⁷⁹² Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. (MEC-USAID. In: *Histedbr*: Grupo de Estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006). <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid>. Acesso em: 18 jul. 2023.

demolição do Restaurante Calabouço simbolizava não apenas a perda de um espaço físico, mas também a erosão da identidade e da comunidade estudantil.

Os estudantes realizaram uma série de protestos exigindo do governador a construção de um novo restaurante. Após muita luta, um prédio inacabado foi disponibilizado para esse fim. Posteriormente, os estudantes protestaram por melhorias no complexo, mas suas demandas foram negadas pelo governador. A negação das demandas por melhorias foi mais um golpe para os estudantes, que já haviam passado por tantas adversidades. Os estudantes empreenderam uma operação chamada "Operação Pedágio", na qual realizaram campanhas para arrecadar fundos destinados às melhorias do Novo Calabouço ⁷⁹³. A "Operação Pedágio" foi uma demonstração de resiliência e autossuficiência por parte dos estudantes, mostrando sua capacidade de se organizar e agir de forma proativa.

Em 21 de agosto de 1967, um novo restaurante foi entregue aos estudantes, porém ainda estava inacabado, faltando a parte elétrica e de refrigeração. A administração do restaurante foi atribuída à Cobal, que contaria com a assistência da FUEC. A entrega de um restaurante inacabado foi uma vitória agri-doce para os estudantes, que ansiavam por um espaço completamente funcional.

Em 13 de julho de 1967, a administração do RCE/Calabouço foi concedida aos estudantes. Nesse contexto, a FUEC estabeleceu a Associação dos Estudantes do Calabouço (AEC), cujas responsabilidades incluíam o controle da alimentação fornecida pela Cobal, a regulação do acesso dos estudantes ao restaurante e a supervisão do comércio local, evitando qualquer exploração de preços abusivos. A criação da AEC foi um exemplo de autogestão e mostrou o comprometimento dos estudantes com a justiça e a equidade. A AEC também era responsável pela manutenção de fichas pessoais dos estudantes, que deveriam conter informações sobre sua saúde, situação econômica e emprego, com validade anual⁷⁹⁴. O cuidado com a saúde e o bem-estar dos estudantes era uma prioridade para a AEC, refletindo uma abordagem holística e humanizada.

Ao constatar que o governador não cumpriria a promessa de entregar um novo restaurante em condições adequadas aos estudantes, estes decidiram realizar um plebiscito para decidir sobre o andamento das obras. Esta iniciativa reflete a busca dos estudantes por autodeterminação e controle sobre seu destino, uma atitude de responsabilidade e engajamento cívico. Segundo relato das lideranças estudantis, a maioria dos estudantes se

⁷⁹³ GUEDES. *Hoje tem comida para todos*. Op. cit. p. 100–101.

⁷⁹⁴ *Ib.* p. 103–104.

pronunciou a favor da realização de uma campanha financeira. A escolha de uma campanha financeira autônoma ressalta o compromisso da comunidade estudantil em tomar as rédeas da situação, em vez de depender de promessas vazias das autoridades. De acordo com as estimativas dos estudantes, o custo da obra estava avaliado em 30.000 cruzeiros novos ⁷⁹⁵.

Segundo a Agência do Senado ⁷⁹⁶, no dia 28 de março de 1968, um grupo estava envolvido em discussões preparatórias para mais um protesto contra as condições do Calabouço, quando policiais invadiram o local com o objetivo de interromper a manifestação. Os jovens responderam à ação policial utilizando paus, pedras e bandejas como armas improvisadas. A resposta dos estudantes, embora desesperada, era um testemunho de sua resiliência e disposição para se defenderem. Durante o confronto, um estudante perdeu a vida instantaneamente, atingido por um tiro à queima-roupa no coração. A vítima foi identificada como Edson Luís de Lima Souto, um jovem de 18 anos que havia deixado Belém para cursar o supletivo no Rio de Janeiro. A trágica perda de Edson Luís é um lembrete pungente do preço extremo que pode ser exigido na luta por justiça e direitos civis.

O governo se utiliza do argumento legal-policial para justificar a intervenção no Calabouço, apresentando o protesto estudantil como ilegal devido à ausência de autorização dos órgãos responsáveis pela segurança pública. De acordo com as autoridades envolvidas no incidente, a ação da polícia foi uma reação ao ataque dos estudantes. Essa narrativa oficial, contudo, contrasta fortemente com o relato dos estudantes e testemunhas oculares, levantando questões críticas sobre a legitimidade e a proporcionalidade da resposta do Estado. Essa intervenção policial é respaldada pelo discurso governamental que visa preservar a ordem, alegando uma ameaça representada por indivíduos subversivos. No entanto, a caracterização dos estudantes como subversivos revela mais sobre a postura autoritária do governo do que sobre as ações dos próprios estudantes. Além disso, argumenta-se que os estudantes estavam em maioria e em posse de um número superior de armas ⁷⁹⁷.

Conforme destaca Guedes, foi o “ápice da violência policial contra os estudantes do Calabouço, com o assassinato com um tiro à queima-roupa do estudante Edson Luís Lima Souto”⁷⁹⁸. Este momento trágico pode ser visto como um ponto de inflexão, um evento que

⁷⁹⁵ *Ib.*, p. 105.

⁷⁹⁶ AGÊNCIA SENADO. *Episódio no Calabouço, no Rio, inflama manifestações de rua*. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>. Acesso em: 18 jul. 2023.

⁷⁹⁷ VALLE, Maria Ribeiro do, As representações da violência nos episódios estudantis de 1968, *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 1/2, p. 34–53, 2008, p. 36.

⁷⁹⁸ GUEDES. *Hoje tem comida para todos*. Op. cit. p. 110.

catalisou uma resposta mais ampla da sociedade civil contra a repressão e a injustiça. Segundo a Agência do Senado: “Era o primeiro ‘morto público’ da ditadura” ⁷⁹⁹.

A repercussão foi imediata, pela leitura das palavras de Ventura, pode-se observar a amplitude da comoção causada pela morte do estudante. O impacto emocional da morte de Edson Luís transcendeu as fronteiras do *campus* universitário, ressoando através da sociedade e unindo pessoas de diversos estratos em um luto coletivo. “O Rio de Janeiro já foi uma cidade capaz de parar numa sexta-feira para enterrar um estudante morto pela PM. Eram de fato outros tempos aqueles em que a revolta contra uma violência policial colocava milhares de pessoas nas ruas” ⁸⁰⁰.

No Senado Federal o fato também reverberou:

Em vez do diálogo, o governo manda a polícia e as Forças Armadas contra os estudantes. É uma saída que não desejamos, pois vai levar a um morticínio — afirmou Mário Martins (MDB-Guanabara). — É incrível que os homens de juízo hoje são os moços, e não os velhos do governo, que, aliás, não têm procuração para administrar o país. Arthur Virgílio (MDB-AM) bateu na mesma tecla da prepotência do governo militar: — Edson Luís morreu com 18 anos, a idade do meu filho mais novo. Busquemos o entendimento. Nós da oposição estamos dispostos a isso. Eu não gostaria de voltar a esta tribuna para, esmagado pela tristeza, lamentar outros Edson Luís tombados nas ruas pela falta de diálogo ⁸⁰¹.

Esses discursos no Senado refletem a indignação e o clamor por mudanças que começaram a ecoar nas mais altas esferas do poder, sinalizando um reconhecimento crescente da necessidade de reforma e diálogo.

Após sua morte, Edson Luís se tornou um protagonista em uma jornada significativa. Seu nome e sua história se tornaram símbolos de resistência e da luta por um Brasil mais justo e democrático. Diante do temor de que a polícia pudesse ocultar o corpo, os estudantes decidiram carregá-lo até a Assembleia Legislativa (atual Câmara Municipal), localizada na região da Cinelândia, onde o expuseram em um salão. Esta ação, embora extrema, era um ato de desafio e de preservação da memória de Edson Luís, garantindo que sua morte não seria em vão. Milhares de cidadãos cariocas se alinharam para prestar suas homenagens ao estudante. Segundo Ventura:

Duas horas antes do enterro, a Cinelândia já estava totalmente ocupada. As faixas, cartazes e slogans eram exibidos ou gritados: ‘Bala mata a fome?’, ‘Os velhos no poder, os jovens no caixão’. Uma palavra de ordem se

⁷⁹⁹ AGÊNCIA SENADO. *Episódio no Calabouço, no Rio, inflama manifestações de rua*. Op. cit.

⁸⁰⁰ VENTURA, Zuenir. 1968 - O ano que não terminou. 2. ed. Rio de Janeiro: Planeta, 2008, p. 97.

⁸⁰¹ AGÊNCIA SENADO. *Episódio no Calabouço, no Rio, inflama manifestações de rua*. Op. cit.

destacava pelo irresistível apelo: ‘Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?’⁸⁰².

Antes do cortejo fúnebre sair da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o Padre Vicente Ádamo fez a encomendação do corpo e disse: “Depois desses acontecimentos, não há mais possibilidade de diálogo entre jovens e adultos. Será preciso uma nova fórmula para resolver esse estado de coisas”⁸⁰³. Horas mais tarde, o corpo foi levado em um cortejo até o Cemitério São João Batista, em Botafogo. Durante o percurso, a população acenava com lenços brancos e jogavam flores dos edifícios, os que acompanhavam o cortejo erguiam cartazes com mensagens como "Mataram um estudante. Ele podia ser seu filho"⁸⁰⁴. Essas mensagens eram poderosas, ressoando em uma linguagem universal de luto e humanidade, e servindo como um chamado à consciência da nação. Essa demonstração de luto coletivo refletia a comoção e a indignação que a morte de Edson Luís provocara na sociedade.

Com descreve Ventura, é impressionante o depoimento da escritora Ana Maria Machado, que era irmã do líder estudantil Franklin Martins, quando comovida escreve em seu romance autobiográfico o fato inexplicável da cidade do Rio de Janeiro ficar as escuras no trajeto por onde o cortejo fúnebre do estudante Edson Luís ia passar, que segundo ela foi coisa do governo:

A cidade inteira se comovia e reclamava pela vida de um menino. O céu escurecia, estava anoitecendo; logo, as luzes iam-se acender. Mas não se acenderam. Os veículos parados ao longo das pistas, aqui e ali, começaram a acender seus faróis. Em seguida, alguém arranhou um jornal, torceu-o e improvisou uma tocha. Em seguida, elas se multiplicaram. Queimaram rápido demais, porém. Nas janelas dos edifícios, em diferentes alturas, os moradores começaram a acender velas, ou desciam para oferecer lanternas. Na porta de uma loja, um comerciante distribuía velas e fósforos⁸⁰⁵.

Segundo Ventura, um jornalista escreve na imprensa no dia seguinte ao sepultamento do estudante assassinado:

Edson Luis teve a homenagem que o povo brasileiro costuma consagrar aos seus heróis populares: o Hino Nacional. Sua mortalha foi a bandeira brasileira”. Outro foi mais longe: “O luto e o repúdio à violência surgiram nas faixas negras. O amor, a solidariedade, a saudade estavam nas pétalas de rosas que caíam do alto dos edifícios”. Um terceiro garantia: “Desde o sepultamento de Getúlio Vargas, não houve no Brasil homenagem póstuma dessa grandeza⁸⁰⁶.

⁸⁰² VENTURA. 1968 - O ano que não terminou. Op cit. p. 97.

⁸⁰³ VENTURA. 1968 - O ano que não terminou. Op cit. p. 97.

⁸⁰⁴ AGÊNCIA SENADO. *Episódio no Calabouço, no Rio, inflama manifestações de rua*. Op. cit.

⁸⁰⁵ VENTURA. 1968 - O ano que não terminou. Op cit. p. 98.

⁸⁰⁶ Ib.

Ainda nas palavras de Ventura, recordando Vladimir, que segundo ele, havia participado de daquele momento:

Aquele sol tremendo e as pessoas chegando sem parar, com flores, rosários: crianças de escolas primárias, freiras, mães, pais, alunos de colégios, professoras levando turmas, pessoas inclusive de direita. Crianças de sete, oito anos, ao lado de mães, velhos, donas de casa se exprimindo politicamente pela primeira vez. Parecia que havia uma grande articulação e não era nada disso. Uma coisa contraditória esse enterro: uma manifestação imponente, cheia de vida. Foi comovente⁸⁰⁷.

O enterro de Edson Luís e a missa na Igreja da Candelária foram acompanhados por milhares de pessoas e a indignação cresceu com a ocorrência de novas violências. A participação maciça da comunidade em torno desses eventos fúnebres era uma expressão palpável da dor e da raiva compartilhadas, servindo como um catalisador para uma ação coletiva mais ampla. O desencadeamento desses eventos propiciou a criação de um ambiente favorável para uma mobilização mais abrangente, que reuniu não apenas estudantes, mas também segmentos significativos da Igreja e da classe média carioca. A diversidade dos grupos envolvidos na mobilização era indicativa de um descontentamento generalizado com o status quo e um desejo comum de mudança. O ápice dessa convergência de forças engajadas na luta pela democratização ocorreu durante a chamada "passeata dos 100 mil", realizada em 25 de junho de 1968⁸⁰⁸. Este evento monumental não era apenas um protesto, mas um poderoso ato de solidariedade e um clamor por justiça que ressoou em todo o país. Conforme destaca Guedes:

A história do Restaurante Calabouço é uma história de resistência, na qual estudantes pobres, de várias partes do país, muito engajados pelos ideais revolucionários, tentaram transformar aquele espaço, segundo os princípios de autogestão, não só num local onde se fazia refeições, mas também em um espaço de difusão de ideais democráticos. Foram muitas vezes perseguidos por anticomunistas, por reivindicarem do Estado uma política de assistência social sob os pilares da dignidade, do respeito e da justiça social⁸⁰⁹.

Esta passagem ilustra não só a tenacidade e o espírito de luta dos estudantes, mas também o valor simbólico do Restaurante Calabouço como um microcosmo das tensões políticas e sociais mais amplas da época.

1.4.2. A “Sexta-Feira Sangrenta”

⁸⁰⁷ Ib.

⁸⁰⁸ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 478.

⁸⁰⁹ GUEDES. *Hoje tem comida para todos*. Op. cit. p. 113.

No mês de junho, a cidade do Rio de Janeiro testemunhou uma sequência de três dias de intensos confrontos. Em 19 de junho, estudantes buscaram um encontro com o ministro da Educação na sede do MEC no centro da cidade, porém foram impedidos pela polícia. Essa barreira imposta pela autoridade reflete o crescente abismo entre o governo e a juventude da época, um indicativo das tensões sociais que se aprofundavam. No dia seguinte, jovens foram perseguidos nas ruas de Botafogo após pressionarem o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a ouvir suas reivindicações. A perseguição nas ruas simboliza a repressão não só física, mas também do direito de expressão e diálogo. No dia 21, na chamada “sexta-feira sangrenta” os estudantes contaram com o apoio da população em uma batalha contra policiais e militares que se estendeu ao longo do dia no centro da cidade, resultando na perda de 28 vidas. A perda de vidas nesta 'sexta-feira sangrenta' é uma lembrança sombria da severidade da repressão enfrentada e da solidariedade cidadã na luta por direitos democráticos. Esses eventos caracterizaram uma série de confrontos violentos, marcando um período turbulento de protestos e tensões sociais no Rio de Janeiro ⁸¹⁰.

Conforme salienta Valle, tais manifestações de rua, encampadas pelos estudantes, são “vinculadas pelo governo às manifestações estudantis que eclodem em diversos países, (...) fortalecendo a divulgação de um plano internacional de subversão e da construção do inimigo externo” ⁸¹¹. A associação com uma subversão internacional, por parte do governo, revela a disposição para deslegitimar as demandas estudantis, marcando uma estratégia de difamação em vez de enfrentar as questões reais. O resultado da atuação violenta das forças governamentais foi a total perda do apoio da opinião pública, conforme desta Ventura:

Se fosse possível precisar o momento exato em que o governo Costa e Silva perdeu definitivamente a batalha pela conquista da opinião pública, esse momento estaria situado entre os dias 19, 20 e 21 de junho – quarta, quinta e sexta-feira. Mais por insensatez própria do que por estratégia do adversário, as autoridades estaduais e federais, em três dias, atraíram para si o ódio da classe média, e aceleraram o que na época se chamava de “ascenso do ME”. A morte de Édson Luís já tinha provocado uma grande comoção, a repressão na porta da Candelária chocara e indignara, mas o que de fato levou a população a tomar partido, a se revoltar, a entrar fisicamente na guerra, foi a “sexta-feira sangrenta”. Graças a ela, a cidade estava quase pronta para a Passeata dos 100 Mil ⁸¹².

Essa análise de Ventura sublinha a importância das emoções coletivas e da indignação pública como forças motrizes para a mobilização política. O resultado disso, como veremos, será a “Passeata dos Cem mil”.

⁸¹⁰ AGÊNCIA SENADO. *Episódio no Calabouço, no Rio, inflama manifestações de rua*. Op. cit.

⁸¹¹ VALLE, Maria Ribeiro do, *As representações da violência nos episódios estudantis de 1968*. Op. cit. p. 37.

⁸¹² VENTURA. 1968 - O ano que não terminou. Op. cit. p. 142.

1.4.3. Passeata dos cem mil

Conforme destaca Fausto ⁸¹³, foi a partir desses eventos que surgiram condições propícias para uma mobilização mais abrangente, unindo não apenas estudantes, mas também setores significativos da Igreja e da classe média do Rio de Janeiro. A convergência de tantos segmentos sociais diferentes na 'Passeata dos 100 mil' é um testemunho da capacidade de o movimento estudantil transcender fronteiras e unir a sociedade em torno de uma causa comum. O ápice dessa convergência de forças empenhadas na luta pela democratização foi a já citada e marcante "Passeata dos 100 mil", ocorrida em 26 de junho de 1968. Esta marcha não foi apenas um evento político, mas também um poderoso símbolo de solidariedade e esperança coletivas. Nesse contexto, diferentes grupos e segmentos da sociedade se uniram em prol de objetivos comuns, impulsionando o movimento e fortalecendo a busca por mudanças políticas e sociais⁸¹⁴.

Segundo Valle, diversos segmentos populares aderem ao movimento, incluindo mães, artistas, professores, jornalistas, líderes cassados, servidores, populares, advogados, padres, freiras e dissidentes da "revolução"⁸¹⁵. A inclusão de tantos segmentos da sociedade reflete a universalidade da luta pelos direitos humanos e democráticos, além da rejeição generalizada à opressão. A retórica utilizada destaca a violência, com discursos enfatizando a necessidade de derrubar a ditadura. Contudo, apesar da retórica inflamada, a manifestação se manteve pacífica, sublinhando o compromisso dos participantes com princípios democráticos e não-violentos. No entanto, na prática, observa-se a ausência de ações violentas por parte da Polícia Militar.

Tal mobilização popular se deu diante do crescente descontentamento com a violência e a repressão vivenciadas na época, que os cidadãos do Rio de Janeiro se uniram aos estudantes. Esse encontro de cidadãos e estudantes reflete um momento de unidade e consciência coletiva na busca por justiça e reforma. Por tal descontentamento, pessoas anônimas e figuras públicas marcharam em uma caminhada que se estendeu da Cinelândia à Candelária, expressando em gritos e cartazes o desejo de derrubar a ditadura. Esses gritos e cartazes não eram apenas palavras e imagens, mas a expressão de um clamor profundo por liberdade e dignidade humana. No entanto, o governo permaneceu inabalável diante desses

⁸¹³ VENTURA. *História do Brasil*. Op. cit. p. 478.

⁸¹⁴ ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. 1968: Eles só queriam mudar o mundo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 141

⁸¹⁵ VALLE. As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. Op. cit. p. 40.

apelos e demandas ⁸¹⁶. Conforme salienta Valle: “Costa e Silva, oscilando mais uma vez entre atitudes repressivas e de liberalização, embora receba a Comissão dos Cem mil para o “diálogo” (ato surpreendente por partir de um presidente da República em plena ditadura militar), não cede a qualquer de seus reclamos”⁸¹⁷.

Essa relutância do governo em ceder revela a complexidade das dinâmicas de poder e o desafio inerente às lutas pela democracia e justiça social. Nas palavras de Moraes, a passeata dos “Cem mil”:

Constituiu-se no ponto mais alto da luta de massas desencadeada três meses antes, ao influxo da indignação provocada pela truculência assassina da repressão policial. Os estudantes, mais uma vez, atuavam como força motriz da impressionante manifestação, da qual participaram, como se sabe, todas as correntes da opinião democrática carioca⁸¹⁸.

Essa observação de Moraes enfatiza o papel central dos estudantes como catalisadores de mudança e como símbolos de resistência e esperança. Em que pese o impactante êxito da Passeata dos Cem Mil, o movimento estudantil experimentou um declínio de energia. No entanto, essa calma seria interrompida pelo acontecimento conhecido como Congresso de Ibiúna. Originalmente planejado como o 30º Congresso da UNE, o evento ocorreu em uma propriedade rural no interior de São Paulo e culminou com a prisão das principais lideranças estudantis daquele período. A prisão das lideranças no Congresso de Ibiúna é um lembrete sombrio das dificuldades enfrentadas pelos movimentos de resistência e da tenacidade necessária para perseverar diante da adversidade. Esse episódio representou um ponto de inflexão na trajetória do movimento estudantil e teve repercussões significativas em seu desenvolvimento posterior.

1.5. Fase de atuação clandestina

Finalmente, Mendes Junior identifica uma quarta fase, a da "atuação clandestina". Trata-se de um período curto, de apenas três ou quatro anos, mas de uma intensidade e de uma densidade de acontecimentos muito dignas de apreciação. Inicia-se com a adoção do AI-5 pelas autoridades militares, que mergulhou o País no mais negro período de repressão de que se tem notícia na nossa História. A impossibilidade prática de uma atuação legal e aberta impeliu os estudantes para os movimentos armados de guerrilha urbana, que então

⁸¹⁶ AGÊNCIA SENADO. *Episódio no Calabouço, no Rio, inflama manifestações de rua*. Op. cit.

⁸¹⁷ VALLE. As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. Op. cit. p. 40–41.

⁸¹⁸ MORAES, João Quartim de. Mobilização democrática e luta armada no Brasil, *Juventude.br*, n. 5, p. 25–35, 2008, p. 26.

começavam a se organizar. É inegável que essa guinada para a clandestinidade foi um divisor de águas na história do Movimento Estudantil, marcando o início de uma luta mais visceral e desesperada pela liberdade. O resultado foi o total desbaratamento das guerrilhas, acompanhado de violentíssima repressão, em que perderam a vida dezenas dos melhores quadros que o movimento estudantil já houvera gerado⁸¹⁹.

Esse período é marcado por intensos eventos que emergem da imposição do AI-5, representando um momento sombrio de repressão na história do Brasil. A inabilidade de atuar legalmente e de forma aberta impulsionou os estudantes para a participação em movimentos de guerrilha urbana, em meio à organização que se formava. Nessa fase, observa-se um intenso conflito de poder entre o Estado e os estudantes, onde a força coercitiva do governo, representada pelo AI-5, foi usada para reprimir qualquer tipo de dissidência e contestação política. A imposição do AI-5 consolidou um ambiente de repressão em que a violência estatal foi empregada de forma massiva e letal. Esse episódio de intensa repressão resultou na aniquilação das guerrilhas urbanas, implicando a perda de dezenas de líderes do movimento estudantil, representando um duro golpe para esse grupo social.

No quadro conceitual de Hannah Arendt, a autoridade do Estado, legitimada pelo AI-5, transformou-se em força coercitiva, que utilizou a violência como instrumento de controle social e repressão política. Esse ato de repressão não apenas cerceou a liberdade de expressão e a oposição política, mas também resultou na perda de vidas de indivíduos engajados no movimento estudantil, marcando um período sombrio na história do Brasil. Esse acontecimento reforça a análise de Arendt sobre o uso da violência pelo Estado como um mecanismo para reafirmar sua autoridade e conter a contestação, especialmente quando as vias legais e pacíficas de manifestação são restritas⁸²⁰.

O Movimento Estudantil enfrentou uma significativa desarticulação momentos antes da promulgação do AI-5, quando ocorria a tentativa de realizar o trigésimo Congresso da UNE no mês de outubro de 1968.

1.5.1. O XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE)

A cidade escolhida para o evento foi a pacata Ibiúna, no interior de São Paulo, o que se revelaria um grande erro estratégico. O comércio local logo percebeu um aumento na

⁸¹⁹ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 10.

⁸²⁰ ARENDT. *Sobre a violência*. Op. cit. p. 36.

demanda por víveres, frente a invasão de inúmeros jovens vindos de várias partes do país. Óbvio que tal fluxo incomum de pessoas geraria suspeita. Como destaca Ventura, “o XXX Congresso da UNE, mais do que um erro, foi um ato politicamente suicida. Não se conhece uma organização capaz de reunir mil pessoas clandestinamente”⁸²¹.

No desenrolar dos fatos, o Congresso, visto como ““clandestino”, é interdito em sua fase inicial”⁸²², culminando na prisão de suas principais lideranças, sendo encaminhadas ao exílio. Esta foi uma clara demonstração do poder repressivo do Estado, que não hesitou em esmagar qualquer foco de resistência, não importando quão pacífica fosse a sua expressão. Ocorre, a partir desses eventos, um processo de depreciação da imagem dos estudantes, passando a imprensa paulista consultada e as autoridades militares, a centralizar suas análises exatamente em torno da militarização Movimento Estudantil, explicitada pela presença de armas entre os estudantes em Ibiúna⁸²³.

Isso, somado a eclosão de duas greves operárias, em Contagem/MG e Osasco/SP, extremamente agressivas e influenciadas por grupos de esquerda, que amparados no exemplo da Revolução Cubana, evidenciaram uma ruptura social profunda, viam que apenas a luta armada seria capaz de derrubar o regime militar⁸²⁴, culminou na resposta do Governo, o Ato Institucional nº. 5 (AI-5). Como bem resume Valle:

O ano de 68 não acaba em outubro. Para a linha dura, não é suficiente a destruição do sonho revolucionário dos estudantes. É preciso exorcizá-lo, assim como o de todos aqueles que, aos seus olhos, apresentam os atributos de um inimigo externo. Apenas assistimos ao prenúncio da violência da ditadura, antecipando as práticas que farão parte do cotidiano com maior frequência e crueldade. Se o inimigo já está isolado politicamente, trata-se, agora, de selar a vitória pelo extermínio da vanguarda revolucionária. Em dezembro, o AI-5 é finalmente decretado⁸²⁵.

Nesse contexto e diante das condições apresentadas, os estudantes que ainda pretendiam se envolver em atividades políticas viram-se compelidos a optar por uma via: a insurgência armada contra o regime. Essa escolha, embora drástica, reflete a desesperança crescente com vias democráticas. As organizações clandestinas de esquerda já vinham amadurecendo a opção pela guerrilha, seja urbana ou rural, ao longo do tempo: enquanto a facção "ortodoxa" do PCB mantinha a defesa da "ação política de massa" como estratégia para enfrentar a ditadura, diversos ex-militantes e ex-líderes optaram por trilhar o caminho

⁸²¹ VENTURA. 1968 - O ano que não terminou. Op. cit. p. 250.

⁸²² VALLE. As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. Op. cit. p. 46.

⁸²³ Ib. p. 46.

⁸²⁴ FAUSTO. *História do Brasil*. Op. cit. p. 478.

⁸²⁵ VALLE. As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. Op. cit. p. 52.

das armas, criticando a política do PCB por considerá-la "revisionista" e "contrarrevolucionária". Essa divisão interna ilustra a complexidade das resistências e o desafio de manter uma frente unificada. Entre eles, Carlos Marighela, antigo membro do Comitê Central do PCB, estabeleceu a Aliança Libertadora Nacional (ALN); Mário Alves e Apolônio de Carvalho, também integrantes do Comitê, fundaram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); outras lideranças, incluindo algumas do próprio Movimento Estudantil, deram origem à VPR, que contou com a participação do capitão do Exército Carlos Lamarca; da facção maoísta do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), surgiu a Ala Vermelha⁸²⁶.

Todas essas organizações atraíram, em diferentes graus, indivíduos provenientes do Movimento Estudantil, os quais abandonaram seus estudos, ocupações e laços familiares para ingressar em uma vida clandestina, que frequentemente resultava em prisões ou mortes. Esta transformação radical de vida, com seus sacrifícios e consequências, merece um olhar mais atento. Os desdobramentos da insurgência armada tiveram consequências profundamente negativas: obrigadas a manter seus membros em estado de clandestinidade, nos chamados "aparelhos", e compelidas a empreender ações armadas contínuas para garantir sua sobrevivência, as organizações guerrilheiras entraram em um ciclo vicioso de assaltos a bancos, nos quais, aos olhos da opinião pública, pouco se diferenciavam de criminosos comuns. As "massas populares", que, de acordo com a conhecida teoria do "foco guerrilheiro", deveriam ser incentivadas a se mobilizar e lutar através das ações da guerrilha, preferiram celebrar efusivamente nas ruas a conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970. A apatia popular frente aos ideais revolucionários talvez indique um descompasso entre as vanguardas e as bases populares. Nesse contexto, figuras como Marighela, Mário Alves, Lamarca, "Toledo" e diversos ex-estudantes (como Benetazzo, Arantes, Fernando "Ruivo", Lola, Yara Yavelberg, Heleni, Stuart Angel, Jeová e Isis) perderam a vida⁸²⁷.

Assim, o memorável ano de 1968, demonstrou ser um ano e talvez o último, onde as manifestações puderam ocorrer de forma direta no país. Este momento, portanto, representa um divisor de águas na história política brasileira. E o primeiro passo para o fim desta "liberdade de manifestar" foi dado, como vimos, pelo Presidente Costa e Silva, precisamente

⁸²⁶ JUNIOR. *Movimento estudantil no Brasil*. Op. cit. p. 88.

⁸²⁷ *Ib.* p. 88–90.

numa sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, pelo Ato Institucional nº 05, que, segundo Gaspari, foi “um golpe dentro do próprio golpe”⁸²⁸.

Contra os estudantes, o governo militar reservou para o início do ano de 1969 o Decreto nº 477, que estipulava que: “fazer ou participar de greve, passeata ou simplesmente distribuir “material subversivo” era um grave delito”⁸²⁹. Essa medida legal reflete o aprofundamento da repressão e a marginalização crescente de vozes dissonantes. A partir de então os estudantes viram seu espaço constantemente cercado e vigiado.

⁸²⁸ GASPARI, Elio. *A ditadura Escancarada*. Companhia das Letras: São Paulo, 2002, p. 299.

⁸²⁹ BRASIL. Decreto lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/2/1969, Página 1706). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=477&ano=1969&ato=3facXQU5UejRVT839>. Acesso em: 18 jul. 2023.

V. CAPÍTULO

O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM BOTUCATU E A ATUAÇÃO DA IGREJA

Sabemos que o ano de 1968, foi marcado no Brasil, assim como no resto do mundo, pela explosão do movimento estudantil. Foi um ano de grandes manifestações que se ocorreram em quase todas as partes do mundo, e tinham motivações e reivindicações bem concretas. Estas manifestações, embora marcadas por uma diversidade geográfica e cultural, compartilhavam um espírito comum de descontentamento e uma busca por reformas sociais profundas, as quais tinham como pano de fundo “a utopia, o desejo de se ter uma sociedade mais democrática, menos hierarquizada, mais solidária”⁸³⁰.

Olhando para a América Latina, é possível constatar, como vimos, que o ano de 1968, foi de conflito de gerações, mas também foi, sobretudo um ano de conflito de classes. Esta sobreposição de conflitos geracionais e de classe reflete a complexidade e a efervescência do período, destacando a natureza multifacetada das lutas sociais da época. Na Igreja Católica, a realização da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín (Colômbia), que na verdade foi um colocar em prática, lendo a realidade do continente latino-americano, as conclusões do Concílio Vaticano II, denunciou-se a opressão e a enorme desigualdade ali existente entre as classes sociais, fornecendo meios para que assim se assumisse a opção preferencial pelos pobres. A atuação da Igreja, nesse contexto, não foi apenas uma resposta às injustiças sociais, mas também um reflexo de uma teologia em evolução, que buscava se conectar mais profundamente com as realidades terrenas de seu rebanho.

Observando o contexto dos acontecimentos ocorridos no Brasil em 1968, pode-se afirmar que é possível afirmar que esse foi o ano da “juventude do Brasil”, pois, no desdobrar de tudo o que foi se sucedendo, o foco foi na verdade os jovens que viveram aquele momento terrível do golpe militar como adolescentes ou que já estavam entrando na idade adulta. Essa geração, por meio de sua vivência e resistência, moldou de maneira significativa o tecido social e político do Brasil nas décadas seguintes. Foram esses jovens que realmente viveram as mudanças que ocorreram no Brasil, dentro ou fora das universidades, num mundo que se alterava em valores e hábitos e que, no caso do Brasil, estava enfrentando o progressivo e doloroso fechamento político, pois o governo do presidente Costa e Silva tinha como que

⁸³⁰ PAES, Maria Helena Simões. *A Década de 60: Rebeldia, contestação e repressão política*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995, p. 62.

grande preocupação com o que se chamava de atividades ilegais e subversivas do movimento estudantil⁸³¹. Para esse governo militar, a pessoa ser politizada era ser de esquerda e ser contra o “status quo”, por princípio. Esta visão maniqueísta do regime militar sobre a politização reflete a tensão e a polarização da época, uma época em que as ideias eram vistas como armas tão poderosas quanto as armas físicas. Ser politizado era, para os tais ditadores, argumentar contra tudo e contra todos, politicamente. Era estar atrapalhando sempre, de maneira sistemática, era denunciar tudo o que o governo então governo militar fazia, era mobilizar continuamente⁸³².

Também foi no ano de 1968 que a cidade de Botucatu, foi o cenário de acontecimentos que tiveram repercussão nacional e também internacional que fortaleceu o movimento estudantil. Este episódio ilustra como uma cidade relativamente pequena pode se tornar um ponto focal de eventos de grande magnitude, influenciando movimentos nacionais e até mesmo internacionais. Além de toda a situação, a recém criada Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (FCMBB) que estava sendo abalada por graves crises ocasionadas por falta de verbas necessárias para a construção de laboratórios experimentais, compra de equipamentos, instalação de cursos, contratação de funcionários, alunos estavam sem aulas práticas, sem equipamentos, sem campos experimentais e sem hospital de clínicas, uma situação que claramente destacou a vulnerabilidade das instituições educacionais frente a crises econômicas e políticas. Ocorreu também um grande conflito dentro da Igreja Católica teve grande repercussão tanto em jornais locais como na grande imprensa estadual e nacional, devido à renúncia do Arcebispo de Botucatu, Dom Frei Henrique G. Trindade e a nomeação do bispo da diocese vizinha de Bauru, Dom Vicente Marchetti Zioni que era de uma linha mais conservadora e tradicional da Igreja, e por isso, uma grande parte dos padres da Arquidiocese não aceitaram sua nomeação, argumentando que através da nova legislação canônica teria que ter tido uma consulta aos presbíteros. Este conflito dentro da Igreja refletiu as tensões mais amplas que estavam ocorrendo na sociedade brasileira naquele momento, onde as questões de tradição e mudança estavam em constante embate. Os padres então ameaçaram deixar a arquidiocese caso a posse de Dom Zioni acontecesse. Dessa forma deu-se o entrelaçamento da crise religiosa com o movimento estudantil de 1968 em Botucatu. A interseção entre a crise educacional e a crise religiosa em Botucatu evidencia como diferentes esferas sociais podem ser interconectadas e como as tensões em uma área podem influenciar e

⁸³¹ Ib. p. 66-70.

⁸³² HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (org.). Abaixo a Ditadura: 1968 contestação e utopia. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003, p. 37-38.

ser influenciadas por outras. Também a interseção entre o Movimento Estudantil e a crise religiosa em Botucatu em 1968, influenciada pelo Concílio Vaticano II, ilustra a busca por uma autoridade moral baseada na justiça social e na solidariedade com os pobres. Isso se alinha com a visão de Hanna Arendt de que a autoridade legítima surge quando é fundamentada em princípios éticos⁸³³.

1. A crise clero em 1968 na Arquidiocese de Botucatu

A grande crise que assolou o clero de Botucatu no final dos anos sessenta, não pode ser retirada do contexto altamente crítico do pós-Concílio Vaticano II, quando a Igreja passou por grandes transformações, principalmente na América Latina. Afinal, foi a partir dos documentos conciliares, particularmente a *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, que, com uma nova compreensão de Igreja como “povo de Deus”, deixa de ser demasiadamente jurisdicista para ser mais pastoral, indicando uma virada notável na perspectiva da Igreja, de uma instituição rígida para uma comunidade viva e respiratória. Concentrando sua ação pastoral na promoção da mudança sócio-política e mobilizando os leigos para que assumissem sua missão, como cristãos batizados, na Igreja e no mundo. O Concílio Vaticano II fez as Igrejas do Terceiro Mundo despertar, levando-as assim a descobrir sua própria identidade eclesial. Este despertar pode ser visto como um momento decisivo para a Igreja no Terceiro Mundo, proporcionando uma autonomia e uma voz mais forte no diálogo global da Igreja. A partir daí, teve início a uma desclericalização da Igreja, devolvendo aos leigos, a dignidade e a possibilidade de uma participação plena na missão da Igreja, um movimento que destacou a importância de cada membro da comunidade eclesial, independentemente do seu papel clerical. Levando-os a uma corresponsabilidade, comunhão e participação. Com isso é introduzido um novo modelo de Igreja, mais participativo e igualitário, visando à construção de uma sociedade justa e fraterna que reflete não apenas uma aspiração espiritual, mas também um compromisso concreto com a justiça social, alinhando as práticas da Igreja com seus valores fundamentais em vista ao Reino definitivo.

Acredita-se que, Dom Frei Henrique, talvez pela idade já avançada e pelos problemas de saúde que já vinham se agravando⁸³⁴, não tenha conseguido acompanhar estas transformações, quando começava a despontar esse novo modelo de Igreja, não mais exageradamente sacramentalista, mas sim, uma Igreja aberta para responder aos anseios do

⁸³³ ARENDT. *Entre o passado e o futuro*. Op. cit. p. 140-148.

⁸³⁴ Entrevista com o Pe. Aristheu Benedicto Cyrillo (13/03/2006).

homem moderno, permitindo ao Povo de Deus trilhar caminhos pastorais novos, sendo uma presença profética no mundo, especialmente dos mais pobres e sofridos⁸³⁵. Este desafio em acompanhar mudanças rápidas e profundas é compreensível, especialmente considerando a idade e a saúde de Dom Frei Henrique, e reflete um fenômeno comum enfrentado por líderes em períodos de transição significativa. Com isso começou o descompasso entre o clero e o Arcebispo e as desconfianças de um lado e de outro⁸³⁶.

Tudo isso foi perturbando o velho Arcebispo Dom Frei Henrique e agravando cada vez mais a situação de relacionamento entre o Arcebispo e uma parte do clero mais jovem. Talvez isso o tenha levado a generalizar; e, assim passou tachar seu clero de “avançado demais”, não só pela linha pastoral que adotavam, mas por tais idéias, que considerava inconcebíveis e absurdas. Esta situação ilustra a tensão inerente entre a tradição e a inovação, onde as gerações mais antigas podem encontrar dificuldades em aceitar novos paradigmas propostos pelas mais jovens. Afirma Pe. Getúlio que o clero de Botucatu, já antes, mas principalmente depois do Concílio Vaticano II passou a ser considerado um “Clero avançado, progressista”, para sua época, pois “pensava começar a diocese numa linha de pastoral atual”⁸³⁷. Mas Dom Frei Henrique, que não conseguia acompanhar as aceleradas mudanças que começavam a acontecer na linha pastoral da Igreja, não só em Botucatu, mas no mundo inteiro, sentiu-se abalado emocionalmente, o que começou a dificultar o diálogo e a convivência com seus sacerdotes que, segundo ele, “não o obedeciam e queriam fazer tudo sozinhos e como bem entendiam”⁸³⁸. Este impasse entre o Arcebispo e seu clero destaca um momento crítico de choque cultural e geracional, ressaltando a complexidade das relações humanas dentro das estruturas de poder eclesiásticas e o Pe. Getúlio continua:

Nós lutamos muito por isso e daí a desavença entre o clero que se julgava capaz, que se julgava progressista, que se reunia para refletir o problema da Igreja no mundo de hoje, e o Arcebispo, que com dificuldade de acompanhar as mudanças que aconteciam rapidamente, não dava uma orientação geral necessária, uma vez que ele era o responsável por toda a pastoral da Arquidiocese, e os padres acabavam tendo que caminhar quase que sozinhos⁸³⁹.

Toda esta situação acabou descontentando Dom Frei Henrique, gerando o conflito entre os padres mais jovens e o Arcebispo. Mas, segundo o Pe. Aristheu, isso seria muito natural numa pessoa de idade, “com uma formação profundamente franciscana, com uma

⁸³⁵ Entrevista com o Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

⁸³⁶ Entrevista com Pe. Gilberto Beraldo (26/03/2006).

⁸³⁷ Entrevista com o Pe. Getúlio Siqueira Machado (16/02/2006).

⁸³⁸ *Ib.*

⁸³⁹ *Ib.*

espiritualidade marcante, com uma visão de pobreza, de comportamentos, próprios dele, sofresse com todas essas mudanças”. Esta observação enfatiza como as perspectivas individuais, moldadas por experiências de vida e formação espiritual, podem afetar a receptividade às mudanças, especialmente aquelas que desafiam as convicções pessoais. Segundo o Pe. Aristheu estas mudanças foram difíceis de serem assimiladas por ele por que:

Elas não foram mudanças retilíneas, foram diversas ao mesmo tempo e nem todas foram mudanças prudentes. Havia um certo assoalhamento, uma certa ansiedade em buscar novos caminhos e, ao mesmo tempo, houve desacertos. (...) Dom Henrique, como bispo, também não estava preparado para as mudanças. Ele também já vivia um momento da vida dele que, gerir uma diocese não estava fácil. E toda a mudança que estava acontecendo, isso somando já com o estado de saúde dele, que já estava caminhando assim, para um problema de angústia, de sofrer com o que via ou ouvia, e ele captava na Igreja na Igreja no Brasil e no mundo, então ele sofria muito e eu acho isso muito natural. Seria até um milagre que um bispo, naquela idade, embarcasse na linha de frente de uma renovação pós-conciliar, que, na prática, não era uma coisa tão clara, tão evidente, tão fundamentada, porque estava ainda tudo num processo de renovação⁸⁴⁰.

Para o Pe. Aristheu seria muito natural as pastorais da Arquidiocese caminharem por iniciativa dos padres, pois, segundo ele, “na Igreja, onde há renovação, as forças pastorais sempre partiram do clero”. Isso ressalta a ideia de que a inovação muitas vezes vem da base, destacando o papel dinâmico do clero na evolução da Igreja. Isso não significava que o clero era desobediente e auto-suficiente. Para o Pe. Aristheu toda a autoridade tem como função colocar parâmetros e “quem está na execução não vai se preocupar tanto com os parâmetros que não são muitas vezes tão claros”. Este comentário destaca a complexidade inerente na relação entre autoridade e autonomia dentro de uma organização hierárquica como a Igreja. E conclui: “Cada autoridade vai colocar margens, limites e, dentro desses limites, colocar a visão que ele tem”. Para o Pe. Aristheu, o problema não é que o clero tenha tido uma visão mais avançada que o bispo, pois, segundo ele, “isso tem que ser assim mesmo. Se o clero não tiver uma visão mais avançada, quem vai ter?”. Esta afirmação sublinha a importância da evolução do pensamento dentro da Igreja, reconhecendo que o progresso muitas vezes depende de ideias inovadoras vindas de níveis inferiores da hierarquia. Segundo ele, é bom que haja diversidades, “porque é na diversidade que se enriquece o povo”; aqui, enfatiza-se o valor da diversidade de pensamento na contribuição para o crescimento e enriquecimento da comunidade. O que não pode, segundo ele, é “transformar as divergências em animosidade, em conflito, em ruptura, pois isto não seria consequência da renovação conciliar, mas sim,

⁸⁴⁰ Entrevista com o Pe. Aristheu Benedito Cirilo (13/03/2006).

consequência da atitude menos ou mais madura de cada um”⁸⁴¹, concluiu o Pe. Aristheu. Já para Dom Luiz Soares Vieira, Dom Frei Henrique foi tomando uma atitude cada vez mais pessimista quanto às inovações trazidas pelo Concílio Vaticano II, e começou a reagir de forma contrária a certas mudanças. “Sentimos a decadência de suas forças sem nada poder dizer”⁸⁴², afirma Dom Luiz. Esta declaração realça a tristeza e a impotência sentidas por observadores ao testemunharem a luta interna de um líder confrontado com mudanças que ele não pode aceitar ou adaptar-se. Foi onde começaram os atritos e incompreensões de ambas as partes (padres e Arcebispo). Segundo Dom Luiz, os desentendimentos foram mais com o clero residente em Botucatu, “e acirrou-se com a greve de estudantes da Faculdade de Medicina, com as Missas chamadas ‘ié-ié-ié’ (introdução de bateria, guitarra nas liturgias, canções da jovem guarda com letras religiosas nas missas) e os padres do Seminário”, conclui Dom Luiz⁸⁴³. Esses eventos ilustram vividamente como as tensões internas podem ser exacerbadas por desafios externos, especialmente quando estes desafios tocam em questões fundamentais de identidade e prática.

Segundo o professor Harly de Campos Pacheco, leigo engajado, presidente da Arregimentação Fraterna de Auxílio Mútuo (AFAM)⁸⁴⁴ e professor da Faculdade de Medicina, a situação se agravou mais ainda quando um grupo de leigos pediu ao Arcebispo Dom Frei Henrique uma reunião para ser esclarecido e ampliado o Plano Pastoral elaborado segundo as diretrizes do Concílio Vaticano II, e o Arcebispo, diante dos leigos, declarou “ser impossível qualquer iniciativa nesse sentido, uma vez que nem a santa Sé, com todos os seus auxiliares, poderia conseguir tal intento”, e concluiu dizendo que se sentia impossibilitado de levar avante tal missão, por estar cansado e não ter pedido para ser Arcebispo, uma vez que estava tão bem com seus pobres na Bahia⁸⁴⁵. Esta resposta do Arcebispo reflete não apenas um desânimo pessoal, mas também uma desconexão preocupante com as aspirações de renovação da comunidade que ele liderava. Diante desta declaração de Dom Frei Henrique, os leigos sentiram-se profundamente abalados e tristes, pois puderam verificar não ter o Arcebispo condições de aplicar as decisões do concílio Vaticano II, do qual ele próprio havia participado e cujas resoluções havia também aprovado, evidenciando um hiato entre a teoria e

⁸⁴¹ Ib.

⁸⁴² Entrevista com Dom Luiz Soares Vieira (29/03/2006).

⁸⁴³ Ib.

⁸⁴⁴ Entidade fundada pelo Pe. José Eduardo Augusti, composta de estudantes, comerciários, industriários, pessoas de todas as profissões que tinha por objetivo construir casas para quem morava nas favelas, dar curso de alfabetização, formar grupos de jovens para discussão de problemas e para a participação real dentro da nova Igreja. Começou com pouca gente e em 1968 tinha 70 membros e já tinham construído cinco casas e em projeto mais dez. (O QUE faz a AFMA. Jornal da Tarde. São Paulo, 05 de junho 1968).

⁸⁴⁵ PADRES não ficarão. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 04 de junho 1968.

a prática na liderança eclesiástica, conclui o professor Harly⁸⁴⁶. Uma vez os leigos não encontrando o apoio do Arcebispo, foram encontrar esse apoio nos padres jovens e com estes iniciaram várias campanhas de assistência, todas sem a participação do Arcebispo. Esta mobilização dos leigos com o clero mais jovem ilustra um dinamismo na base da Igreja, onde a falta de liderança de cima não impediu a ação e o engajamento comunitário. Apenas o bispo auxiliar, Dom Silvio, que auxiliava e apoiava tais iniciativas dos leigos⁸⁴⁷. A presença de Dom Silvio nas iniciativas leigas mostra que, apesar das dificuldades, existiam dentro da hierarquia eclesiástica aqueles que estavam dispostos a abraçar e apoiar a renovação conciliar.

1.1. O agravamento da saúde e renúncia do Arcebispo

Alguns padres da Arquidiocese começaram a observar que, desde meados de 1967, Dom Frei Henrique estava ficando muito tanto estranho: esquecendo nomes, uma vez que sempre gozara de uma memória invejável, irritava-se por qualquer coisa, via-se perdido no período pós-conciliar, tomava atitudes estranhas. “Achávamos que eram manias”, afirma Dom Luiz Soares Vieira, “mas depois se viu que não eram”. Esta mudança no comportamento de Dom Frei Henrique sugere um declínio pessoal e profissional, ilustrando como problemas de saúde podem afetar não apenas o indivíduo, mas também a dinâmica de toda uma organização. No final de seu governo pastoral dizia coisas que provocavam conflitos entre o clero⁸⁴⁸. Os padres reclamavam muito de suas reações nas reuniões do clero, das suas preferências pessoais no atendimento a certas cerimônias religiosas em detrimento da pastoral arquidiocesana, inconstância nas suas decisões e na sua orientação. Estes conflitos sublinham as dificuldades encontradas quando um líder se torna incapaz de manter a objetividade e a consistência necessárias para a função. Exageradamente sensível, sua emotividade foi acentuada pela arteriosclerose que se manifestava, mas que muitos padres não tinham percebido ainda. A falta de reconhecimento inicial dos problemas de saúde de Dom Frei Henrique destaca a complexidade em discernir entre questões de saúde e comportamentos típicos em um ambiente eclesiástico. Tudo isso motivou as divergências e ausência de unidade entre o Arcebispo e o clero em geral⁸⁴⁹. Diante de tal situação, começou-se a cogitar a ideia da renúncia de Dom Frei Henrique ao cargo de Arcebispo. Alguém de sua confiança

⁸⁴⁶ Ib.

⁸⁴⁷ BISPO chega, clero sai. *Folha da Tarde*. São Paulo, 04 de junho 1968.

⁸⁴⁸ VIEIRA, Luiz Soares. Uma luz em minha vida. Sursum Corda. p. 71.

⁸⁴⁹ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 53. Relatório de Dom Romeu Alberti. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

deixou vaziar a informação de que pretendia renunciar⁸⁵⁰. Em meados de setembro houve a primeira tentativa de sugerir ou pedir cuidadosamente a Dom Frei Henrique a renúncia. A hesitação em torno da renúncia ilustra as delicadas considerações políticas e emocionais envolvidas na gestão de uma crise de liderança. A ideia, porém, não obteve unanimidade e por isso foi abandonada e substituída por alternativas de difícil viabilidade, como por exemplo, a inversão dos cargos entre Dom Frei Henrique e Dom Silvio, Bispo auxiliar, ou o afastamento por um ou dois anos do titular do cargo⁸⁵¹, demonstrando a busca por soluções comprometedoras em uma situação desafiadora, o que, é claro, não aconteceu.

Esta situação foi se arrastando até dezembro, quando realmente chegou ao seu limite. Uma reunião geral do clero, realizada em Avaré no dia 12 de dezembro de 1967, presidida pelo Bispo auxiliar, Dom Silvio Maria Dario e estando presente o Arcebispo Dom Frei Henrique, teve um final muito difícil e desastroso. Ao tentar questionar a desunião entre eles, o Pe. Nivaldo Pires Rosa foi admoestado pelo Arcebispo e colocado como causa dela. Este incidente destaca a profundidade das tensões e a dificuldade em lidar com questões de desunião e conflito em um contexto religioso. Mesmo tendo o padre beijado suas mãos e pedido desculpas, Dom Frei Henrique saiu um tanto irritado da reunião. No dia seguinte enviou cartas a cada um dos membros do Conselho Presbiteral, lamentando o fato dizendo que ele mesmo havia se preparado para falar do assunto, mas que, verificando o bom andamento da reunião, preferiu abster-se. A reação de Dom Frei Henrique sugere uma dificuldade em lidar com a crítica, um desafio comum em posições de autoridade. Desculpando-se com todos pela atitude tomada, reforçou textualmente a responsabilidade do Pe. Nivaldo pela desunião do clero da sede da Arquidiocese, uma atitude que pode ser vista como uma tentativa de desviar a atenção de suas próprias falhas de liderança. Inclusive na carta não escreveu por extenso o nome o Pe. Nivaldo, mas apenas as iniciais: o Pe. N.⁸⁵². Este detalhe pode ser interpretado como um sinal do estado emocional e mental de Dom Frei Henrique na época. A resposta do clero veio por carta, onde todos se propuseram a esquecer o que houvera, não por abrirem mão da verdade com a qual levantaram os problemas, mas pelo bem comum do povo de Deus e do clero da Arquidiocese de Botucatu⁸⁵³. Esta resposta coletiva reflete um compromisso com a harmonia e a unidade, apesar das tensões existentes.

⁸⁵⁰ VIOLANTE, Osvaldo. Subsídios para estudo da situação do clero de Botucatu. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

⁸⁵¹ *Ib.*

⁸⁵² Carta de Dom Frei Henrique aos membros do Conselho Presbiteral. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

⁸⁵³ Carta resposta a Dom Frei Henrique dos membros do Conselho Presbiteral. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

Até então estes desentendimentos cotidianos do Arcebispo se restringia aos padres residentes na sede da Arquidiocese e eles mesmos iam tentando contornar tal situação, embora aqueles que estavam fora da sede estivessem informados sobre a situação, mas ainda se mantinham distanciados do problema. Mas após o fato acima mencionado, os sacerdotes que estavam fora da sede passaram a se inteirar mais dos fatos que estavam ocorrendo e a se solidarizar com seus companheiros que trabalhavam na cidade de Botucatu e que estavam sofrendo as consequências de tais desentendimentos entre o Arcebispo e os padres⁸⁵⁴. Esta extensão do conflito para além da sede da Arquidiocese mostra como as questões de liderança podem ter um impacto amplo e profundo dentro de uma comunidade eclesial.

A situação foi se agravando chegando ao ponto a tal de o Arcebispo hostilizar alguns padres, até mesmo os que trabalhavam no seminário “em certo momento ele hostilizou a gente; mostrava hostilidade quando passava em frente ao Seminário”, afirmou o Pe. Nivaldo⁸⁵⁵. Para o Pe. Gusson, tais atitudes e reações de Dom Frei Henrique eram, em primeiramente, por causa da situação de saúde que estava se agravando dia-a-dia e, depois por sua própria vaidade, “que foi miseravelmente explorada por aquela gente de Botucatu”, afirmou o Pe. Gusson; “certas idéias que brotavam na mente de Dom Henrique vinham de fora, desta gente”⁸⁵⁶. Não é só o Pe. Gusson que faz referência à influência de pessoas de fora, também Dom Luiz Soares Vieira faz menção a isso quando diz: “creio que a doença, unida aos conflitos com padres da cidade e a pressão de amigos muito fechados, levou-o a atitudes inexplicáveis”⁸⁵⁷. Para o Pe. Gusson exerceram influência sobre Dom Frei Henrique os políticos conservadores, ligados ao regime político autoritário e à maçonaria⁸⁵⁸ de Botucatu. É diante de tal situação que o Pe. Gusson vai afirmar que:

Dom Henrique, quando olhava para o Seminário e dizia: ‘aí moram aqueles que me rejeitam, me fazem oposição, aqueles que me perseguem, etc.’. Quem estava no Seminário? Eu, o Monsenhor Ângelo Ramires Lucena, o próprio auxiliar dele Dom Silvio e mais algum Vigário que vinha da Catedral. Quem era contra? Meteram na cabeça dele essas coisas e ele já

⁸⁵⁴ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 53 verso. Relatório de Dom Romeu Alberti. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁸⁵⁵ Entrevista com o Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

⁸⁵⁶ Entrevista com o Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

⁸⁵⁷ Entrevista com Dom Luiz Soares Vieira (29/03/2006).

⁸⁵⁸ É histórica essa resistência da Maçonaria, contrária a Igreja Católica, que já na época da criação da Diocese de Botucatu, que acabou se concretizando em 1908, a maçonaria italiana fez a seus membros a seguinte recomendação: “... de não se deixarem enganar pelas conversas dos padres e responder conforme merecem aos pedidos e de não dar nenhuma ajuda em dinheiro para tal gente, porque é sabido que deles devem sair pedindo auxílio e nós devemos combatê-los e negá-los (...) Nós devemos combater todas as pessoas que tão facilmente acabam acreditando em tais bobagens e botar a nu as coisas dos padres e da Igreja, até mesmo devemos acreditar que se vier o Bispo com seus muitos padres será mais fácil denunciar suas vergonhosas ações estando no meio deles”. (Ata da sessão secreta da Maçonaria italiana em Botucatu de 16 de junho de 1904).

estava meio ressentido com outras coisas, por causa da vaidade dele... mas essa afirmação de que Dom Henrique pediu renúncia porque os padres eram contra ele ou ele não conseguiu dominar os padres, isso é conversa⁸⁵⁹.

Diante disso, o clero, aborrecido, começou a ficar um tanto indiferente para com a pessoa do Arcebispo. Esta indiferença por parte do clero pode ser vista como uma reação natural a um ambiente cada vez mais tenso e desconfortável, e assim, a maioria dos padres começou a criticá-lo e isso se notava até entre os leigos. Quantas vezes Dom Frei Henrique se lamentava dizendo: “os padres não me procuram mais”⁸⁶⁰. O isolamento de Dom Frei Henrique destaca a importância das relações interpessoais na liderança e como a falta delas pode levar a um sentimento de solidão. E ele foi sentindo muito sozinho, isolado. Esse sentimento de isolamento de Dom Frei Henrique mostra como as dinâmicas de poder e relacionamento podem afetar profundamente um indivíduo, especialmente em posições de liderança. Sentia a necessidade de conversar, talvez até de desabafar, mas não tinha com quem. Procurava ser gentil com os padres, ligava convidando-os para almoçar com ele, mas os padres se recusavam, porque, segundo o Pe. Ulysses, “ele era muito cheio de etiquetas.”⁸⁶¹. Esta recusa dos padres em se envolver com Dom Frei Henrique, mesmo em um contexto social, revela a profundidade do abismo que se formou entre eles. Mas o grande problema é que, quando os padres tentavam contato com o Arcebispo para conversar sobre assuntos pastorais da Arquidiocese, Dom Frei Henrique não se abria, “achava que nós estávamos avançados e desobedientes. Até nós ouvimos dele a afronta de falar isso: quem ri por último, vai rir melhor”, afirmou o Pe. Getúlio⁸⁶². Essa resistência de Dom Frei Henrique a se abrir para discussões pastorais sugere uma desconexão profunda com as necessidades e preocupações de seu clero. Depois ele se arrependia, mas daí eram os padres que, magoados com essa atitude e palavras do Arcebispo, procuravam se afastar e até evitá-lo⁸⁶³. Este ciclo de arrependimento e afastamento ilustra um padrão destrutivo de comunicação e relação, que apenas agravou o distanciamento entre o Arcebispo e seu clero.

Diante do agravamento da situação do Arcebispo com o clero, vendo o clero tão indiferente à sua pessoa e em razão talvez de sua impulsividade, Dom Frei Henrique começou a desabafar com leigos de sua confiança, dizendo que ele renunciaria por não estava suportando mais “a desobediência e a indisciplina do clero”, e esses leigos o instigavam ainda mais contra os seus padres e, segundo o Pe. Gusson, esta influência dos leigos pode ter

⁸⁵⁹ Entrevista com o Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

⁸⁶⁰ Entrevista com o Pe. Ulysses Moreira de Araújo (27/02/2006).

⁸⁶¹ *Ib.*

⁸⁶² Entrevista com o Pe. Getúlio Siqueira Machado (16/02/2006).

⁸⁶³ Entrevista com o Pe. Ulysses Moreira de Araújo (27/02/2006).

exacerbado a percepção de Dom Frei Henrique sobre a situação, contribuindo para uma escalada do conflito. Talvez fossem esses mesmos “amigos de confiança” de Dom Frei Henrique que tenham sugerido que ele indicasse para sucedê-lo Dom Zioni, para que este colocasse ordem na casa⁸⁶⁴. Estes desabafos feitos pelo Arcebispo chegaram aos ouvidos do clero que começaram a deduzir, diante de tais acontecimentos e comentários, percebendo que as decisões de liderança estavam sendo influenciadas por conselhos externos e não apenas por considerações eclesiais. Tudo indicava que Dom Frei Henrique iria indicar um bispo de “pulso forte”, para assumir o Arcebispado de Botucatu⁸⁶⁵. Mas, afirmou o Pe. Claudino, “mesmo Dom Henrique dizendo que ia renunciar e que no lugar dele viria um bispo de pulso que ia botar ordem na Diocese, ninguém esperava a renúncia dele, ele só falava que ia renunciar, mas como a gente o conhecia, a gente dizia: ‘ele não vai renunciar nada’”⁸⁶⁶. Esta dúvida entre o clero sobre a renúncia real de Dom Frei Henrique reflete uma certa incredulidade e familiaridade com seus padrões de comportamento. No entanto os padres ficaram alarmados e tentou-se um diálogo com Dom Frei Henrique. No mês de novembro de 1967 foi dito pessoalmente a Dom Frei Henrique que Dom Vicente Marchetti Zioni, Bispo da vizinha Diocese de Bauru não seria aceito pela grande maioria do clero de Botucatu. A relutância do clero em aceitar Dom Zioni sugere uma tensão entre as expectativas do clero e as decisões da liderança da Igreja. Segundo Pe. Gusson, foi pedido a Dom Frei Henrique que esperasse mais um pouco para renunciar, que não tivesse tanta pressa para ser substituído⁸⁶⁷. Este pedido por mais tempo pode ser visto como uma tentativa de mitigar a transição e preservar a estabilidade dentro da Arquidiocese. A questão não era que o clero não simpatizava com a pessoa de Dom Zioni. O problema é que quase todos os padres tinham sido seus alunos. Existia uma dificuldade em relação à linha pastoral de Dom Zioni e a que era praticada na Arquidiocese de Botucatu. Esta dificuldade indica um desafio de adaptação a diferentes estilos de liderança e abordagens pastorais. E a situação se agravou ainda mais com relação à incompatibilidade do clero de Botucatu à forma de governar de Dom Zioni, quando houve a criação da Diocese de Bauru. Segundo o Pe. Aristheu, “a Diocese de Bauru saiu de Botucatu e já quando foi criada, os padres trabalhávamos em nível de toda a Diocese, inclusive na região de Bauru, que se desmembrara de Botucatu”. A criação da Diocese de Bauru e as mudanças que se seguiram evidenciaram divergências em abordagens pastorais e administrativas. E afirmou o Pe. Aristheu: “Era uma linha avançada e quando Dom Vicente

⁸⁶⁴ Entrevista com o Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

⁸⁶⁵ ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. Op. cit. p. 190.

⁸⁶⁶ Entrevista com o Pe. José Claudino do Nascimento (03/06/1993).

⁸⁶⁷ Entrevista com Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

tomou posse de Bauru, ele foi fazendo a Diocese do jeito dele. Isso, então, criou uma certa dificuldade já de aproximação”⁸⁶⁸. A dificuldade na aproximação com Dom Vicente reflete a complexidade de conciliar diferentes visões eclesiais dentro de uma mesma estrutura eclesial.

No mês de fevereiro de 1968, Frei Ildefonso, OFM Cap. e Pe. Aristheu reafirmaram pessoalmente a Dom Frei Henrique que o clero iria resistir e que não iria aceitar a nomeação de Dom Zioni, frente as dificuldades que encontrariam quanto a linha pastoral de Dom Zioni, já que era totalmente contrária à praticada na Arquidiocese de Botucatu⁸⁶⁹. Este forte posicionamento do clero em relação à nomeação de Dom Zioni realça o compromisso dos padres com a identidade pastoral da Arquidiocese e sua relutância em aceitar mudanças que acreditavam ser contrárias aos seus valores. Mas Dom Frei Henrique não levou em consideração estes pedidos e alertas e de fato indicou para sucedê-lo, o Bispo de Bauru, Dom Vicente Marchetti Zioni⁸⁷⁰. A decisão de Dom Frei Henrique de prosseguir com a indicação, apesar da resistência, sugere uma complexa interação entre autoridade, responsabilidade e a dinâmica interna da Igreja. Dom Frei Henrique conseguiu guardar em sigilo seu pedido de renúncia até o momento em que a Santa Sé tornou pública e oficial a aceitação de sua renúncia e a nomeação do novo Arcebispo, Dom Vicente Marchetti Zioni. O sigilo mantido por Dom Frei Henrique até o anúncio oficial reflete uma abordagem cuidadosa e talvez um desejo de evitar ainda mais controvérsias ou conflitos internos. Foi tão sigiloso da parte de Dom Frei Henrique que o Pe. José Gilberto Beraldo comenta que, mesmo morando junto com o Arcebispo, nem imaginava que Dom Frei Henrique já tinha pedido a renúncia, pois ele nunca havia comentado sobre o assunto, que foi para ele uma grande surpresa. Assim se expressa o Pe. Beraldo:

Por eu estar vivendo junto com o Bispo, eu também fui envolvido, como se eu soubesse de tudo o que estava acontecendo com o Bispo, até fui assim um pouco suspeito de ter sabido antes da renúncia, que Dom Henrique renunciaria. Isto foi uma coisa que me magoou muito, porque eu, efetivamente, não tinha nenhuma ideia do que podia acontecer. Foi assim uma bomba para mim no sentido de que eu, convivendo com ele não tinha a mínima ideia do que estava por acontecer⁸⁷¹.

A notícia de que o Santo Padre o Papa Paulo VI havia aceito a renúncia de Dom Frei Henrique Golland Trindade e de que havia nomeado do novo Arcebispo Metropolitano de

⁸⁶⁸ Entrevista com o Pe. Aristheu Benedicto Cyrillo (13/03/2006).

⁸⁶⁹ ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. Op. cit. p. 190.

⁸⁷⁰ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 72. Carta de Dom Henrique nos anais da Câmara. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁸⁷¹ Entrevista com o Pe. José Gilberto Beraldo (26/03/2006).

Botucatu, Dom Vicente Marchetti Zioni, até então Bispo Diocesano de Bauru, foi informada pela Nunciatura Apostólica no Rio de Janeiro no dia 18 de abril de 1968⁸⁷² mas só foi veiculada pela imprensa na manhã do dia seguinte, 19 de abril de 1968⁸⁷³. Neste mesmo dia foi também anunciada a nomeação de Dom Silvio Maria Dario, Bispo auxiliar de Botucatu, como o primeiro Bispo da recém fundada Diocese de Itapeva⁸⁷⁴. Esta simultaneidade de nomeações aponta para um período de significativa reorganização e mudança dentro da estrutura eclesiástica da região.

1.3 A repercussão da renúncia de Dom Frei Henrique entre o clero

A reação do clero ao receber a notícia de que Dom Frei Henrique havia renunciado e que para substituí-lo havia sido nomeado o então Bispo de Bauru, Dom Vicente Marchetti Zioni, caiu como uma “bomba” diante de uma situação que já não era nada boa na Arquidiocese. Foi uma reação de decepção⁸⁷⁵, de revolta⁸⁷⁶ de tristeza⁸⁷⁷, de insatisfação⁸⁷⁸. Esta intensidade de emoção reflete o quão profundamente os padres se preocupavam com o futuro da Arquidiocese e a direção que ela estava tomando. Embora já era esperada pelos padres a qualquer momento a renúncia de Dom Frei Henrique, eles não esperavam que a mesma coincidissem ao mesmo tempo com a nomeação imediata do novo Arcebispo. Esta coincidência inesperada aumentou o impacto da notícia e exacerbou as preocupações dos padres. Mas, segundo o Mons. Carrara, “as duas coisas aconteceram simultaneamente o que não era comum acontecer”⁸⁷⁹ e, continua Mons. Carrara, “Dom Henrique já tinha anunciado que alguma coisa desagradável iria nos acontecer e quando soubemos foi uma decepção”⁸⁸⁰.

⁸⁷² Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 46. Carta de Dom Henrique nos anais da Câmara. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁸⁷³ DOM Henrique deixa Botucatu. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 de abril 1968.

PAPA aceita renúncia do Arcebispo de Botucatu. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 20 de abril 1968.

DOM Vicente nomeado Arcebispo é transferido para Botucatu. *Jornal da Cidade*. Bauru, 20 de abril 1968.

DOM Vicente promovido a Arcebispo será transferido para Botucatu. *Diário de Bauru*. Bauru, 20 de abril 1968.

DOM Vicente Zioni é o novo Arcebispo de Botucatu. *Correio da Noroeste*. Bauru, 20 de abril 1968.

FREI Dom Henrique renuncia o cargo. *Correio de Botucatu*. Botucatu, 21 de abril 1968.

DOM Zioni novo Arcebispo de Botucatu. *Diário de Bauru*. Bauru, 26 de abril 1968.

O ARCEBISPO de Botucatu. *O São Paulo*. São Paulo, 22 de abril 1968.

DOM Vicente Zioni promovido à Arquidiocese de Botucatu – SP. A Fé. Bauru, 28 de abril 1968.

⁸⁷⁴ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 46. Carta de Dom Henrique nos anais da Câmara. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

DOM Henrique deixa Botucatu. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 de abril 1968.

⁸⁷⁵ Entrevista com o Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

⁸⁷⁶ Entrevista com Dom Luiz Soares Vieira (29/03/2006).

⁸⁷⁷ Entrevista com Mons. Roberto Carrara (23/04/2006).

⁸⁷⁸ Entrevista com o Pe. Alberto Martins (31/01/2006).

⁸⁷⁹ Entrevista com o Mons. Roberto Carrara (23/04/2006).

⁸⁸⁰ Ib.

Essas palavras de Mons. Carrara evidenciam a antecipação de uma mudança negativa, criando um clima de apreensão entre o clero. Para o clero de Botucatu, segundo o Pe. Alberto Martins, a nomeação de Dom Zioni, antes mesmo de sua publicação, “era considerada por Dom Henrique como castigo ao clero”⁸⁸¹. Esta percepção do clero de que a nomeação era um castigo revela um profundo desalinhamento entre Dom Frei Henrique e seus padres. Não era somente a opinião do Pe. Alberto Martins, mas da maioria dos padres. Esta unanimidade entre os padres sugere uma forte coesão dentro do clero em relação às suas preocupações e perspectivas. E isto pode ser claramente observado nos depoimentos dos padres que são unânimes em afirmar que a indicação de Dom Zioni para o arcebispado de Botucatu foi uma forma de Dom Frei Henrique castigar⁸⁸² o clero. A concordância entre os padres sobre esta interpretação indica a extensão do descontentamento e da resistência ao estilo de liderança de Dom Frei Henrique. Dom Zioni viria com pulso forte para restabelecer a ordem entre os chamados padres progressistas⁸⁸³, viria para corrigir o clero⁸⁸⁴, disciplinar um clero que achava que não tinha disciplina⁸⁸⁵. Esta expectativa de uma liderança mais rigorosa e autoritária com Dom Zioni contrastava fortemente com as aspirações do clero local. Nas palavras do Pe. Gusson, “escolher Dom Zioni porque era alguém que vinha aqui botar ordem na casa. É como se dissesse: Se não estão me achando muito bom, vão ver o outro que vem aí”⁸⁸⁶. Essa afirmação sugere uma percepção de desafio ou ameaça implícita na escolha de Dom Zioni. E nas palavras do Pe. Alberto Martins: “Já que não tenho a obediência, não querem aceitar meu mundo, minha Igreja, então merecem castigo”⁸⁸⁷.

O que mais causou decepção no clero ao saber da nomeação foi que, ao indicar Dom Zioni para sucedê-lo no governo da Arquidiocese de Botucatu, Dom Frei Henrique não levou em consideração toda a mentalidade e missão pastoral praticada na Arquidiocese de Botucatu que era fundamentada e que tinha uma conduta coerente com os novos rumos que tinham sido adotados pelo Concílio Vaticano II, no sentido de aproximar a Igreja do povo, dos jovens, dos operários e dos pobres. Esta decepção ressalta o quão importante era para o clero a continuidade da missão pastoral alinhada com os princípios do Concílio Vaticano II. Com a nomeação e com a vinda de Dom Zioni para Botucatu seria por um fim às reformas de base

⁸⁸¹ Entrevista com o Pe. Alberto Martins (31/01/2006).

⁸⁸² *Ib.*

Entrevista com o Pe. Alberto Reis (em anexo).

Entrevista com o Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

⁸⁸³ PADRES não ficarão. O Estado de São Paulo. São Paulo, 04 de junho 1968.

⁸⁸⁴ Entrevista com o Pe. José Gilberto Beraldo (26/03/2006).

⁸⁸⁵ Entrevista com Pe. Aristheu Benedicto Cirillo (13/03/2006).

⁸⁸⁶ Entrevista com o Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

⁸⁸⁷ Entrevista com o Pe. Alberto Martins (06/02/2006).

que estavam acontecendo na Arquidiocese, onde, os padres mais jovens, apoiados pelo Concílio Vaticano II, estavam colocando a Igreja Particular de Botucatu a serviço da comunidade, demonstrando o compromisso do clero com uma Igreja mais engajada e presente nas questões sociais. Isto é, uma Igreja em ação, que sabe dialogar, que está do lado dos pobres e que defende a justiça social.

Além disso, o que também deixou parte do clero da cidade de Botucatu com a nomeação de Dom Zioni foi que, Botucatu tinha deixado de ser aquele tipo de cidade provinciana para ser uma cidade universitária, devido a instalação da Faculdade de Medicina, e, nesse contexto, os padres viam a necessidade de uma Igreja que pudesse se adaptar e responder às necessidades de uma população acadêmica e intelectualmente engajada. E, de acordo com os padres, a Igreja não poderia voltar atrás, retroceder, do contrário ela seria rejeitada pelas novas gerações que a ela afluíam em massa para se instruir⁸⁸⁸. Esta preocupação reflete a consciência do clero sobre a importância de manter a Igreja relevante e atrativa para a comunidade acadêmica emergente. E esse retrocesso, certamente, iria acontecer com a vinda de Dom Zioni, conhecido por seu autoritarismo e classificado pelos seus ex-alunos, na época, já padres em Botucatu como “centralizador, antirreformista e reacionário”⁸⁸⁹. Esta visão de Dom Zioni como um líder contrário às reformas necessárias na opinião do clero local sublinha a desconexão entre a liderança da Igreja e as aspirações de sua base. Foi o que afirmou o Pe. Getúlio seu ex-aluno no Seminário Central do Ipiranga, em São Paulo: “Como a maior parte dos padres tinham sido alunos dele, no Seminário Central do Ipiranga, eu sabia a linha teológica dele e, portanto, consequentemente a linha pastoral. Daí entendemos que é impossível a Dom Zioni dar continuidade ao trabalho de pastoral da diocese de Botucatu, que já estava avançado”⁸⁹⁰.

Outra grande angústia era realmente a linha pastoral e a mentalidade pré-conciliar de Dom Zioni. Diante disso é que o Pe. Nivaldo vai afirmar que, a grande dificuldade em trabalhar com ele seria com relação à sua linha pastoral, à sua mentalidade ainda pré-conciliar, “uma Igreja mais voltada para a hierarquia, sem muita participação dos leigos, uma piramidal de Igreja: Bispo, clero e o povo de Deus ali na base”⁸⁹¹. Esta descrição de Pe. Nivaldo evidencia uma discordância significativa com a abordagem de Dom Zioni, ressaltando o desejo de uma Igreja mais inclusiva e participativa. Além disso, afirma Pe.

⁸⁸⁸ IGREJA de hoje. Folha da Tarde. São Paulo, 05 de junho 1968.

⁸⁸⁹ A REBELIÃO dos padres. *A Gazeta*. São Paulo, 05 de junho 1968.

⁸⁹⁰ Entrevista com o Pe. Getúlio Siqueira Machado (16/02/2006).

⁸⁹¹ Entrevista com o Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

Nivaldo, Dom Zioni tinha, “em primeiro lugar uma mentalidade jurídica em detrimento da pastoral ou pessoal, e isso com autoritarismo, com falta de diálogo, que a gente sentia desde o Ipiranga”. Esta crítica ao estilo de liderança de Dom Zioni sugere um anseio por uma abordagem mais pastoral e menos autoritária. E conclui dizendo que:

Dom Zioni não seria alguém que iria ter um diálogo com a gente, uma linha mais fraterna... ali em Bauru, pertinho da gente, acontecia tudo isso. Essa mentalidade jurídica, essa visão autoritária, falta de confiança, uma pastoral imposta e o fato de ser transferido de sede não ia mudar a mentalidade dele, o estilo dele, de jeito nenhum... E uma pessoa dessa não tinha condições de ajudar a gente a crescer naquela direção, naquela visão depois do Concílio⁸⁹².

Para o Pe. Aristheu a questão do não contentamento do clero com a nomeação de Dom Zioni seria com relação a sua mentalidade, mas principalmente pela maneira autoritária de governar. Diante disso afirma o Pe. Aristheu:

(...) apesar de toda aquela dificuldade com as visões do clero e Dom Henrique, o clero tinha uma vida ativa, tinha uma vida de planejamento de trabalho, e havia, portanto, uma linha de participação maior, inclusive com a pastoral e tudo. Agora, a visão que se tinha de Dom Vicente aquela época é a verticalização muito grande, que a pessoa do bispo é que dominava todo o espaço, o trabalho. Não sei se em Bauru o clero ainda tinha essa ideia, mas aqui o clero daqui tinha essa visão. Daí, essa atitude de não querer, achar que a vinda de Dom Zioni não seria a solução para os problemas que estávamos aqui enfrentando. Interpreto assim⁸⁹³.

Ficou muito claro que, aquele grupo de padres, que ficariam conhecidos como “Padres Rebeldes”, não contestaram a validade ou não da nomeação do novo arcebispo de Dom Zioni, muito menos a autoridade do Papa Paulo VI. Esta clareza indica que a questão não era de submissão ou rebelião, mas de congruência com os ideais do Concílio Vaticano II. Porém, tomando como base o Documento do Vaticano II “*Lumen Gentium*”, e os dispositivos da “*Presbyterorum Ordinis*” e “*Christus Dominus*”, esclareceram o motivo da insatisfação com o processo de escolha que foi adotado. A referência a esses documentos do Vaticano II mostra a busca dos padres por uma Igreja que respeita a voz do clero e promove um espírito de comunhão. Para eles, seria imprescindível a consulta ao presbitério para a indicação do novo Arcebispo, sobretudo diante da desconfortável situação, e por assim dizer, de crise em que se estavam os padres e o Arcebispo Dom Frei Henrique. Esta ênfase na consulta ao presbitério reflete a valorização da participação e da opinião do clero nas decisões importantes. Segundo relato do Pe. Gusson “o próprio Núncio já havia declarado que os bispos seriam nomeados de acordo com consulta ao clero, segundo orientação do Concílio”⁸⁹⁴. Este relato do Pe. Gusson

⁸⁹² Ib.

⁸⁹³ Entrevista com o Pe. Aristheu Benedicto Cirillo (13/03/2006).

⁸⁹⁴ BISPO chega, Clero sai. *Folha da Tarde*. São Paulo, 04 de junho de 1968.

ressalta a expectativa de uma prática de nomeação que fosse alinhada com as diretrizes conciliares, fomentando uma sensação de decepção frente à realidade. É possível associar a oposição dos padres ao novo Arcebispo, Dom Vicente Marchetti Zioni, com a ideia filosófica da Hanna Arendt, pois ressalta a dinâmica do poder e a contestação da autoridade, refletindo as lutas internas pelo controle da instituição. Nesse contexto, as reações emocionais e políticas dentro da Igreja mostram como a autoridade religiosa pode ser desafiada e questionada, especialmente em momentos de crise⁸⁹⁵.

1.4. Grande parte do clero rejeita o novo Arcebispo e deixa a Arquidiocese

Tão logo o clero de Botucatu foi informado de que a Santa Sé havia aceito o pedido de renúncia de Dom Frei Henrique Golland Trindade e havia nomeado o então Bispo de Bauru, Dom Vicente Marchetti Zioni para a sede vacante, os padres de imediato reagiram. Esta rápida reação do clero indica a seriedade com que eles encaravam as mudanças na liderança da Arquidiocese e a importância de se manterem ativos e envolvidos no processo. No mesmo dia que a renúncia foi publicada entraram em entendimento entre eles e foi marcada uma reunião na cidade de Avaré para o dia 22 de abril de 1968, com todo o clero da Arquidiocese, sobretudo com os Cônegos que integravam o cabido, para assim poder eleger o Vigário Capitular. A escolha de se reunir tão prontamente reflete o desejo de união e ação coletiva do clero diante de uma situação que consideravam crítica. Isto em razão de que, segundo o então Código de Direito Canônico, a reunião com o clero, só teria legitimidade se o Cabido nomeasse um Vigário Capitular. Uma vez acionados os Cônegos, foi feita a eleição, e elegeram e nomearam como Vigário Capitular Monsenhor Francisco Claudino do Nascimento, que era o Vigário Geral da Pastoral na Arquidiocese de Botucatu⁸⁹⁶. A eleição do Monsenhor Claudino como Vigário Capitular sugere um consenso entre os padres sobre uma liderança confiável e respeitada durante um período de transição. Eleito o Vigário Capitular, o Monsenhor Claudino presidiu a reunião do clero, quando então foi colocada toda a problemática da nomeação do novo Arcebispo, que havia sido uma grande decepção para a maioria do clero de Botucatu, isto devido os antecedentes de Dom Zioni, tanto na época de formação quando foi reitor, no Seminário do Ipiranga, da maioria do clero, mas principalmente por causa dos anos em que ficou como Bispo de Bauru. A expressão de decepção do clero reflete uma preocupação com a continuidade e integridade das práticas

⁸⁹⁵ ARENDT. *Entre o passado e o futuro*. Op. cit. p. 134-136.

⁸⁹⁶ Entrevista com o Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

pastorais na Arquidiocese. Foram três anos onde Dom Zioni isolou Bauru. Bauru, até antes da sua posse fazia parte do território da Arquidiocese de Botucatu, com todos aqueles movimentos de âmbito arquidiocesano que havia em Botucatu e ele foi fechando todo esse diálogo que existia. Este isolamento de Bauru por Dom Zioni é visto como um rompimento das práticas colaborativas e inclusivas que o clero valorizava. Praticamente desfez toda a organização pastoral que havia sido elaborada pelos padres de Botucatu quando Bauru ainda fazia parte da Arquidiocese e, segundo Monsenhor Carrara, “como poderíamos trabalhar com um homem que não aceitou nosso trabalho, feito com tanta dedicação nas várias paróquias que depois passaram a fazer parte de sua Diocese? Seria uma vida de contrastes e dissabores. Melhor resolver o problema antes”⁸⁹⁷. Esta afirmação do Monsenhor Carrara enfatiza a preocupação com a manutenção da integridade do trabalho pastoral já estabelecido e o desejo de evitar conflitos futuros. Foi justamente por isso, afirma o Pe. Nivaldo, “que a nomeação dele trouxe uma frustração muito grande, uma decepção”⁸⁹⁸. A declaração do Pe. Nivaldo destaca o sentimento de desapontamento entre o clero e a discrepância entre suas expectativas e a realidade da nomeação. Foi uma reunião um tanto tensa⁸⁹⁹, mas uma reunião que “mostrou união no clero”, afirmou o Pe. Nivaldo, “um desejo de ser Igreja dentro da visão do Concílio, e que o Concílio não ficasse à mostra, quando ele fala que devia ver o bem comum, pra se nomear um pastor, um Bispo nesse sentido, vendo o bem comum, vendo aquela região”⁹⁰⁰. Essa ênfase na união do clero e no desejo de aderir aos princípios do Concílio Vaticano II sublinha o compromisso do clero com uma visão progressista e comunitária da Igreja. O clero estava decepcionado e sob o impacto da notícia da nomeação do novo Arcebispo, isto porque “o Concílio falava uma coisa e a prática era bem diferente”, concluiu o Pe. Nivaldo⁹⁰¹. Esta conclusão do Pe. Nivaldo reflete a percepção de um desalinhamento entre os ideais do Concílio Vaticano II e a realidade vivida na Arquidiocese, um contraste que profundamente impactou o clero.

Nessa reunião toda essa situação foi exposta e analisada e todo o clero, por unanimidade decidiu que deveria ser feito algo. Esta unanimidade demonstra a seriedade com que o clero encarou a situação, refletindo um forte senso de comunidade e responsabilidade coletiva. Resolveu-se então redigir uma carta, pedindo que Dom Zioni reconsiderasse a sua aceitação para ser o Metropolita da Arquidiocese de Botucatu, expondo assim os motivos para

⁸⁹⁷ Entrevista com o Monsenhor Roberto Carrara (23/04/2006).

⁸⁹⁸ Entrevista com o Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

⁸⁹⁹ Entrevista com o Pe. José Gilberto Beraldo (26/03/2006).

⁹⁰⁰ Entrevista com o Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

⁹⁰¹ *Ib.*

o pedido: a) a falta de diálogo, preconizada pelo Concílio Vaticano II e que não acontecera quando da nomeação do Metropolita, especialmente diante da situação que se encontrava o clero, vivendo uma crise de âmbito Diocesano; b) a nomeação do novo Metropolita, que deveria pôr fim à referida crise, pelo contrário, viria agravá-la ainda mais por causa das divergências de mentalidade, especialmente no que dizia respeito à linha pastoral, do clero e do novo Arcebispo; c) tal nomeação teria um caráter de correção e castigo ao clero; c) o valor da unidade que o clero queria conservar e que não seria possível com o novo Arcebispo, devido a sua mentalidade conservadora e, d) a reação dos leigos engajados, que seria muito negativa por conhecerem a mentalidade e a pastoral do novo Metropolita, um tanto decepcionantes⁹⁰². Foram então criados três grupos de padres, cada um com uma missão especial e com um destino diverso e, depois de ter sido redigida, aprovada e assinada pela grande maioria dos padres presentes uma carta⁹⁰³, os três grupos se responsabilizaram de entregá-la às respectivas pessoas interessadas sob absoluto sigilo: Núncio Apostólico, Dom Sebastião Baggio (Rio de Janeiro); Cardeal-Arcebispo Dom Agnelo Rossi (São Paulo) e ao Arcebispo nomeado Dom Vicente Marchetti Zioni (Bauru).

⁹⁰² Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 63. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁹⁰³ Íntegra da 1ª Carta redigida pelos padres na Reunião de Avaré: “O clero de Botucatu, abaixo assinado, reunido em Avaré por ocasião da eleição do Vigário Capitular, pelo Cabido, tendo refletido sobre a recente nomeação de V. Excia. para este Arcebispado, pede licença para lhe propor os seguintes considerando: 1) Considerando que V. Excia. foi nomeado Metropolita de Botucatu por ato do Santo Padre no dia 19 de abril de 1968; 2) Considerando que essa nomeação se segue a uma crise de âmbito Diocesano para cujo esclarecimento ou compreensão o clero não foi jamais ouvido pelas autoridades competentes, não havendo, portanto, o exercício do diálogo preconizado pelo Concílio, principalmente para resolver problemas como esse, numa atitude nitidamente contra a visão Conciliar do Vaticano II; 3) Considerando que a nomeação de V. Excia., que deveria representar uma superação da crise a que se alude, vai, pelo contrário, agrava-la ainda mais por profundas divergências de mentalidade entre V. Excia. e o clero, principalmente no se que refere à linha Pastoral; 4) Considerando que dentro do contexto dos acontecimentos que culminaram com a nomeação de V. Excia., tal nomeação tem (não sabemos se V. Excia. o conhece) um sentido claro de correção e castigo ao Clero que não os merece; 5) Considerando o valor da unidade que a todo custo este Clero quer conservar entre si e no meio do povo de Deus com um Pastor que seja verdadeiramente o vínculo dessa unidade; 6) Considerando que essa perspectiva, por unanimidade, se verifica impossível de concretiza-la, sendo V. Excia. o Pastor; 7) considerando que são perfeitamente previsíveis reações altamente negativas por parte do laicato consciente a quem a mentalidade e a pastoral de V. Excia., sobejamente conhecidas, são decepcionantes; O Clero, numa visão teológico-conciliar de Igreja, Presbitério e Episcopado, consciente de sua co-responsabilidade no Governo da Igreja Diocesana, na mencionada reunião decidiu livremente e por unanimidade pedir a V. Excia. que, dentro da verdade, da justiça e da caridade, reconsidere sua aceitação para ser o Metropolita da Arquidiocese de Botucatu. Certos de que V. Excia. vai dar atenção a essas nossas considerações, subscrevemo-nos respeitosamente. Avaré, 22 de abril de 1968. 1-Pe. Ivo Doreto, 2-Pe. Paulo Gooke, 3-Pe. Humberto Zanca, 4-Pe. João Góes, 5-Pe. José Carvalho, 6-Pe. Urbano Leme, 7-Pe. Salvador Papa, 8-Pe. Luis Vieira, 9-Côn. Oswaldo Violante, 10-Pe. Alberto Reis Mendes, 11-Pe. Alberto Martins, 12-Pe. Benedito Pereira dos Santos, 13-Pe. José Gilberto Beraldo, 14-Pe. Pedro Beltrami, 15-Mons. Celso Ferreira, 16-Mons. Oscar Pádua Mello, 17- Pe. Luiz Menezes Bueno, 18-Pe. João Cândido Coimbra, 19-Cl. Tito Ceraseli, 20-Pe. Luis de Oliveira Andrade, 21-Pe. Aristheu B. Cyrillo, 22-Pe. Geraldo E. Saleme, 23-Côn. Ulysses Moreira de Araújo, 24-Pe. Nivaldo Pires Rosa, 25-Pe. Francisco Claudino do Nascimento, 26-Côn. Getúlio S. Machado, 27-Côn. Clarêncio Gusson, 28-Pe. Roberto Carrara, 29- Pe. José Eduardo Augusti, 30- Pe. Arnaldo Beltrami (Por delegação)”. (Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 63. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

Até então, tudo estava sendo tratado em sigilo, somente dentro o âmbito Eclesiástico, ou seja, fora do alcance da imprensa, esta discrição reflete a sensibilidade do assunto e o desejo do clero de resolver a questão internamente, sem envolvimento público. Afinal, era um assunto muito delicado e inédito no Brasil e exigia toda a discrição e todo o sigilo possível. Tudo caminhava desta forma, indicando uma tentativa de manter a harmonia e a estabilidade dentro da Igreja, apesar das tensões internas, não fosse o fato acontecido em 10 de maio de 1968, quando Dom Frei Henrique escreveu uma carta ao Vigário Capitular de Botucatu, Mons. Francisco Claudino do Nascimento⁹⁰⁴. Dom Frei Henrique, após fazer algumas considerações e reconhecer suas falhas, pedia de joelhos “a todos que recebam com fé o novo Arcebispo”⁹⁰⁵ pois tinha, assim, a certeza de que “a Arquidiocese se transformaria e “seria para o Brasil e para a Igreja, um exemplo”⁹⁰⁶. Esta ação de Dom Frei Henrique demonstra seu desejo de assegurar uma transição pacífica, apesar das circunstâncias desafiadoras. Pedia, também, que aqueles que “em consciência, não puderem ficar”⁹⁰⁷ não forçassem, nem convidassem a outros para deixarem a Arquidiocese, mostrando a preocupação de Dom Frei Henrique com a possibilidade de divisões dentro da Arquidiocese, e sem razões aparentes que

⁹⁰⁴ Íntegra da carta: “Botucatu, 10 de maio de 1968. Monsenhor Francisco Claudino, Vigário Capitular de Botucatu. A luz e a paz de Cristo! 01- Eu estava certo de que, renunciando ao governo da Arquidiocese, ela entraria em uma fase de paz, de união e de trabalho. Com esta ilusão, me sentia feliz. 02- Quanto ao meu possível substituto, me lembrei, em primeiro lugar, de Dom Silvio, como sinal de minha gratidão e confiança, e o apresentei à Nunciatura. 03- O que disse, então, ou escrevi, posso dizer. O que outros disseram ou escreveram não tenho o direito de revelar, se bem que nada ouvi ou li, contra quem quer que seja. 04- Lembrei, depois, ao Sr. Núncio outros nomes, dentre os quais, o nome do muito digno D. Vicente Zioni. E teria gostado, também, que D. Melhado, bispo sagrado por nós, fosse nosso substituto. 05- Tenho a certeza absoluta de que o governo de D. Zioni será um governo firme e sereno, se houver colaboração dos seus sacerdotes e dos seus leigos. 06- Reconheço, com paz e humildade, as minhas múltiplas falhas, por isso, com paz renunciei ao governo da arquidiocese, do que não me arrependo, muito pelo contrário. 07- Nenhum sacerdote diocesano está ou trabalha onde não queria estar ou trabalhar. Se nem todos me pediram ou mostraram desejo de estar onde estão, todos aceitaram, ao meu ver, com satisfação, o lugar que ocupam. 08- Agradeço humilhado e com fé, o documento assinado pelo Vigário Capitular, e pelos sacerdotes, por ocasião de minha renúncia. Deus o sabe se mereço ou não. Entretanto, procurei trabalhar sempre com visão sobrenatural. Nada de grave me acusa a consciência. 09- Finalmente, agradeço, também, de coração, a todos os que me ajudaram a cumprir o meu dever durante quase 20 anos. E que me perdoem as minhas faltas nas quais, até o justo, cai sete vezes por dia. 10- Mas, agora, de joelhos, peço a todos, recebam com fé o novo Arcebispo. Tenho a certeza de que a Arquidiocese se transformará e será para o Brasil e para a Igreja, um exemplo no qual me considero, sem esforço, a parte negativa. 11- Se, em consciência, não puderem ficar, de joelhos, também, peço não forcem nem convidem a outros a saírem da Arquidiocese que os recebeu, os fez e os alimentou, corporal e espiritualmente, poucos ou muitos anos. Mons. Claudino e sacerdotes de Botucatu, eu vós somos o que somos, porque a Igreja nos recebeu. Ela não precisava de vós, e, muito menos, de mim. Não abramos mais uma chaga em seu corpo dilacerado. Não aumentemos o sofrimento profundo de nosso Papa Paulo VI, em hora tão difícil. O Espírito Santo, que invoquei para escrever em paz estas linhas. Ele vos ilumine, para que as leais, mediteis e possais fazer o que Ele, sim, Ele, não o Arcebispo, ou o vosso amor próprio vos sugerir. Terminando, não direi: “quem está sem pecado atire a primeira”. Direi, entretanto, a mim e a vós, seguremos a pedra de São Jerônimo, e com ela, batamos em nosso peito: “Senhor, perdoai os nossos pecados e dai-nos a união e a paz”. Frei Henrique Golland Trindade, OFM. Arcebispo Resignatário de Botucatu”. Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 72. – (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu e SEDOC. Resposta do Vigário Capitular a Dom Henrique. v. 1, n.02, p. 177-178, (ago) 1968).

⁹⁰⁵ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 72. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁹⁰⁶ Ib. p. 72.

⁹⁰⁷ Ib. p. 72.

pudessem justificar tal atitude, enviou também uma cópia da mesma carta ao Sr. Laurindo Ezidoro Jaqueta, católico praticante, residente na Vila dos Lavradores, em Botucatu e presidente da Câmara Municipal, pedindo que o mesmo lesse a referida carta durante a sessão plenária da Câmara Municipal de Botucatu. Enviou, também, no dia seguinte, um pequeno cartão a Dom Zioni, anexando junto uma cópia da mesma carta e afirmando “tenho esperança de uma melhora”⁹⁰⁸. A inclusão do presidente da Câmara Municipal e a correspondência com Dom Zioni refletem uma abordagem ampla de Dom Frei Henrique para garantir a aceitação do novo Arcebispo. A leitura da carta na sessão plenária da Câmara Municipal de Botucatu aconteceu na noite de 28 de maio de 1968, e “foi ouvida pelo plenário com a maior atenção”⁹⁰⁹. O interesse do plenário na carta indica o impacto que a situação da Igreja tinha na comunidade local. Assim sendo, a carta de Dom Frei Henrique ao Vigário Capitular, mons. Claudino se tornou pública, uma vez que a mesma foi publicada na primeira página do Jornal Correio de Botucatu, o jornal de maior circulação na cidade e região⁹¹⁰. A publicação da carta marca uma mudança significativa na forma como a crise estava sendo tratada, movendo-a do âmbito eclesial para o público. A partir de então, a crise estourou nos meios de comunicação de massa. Este desenvolvimento sugere o quão rapidamente uma questão interna da Igreja pode se tornar de interesse público, especialmente em situações controversas. O primeiro jornal a anunciar a crise do Clero de Botucatu foi o “Notícias Populares”, do dia 31 de maio de 1968, que tinha como manchete “Padres rejeitam arcebispo e abandonam arquidiocese”⁹¹¹. Esta manchete sensacionalista reflete a natureza dramática da situação e o interesse da mídia em histórias de conflito dentro de instituições significativas como a Igreja.

⁹⁰⁸ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 72. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁹⁰⁹ CARTA de D. Henrique nos anais da Câmara. Jornal Correio de Botucatu, Botucatu, 30 maio 1968, p. 01.

⁹¹⁰ *Ib.* p. 01.

⁹¹¹ Íntegra do artigo: “Em nosso Estado, pela primeira vez na história do Brasil, na cidade de Botucatu, os padres da Arquidiocese rejeitam um bispo e abandonam a Arquidiocese. A crise, eclodida pelo clero retirante teve início no dia 19 de abril, com a publicação da aceitação, por parte da santa Sé, da renúncia do Arcebispo Metropolitano de Botucatu, dom Henrique Golland Trindade. No mesmo ato foi publicada a nomeação do novo Arcebispo da Arquidiocese, Dom Vicente Marchetti Zioni, então respondendo pela vizinha Diocese de Bauru. Imediatamente após o conhecimento dessa decisão do Vaticano, o clero botucatuense em sua quase totalidade, procurou levar ao conhecimento do Arcebispo nomeado, bem como à Nunciatura Apostólica, a impossibilidade da aceitação de tal nomeação. Conhecimento das autoridades eclesiais. As seguintes autoridades eclesiais foram inteiradas dos acontecimentos: Dom Sebastião Baggio, Nuncio Apostólico do Brasil, Dom Agnelo Rossi, presidente da CNBB e Dom Vicente Marchetti Zioni, arcebispo nomeado. Com as ponderações e razões foram ouvidas, 23 padres, representando a quase totalidade do clero diocesano, excetuando-se alguns poucos padres que apresentaram problemas de ordem pessoal, decidiram abandonar a Arquidiocese, diante da impossibilidade de afinidade pastoral com o novo metropolitano. A debandada está marcada para o próximo dia 17, cessados quaisquer entendimentos até aquela data. Com o objetivo de esclarecer o inusitado acontecimento os padres retirantes elaboraram minucioso documento daquela Arquidiocese que tem ascendência de coordenação de trabalhos sobre as dioceses de Bauru, Lins, Marília, Assis e Presidente Prudente”. (PADRES rejeitam arcebispo e abandonam arquidiocese. *Notícias Populares*. São Paulo, 31 maio 1968, p. 01).

Desde o início da crise, pode-se notar que, em nenhum momento Dom Zioni manifestou o desejo de desistir da sua posse, pelo contrário, tentou de todas as formas provar que ele estava certo e que estava pronto a fazer aquilo que o Santo Padre determinasse⁹¹². Esta atitude de Dom Zioni mostra uma determinação e uma confiança em sua posição, apesar da clara resistência do clero local.

Depois de sucessivas reuniões com os padres chamados “rebeldes”, no dia 10 de junho 1968 o Núncio Apostólico esteve com eles em reunião na cidade de Sorocaba prometendo-lhes uma solução, mas essa solução, imaginada pelos padres, seria a nomeação de outro Arcebispo, que não fosse Dom Zioni; na verdade, o que aconteceu foi a nomeação de um Administrador Apostólico, Dom Romeu Alberti⁹¹³, Bispo Diocesano de Apucarana, no Paraná, que foi comunicado pela Nunciatura Apostólica de sua nomeação em carta datada 17 de junho de 1968⁹¹⁴, e o Núncio Apostólico autorizou a tomar canonicamente posse do cargo, antes mesmo que chegasse o Decreto de nomeação⁹¹⁵. Esta nomeação de um Administrador Apostólico, ao invés de um novo Arcebispo, pode ter sido percebida como uma solução intermediária, refletindo um equilíbrio entre as expectativas do clero e as decisões da Santa Sé. No dia 20 de junho a Nunciatura Apostólica torna publica a nomeação do Administrador Apostólico de Botucatu. A posse aconteceu no dia 21 de junho, na Catedral de Botucatu⁹¹⁶. A rapidez com que essa nomeação foi realizada e tornada pública sugere a urgência sentida pela

⁹¹² Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 70 verso. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁹¹³ Nasceu no dia 21 de abril de 1927, na cidade de São Paulo. Coursou Filosofia no Seminário Central do Ipiranga e a faculdade teológica na Universidade Gregoriana, em Roma. Foi ordenado sacerdote em 07 de outubro de 1951. Foi orientador da Juventude Estudantil Católica e professor da Faculdade Teológica da Universidade Católica de São Paulo. Foi nomeado Bispo auxiliar de São Paulo e titular de Belali em 24 de maio de 1964. Com a renúncia do Cardeal Motta, foi nomeado para ser o primeiro Bispo de Apucarana, no Paraná em 22 de fevereiro de 1965. Tomou posse da Diocese de Apucarana no dia 28 de março de 1965. Em 09 de junho de 1982, foi nomeado pelo Papa Paulo VI Arcebispo de Ribeirão Preto, em São Paulo. Tomou posse da Arquidiocese em 22 de agosto de 1982. Faleceu em 06 de agosto de 1988. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

⁹¹⁴ “Sebastianus Baggio. Dei et Apostolicae Sedis gratia Archiepiscopus Titularis Ephesus, Apostolicus in Brasilia Nuntius, cumpre o deve de comunicar a Sua Excia. Revma. Dom Romeu Alberti, Bispo de Apucarana, que a Santa Sé o nomeou Administrador Apostólico “Sede Vacante” da Arquidiocese de Botucatu, com faculdades de bispo residencial. A Sagrada Congregação dos Bispos autorizou igualmente o Exmo. Administrador Apostólico a tomar canonicamente posse de seu cargo antes mesmo que chegue o Decreto de nomeação. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1968. + Sebastião Baggio”. (Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 46 verso - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁹¹⁵ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu (em fase de catalogação).

⁹¹⁶ DECLARAÇÃO. Declaro para os devidos fins legais que a vinte e um de junho de 1968, na Sé Catedral de Botucatu, perante o Vigário Capitular, Cabido e Presbitério, tomou posse canonicamente na função de Administrador Apostólico desta Arquidiocese de Botucatu S. Excia. Revma. Dom Romeu Alberti, Bispo Diocesano de Apucarana, conforme Decreto da Sagrada Congregação dos Bispos do dia 15 de junho de 1968. E para constar, eu Côn. Ulisses Moreira de Araujo, Chanceler do Arcebispado, subscrevo. Côn. Ulysses Moreira de Araújo. Botucatu, 7 de agosto de 1968. (Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 104 -Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

Santa Sé em responder à crise. Toda a imprensa noticiou o fato⁹¹⁷, interpretando tal solução dada pela Santa Sé como uma vitória dos padres signatários do manifesto contra a nomeação de Dom Zioni, e concluindo, dentro da sua interpretação, que pela primeira vez na história a Santa Sé havia voltado atrás numa nomeação episcopal. Esta interpretação da imprensa indica a magnitude percebida do evento, ressaltando seu caráter histórico e o impacto percebido na hierarquia eclesiástica. Embora aparentemente a indicação do Administrador Apostólico parecesse uma vitória dos padres “rebeldes”, na verdade não passava de uma ilusão, pois Dom Romeu Alberti vinha com uma missão definida: manter a unidade da Igreja, “e isto significava, o quanto possível, impedir o êxodo do clero e garantir a posse de D. Zioni”⁹¹⁸. Esta avaliação revela uma complexidade maior na situação, sugerindo que as aparências podem ser enganosas e que os objetivos da Santa Sé podem ter sido mais estratégicos do que inicialmente percebido. Foi o que afirmou também o Mons. Claudino em entrevista quando disse que a missão de Dom Alberti era de convencer os padres a permanecerem na arquidiocese e aceitar Dom Zioni⁹¹⁹. Esta declaração de Mons. Claudino lança luz sobre as intenções subjacentes à nomeação de Dom Alberti, enfatizando o desejo de estabilizar a situação. O Pe. Getúlio classificou Dom Alberti como o “Administrador que tinha duas posições”⁹²⁰ e que estava em Botucatu em nome de Roma, ouvindo o clero, mas que “ao

⁹¹⁷ IGREJA nomeia D. Alberti. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 21 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

D. ALBERTI toma posse na Arquidiocese de Botucatu. *Diário Popular*. São Paulo, 21 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

BOTUCATU tem novo bispo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

DOM Alberti para Botucatu. *A Gazeta de São Paulo*. São Paulo, 21 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

SUPERADA crise de Botucatu com novo Bispo. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 21 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

IGREJA nomeia d. Alberti administrador de Botucatu. *Diário da Noite*. São Paulo, 21 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

D. ROMEU toma posse em Botucatu e anula crise. *O Globo do Rio*. Rio de Janeiro, 22 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

SUSPENSE. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 22 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

NOVO Bispo assume diocese de Botucatu. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

BOTUCATU na santa paz. *A Gazeta de São Paulo*. São Paulo, 22 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

SURPRESA em Bauru com a solução dada ao impasse da Arquidiocese. *Jornal da Cidade*. Bauru, 22 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

D. ALBERTI toma posse em lugar de D. Zioni e calma volta a Botucatu. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 23 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

POSSE do Administrador Apostólico em Botucatu. *Diário Popular*. São Paulo, 23 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

⁹¹⁸ ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. Padres rebeldes? Op. cit. p. 45.

⁹¹⁹ Entrevista com Pe. Francisco Claudino do Nascimento (03/06/1993).

⁹²⁰ Entrevista com o Pe. Getúlio Siqueira Machado (16/02/2006).

mesmo tempo que ele apoiava o clero, apoiava também a indicação de Dom Vicente, indiretamente”⁹²¹. Esta observação do Pe. Getúlio sugere um equilíbrio delicado mantido por Dom Alberti, tentando conciliar as demandas do clero com as decisões da Santa Sé. O Pe. Clarêncio Gusson reconheceu que não sabia bem qual era a missão de Dom Alberti em Botucatu. Segundo ele, havia dois aspectos a considerar: “ou era de converter os padres ou era, simplesmente, assuntar a situação, compreender a situação e saber propor alguma coisa”⁹²². Esta incerteza do Pe. Gusson reflete a complexidade e ambiguidade da situação, mostrando que nem todos no clero tinham uma visão clara sobre o papel de Dom Alberti. Para o Pe. Aristheu, Dom Alberti chegou a Botucatu com muita boa vontade, com muito desejo e o propósito de ouvir a todos e afirmou que “ele teve atitudes extremamente felizes e outras que não foram tão felizes assim. E que, portanto, não ajudou como deveria ter ajudado a chegar a um final mais feliz”⁹²³. Esta avaliação mista do Pe. Aristheu indica que, enquanto alguns aspectos da atuação de Dom Alberti foram positivos, outros foram menos eficazes, destacando a complexidade de navegar em uma situação tão delicada. Já Dom Luiz Soares Vieira foi do parecer de que foi um Bispo notável, “muito decidido e inteligente, percebeu que a Santa Sé deveria respeitar os padres e ouvi-los”⁹²⁴. Este elogio de Dom Luiz Soares Vieira a Dom Alberti sugere uma percepção de que ele trouxe uma abordagem mais respeitosa e considerada para o diálogo entre o clero e a hierarquia eclesiástica. Para o Pe. Roberto Carrara Dom Alberti impressionou pelo seu modo de agir para com os padres. Muito atencioso e bastante meticuloso e segundo ele, Dom Alberti era do parecer de que “os padres tinham razão e que seria oportuno nomear um outro Arcebispo para Botucatu”⁹²⁵. A percepção de Pe. Roberto Carrara sobre a atitude de Dom Alberti reflete uma visão de que ele valorizava e entendia as preocupações do clero. Segundo o Pe. Alberto Martins, a função de Dom Alberti foi de mediador na crise, mas agiu também como “pastor, como Bispo, ouvindo um por um os padres, tornando-se ponte entre o clero, Dom Zioni e a Nunciatura”⁹²⁶. Esta visão do Pe. Alberto Martins sobre o papel de Dom Alberti como um mediador eficaz e como um pastor atencioso ressalta o esforço para reconciliar as várias partes envolvidas na crise. Para os padres, a missão de Dom Romeu Alberti não estava bem definida, nem eles compreendiam direito naquele momento de crise o que a Santa Sé estava querendo, ao nomear um Administrador Apostólico, deixando sem definição se Dom Zioni assumiria ou não a

⁹²¹ Ib.

⁹²² Entrevista com o Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

⁹²³ Entrevista com o Pe. Aristheu Benedito Cirillo (13/03/2006).

⁹²⁴ Entrevista com Dom Luiz Soares Vieira, Arcebispo de Manaus (29/03/2006).

⁹²⁵ Entrevista com o Pe. Roberto Carrara (23/04/2006).

⁹²⁶ Entrevista com o Pe. Alberto Martins (31/01/2006).

Arquidiocese. Esta falta de clareza percebida pelo clero sobre os objetivos da Santa Sé com a nomeação de um Administrador Apostólico enfatiza a incerteza e a complexidade da situação enfrentada por eles.

Neste momento se entrelaçam a crise religiosa, dos padres que não aceitam a nomeação de um Arcebispo de linha pastoral não afinada com a prática na Arquidiocese de Botucatu e um tanto conservadora e a crise Estudantil da Faculdade de Medicina, recém instalada na cidade de Botucatu que se mobilizavam e reivindicavam a liberação de verbas para a Faculdade para montar um Hospital escola, para compra de equipamentos e contratação de professores. Esta convergência de crises reflete um período de intensa transformação e desafio tanto para a Igreja quanto para a comunidade acadêmica, ressaltando um contexto histórico de mudança e agitação social e religiosa.

A crise do clero de Botucatu se encerra com uma carta dirigida ao clero⁹²⁷ da Arquidiocese, com data de 27 de fevereiro de 1969, o Nuncio Apostólico comunicou oficialmente a decisão da Santa Sé de empossar como Arcebispo Metropolitano de Botucatu, Dom Vicente Marchetti Zioni. Segundo seu comunicado, tendo o Santo Padre “tomado conhecimento de seus escritos e ponderando as objeções, as razões e as argumentações por ele expostas, não só à luz da lei canônica, mas também em confronto com a doutrina do Concílio Vaticano II”⁹²⁸ decidiu terminar com a longa vacância da Arquidiocese de Botucatu, confirmando a nomeação de Dom Zioni para lá e admoestou aos sacerdotes para que permanecessem fiéis a sua missão, indicando um esforço da Santa Sé em equilibrar as preocupações do clero local com as necessidades da Igreja como um todo. Porém não impedindo, apesar do seu paternal apelo, de que os padres pudessem trabalhar em outras dioceses. Esta abertura para a transferência dos padres reflete um reconhecimento das profundas divergências e a tentativa de oferecer soluções que respeitassem as consciências individuais dos clérigos. No dia 03 de março de 1969, Dom Romeu reuniu o clero que optou por sair, onde, em atenção ao apelo do Santo Padre, puseram em revisão as opções feitas. Entretanto, diante das circunstâncias e dos motivos existentes mantiveram-se em suas opções. Este momento de reflexão ilustra a seriedade com que os padres consideraram suas decisões, pesando cuidadosamente suas responsabilidades pastorais e pessoais. Vinte sete sacerdotes

⁹²⁷ Uma carta dirigida a cada sacerdote diocesano. Era mimeografada e transmitia a decisão do Santo Padre a respeito do caso de Botucatu a cada sacerdote. (Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 47 verso -Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

⁹²⁸ Carta do Nuncio Apostólico no Brasil, Dom Sebastião Baggio ao clero Arquidiocesano – 27/02/1969. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

diocesanos⁹²⁹ deixariam a Arquidiocese; um clérigo completo⁹³⁰ e cinco seminaristas maiores⁹³¹. A magnitude deste êxodo de clérigos evidencia o nível de insatisfação e discordância com as direções tomadas na Arquidiocese. O padre José Eduardo Augusti, diretor espiritual da JUC por isso exercia uma forte liderança sobre os universitários e foi também um dos padres que deixou a Arquidiocese de Botucatu com a posse de Dom Zioni, desabafa dizendo:

A Igreja de Botucatu foi degolada! Era uma das mais progressistas do Estado de São Paulo. Apesar do arcebispo, que justiça se faça às coisas boas que promoveu, foi nos seus últimos anos à frente da arquidiocese uma cruz para a sua Igreja e seus padres. E isto não é falta de respeito à sua memória porque a verdade não desrespeita ninguém e, sobretudo, tudo o que falamos dessa situação, falamos antes de mais nada a ele próprio. Depois veio a sua desastrada renúncia. Uma nomeação indesejada pelo clero veio a tomada de posição dos padres, veio a atitude diplomática da Igreja que se esforçando por evitar escândalo, cometeu outro maior; veio por fim, uma posse escandalosa do novo arcebispo no coração do sistema, apadrinhada pelo ministro da Justiça mais macabro que este país já teve. Houve êxodo triste de quase trinta padres que deixaram Botucatu em direção a um cajado mais sensível aos sofrimentos do povo. Houve tudo isso com uma Igreja desfacelada, destruída, traída. Ao mesmo tempo, a orquestração tétrica dos bajuladores provincianos do sistema de força, gritando como loucos pedindo a cabeça dos padres ‘subversivos’ e dos estudantes que queriam o direito de melhores condições de ensino e o direito de protestar contra arbitrariedades policiais⁹³².

Este comentário sobre a reação da comunidade local e dos sistemas de poder ilustra a polarização e o conflito que emergiram a partir dessa crise eclesial, afetando não apenas a Igreja, mas toda a sociedade de Botucatu.

2. A Faculdade de Medicina de Botucatu

Os anos 60 foi um ano conturbado no Brasil e no mundo e também na pacata cidade de Botucatu, no interior de São Paulo. Uma cidade que estava ganhando uma universidade e começando a ter que se acostumar com a ideia de abrigar estudantes universitários com um

⁹²⁹ Alberto Martins, Alberto Reis Mendes, Antônio de Almeida Soares, Aristeu Benedito Cyrillo, Arnaldo Beltrami, Benedito Pereira, Celso Diogo Ferreira, Clarêncio Gusson, Francisco Claudino Nascimento, Geraldo Saleme, Getúlio Siqueira Machado, Ivo Doretto, João Góis, João Candido Carvalho Coimbra, José Eduardo Augusti, José de Oliveira Andrade, José Carvalho, Luiz Baldini, Luiz Oliveira Andrade, Luiz Soares Vieira, Nivaldo Pires Rosa, Pedro Beltrami, Pedro José de Andrade, Roberto Carrara, Salvador Papa, Ulysses Moreira Araújo e Urbano Leme. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

⁹³⁰ Tito Cerasoli. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

⁹³¹ Valter Pegoré e Geraldo Aguiar (1º filosofia); José Carlos Alampi (4º Teologia); Francisco Vieira de Moraes e José Cordão (2º Teologia). (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

⁹³² BRUNACCI, Attilio (Org.). A Igreja no Cárcere. São Paulo: Giordanus, 2014, p. 26-27.

estilo bem diferente daquele que a cidade estava acostumada a conviver. Assim se expressa Cover:

Sendo uma cidade serrana, isolada, a nascente universidade e seus atores contaminaram para sempre a vida pacata dos nativos, para o bem ou para o mal. Ainda era um mundo um tanto ingênuo, sem internet e sem redes sociais. Fora a atividade acadêmica, a vida dos universitários acontecia nas repúblicas, nos bares singelos, nas atividades festivas e culturais do glorioso Centro Acadêmico, o CAPs⁹³³.

Esta descrição evoca uma imagem quase bucólica da vida universitária, marcada por uma simplicidade e um caráter comunitário que parece ter se perdido nas décadas seguintes. Na década de 60, de acordo com o senso, Botucatu era a 35ª cidade do estado de São Paulo com uma população de 44.767 habitantes, mas como afirma Pinho:

A Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (FCMBB) foi criada através de negociações políticas. Com tantos municípios maiores, por que criar, no início da década de 1960, uma Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas em Botucatu? Bauru, bem próxima a Botucatu, possuía 93.980 habitantes, sendo a 12ª cidade do estado, e também queria a faculdade no seu município. Mas, provavelmente, seus políticos foram menos hábeis na reivindicação, e Botucatu "ganhou" a FCMBB. O prestígio dos políticos botucatuenses da época junto ao governo do estado e a existência de um grande prédio vazio no Distrito de Rubião Júnior, construído para ser hospital para tratamento da tuberculose, viabilizaram a ideia⁹³⁴.

Essa contextualização sugere um jogo de influências e poder que é frequentemente subestimado quando se analisa o desenvolvimento institucional e educacional no Brasil. Tudo aconteceu por causa de um conjunto de prédios imponentes e inconclusos no distrito de Rubião Júnior, em Botucatu. Um local que tinha fama de ser uma estância climática ideal para a cura da tuberculose. Por isso, iniciou-se em 13 de junho de 1949 a construção de um grande sanatório estadual. Mas a construção, já bem adianta, quase em fase de conclusão, foi interrompida, e lá ficaram os 40 mil metros de obras construídas sendo deterioradas pela ação do tempo. Foi quando surgiu a ideia de instalar ali uma Faculdade de Medicina⁹³⁵. Segundo afirma Vannucchi:

Era no hospital para tuberculoso, que quando a tuberculose foi erradicada, toda aquela estrutura, eram três hospitais que tinha no Estado de São Paulo, e Botucatu era um deles, porque se tinha uma realidade do bacilo de tuberculose que ele não suportava, o oxigênio e não suportava, portanto, em

⁹³³ MORAIS, Martha, Martins de; LIMA, Maria Cristina Pereira. (Orgs.). 60 anos em 60 depoimentos. Botucatu: Nada, 2023, p. 40.

⁹³⁴ *Ib.* p. 35.

⁹³⁵ DONATO, Hernani. Achegas para a História de Botucatu. 4. Ed. Revista e aumentada. Botucatu: Grafilar, 2008, p. 417-418.

áreas altas e frias, ele não sobreviveria. Então foi encontrado três áreas altas e frias e construídos esses hospitais e Botucatu era uma dessas áreas⁹³⁶.

Este comentário revela como a geografia e a saúde pública moldaram de maneira peculiar o desenvolvimento urbano e educacional de Botucatu, um aspecto não tão comum em outras cidades universitárias.

No ano 1961 foi aprovado pela assembleia legislativa o funcionamento das faculdades de Botucatu e Campinas. A Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (FCMBB) foi criada pela Lei 6860, de 22 de julho de 1962, como parte integrante do segundo plano de ação do Governo Carvalho Pinto, elaborado também com a participação de vários professores da USP. No caso de Botucatu, foi proposta a criação de uma Faculdade *sui generis*, que fosse centrada em um núcleo forte de Ciências Biológicas, após o qual surgiriam os cursos profissionais. A natureza única dessa instituição, focada inicialmente nas Ciências Biológicas, parece refletir um planejamento estratégico visionário, antecipando as necessidades futuras de formação profissional em um Brasil que estava se modernizando.

Já em 1963 aconteceu o primeiro vestibular (foram 60 vagas para medicina e mais 20 para medicina veterinária). Em 02 de abril de 1963 se iniciaram as aulas. A Faculdade de Botucatu só dispunha de seis professores: Dr. Mário Rubens Monte Negro, Dr. Nicanor Letti, Dr. Edy De Lello, Dr. Walter Maurício Corrêa, Dra. Glézia Marques e Dr. Arli Pacheco. Os primeiros cadáveres eram "importados" de Londrina e dissecados em cima de caixotes de madeira, "eram caixotes de bacalhau porque não tinha onde colocar as coisas"⁹³⁷ e os microscópios "emprestados" da Faculdade de Medicina da USP. Esta situação inicial da FCMBB, embora precária, revela um impressionante esforço e dedicação tanto dos professores quanto dos estudantes em perseguir a excelência educacional sob condições adversas. Esse espírito pioneiro e resiliente se tornou uma marca indelével da instituição nos seus primeiros anos. A FCMBB nasce, portanto, com condições mínimas de funcionamento: tem pessoas jovens e tem o apoio da população da cidade. O apoio da comunidade local, que se pode imaginar ansiosa por ver a cidade crescer e se desenvolver, foi sem dúvida um fator crucial no sucesso inicial da faculdade. Essa sinergia entre a faculdade e a comunidade de Botucatu é um belo exemplo de como instituições de ensino podem ser catalisadores de progresso local.

⁹³⁶ Entrevista com Terezinha Catelli Infantosi Vannucchi (em anexo).

⁹³⁷ MORAIS. 60 anos em 60 depoimentos. Op. cit. p. 25.

2.1. Centro Acadêmico Pirajá da Silva

O Centro Acadêmico Pirajá da Silva (CAPS) começou no primeiro semestre de 1963, logo após o início das atividades da FCMBB. Um grupo de estudantes de sua 1ª turma resolveu fundar o seu Centro Acadêmico. Foi feito concurso para escolher qual seria o patrono e quem venceu foi um médico e pesquisador baiano, que descreveu o *Schistosoma Manzon*i, causador da Esquistossomose, Professor Manoel Augusto Pirajá da Silva⁹³⁸. Esta escolha simboliza não só a admiração pela figura do Professor Pirajá da Silva, mas também o reconhecimento do valor da pesquisa científica na medicina, um pilar fundamental na formação médica que a FCMBB aspirava oferecer.

A primeira diretoria do CAPS foi presidida pelo Humberto Migiolaro, tendo como companheiros: Vice: Marco Antônio Passoni; Secretário-geral: Itamar Araujo Bessa; 1º e 2º Secretários: Antônio Carlos F. Ferrari e Irene Pinto Silva; 1º e 2º Tesoureiros: Wanderlei de Souza e Arthur Roquete de Macedo; Procurador: Wanderley S. Barros Rangel; Departamento social: Eduardo G. Abirão; Departamento cultural: René G. Prado; Centro de Debates: Sergio P. Marun; Associação Atlética Acadêmica: Joel Spadaro, que começou a organizar a primeira Intermed, realizada em 64, em Botucatu (até hoje vem sendo um dos meios de "entrosamento" entre as várias Faculdades de Medicina do Estado de São Paulo). E Álvaro Pinheiro Barbosa deu início às atividades do bar do CAPS. A primeira sede social foi no salão superior da Casa Francisco de Salles, que era propriedade dos Irmãos Lassalistas. A escolha desse local como sede social sugere uma adaptação criativa e um aproveitamento dos recursos locais disponíveis, características essenciais da identidade inicial da FCMBB.

Em 1964 foi o ano do golpe militar, portanto, por determinação do governo militar, foi decretado o fechamento de todos os CAs, transformando-os em diretórios acadêmicos, sob tutela das diretorias das Faculdades. Esse período marca um momento de tensão e desafio, onde a força e a resiliência dos estudantes foram postas à prova. Era uma tentativa de esvaziar os movimentos estudantis, que juntamente com os metalúrgicos e ferroviários eram muito fortes na época⁹³⁹. Interessante foi a reação dos estudantes da FCMBB que demonstraram pela primeira vez força política que tinham, e resistiram às imposições do governo militar. Quando “cassaram” a diretoria do CAPS, um grupo de representantes de classe dos primeiros e

⁹³⁸ O Prof. Pirajá da Silva faleceu em dezembro de 1961, após grande contribuição para o conceito internacional que a Escola de Patologia Tropical Brasileira tem. Foi a admirável obra desse cientista brasileiro que levou a indicação de seu nome para patrono de nosso Centro Acadêmico. Desse nome valeu o apelido do seu apresentador, o acadêmico Marco Antônio Passoni, que ainda hoje é conhecido como Pirajá.

⁹³⁹ SCHMIDT FILHO, Sebastião Camargo. A arte de lembrar. São Paulo: Focus Editora, 2005, p. 43-44.

segundos anos da FCMBB assumiram o Centro Acadêmico, não deixando que fosse fechado⁹⁴⁰, dando assim continuidade às atividades iniciadas pela diretoria anterior. Esta ação dos estudantes reflete um espírito de resistência e independência, demonstrando que mesmo em face de adversidades políticas severas, a comunidade estudantil manteve-se firme em seus ideais acadêmicos e sociais. Assim afirma Schmidt:

Foi nesse período que começou a nascer o movimento estudantil em Botucatu, foi responsável pela imagem de coragem, força e luta em prol da liberdade da classe estudantil adquirida em nível estadual. O jornal do CAPS, denominado "Estilete" foi nosso órgão de comunicação e um meio de expor nossas ideias e ideais⁹⁴¹.

Um dos primeiros atos da diretoria provisória foi nomear os colegas Geraldo Nunes Filho para o Departamento Cultural e Artístico, Roberto Barbieri para a Associação Atlética Acadêmica, Walter Moreira para o Departamento Social, Liliana Claudia G. Garcia para o Departamento Feminino e o Antônio Carlos Lima Pompeu para o Departamento Científico. Essa diversidade de departamentos ilustra a compreensão da diretoria sobre a importância de uma formação universitária holística, que não apenas se concentra no rigor acadêmico, mas também abraça as dimensões culturais, esportivas e sociais. No ano de 1964 lançou-se um marco na comunicação estudantil com o primeiro programa de rádio universitária de Botucatu: o Acadêmicos no Ar, inicialmente na PRF-8 e depois na Rádio Municipalista, as duas rádios as duas rádios da cidade de Botucatu. No mês de setembro de 64, houve a primeira manifestação estudantil através dos jornais, rádio, tv e até incursões na Assembleia Legislativa, solicitando a isonomia salarial dos professores da FCMBB com os da USP. O Departamento Social teve como primeira incumbência realizar o Baile dos Calouros. Foram várias as atividades sociais do CAPS, entre elas o 1º Baile do Hawaii, que acontece até os dias de hoje. Este evento se tornou uma tradição, mostrando como certas iniciativas estudantis podem perdurar no tempo. Realizou-se o primeiro Baile do Saci. No inverno aconteceu o Baile do Suéter e vários outros. Começou também a funcionar, por iniciativa do CAPS a primeira livraria nos corredores da FCMBB. Este empreendimento não só facilitou o acesso aos materiais didáticos, mas também promoveu um ambiente de aprendizado mais dinâmico. Como resultado da atuação do CAPS começaram as atividades do Movimento de Ação Social dos Universitários Botucatuenses (MASUB) que no início fez um levantamento estatístico das condições socioeconômicas do Município, evidenciando a preocupação e o compromisso social dos estudantes da época, ajudado pelos alunos da Faculdade de Filosofia local. Este

⁹⁴⁰ Esse grupo formado pelos estudantes: Artur Galvão de Mello, Levy Strafacci, Sebastião Camargo Schmidt Filho, Marcos Toledo, Vanis Penha e Carmen Regina de Carvalho (depois substituída por Maria Lucia Lebrão).

⁹⁴¹ *Ib.* p. 45.

movimento é um claro exemplo do potencial transformador dos estudantes universitários na sociedade. Foi mantido o jornal da CAPS denominado de “O Estilete” e, ainda, foi publicado a revista *Ciência*. Estas publicações serviram como importantes canais de expressão e disseminação do conhecimento científico e acadêmico. Nessa época o CAPS sentiu a necessidade de se ter um fundo para poder ajudar os colegas que, muitas vezes, conseguindo entrar numa Faculdade Estadual, não tinham meios de se manterem em Botucatu. A criação desse fundo ilustra uma solidariedade intrínseca na comunidade acadêmica. Nesse período foi então criado um departamento específico para avaliar e conseguir bolsas de estudo para colegas que, segundo Schmidt “hoje estão fazendo o nome de nossa escola pelo mundo afora”⁹⁴². Esses esforços coletivos foram fundamentais, como indicado por Schmidt, para o reconhecimento e a projeção internacional da instituição. Em 1965 alugou-se dois salões onde seria a sede social. Num momento de grande repressão por parte dos militares aos estudantes, a sede administrativa do CAPS, que funcionava em uma sala do Mercado Municipal de Botucatu, foi invadida pelos agentes do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e todos os documentos foram apreendidos. Este incidente marca um período de turbulência e resistência, enfatizando a coragem e a determinação dos estudantes na luta pelos seus direitos e liberdades. A partir daí toda história passa a ser lembrada pela memória de alguns ex-alunos.

Em 1966 foi eleito presidente do CAPS, Luiz Fernando Bueno, tendo como procurador, Sérgio Marum e tesoureiro, Walter Moreira. Em março saiu o primeiro número do Jornal “Microscópio”, do curso Biologia. Este jornal representa um passo importante na consolidação da comunicação científica entre os estudantes. Em 17 de setembro foi deflagrada uma greve de 24 horas e dia 24 do mesmo mês um “Cortejo Fúnebre”, ambos em protesto aos estudantes mortos no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, que participavam de atos políticos contra a ditadura. Esses atos refletem a conexão e solidariedade dos estudantes de Botucatu com movimentos estudantis em outras partes do país, reafirmando o papel ativo da universidade na sociedade. Em 1967, novas eleições: Presidente: Denival Antunes Leite; Vice-presidente: Walter Aparecido Cover. A sucessão de lideranças mostra a vitalidade e a renovação contínua dentro do movimento estudantil. Em abril de 1967 o Denival transmite seu cargo para o seu sucessor legal, Walter A. Cover que passa a ser o presidente. Neste momento, a mudança de liderança coincide com um período de intensificação das atividades políticas do CAPS. Em virtude dos acontecimentos da época, nesse momento o CAPS começa a assumir uma postura mais política. Foi o ano da Operação Andarilho. Esta operação

⁹⁴² SCHMIDT FILHO. A arte de lembrar. Op. cit. p. 47.

simboliza uma estratégia mais assertiva e organizada de atuação política dos estudantes. Em 1968, novas eleições: Walter Aparecido Cover foi reeleito presidente; Vice-presidente: Milton Flavio Lautenschlager. Em 12 de outubro de 1968, no Congresso da UNE em Ibiúna, foram presos, junto com as lideranças estudantis da época, o presidente do CAPS, Walter Cover, Antônio Ozzetti Neto (Soneca) e Devancyr Aparecido Romão (Pacu)⁹⁴³. A prisão desses líderes estudantis no Congresso da UNE é um testemunho do clima de repressão e do perigo enfrentado pelos estudantes na luta pela democracia e liberdade de expressão.

2.2. Movimento de Ação Social dos Universitários Botucatuenses

Em Botucatu, a JUC era muito atuante e também muito comprometida com os menos favorecidos da sociedade. Uma vez que o envolvimento do Pe. José Eduardo Augusti com a juventude universitária e secundária católica de Botucatu era imenso, a ponto dele se preocupar inclusive com a problemática da moradia para os universitários vindos de outras localidades e que não tinham onde residir, o que evidencia a ampla percepção do Pe. Augusti sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e sua dedicação para além do ambiente eclesial. Assim, aproveitando essa boa relação, juntamente com a juventude universitária de Botucatu, o Pe. Augusti começou a realizar um grande trabalho na área social, junto à periferia da cidade. Este envolvimento direto com questões sociais pode ser visto como um reflexo do compromisso da JUC com a realidade vivenciada pela comunidade local. Dessa forma Pe. Augusti procurava viver no meio universitário o verdadeiro espírito da JUC, onde empregava o método do “ver-julgar-agir”, uma abordagem que demonstra a aplicação prática de uma filosofia de engajamento e reflexão crítica, levando os jovens universitários de Botucatu, particularmente da Faculdade de Medicina a adquirirem uma consciência crítica em relação a tudo o que estava vivendo o Brasil, um regime militar. Esse despertar de uma consciência crítica é fundamental para entender o papel dos estudantes como agentes ativos na sociedade durante um período de repressão política.

Esse trabalho despertou aquilo que alguns estudantes já traziam dentro de si, aquilo que estava na base da vivência universitária em defender uma visão mais modernizadora de ensino, com expectativa de uma formação global, universal e humanitária e contrária ao ensino puramente técnico que era representado pelo acordo feito entre MEC/USAID. Esta contraposição ao modelo de ensino técnico enfatiza a busca dos estudantes por uma educação

⁹⁴³ Ib. p. 47-49.

mais holística e contextualizada. Mas outras preocupações começam a brotar nos estudantes da FCMBB, a partir desse trabalho social e de conscientização do Pe. Augusti junto aos universitários, e uma dessas preocupações era referente as responsabilidades sociais que tinham quanto estudantes, num país pobre e subdesenvolvido, uma vez que usufruíam de um ensino público que era sustentado por essa sociedade pobre, precária e tão carente. Este sentimento de responsabilidade social reflete uma consciência ética notável entre os estudantes, percebendo-se como parte integrante e ativa de um contexto maior. Sentiam que era necessário realizar algo para retribuir, ser solidário com essa sociedade. Essa percepção de dever social pode ser vista como um marco na trajetória de conscientização dos estudantes. Começaram então por realizarem algumas iniciativas isoladas e outras mais organizadas, como por exemplo, o chamado MASUB, que no início fez um levantamento estatístico das condições socioeconômicas do município, ajudado pelos alunos da Faculdade de Filosofia que havia em Botucatu⁹⁴⁴. Esta ação colaborativa entre diferentes áreas acadêmicas sublinha a importância da interdisciplinaridade na abordagem de questões sociais. Assim se expressa Schmidt:

Desde 1964, tivemos vários contatos com as alunas da recém-criada Faculdade de Filosofia de Botucatu. Em parceria com seu Centro Acadêmico Tristão de Athayde, começamos a realizar alguns movimentos orientados inicialmente pelo pessoal da Juventude Universitária Católica (JUC), que trazia em seu embrião a Juventude Estudantil Católica (JEC)⁹⁴⁵.

Esta declaração de Schmidt ressalta a colaboração intrínseca entre diferentes segmentos da comunidade universitária, fortalecendo a ideia de uma união de esforços para o bem comum. A partir daí surgiu também a ideia de tocar numa das questões sociais consideradas mais degradantes do mundo moderno que seria o analfabetismo, já que o cidadão analfabeto era considerado como um cidadão de segunda categoria. Esta iniciativa destaca uma conscientização crescente dos estudantes sobre as desigualdades educacionais e seu impacto na sociedade. Como afirma Ozzetti Neto:

Nós, estudantes universitários, superestimamos essa habilidade técnica de ler e escrever, acreditando que ali estava o caminho para a emancipação dessa camada mais vulnerável da população. De repente, porém, nós nos vimos diante de uma questão levantada na mesa do bar do Caps, por um colega chamado Geraldo Nunes: bastava propiciar noções de saúde e ensinar a ler e escrever para promover a emancipação dessas pessoas? Essa resposta veio ao conhecermos a experiência dos estudantes de Geologia da USP, com a aplicação do método Paulo Freire, em Ubatuba. Esse método possibilitava o aprendizado da escrita ao mesmo tempo que estimulava a leitura de textos de

⁹⁴⁴ ABRAÃO, Altman et al. Encontro: Histórias de ex-alunos da FCMBB. Botucatu: Grafilar, 2005, p. 47.

⁹⁴⁵ DIMITROV, Eduardo; OZZETTI NETO, Antônio; DIMITROV, Pedro (Orgs.). Não nos calamos. São Paulo: Terra Redonda, 2023, p. 43.

forma crítica, baseada na vivência concreta das necessidades e adversidades dessa população explorada e oprimida. Recebemos o curso do Método Paulo Freire, com sua Pedagogia do Oprimido, ministrado pelos colegas de Geologia da USP. Usando esse método, partimos do princípio de que os alfabetizando não eram cadernos em branco: eles já estavam preenchidos de um rico aporte de conhecimentos, produto de suas vivências. Nosso papel deveria ser o de orientá-los, não só na alfabetização e análise dos textos, mas na interpretação e reflexão dos conhecimentos acumulados em suas vidas⁹⁴⁶.

Este relato de Ozzetti Neto ilustra uma abordagem mais humana e compreensiva da educação, reconhecendo a riqueza das experiências de vida dos aprendizes e buscando uma educação que valorize e respeite essa riqueza. Assim entusiasmados com todos os princípios e conhecimentos do método de Paulo Freire, os estudantes elaboraram o planejamento daquilo que chamaram de Campanha de Higiene e Alfabetização de Botucatu (CHAMB). O slogan que foi usado na campanha era “De pé no chão também se aprende a ler”⁹⁴⁷. Este slogan, emblemático e carregado de significado, reflete não apenas uma visão pedagógica, mas também uma postura política e social diante das adversidades enfrentadas pela população carente. Tiveram o apoio de um dos professores de nome Nagib Haddad, que era professor de Estatística do Departamento de Clínica Médica da FCMBB, e juntos fizeram uma pesquisa por amostragem para saberem o índice de analfabetismo nos bairros da periferia da cidade de Botucatu. A escolha de um método estatístico rigoroso para este levantamento sublinha a seriedade e o compromisso científico dos envolvidos na campanha. Os estudantes começaram a pesquisar também o universo vocabular daquelas pessoas, para que, a partir daí, pudessem tirar as palavras que depois seriam usadas por eles para poderem alfabetizá-los. Eram as assim chamadas “palavras geradoras”, uma inovação metodológica que atesta a criatividade e a sensibilidade dos estudantes em adaptar o ensino às realidades específicas de seu público. Isto porque, “além de serem selecionadas para cobrir toda a variedade fonêmica necessária para a alfabetização, também deveriam cumprir o papel de problematização de situações e realidades a serem debatidas”⁹⁴⁸.

Nas aulas de alfabetização eram realizadas duas vezes por semana e sempre no período vespertino quando os estudantes terminavam as aulas na faculdade. Esta dedicação após horas regulares de estudo demonstra um comprometimento notável dos estudantes com a causa educacional. Nessas aulas os estudantes estimulavam o debate referente as condições de vida e as necessidades sentidas daqueles que eram alfabetizados, de forma que pudessem refletir sobre elas e tirarem suas conclusões próprias, de forma coletiva, fomentando um ambiente de

⁹⁴⁶ MORAIS, Martha. 60 anos em 60 depoimentos. Op. cit. p. 44.

⁹⁴⁷ DIMITROV, Eduardo. Não nos calamos. Op. cit. p. 44.

⁹⁴⁸ *Ib.* p. 44-45.

aprendizagem colaborativa e crítica, desenvolvendo assim o espírito crítico de cada um, sem nenhum tipo de imposição ideológica e respeitando os conhecimentos acumulados. Este respeito pelos conhecimentos prévios dos alfabetizados é um testemunho do humanismo que impregnava a abordagem pedagógica adotada. Essa população era alfabetizada no Salão cedido pela Igreja de Nossa Senhora Aparecida, na Vila Aparecida, em Botucatu, com o apoio irrestrito da Igreja. A colaboração da Igreja não apenas proporcionou um local físico para as aulas, mas também simbolizou uma aliança significativa entre diferentes segmentos da sociedade em prol da educação. A relação da Igreja com os estudantes que participam da CHAMB era tão próxima que, quando aconteceu a crise do clero de Botucatu, todos os estudantes membros do Chamb se solidarizaram com os padres através de uma Carta Manifesto distribuída em toda cidade nos seguintes termos:

MANIFESTO - Nós, universitários e secundaristas, preocupados e participantes do movimento de educação de base do Povo Brasileiro, que padece de fome e de diálogo, vem a público manifestar sua total solidariedade aos padres inconformados da Arquidiocese de Botucatu porque: 1) A revolta dos padres é justamente a nossa revolta. A revolta dos padres é contra uma estrutura antidialógica da Igreja. Uma estrutura que não os ouviu quando eles queriam intensificar uma nova linha pastoral proclamada pelo Concílio Vaticano II. A nossa revolta, pois somos voluntários no movimento de educação de base, é contra uma estrutura antidialógica da Educação Brasileira, que ao mesmo tempo que gera inconscientes e deturpa a Cultura Nacional, só é atingida por privilegiados dos quais nós fazemos parte. 2) Os padres querem uma nova forma de evangelizar os jovens e o povo, de modo que atenda às suas necessidades e angústias, das quais a Igreja vinha se desviando. Nós queremos atender às necessidades e angústias do Povo Brasileiro, ANALFABETO e INCONSCIENTE, FAMINTO e DOENTIO, ESQUECIDO e MARGINALIZADO, INCAPAZ de CRITICAR e OPINAR, apesar de conter dentro de si todo o potencial humano e esplendoroso de CRIAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO MUNDO. CHAMB – Campanha de Higiene e Alfabetização do Município de Botucatu⁹⁴⁹.

Mas esse trabalho dos estudantes, usando o método Paulo Freire foi considerado subversivo e comunista, uma percepção que revela as tensões políticas da época e o potencial revolucionário da educação. Foi onde começou a perseguição da Dops aos estudantes envolvidos neste trabalho. Esta perseguição evidencia o conflito entre o anseio por mudança social e as forças conservadoras do *status quo*. Schmidt assim se expressa quanto a experiência vivida com a Dops quando estudante de medicina e professor de alfabetização pelo método Paulo Freire:

Trabalhávamos no Tanquinho e na Vila Aparecida, quando tivemos nossa segunda chance de conhecer os porões do Dops, em São Paulo. Nossa visita

⁹⁴⁹ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 101 verso (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

ao DOPS, quando fomos flagrados desenvolvendo um projeto de alfabetização de adultos, pelo método Paulo Freire, nos fundos da Igreja da Vila Aparecida. Vale lembrar os colegas Soneca, Guilherme, Florence, Lídia, Albertina que comigo mantiveram esse movimento por dois ou três anos. Depois fomos "convidados" a abandonar nossa carreira de professores. Nossa marca ficou na escola!⁹⁵⁰.

As aulas foram até o ano de 1969 quando os estudantes foram convidados a interromper o trabalho pois o referido método Paulo Freire era considerado subversivo pelas autoridades militares, um desfecho que ilustra a complexa interação entre educação, política e poder na história brasileira.

2.3. Início da crise da Faculdade de Medicina

O ano de 1964 foi marcado pelo doloroso golpe militar no Brasil e consequentemente por muitas mudanças na política brasileira. Este momento representou uma ruptura significativa, não apenas na estrutura política, mas também na vida acadêmica e social do país. Essas mudanças políticas afetaram também a recém criada Faculdade de Medicina de Botucatu, com as mudanças de governo, sem nenhum compromisso com Botucatu, e ainda para agravar a situação, com a morte do Prefeito da cidade Emílio Pedutti, que muito havia batalhado pela instalação da Faculdade de Medicina, a própria Faculdade ficou politicamente órfã. A perda de Emílio Pedutti foi um golpe duro, evidenciando o quão frágeis podem ser os projetos educacionais frente às turbulências políticas. Aí Tudo começou a mudar⁹⁵¹. Esta mudança abrupta foi um reflexo do ambiente volátil e incerto que permeava o Brasil durante esse período. O que fazer se em 1964 o vestibular se repete em Botucatu e já são mais 100 vagas para medicina, 40 para veterinária e 40 para biologia. A expansão das vagas, apesar das incertezas políticas, sinaliza um forte comprometimento com a educação e com o futuro profissional dos estudantes. O que dava a entender, no entanto, é que, após criá-la, o estado dava sinais de arrependimento. As obras e os equipamentos necessários para sua implantação e funcionamento demandavam recursos vultosos, que, aparentemente, o governo do estado não estava disposto a investir. A relutância do governo em fornecer recursos reflete as complexidades e os desafios enfrentados pelas instituições educacionais em tempos de instabilidade política. Cortes sucessivos nas verbas destinadas inviabilizavam o sonho de sua construção como um Centro Universitário moderno. Estes cortes podem ser vistos como um sintoma de uma visão míope sobre a importância da educação no desenvolvimento do país.

⁹⁵⁰ SCHMIDT FILHO. A arte de lembrar. Op. cit. p. 38.

⁹⁵¹ Ib. p. 35-36.

As primeiras turmas ingressaram na Faculdade de Botucatu no ano de 1963 e, portanto, no ano de 1966 essa primeira turma já havia terminado o ciclo básico e precisava de cenários de ensino que a Faculdade de Botucatu não tinha. A falta de infraestrutura adequada para as etapas avançadas de ensino sublinha um descompasso entre as necessidades educacionais e o suporte institucional. Para o curso de Medicina Humana, precisava-se de um Hospital das Clínicas, para a Medicina Veterinária precisava-se de um Hospital Veterinário, para a Biologia precisava-se de laboratórios e para a Agronomia de uma Fazenda Experimental, mas apesar das lutas e mobilizações por liberação das verbas, de propostas apresentadas ao governo e a políticos os recursos não vinham. Essa discrepância entre a necessidade e a realidade evidencia uma falha crítica no apoio governamental à educação. Com isso a população foi passando por um processo de conscientização, um movimento ascendente que destacou a importância da educação no desenvolvimento social e político. O que, mais tarde, viria a ser de fundamental importância nas lutas que se sucederiam. Este processo de conscientização marcou um ponto de virada, onde a comunidade acadêmica começou a perceber a necessidade de uma ação mais forte e coletiva. O governo do Estado além de não atender as reivindicações, chegou inclusive a cogitar a transferência da Faculdade de Botucatu para Bauru, com a justificativa de que não seria interessante se investir ali e que o atual governo não poderia responder por erros e deficiências que herdou. Este argumento do governo reflete uma desconexão com as realidades locais e as necessidades da comunidade acadêmica. Por esse motivo, por entender que a Faculdade de Medicina precisava ser atendida da melhor maneira pelo governo a fim de que a mesma não fugisse aos seus objetivos em formas novas e bons profissionais, em 1967, uma grande greve foi convocada por tempo indeterminado, em assembleia geral e com grande participação dos estudantes e professores⁹⁵², um ato de desespero e determinação que ilustra a gravidade da situação e a resiliência da comunidade acadêmica. Como afirma Pinho:

A primeira turma estava entrando já no internato e não havia hospital. E aí havia uma perspectiva, então, de que a gente conseguiria os recursos para implantar tudo. E o governador, que era o Abreu Sodré, contingenciar as verbas que viriam para a montagem da faculdade e ficamos sem verba e, portanto, não ia ter nada. As pessoas do Centro acadêmico convocaram todos que faziam parte da Assembleia e vão maciçamente participar das ações que a Assembleia iria propor. Neste dia decidiram optar pela greve. Foi determinado na Assembleia, que era uma greve reivindicatória e não política⁹⁵³.

⁹⁵² Ib. p. 35.

⁹⁵³ Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

Embora a maioria dos estudantes do Centro Acadêmico fossem majoritariamente de esquerda, a proposta era, num primeiro momento fazer uma greve reivindicatória e não política, pois o objetivo comum era conseguir montar e instalar definitivamente a faculdade de medicina de Botucatu. Esta abordagem demonstra uma maturidade política notável, priorizando as necessidades educacionais acima das inclinações ideológicas. E que fosse resolvida a questão da verba do ano de 67 que havia sido contingenciada pelo governo do Estado. O comunicado que os alunos fizeram diz que:

Embora o governador tenha liberado verba de NCr\$ 1.379.643,87, essa importância dará para atender apenas em parte aos custos necessários à instalação do Hospital das Clínicas de Botucatu, mas não será suficiente para o atendimento das necessidades mínimas de funcionamento dos referidos cursos. O movimento dos estudantes de Botucatu, anterior à greve dos universitários de outras faculdades, é puramente reivindicatório e apolítico e prosseguirá até que tenhamos em Botucatu material técnico e humano que atenda às necessidades⁹⁵⁴.

Num telegrama enviado ao jornal Folha de São Paulo, o sr. Rubens da Silva Cardoso, botucatuense que residia na capital, aplaudindo a manifestação do jornal, assim se expressa:

Realmente a Botucatu não interessa uma fábrica de diplomas. O de que precisamos é pura e simplesmente ensino. Confiamos em que o atual governo tome medidas positivas no sentido de solucionar o crucial problema dessa escola no tocante à falta de recursos financeiros⁹⁵⁵.

Este comentário de Cardoso evidencia uma preocupação com a qualidade do ensino, uma crítica à produção massiva de diplomas sem o devido suporte educacional.

2.3.1. Operação Telegrama

Assim, em 1967, já decretada a greve, todos os estudantes permaneceram na faculdade. Pouquíssimos foram para casa, porque a Faculdade estava em greve, mas de 95% dos alunos da faculdade permaneceram. Esta forte adesão dos estudantes à greve evidencia um senso de comunidade e comprometimento coletivo com a causa. As assembleias diárias eram feitas no Cine Cassino, um importante cinema que existia na região central da cidade de Botucatu e que foi cedido como “quartel-general” do movimento. A transformação de um espaço de lazer em um centro de mobilização política é um símbolo potente da seriedade e urgência do movimento estudantil. O cinema funcionava a noite, e durante o dia era cedido para as assembleias dos estudantes. Nas assembleias chegaram a conclusão de que era necessário romper a censura e fazer chegar a opinião pública de São Paulo e do país

⁹⁵⁴ GREVE em Botucatu é caso à parte. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 de abril de 1967.

⁹⁵⁵ *Ib.*

as reivindicações justas que estavam fazendo. Esta estratégia demonstra uma compreensão aguçada da importância da comunicação e do apoio público em movimentos sociais. Foi quando surgiu a ideia de fazer uma grande operação chamada “Operação Telegrama”, pedindo à população botucatuense que enviassem telegramas ao governador do Estado, pedindo que liberasse as verbas necessárias para a Faculdade de Medicina de Botucatu. Esta operação foi não só uma demonstração de engenhosidade, mas também um esforço para envolver a comunidade local diretamente na luta. Os estudantes iam de casa em casa, batiam de porta em porta e pediam para as pessoas mandar um telegrama ou dessem o valor de um telegrama para que eles mandassem. Este esforço pessoal dos estudantes, batendo de porta em porta, revela um notável grau de dedicação e persuasão. Davam o modelo do telegrama e orientava para escrever ao governador dizendo que liberasse essa verba. Segundo Dimitrov:

Nós tivemos uma operação chamada Operação Telegrama e com a gente tentava contato com o governo, ele não dava resposta. Nós fizemos um manifesto e íamos de casa em casa pedir o valor de um telegrama. Olha a situação da faculdade é essa nós estamos passando dificuldade, o Governo não está dando a verba e a gente quer mandar telegrama pra ele se você concorda com essa reivindicação, nos dê o valor correspondente a um telegrama, mas é um valor baixo para dar o telegrama. E a população colaborou⁹⁵⁶.

A colaboração da população indica uma ressonância da causa dos estudantes com as preocupações mais amplas da comunidade. Diz Pinho que, “Segundo informações passadas em sigilo por alguém de dentro do palácio, inundou a mesa do governador”⁹⁵⁷. Esta inundação de telegramas na mesa do governador simboliza a força da ação coletiva e a impossibilidade de ignorar um movimento tão amplo.

Nas Igrejas, durante as Missas os padres pediam aos fiéis que apoiassem as reivindicações dos estudantes e enviassem telegramas para o governador do Estado. Na Catedral de Botucatu o Pe. Augusti incentivava os fiéis, na Igreja da Vila dos Lavradores, o Cônegos Ulysses Moreira de Araújo exortava seus paroquianos oferecendo ao final das missas o modelo do telegrama a ser enviando⁹⁵⁸. O envolvimento da Igreja no movimento realça a união de diferentes setores da sociedade em prol de uma causa educacional justa. Como afirma Pinho: “Então o governador foi inundado por telegramas nessa época, já ligando, com a Igreja às comunidades de base da Igreja pastoral a unidade de base da Igreja Católica, elas apoiaram essa campanha do telegrama”⁹⁵⁹. A união da Igreja com o movimento estudantil

⁹⁵⁶ Entrevista com Pedro Dimitrov (em anexo).

⁹⁵⁷ MORAIS. 60 anos em 60 depoimentos. Op. cit. p. 37

⁹⁵⁸ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu (em fase de catalogação).

⁹⁵⁹ Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

exemplifica um momento único de solidariedade interinstitucional em face de um desafio comum.

A Operação Telegrama foi um sucesso pra época pois contou com mais de 2.432 telegramas ao governador Abreu Sodré solicitando sua colaboração. Esta massiva resposta da população reflete um engajamento social significativo e demonstra a eficácia da mobilização estudantil. Mesmo assim, de São Paulo, a notícia que chegou foi da autorização de uma verba insuficiente que não supriria as necessidades reais da Faculdade de Medicina de Botucatu. A resposta do governo, apesar de ser um reconhecimento das demandas, ainda assim mostra uma desconexão com as reais necessidades da Faculdade, evidenciando uma lacuna entre as promessas políticas e a realidade educacional. Semelhante à Operação Telegrama, os estudantes se mobilizaram junto à população, com o apoio da Igreja Católica, para a Operação “Abaixo Assinado”. Esta nova estratégia dos estudantes, buscando novamente a participação ativa da comunidade, ressalta a persistência e a capacidade de adaptação do movimento frente aos desafios. Mais uma vez os estudantes passavam de casa em casa coletando assinaturas da população. Nas Igrejas, os padres, ao final das Missas, nas portas, deixam as listas, pedindo que os fiéis assinassem em apoio aos estudantes e a Faculdade de Medicina de Botucatu. O apoio contínuo da Igreja reforça a natureza intersetorial deste movimento, unindo fé e educação em uma causa comum. Foram coletadas mais de 6.477 assinaturas junto à população botucatuense. O número impressionante de assinaturas coletadas serve como um testemunho eloquente do apoio comunitário e da solidariedade da população com a causa estudantil. Apesar de negociações com o secretário da Fazenda e da Segurança Pública, com o Governador, com o Presidente da Assembleia Legislativa, reuniões com o Secretário de Planejamento, nada foi resolvido⁹⁶⁰. Esta falta de progresso, mesmo após extensas negociações e demonstrações claras de apoio público, sublinha uma possível intransigência por parte das autoridades e um profundo desafio estrutural enfrentado pelos estudantes em sua luta por recursos educacionais adequados.

2.3.2. Operação Andarilho

Realizada as operações telegrama e abaixo assinado e após várias negociações com o secretário da Fazenda e Segurança Pública, negociações com o governador Abreu Sodré, com o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, além de reuniões com o secretário de

⁹⁶⁰ ABRAÃO, Altman. Encontro. Op. cit. p. 100.

Planejamento. A persistência desses esforços, embora não tenham gerado os resultados esperados, reflete uma determinação inabalável dos estudantes em busca de justiça educacional. Numa Assembleia dos estudantes realizada no dia 18 de abril de 1967 no Salão nobre do Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, em Botucatu, cedida pelos frades Capuchinhos que também apoiavam as reivindicações dos estudantes, foi decidida a última opção. A escolha de um local religioso para esta assembleia reforça a união entre a luta estudantil e a comunidade religiosa, um símbolo de solidariedade em tempos desafiadores. Muitas propostas foram sugeridas naquele dia até que um dos estudantes de nome Petito, em tom de brincadeira disse: “Vamos a pé até São Paulo”, conforme narra Pinho:

O Petito, era um estudante muito gordo, ele era enorme, apesar do apelido de Petito, ele devia ter talvez uns 150 quilos. O Petito estava lá e disseram o que vamos fazer? Ele brincando falou assim: escutem, vamos a pé até São Paulo, que assim eu perco uns quilinhos. O pessoal riu e alguém falou assim: não, isso não é absurdo. Outro disse: como não é absurdo? A gente coloca isso na pauta dos jornais e das rádios. Nós vamos pela estrada, vai parecer um monte de carro, vão passar, vão saber o que é essa caminhada, e nós fazemos pressão sobre o governador para liberar a verba para a faculdade⁹⁶¹.

A partir de uma brincadeira nasceu uma ideia revolucionária, demonstrando que mesmo em situações desafiadoras, a criatividade e o humor podem ser fontes de soluções inovadoras, foi a partir de uma brincadeira que surgiu a ideia e que foi organizada a Operação Andarilho. A proposta dessa operação era que os estudantes seguissem em marcha até a capital do Estado, locomovendo-se ora através de veículos, ora a pé. Esta operação, misturando marcha e veículos, simboliza uma combinação de persistência e pragmatismo. Para isso, uma vez que a proposta havia sido aprovada na grande assembleia, iniciou-se os preparativos para esta operação que recebeu o nome de “Andarilho”. A rápida organização e planejamento da Operação Andarilho ressaltam a capacidade de ação e mobilização dos estudantes. Foi elaborado e aprovado o Estatuto para a Operação Andarilho em assembleia realizada no dia 28 de abril de 1967⁹⁶². Segundo o estatuto aprovado, aos estudantes faltosos

⁹⁶¹ Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

⁹⁶² Estatuto da Operação Andarilho: A "Operação Andarilho", aprovada em assembleia geral extraordinária do dia 18 do abril de 1967 seguirá o presente regimento interno e aos faltosos serão impostas as penalidades previstas no estatuto que rege o atual movimento de paralização reivindicatório de condições mínimas de ensino na FCMBB. Art.1º - Todo associado do CAPS será obrigado a participar da aludida operação: §1º- Os participantes não associados do CAPS deverão apresentar documentação provando sua qualidade de familiar de participante, de aluno da FCMBB não associado do CAPS e de professor da referida Faculdade, dependendo da condição de cada um. §2º- Os pedidos de dispensa de participação deverão ser encaminhados em forma de ofício à comissão coordenadora do movimento de paralização, justificando a causa da dispensa até às 12 horas do dia 29/4/1967. §3º- A Comissão coordenadora dará conhecimento dos pedidos deferidos até dia 30/4/1967, às 15 horas, na sede social do CAPS. §4º- Todo associado do CAPS, proprietário ao veículo, deverá comunicar à Comissão Coordenadora se os mesmos - poderão participar de operação com os referidos veículos até dia 29/4/1967, às 12 horas; Art. 2º- § único. No dia anterior à partida. os participantes ficam convocados para uma

seriam impostas penalidades. “A coordenação da Operação ficou assim constituída: pelos chefes dos departamentos de transporte, marcha, abastecimento, saúde, acampamento, supervisão, divulgação, assuntos femininos e finanças”⁹⁶³. Esta estrutura organizacional detalhada sublinha a natureza complexa e multifacetada da operação. Os estudantes participantes foram comunicados que deveriam levar o mínimo de material, só o que fosse indispensável para a marcha e que também estava previsto no estatuto no seu art. 2º. Também ficou proibido durante a marcha o uso de bebidas alcoólicas bem como o porte de armas. Estas diretrizes refletem uma preocupação com a disciplina e a integridade do movimento, assegurando que a mensagem principal permanecesse clara e não fosse ofuscada por incidentes. Pelo roteiro que havia sido definido, a previsão era de quatro dias de marcha, tendo como ponto de saída a própria cidade de Botucatu, passando por Conchas, Laranjal Paulista, Tietê, Itu, Jundiaí, etc. O percurso ambicioso da marcha ilustra tanto a escala do comprometimento dos estudantes quanto a gravidade de suas reivindicações. Todo esse movimento foi apoiado pelos professores e também pelos funcionários da Faculdade de Medicina de Botucatu, bem como o irrestrito apoio da população botucatuense que solidária ao movimento se mobilizou colaborando na doação de alimentos para a marcha. Este apoio abrangente reafirma o forte laço entre a universidade, os estudantes e a comunidade mais ampla, unidos por um propósito comum. E como afirma Schmidt: “Em plena época de ditadura militar, contamos com o apoio da Polícia Rodoviária Estadual, que reconheceu as

reunião obrigatória, às 20,00 horas, na Sede Social do CAPS, onde deverão levar todo o material solicitado, para que seja transportado pela Comissão de Transportes. Durante esta reunião, os participantes receberão as últimas instruções sobre a operação. Art. 3º- A "Operação Andarilho" será coordenada pelos responsáveis dos seguintes departamentos:- Transporte, Marcha, Abastecimento, Saúde, Acampamento e Finanças. §1º- Depto dos Transportes:- Compete ao chefe do departamento de transporte, a organização de equipes que sejam responsáveis pela locomoção do pessoal, do material de acampamento, do material de abastecimento e de saúde. §2º- Departamento de Marcha:- Compete ao chefe do Deptº de Marcha, a manutenção da ordem em marcha o no acampamento, a formação de grupos com seus respectivos chefes a indicação de sentinelas e a formação do balizamento durante a marcha. §3º- Departamento de Abastecimento:- Compete ao chefe do Departamento de Abastecimento o fornecimento de alimentação nos horários estipulados no plano geral. §4º- Departamento de Saúde:- Compete ao chefe do Departamento de Saúde o fornecimento de medicamentos e de um corpo médico para assistência durante o percurso. §5º- Departamento de Acampamento:- Compete ao Chefe de Departamento de Acampamento, a montagem e desmontagem do mesmo, bem como o fornecimento e preservação do material necessário. §6º- Departamento de Finanças:- Compete ao Departamento de Finanças, que é constituída pela atual Diretoria do CAPS, o levantamento de fundos para as eventuais despesas desta operação. §7º- Da Coordenação:- A coordenação é constituída pelos chefes dos Departamentos:- 1- Transporte:- Geraldo Migliorini Pires dos Campos; 2- Marcha:- Claudio Mazza; 3- Abastecimento:- Geraldo Faria; 4- Saúde:- Abelardo Unzer dos Santos; 5- Acampamento:- Mario Eduardo S. Coradazzi; 6- Acadêmicos:- Geraldo Nunes;- Supervisão, Sergio P. Marun;- Divulgação, Sandra Roncalli;- Assuntos Femininos, Walter Cover;- Finanças; Art. 4º- Dos Deveres e Obrigações dos participantes:- Os participantes deverão obedecer às deliberações da Comissão Coordenadora através de circulares e ordens verbais. Os que não o fizerem são passíveis de punição; Art. 5º- Os casos omissos serão julgados pela comissão Coordenadora; Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário. Botucatu, 28/4/1967. ass. a Comissão Coordenadora. (Arquivo da Faculdade de Medicina de Botucatu – Unesp).

⁹⁶³ ABRAÃO, Altman et al. Encontro. Op. cit. p. 100.

autoridades constituídas”⁹⁶⁴. O apoio da Polícia Rodoviária, especialmente em um período de regime militar, é notável e sugere um reconhecimento tácito da legitimidade e da importância das demandas dos estudantes.

A “Operação Andarilho” iniciou-se no dia 09 de maio de 1967, saindo da Praça da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na Vila dos Lavradores, em Botucatu, onde, o Pároco desta Igreja, Cônego Ulysses, muito ligado ao Pe. Augusti, dava total apoio aos estudantes na operação que ali se iniciava. O início da operação em um local tão simbólico, com o apoio do clero, reflete não apenas a união da causa estudantil com a comunidade religiosa, mas também destaca o caráter pacífico e legítimo da manifestação. Os estudantes atravessaram toda a cidade com a população ao lado, nas ruas aplaudindo os estudantes que estavam vestidos de avental e com cartazes que aludiam as condições da Faculdade de Medicina de Botucatu⁹⁶⁵. Este apoio popular é um testemunho eloquente da conexão entre a luta dos estudantes e as preocupações da comunidade mais ampla. Foram a pé até a Rodovia Marechal Rondon, onde seguiram de carro e ônibus até a cidade de Conchas. Quando chegavam na cidade, faziam o trajeto, atravessando a cidade a pé e os carros acompanhavam buzinando. Esta jornada, alternando entre marcha e veículos, simboliza uma mistura de determinação e resistência, além de uma habilidade para adaptar-se às circunstâncias. E assim foi em Laranjal Paulista, Tietê, Itu e outras cidades por onde passavam. Nas cidades por onde passavam os estudantes queriam o apoio da Igreja, por isso, antes do início da operação foram conversar com o Pe. Augusti e ele então deu todas as indicações de quem procurar nas cidades por onde iriam passar e os padres que apoiavam o movimento. A busca pelo apoio da Igreja em cada cidade reflete uma estratégia bem pensada e a importância da rede de apoio estabelecida pela Igreja. E assim, em muitas cidades, tanto os padres, os mais alinhados com os novos rumos adotados pelo Concílio Vaticano II, no sentido de aproximar a Igreja do povo, dos jovens, dos operários e dos pobres, como a população católica ajudaram doando alimentos e dando o apoio necessário⁹⁶⁶. Este apoio reforça a ideia de que a luta dos estudantes era vista como uma causa justa e digna, não só pelos estudantes, mas também por um segmento significativo da sociedade. Como afirma Dimitrov:

“Todos os padres, ajudavam fazer coleta de alimentos para mandar para a gente no caminho. Então nós fizemos várias paradas. Tinha cozinha ambulante que saía cedo, ia para lá na frente para fazer a

⁹⁶⁴ DIMITROV, Eduardo. Não nos calamos. Op. cit. p. 49.

⁹⁶⁵ Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

⁹⁶⁶ *Ib.*

refeição pra gente, quando chegava lá, já estava com a refeição pronta. Então teve muita ajuda da Igreja. A Igreja foi um lugar que coleta atendimento para o Operação Andarilho”⁹⁶⁷.

Chegando em Jundiaí os estudantes acamparam no trevo da cidade e, segundo Schmidt “muitos colegas conseguiram, graças a generosidade do povo jundiaense, tomar um banho quente nas casas das pessoas que mais se sensibilizaram com nosso movimento”⁹⁶⁸. A hospitalidade do povo jundiaense é um exemplo tocante de solidariedade humana e um apoio moral inestimável para os estudantes. Dalí os estudantes seguiram a pé até São Paulo pela Via Anhanguera. Segundo Schmidt “por onde passavam a população, além do apoio, cedendo até o banheiro de suas casas para os andarilhos, ainda nos acompanhava na estrada, ovacionando e torcendo pela nossa vitória”⁹⁶⁹. Essa ação da comunidade local não apenas fornece suporte prático aos estudantes, mas também eleva o espírito de todos os envolvidos na caminhada. Um fato interessante narrado por Schmidt:

Sentimos a solidariedade aflorar na demonstração sincera de crianças, quando cerca de 20 meninos, parados em uma elevação da Via Anhanguera, enquanto marchávamos, aplaudiram-nos entusiasmamente. Ficamos todos curiosos, uma vez que se tratava de crianças pobres. A explicação nos emocionou: a professora de uma escola primária mandara seus alunos saudar a caravana. ‘É também por eles que fazemos isso!’⁹⁷⁰.

Este momento, em particular, ilustra a beleza e a pureza da solidariedade humana, transcendendo gerações e condições socioeconômicas. Depois de três dias os estudantes chegaram em São Paulo e acamparam nas proximidades do Bairro da Lapa, onde perto havia um Colégio de freiras que, segundo Pinho eram Marcelinas. Tudo indica que o Pe. Augusti, que era capelão das Irmãs Marcelinas de Botucatu, tenha entrado em contato o Colégio de São Paulo para que dessem assistência aos estudantes. A assistência das irmãs Marcelinas, provavelmente coordenada pelo Pe. Augusti, reforça a ideia de uma rede de apoio bem estabelecida e a solidariedade de diferentes setores da sociedade com a causa estudantil. Segundo Pinho, “Quando a gente chegou lá, vieram algumas freiras com as alunas que eram internas, trazendo tachos de macarrão pra gente”⁹⁷¹. Este gesto das freiras e das alunas, fornecendo refeições aos estudantes, é um exemplo de caridade e empatia em ação.

No dia seguinte os estudantes chegaram em frente ao Palácio dos Bandeirantes, onde os aguardavam um grande aparato militar que parou a frente dos estudantes e tentou impedi-los de falar com o governador Abreu Sodré. Logo vem a assessoria do governador dizendo

⁹⁶⁷ Entrevista com Pedro Dimitrov (em anexo).

⁹⁶⁸ DIMITROV, Eduardo. Não nos calamos. Op. cit. p. 49.

⁹⁶⁹ Ib. p.49.

⁹⁷⁰ DIMITROV, Eduardo. Não nos calamos. Op. cit. p. 53.

⁹⁷¹ Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

que ele não poderia atendê-los pois era necessário ter marcado com antecedência. A resposta inicial do Palácio dos Bandeirantes, embora desanimadora, não diminuiu a determinação dos estudantes, que permaneceram firmes em sua missão. Os estudantes, mesmo cercados pela polícia, disseram que não sairiam dali sem serem recebidos pelo governador. Esta firmeza, mesmo diante de um aparato militar, destaca o compromisso dos estudantes com sua causa e sua coragem em face da adversidade. Após várias tentativas os estudantes conseguiram uma reunião no Salão Nobre do Palácio. Eram cerca de 300 estudantes. Segundo Schmidt, “as primeiras palavras do governador na chegada foram: ‘Eu os respeito, mas não os temo, voltem para suas casas que está tudo resolvido’”⁹⁷², dizendo que não havia necessidade dessa marcha no momento em que o Estado destinava verbas para as faculdades de Botucatu. E frisou: “Este governo, honesto e responsável cuida da juventude”⁹⁷³. A resposta do governador, embora aparentemente tranquilizadora, não satisfazia plenamente as demandas dos estudantes, levando a mais diálogo e insistência por parte deles. Mas os estudantes não desistiram do objetivo da luta que era apenas ter meios para estudar com dignidade. A persistência dos estudantes em dialogar com o governador reflete uma determinação inabalável em busca de condições justas de estudo. Começaram a dialogar com o governador. O estudante Valter Cover expos os motivos da ida dos estudantes ao Palácio e que se relacionavam com a liberação de verbas para aquela faculdade. Foi um diálogo um tanto prolongado, onde, o governador, não escondeu a sua irritação, salientando que iniciava a conversa estranhando, pois, a atual administração já havia liberado nos últimos três meses, verba de 398 milhões de cruzeiros, equivalente ao liberado pelas administrações anteriores para um ano inteiro de ensino. Este diálogo evidencia a complexidade das negociações e a dificuldade de alinhar as percepções e realidades de ambas as partes. Quando disse que “tudo estava resolvido”, do fundo da sala se levanta a estudante Terezinha Catelli Infantosi, com uma pasta rosa onde estavam todos os dados comprovados da promessa, cálculos de verbas, pedidos feitos ao governo numa veracidade tal que não se teve argumentos para refutar os dados⁹⁷⁴. A intervenção de Terezinha Catelli Infantosi, munida de dados e evidências, mostra a preparação minuciosa dos estudantes e a importância de ter informações concretas em tais negociações. Segundo afirma Pinho, “Sodré olhou para a pessoa do lado e falou: ‘quem passou esses dados para eles?’ O assessor ficou parado, não sabia quem era”⁹⁷⁵. Esta situação reflete a tensão e a desconfiança dentro do próprio governo, evidenciando a complexidade do

⁹⁷² DIMITROV, Eduardo. Não nos calamos. Op. cit. p. 50.

⁹⁷³ SODRÉ irrita-se com os estudantes no Morumbi. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 12 de maio de 1967.

⁹⁷⁴ DIMITROV, Eduardo. Não nos calamos. Op. cit. p. 51.

⁹⁷⁵ Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

contexto político da época. Quando estavam mais acirrados os debates e após o governador haver declarado “que este é um problema de verbas, cuja solução será encaminhada no decorrer do ano de 1967”, um dos estudantes sugeriu a paralisação das aulas até que o Governo desse condições de funcionamento à Faculdade. O governador, visivelmente irritado disse: “então parem, mas assumam a responsabilidade desse ato”. O estudante então retrucou: “que fazer então, governador?” Sodré respondeu: “voltem a Botucatu e aguardem que possamos resolver o problema”. O estudante disse: “Voltar pra quê já que a escola não tem condições de funcionamento?”⁹⁷⁶. Aqui, percebemos a força e a resiliência do movimento estudantil, que não se deixou intimidar frente às dificuldades impostas pelo governo. A reunião terminou sem que se chegassem a uma solução imediata do problema. Ao sair da reunião o governador Sodré deixou bem claro que não permitiria que os estudantes venham acampar nas proximidades do Palácio. Para Schmidt “é claro que, após o vexame que o governador passou, nos iria proibir de acampar nos jardins do Palácio e exigiu que ficassemos a uma distância de 1500 metros de sua vista”⁹⁷⁷, caso contrário a polícia iria reprimir. Essa decisão demonstra o quanto o movimento estudantil estava impactando e desafiando as autoridades da época. Só que a 1500 metros do Palácio era uma mata que tinha muito eucaliptos e, segundo Pinho:

Era uma mata mesmo. Nós vamos fazer uma clareira e acampamos. Ficou naquela: o que vamos fazer e como fazer? Se nós ficarmos acampados aqui, nós ficaremos invisível e a nossa intenção era estar visível e incomodando o governador para que isso tenha uma repercussão na imprensa. Chegou até nós o pessoal da UNE, conversou dizendo, olha nós vamos trazer para cá, nós vamos lotar de estudantes aqui do movimento estudantil que vem aqui para dar apoio a vocês. Nós falamos não, nosso movimento é reivindicatório, foi aprovado que não queremos esse apoio, deixe com a gente. Eles ficaram muito bravos⁹⁷⁸.

Alguém entrou em contato com o então prefeito de São Paulo Álvaro Faria Lima e o colocou ao par da situação dos estudantes de Botucatu que de imediato não só autorizou o acampamento no Ibirapuera como também instalou água, luz e banheiro químico autorizando ficarem ali por tempo indeterminado. Esta ação do prefeito sugere uma certa simpatia ou ao menos uma compreensão das demandas estudantis, contrastando com a postura do governador. O local era estratégico pois era bem central onde se tinha acesso a tudo. Durante esse tempo de acampamento no Ibirapuera os estudantes contaram com a colaboração dos pais e mães dos estudantes que traziam a toda hora mantimentos e agasalhos. Este apoio familiar reforça a ideia de uma comunidade unida em torno de uma causa comum. Também contaram

⁹⁷⁶ SODRÉ irrita-se com os estudantes no Morumbi. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 12 de maio de 1967.

⁹⁷⁷ DIMITROV, Eduardo. Não nos calamos. Op. cit. p. 51.

⁹⁷⁸ Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

com a colaboração de colegas de outras faculdades, inclusive dos alunos da filosofia da PUC que prepararam um manifesto conjunto e dos comerciantes do Mercado Central e da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)⁹⁷⁹. Embora tenha sido uma exigência do Dops para que os estudantes ficassem a 1500 metros de distância do Palácio, os estudantes ficavam dia e noite, em grupos de 50 alunos caminhando em frente ao Palácio com cartazes para que o governador não se esquecesse do que devia aos estudantes. A persistência e a criatividade dos estudantes em suas manifestações são admiráveis e representam um capítulo importante na história dos movimentos sociais no Brasil. Esse movimento em frente ao Palácio dia e noite foi denominado de Operação Diálogo⁹⁸⁰. Esta denominação, 'Operação Diálogo', é emblemática, pois sugere uma busca por comunicação e entendimento, mesmo em um contexto de tensão. Os jornais noticiavam diariamente toda a movimentação da Operação Andarilho em São Paulo. A cobertura da imprensa era crucial para a visibilidade e legitimação do movimento estudantil. O grande apoio da população ao movimento culminou com a presença de vários artistas no Ibirapuera, conforme descreve Pinho:

Alguns artistas iam lá para sentar-se, conversar, tocar violão, vários fizeram isso. Gilberto Gil virava e mexia, ele estava lá tocando violão com a gente, cantando ali com todo mundo. Tinha um outro que era o Ari Toledo que na época fazia muito sucesso, era já um humorista nessa época e o Ari Toledo ficava lá também e conversava com todos nós. Ia lá discutir, conversar e aí percebemos que ia começando a crescer o movimento. A gente virou a primeira página de todos os jornais e notícias nas rádios⁹⁸¹.

Conta-se também que, um grupo de alunos da FCMBB estiveram presentes no programa de TV da época, de maior audiência no Brasil: o da Hebe Camargo. Segundo relataram os alunos, a Hebe teria dito que, por causa da censura imposta pelo regime militar, ela não poderia permitir a participação no programa, que era ao vivo, isso poderia dar complicações com o risco do seu programa ser censurado e tirado do ar, mas que arrumaria ingressos para que alguns dos alunos pudessem entrar na plateia e, quando eles subissem ao palco, ela faria uma cara de muita surpresa, mas que permitiria a explanação das justificativas do movimento. Esta estratégia astuta por parte de Hebe Camargo demonstra um apoio velado ao movimento estudantil, ressaltando a importância dos meios de comunicação na difusão de causas sociais, mesmo sob regimes restritivos. E foi exatamente o que aconteceu, e os estudantes puderam em rede nacional falar sobre o movimento e a Operação Andarilho⁹⁸².

⁹⁷⁹ DIMITROV, Eduardo. Não nos calamos. Op. cit. p. 51.

⁹⁸⁰ *Ib.*

⁹⁸¹ Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

⁹⁸² MORAIS. 60 anos em 60 depoimentos. Op. cit. p. 37.

Nessa ocasião, o presidente da República, Marechal Costa e Silva foi até São Paulo para inaugurar um viaduto. Neste evento estaria também o governador Abreu Sodré e o prefeito Faria Lima. A presença de figuras tão importantes do governo ofereceu uma oportunidade única para os estudantes chamarem a atenção para suas demandas. Foi uma oportunidade que o presidente da República tomasse conhecimento do movimento e reivindicações dos estudantes de Botucatu. O local estava tomado de estudantes secundaristas para recepcionar o presidente. Os estudantes de Botucatu foram se infiltrando no meio. A habilidade dos estudantes em se infiltrar e apresentar suas reivindicações de forma pacífica, mas assertiva, reflete uma maturidade política notável para a época. E realmente foi o que aconteceu, conforme narra Pinho:

Quando chegaram os três entraram por trás do palanque um palanque enorme., entraram e subiram. Nós levantamos todas as faixas e cartazes e eles olharam. O Sodré ficou vermelho, o presidente começou a conversar. O que é isso? Que que é isso? O Faria Lima foi o primeiro a falar e quando o Faria Lima falou, nós baixamos os cartazes e as faixas ele fez um discurso que eu não me lembro exatamente das palavras, mas o teor era o seguinte essa juventude do Brasil é o nosso futuro, precisa ser estimulada. Essa juventude é lutadora. Quis dizer; não falou que era nós, mas era claro que era. O Sodré foi falar e falou com os cartazes e as faixas levantadas o tempo todo. O Costa e Silva foi falar também, nos baixamos as faixas. Terminou a cerimônia, veio um militar fardado que depois soubemos que era da Casa Civil, da Presidência e pediu para que o presidente do Centro Acadêmico o acompanhasse. Ele falou por favor, senhor, venha comigo. Pensava que o prenderam. Então, depois ele contou que chegou lá atrás, eles conversaram e a Yolanda Costa e Silva, que era mulher do Costa e Silva, queria saber o que era esse movimento. O Costa e Silva também perguntou o que é isso, que vocês estão falando? E aí foi explicado para ele olha o movimento, porque a faculdade e foi explicando⁹⁸³.

Após os estudantes mostrarem a real condição da Faculdade de Medicina de Botucatu, o presidente Costa e Silva determinou que o caso de Botucatu fosse mais bem estudado. A intervenção do presidente Costa e Silva foi um ponto de virada crucial, destacando a eficácia das táticas de visibilidade e pressão adotadas pelos estudantes. O resultado disso, com toda certeza, foi uma pressão sobre o governador, que a partir daquele dia ele muda sua posição. Essa mudança de postura do governador reflete a influência significativa da mobilização estudantil. Nomeou uma nova comissão de professores da USP e da Faculdade Paulista de Medicina, em que faziam parte os professores Paulo Tolle, Jairo Ramos, Eurípedes Mallavolta e Alberto Carvalho e Silva, para analisar as reivindicações dos estudantes. A formação desta comissão sinaliza um reconhecimento oficial da gravidade da situação e da necessidade de

⁹⁸³ Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

uma solução fundamentada. Enquanto a comissão foi para Botucatu, em São Paulo o movimento continuou. Segundo Schmidt, “a repercussão desse movimento estudantil foi em nível nacional. Todos os jornais acompanhavam e noticiavam a luta incansável dos andarilhos”⁹⁸⁴. A cobertura nacional do movimento estudantil atesta sua relevância e o sucesso em captar a atenção pública para a causa. A comissão após visitar a Faculdade de Botucatu concluiu que todas as reivindicações dos estudantes eram justas, bem como a greve. Esta conclusão valida as preocupações dos estudantes e destaca a importância da sua persistência e coragem. Após a apresentação do relatório final da comissão, o governador não teve outra saída a não ser aprovação e liberação das verbas. A decisão final do governador indica uma vitória significativa para o movimento estudantil, mostrando que a perseverança e a unidade podem levar a mudanças concretas. No relatório enviado ao governador, o prof. Paulo Tolle, um dos membros da comissão para apurar as causas da crise da faculdade de Botucatu, declarou-se muito bem impressionado com o movimento dos estudantes. O reconhecimento do Prof. Paulo Tolle reforça a legitimidade do movimento estudantil e a seriedade de suas reivindicações. Eis como se refere a eles:

Nos contatos que mantive com os estudantes de Botucatu, colhi excelente impressão de sua honestidade de propósitos e firme intenção de não se deixarem envolver por quaisquer facções políticas ou instigações ideológicas. Não aprovo o recurso à greve, que é ilegal, mas entendo que para algumas das turmas das últimas séries dos cursos não havia mesmo, condições para o início do ano letivo em março⁹⁸⁵.

Esta observação destaca a integridade e o foco dos estudantes em suas demandas acadêmicas, apesar de reconhecer a complexidade das escolhas feitas em resposta a circunstâncias extraordinárias. Os universitários de Botucatu receberam uma cópia do relatório preliminar elaborado pela comissão dos três membros chefiada pelo Dr. Jairo Ramos o qual foi apreciada pelos alunos. Quem fez a entrega do relatório foi o Dr. Paulo Tolle, membro de CEE que depois de apreciada e aprovada pelos estudantes, iria elaborar o relatório final⁹⁸⁶. Esta etapa do processo demonstra a seriedade e o comprometimento dos estudantes

⁹⁸⁴ DIMITROV, Eduardo. Não nos calamos. Op. cit. p. 52.

⁹⁸⁵ Recorte do Arquivo da Faculdade de Medicina de Botucatu – Unesp.

⁹⁸⁶ Desse relatório destaca-se o seguinte: 1) Convênio com Santa Casa de Botucatu para 50 leitos; 2) Instalação do Hospital das Clínicas com 30 leitos. O prédio já está pronto; 3) Convênio com outro hospital — não citado — especificamente para o 5º ano; 4) Convênio com o Ministério da Agricultura visando a Fazenda Lageado para os estudantes de agronomia; 5) Aquisição de um ônibus para transporte dos alunos de agronomia; 6) Entendimento com a Secretaria do Planejamento para liberação de parte da verba para o ensino de agronomia; 7) O governo dará menos do que o mínimo solicitado pelos alunos; 8) As cadeiras básicas estão em condições mínimas, 1º e 2º ano; 9) Dia 1º de julho a Faculdade terá condições para o reinício das aulas; 10) Todos os professores necessários serão contratados os de tempo integral fixarão residência em Botucatu; 11) A administração da Faculdade será, feita por um Conselho Deliberativo composto de 5 professores e um Diretor executivo, indicados

com a causa, enfatizando a importância de um diálogo construtivo entre os alunos e as autoridades. Foi convocada uma assembleia geral onde foi informado do cumprimento ou não das disposições assinadas pelo governo, onde uma estudante declarou: "Se a faculdade não estiver em condições de funcionamento conforme a decisão da comissão aqui enviada, não voltaremos as aulas. Marcharemos outra vez até São Paulo e tomaremos medidas mais drásticas até que o problema esteja solucionado"⁹⁸⁷. A determinação desta estudante reflete o espírito de resistência e unidade do movimento estudantil, sublinhando a disposição dos alunos em continuar lutando pela melhoria de suas condições acadêmicas.

Após 26 dias em que os estudantes permaneceram em São Paulo, era chegada a hora de levantar acampamento e voltar pra casa. Eles deixaram São Paulo no dia 06 de junho de 1967. Era uma caravana de 30 veículos que levava de volta para Botucatu seus estudantes pelo mesmo caminho e passando pelas mesmas cidades de quando foram para São Paulo. Esta jornada de volta, marcando o fim de um capítulo intenso de luta e resistência, simboliza a resiliência e a coragem dos estudantes. Em Botucatu os estudantes tiveram uma acolhida expressiva da população, mesmo sendo uma segunda-feira. O povo foi as ruas para aplaudir os estudantes como sinal de gratidão pela luta deles em prol da Faculdade de Medicina de Botucatu. Este acolhimento caloroso por parte da comunidade de Botucatu não só valida os esforços dos estudantes, mas também ilustra o apoio popular às suas reivindicações. Os estudantes haviam conseguindo com que suas reivindicações fossem atendidas. Ao chegar a Praça central da cidade e depois no Ginásio de BTC (Botucatu Tênis Clube, o presidente do CAPS, Valter Cover, discursando agradeceu a todos os botucatuenses pelo apoio dado a Operação Andarilho e terminou dizendo “muito obrigado Botucatu, e esteja sempre conosco, porque sempre estaremos com você!”⁹⁸⁸. O discurso de Valter Cover, ressaltando a unidade

pela Faculdade em lista tríplice, passando pela aprovação do CEE. (ESTUDANTES de Botucatu: esboço do relatório. *Estado de São Paulo*, 02 de junho de 1967)

⁹⁸⁷ ESTUDANTES de Botucatu voltam convencidos de que venceram. *Folha de São Paulo*, 06 de junho de 1967.

⁹⁸⁸ Íntegra do discurso: “Botucatuense! O cansaço das noites mal dormidas ou a angustia dos dias agitados, não impediram que viéssemos a Botucatu compartilhar a nossa vitória. Saímos desta cidade, a pé, amparados por alguns e criticados e ironizados por muitos. Pois bem: para os pessimistas aí temos a nossa resposta: a vitória. Para aqueles que nos ampararam, também a nossa resposta: Obrigado. Porque o apoio material fornecendo alimentos, e o apoio moral incentivando-nos, sensibilizaram-nos profundamente e foram sem dúvida um dos alicerces para que continuássemos na luta e uma das bases de nosso êxito. Aguardamos, no momento, que o compromisso moral e escrito do sr. governador se cumpra na prática, e nele depositamos nossa confiança, porém, estaremos sempre alertas para denunciar quaisquer irregularidades que possam ocorrer. Alegria-nos saber que o nome de Botucatu foi nacionalmente projetado com o nosso movimento e causa-nos júbilo, principalmente, constatar que este movimento trouxe um vínculo profundo e indestrutível entre os universitários da FCMBB e o povo desta cidade. Agora que estamos definitivamente irmanados, além de nosso sincero obrigado, queremos deixar os melhores agradecimentos que poderíamos. Continuemos sempre juntos e disponham sempre de nós para quaisquer causas que visem engrandecer o nome de Botucatu e sua gente no

entre os estudantes e a comunidade, destaca o sentimento de solidariedade e coletividade que permeou todo o movimento. Como compromisso assumido, os estudantes dos cursos de Medicina, Veterinária, Agronomia e Ciências Biológicas da Faculdade de Botucatu ficariam suspensos até 03 de julho de 1967 enquanto seriam tomadas as iniciativas para a melhoria do ensino, e a partir desta data deveriam iniciar o ano letivo devendo frequentar a partir de então os 180 letivos regularmente, sem interrupção. Este acordo, marcando um retorno às aulas sob novas condições, simboliza não apenas uma vitória para os estudantes, mas também um passo importante para a melhoria da qualidade de ensino na instituição.

Em 13 de março de 1968, o jornal “Estado de São Paulo” noticiou que o governador Abreu Sodré havia feito a entrega solene aos dirigentes da Faculdade de Ciências médicas e Biológicas de Botucatu a segunda remessa de equipamentos adquiridos pelo governo na Alemanha. Este ato simboliza um avanço significativo para a instituição e um reconhecimento das necessidades educacionais e técnicas dos estudantes. O ato foi realizado em frente ao Palácio dos Bandeirantes, onde foram colocados os seis caminhões com os materiais técnicos, dentre os quais uma completa unidade de medicina nuclear, o que havia de mais modernos no campo da medicina na época⁹⁸⁹. A aquisição de equipamentos de ponta,

Estado e na Nação pois acreditamos que ficou bem comprovada a grandeza e a força do movimento universitários como um potencial quase irresistível. Pretendemos que este potencial seja sempre bem empregado, e unto com o povo, o faremos sempre, em nome de nossa Faculdade ou do progresso de Botucatu. Em últimas palavras a síntese de nosso pensamento: muito obrigado Botucatu, e esteja sempre conosco, porque sempre estaremos com você!”. (SOLUCIONADA a crise da FCMBB. *Correio de Botucatu*, 08 de junho de 1967).

⁹⁸⁹ “Agradeceram ao governador o presidente da Câmara Municipal de Botucatu, vereador Antônio Delmanto, em nome do prefeito Joaquim Armando de Barros; deputado Vasco Bassoy, ressaltando os esforços da atual administração no campo escolar; o aluno Victor Daumam, que falou sobre os melhoramentos introduzidos na Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu e no Hospital das Clínicas, anexo à escola e o professor José Leal Prado, diretor executivo da escola, que lembrou os esforços da atual administração para a melhoria do! ensino naquele estabelecimento. SODRÉ - O governador Abreu Sodré, por seu turno, lembrou que recebeu há um ano os acadêmicos de Botucatu que vieram pedir melhores condições de estudo e, num diálogo franco, prometeu fazer o possível para atendê-los. Continuou o governador manifestando a sua satisfação em poder resolver o problema com a entrega dos equipamentos importados da Alemanha. O chefe do Executivo completou afirmando que verificava com satisfação “que os estudantes já se sentem orgulhosos de sua Faculdade, contentes em poder preparar-se melhor para o trabalho de amanhã. Respeitamos aqueles que fazem greve para estudar e não para tumultuar; congratularmo-nos com os jovens que estudam em Botucatu pelo bom ensino que desejam, pois, a mocidade brasileira cabe a tarefa de construir um grande País”. O MATERIAL - O material, que corresponde a 50% o do equipamento adquirido na Alemanha para a Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, chegou a Santos no cargueiro “Sea Challenger” e o volume total é de 100 caixas. Dentre os equipamentos entregues para aquela faculdade, estão instrumentos de endoscopia “Stortz”; duas unidades radiológicas. sendo uma para cineangiocardiografia e uma gastro, ambas equipadas com intensificador de imagem e unidade de TV; e outros valiosos equipamentos para exames cardiovasculares. A unidade de medicina nuclear compreende um cintilógrafo para registro automático da distribuição de substâncias radioativas no corpo examinado em forma de diagrama de traços; um analisador de impulsos. que melhora notavelmente a qualidade do cintilograma e oferece novas possibilidades de interpretação e pesquisa; posto de medição, dois contadores e respectivos canais independentes, permitindo exata comparação de tempo dos processos medidos em transcurso simultâneo. O equipamento oferece condições indispensáveis para perfeito diagnóstico funcional, seja em radionefrografias ou radiocirculografia” (FACULDADE de Botucatu recebe novos materiais. O Estado de São Paulo, 13 de março de 1968).

como a unidade de medicina nuclear, evidencia um comprometimento do governo em fornecer recursos avançados para o ensino e pesquisa, refletindo os esforços contínuos para aprimorar a qualidade da educação médica no Brasil.

2.4. A crise dos Estudantes de Botucatu se agrava

2.4.1. Estudante baleado pela polícia

A situação da Faculdade de Medicina de Botucatu já não estava tão bem, pois o governador estava contingenciado novamente as verbas, não repassando o que havia se comprometido repassar. Esta ação do governador, limitando recursos essenciais, reflete um descaso com a educação superior e suas consequências sobre a qualidade do ensino e pesquisa. Mas a crise se agravou quando, nas primeiras horas da madrugada do dia 02 de junho de 1968, seis estudantes⁹⁹⁰, após saírem do baile promovido pela escola de agronomia decidiram fazer uma serenata no “Bar do Ponto”, na Rua Amando de Barros, a principal de Botucatu, como era costume entre os universitários; foram interpelados por três soldados militares⁹⁹¹, pedindo que parassem com aquela cantoria (serenata), pois o barulho estava incomodando os moradores que residiram na redondeza. Esta interação inicial, embora aparentemente trivial, sinaliza o início de um confronto mais profundo entre os estudantes e as forças de segurança. Os estudantes, acatando à ordem dos policiais, deixaram o local num jipe e seguiram até o Largo denominado “Paratodos” onde pretendiam continuar a serenata, acreditando ali não perturbar a população. Foram seguidos pelos soldados até que a viatura os fechou e os soldados desceram gritando: “Cachorrada, vocês vão ver com quem estão tratando”. Este seguimento e confronto subsequente pelos soldados reflete uma escalada de tensão e um possível abuso de autoridade. De repente, segundo relato dos estudantes, um tumulto iniciou-se, devido a um dos soldados, de nome Rael, ter implicado e provocado o estudante Laércio, perguntando o que ele estava olhando, e o desafiou: “Para você eu tiro a farda e brigo”, e arrancando o cassete foi em cima do rapaz. Este comportamento agressivo do soldado Rael destaca o perigoso nível de violência que pode surgir em situações de tensão entre civis e militares. Gilberto quis apartar, mas os outros dois soldados começaram também a bater. Os estudantes correram em direção ao jipe, mas Gilberto ficou para trás. A essa altura, o soldado Rael recuou, sacando o seu revólver e disparou contra os estudantes cinco tiros e um deles atingiu Gilberto, de 20 anos, no abdômen. O disparo contra Gilberto marca um

⁹⁹⁰ Gilberto Zancaner Brito, Cácio, Laércio de Freitas, João Sacomano, Valter Dalaquo e Netão.

⁹⁹¹ Soldados Rael Paulino de Melo, Domingos de Léo e Nelson Alves da Silva.

momento crítico de violência, que tem implicações profundas para a comunidade estudantil e para a sociedade em geral. A bala perfurou o pâncreas e o intestino grosso, alojando-se próximo à coluna vertebral⁹⁹². Este ferimento grave sofrido por Gilberto evidencia a gravidade da situação e a intensidade do conflito entre estudantes e autoridades. Os guardas fugiram levando a chave do jipe até que um carro do SENAC que passava por ali transportou o estudante baleado até o hospital⁹⁹³.

Já a polícia deu uma versão diferente a dos estudantes. Segundo o delegado regional Madureira Pará, os soldados foram agredidos pelos jovens, e um dos milicianos disparou sua arma, para se defender. A discrepância entre as versões dos estudantes e da polícia indica uma complexa dinâmica de poder e comunicação, comum em situações de protesto e repressão. Afirma o delegado Madureira Pará, que soldados Rael Paulino de Melo, Domingos de Léo e Nelson Alves da Silva faziam sua ronda noturna, quando foram solicitados a irem até o Bar do Ponto, na rua Amando de Barros, onde, segundo o delegado, "os estudantes faziam desordem e algazarra". Esta versão dos eventos, apresentada pela polícia, ressalta as diferentes percepções e narrativas sobre o que realmente aconteceu. Segundo a versão do delegado, os três integrantes da Força Pública encontraram Gilberto, seu irmão Cácio e mais seis universitários. Pediram-lhes que parassem com as manifestações e foram atendidos pelos estudantes, que se retiraram num jipe. Mas, pararam um pouco à frente, no largo Paratodos, e agrediram os milicianos. Esta descrição dos eventos, segundo a polícia, aponta para um cenário de confronto que contrapõe a narrativa dos estudantes. Neste momento, o soldado Rael sacou de sua arma "apenas para amedrontá-los", e disparou, atingindo Gilberto.

O Gilberto ferido, removido para a Misericórdia Botucatuense, onde na mesma madrugada sofreu intervenção cirúrgica para ser extraída a bala de seu corpo. Mas teve que passar por uma nova intervenção, já que na primeira não foi possível a retirada do projétil pois o mesmo encontrava-se encravado na coluna espinhal. A necessidade de múltiplas intervenções cirúrgicas em Gilberto ilustra a gravidade do ferimento e as consequências físicas duradouras do incidente. O estudante era sobrinho do deputado Orlando Zancaner, que era secretário de Turismo no Estado. A conexão familiar de Gilberto com uma figura política notável pode ter influenciado as respostas e a atenção dada ao caso. Segundo Vannucchi:

⁹⁹² EXIGIDA a prisão do soldado que atirou no estudante. *A gazeta de São Paulo*. São Paulo, 05 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

DONATO, Hernani. *Achegas para a história de Botucatu*. Op. cit. p. 181.

⁹⁹³ UMA terra em transe. *Folha da tarde*. São Paulo, 05 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

No momento que ele foi para a Santa Casa nós fizemos uma campanha até para doar sangue e quem foi, foram os estudantes que tinham uma visão humana da coisa que não interessava quem era. Ele estava precisando de sangue. A gente foi doar. Eu cheguei a passar uma noite lá de acompanhante, porque o pai e a mãe não aguentaram. Ele ficou paraplégico e a gente se ofereceu, o centro acadêmico foi lá e eu, eu passei a noite, não como médica, porque eu fazia acho que o quarto ano de medicina não tinha condições, mas como acompanhante, fazendo a vez de uma irmã⁹⁹⁴.

Esta demonstração de solidariedade e apoio dos colegas estudantes a Gilberto durante sua recuperação ressalta a união e a compaixão dentro da comunidade estudantil. Devido ao fato ocorrido, por ordem do Secretário da Segurança Pública, foi determinado que todas as cidades da região, enviassem reforços policiais para Botucatu, a fim de reprimir aos abusos. Esta resposta do governo, enviando mais forças policiais, pode ser vista como uma tentativa de intensificar o controle e a repressão na região. O delegado regional da polícia, em Botucatu, Dr. Madureira Pará, declarou ao jornal da época que eles já andavam de olho em Gilberto, que era conhecido na cidade pelo apelido de Berimbau. Esta declaração do delegado sugere uma possível pré-disposição contra Gilberto, talvez influenciando a maneira como o incidente foi tratado pelas autoridades. Afirmou ele:

Esse grupo de rapazes há tempos já vinha perturbando a zona residencial, com bebedeiras e serenatas. Naquela noite, a vizinhança não conseguiu dormir por causa da baderna que eles aprontavam. O plantão foi chamado e enviou a patrulha da FP. Esta apenas pediu para que eles fossem embora. Mas os rapazes decidiram brigar com os soldados. Aliás, posso dizer também que este Gilberto sempre foi tido como um mau elemento. De qualquer maneira, já instaurei o processo, que será presidido por mim, e recorri ao promotor público da comarca, Dr. Emeric Roaia. Se os soldados por acaso forem os culpados, tomaremos as suas fardas⁹⁹⁵.

A promessa do delegado de tomar medidas contra os soldados, caso sejam considerados culpados, sugere uma certa abertura para a justiça, embora também possa ser interpretada como uma manobra para acalmar os ânimos públicos. Inconformados com o ocorrido os universitários, através Centro Acadêmico “Pirajá da Silva” (Caps), se reuniram em assembleia, evidenciando uma postura ativa e crítica diante da situação, embora esta assembleia já estava marcada onde os estudantes iam discutir o apoio dos universitários ao movimento dos padres, e em vista a agressão cometida contra os seis estudantes, decretaram greve por 24 horas e a realização de uma passeata. Os estudantes redigiram também uma nota e distribuíram à população, numa clara tentativa de engajamento e conscientização social. A nota diz:

⁹⁹⁴ Entrevista com Terezinha Catelli Infantosi Vannucchi (em anexo).

⁹⁹⁵ UMA terra em transe. *Folha da tarde*. São Paulo, 05 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

O Centro Acadêmico "Pirajá da Silva" diante da monstruosa agressão armada que atentou contra a vida de um dos seus associados, não poderia ficar calado e vem a público denunciar as arbitrariedades praticadas por elementos da polícia local, que, abusando dos seus poderes, atentou contra a ordem pública que eles próprios deveriam manter. O fato ocorrido nesta cidade não constitui um episódio isolado. Estudantes foram assassinados no Rio, agredidos nas capitais dos Estados. Agredidos porque reivindicavam. Até as manifestações inerentes ao povo brasileiro, como a serenata, o cantar continuo, são ostensivamente vigiadas e reprimidas com o abuso das armas. Em que país estamos? Será que logo estaremos também esperando o toque de recolher à noite, como fazem nos regimes de forças, e que tanto repudiamos?⁹⁹⁶.

Na tarde do dia 04 de junho, mais de quinhentos estudantes realizaram a passeata de protesto pelas ruas centrais da cidade. Esta grande participação demonstra a forte adesão dos estudantes à causa e a sua capacidade de mobilização. A passeata decorreu em ambiente calmo, embora os estudantes gritassem slogans como: “Estado militarista”, “Mais livros, menos chumbo”, “Abaixo a covardia”, “mais escolas, menos meganhas”, “Força pública – tiro ao alvo – estudantes”, “Dia virá em que o brasileiro se alimentará de chumbo”, “Orçamento militar: 70% - Finalidade: matar estudantes”, “Na França povo tenta derrubar governo – nenhum tiro. Em Botucatu estudante faz serenata e é baleado”; “Poetas, seresteiros, namorados... correi senão a polícia vos mata”; “Violão versus resolver”, FP de Botucatu é zoológico armado”⁹⁹⁷ e com vários outros cartazes relacionado ao caso do estudante baleado e à situação da Faculdade. Estes slogans e cartazes revelam não apenas uma crítica pontual, mas uma denúncia mais ampla das práticas autoritárias do estado e da polícia. A passeata terminou em frente à Delegacia de Polícia, onde os estudantes não encontraram qualquer resistência da polícia, embora eram observados pelos agentes do DOPS que estavam dentro de carros chapa particular. A ausência de resistência policial nesta etapa pode ser interpretada como uma tática para evitar a escalada do conflito. Mesmo antes da passeata o delegado Madureira Pará já havia assegurado que nada faria para impedir a manifestação estudantil. Esta atitude do delegado pode ser vista como um reconhecimento tácito da legitimidade dos protestos estudantis. A passeata foi engrossando durante o percurso e atingiu a praça Isabel Arruda, onde se localizava a Delegacia Regional. Este crescimento progressivo do movimento evidencia a crescente conscientização e envolvimento da comunidade acadêmica. A Delegacia estava com todas as suas janelas fechadas. Esta postura fechada da Delegacia pode ser interpretada como um símbolo do isolamento e da falta de comunicação entre as forças de

⁹⁹⁶ EXIGIDA a prisão do soldado que atirou no estudante. *A gazeta de São Paulo*. São Paulo, 05 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

⁹⁹⁷ UMA terra em transe. *Folha da tarde*. São Paulo, 05 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

segurança e a comunidade. Em frente ao prédio todos pararam com os cartazes voltados para os policiais que observavam da porta, inclusive o delgado. E todos gritaram: “assassinos”. Este momento de confronto direto reflete o ápice da tensão e do descontentamento dos estudantes com as autoridades. Após um discurso proferido pelo presidente do Centro Acadêmico (Caps), Walter Cover de cima de um carro, um tanto violento contra “o poder que é medido pelo número imundo de armas para aniquilamento popular, foi lido uma nota do padre Augusti onde dizia:

As balas são o subproduto de uma sociedade calada em bases insustentáveis. Enquanto os homens não alicerçarem as suas estruturas na justiça e na verdade, os policiais (também eles pobres vítimas de que também temos pena) continuarão sacando revólveres e deitando no sangue uma geração já tão cedo atraída⁹⁹⁸.

Esta declaração do padre Augusti adiciona uma dimensão ética e moral à crítica, enfatizando a necessidade de uma sociedade fundamentada na justiça e na verdade. Em sinal de protesto, os universitários invadiram o pátio fronteiro da delegacia penduraram ali em árvores e postes, várias faixas e cartazes de repúdio à atitude policial, que foram arrancados por alguns investigadores de polícia que ali se encontravam e levados para dentro da delegacia. Este ato simbólico de repúdio amplia a esfera de protesto, estendendo-a ao espaço físico da delegacia, local de poder e autoridade.

Os universitários voltaram sem seguida para a Faculdade, para assinar a lista de presença, em virtude da paralização das aulas por 24 horas, e se reuniram em assembleia, onde o presidente do Centro Acadêmico (Caps) discursou falando contra “o poder que é medido pelo número imundo de armas para aniquilamento popular”⁹⁹⁹. Esta reunião na Faculdade, após a passeata, simboliza o retorno ao ambiente acadêmico e a continuação da luta num espaço de conhecimento e formação. Os padres de Botucatu, que se mantinham firmes em recusar a indicação de Dom Zioni como novo Arcebispo de Botucatu, manifestaram também seu apoio a luta estudantil e repúdio “à selvagem repressão policial”, por isso durante essa assembleia foi lida a mensagem de solidariedade enviada pelo Pe. Augusti, em nome dos padres da cidade de Botucatu, que significou a ligação entre a crise religiosa e a repressão policial do caso estudantil. Esta aliança entre os padres e os estudantes ilustra um exemplo notável de solidariedade intersetorial em face de injustiças comuns.

Na hora em que Botucatu está vivendo, quando a Igreja local, na voz destemida de 24 sacerdotes, levanta para o mundo inteiro o protesto contra a ausência do diálogo, processo que se torna doloroso na sucessão de governo

⁹⁹⁸ 800 FIZERAM seu protesto. *Folha da Tarde*. São Paulo, 05 de junho de 1968.

⁹⁹⁹ *Ib.*

da diocese, infelizmente impossibilitado de estar presente a esta justa manifestação pública de repúdio a um processo primário e verdadeiramente selvagem de repressão policial, que atenta contra o mais sagrado direito do homem, que é a sua vida, venho trazer a vocês jovens universitários, feridos profundamente pelas balas que também feriram gravemente um colega de vocês e meu conterrâneo amigo, o meu mais efusivo abraço. As balas são subproduto de uma sociedade, calcada em bases insustentáveis. Enquanto os homens não alicerçarem as suas estruturas na justiça e na verdade, os policiais (também eles vítimas?) continuarão sacando revólveres e deitando no sangue uma geração, já tão cedo ameaçada. O nosso protesto contra a violência é o grito angustioso para que os responsáveis pelo diálogo não queiram amordaçar a verdade e tomem consciência, enquanto é tempo, de que a arma é argumento do fraco¹⁰⁰⁰.

Assim, de certa maneira, a questão religiosa e estudantil deixara a população de Botucatu em expectativa transformando a cidade num símbolo do conflito entre tradição e modernidade e transformando Botucatu em noticiário nacional e internacional, com emissoras acompanhando ao vivo o desenrolar dos acontecimentos. Nas ruas o povo só falava da crise padre-estudantes e essa fixação coletiva refletia não apenas a relevância do evento, mas também um anseio latente por mudanças sociais os jornais se esgotavam rapidamente nas bancas. A polícia e a Força Pública se mantinham de prontidão, auxiliados pelos agentes do DOPS que tinham vindo da Capital do Estado, um indicativo da seriedade com que as autoridades encaravam a situação. No entanto, evitaram intervir na manifestação estudantil pois temiam que se agravasse ainda mais o clima de tensão que viva a cidade naqueles dias¹⁰⁰¹. Uma decisão que, em minha interpretação, demonstra uma rara prudência em um período marcado por respostas mais repressivas a movimentos sociais.

2.4.2. Operação Denúncia

A tensão já era grande entre os estudantes devido a violência policial contra os universitários e que culminou com o disparo contra o estudante de agronomia e consequentemente com a passeata de protesto. Este incidente não foi isolado, mas sim um reflexo da crescente agitação social e política da época. Os estudantes haviam realizado a Operação Andarilho e conseguido do governador Abreu Sodré a promessa da liberação de todos os recursos e verbas necessárias para a Faculdade de Medicina de Botucatu. Mas nem todas as verbas prometidas foram destinadas a Faculdade. Este fato aponta para uma falha comum em promessas políticas, onde a realidade muitas vezes não corresponde às

¹⁰⁰⁰ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação.

¹⁰⁰¹ UMA terra em transe. *Folha da tarde*. São Paulo, 05 junho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

expectativas criadas. Assim, em 1968 houve uma nova crise, com o corte de parte das verbas e os estudantes, já abalados com os fatos ocorridos a pouco mais de um mês, resolveram entrar novamente em greve. Esta decisão demonstra a resiliência e a determinação do movimento estudantil em face de adversidades contínuas. Assim deu-se início a um novo movimento, só que de dessa vez mais radical, denunciando o governo, que foi denominada de “Operação Denúncia”. Segundo Pinho:

Quando foi contingenciado novamente as verbas, imediatamente foi decretada a greve. O pessoal já estava bom até o discurso na greve. Houve durante a primeira greve que foi a Operação Andarilho, uma grande politização. Nessa operação Andarilho como nós ficamos, no Ibirapuera, havia muitas discussões em grupo. Nós sentávamos e discutia e havia pessoas ali que eram marxistas, havia pessoas que eram cristãos de esquerda, havia pessoas que eram de direita. Havia um grande debate que politizou muita gente, inclusive eu, que não entendia muito. Eu era um apoiador do regime militar, sim, porque o eram tradicionalmente os meus amigos. Todos eram apoiadores lá do colegial ginasial, mas eu não tinha lá tanta informação. Aí começamos a discutir ali tudo isso já propondo uma greve, que era uma greve definida como greve política de denúncia do governo militar. Quer dizer, foi uma coisa, uma radicalização muito grande. Isso em 68, que se chamou operação denúncia¹⁰⁰².

Após ficarem algum tempo em greve, sem nenhuma resposta do governo do Estado, os estudantes, em assembleia, aprovaram uma repetição da “Operação Andarilho”, mas nesta nova operação, que não seria mais somente reivindicatória, mas política também, os acampamentos iriam acontecer nas praças centrais de cada cidade, um dia nas cidades menores, e dois dias nas cidades maiores. Cercariam a praça, montariam acampamento e ali debateriam com a população para desgastar o governo, mostrando a falta de diálogo entre o governo e o povo. Este método de engajamento direto com a comunidade pode ser visto como uma poderosa ferramenta de conscientização. Foi assim que surgiu a “Operação Denúncia”¹⁰⁰³. O padre Augusti comenta: “Em Botucatu está acontecendo um fenômeno salutar: a população estudantil, sobretudo universitária, está trazendo muita coisa para o povo pensar”¹⁰⁰⁴.

O primeiro acampamento seria na Praça do Bosque, em Botucatu, o que concretizou no dia 16 de julho de 1968, quando os estudantes montaram acampamento na referida praça. Este evento simboliza um momento crucial na história do ativismo estudantil na região, marcando uma virada significativa na relação entre os estudantes e as autoridades. Segundo Dimitrov:

¹⁰⁰² Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

¹⁰⁰³ MORAIS. 60 anos em 60 depoimentos. Op. cit. p. 38.

¹⁰⁰⁴ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 81.

Paramos de novo e foi uma Operação Denúncia. Aí a gente ia repetir a proposta de viagem de Botucatu até São Paulo, mas aí não fomos a pé, fomos de outra forma, dessa forma nós iríamos voltar para São Paulo para denunciar, passando por todas as cidades do percurso que nós fizemos na operação Andarilho, passando por todas as cidades, denunciando que o governo não tinha cumprido a promessa, que nós estamos voltando para São Paulo para brigar aqui¹⁰⁰⁵.

E assim, no dia marcado, às 14 horas, os estudantes se dirigiram a Praça do Bosque e ali acamparam decretando a praça “território livre”¹⁰⁰⁶. Esta ação simbólica demonstra a busca dos estudantes por um espaço de liberdade e expressão em um contexto repressivo. Dois estudantes¹⁰⁰⁷, indicados pelo Centro Acadêmico, foram encarregados de conversar com o Pe. José Eduardo Augusti, que morava no Seminário, onde ficou tudo acertado que, caso a polícia agisse reprimindo o acampamento todos iriam se abrigar no Seminário São José. Essa estratégia de contingência reflete uma consciência aguçada das possíveis repercussões de suas ações e a necessidade de proteção mútua em um ambiente hostil. Assim afirmou Vannucchi:

Nós estávamos acampados no bosque, mas a gente sabia que a polícia ia vir, mas era isso que a gente queria. Porque a gente não ia poder ficar no bosque muito tempo. O bosque é uma praça pública de Botucatu, então a gente teria que sair de lá e ir para um lugar onde a gente pudesse dormir, cozinhar, fazer todas as coisas. Não era só sair para a passeata. Então a gente sabia que ia cair. Sabíamos que sairíamos apenas à força, por isso deveríamos ter testemunhas. Tudo aconteceria na calada da noite. Era como a ditadura agia. Na noite silenciosa, a escuridão é cúmplice¹⁰⁰⁸.

O acampamento foi invadido na madrugada de 17 de julho por uma tropa de choque que viera de Sorocaba. A agressividade da resposta policial revela a tensão entre as autoridades e os movimentos estudantis da época, com baioneta, com metralhadora, quando os estudantes se preparavam para dormir. A tropa de choque destruiu as barracas desalojando os estudantes e dando voz de prisão a Walter Cover que foi considerado pela polícia o líder do movimento, embora fosse desconhecida a coordenação do movimento, pois a palavra de ordem era “não há líderes” para evitar a perseguição policial, mas por ser o presidente do Centro Acadêmico (Capes). A polícia tentou dispersar os estudantes mandando que fossem para casa. Essa ordem, dada em meio ao caos, destaca a disparidade entre o poder estatal e a resistência civil. Foi quando a estudante Terezinha Vannucchi se manifesta:

Então, na hora que prenderam o Cover, aí eu assumi, avisei todo mundo. Eu sabia que seria a próxima. Porém tinha o tempo necessário para mostrar organização e segurança. “Sigam juntos, temos para onde ir”. A gente não

¹⁰⁰⁵ Entrevista com Pedro Dimitrov (em anexo).

¹⁰⁰⁶ Carta de Dom Romeu Alberti ao Núncio Apostólico no Brasil. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹⁰⁰⁷ Valdemar Pinho e Cláudio Antônio.

¹⁰⁰⁸ Entrevista com Terezinha Catelli Infantosi Vannucchi (em anexo)

tinha microfone, era no grito mesmo. Avisei todo mundo: Vocês sigam com a coordenação do movimento e a gente já tinha pessoas colocadas em cada barraca, vocês sigam que a gente tem o que fazer e para onde ir, que era o seminário. Aí eles me prenderam também¹⁰⁰⁹.

Diz Vannucchi: “A união nos faz fortes; em nenhum momento temi por minha integridade. Essa sensação de poder nos acompanhou durante todo o período da ditadura. Importante é não estar só. Talvez por isso nos tratássemos de companheiros, o que persiste até hoje”¹⁰¹⁰. Esta percepção coletiva de força e segurança, emergente da união e solidariedade, reflete a essência do movimento estudantil da época, marcado por uma resistência resiliente e uma determinação inabalável. Como esse movimento da “Operação Denúncia” havia sido decidido por todos em assembleia, então todos os estudantes se sentiram responsáveis, e enfrentaram a polícia dizendo: “Me prenda também” e aí prenderam todos os estudantes e os colocaram em fila para subir para a delegacia que ficava em frente à Santa Casa de Misericórdia (hoje Misericórdia Botucatuense). Mais de 200 estudantes foram presos por se declararem solidários com o presidente do CAPS que havia sido preso, juntamente com a estudante Terezinha Catelli Infantsi¹⁰¹¹. Este momento foi um marco, não apenas pela ação corajosa dos estudantes, mas também como um símbolo pungente da resistência estudantil à opressão autoritária. Os professores também foram comunicados e se dirigiram para o local. Colocaram os dois que eram considerados da direção do movimento dentro da delegacia e os outros ficaram do lado de fora, cercados pela polícia. A participação dos professores nesse contexto revela uma interconexão profunda entre a comunidade acadêmica e as lutas estudantis, fortalecendo a narrativa de resistência coletiva. De madrugada, os estudantes começaram a cantar o hino nacional para acordar as pessoas¹⁰¹². Este ato de cantar o hino nacional, em um contexto tão desafiador, pode ser interpretado como uma poderosa expressão de patriotismo e um ato de resistência simbólica. Quando começou a amanhecer chegou o delegado, Dr. Fausto Barreto de Madureira Pará, delegado regional de Polícia e que estava no comando da Polícia Militar de Botucatu. Em conversa com os estudantes perguntou: “Se eu soltar o pessoal da direção, vocês vão para casa? Vamos. Disseram, Verdade? Responderam, verdade!”¹⁰¹³. Como recorda Dimitrov:

Na Delegacia tinha umas 200 pessoas, 300 pessoas. Vai fazer o quê com esse povo? Não tem cela para esse povo. Aí foi feito uma pressão enorme, o

¹⁰⁰⁹ *Ib.*

¹⁰¹⁰ MORAIS. 60 anos em 60 depoimentos. Op. cit. p. 51.

¹⁰¹¹ DISSOLVIDO acampamento estudantil em Botucatu; polícia prende padre. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 de julho de 1968.

¹⁰¹² Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

¹⁰¹³ *Ib.*

peçoal lá falou não saímos daqui enquanto não soltar o Cover, aí foi uma negociação, foi feita lá e aí tinha já um certo acerto que no aperto a gente iria para o seminário¹⁰¹⁴.

A decisão de não abandonar os companheiros até a liberação de todos foi uma demonstração de solidariedade e compromisso com os princípios do movimento, sublinhando a unidade e a força coletiva. Então o delegado entrou, demorou um tempo, e como não havia espaço para todos, os estudantes foram somente fichados e os líderes solto. Todos se abraçaram e saíram do local. Este momento de abraço coletivo simboliza não apenas o alívio pela liberação, mas também a coesão e a força do espírito comunitário entre os estudantes. A intenção dos estudantes era voltar à praça do Bosque para montar novo acampamento, mas, temendo novas prisões, foram buscar refúgio no Seminário São José, onde residiam alguns padres. Ali foram recebidos pelo Pe. Nivaldo Pires Rosa e pelo Padre José Eduardo Augusti. A acolhida dos padres representa um aspecto crucial de apoio da Igreja aos movimentos estudantis, o que não só oferece um refúgio físico, mas também um apoio moral e espiritual. Ali então decidiram que, logo que o dia amanhecesse, iriam voltar à praça onde iriam denunciar a repressão policial feita na calada da noite¹⁰¹⁵.

A crise não cessou porque os estudantes não desistiram de promover a Operação denúncia a fim de esclarecer a população sobre as causas de seu movimento reivindicatório.¹⁰¹⁶ A persistência dos estudantes em retomar a Operação denúncia, apesar dos riscos, levam-nos a compreender a importância e a urgência de seu movimento na conscientização da população. Voltaram a ocupar a praça por volta da 11h30¹⁰¹⁷. Ali na praça começaram então a denunciar a pressão que eles tinham sofrido na noite anterior, e distribuíram folhetos onde explicavam sobre repressão que os estudantes estavam sofrendo pela polícia. Esta estratégia de comunicação, utilizando folhetos para disseminar informações, demonstra uma abordagem inteligente e prática para alcançar e envolver a comunidade mais ampla. O padre Augusti em apoio aos estudantes escreveu:

O movimento dos estudantes da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu está no auge. A escola está parada por absoluta falta de condições. Os alunos estão na rua denunciando a situação precária da escola, reflexo de toda a situação política do Brasil. É preciso que o povo tome consciência disso. É um movimento justo, por isso estamos apoiando. Em Botucatu somos uma Igreja consciente, embora magoada, amargurada,

¹⁰¹⁴ Entrevista com Pedro Dimitrov (em anexo).

¹⁰¹⁵ Carta de Dom Romeu Alberti ao Núncio Apostólico no Brasil. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹⁰¹⁶ DISSOLVIDO acampamento estudantil em Botucatu; polícia prende padre. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 de julho de 1968.

¹⁰¹⁷ ESTUDANTES ocupam praça de Botucatu e padre é detido. *Jornal da Cidade*. Bauru, 18 de julho de 1968.

traída. Uma escola, uma Universidade sonhada é do povo. Os seus problemas são problemas do povo. E povo precisa participar. Os estudantes estão nas ruas. Armaram murais nos pontos estratégicos da cidade. Eles mostram a realidade brasileira e a triste situação do povo¹⁰¹⁸.

A declaração do padre Augusti não só reforça o apoio da Igreja ao movimento estudantil, mas também chama atenção para a interconexão entre os desafios enfrentados pela universidade e as questões sociais e políticas mais amplas do país. E ali em praça pública, em meio a discursos e protestos, o Pe. Augusti foi convidado para falar em defesa dos estudantes pronunciou um discurso bastante inflamado, que por muitos foi considerado “subversivo”. Sobre este discurso é o próprio Pe. Augusti que comenta em seu Diário de Prisão: “Fui à praça e disse que a Faculdade é do povo. Os seus problemas são problemas do povo. O povo deve estar consciente para reivindicar os seus direitos”¹⁰¹⁹. Esta afirmação do Pe. Augusti é emblemática, destacando a essência democrática do movimento estudantil, em que a educação é vista como um direito fundamental do povo e um reflexo de sua participação ativa na sociedade. E num outro trecho continua: “Disse que o governo se esqueceu do ensino e inventou a Operação Rondon¹⁰²⁰ para distrair os estudantes”¹⁰²¹. Este comentário critica astutamente as estratégias de distração governamentais, iluminando a perspicácia política dos estudantes e a sua capacidade de ver além das manobras superficiais. Com isso uma nova intervenção da polícia aconteceu. Mas desta vez apoiadores do movimento ficaram observando o quartel da Polícia Militar e avisaram os estudantes quando a tropa de choque saiu, conforme afirma Pinho:

Um pessoal coordenava a tropa ali em frente a associação do clube ali era o quartel. Alguém perto que tinha telefone, que era telefone fixo, ficou de olho. Perto do bosque, também alguém que tinha telefone ficou de olho, provavelmente era alguém que apoiava o movimento, que eu deduzi que deveria ser alguém ligado a Igreja, mas eu não sei se era porque nunca ninguém disse quem era que estava lá¹⁰²².

A coordenação dos observadores e o uso estratégico de comunicações revelam a sofisticação organizacional do movimento, destacando o compromisso e a solidariedade de seus apoiadores. Alguém então chegou e avisou para que os estudantes arrumam as coisas e

¹⁰¹⁸ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 39.

¹⁰¹⁹ AUGUSTI, José Eduardo. *Diário de Prisão: 28 dias no Dops*. Presídio da DOPS. São Paulo. Jul/ago 1968, p. 06.

¹⁰²⁰ Grupo de trabalho, instituído após o golpe militar de 1964 pelo governo federal em caráter permanente pelo Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968 e reformulado por Decreto nº 67.505, de 06 de novembro de 1970, que fez a reforma universitária, considerado por educadores um projeto de conteúdo assistencialista e invasor das culturas. (ARRUDA, Sérgio de Mello; MENDONÇA, Lúcia Glicério. Disponível em: <http://www.proex.uel.br/estacao/index.php?arg=ARQ_art&FWS_Ano_Edicao=4&FWS_N_Edicao=5&FWS_Cod_Categoria=1&FWS_N_Texto=1>. Acesso em: 20 outubro 2023).

¹⁰²¹ Augusti, José Eduardo. *Diário de Prisão*, p. 68. (cópia cedida por sua irmã Ignez Augusti Bonilha).

¹⁰²² Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

corressem, pois, a tropa de choque estava vindo. De imediato a polícia chegou e cercou à praça, na tentativa de confiná-los todos ali para então depois prendê-los:

Nós então descemos pela parte de baixo para a Rua Amando, a tropa de choque entrou por cima. Quando a tropa de choque entrou por cima, a praça foi esvaziada e corremos para baixo. Eles não sabiam o que fazer, o que faziam. Voltaram para os caminhões, nós fomos correndo e gritando palavras de ordem, na Rua Amando. Aí subimos e eu não sei, deve ter sido combinado previamente com o padre Getúlio que era o reitor do seminário. Então deve ter sido combinado com o padre Getúlio, porque aí o pessoal já falou sobe aqui correndo, sobe correndo. Nós chegamos no Largo da Catedral, a hora que a gente chegou no Largo da Catedral, a Polícia Militar desceu dos caminhões, eles vieram, de cacetetes e a gente correu tudo para dentro do seminário. Todo mundo correu para dentro do seminário e encostou o portão, ficaram duas pessoas ali na frente¹⁰²³.

A reação rápida e a fuga para o seminário evidenciam a agilidade e a capacidade de adaptação dos estudantes frente a uma situação imprevisível e perigosa. Os estudantes então correram em direção à praça da Catedral buscando abrigo no Seminário, como já estava combinado previamente com o Pe. Augusti e com os padres que ali residiam que, caso a polícia viesse a reprimir a manifestação dos estudantes, eles deveriam correr para o Seminário e ali se abrigarem. O Pe. Nivaldo os aguardava em frente ao Seminário e, ao chegarem, abriu os portões e eles se então correram todos para dentro da Capela do Seminário. Pe. Nivaldo assim descreve aquele momento: “(...) os estudantes me disseram: nós vamos nos refugiar na capela e eles não vão poder pegar a gente lá. Então, entrou todo mundo, aí fecharam o portão e a polícia parou”¹⁰²⁴. A ação do Pe. Nivaldo, abrindo os portões do seminário, ressalta a solidariedade e o papel ativo da Igreja no apoio ao movimento estudantil, oferecendo um santuário em tempos de crise. Segundo relatório de Dom Alberti, “eram quase cem policiais que cercavam o Seminário naquele dia”¹⁰²⁵. Mas já estava tudo combinado com o Pe. Augusti. Caso a polícia tentasse reprimir a manifestação, todos correriam e se abrigariam no Seminário. Como destaca Pinho: “Fugindo da polícia todos se dirigiram para o seminário São José, onde foram abrigados e protegidos da tropa repressora, interrompida pelo portão do Seminário”¹⁰²⁶. Esta estratégia de refúgio no Seminário São José não só garantiu a segurança dos estudantes, mas também simboliza a união e a resiliência do movimento frente à adversidade.

¹⁰²³ Ib.

¹⁰²⁴ Entrevista com o Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

¹⁰²⁵ Carta de Dom Romeu Alberti ao Núncio Apostólico no Brasil. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹⁰²⁶ MORAIS. 60 anos em 60 depoimentos. Op. cit. p. 38.

3. A Igreja no Movimento Estudantil

3.1. Prisão e condenação do Padre Augusti

O Padre José Eduardo Augusti era do clero da Arquidiocese de Botucatu, onde foi ordenado sacerdote em 08 de julho de 1962 com 25 anos de idade. Era natural de Bragança Paulista. Por ser seu pai gerente de banco, mudaram-se para Bauru e depois para São Manuel onde viveu sua infância, mudando-se depois para Botucatu. Era de uma família que tinha muito presente os valores religiosos, tanto, como afirma sua irmã Maria Teresa: “Desde pequeno nosso avô Agostinho dizia que ele seria sacerdote, tanto que fez uma poupança para que contribuísse para com seus estudos quando fosse para o Seminário”¹⁰²⁷. Este relato familiar ilustra a influência precoce e profunda da fé e dos valores religiosos na vida de Augusti, renunciando seu futuro compromisso com o sacerdócio. Augusti tinha uma limitação física congênita, que hoje é conhecida popularmente como sopro cardíaco que depois foi agravada pelas torturas e pelas sequelas da prisão no Dops. Como afirma Vannucchi: “Eu lembro de uma sensação de insegurança porque a gente sabia que ele era cardiopata e nós éramos estudante de medicina. Não entendia nada de o que poderia significar uma tortura numa dupla lesão aórtica”¹⁰²⁸. Esta preocupação expressa por Vannucchi sublinha a vulnerabilidade adicional de Augusti devido a sua condição de saúde, exacerbada pelas circunstâncias brutais de sua detenção. Sua irmã mais velha Maria Aparecida Augusti era religiosa da Congregação das Irmãs Marcelinas e residia em Milão (Itália), onde faleceu com apenas 30 anos. Era sobrinho de Dom José Fernandes Veloso, que foi bispo de Petrópolis (Rio de Janeiro) e Reitor da Universidade Católica de Petrópolis, que era um homem segundo Maria Teresa, irmã de Padre Augusti:

Conhecido por seu compromisso com um modo de vida austero, brilhante intelectual e fiel à Igreja Católica, e também conhecido por suas posições consideradas ‘conservadoras’, que se manifestaram em diferentes posturas, principalmente quando o Brasil viva o período preliminar ao golpe de 64, e logo após o golpe, à época das perseguições e torturas, ele opunha-se aos que não se alinhavam à ditadura no país¹⁰²⁹.

Essa descrição de Dom José Fernandes Veloso, com suas convicções conservadoras fortemente enraizadas, contrasta com as escolhas e o caminho que Padre Augusti acabaria por seguir, evidenciando a diversidade de pensamentos dentro de uma mesma família religiosa. Apesar das diferenças de pensamento e de opções de vida, havia respeito. Padre Augusti registrou em seu diário um comentário sobre seu tio bispo e suas diferenças: “O sr. se julga

¹⁰²⁷ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 09.

¹⁰²⁸ Entrevista com Terezinha Catelli Infantis Vannucchi (em anexo).

¹⁰²⁹ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 10-11.

bem formado e eu, deformado. Eu também, julgo-me bem orientado e tenho pena de sua formação. Não adianta brigar por causa disso. Vamos conservar a amizade que, antes de tudo, respeito (...). Vamos mudar de assunto e daqui para frente, vamos falar de flores”¹⁰³⁰. Este comentário de padre Augusti reflete uma maturidade e uma abordagem conciliatória, valorizando a manutenção de laços familiares e afetivos apesar das divergências ideológicas profundas. O Padre Augusti cursou Filosofia e Teologia na Faculdade de Teologia no Seminário Central do Ipiranga, em São Paulo. Segundo seu amigo de turma Attilio Brunacci, ele era uma pessoa muito recatada, mas não tímido. Ele era “fino e educado, viva tranquilo, sempre sorrindo. Era o colega da paz. Nos estudos, revelou-se uma inteligência e dedicação acima do normal”¹⁰³¹. Brunacci enfatiza aqui não só a personalidade pacífica e agradável de Augusti, mas também destaca sua excepcional dedicação aos estudos, prenunciando sua influência futura como líder espiritual. O interessante é que, logo que foi ordenado sacerdote, Padre Augusti rompe com aquele seu temperamento pacato que mantinha no Seminário do Ipiranga e leva, até as últimas consequências a sua missão de sacerdote em lutar e também em levantar a voz em favor daquele povo que não tinha nem voz e nem vez, tentando assim construir um país mais justo. Dessa forma ele “pagou caro o preço de sua crença na mensagem libertadora do Evangelho e, de modo pessoal, sua crença num Brasil melhor, bem melhor para todos, absolutamente todos, os que vivem, brasileiros ou não. E pelo que o conheci, ele não se arrependeu”¹⁰³². Este rompimento com seu temperamento pacato para assumir um papel ativo na luta por justiça social revela uma evolução notável no caráter e na missão de Augusti, destacando seu compromisso inabalável com os valores evangélicos e humanitários.

Trabalhou como padre em Botucatu e em Anhembi, uma pequena cidade da Arquidiocese, onde levou consigo sua bagagem de “padre progressista ou padre comunista, como alguns anos depois os jornais passariam a rotula-lo”¹⁰³³, que aprendeu e viveu durante os sete anos em que estudou em São Paulo. Nas comunidades onde trabalhou Padre Augusti fez sempre seu apostolado tendo sempre como moldura a dimensão humana daquilo que ensinava o Evangelho, dando ênfase no que se referia a conscientização da sua comunidade naquilo que era seus direitos e deveres. Este enfoque na dimensão humana do Evangelho demonstra uma abordagem profundamente empática e engajada de Augusti, ressaltando seu

¹⁰³⁰ Ib. p. 11.

¹⁰³¹ Ib. p. 16.

¹⁰³² Ib. p. 23.

¹⁰³³ Ib. p. 21.

compromisso com a justiça social e a dignidade humana. Procurava alertá-los sobre tantos problemas que angustiava e oprimia a população tais como: dificuldades de acesso à educação, saúde, as grandes injustiças sociais e outras. Segundo Brunacci, “em suas celebrações, por exemplo, esta era uma das preces que ele ensinava o povo da sua comunidade a cantar: Pai nosso. Dai-nos, Senhor, a cada moradia, ao operário, ao boia-fria, força para lutar pelo pão de cada dia”¹⁰³⁴. A escolha de padre Augusti em incorporar temas sociais em suas orações reflete sua visão de um cristianismo prático e aplicado, voltado para as necessidades e lutas da vida cotidiana. Conforme afirma Pinho:

Era muito inteligente, com olhar penetrante, ele olhava no olho das pessoas. Tinha um compromisso com a verdade, falava o que achava, ele não fazia concessão. Tanto que ele foi sempre combativo, uma pessoa que tinha uma noção de justiça muito grande, ele dizia isso: Esse regime é o regime injusto, é um regime torturador, é um regime que precisa acabar. Isso não é cristão. E ele tinha um discurso cristão, que era o discurso cristão da Teologia da Libertação¹⁰³⁵.

Esta descrição ressalta a coragem e a integridade de padre Augusti, que não temia confrontar as injustiças, ilustrando o papel central da fé em sua luta por justiça. Na cidade de Botucatu o padre Augusti, que era uma liderança entre os padres, pois era uma pessoa com muito capacidade. Era muito inteligente e muito capaz. Ele era extremamente carismático, tinha uma grande capacidade de oratória, uma clareza e uma firmeza. “Padre Augusti era talvez a principal liderança dos padres aqui de Botucatu daquela época”¹⁰³⁶. Segundo Dimitrov, “Ele era uma pessoa extremamente ativa junto aos pobres, extremamente dedicada aos pobres e que junto com os estudantes, participou de vários, vários eventos”¹⁰³⁷. A dedicação de padre Augusti aos mais necessitados e sua participação ativa em eventos estudantis destacam sua figura como um líder comunitário, não apenas um líder religioso. Segundo Vannucchi o padre Augusti:

Ele era emblemático. Ele não tinha medo de nada absolutamente de nada. Era um visionário, pensava sempre o melhor. Via a sociedade dentro das necessidades dela e das obrigações consequentes a essas necessidades. Não via a sociedade como ‘um rebanho que eu devo conduzir’. Não, não era rebanho, não era o que via, eu não via dessa forma e acredito que ele não visse também, porque ele sabia que eu não ia à missa, mas sempre me respeitou¹⁰³⁸.

¹⁰³⁴ Ib.

¹⁰³⁵ Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

¹⁰³⁶ Ib.

¹⁰³⁷ Entrevista com Pedro Dimitrov (em anexo).

¹⁰³⁸ Entrevista com Terezinha Catelli Infantsi Vannucchi (em anexo).

Esta visão de padre Augusti como um visionário e respeitador da individualidade alheia, mesmo frente às divergências, ilustra sua abertura e tolerância, qualidades essenciais de um líder genuíno. Segundo o padre Alberto Martins, o padre Augusti era:

Um líder nato ou líder que tinha mais coração, do que o lado, vamos dizer, racional. Ele conseguia traduzir todas as situações numa comunicação bonita. Era praticamente um poeta, alguém que se comunicava com bastante arte. E isso num sentido de Igreja, no sentido de evangelho. Ele se comunicava, principalmente com os estudantes. Então, o Augusti eu acredito que podia ser o evangelizador, mas com um tino de poeta intelectual, mas mais poeta¹⁰³⁹.

A descrição de Martins evidencia a habilidade única de padre Augusti de combinar paixão, eloquência e sensibilidade poética em sua comunicação, atraindo e inspirando especialmente os jovens. O padre Augusti conseguia ser uma liderança no meio do clero daquela época. Os outros padres se sentiam representados por ele, na pastoral, de um modo muito específico, na Pastoral Universitária (JUC). Ele tinha ao seu lado padres, inclusive alguns desses padres abriram as Igrejas para as celebrações com o padre Augusti e a juventude universitária¹⁰⁴⁰. Toda semana ele celebrava na Catedral de Botucatu a missa dos universitários que segundo Vannucchi:

Padre Augusti tinha uma missa que ele fazia que era para os universitários. Eu de vez em quando até ia nessa missa, mas muito de vez em quando pois eu não era uma pessoa assim de frequentar a missa. Eu ia porque eu gostava de ver ele falar e por causa do engajamento com os estudantes, ele era um visionário. Ele não fazia diferença de você ser evangélico, enfim, não fazia diferença, entrava quem queria dos estudantes e, a mensagem dele era sempre uma mensagem não de guerra, era uma mensagem de paz!”¹⁰⁴¹.

A abertura de Augusti para acolher todos os estudantes, independentemente de suas crenças, sublinha seu compromisso com a inclusão e a paz, princípios fundamentais de seu ministério. E continua Vannucchi:

Quando fui para Botucatu eu deixei de ser católica praticante. Então eu ia em algumas situações na Igreja em Botucatu, com o padre Augusti, e ele foi uma pessoa assim, que independente de ser padre, ele foi uma pessoa muito forte na formação dos estudantes daquela época. Até para quem não era praticante, como eu, por exemplo¹⁰⁴².

Esta influência de padre Augusti, estendendo-se além das fronteiras da fé católica praticante, revela seu impacto profundo e abrangente na formação de jovens estudantes.

¹⁰³⁹ Entrevista com Pe. Alberto Martins (em anexo).

¹⁰⁴⁰ *Ib.*

¹⁰⁴¹ Entrevista com Terezinha Catelli Infantosi Vannucchi (em anexo).

¹⁰⁴² *Ib.*

Contam seus amigos que, o padre Augusti não era uma pessoa que só ficava fazendo discurso, pelo contrário. Segundo Pinho:

Nos momentos de descontração, ele ia junto com as pessoas, bater papo sobre as mais variadas coisas. Ia para o bar junto com as pessoas, depois da missa, ele se sentava, tinha um restaurante ali que era de um padre por ali, onde hoje é do lado do seminário, Ele ia ali depois da missa, às vezes ia para lá, iam os estudantes, se sentava lá na mesa e conversava sobre futebol, conversava sobre as mais variadas coisas¹⁰⁴³.

Esta capacidade de padre Augusti de se relacionar com as pessoas em ambientes informais e sobre temas diversos demonstra sua humanidade e a facilidade com que criava laços, fortalecendo seu impacto na comunidade. Assim padre Augusti, ele era muito respeitado, tanto pelo lado dos padres como também pelo lado dos estudantes. Ele fazia na verdade uma espécie de ligação. Esta ligação criada pelo padre Augusti simboliza a ponte entre a fé e os movimentos sociais, destacando sua habilidade em unir diferentes esferas da comunidade. A Igreja de Botucatu, juntamente com a maioria dos padres da cidade, os quais o padre Augusti tinha certa liderança, apoiavam os estudantes em suas reivindicações, mas ela não decidia nada pelos estudantes, nem insuflava, mas dava sempre todo o apoio necessário, inclusive abrindo o Seminário para que os estudantes pudessem se refugiar diante da repressão da polícia.

E a prisão do padre Augusti aconteceu exatamente na manhã que se seguiu ao acolhimento dos estudantes no Seminário. o Pe. Augusti, que morava ali, foi celebrar a missa para as irmãs do Colégio Santa Marcelina, que ficava logo ao lado do Seminário pois era o dia de Santa Marcelina e seriam abençoados novos hábitos das irmãs. Conta-nos o próprio padre Augusti:

Celebrei a missa no colégio das irmãs Marcelinas. As irmãs estavam estreando o hábito novo. Francamente não gostei. Preferia que tivessem trocado pela roupa comum. Aliás, não gosto de batinas nem de hábitos. Precisamos ser iguais. Tudo que nos separa, para mim é abominável. Foi a separação que desagregou o Mundo. Para mim, ser padre é ser profundamente diferente sem deixar de ser igual: nós devemos ser marcados pela coragem. Este é o hábito de quem se consagrou. Falei às irmãs que o que importa é o ser e não a roupa. Disse que hoje só se convence o testemunho. Nem que para isso fosse preciso ser preso; a missão é dar testemunho da verdade¹⁰⁴⁴.

Estas palavras refletem a filosofia singular de padre Augusti, que enfatizava a igualdade e a simplicidade como fundamentos de sua fé e prática sacerdotal. Ao sair do Colégio, padre Augusti deu um giro pela cidade e foi solucionar alguns problemas de escritura

¹⁰⁴³ Entrevista com Dr. Waldemar Pinho (em anexo).

¹⁰⁴⁴ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 40.

dos terrenos das casas que tinham sido construídas pela AFAM que era uma das muitas instituições de promoção humana que o padre Augusti criou, pois segundo o que afirmou: “Se eu tiver que sair daqui de Botucatu, aquelas famílias talvez nunca mais vão conseguir a escritura. Há muita gente interessada em abocanhar o cantinho dos pobres”¹⁰⁴⁵. Esta preocupação com as famílias e a comunidade demonstra o compromisso profundo de padre Augusti com a justiça social e a proteção dos mais vulneráveis. Logo em seguida, por volta das 11h00 ele se dirigiu ao Seminário. Ali chegando, encontrou-se com o padre João Álvaro Ruiz, a quem não via a muito tempo, bem perto da escadaria que dava acesso a porta de entrada do Seminário, ali pararam começaram a conversar sobre a crise que havia eclodido em Botucatu devido a nomeação de Dom Zioni. Foi quando, chegaram no Seminário dois investigadores, num Volks e dirigiram-se ao Pe. Augusti e um deles disse que o delegado queria conversar com ele. Mas antes mesmo que o Pe. Augusti respondesse à pergunta e lhe foi feita, sem lhe dar tempo para pensar, o agarram pelo braço lhe deram voz de prisão, e o levam preso¹⁰⁴⁶. A prisão abrupta de padre Augusti, em meio a um diálogo pacífico, simboliza a repressão que ele e outros ativistas enfrentavam, destacando a tensão entre a Igreja e o Estado autoritário. Ao ser preso padre Augusti disse aos policiais: “Amanhã vocês também morrerão na sujeira que estão amontoando!”¹⁰⁴⁷. O padre Álvaro Ruiz ao ver os agentes policiais o prenderem, sussurrou apavorado: “A coisa azedou e desapareceu”¹⁰⁴⁸. Horas antes também havia sido preso o estudante Geraldo Nunes Filho. Ao explicar a prisão do padre Augusti, o Delegado Madureira Pará afirma: “Ele fez discurso contra o governo, lá na praça do Bosque. Além desse, o padre Augusti havia feito outro pronunciamento subversivo. Cheguei a gravá-los diversas vezes”¹⁰⁴⁹. Estes eventos ressaltam a coragem de padre Augusti em expressar suas opiniões, mesmo diante da possibilidade de prisão e perseguição. Ao chegar na delegacia o delegado regional, Dr. Madureira Pará recebe o padre com gritos e grosseiras. Relata padre Augusti as palavras do delegado: “Enfim chegou o dia, não é, senhora padre? E disse uma carrada de impropérios e palavrões... Depois se dirigindo a um policial disse: Leve esse camarada para a cela”¹⁰⁵⁰. E continua padre Augusti:

Era a primeira vez que, depois de sacerdote, eu estava sendo tratado exatamente como muitos. Nunca me senti tão povo. Em Botucatu havia experimentado todos os sofrimentos. Agora também o pior: a cadeia. Talvez porque foi aqui que nasceu a minha vontade de sentir o povo e aqui se selou

¹⁰⁴⁵ Ib. p. 41.

¹⁰⁴⁶ Entrevista com o Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

¹⁰⁴⁷ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 86.

¹⁰⁴⁸ Ib.

¹⁰⁴⁹ BOTUCATU luta para vencer a crise. A Folha de São Paulo. São Paulo, 24 de julho de 1968.

¹⁰⁵⁰ Ib. p. 41.

o meu sacerdócio. Na cela me senti muito mais ungido sacerdote do que no dia 8 de julho de 1962 quando fui ordenado. Na cadeia eu me senti sagrado da plenitude do sacerdócio de Jesus. Jamais precisarei ser sagrado bispo para me considerar pleno do sacerdócio de Jesus. A plenitude não é poder; é serviço e identificação¹⁰⁵¹.

Este relato do padre Augusti sobre sua experiência na prisão revela uma profunda conexão com o sofrimento do povo e uma reafirmação de seu compromisso sacerdotal com a humildade e a solidariedade. Após ser todo revistado, padre Augusti foi levado a cela que era enorme, mas suja como um chiqueiro. Segundo padre Augusti não tinha nada, nem mesmo um colchão ou uma coberta. “Senti em poucas horas o peso da vida de milhões de brasileiros: sem nada, sem liberdade”¹⁰⁵², conclui padre Augusti. Esta experiência, vivida por padre Augusti, reflete uma profunda empatia e solidariedade para com as duras realidades enfrentadas por muitos brasileiros, reforçando seu compromisso com os marginalizados. Ao final da tarde foi levado novamente à presença do delegado regional, que antes de ser ouvido, ouviu o depoimento de seus acusadores¹⁰⁵³ que o chamavam de agitador, subversivo, imoral e tantas outras coisas. Depois padre Augusti foi interrogado e, segundo ele, “uma das acusações mais graves contra mim era instigar estudantes e pregar a mudança de estruturas”¹⁰⁵⁴. Esta acusação, embora destinada a ser negativa, inadvertidamente ressalta o impacto e a influência que padre Augusti tinha na sociedade, especialmente entre os jovens, em sua busca por justiça e mudanças sociais. E afirma Augusti: “Tenho horror do mundo quando vejo a juventude qualificada como criminosa pelo simples fato de não querer aceitar injustiças”¹⁰⁵⁵. Esta declaração de padre Augusti ilustra sua perspectiva sobre a injustiça de criminalizar os jovens por seu ativismo, refletindo seu apoio inabalável aos movimentos estudantis. Antes de ser transferido para a Dops em São Paulo, padre Augusti ficou preso por 30 horas na delegacia de Botucatu, onde afirma em seu diário: “Agradeço a Deus pelas longas 30 horas que fiquei preso na cadeia de Botucatu. Em Botucatu fui ordenado sacerdote para servir o povo. Aí fui preso porque disse que o povo tem direitos que não estão sendo respeitados”¹⁰⁵⁶. Este momento de reflexão revela uma ironia amarga no caminho de padre Augusti, que foi perseguido no mesmo lugar onde foi ordenado para servir, destacando sua fé inabalável e compromisso com a verdade. Foi testemunha das declarações do padre Augusti o sr. Luiz Aparecido da Silveira, que viria a ser prefeito na cidade de Botucatu, como oposição a

¹⁰⁵¹ Ib. p. 42.

¹⁰⁵² Ib.

¹⁰⁵³ O acusaram: Tenente Barcelos, Jaime Contessote e José Mauricio de Oliveira (BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 43).

¹⁰⁵⁴ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 43.

¹⁰⁵⁵ Ib.

¹⁰⁵⁶ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 13.

ARENA de 1977 a 1983, e que só assinou quando lhe foi garantido que sua assinatura não o comprometeria em nada. Padre Augusti comentou esse fato em seu diário: “Ele precisava fazer média com os homens que têm nas mãos os canhões e as metralhadoras para poder ser prefeito. Pobre povo desiludido que votará nesse homem pensando que está votando na oposição. Ele é um blefe”. Este comentário crítico de padre Augusti sobre as realidades políticas revela sua desilusão com as estruturas de poder e a sua percepção acurada das complexidades da política local. Naquela noite padre Augusti passou na cela, segundo ele “imunda e gélida”, que na porta tinha uma tabuleta escrito: “prisão especial”. A ironia de ser mantido em uma 'prisão especial' que era, na verdade, imunda e desumana, sublinha o contraste entre a retórica oficial e a realidade vivida por padre Augusti e outros detidos. Toda a cidade de Botucatu não falava outra coisa a não ser sobre a prisão do padre. Para poder dormir naquela noite, padre Augusti recebeu de um dos presos da cela vizinha um pedaço de colcha para se cobrir. Este ato de bondade de um companheiro de prisão ressalta a solidariedade humana mesmo em condições desesperadoras, oferecendo um raio de esperança em meio à adversidade. Desabafa Augusti: “O delegado Madureira Pará, foi torpe e desumano. Sequer me concedeu um colchão para dormir. Os seus filhos devem saber que tem um pai que é monstro! Se fez isso com um padre que tem atrás de si uma estrutura de defesa, o que não fará com os indefesos?”¹⁰⁵⁷. Este desabafo expressa a indignação de Augusti com a crueldade daqueles que estão no poder e sua preocupação com aqueles ainda mais vulneráveis do que ele. E continua o desabafo:

Sinto pelas irmãs o medo da superiora Marcelina em cuja congregação minha irmã faleceu. Nem sequer em memória de minha irmã, ela teve a coragem de permitir que alguma freira corajosa viesse fazer o que certamente a Cida o faria se estivesse viva. Ela largaria o convento, o hábito e mandaria tudo às favas se lhe impedissem de vir ver-me e prestar-me ajuda na hora da crucifixão, em que todos sumiram¹⁰⁵⁸.

Este relato emocionante de padre Augusti sobre a falta de apoio que sentiu até mesmo da própria congregação das Marcelinas reflete a sensação de isolamento e abandono que muitos enfrentam ao desafiar estruturas poderosas. O que consolou e fortaleceu padre Augusti naquela manhã que se seguiu à sua prisão foi a visita do padre Roberto Carrara, do Dr. Arli de Campos Pacheco, médico e professor da Faculdade de Botucatu e do Ângelo que era estudante de medicina, que lhe disse que havia comungado por ele naquela manhã depois de três anos que não comungava, por isso afirmou:

¹⁰⁵⁷ Ib. p. 14.

¹⁰⁵⁸ Ib. p. 16.

Se a minha prisão levar alguém a encontrar o Cristo ali de fato onde ele está, eu não terei sido preso em vão. O Ângelo sentiu necessidade de entrar em comunhão comigo através do Cristo na hora do desafio. Isto os cristãos precisam aprender: Repartir a eucaristia é repartir os compromissos sangrentos. Cristo hoje seria muito mais perigoso que eu. Tenho vergonha de ter sido preso por fazer tão pouco pela minha geração¹⁰⁵⁹.

Estas palavras de padre Augusti, tocadas pela visita do Ângelo, refletem sua convicção no poder transformador do sacrifício e na solidariedade como um ato de fé profundamente enraizado em sua missão sacerdotal. E ao definir o que é um verdadeiro amigo, que nas horas mais difíceis sofre mais que a gente e nos leva a sofrer pensando neles, completou:

O delegado é um homem perigoso que se vangloria de ser cristão! É daquelas pessoas que são ‘amigos’ nas horas que convém. Várias vezes estive em sua casa como convidado para recepções hipócritas quando precisava de mim. Agora nem sequer veio ver-me na cela. Este homem para mim é símbolo desses ‘cristãos’ que precisam ser temidos. A qualquer momento viram o apóstolo que entregou Jesus! Tenho muito medo dos que se adaptam à verdade dos que mandam. Hoje negam com o maior cinismo o que acreditaram ontem; basta que não mais lhe convenha¹⁰⁶⁰.

Este lamento de Augusti é uma reflexão crua sobre a falsidade e a traição, destacando a discrepância entre as ações e as palavras de fé, especialmente em contextos de poder e autoridade. Após o almoço o padre Getúlio Siqueira Machado, que morava no Seminário visitou o padre Augusti comunicando-lhe que naquele mesmo dia ele seria levado para São Paulo. Fato que ocorreu as 17h00. Na porta da delegacia muita gente aguardava a saída do padre Augusti. Ele acenou para todos e foi colocado no Volks vermelho do Dr. Alcides Cintra Bueno Filho, que na época era o delegado titular da Dops de São Paulo e levado para a capital onde ficaria preso na Dops. Sobre este fato, comenta Augusti no seu diário:

O Geraldo que havia sido preso há algumas horas foi entre dois investigadores na ‘corintiana’ da polícia. Já senti o meu privilégio. Quando o carro começou a rodar para deixar a cidade, senti que Botucatu estava sendo um testemunho: padres e estudantes presos por reclamarem em praça pública direitos humanos esquecidos¹⁰⁶¹.

Padre Augusti aqui captura o espírito de resistência que permeava Botucatu, destacando a prisão de padres e estudantes como um símbolo da luta pela dignidade humana e justiça social. Ao chegarem no Dops de São Paulo por volta das 22h00, padre Augusti foi conduzido para a cela e ali encontrou e pode abraçar companheiros de luta e irmãos no sacerdócio: o padre Wauthier¹⁰⁶² e padre Antônio Soares de Almeida¹⁰⁶³, onde estavam numa

¹⁰⁵⁹ Ib.

¹⁰⁶⁰ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 48.

¹⁰⁶¹ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 19.

¹⁰⁶² Padre francês chegou ao Brasil em 1963 e foi ordenado sacerdote três anos depois por Dom Agnelo Rossi, Cardeal de São Paulo. Membro da associação católica internacional denominada de “Missão Operária São Pedro

cela com aproximadamente 20 pessoas. Ficou cela 02 junto com Geraldo Nunes, preso também em Botucatu o mesmo dia do padre Augusti que, segundo ele, era uma das melhores celas pois estava vazia de presos, mas cheia de enormes ratos, onde nas madrugadas tinham que travar uma brutal luta com eles que, subiam dos porões da Dops para atormentá-los a noite: “O Geraldo acordou horrorizado com um enorme rato passando pelo seu corpo. Quando se está preso, os bichos andam sobre a gente”¹⁰⁶⁴, concluiu padre Augusti. Estas palavras de padre Augusti destacam a desumanidade e a dura realidade da prisão, onde até a presença de ratos se torna um aspecto cotidiano da luta pela sobrevivência. Assim ele define a Dops:

O Dops me pareceu um grande casarão assombrado de cujas salas e paredes pareciam emanar assombrações pavorosas. Sim, os monstros que matam a liberdade, são piores que os monstros e as assombrações que me assustavam quando criança! Confesso que tive medo. Muito medo de não sair mais vivo daquele porão¹⁰⁶⁵.

Esta descrição gráfica da Dops por padre Augusti é um testemunho poderoso do medo e do terror que ele enfrentou, simbolizando a luta contra forças opressoras que ameaçavam a liberdade e a vida. Ali na cela eles passavam o dia conversando sentados no colchão. Na manhã do dia 19 de julho, o padre José Claudino do Nascimento, da Arquidiocese de Botucatu foi visitá-lo comunicando-lhe que já tinha contratado um advogado para defendê-lo, na pessoa do Dr. Mário Pimentel de Moura. No mesmo dia à noite, recebeu a visita do Cônego Cristóforo, que era o Vigário Cooperador da Catedral da Sé e diretor da Rádio nove de julho que lhe levou a comunhão. O padre Augusti aqui reflete sobre a importância do apoio e da solidariedade, mesmo em momentos de grande adversidade, encontrando força na fé e na comunidade. E o padre Augusti comenta:

“Lembrei-me da Igreja das catacumbas. Será que não estamos caminhando para lá? Guardei uma partícula no bolso de meu paletó. A minha cela vai ser um templo. Lá dentro todos os sacrifícios serão para resgatar os escravos. Ela será símbolo da resistência de Cristo e de todas as resistências dos homens! Aliás, fiquei pensando... a troco, trazer Cristo se ele está preso?”¹⁰⁶⁶.

e São Paulo”, onde participavam dessa Associação os chamados ‘padres operários’. Estabeleceu-se em Osasco, onde trabalhou como operário na função de retificador na indústria Braseiros Rockwell S/A com jornada de trabalho em torno de 9 a 10 horas diárias como forma de aproximar a Igreja dos pobres. Associou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e, em 18 de julho de 1968, foi preso durante a greve e encaminhado ao DOPS/SP. (BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 50).

¹⁰⁶³ Sacerdote que era incardinado na Arquidiocese de Botucatu que teve a licença do então Arcebispo Dom Frei Henrique Golland Trindade para exercer seu ministério fora da Arquidiocese, militando na Juventude Operária Católica onde tornou dirigente da mesma. Deixou o ministério em 1972 e casou-se, filiando-se ao Partido Comunista do Brasil indo viver no interior da Bahia onde desenvolveu trabalho popular de apoio à guerrilha do Araguaia. Faleceu em 07 de novembro de 2003. (Anotações sobre o Cônego Antônio A. Soares. Arquivo da Cúria Metropolitana de Botucatu).

¹⁰⁶⁴ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 36.

¹⁰⁶⁵ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 28.

¹⁰⁶⁶ Ib. p. 20.

Estas palavras de padre Augusti evidenciam uma profunda reflexão sobre o significado do sacrifício e da resistência, vendo sua cela como um santuário simbólico de luta e redenção. Segundo Monsenhor Roberto Carrara, que era Pároco da Paróquia de São Benedito, em Botucatu, logo que o padre Augusti foi preso, telefonou para o então Administrador Apostólico da Arquidiocese de Botucatu, Dom Romeu Alberti, que estava no Rio de Janeiro participando da Assembleia dos Bispos:

Telefonei para ele contando o que tinha acontecido. Encarregou-me de ir para a prisão e visitar o Augusti em seu nome. Apresentei-me com todas as credenciais que podia oferecer, mas não me permitiram vê-lo. Não me recordo mais qual foi a razão da recusa. Somente me recordo que não me deixaram vê-lo. Nessa ocasião eu tinha um primo que trabalhava na polícia em S. Paulo e ele me comunicou que o meu nome também estava na lista dos possíveis passíveis de prisão. Foi um período difícil e quente¹⁰⁶⁷.

No domingo, dia 20 de julho, padre Augusti celebra a Missa na cela e escreve: “A toalha foi uma fronha quase branca. O cálice, um copinho de massa de tomate. A patena, uma tampa de lata de doce. O altar é o chão sujo de fezes de ratos. Foi a mais autêntica missa que eu já celebrei”¹⁰⁶⁸. Esta descrição vívida não apenas ilustra a precariedade do ambiente, mas também a profunda fé e resiliência do padre Augusti, transformando um lugar de desolação em um espaço sagrado. Nesta mesma tarde, em seu momento de oração ele anota em seus diário:

Hoje eu peço, Senhor, pelos jovens presos. Talvez amanhã quando todos acordarmos, estaremos sendo levados para o quarto andar e só conseguiremos sair de lá sustentados nos próprios ossos à vista dos moços e das moças que eles tentaram vencer pela tortura, pela injúria e pela difamação! Então eles dirão coisas que comprometerão a vida de milhares de pessoas que nunca sonharam que da cadeia poderia sair uma corrente de verdades e mentiras misturadas que se transformariam em um veneno mortal, que iria destilar o terror! Eu vi meninos e meninas torturados para entregarem os amigos. Vi até a tortura de um menino de dez anos para vencer a mãe que, pendurada, nua resistia ferozmente! Vi meninas, moças e senhoras serem penduradas nuas, de cabeça para baixo, e receberem afrontas de policiais desumanos que introduziam cassetetes em suas vaginas. Vi rapazes e homens pendurados nus, da mesma forma, e terem enrolado no pênis fios com correntes elétricas alternadas de ódio. Eu mesmo cheguei a ver o mundo girar como se eu estivesse pendurado no eixo da Terra! Eu escutei à noite gritos de homens e mulheres que eu não sei se amanheceram!¹⁰⁶⁹.

Estes relatos chocantes são um testemunho direto da brutalidade do regime e do profundo impacto psicológico e emocional nas vítimas e testemunhas. O processo do padre Augusti foi remetido para a Justiça militar, onde o procurador sr. Durval Airton de Moura

¹⁰⁶⁷ Entrevista com o Mons. Roberto Carrara (em anexo).

¹⁰⁶⁸ *Ib.*

¹⁰⁶⁹ *Ib.* p. 34-35.

Araujo ofereceu a denúncia cuja acusação estava baseada em atitudes de subversão, pregação de mudanças das estruturas e instigação estudantil contra a ordem estabelecida. Estava enquadrado no Decreto-Lei nº 314 da LSN de 15/3/67, art. 29 e 33, incisos I, II e III e art. 38, incisos I, II, III e IV¹⁰⁷⁰. O texto da denúncia afirma que:

Os atos praticados pelo denunciado revelam, sem sombra de dúvida, a guerra psicológica praticada pelos adeptos do comunismo internacional, como bem salientou a autoridade policial, é elemento subversivo, agitador, sempre à testa de qualquer movimento que vise combater o poder constituído, gerando a desavença entre as diversas classes sociais e políticas desta cidade, comprometendo seriamente a religião que abraça¹⁰⁷¹.

Essa acusação, embora carregada de um tom acusatório, paradoxalmente destaca o comprometimento e a coragem do padre Augusti em suas convicções, mesmo frente a um sistema opressor. Na manhã do dia 25 de julho, lendo o jornal “O Estado de São Paulo”, padre Augusti toma conhecimento da acusação que o procurador da Auditoria Militar fez contra ele, e comenta:

Confesso que, para dizer a verdade, achei muito sóbria a acusação. Sou acusado de pugnar por uma verdadeira transformação social de nossa pátria operada pela revolução do Evangelho! Vou me preparando para curtir uma

¹⁰⁷⁰ Texto da denúncia na íntegra: “O representante do Ministério Público nesta Auditoria, no exercício de suas funções, vem denunciar com fundamento no incluso auto de prisão em flagrante José Eduardo Augusti, padre da Diocese de Botucatu, neste Estado, como incurso nas sanções dos artigos 29, 33 e 38 do decreto-lei 314 de 13 de março de 1967. O denunciado, desde 1963, vem exercendo seus mistérios religiosos na cidade de Botucatu, deste Estado, e no dia 17 de julho do corrente ano, cerca das 11h30 foi preso, em flagrante, na praça Comendador Emilio Peduti, também conhecida como praça do Bosque, incitando os estudantes a continuarem ali acampados, quando na véspera a Polícia os havia dali desalojado por ordem do secretário da Segurança Pública, que tinha proibido passeatas e movimentos daquela ordem. O denunciado já há algum tempo passara a conviver com os estudantes da Faculdade de Medicina ali existente, promovendo reuniões no Centro Acadêmico Pirajá da Silva, daquela Faculdade, bem como na Cúria Metropolitana local e em comícios e discursos em praça pública vinha ofendendo as autoridades constituídas e as Forças Armadas. Foi o orientador da passeata realizada no dia 16 de julho corrente e proferiu violento discurso contra as autoridades constituídas, contra os Governos federal, estadual e municipal, com advertências e ameaças. O denunciado orientava o jornal “Manifesto” impresso na oficina do clero local, de conteúdo nitidamente subversivo: Quando na direção do programa que a rádio municipalista local reservava à Igreja, o denunciado exorbitou nas suas pregações, fazendo críticas às autoridades constituídas e instigando a classe estudantil contra as autoridades, lançando animosidade entre as classes sociais, o que fez com que fosse o programa suspenso pela alta direção da emissora, que notou esta conduta esquisita daquele sacerdote, não permitindo mais que o mesmo fizesse uso do microfone. O denunciado não nega que seja um dos orientadores do jornal “Manifesto” e confirma os teores de todos os discursos proferidos nos comícios ou reuniões estudantis, e chega mesmo a confessar que ‘pugna por uma verdadeira transformação social de nossa Pátria sem violência e operada pela revolução do Evangelho’ e quer que o povo participe realmente dos problemas da nossa comunidade. Após a dissolução do acampamento que os estudantes organizaram no dia 16 na praça do Bosque, os estudantes refugiaram-se na sede do Seminário menor, onde foram acolhidos pelo denunciado que no dia seguinte retornou com os mesmos aquela praça. Os atos praticados pelo denunciado revelam, sem sombra de dúvida, a guerra psicológica praticada pelos adeptos do comunismo internacional, como bem salientou a autoridade policial ‘é elemento subversivo, agitador, sempre à testa de qualquer movimento que vise combater o poder constituído, gerando a desavença entre as diversas classes sociais e políticas desta cidade, comprometendo seriamente a religião que abraça’. Isto posto, espera seja recebida a presente denúncia citado e denunciado, inqueridas as testemunhas arroladas e observadas as demais formalidades legais”. (Cópia do texto do processo. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu em fase de catalogação).

¹⁰⁷¹ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu (em fase de catalogação).

prisão mais longa. Aliás, para nós que vivemos mais de dez anos trancados em seminário, a prisão não é tanta novidade. Aqui uma cela não pode se comunicar com a outra. Até fez lembrar o tempo do Seminário do Ipiranga que os estudantes de filosofia moravam juntos com os de teologia e não podiam se falar. Há na cadeia muita coisa parecida com internato ou vice-versa: os internatos em muitas coisas se parecem com prisão¹⁰⁷².

Esta reflexão do padre Augusti não apenas sublinha a ironia da situação, mas também revela uma comparação perspicaz entre a estrutura repressiva da prisão e a rigidez dos seminários, destacando a resiliência e adaptação do padre em ambientes confinados.

Os padres de Botucatu se manifestaram em apoio ao padre Augusti, através de um manifesto de solidariedade¹⁰⁷³, onde consideraram a prisão do padre “um ato de profunda repulsa e de arbitrariedade das autoridades”¹⁰⁷⁴ e questionam a acusação feita de que padre estava praticando atos de subversão:

É subversão denunciar injustiças? Trabalhar pela promoção de famílias infelizes, dando condições mais dignas de habitação, saúde, higiene e cultura? É subversão a presença educadora da Igreja no meio da juventude estudantil, principalmente universitária? É subversão apoiar reivindicações justas e oportunas de alunos que pleiteiam condições para se tornarem profissionais competentes?¹⁰⁷⁵.

Aqui, percebe-se um forte argumento retórico, destacando a discordância entre a ação social da Igreja e a interpretação governamental de subversão, sublinhando a essência humanitária e educacional das ações do padre. No mesmo manifesto os padres de Botucatu

¹⁰⁷² AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 85.

¹⁰⁷³ Íntegra do Manifesto: “Manifesto de Solidariedade. Nós, padres presentes em nossa Arquidiocese de Botucatu, por ocasião da crise da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas, surpresos com a prisão do Pe. José Eduardo Augusti, vimos publicamente com ele solidarizar-nos num ato de profunda repulsa a esta atitude arbitrária das autoridades. Arbitrária quanto às circunstâncias, pois o padre estava dentro do recinto do Seminário, conversando com um amigo, sendo então violentamente puxado pelo braço. Arbitrária, sobretudo, quanto aos motivos. Somos solidários com a sua pessoa e com o trabalho que vem realizando principalmente, entre os universitários. É um testemunho e uma presença da Igreja numa luta pelo desenvolvimento integral do homem. Qual o motivo desta prisão? Teria sido por real subversão? Em que? Que fez? Que é afinal subversão? Seria denunciar injustiças? Trabalhar pela promoção de famílias infelizes, dando condições mais dignas de habitação, saúde, higiene e cultura? É subversão a presença educadora da Igreja no meio da juventude estudantil, principalmente universitária? É subversão apoiar reivindicações justas e oportunas de alunos que pleiteiam condições para se tornarem profissionais competentes? Ou será que o motivo de tudo é a atitude vingativa de grupos desta cidade por causa de interesses pessoais prejudicados, sob pretexto da própria segurança nacional? A interpelações como essas, muita gente terá que responder perante Deus e perante a História. Tendo em consideração o respeito com a dignidade de cada pessoa, e em particular de um sacerdote, repudiamos igualmente as expressões depreciativas do Exmo. Sr. Delegado Regional de Botucatu em suas entrevistas à imprensa. Entretanto, não nos admiram tais acusações uma vez que o próprio Cristo foi chamado de ‘agitador’ (Lc 23,5). Ele veio para defender os fracos. Os fortes sempre acharam incômoda a palavra D’Ele. Por isso, Pe. Augusti, agora nós o respeitamos ainda mais. Você está ‘enquadrado’ no Reino dos Céus: ‘Felizes sereis, quando por minha causa, vos injuriarem, vos perseguirem e mentindo, disserem todo o mal contra vós. Alegrai-vos e exultai, pois será grande a vossa recompensa nos céus’ (Mt. 5,11). Botucatu, 19 de julho de 1968”. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹⁰⁷⁴ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 102 verso. Cópia datilografada do Manifesto de Solidariedade. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu em fase de catalogação).

¹⁰⁷⁵ *Ib.*

perguntavam: “será que o motivo de tudo não será a atitude vingativa de grupos desta cidade por causa de interesses pessoais prejudicados, sob pretexto da própria segurança nacional?”¹⁰⁷⁶ e condenam a atitude do delegado Madureira Pará que, nas entrevistas sempre usava expressões que denegriam a pessoa do padre Augusti, e afirmaram que o “próprio Cristo foi chamado de ‘agitador’”¹⁰⁷⁷ e que o padre Augusti estava “enquadrado no Reino dos Céus”¹⁰⁷⁸. Essa comparação com Cristo não só enfatiza a injustiça sofrida pelo padre Augusti, mas também reforça a ideia de que a verdadeira missão da Igreja muitas vezes entra em conflito com as autoridades políticas. Na prisão, padre Augusti tomou conhecimento do manifesto pelo jornal Última hora onde afirma que muito o confortou a manifestação dos padres de Botucatu: “Confortou-me saber todos identificados comigo no sofrimento. A dor repartida é menor. Isso foi muito bom para mim porque até agora estava com a sensação de que todos haviam sumido. Quando a Igreja conseguir repartir entre os cristãos a dor imensa do povo, essa dor se tornará menor.”¹⁰⁷⁹. Neste trecho, a ênfase na solidariedade e na partilha do sofrimento reflete a visão de que a comunidade eclesial deve estar unida, especialmente em tempos de adversidade. E no seu diário ele escreve:

O nosso grito de protesto ao gesto extremamente individualista do velho arcebispo poderá ainda criar uma solidariedade fecunda. Parece que nem tudo está perdido. O arcebispo poderá estar concordando com a minha prisão (isto deduzo de sua total falta de um gesto de solidariedade), mas isto será um cálice amargo de beber até o fim. Quem foi escolhido para salvar, paga caro os seus compromissos com gestos de morte. Tenho pena do velho arcebispo. Ele não deve estar com o juízo perfeito para largar uma diocese tão despedaçada! Botucatu é uma Igreja marcada. D. Carlos, o bispo de Maura, abandonou-a em frangalhos, em direção ao cisma. Agora a história se repete de uma forma ainda mais dolorosa: D. Henrique a deixa no mais estressante processo de desintegração, em direção ao caos, pois seu orgulho impediu o diálogo dele conosco para indicar um sucessor com fiável. No fundo foi seu gesto, a sua intolerância e o seu compromisso com os grandes que me colocou na prisão! Disto tenho absoluta certeza. Com um pastor forte os lobos não teriam devastado o rebanho. Por isso sempre achei que aquele que não tem coragem para se arriscar pelo rebanho, nunca deveria aceitar ser pastor! Eu acuso porque nunca tiveram coragem de me acusar, embora pensassem tudo isso de mim. Mais vale nesta hora a benção dos atemorizados colegas solidários do que as costas do arcebispo que há tempo vem escolhendo falar apenas com os grandes. A última carta que lhe escrevi para tentar falar-lhe, recebia-a de volta com um solene ‘não lida’¹⁰⁸⁰.

¹⁰⁷⁶ Ib.

¹⁰⁷⁷ Ib.

¹⁰⁷⁸ Ib.

¹⁰⁷⁹ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 63.

¹⁰⁸⁰ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 38-39.

Em 21 de julho o padre Augusti escreveu uma carta ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Agnelo Rossi¹⁰⁸¹, onde explica sua situação e as acusações injustas que o levaram a prisão: “as acusações feitas contra mim foram ridículas. Subversão, luta de classes e outros absurdos. Inclusive o Delegado me ‘acusou’ de pregar muito o Diálogo. As testemunhas foram três civis absolutamente ignorantes e dois militares completamente alheios à linha conciliar da Igreja”. Este relato destaca a disparidade entre as acusações e a realidade do trabalho pastoral do padre, evidenciando uma clara desconexão entre os valores da Igreja e os critérios de acusação. E pede uma definição quanto ao seu caso:

As acusações feitas contra mim foram ridículas. Subversão, luta de classes e outros absurdos. Inclusive o Delegado me ‘acusou’ de pregar muito o Diálogo. As testemunhas foram três civis absolutamente ignorantes e dois militares completamente alheios à linha conciliar da Igreja. Nós nos sentimos ainda mais identificados ao Cristo quando sofremos pela justiça. Agora, o que me deixaria triste é se visse os nossos bispos alheios a essas nossas preocupações e sobretudo alheios às injustiças cometidas contra nós quando lutamos para libertar os nossos irmãos de tanto sofrimento. A

¹⁰⁸¹ “Exmo. Sr. Cardeal Rossi. DD. Presidente da C.N.B.B. L.S.C. Como V. Emcia. Já deve estar informado por D. Alberti eu e o estudante Geraldo Numes Filho fomos enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Estou até agora completamente estarecido diante do que acontece comigo. Fui enquadrado por ter praticado o delito de que trata o Decreto-Lei nº 314 de 15/3/1967 – (Lei de Segurança Nacional) Art. 29; Art. 33 nº I, II e III e Art. 38 nº I, II, III e IV. Em decorrência de minha missão, como V. Emcia. Já deve ter sido informado eu precisava estar ao lado dos estudantes. Eu não podia traí-los no momento mais difícil. A reivindicação é justíssima. O modo de reivindicação sempre foi pacífico. Nenhum estudante em momento algum se comportou de modo menos digno. Os padres de Botucatu são testemunhas. Sempre estive ao lado dos estudantes. Participei de uma manifestação pacífica e quase informal em praça pública com o intuito de levar o povo a tomar consciência dos problemas da comunidade e mediante a pressão moral conseguir uma resposta das autoridades. Para mim nada tão legítimo. Agora, Sr. Cardeal gostaria muito de deixar a V. Emcia. Bem claro o seguinte: as acusações feitas contra mim foram ridículas. Subversão, luta de classes e outros absurdos. Inclusive o Delegado me ‘acusou’ de pregar muito o Diálogo. As testemunhas foram três civis absolutamente ignorantes e dois militares completamente alheios à linha conciliar da Igreja. Ademais, todos representantes de grupos dominantes da política local (um é funcionário da Prefeitura) ou de grupo econômico como é o caso do Sr. Jaime Contessote que representa o maior grupo econômico dominante em Botucatu. Todos eles Sr. Cardeal há tempo vinham tentando impedir minha ação pastoral, tanto no campo social, como no campo estudantil, inclusive porque sempre quiseram se prevalecer do poder ou riqueza para manter a cidade numa situação infeliz de atraso, sobretudo cultural e social. Sempre lutei pela justiça administrativa e pelo respeito sagrado dos direitos humanos. Os donos da cidade urdiram contra mim uma trama e habilidosamente aproveitaram da ocasião para me enquadrar na Lei de Segurança Nacional. V. Emcia. Deve estar plenamente ao par (por D. Alberti) de qual é meu pensamento e qual foi sempre a minha pregação. Sempre procurei ser objetivo nas críticas. Nunca preguei subversão nem desrespeito a qualquer autoridade. Apenas alertei-as sempre no sentido de que sejam justas e a justiça seja sempre respeitada por todos. Em Botucatu as autoridades não tem sido justas. Quanto ao problema específico da Faculdade de Medicina o governo não tem atendido as reivindicações justas dos professores e alunos. Agora Sr. Cardeal V. Emcia., como presidente da C.N.B.B. tem a meu ver uma grande responsabilidade no sentido de mediante a justiça e a verdade pressionar o governo a fim de que a pressão política da iniquidade não prevaleça contra nós sacerdotes, colaboradores do Episcopado na luta pela implantação do Evangelho. Nós nos sentimos ainda mais identificados ao Cristo quando sofremos pela justiça. Agora, o que me deixaria triste é se visse os nossos bispos alheios a essas nossas preocupações e sobretudo alheios às injustiças cometidas contra nós quando lutamos para libertar os nossos irmãos de tanto sofrimento. A responsabilidade é nossa! Sr. Cardeal espero de V. Emcia. Uma atitude corajosa diante de um fato que providencialmente ocorreu quando todo o Episcopado no Rio, pensava em todos esses problemas que me levaram à luta e agora à cadeia. Vossa benção de V. Emcia. O seu Pe. José Eduardo Augusti de Botucatu”. (Carta de Pe. José Eduardo Augusti ao Cardeal de São Paulo Dom Agnelo Rossi. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

responsabilidade é nossa! Sr. Cardeal espero de V. Emcia. Uma atitude corajosa diante de um fato que providencialmente ocorreu quando todo o Episcopado no Rio, pensava em todos esses problemas que me levaram à luta e agora à cadeia¹⁰⁸².

E no seu diário de prisão padre Augusti escreve:

Nunca entendi o que fazem homens enfeitados, comprometidos com o poder, dizendo-se representantes de Cristo. O vermelho da púrpura que significa o sangue de Jesus, em muitos não passa de fantasia. A Igreja de São Paulo precisa urgente de um representante mais autêntico do libertador. Ela é muito grande para ter à sua frente um bispo vacilante e fraco, subserviente e temeroso diante dos poderosos. A santidade tem que ser violenta e eficaz! Ao contrário, ela é falsa!¹⁰⁸³.

Essas palavras são uma poderosa expressão de descontentamento com a liderança atual e um chamado à ação e autenticidade na Igreja. Na tarde do dia 23 de julho, o advogado esteve no Dops visitou, juntamente com o Pe. José Claudino do Nascimento para comunicar ao padre Augusti que no dia seguinte entraria com um pedido de “habeas corpus”, e que tentaria mostrar à Justiça Militar que a prisão em flagrante não havia acontecido, mas que tinha sido forjada pelo Delegado de Botucatu¹⁰⁸⁴. Esta iniciativa legal demonstra não apenas um esforço para restaurar a justiça, mas também sublinha a complexidade e os desafios enfrentados pelos clérigos naquela época turbulenta.

Neste mesmo dia a noite, o Administrador Apostólico de Botucatu, que havia sido designado pelos bispos na IX Assembleia Geral, para acompanhar, em nome da CNBB tomasse contato sobre os fatos que estavam acontecendo mesma tomasse contato com os fatos que se sucediam em Osasco, com a greve dos operários, e em Botucatu, com o movimento estudantil, foi até o Dops visitar o padre Augusti e disse que após observar tudo em Botucatu e Osasco, estava retornando para o Rio de Janeiro para apresentar aos Bispos um relatório de tudo o que observou. Essa diligência do Administrador Apostólico reflete a preocupação da Igreja com as questões sociais e políticas da época, mostrando um envolvimento ativo nos acontecimentos contemporâneos. Os dois conversaram por um bom tempo a sós, como afirma Augusti: “Sobretudo falamos da necessidade que sentimos da pressão maciça da Igreja para preservar a justiça. Comentamos como a Igreja está distante do povo”¹⁰⁸⁵. Este diálogo ressalta a conscientização sobre o papel crucial da Igreja na sociedade, bem como a necessidade percebida de uma maior proximidade com o povo. Antes de se despedirem, padre

¹⁰⁸² Carta de Pe. José Eduardo Augusti ao Cardeal de São Paulo Dom Agnelo Rossi. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹⁰⁸³ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 61.

¹⁰⁸⁴ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 85.

¹⁰⁸⁵ Ib. p. 88.

Augusti lhe entregou a carta que escreveu e que gostaria que fosse levada e entregue ao presidente da CNBB, Cardeal Dom Agnelo Rossi. Mais uma vez Dom Alberti fez questão de manifestação a sua solidariedade diante da difícil situação que padre Augusti estava vivendo, a prisão.

No dia 24 de julho Dom Agnelo Rossi vai até o Dops para conversar com o padre Augusti, que foi acompanhado pelo padre Wauthier e o estudante Geraldo Nunes Filho. Os três são levados pelos investigadores até a sala de visitas onde estava o Cardeal. Ali estavam também os delegados e torturadores recepcionado Dom Agnelo:

O Fleury estava ali fazendo sala ao 'ilustre' visitante. Claro, para eles, o Cardeal Rossi é um respaldo na luta contra os comunistas e subversivos. Eles dizem abertamente que D. Agnelo é aliado deles. Não creio que chegue a tanto. Mas compreendo que suas atitudes dúbias deixam margem a tal interpretação¹⁰⁸⁶.

Esta observação de padre Augusti reflete uma percepção aguda das complexidades e ambiguidades nas relações entre a Igreja e o Estado, e como essas relações são percebidas tanto interna quanto externamente. Os três conversaram com franqueza com o Cardeal que disse não querer privilégio para os padres “viemos reconhecer a situação dos padres, e não interferir no processo. Se os padres forem inocentes, a justiça humana saberá reconhecê-la. Quanto à justiça divina, não tenho dúvidas”¹⁰⁸⁷. Afirmção que, segundo padre Augusti era “uma atitude de quem quer mesmo lavar as mãos”¹⁰⁸⁸. Era notável no Cardeal, segundo Augusti, o medo terrível “de perder a posição cômoda que tem de amigo dos que usurparam o poder e o exercem arbitrariamente para se manterem ilesos”¹⁰⁸⁹. Para Augusti a impressão que dava era que o Cardeal Rossi “não tem a mínima percepção para captar a revolta justa que tomou conta da alma dos jovens que não se conformam com o que estão fazendo com o povo brasileiro”¹⁰⁹⁰. Essa crítica do padre Augusti ao Cardeal Rossi sublinha uma desconexão percebida entre a liderança da Igreja e as realidades e sofrimentos vivenciados pelo povo, principalmente os jovens. E conclui afirmando que: “infelizmente, a Igreja de São Paulo tem um príncipe. Não tem pastor! Tem apenas um gerente!”¹⁰⁹¹. Isto demonstra uma poderosa expressão de desapontamento com a liderança eclesiástica, questionando a sua verdadeira missão e comprometimento.

¹⁰⁸⁶ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 77.

¹⁰⁸⁷ D. AGNELO visita padres presos no Dops. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25 de julho de 1968.

¹⁰⁸⁸ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 78.

¹⁰⁸⁹ *Ib.*

¹⁰⁹⁰ *Ib.*

¹⁰⁹¹ *Ib.*

Na cela os estudantes gostavam muito de conversar com os padres que ali estavam presos. Eram longas conversas que segundo Augusti “vão desde teologia até arte culinária”¹⁰⁹². Eram longos também os debates que faziam sobre o contexto em que viva o Brasil. Estas interações entre os padres e os estudantes destacam o intercâmbio de ideias e conhecimentos em um ambiente adverso, refletindo a resiliência e a vontade de manter uma mentalidade crítica e inquisitiva mesmo sob circunstâncias desfavoráveis. Conta-nos Dimitrov:

Uma história que contam do padre Augusti e eu acho que é verdade, é que tinha a televisão na prisão e aí muita gente ficava vendo televisão, e não participava dos debates, parece que ele andava escondendo, roubava a válvula da televisão, por dentro tirava alguma peça e escondia, para a turma não poder assistir televisão e para participar do debate¹⁰⁹³.

Esta anedota sobre o padre Augusti sugere um esforço para incentivar o engajamento e a reflexão crítica entre os prisioneiros, valorizando a discussão e o diálogo em detrimento de distrações superficiais. Em uma dessas conversas entre padre Augusti e Pe. Wauthier com o cônsul da França, que, juntamente com Dom Agnelo Rossi havia visitado os dois padres presos, alguns delegados apareceram e também entraram na conversa até que saiu o assunto sobre a infiltração comunista entre o clero. Nesse momento padre Augusti não perdeu a oportunidade e disse a eles “achar engraçado a preocupação que eles tinham com a existência de uns poucos comunistas no seio da sociedade brasileira e não se tocavam com a maciça infiltração da miséria que esta sim seria capaz de fazer explodir a nação”¹⁰⁹⁴. Esta observação perspicaz de padre Augusti ressalta a ironia da preocupação excessiva com a ideologia política em detrimento da atenção aos problemas sociais e econômicos mais prementes. Eles, sem graça, desconversaram e se retiraram dali. E escrevendo em seu diário, padre Augusti assim define o comunismo: “Cherteston dizia que ‘o comunismo são ideias cristãs enlouquecidas. Para mim o comunismo ateu proliferou porque o processo fraternal de socialização dos primeiros cristãos foi sufocado pela hipocrisia daqueles que fizeram da Igreja uma grande caricatura de Cristo, embevecida pelo poder!’”¹⁰⁹⁵. Essa reflexão sobre o comunismo como uma distorção das ideias cristãs originalmente fraternas e igualitárias revela uma crítica à institucionalização da Igreja e suas implicações na sociedade. E sobre o ateísmo ele afirma: “Se Deus foi representado por exploradores, ladrões e criminosos, era mais digno negar-lhe a

¹⁰⁹² BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 138.

¹⁰⁹³ Entrevista com Pedro Dimitrov (em anexo).

¹⁰⁹⁴ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 93.

¹⁰⁹⁵ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 75.

existência do que aceitar o que se fazia em nome dele”¹⁰⁹⁶. Esta afirmação é uma crítica incisiva à corrupção e à hipocrisia que podem se infiltrar em instituições religiosas, questionando a integridade da representação de Deus em tais contextos.

O Dr. Alcides, que era o delegado titular do Dops de São Paulo, gostava de ouvir o padre Augusti. Numa das noites de prisão, ele estava de plantão, e os dois ficaram até as quatro horas da manhã conversando, onde padre Augusti pode lhe mostrar as razões profundas da crise que estava ocorrendo em Botucatu. Padre Augusti traça o perfil do delegado escrevendo em seu diário:

O Dr. Alcides é uma espécie de cruzado de TFP. Ele se julga um soldado da Santa Inquisição que vai ajudar a purificar a Igreja de seus erros e desvios. Ele me estima, mas a hora que precisar mandar-me para o ‘pau de arara’ não hesitará em fazê-lo. E julgará que estará me fazendo um grande bem. Tenho pena de seus filhos. É daqueles pais que não duvidará em mandar o filho para a cadeia se achar que virou comunista!¹⁰⁹⁷.

Esta descrição revela uma visão crítica e preocupada do padre Augusti sobre o Dr. Alcides, destacando a complexidade de uma figura que equilibra respeito pessoal com ideologias extremas. Pelo fato de Dr. Alcides ter parentes em Botucatu e conhecer o estilo tradicional da cidade, também deu seu diagnóstico sobre o padre Augusti, sendo bem categórico: "Você foi dose de elefante para Botucatu: A evolução que teria que demorar uns dez anos você a quis de uma hora para outra"¹⁰⁹⁸. Esta avaliação, embora crítica, também pode ser interpretada como um reconhecimento indireto da influência significativa e rápida que o padre Augusti teve na comunidade. Ele também revelou que havia há mais de um ano observando as atitudes do padre Augusti e que tinha inclusive conversado com o arcebispo de Botucatu, Dom Frei Henrique e com o cardeal de São Paulo, Dom Agnelo Rossi sobre suas atividades junto dos estudantes de Botucatu. E escreve padre Augusti: “Mostrou-me o pacote de ‘O Manifesto’, o jornalzinho dos jovens de Botucatu, apreendido pela polícia e remetido ao Dops. Vi também na sua gaveta fitas gravadas com discursos meus”¹⁰⁹⁹. Esta revelação sugere uma vigilância sistemática e detalhada do padre Augusti, indicando a seriedade com que suas ações eram vistas pelas autoridades. E conclui o padre Augusti em seu diário: “Tudo isso não me preocupa. Repito quantas vezes for preciso que sustento tudo o que falei. Eu sei que a verdade nos compromete”¹¹⁰⁰. Palavras que refletem a firmeza e a convicção do padre em suas crenças e ações, apesar do escrutínio e da pressão que enfrenta. E continuando a

¹⁰⁹⁶ Ib. p. 76.

¹⁰⁹⁷ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 110.

¹⁰⁹⁸ Ib. p. 111.

¹⁰⁹⁹ Ib.

¹¹⁰⁰ Ib. p. 112.

conversa, diz o padre Augusti que tentou mostrar ao Dr. Alcides que o Delegado de Botucatu, Dr. Madureira Pará estava fazendo o jogo dos políticos da cidade, sendo ele um mero instrumento dos donos da cidade que estavam sendo ameaçados no seu domínio e que ele, Augusti não passava de um “bode expiatório”. E afirma ao Dr. Alcides: “Tudo isso é possível num regime autoritário e arbitrário como o nosso. Num regime limpo, nenhum Amaral de Barros seria prefeito de Botucatu, nem Pará seria delegado. Num regime injusto florescem os maus e os medíocres. Os bons são encurralados, presos ou colocados no ostracismo”¹¹⁰¹. Esta análise do padre Augusti evidencia uma crítica contundente ao sistema político e social vigente, destacando a distorção de justiça e a prevalência de interesses particulares sobre o bem comum. Mas o Dr. Alcides não cansava de dizer: “Foi só tirar você da cidade que o fogo se apagou”. E padre Augusti anota no seu diário: “Acho bom que ele pense que eu sou o pivô de tudo. Pelo menos deixam o pessoal em paz. Tenho certeza de que a minha prisão evitou a prisão de muitos”¹¹⁰². Essa observação mostra a percepção do padre sobre sua influência e papel como um ponto focal dos acontecimentos, e sugere um sentimento de sacrifício pessoal pelo bem maior da comunidade. E comentando sobre o dia seguinte ele continua: “Esta noite custei para dormir. Ouvi bater o relógio da Estação da Luz até às 3 da madrugada. Estava pensando: são as horas batendo a caminho da liberdade. Dormi porque desconfio que ainda o caminho é longo”¹¹⁰³. Aqui o padre Augusti evoca a angústia e a esperança entrelaçadas na sua experiência, com uma consciência aguda da realidade de sua situação e do caminho desafiador à frente. É interessante a anotação que padre Augusti faz no seu diário se referindo ao governador Abreu Sodré:

Pensei muito em tanta gente que já passou por estas celas e ouviu as batidas deste relógio. Até o nome do infeliz governador Sodré está na parede, lembrando que passou por aqui quando estudante da Faculdade de São Francisco. Pensei muito como todos nós corremos o risco de degenerar. Principalmente quando se está no poder. Realmente o poder corrompe! Para ter vindo preso, certamente o Sodré deve ter sido bem melhor!¹¹⁰⁴.

Nestas palavras, padre Augusti expressa uma reflexão profunda sobre a natureza humana e o poder, apontando para a capacidade de mudança e corrupção inerentes a todos, especialmente aqueles em posições de autoridade. Numa das visitas do padre Nivaldo Pires Rosa, de Botucatu, acompanhado do Cônego Ulysses Moreira Araujo do Dr. Ricardo A. de Arruda, médico e professor da Faculdade de Medicina de Botucatu, disse ao padre Augusti que na rua em frente o Dops, haviam alguns mocinhos da Tradição, família, propriedade

¹¹⁰¹ Ib. p. 113.

¹¹⁰² Ib. p. 169.

¹¹⁰³ Ib. p. 98.

¹¹⁰⁴ Ib.

(TFP) que insistiram para que ele assinasse o abaixo-assinado contra a infiltração comunista no clero e que quando ele disse que era padre e de Botucatu, “o rapazinho perdeu a voz porque o abaixo-assinado era contra ele também”¹¹⁰⁵. Esta cena, conforme relatada, ilustra a ironia e a tensão entre as convicções e a realidade, evidenciando as contradições e conflitos internos que permeiam as interações sociais e políticas da época.

Iniciando a primeira semana de agosto, ainda preso, padre Augusti escreve em seu diário: “Será que esta semana que começa no cárcere acabará no cárcere? Quem está preso vive em função do dia da liberdade”. E continua sua reflexão:

Hoje estive pensando muito sobre todas as minhas atitudes, que me levaram à prisão. Estou plenamente tranquilo e satisfeito: se eu me houvesse omitido no momento em que mais os universitários precisavam de mim, eu teria sido um fraco. Mil vezes estar tranquilo no cárcere do que livre, roendo o remorso de me ter omitido. Para mim teria sido muito fácil não ser preso. Bastaria ter ouvido o conselho do governador (Abreu Sodré) para me retirar da cidade que eu seria preservado e não haveria o escândalo da prisão de um padre. Pensei muito no episódio do Cristo diante do Governador Caifás! Sequer lhe respondeu às bobagens. Bênção: são todos os desejos do povo. Eu preciso ser igual. O Dops não é consequência da minha imprudência, mas sim da minha consciência¹¹⁰⁶.

Esta introspecção do padre Augusti evidencia uma convicção profunda e uma paz interior oriunda da certeza de ter agido corretamente, apesar das consequências adversas. No final de julho, numa noite, chegaram presos no Dops uma turma de estudantes que estavam fazendo comícios relâmpagos. O Dops ficou abarrotado de estudantes. No domingo, graças a ao carcereiro, muito simpático, abriu-se as portas e a missa foi celebrada no corredor. Segundo padre Augusti, todos os estudantes comungaram sob as duas espécies do pão e do vinho. E anota no seu diário: “Fiz uma pequena alocução: disse-lhes que a nossa atitude ali dentro era um gesto eficaz. Não são as palavras que vão salvar o Brasil. São as atitudes decorrentes delas. No fim da missa cantamos uma música do Chico Buarque com uma letra que nos comprometia juntos!”¹¹⁰⁷. Essa celebração e a mensagem do padre Augusti destacam a importância da ação e da solidariedade, mesmo em circunstâncias extremas. E respondendo uma carta recebida da Irmã Silvia de Ambrosis que residia no Colégio das Irmãs de Santa Marcelina de Botucatu, afirma:

Estão conosco presos aqui um grupo de estudantes, todos jovens fantásticos, líderes estudantis, presidentes de grêmios, rapazes de valor. Somos já grandes amigos. A gente sente o crime que se está cometendo contra uma geração traída, lançando no cárcere jovens que querem alguma coisa, que

¹¹⁰⁵ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 119.

¹¹⁰⁶ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 172.

¹¹⁰⁷ *Ib.* p. 110.

lutam por um Brasil melhor. Diga as Irmãs, diga às meninas que vale a pena ser preso por não querer pactuar com a injustiça, não suportar mediocridade! Que rapazes de valor eu vejo (meninas também) serem presos porque não querem ser medíocres. Agora mais do que nunca sinto porque sou odiado pelos mesmos que odeiam esses jovens... Os velhos amarrados nas velhas estruturas de injustiça e exploração temem a explosão vital dos jovens que se abrem para a vida. Não há confronto maior do que o que existe entre a vida e a morte¹¹⁰⁸.

Aqui, padre Augusti expressa uma forte admiração e uma aliança com a juventude, destacando um conflito geracional e ideológico entre os jovens idealistas e as estruturas estabelecidas. Três dias após a prisão, uma turma de estudantes foram soltos e, ao saírem do Dops foram entrevistados por jornais que estavam ali esperando para entrevista-los. Na entrevista que depois foi publicada em jornais falaram ao repórter sobre a missa que tiveram no domingo:

“Durante o sermão o padre nos encorajou, dizendo que todos éramos vítimas da injustiça”, era uma das frases que um dos estudantes soltou ao repórter. Outro estudante disse também na entrevista: ‘sou católico, mas para ir à missa preciso ir preso: encontrei na cadeia a Igreja que gostaria de encontrar na rua...’ São todos jovens, quase garotos como aqueles que são escoraçados da Igreja apenas porque vestem roupas diferentes dos adultos¹¹⁰⁹.

Estes relatos dos estudantes soltos ressaltam o impacto da experiência vivida e a percepção de uma Igreja mais autêntica e acolhedora nas circunstâncias mais adversas.

Estava próximo do início da 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano na cidade de Medellín, na Colômbia. No sábado, dia 10 agosto, os jornais noticiaram que um grupo de mais de duzentos padres e leigos, tomaram a Catedral de Santiago (Chile) por m dia inteiro onde celebrou missas e cataram canções folclóricas de cunho religioso, como forma de protesto, e promoveram uma coletiva com a imprensa, fundando na ocasião a chamada “Igreja Jovem”, reunindo religiosos, estudantes e sindicalistas da JOC¹¹¹⁰. O padre Augusti comenta: “Querem a Igreja mais perto do povo. Se a Igreja da América Latina não defender o povo de todas as opressões, ela será a maior traição no terceiro mundo. O nosso continente é uma imensa prisão”¹¹¹¹. Esta observação mostra de maneira clara a visão do padre Augusti de que a Igreja deve ser uma força ativa na luta contra a opressão e na promoção da justiça social. E se pronuncia quanto a Conferência de Medellín: “Vamos agora aguardar Medellín. Tenho muita esperança na Conferência do Celam. Ou a Igreja assume o risco das transformações, ou

¹¹⁰⁸ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 125.

¹¹⁰⁹ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 145.

¹¹¹⁰ DONOSO, Loero. Historia de los cristianos per el socialismo em Chile. Santiago: Editorial Geniart, 1998, p. 167.

¹¹¹¹ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 192.

correrá o risco de ser transformada num imenso objeto de ódio. Medellín será uma grande esperança ou uma decepção terrível”¹¹¹². Esta declaração sublinha a importância crítica da Conferência de Medellín para o futuro da Igreja na América Latina e sua relação com questões sociais e políticas. E ao receber no dia 12 de agosto a visita do padre Jefferson Ildefonso Soares, que era vigário da Paróquia Nossa Senhora da Conceição (Santa Ifigênia – São Paulo) e do seminarista Francisco Aparecido Cordão, que se preparava para ser padre, disse-lhes:

Nenhum covarde pode ser padre. Sacerdócio não é privilégio, é serviço. O maior serviço é libertar. Só quem tiver coragem de assumir o risco da libertação dos homens pode se aproximar do altar de Deus. Quantas mãos sujas por aí solidárias com a opressão. Oferecendo sacrilegalmente o corpo e o sangue de Cristo. Eu tenho nojo de padres vendidos¹¹¹³.

Aqui, padre Augusti expressa uma forte condenação da covardia e da complacência, enfatizando o papel do sacerdócio como um compromisso com a libertação e a justiça. No dia 14 de agosto, às 13h00 aconteceu a primeira audiência do padre Augusti na Auditoria Militar, onde seria qualificado, onde foi acompanhado pelo Dr. Alcides. Foi tudo muito rápido. A qualificação não demorou nem meia hora e o conselho todos deste Promotor até juiz era formado por militares. Dali foram participar da Missa às 18h00 na Catedral da Sé. Após a Missa, padre Augusti assim escreve no seu diário a sua experiência:

Ali sentado no banco com a Catedral já escura com o cair da tarde, fiquei pensando em uma porção de coisas... Eu ali dentro da Igreja... estava preso. Por que será que milhões de pessoas que entram nas nossas Igrejas presas, permanecem presas e saem dali presas? Por que a nossa pregação não consegue libertar?¹¹¹⁴.

Este momento de reflexão de padre Augusti revela uma profunda contemplação sobre o papel da Igreja e a eficácia de sua mensagem na libertação espiritual e social das pessoas. Às 23h00 quando padre Augusti entrou na carceragem, os estudantes ali detidos o receberam com festa, pois tinham ouvido pelo rádio que o “habeas corpus” tinha lhe sido concedido com uma votação de sete votos a favor e cinco contra. Depois de vinte oito dias ele deixa a prisão. Naquela noite, diz Augusti “não dormimos. Nunca o sol custou tanto para clarear o dia. Parece que demorou mais aquela noite com a liberdade marcada do que os outros 28 dias de Dops com a liberdade desconhecida. Hoje eu dei valor para a liberdade!”¹¹¹⁵. Esta reflexão do padre Augusti enfatiza o valor da liberdade e a agonia da espera, sublinhando a importância de cada momento de liberdade frente à incerteza do futuro. Logo pela manhã todos os jornais

¹¹¹² Ib. P. 193.

¹¹¹³ Ib. p. 207.

¹¹¹⁴ Ib. P. 216

¹¹¹⁵ Ib. p. 220.

noticiavam: “Habeas corpus para padre de Botucatu”. As 15h00, acompanhado de seu advogado, Dr. José Mario Pimentel de Assis Moura, que estava com o alvará de soltura padre Augusti deixa o Dops. Na saída, em frente a Dops haviam muitos repórteres que queriam alguma palavra do padre, mas mesmo assediado por todos os lados, não disse nada. Em Sorocaba, era aguardado por Dom Romeu Alberti e padre Getúlio. Após jantarem continuaram viagem para Botucatu, lá chegando às 22h00¹¹¹⁶. Sobre o dia da sua soltura escreve no seu diário:

Hoje é o dia que a Igreja comemora N. Sra. Subindo para o céu... saindo da noite e indo em direção ao dia, saindo do cativeiro em direção à liberdade! Eu estou saindo deste inferno e espero que esta lição me sirva para sempre: nunca me conformar com prisões, cativeiros e escravidões e lutar sempre pela liberdade, pela luz, pela ressurreição! Eu desejo a assunção de todos os homens. Para conseguir isso, vale a pena lutar, brigar ou ser preso. Sei que é uma liberdade provisória, porque meu processo continuará e a Justiça Militar de São Paulo vai me condenar! Isso não importa. Os espaços e os momentos conseguidos de liberdade fazem a gente pensar mais nela que na infeliz possibilidade de retornar a cadeia. Há sempre uma esperança. Crime político depende muito menos de quem comete do que de quem está no poder¹¹¹⁷.

Nestas palavras, padre Augusti articula uma poderosa metáfora entre sua libertação e a Assunção, destacando a contínua busca pela liberdade e justiça em meio a um contexto de opressão e incerteza política.

Ao chegar ao Seminário a multidão de estudantes receberam padre Augusti com muito entusiasmo e alegria, “em torno de uma mesa enorme com um bolo e taças de champagne comemoramos o encontro depois de um mês de sofrimento da separação. O abraço do reencontro aumentou muito em todos nós a responsabilidade”¹¹¹⁸, conclui padre Augusti. Este reencontro festivo mostra a força da comunidade e a importância do apoio mútuo, além de reforçar a responsabilidade compartilhada na luta contra a injustiça. Após seu longo calvário no Dops, de volta à Arquidiocese de Botucatu, foi designado como Vigário da cidade de Anhembi e também da Capela Menino Deus (Botucatu). Mesmo assim continuou na mira do regime militar, que, segundo padre Clarêncio Gusson, foi motivado porque “saindo da prisão, foi para um apartamento ocupado por estudantes da esquerda”¹¹¹⁹. Com a tomada de posse de Dom Vicente Marchetti Zioni em abril de 1969 como novo Arcebispo de Botucatu, transferiu-se para a Diocese de Lins, onde se incardinou. Nessa ocasião foi dado continuidade ao processo instaurado contra sua pessoa na Justiça militar e isso o obrigou a continuar

¹¹¹⁶ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 178-179.

¹¹¹⁷ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 222.

¹¹¹⁸ Ib. p. 225.

¹¹¹⁹ Entrevista com Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

exercendo suas atividades pastorais na clandestinidade. No dia 20 de junho de 1969 o padre Augusti é condenado à revelia a um ano de prisão em regime fechado, por supostos crimes contra a Segurança Nacional. Mesmo atuando na clandestinidade acabou sendo preso em 17 de outubro em uma cilada armada pela própria polícia. Conduzido novamente para o Dops, ali ficou por cinco meses, onde foi barbaramente torturado, sempre com fundamento em falsos testemunhos. Segundo padre Nivaldo: “ele me falou da cadeira do dragão, do pau de arara. Ele falava muito da cadeira do dragão onde colocavam a pessoa nua. Falou que puseram uma moça nua em cima dele, na cela, uma prostituta para tentá-lo. Ele ouviu, viu e viveu muitas torturas”¹¹²⁰. Assim descreve Francisco Aparecido Cordão esse tempo de prisão:

Os policiais do Dops, durante longo período de interrogatórios, o qual se caracterizou, ainda, como profícuo período de apoio moral e espiritual aos demais presos políticos, não se conformavam com o fato de ele não revelar, a custo nenhum, o que eles julgavam existir, e denominavam como planos subversivos de bispos e padres brasileiros contra o regime de segurança nacional. Não obtendo sucesso nos referidos interrogatórios, o Padre Augusti acabou sendo arrolado em um pretense processo de apoio à realização de reuniões clandestinas de estudantes secundaristas, o qual acabou sendo considerado injusto pela própria Procuradoria do Superior Tribunal Militar. Após suas sofridas e purgativas passagens pelo Dops, ele foi, finalmente, transferido para o Presídio Tiradentes, onde cumpriu a sua pena nos anos de 1969 e 1970, por um período superior ao de sua "condenação" original, movido por esse novo e injusto processo. Assim, ao vencer o tempo de cumprimento normal da pena de detenção em regime fechado que lhe fora imposta pela Justiça Militar, no dia seguinte ao do vencimento da pena, o Padre Augusti recebeu novo mandado de prisão preventiva, assinado nesse mesmo dia pelo Juiz Auditor, Dr. Nelson Machado Guimarães. Esse magistrado arrolou-o em processo dos estudantes secundaristas, aberto em outubro de 1969 e arquivado naquela Auditoria, o qual motivou a extensão de sua injusta reclusão no Presídio Tiradentes¹¹²¹.

Estas descrições detalhadas do período de prisão de padre Augusti evidenciam as dificuldades e injustiças enfrentadas, reforçando a ideia de um sistema judicial e político muitas vezes arbitrário e opressor. Alguns meses antes da prisão de padre Augusti, o Bispo de Lins, Dom Pedro Paulo Koop, MSC, escreve ao Arcebispo de Botucatu, Dom Vicente Marchetti Zioni, pedindo que ele ouvisse o padre Augusti:

Lins, 2 de maio de 1969. Meu caro irmão Dom Vicente. Pax! Cumprimentando-o carinhosamente, asseguro-lhe a continuidade de nossa amizade pessoal, embora tenha divergido de seus pontos de vista no "caso" de Botucatu. Espero brevemente visitá-lo para melhor entendimento acerca da minha solidariedade que, desde o início, manifestei aos Padres que conheço há muitos anos. Rogo-lhe in nomine Christi a caridade de ouvir o Padre Augusti, cuja causa é justa e merece todo o nosso apoio, embora esteja ameaçado de iminente condenação por parte da justiça militar. Muito grato

¹¹²⁰ Entrevista com Pe. Nivaldo Pires Rosa (29/01/2006).

¹¹²¹ BRUNACCI. A Igreja no Cárcere. Op. cit. p. 212.

pelo interesse que tomar e pelo que puder fazer por ele, coloco-me à sua disposição, rogando diariamente a Deus para que o ampare na difícil situação em que se encontra. Do irmão in Corde Jesu. + Pedro Paulo Koop. MSC. Bispo em Lins. SP¹¹²².

Esta carta de Dom Pedro Paulo Koop mostra claramente uma preocupação fraterna e uma solidariedade eclesial para com Padre Augusti, demonstrando a importância do apoio dentro da hierarquia da Igreja em tempos de crise. Sem ouvir o padre Augusti, no dia seguinte ao recebimento da carta, Dom Zioni em via uma carta ao Presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva, nos seguintes termos:

Ex.mo Sr. Marechal Artur da Costa e Silva, DD. Presidente da República. LJC. Em atenção ao fraternal pedido do Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo de Lins, dom Pedro Paule Koop MSC que, por caridade sacerdotal, solicitou da minha parte uma palavra com referência ao caso do rev.mo Pe. José Eduardo Augusti, tomo a liberdade de vir à presença de V.Ex.cia e pedir, respeitosamente, a sua atenção à interferência paternal do Ex.mo Sr. Bispo de Lins. Antecipo os meus agradecimentos pelo que V.Ex.cia puder fazer de favorável no caso em tela. Queira aceitar, Ex.mo Senhor Presidente, a expressão da minha gratidão e consideração. Respeitosamente, Dom Vicente Zioni, arcebispo de Botucatu¹¹²³.

A carta de Dom Zioni ao Presidente revela um esforço diplomático e cauteloso, tentando equilibrar a defesa de Padre Augusti com a necessidade de manter boas relações com o poder estatal. Por ocasião da sua segunda prisão, o padre Augusti escreveu: “continuo detido como prova evidente de que no Brasil não se pode pregar o Evangelho, na sua plenitude e que constitui crime estar ao lado dos pobres, dos fracos e dos oprimidos”¹¹²⁴. Esta declaração de padre Augusti destaca a percepção de que sua prisão era uma consequência direta de seu compromisso com os ensinamentos do Evangelho e a defesa dos marginalizados. O padre Augusti foi colocado em liberdade somente em 27 de outubro de 1970, depois de permanecer ali um ano e quarenta dias, graças à ação conjunta de sua advogada Dra. Annina Alcântara de Carvalho e a ação enérgica de seu Bispo Diocesano Dom Pedro Paulo Koop.

Ao ser libertado da sua segunda prisão enviou uma carta a Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo¹¹²⁵ em que dizia: “Como é doloroso, Dom Paulo, a timidez, a falta de

¹¹²² Carta de Dom Pedro Paulo Koop a Dom Vicente Marchetti Zioni. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

¹¹²³ Carta de Dom Vicente Marchetti Zioni ao Presidente da República Marechal Artur da Costa e Silva. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

¹¹²⁴ *Ib.* p. 118.

¹¹²⁵ Íntegra da carta do Pe. José Eduardo Augusti ao Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns: Exmo. Sr. Bispo Dom Paulo Evaristo. PAX. Fui libertado a 27 de outubro de 1970, depois de permanecer 1 ano e quarenta dias preso. Sinto-me feliz em ter podido dar aos meus irmãos de cárcere um pouco do testemunho cristão que anuncia Jesus Cristo, aos perseguidos em nome da justiça. Hoje posso dizer com tranquilidade que há uma missão extraordinariamente grande quão dolorosa para a Igreja nos cárceres do Brasil. Sim. A Igreja está no cárcere. E como nos primeiros anos do cristianismo, a Igreja “in vinculis”, continua se purificando e dando um grande

coragem, a covardia da Igreja no Brasil. O que o episcopado está esperando para defender a justiça, os direitos humanos massacrados?”¹¹²⁶. Esta carta ao Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns expressa a frustração de Padre Augusti com a falta de uma ação mais firme da Igreja no Brasil em defesa dos direitos humanos e da justiça. E descreve angustiado, o que viveu e viu nos cárceres da ditadura militar:

Nos 4 meses que fiquei no DOPS Paulista, eu vi centenas e centenas de jovens, homens e mulheres serem torturados barbaramente com pancadas

testemunho de pobreza e perseguição. O que é grandemente doloroso para os cristãos prisioneiros é, antes de tudo, a incompreensão de tantos irmãos que afastados das angústias e sofrimentos do povo, estão aliados aos poderosos e dominadores, chegando até mesmo bispos e padres a colocarem - consciente ou inconscientemente, não sabemos - O seu prestígio de homens marcados pelo sagrado, a serviço dos dominadores e exploradores do povo. Como é doloroso, Dom Paulo, a timidez, a falta de coragem, a covardia da Igreja no Brasil. O que o episcopado está esperando para defender a justiça, os direitos humanos, massacrados? Como será a face embevecida da Igreja quando amanhã a história lhe cobrar esta terrível omissão? Também a Igreja na Alemanha tinha o mesmo medo, a mesma pudica e, quem sabe, o mesmo comportamento com os criminosos nazistas. Não, não é possível, Sr. Bispo, a Igreja continuar ao lado dos militares, dizendo que está disposta a colaborar com eles, como se não bastasse a sociedade que eles sabem fazer com extrema eficiência: é o total massacre da liberdade do povo sacrificado pela força, a pretexto de se salvar o país do comunismo e do caos. Como a Igreja é ingênua, Sr. Bispo. Eu quisera que todos os bispos vissem a décima parte do que eu vi nos cárceres de São Paulo, o termômetro insofismável da doença do regime. Ali está o termômetro que acusa a doença do sistema, apodrecido. Ali nos cárceres onde impera a mais feroz violência, a mais terrível desumanidade, a mais bárbara chacina da dignidade humana. Estou ainda sob o impacto de um ano vendo isso, Sr. Bispo: assistindo isso, só isso; recebendo na carne as descargas de ódio de um sistema desumano, sustentado pela força dos generais que assistem cinicamente à posse de bispos e têm o desplante de falar em cristianismo. Sr. Bispo, pelo amor de Deus eu lhe peço, leve a sério o que lhe digo em meu nome e em nome de centenas de rapazes e meninas, homens e mulheres que convivem comigo no cárcere e que eu vi passar pela mais bárbara e desumana tortura. Falar que no Brasil os casos de tortura são isolados ou é mentira ou é ignorância ou é má fé. Eu contaria nos dedos companheiros que não foram torturados fisicamente. Pelo menos da mais torpe tortura psicológica, ninguém está livre. Nos 4 meses que fiquei no Dops Paulista, eu vi centenas e centenas de jovens, homens e mulheres serem torturados barbaramente com pancadas violentas, dependuradas no pau de arara - nus - sentados na cadeira elétrica - recebendo as mais degradantes afrontas morais, sendo que o tratamento dispensado às mulheres é sobremaneira ignominioso. Nuas, dependuradas no pau de arara, as mulheres são submetidas ao mais vexatório tratamento, recebendo choques elétricos nos seios e nas vaginas, sendo afrontadas pelos policiais, inclusive muitas delas desrespeitadas em frente ao companheiro preso. Eu vi, eu vi centenas e centenas de pessoas torturadas. Ao descerem para a cela, precisavam vir carregadas; algumas com os membros quebrados (dedos, braços e pernas e costelas). Eu vi. Eu não conto histórias contadas. Eu sou testemunha de centenas e centenas de casos de tortura. Eu, como padre, procurei consolar e até mesmo evitar gestos de desespero de muitos que preferiam morrer diante de tanta humilhação moral e de tanto sofrimento. Como, Sr. Arcebispo, a Igreja de São Paulo pode ficar indiferente a isso? Como ela irá responder à história quando tudo isso for contado? Como ela irá responder, quando se perguntar onde ela estava quando massacravam tantos homens e mulheres que tinham fome e sede de justiça? Como eu me senti envergonhado, Sr. Bispo, quando Cardeais e Arcebispos se colocavam em declarações pomposas ao lado dos generais. Que vergonha de pertencer à mesma Igreja de tantos traidores do povo, traidores de Jesus Cristo, que faz questão de se revelar encarnado no sofrimento dos oprimidos. Sr. Arcebispo, peço que o Sr. se preocupe em primeiro lugar com isso. Gostaria que advogados que estão a par de toda a mais infame arbitrariedade jurídica - a que estão submetidas centenas e centenas de prisioneiros políticos no Brasil pudessem informar o Sr. de tudo, para que a sua missão de pastor da maior arquidiocese do Brasil, capital da tortura e da arbitrariedade, seja antes de tudo marcada pela defesa corajosa e intrépida dos direitos da pessoa humana. Eu confio no Senhor, D. Paulo. O Evangelho nos dá uma segurança extraordinária para levantarmos a nossa voz em defesa dos pobres e oprimidos e dos que são perseguidos, porque de uma forma ou de outra, toma a defesa deles. Sei que isto lhe custará a perseguição. Mas não é esta a marca da Igreja de Jesus Cristo? Um abraço do Pe. José Eduardo Augusti. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

¹¹²⁶ Carta do Pe. José Eduardo Augusti a Dom Paulo Evaristo Arns. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu – em fase de catalogação).

violentas, dependuradas no pau de arara, nus sentados na cadeira elétrica, recebendo as mais degradantes afrontas morais, sendo que o tratamento dispensado às mulheres é sobremaneira ignominioso. Nuas, dependuradas no pau de arara as mulheres são submetidas ao mais vexatório tratamento, recebendo choques elétricos nos seios e nas vaginas sendo afrontadas pelos policiais, inclusive muitas delas desrespeitadas em frente ao companheiro preso. (...) ao descenderem para a cela precisavam vir carregadas alguns com os membros quebrados(...) ¹¹²⁷.

Este relato angustiado de Padre Augusti sobre as torturas vivenciadas no DOPS mostra a brutalidade do regime militar e a sua experiência traumática, bem como a de outros presos políticos. E finaliza a carta fazendo um apelo ao Arcebispo: “Eu confio no Senhor, D. Paulo. O Evangelho nos dá uma segurança extraordinária para levantarmos a nossa voz em defesa dos pobres e oprimidos e dos que são perseguidos (...). Sei que isto lhe custará a perseguição. Mas não é esta a marca da Igreja de Jesus Cristo?” ¹¹²⁸. Este apelo final à ação e solidariedade, apesar do risco de perseguição, reflete a convicção de Padre Augusti na missão profética da Igreja de defender os marginalizados e perseguidos.

Em Lins continuou a desenvolver seu trabalho pastoral e social na cidade de Guaimbê, destacando o trabalho com os jovens os transformando em agentes comunitários de saúde, e a partir desse trabalho deve a inspiração de criar o IPPH (Instituto Paulista de Promoção Humana), vinculado a Diocese de Lins e também o Programa da Saúde da Família, trabalho este que teve repercussão nacional. Por ser um defensor da Educação Popular, da saúde e do meio ambiente, organizou e implantou no IPPH a Clínica Naturivida. Faleceu em Guaimbê no dia 09 de março de 1997, de enfarto agudo ¹¹²⁹.

Em 08 de dezembro de 2012 a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça reconheceu que o padre Augusti “foi preso de forma arbitrária, sofreu torturas e lesões à sua integridade física, sofreu monitoramento ilegal da sua vida ao longo do tempo e foi ceceado no exercício de suas atividades religiosas e políticas” ¹¹³⁰. Este reconhecimento post-mortem do governo brasileiro valida as lutas e sofrimentos de Padre Augusti, bem como a injustiça de sua perseguição. Foi feito também pelo governo brasileiro um pedido de perdão aos seus familiares e amigos pelas injustiças cometidas contra padre Augusti. No ato solene a vice-presidente da Comissão Nacional de Anistia, conselheira Sueli Bellaro, lembrou que no padre Augusti “as marcas da tortura impregnada no seu corpo se transformaram em versos dos poemas que afirmam que seus pés, seu estomago e mesmo seu doente coração restaram como

¹¹²⁷ Ib.

¹¹²⁸ Ib.

¹¹²⁹ Ib. p. 213-214.

¹¹³⁰ Ib. p. 202.

novos e ainda puderam por duas décadas seguir ajudando a construir a democracia que hoje respiramos”¹¹³¹. Este tributo simboliza a transformação do sofrimento e da resistência de Padre Augusti em uma fonte de inspiração e contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

3.2. Estudantes refugiados no Seminário São José

Após os estudantes serem dispersados e perseguidos pela tropa de choque da polícia quando, na praça do Bosque, na manhã do dia 17 de julho realizavam a “Operação denúncia”, subiram correram em direção ao Largo da Catedral, ali chegaram também os caminhões com a tropa de choque desceram e correram em direção dos estudantes com cacetetes para reprimi-los, foi quando correram para o Seminário São José entraram e encostaram o portão principal de acesso ao pátio da frente do Seminário. O Padre Clarêncio Gusson narra este momento:

A polícia inteira veio em cima dos estudantes, e ia ser uma carnificina, eles estavam dispostos a dar uma lição para o Brasil inteiro. Foi a expressão do Major que comandava as coisas e que teve uma passagem meio rápida por Botucatu, mas foi exatamente nesse momento, ia ser um exemplo para o Brasil inteiro. Quando a polícia fez um alarde, esses estudantes saíram correndo pra cima e um padre do Seminário disse: ‘Vai haver um desastre aqui’. Ele abriu os portões do Seminário e disse: ‘entrem aí’ e todo mundo entrou no Seminário. Realmente, acabaram de entrar e a polícia chegou e o padre enfrentou, e nesse ponto ele foi firmíssimo, e disse: ‘daqui pra lá a rua é de vocês, mas aqui é a minha casa. Deixem que eu me entendo com essa rapaziada aqui dentro’. E a rapaziada ficou refugiada lá um bom tempo¹¹³².

Este relato de Padre Clarêncio Gusson ilustra vividamente o clima de tensão e perigo enfrentado pelos estudantes, e o papel decisivo e corajoso do padre ao abrir os portões do Seminário, oferecendo refúgio e confrontando a polícia. Alguns estudantes ficaram no pátio, mas a maioria correu se abrigar na capela do Seminário, onde fizeram uma assembleia. A tropa de choque não entrou, mas colocou policiais armados na calçada do Seminário bloqueando a entrada. De repente um dos estudantes que estava no pátio correu para a capela dizendo que o Delegado de Polícia e o Comandante da Polícia Militar queriam falar com o presidente do Centro Acadêmico (Caps), o Walter Cover. Aí começou aquela discussão, como afirma Pinho: “Nós falávamos: eles querem te prender, que era isso mesmo que eles queriam. Não, você não vai, outros diziam vai, não vai, vai, não vai, nós temos que achar um jeito”¹¹³³. Decidiu-se então que o Cover falaria com as autoridades, mas dentro do pátio interno do

¹¹³¹ Ib. p. 203.

¹¹³² Entrevista com Pe. Clarêncio Gusson (06/02/2006).

¹¹³³ Entrevista com Waldemar Pinho (em anexo).

Seminário, em frente a Capela: Os dois policiais entraram e o presidente do Caps saiu em direção a eles, todos os estudantes saíram juntos com ele e envolveram os três em uma grande roda. Pinho relata o diálogo dos policiais com o Cover:

Cover precisamos falar com você em particular, vamos lá fora, disse o Delegado. Eu não tenho nada nada para conversar em particular. As decisões são tomadas por todos. Então pode falar com todos, disse Cover. Pense bem, disse o Delegado. Você vai ser doutor. Você vai comprometer seu futuro. Eu não quero ser doutor numa sociedade injusta como esta, retrucou Cover. Então é problema seu, disse o Delegado. Cover respondeu: eu não disse que era seu (...) ¹¹³⁴.

Este diálogo tenso e emblemático entre Cover e os policiais evidencia a resiliência e a firmeza dos estudantes, recusando-se a ceder à pressão e mantendo sua unidade frente às autoridades. Foi um diálogo muito tenso e emblemático. Sem acordo, os policiais respiraram fundo e saíram e os estudantes voltaram para dentro do Seminário: “Nessa a noite, esperávamos que eles invadissem o seminário. Mas, como o seminário era da Igreja, e naquela época, eles não estavam invadindo Igrejas e seminários. Somente depois do AI-5, que eles se tornaram mais abusivos” ¹¹³⁵. A expectativa tensa de uma possível invasão policial reflete a gravidade da situação política e o temor dos estudantes, enquanto a hesitação da polícia em invadir um espaço religioso sublinha a complexa interação entre as autoridades e as instituições religiosas naquele período. A comissão de segurança do movimento organizou um esquema para vigiar a frente e os pátios do Seminário, com a visão a partir das janelas do último andar, como afirma Pinho: “Eu fiquei em pé olhando para o pátio interno por quatro horas até ser rodiziado por outro” ¹¹³⁶. Esta vigilância organizada pelos estudantes demonstra uma prontidão e uma estratégia de autodefesa diante do risco constante de intervenção policial. Passados alguns dias a polícia deixou de fazer o bloqueio ostensivo em frente ao Seminário e só manteve nas imediações alguns carros.

Ali no Seminário os estudantes se organizaram com tarefas para todos. De início como afirma Pinho: “O pessoal ligado à Igreja católica, das comunidades de base da Igreja começou a levar comida para nós, no seminário. Depois nós começamos a cozinhar no seminário, mas num primeiro momento eles começaram a levar os primeiros dias a levar comida em grande quantidade, eram tachos de comida, a solidariedade do pessoal da Igreja era grande” ¹¹³⁷. Esta solidariedade expressa pelas comunidades de base da Igreja e a organização interna dos estudantes para as tarefas cotidianas refletem uma união e colaboração significativas em meio

¹¹³⁴ DIMITROV. Não nos calamos. Op. cit. p. 234.

¹¹³⁵ Entrevista com Waldemar Pinho (em anexo).

¹¹³⁶ *Ib.*

¹¹³⁷ *Ib.*

à crise. Depois de uns dias a alimentação era preparada na própria cozinha do Seminário pelos estudantes com alimentos que eram doados pelas pessoas da cidade o apoiavam movimento estudantil, mas as doações vinham principalmente dos membros das comunidades católicas de base de Botucatu, como afirma Vannucchi: “A parte de alimentação, os padres cederam a cozinha, eles comiam e a gente fez um comitê de cozinha, claro que eram as mulheres que cozinham”¹¹³⁸. A dinâmica de apoio e provisão de recursos para os estudantes refugiados indica um forte senso comunitário e uma rede de apoio eficaz. Os estudantes dormiam em duas grandes salas do último andar do prédio, lado a lado no chão, como relembra Pinho: “Nós dormíamos nos últimos andares, no chão, alguns com colchonetes, outros com cobertores no chão e um do lado do outro no chão”. E como afirma Vannucchi: “No tempo que nós ficamos lá no seminário, eles deram dois dormitórios, eu nem sei porque tinha dois dormitórios, mas eles tinham dois dormitórios, então um dos dormitórios ficou o do sexo masculino e o outro para o sexo feminino”¹¹³⁹. As condições de acomodação dos estudantes no Seminário evidenciam uma adaptação rápida e eficiente à situação de emergência, com uma clara divisão de espaços para garantir a dignidade e o respeito mútuos. Foi quando começou uma campanha na cidade em que, o pessoal mais conservador e as autoridades locais iniciaram um trabalho da desmoralizar os estudantes e os padres soltando panfletos anônimos pela cidade assinado com as iniciais m.a.c.a. e dizendo: “Se continuar assim, daqui a nove meses o Seminário de Botucatu, que abriga rapazes e moças da faculdade, deverá chamar-se: Maternidade São José”¹¹⁴⁰. Dizia um dos folhetos:

Informando: Os alunos grevistas e agitadores continuam alojados no Seminário Menor São José. A hospedagem dos mesmos acarreta a despesa já calculada de NCR\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos) por dia, em prejuízo da assistência social nesta cidade. Todavia, como se não bastasse isto, aliada à omissão de D. Romeu Alberti, Bispo de Apucarana e não de Botucatu e que até esta data não disse ‘a que veio’, a ‘promiscuidade’ invadiu aquele Seminário. Rapazes e moças ali estão rendendo ‘fervorosas homenagens ao amor livre’. Este é o assunto do dia naquele Seminário e se perdurar a greve estudantil por mais de ‘oito meses’, consternados veremos a transformação do citado seminário em ‘Maternidade São José’. Tudo isto dentro da ‘teoria’ comunista do Padre José Eduardo Augusti, pois, o mesmo já dizia em suas andanças que ‘cada qual deve fazer aquilo que tem vontade...’ tá? Pobre seminário, atingido em seu conceito pela leviandade de padres comunistas, estudantes que não querem estudar e D. Romeu Alberti que assiste de ‘camarote’ a pouca ‘vergonha’ que tomou conta do tradicional Seminário Menor São José. Voltaremos ao assunto... m.a.c.a.¹¹⁴¹.

¹¹³⁸ Entrevista com Terezinha Catelli Infantosi Vannucchi (em anexo)

¹¹³⁹ *Ib.*

¹¹⁴⁰ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 100.

¹¹⁴¹ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu (em fase de catalogação).

Quando os estudantes não estavam envolvidos nas tarefas a eles conferida, jogavam futebol, conversavam ou debatiam em grupos. Esta forma de convivência, aparentemente trivial, na verdade, reflete uma busca por um senso de normalidade e fraternidade em meio a um contexto tumultuado. Depois de alguns dias ali no Seminário os estudantes descobriram que era possível sair pelos fundos da área do Seminário, como conta Vannucchi: “Na saída do seminário, tinha um caminho que a polícia não sabia, e a gente saía por esse caminho. Eu pulava uma cerca e ia num caminhezinho. Íamos e os outros estudantes, o pessoal da agronomia que fazia a nossa segurança. Eles eram todos grandões, andavam de bota, tudo”¹¹⁴². Esta estratégia de evasão, além de prática, era uma forma inteligente e astuta de contestar o status quo, mantendo a segurança e a continuidade de suas ações. Os estudantes utilizavam aquele caminho para realizar na cidade as atividades que eles denominavam de “atividades relâmpagos”. Estas primeiras atividades foram realizadas em alguns colégios da cidade e da Faculdade Toledo de Ensino, que era particular que segundo Pinho acontecia “no momento em que tocavam os sinais para o intervalo, onde vários grevistas invadiam o pátio, faziam um curso discurso de denúncia, debatiam rapidamente com os alunos e se retiravam antes da chegada da polícia, voltando para o Seminário”¹¹⁴³. Esta tática demonstra uma sagacidade notável, tanto na mensagem quanto na metodologia, ressaltando a criatividade e a resiliência dos estudantes na luta pelos seus ideais. E continua Pinho descrevendo a forma de abordagem nos colégios: “Dois iam lá em cima, seguravam a diretora na sala, enrolando para que ela não saísse dali. O pessoal fazia um comício de três minutos, cinco minutos e as pessoas aplaudiam e eles vazavam”¹¹⁴⁴. Essa ação, embora possa parecer simples, na verdade, constitui uma forma poderosa de comunicação e influência, capaz de disseminar ideias e motivar mudanças. Após várias ações os estudantes perceberam que a polícia chegar cada vez mais rápido ao local: “primeiro a gente saía tranquilamente para não acontecer nada. No outro dia também, quando começou isso, a polícia se preparou. Então, quando nós saímos por último, conseguimos correr para dentro do seminário, com a polícia nos calcanhares”¹¹⁴⁵. A capacidade de adaptação e resposta rápida dos estudantes frente ao aumento da repressão policial ilustra um dinamismo e uma resiliência impressionantes. Segundo Vannucchi:

Durante o dia a gente saía, não eu, porque eu se fosse presa estava perdida. Mas os estudantes saíam e faziam pequenos comitês de entrega de material.

¹¹⁴² Entrevista com Terezinha Catelli Infantsi Vannucchi (em anexo)

¹¹⁴³ DIMITROV. Não nos calamos. Op. cit. p. 234-235.

¹¹⁴⁴ Entrevista com Waldemar Pinho (em anexo).

¹¹⁴⁵ *Ib.*

Os padres nunca fizeram restrição, nem a forma, nem ao conteúdo. Eles nos deram liberdade para trabalhar do jeito que a gente achasse correto¹¹⁴⁶.

Os estudantes faziam também panfletagem nos trens que paravam na estação de Botucatu. Numa dessas ocasiões o estudante de nome Shayene foi preso fazendo uma panfletagem na estação de trem. O trem parava, os grevistas entravam correndo, distribuíam os panfletos, saíam. Aí passava outro trem e eles faziam a mesma coisa. Esta metodologia, além de evidenciar a dedicação e coragem dos estudantes, reflete uma estratégia bem pensada para disseminar suas ideias rapidamente por uma região mais ampla. Faziam isso porque segundo Vannucchi, “a gente queria que ficasse muito claro pra região a razão do movimento. A gente achava que era melhor fazer um trabalho de região do que só ficar em Botucatu. E o único jeito que a gente tinha era panfletar nos trens”¹¹⁴⁷.

No seminário onde os estudantes ficaram por mais de um mês refugiados, assistiam as missas ali celebradas. Numa dessas celebrações, o padre Nivaldo Pires, encerrou o seu sermão conclamando os estudantes a “oferecerem a Deus seus sofrimentos e as suas dificuldades, pedindo-lhes força, coragem e fé para levar adiante até as últimas consequências, a luta por seus ideais e por tudo aquilo que creem”¹¹⁴⁸. Essas palavras do padre Nivaldo Pires ressoam profundamente, refletindo a interseção entre fé e luta social, um elemento essencial na história deste movimento estudantil. Padre Nivaldo numa ocasião também falou sobre a posição da Igreja com relação aos estudantes, declarou: “A posição da Igreja junto à juventude e ao povo é, na opinião dos estudantes um encontro com a Igreja. A Igreja, antes comprometida, encontra agora os seus objetivos e a sua verdadeira missão de pregar e difundir a mensagem de Cristo”¹¹⁴⁹. Isto destaca uma evolução significativa na relação entre a Igreja e os movimentos sociais, marcando um ponto de virada na história local. E endossa a opinião dos estudantes e comenta que, a controvérsia que a posição da Igreja suscita “é um bom sinal, e demonstra a sua participação ativa e a sua integração perfeita nos problemas da comunidade”¹¹⁵⁰.

No Seminário, obedecendo o horário por eles estipulado das atividades diárias, que seria sempre a partir da 8h00 até às 23h30, assim dividiram o dia. Este rigoroso planejamento do tempo reflete não só a seriedade com que os estudantes abordavam sua luta, mas também uma disciplina que contrasta com as representações estereotipadas de desordem associadas a

¹¹⁴⁶ Entrevista com Terezinha Catelli Infantsi Vannucchi (em anexo)

¹¹⁴⁷ *Ib.*

¹¹⁴⁸ BISPOS mandam ver a prisão de sacerdotes. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 de julho de 1968.

¹¹⁴⁹ *Ib.*

¹¹⁵⁰ *Ib.*

movimentos estudantis. Pela manhã e à noite discutiam, faziam grupos de debate, assembleias, atividades culturais e recreativa. Os assuntos eram sobre o acordo MEC-USAID, os problemas da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu e os acontecimentos do dia ligados ao movimento estudantil. À tarde eles saíam de dois em dois para percorrer todas as casas de um determinado Bairro da cidade, onde eram muito bem recebidos, principalmente nos Bairros operários. “Às vezes até apresentam sugestões para o movimento”, diz um estudante. Esta interação direta com a comunidade não só reforçava o apoio ao movimento, mas também servia como um poderoso meio de conscientização e engajamento político. E explica: “Nós precisamos nos moldar ao poder repressivo. Já que não podemos fazer denúncias públicas, nas ruas, vamos de casa em casa”¹¹⁵¹. A adaptação a um ambiente repressivo, demonstrada aqui, revela um alto grau de resiliência e criatividade por parte dos estudantes. Segundo os estudantes grevistas, se dizem satisfeitos com o trabalho: “Agora que sentimos na carne a repressão, a coisa mudou. Sentimos a necessidade de um aprofundamento político. E os debates teóricos trouxeram à necessidade de um trabalho prático”¹¹⁵². Essa evolução do movimento, da teoria à prática, destaca o amadurecimento político dos estudantes em resposta aos desafios enfrentados. Padre Augusti comenta em seu diário esse trabalho corpo a corpo dos estudantes:

Dois a dois eles estão visitando todas as famílias de Botucatu. Nas casas, eles sentem o que o povo está achando da crise, do movimento dos estudantes e do apoio dos padres. A recepção está sendo ótima por parte das famílias. Há muito mais gente do nosso lado. Disse-me o Carlinhos que, em todas as Igrejas de Botucatu os sermões tem sido violentos. A turma criou coragem e anda dizendo coisas que muita gente precisava ouvir. O Evangelho tem que arder nos ouvidos dos que vivem separando da Palavra de Deus o pouco que lhes convém. Para mim, o grande problema hoje é esvaziar nossas Igrejas. Precisamos expulsar os vendilhões que estão dando a impressão de que Cristo foi comparado pelo dinheiro. Por mim eu colocaria na porta de nossos templos uma cruz com esta inscrição: ‘Entre, se tiver coragem de correr este risco’¹¹⁵³.

Esses eventos, meticulosamente registrados e agora analisados, traçam um retrato vívido de um período crítico na história estudantil e eclesial de Botucatu, destacando o papel intrínseco da fé, da comunidade e da resistência no tecido da luta social. Este trabalho de conscientização da população de casa em casa foi definido numa das assembleias, que eram realizadas diariamente. A direção disse que precisava de voluntários para uma atividade um tanto arriscada. A maioria dos estudantes se colocaram a disposição. Foram então

¹¹⁵¹ Sem título. Folha da Tarde. São Paulo, 29 de julho de 1968.

¹¹⁵² BISPOS mandam ver a prisão de sacerdotes. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 de julho de 1968.

¹¹⁵³ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 105-106.

divididos em grupos e deveriam sair espaçadamente e se dirigirem a uma república de estudantes que se localizava a uns cem metros do Seminário. Ali havia alguns cartazes e também panfletos prontos. Dali se dividiram em grupos de três: o da frente segurando um cartaz, o do meio entregando os panfletos e colocando nas casas, e o último para esconder os três nalguma casa caso a polícia aparecesse. Essa estratégia, embora arriscada, mostra a determinação e o compromisso dos estudantes com a causa, refletindo a força de sua convicção e o desejo de engajar a comunidade em sua luta. E assim percorriam bairro por Bairro, de rua por rua, mostrar a população porque estão lutando¹¹⁵⁴. Além da distribuição de panfletos, os estudantes levavam um abaixo-assinado angariando assinaturas pedindo a soltura do padre Augusti e do estudante Geraldo Nunes. A rápida coleta de mais de quatro mil assinaturas em menos de uma semana é um testemunho eloquente do apoio popular ao movimento, desafiando as narrativas oficiais. Em menos de uma semana conseguiu-se mais de quatro mil assinaturas¹¹⁵⁵. Também foi realizada uma pesquisa pelos estudantes a qual foi dado o nome de “Operação de Conscientização Popular”; ‘em cinco dias a pesquisa revelou que 78,9% da população de Botucatu, apoiava o movimento dos estudantes, 21,1% não apoiava (nesta faixa consta 10,53% que aceitavam o movimento, porém não aceitavam a ligação com o clero) e 13,15% se omitiu de responder’¹¹⁵⁶. Este dado, revelando uma forte maioria de apoio, sublinha a legitimidade e o alcance do movimento entre a população local. Eis a íntegra do documento que foi levado de casa em casa coletando assinaturas:

A população do Município de Botucatu, não podendo calar-se ante as arbitrariedades, cometidas pela Força Pública do Estado de São Paulo, frente às manifestações de todos aqueles que lutam contra a injustiça social vigente, vem exigir, através deste abaixo assinado, a libertação do padre José Eduardo Augusti e do universitário Geraldo Nunes Filho, cujo único crime foi lutar por um ideal de justiça, que o atual regime não pode suportar¹¹⁵⁷.

O Delegado de Polícia Dr. Madureira Pará em entrevistas a imprensa, afirmava que não via sentido os estudantes permanecerem refugiados no Seminário porque ‘a polícia de Botucatu visa apenas dois dos estudantes que estão no Seminário e de onde os dois prometem continuar as manifestações’¹¹⁵⁸. Esta declaração do delegado, embora aparentemente razoável, ignora a natureza coletiva e solidária do movimento estudantil, reduzindo-o a apenas

¹¹⁵⁴ DIMITROV. Não nos calamos. Op. cit. p. 235.

¹¹⁵⁵ BOTUCATU: 4 mil aderem aos alunos. *Gazeta de São Paulo*. São Paulo, 29 julho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹¹⁵⁶ POSIÇÃO da Igreja. *Folha da Tarde*. São Paulo, 05 agosto 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹¹⁵⁷ BOTUCATU: 4 mil aderem aos alunos. *Gazeta de São Paulo*. São Paulo, 29 julho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹¹⁵⁸ BISPOS mandam ver a prisão de sacerdotes. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 de julho de 1968.

algumas figuras proeminentes. Um seria o presidente do Centro Acadêmico “Pirajá da Silva” (Caps) da Faculdade de Medicina de Botucatu, Walter Cover, por sua participação no movimento estudantil e a outra seria a Terezinha Infantsi, que era acusada de ser a líder de todo o movimento de agitação. A identificação de líderes específicos, embora possa parecer uma tentativa de simplificar a questão, na verdade, reflete uma incompreensão das dinâmicas de movimentos sociais, que muitas vezes são descentralizados e multifacetados. Os dois já estavam enquadrados em inquérito policial por infração da LSN. Terezinha explica a reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” as razões do movimento: “Estamos cansados de verbas prometidas e de ver a Faculdade em crise e em condições cada vez mais precárias. Agora o movimento é pra valer. Enquanto não chegar a Botucatu o dinheiro necessário para a Faculdade subsistir, não vamos parar”¹¹⁵⁹. Esta declaração de Terezinha ressalta a determinação dos estudantes e a seriedade de suas reivindicações, desafiando a narrativa de agitação sem causa. Declaração que deixou o delegado mais furioso. “Eu sei que em um dos momentos da tortura do padre Augusti, perguntavam de mim”¹¹⁶⁰, afirma Vannucchi.

Os grupos apoiados pelos políticos locais, continuavam atacando os estudantes, os padres chamados de “Rebeldes e comunistas” e o próprio Administrador Apostólico, Dom Alberti. Distribuíam pela cidade Panfletos anônimos onde questionavam a permanência e sobrevivência dos alunos grevistas no Seminário. Este ataque coordenado revela uma tentativa deliberada de deslegitimar o movimento, utilizando-se da desinformação para minar a sua base de apoio. Esse grupo faz circular na madrugada de 29 de julho o seguinte manifesto:

Não resta dúvida que a hospedagem dos alunos grevistas, alojados no Seminário, acarreta uma despesa bastante elevada. Calculamos que 100 alunos que lá estão gastam (sic) aproximadamente quinhentos cruzeiros novos por dia. Pergunta-se: quem está pagando essa despesa? Não poderia essa importância ser usada para assistência social ao povo humilde e necessitado de Botucatu? Que controvérsia! Os pregadores de assistência social deixando de ajudar os pobres para hospedarem estudantes ricos, com o dinheiro que o povo dá para formar sacerdotes. Assim agem os comunistas: sempre iludindo a boa fé do povo caridoso. São coisas que os verdadeiros botucatuenses precisam saber¹¹⁶¹.

Um estudante comenta: “Puxa, onde é que vão esses quinhentos contos que todo dia estou comendo só sanduiche de mortadela? Sinceramente eu não entendo. O único gasto que o Seminário está tendo conosco é a energia elétrica. E nem são os padres que vão pagar no fim

¹¹⁵⁹ Ib.

¹¹⁶⁰ Entrevista com Terezinha Catelli Infantsi Vannucchi (em anexo)

¹¹⁶¹ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu (em fase de catalogação).

do mês, seremos nós”¹¹⁶². Este comentário do estudante desmascara a narrativa falaciosa dos panfletos, revelando a realidade das condições de vida modestas dos estudantes no Seminário. Outro panfleto perguntava: “Onde está a polícia?”, instigando a polícia local a agir e acabar com a anarquia e a “farsa vermelha e padresca” dirigida “pelos padres comunistas que comprometem a Igreja”:

Onde está a polícia? Vem Botucatu atravessando séria crise motivada pela desordem de elementos comunistas e estudantes que não querem estudar. Essa crise vem se refletindo no nosso comércio e na vida da cidade. Acreditamos que sendo a polícia a responsável pela ordem pública deve agir de imediato acabando com essa anarquia dirigida pelo grupo comunista interessado e pelos “padres comunistas” que comprometem a própria Igreja. Então perguntamos: porque o Delegado Regional não acaba de vez com essa farsa vermelha padresca? Porque o Capitão Comandante da força Pública de Botucatu não põe seus homens em ação? A Polícia é para agir quando necessário for. Chega de demagogia e ofensas às autoridades. Essas devem agir com energia para que Botucatu deixe de assistir a conversa fiada de estudantes rebeldes e dos “padres comunas”, que deveriam estar em Cuba, na Rússia ou na China comunista. Esperamos que a Polícia entenda que está na hora de agir e atue imediatamente. m.a.c.c.¹¹⁶³.

A insistência desses panfletos em pintar o movimento estudantil e os padres como agitadores comunistas é um indicativo claro de como os grupos de poder locais estavam utilizando estratégias de desinformação para tentar desacreditar e enfraquecer a luta dos estudantes e do clero progressista. Em resposta os estudantes distribuíram de casa em casa um panfleto intitulado “Ao Ponto” manifestando uma clara determinação em comunicar suas ações e intenções ao povo, reforçando a ideia de que a responsabilidade social e o compromisso com a verdade são fundamentais em qualquer movimento estudantil. O panfleto esclarecia sobre os motivos que ainda estavam abrigados no Seminário afirmando que “o povo precisa conhecer tudo o que os estudantes estão fazendo, porque os estudantes tem que dar satisfação só ao povo”. Diz o panfleto:

Mais uma vez estamos escrevendo para o povo. - Sabemos que o povo já está cansado de tantos manifestos como este, mas sabemos também que o povo precisa conhecer tudo o que os estudantes estão fazendo, porque os estudantes tem que dar satisfação só ao povo. - Os estudantes não pararam, não se cansam e nem ficam com medo de dizer a verdade só porque o governo proibiu e pôs a polícia nas ruas para bater ou prender quem quiser dizer a verdade. - Por que os estudantes não saíram mais às ruas? Os estudantes não fizeram mais passeatas, mas estão saindo às ruas para ir de casa em casa, para mostrar ao povo porque estão lutando, para mostrar ao povo que o governo não se interessa pelas escolas, que para o governo não interessa que o povo seja estudado, porque um povo estudado sabe ver quais

¹¹⁶² Sem título. *Folha da Tarde*. São Paulo, 29 de julho de 1968.

¹¹⁶³ Panfleto mimeografado (Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 107 verso - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

são seus direitos e sabe lutar por eles, e um povo estudado o governo não pode enganar. - Por que os estudantes ainda estão no Seminário? - Os estudantes ainda estão no Seminário porque esperavam que o dinheiro para a escola viesse logo e, não compensava sair para ser preso, mas agora está vendo que o governo está esquecendo que o estudante e o povo têm força; por isso está esquecendo também que a escola está parada por falta de dinheiro. - E os estudantes vão continuar dentro do Seminário? - Não: os estudantes não vão continuar dentro do Seminário; vão sair ainda esta semana para mostrar a todos que o dinheiro para a escola ainda não chegou, para gritar que temos direito de exigir do governo o que deve ser nosso, para gritar que temos o direito de exigir do governo o que deve ser do povo. Centro Acadêmico Pirajá de Silva¹¹⁶⁴.

A seguir, o texto descreve uma iniciativa por parte das autoridades locais, demonstrando uma tentativa de diálogo e resolução de conflitos, embora permeada por uma complexidade de interesses e percepções. Diante do agravamento da situação em Botucatu, o prefeito Municipal Joaquim Amaral Amando de Barros convocou uma reunião com representantes dos clubes de serviço da cidade, autoridades locais e vereadores e nomeou uma comissão para conversar primeiro com os estudantes e depois com os professores. Esta ação do prefeito ilustra a importância da intervenção política na gestão de crises sociais. A comissão era formada pelo deputado Vasco Bassoi, vereador Pedro Losi, o médico Dr. Luis Perez, presidente o Lions Clube local, Dr. Arimar de Barros, delegado da Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e Sr. Tulio Werner Soares, vice-presidente do Sindicato Rural de Botucatu. A diversidade de membros na comissão deixa muito claro a complexidade e a multiplicidade de interesses e perspectivas envolvidas na questão. Também compareceu a esta reunião convocada pelas autoridades o estudante de medicina Wanderley Gagliardi, representando o CAPS, onde expos os pontos principais das reivindicações de seus colegas. Esta participação ativa dos estudantes, representada por Gagliardi, reflete o vigor e a consciência política dos jovens da época, demonstrando uma postura proativa frente aos desafios educacionais e sociais. Ao final da reunião o prefeito afirma que: “Em 1963 vieram para Botucatu 1046 jovens, fazer vestibular. Saímos à rua para recebe-los. Esses jovens pertencem à vida da cidade, assim como a Faculdade, e receberemos sempre pois sabemos o quanto custou consegui-la”¹¹⁶⁵. Esta declaração do prefeito sublinha o valor intrínseco dos estudantes na dinâmica social e cultural da cidade, reconhecendo o seu papel fundamental na construção de um futuro promissor para a comunidade. Em visita aos estudantes abrigados no Seminário, no dia 23 de julho, o deputado Vasco Bassoi expressa de maneira muito negativa a impressão que teve dos estudantes:

¹¹⁶⁴ Panfleto mimeografado (Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 108 - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

¹¹⁶⁵ BOTUCATU luta para vencer a crise. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 24 de julho de 1968.

São uns meninos mal orientados, inflamados e envenenados; precisamos recuperá-los e reeducá-los'. Contou que, no último dia 22, uma comissão, da qual fazia parte, tentou um diálogo com os jovens no seminário e teve a impressão de estar lidando com elementos da Gestapo. 'Tive que identificar-me à entrada do seminário e depois fomos levados a uma saleta, num clima de suspense, e lá ficamos uns 10 minutos. Fomos ainda conduzidos a uma segunda sala e, posteriormente, a uma terceira. Ali se apresentou um chefe e leu a resolução dos estudantes, afirmando que o diálogo só seria possível se todos os estudantes presos fossem libertados. Queriam ainda que assumíssemos compromissos que não eram da nossa competência e sim do governo federal¹¹⁶⁶.

Estas palavras do deputado Bassoi evidenciam a tensão e o conflito intergeracional, onde a percepção dos estudantes como agitadores contrasta com a possível realidade de jovens buscando justiça e mudanças sociais profundas. Em visita ao Cardeal de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, para pedir a imediata posse de Dom Vicente Marchetti Zioni, o deputado Vasco Bassoi, ao ser questionado pelo Cardeal sobre a situação financeira da Faculdade, frisou que:

O governador já estava tratando da liberação de 6 bilhões de cruzeiros, mas que a escola estava funcionando normalmente e que esta verba seria para instalações e laboratórios. Disse também que a questão da verba foi mal posta, inicialmente, pela direção da Faculdade, e que os estudantes estavam usando o problema reivindicatório como pretexto¹¹⁶⁷.

Neste contexto, percebe-se uma tentativa de minimizar as reivindicações estudantis, atribuindo-lhes um caráter oportunista, quando, na verdade, poderiam estar expondo falhas sistêmicas significativas na gestão universitária. O cardeal também perguntou também se os estudantes estavam refugiados no seminário porque havia ordem de prisão contra alguns e o deputado esclareceu:

Que apenas quatro estão incursos em processos e deverão ser ouvidos. Lembrou também que a prisão do padre José Eduardo Augusti foi proveniente de ordem superior e não de pedido de grupo de políticos da cidade. Não há, portanto, motivo para a greve estudantil, pois até os diretores que se haviam demitido já voltaram atrás e as aulas serão normais no segundo semestre¹¹⁶⁸.

Aqui, a explicação do deputado aponta para uma visão que procura deslegitimar o movimento estudantil, sugerindo uma normalidade institucional que possivelmente ignora as demandas legítimas e as preocupações dos estudantes.

Na tarde do dia 28 de julho foram detidos pela polícia três estudantes: Silvio Romão (medicina), Francisco Leal (veterinária) e Benedito Fernandes Fanganelo (agronomia)

¹¹⁶⁶ BOTUCATU pede a posse de d. Zioni. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 de julho de 1968.

¹¹⁶⁷ *Ib.*

¹¹⁶⁸ *Ib.*

enquanto distribuíam panfletos exigindo a soltura do padre Augusti e do estudante Geraldo Nunes¹¹⁶⁹. Nessa ocasião CAPS, divulgou um manifesto condenando a participação estudantil na "Operação Rondon", porque essa operação "visa aproveitar o potencial de trabalho dos jovens universitários para a popularização das Forças Armadas e para dar a população uma visão enganosa das reais intenções do governo, desgastando dessa maneira o potencial revolucionário do jovem em campanhas assistenciais". O manifesto afirmava também, que a "Operação Rondon" é de iniciativa militar, e não universitária, conforme "documento do 1º Seminário de Educação e Segurança Nacional, realizado em fins de 1966, no qual se recomenda a realização de tais campanhas como fator básico de segurança nacional"¹¹⁷⁰. Este manifesto do Caps revela uma consciência crítica acurada dos estudantes, que percebem e questionam as intenções subjacentes a programas governamentais, recusando-se a serem instrumentos de propaganda política. Por isso que o padre Augusti, quando foi convidado para falar aos estudantes acampados na praça do Bosque afirmou: “O governo se esqueceu do ensino e inventou a operação Rondon para distrair estudantes”¹¹⁷¹. Essa afirmação do padre Augusti ressoa com a percepção dos estudantes, destacando uma crítica contundente à negligência do governo em relação à educação, priorizando campanhas de natureza mais política do que educacional.

3.3. A atuação de Dom Romeu Alberti junto aos estudantes

Diante da complexa situação que estava vivendo a Arquidiocese de Botucatu, onde vinte sete padres não aceitaram a nomeação do novo Arcebispo, Dom Vicente Marchetti Zioni, uma vez que não aconteceram as consultas devidas, ameaçavam de deixarem a Arquidiocese caso a posse se concretizasse, a Santa Sé resolveu nomear um Administrador Apostólico, na pessoa de Dom Romeu Alberti, Bispo de Apucarana/PR, para intermediar a situação. Esta decisão, embora prática, reflete a complexidade da governança eclesial e os desafios de manter a harmonia dentro da Igreja em meio a conflitos internos. A notícia de sua nomeação se deu no dia 20 de junho de 1968 e sua posse canônica no dia 21 de junho na Catedral de Botucatu, afirmando que “deseja aproximar o mais possível a Igreja de Botucatu do ideal da Igreja apresentada pelo Concílio Vaticano II”¹¹⁷². Este objetivo, alinhado com as diretrizes do Concílio Vaticano II, indica um movimento de modernização e abertura da

¹¹⁶⁹ BOTUCATU: 4 mil aderem aos alunos. *A Gazeta de São Paulo*. São Paulo, 29 de julho de 1968.

¹¹⁷⁰ *Ib.*

¹¹⁷¹ AUGUSTI. *Diário de Prisão*. Op. cit. p. 06.

¹¹⁷² UM BISPO jovem para acalmar os padres. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 24 de junho de 1968.

Igreja, buscando maior conexão com as demandas contemporâneas dos fiéis. E segundo padre Augusti: “Ele sintoniza com a linha pastoral do clero desta diocese. Nós já o conhecemos e sabemos que D. Alberti é um bispo de fácil diálogo, que alia a juventude a uma mentalidade renovada”¹¹⁷³. Este reconhecimento por parte do padre Augusti sugere uma aceitação positiva de Dom Alberti, destacando a importância da comunicação aberta e do entendimento mútuo no contexto eclesial. E comenta: “No dia seguinte a sua posse, logo cedo, D. Romeu Alberti recebeu um grupo de rapazes e moças do Instituto de Educação Cardoso de Almeida e nós o vimos dialogar com os jovens numa linguagem jovem. E é isso que nós queremos. Não queremos mais nada”¹¹⁷⁴. A habilidade de Dom Alberti de se conectar com os jovens em sua própria linguagem ressalta a necessidade de a Igreja se adaptar para atender às novas gerações, mantendo sua relevância e impacto. Numa entrevista Dom Alberti disse que sua experiência com os jovens começou quando foi orientador espiritual da JEC, “onde encontrei os tipos mais variados em diversos colégios”¹¹⁷⁵. Esta experiência prévia com a juventude poderia ser vista como um ativo valioso, permitindo a Dom Alberti compreender melhor as perspectivas e desafios enfrentados pelos jovens. Disse também que depois foi capelão da Escola de Cadetes do Exército e orientador espiritual dos alunos do Seminário do Ipiranga, “de onde saíram quase todos os padres aqui da diocese de Botucatu”¹¹⁷⁶. Sua trajetória profissional revela uma ampla experiência com liderança espiritual em diferentes contextos, fortalecendo sua capacidade de gerenciar a crise em Botucatu. E numa outra entrevista afirmou:

Meu grande desejo é colaborar para que a Igreja arquidiocesana de Botucatu se aproxime cada vez mais do ideal de Igreja apresentado pelo Concílio. Interessa-me especialmente a valorização do trabalho dos leigos. Para tanto procuraremos todas as forças vivas da Igreja, como a Juventude. Tenho especial preocupação com a família e a juventude. Já conheço um pouco esta região, da época em que fui assistente regional da JEC, que abrangia também Botucatu¹¹⁷⁷.

Com isso Dom Alberti reforça a sua intenção de Dom Alberti de promover uma Igreja mais inclusiva e aberta, valorizando a contribuição dos leigos e focando na juventude e na família, elementos vitais para o futuro da Igreja. Ao assumir como Administrador Apostólico em Botucatu, para surpresa de Dom Alberti, surgiu a partir do dia 17 de julho, um problema de ordem civil com repercussões na ordem eclesial, agravado com a prisão do assistente

¹¹⁷³ Ib.

¹¹⁷⁴ Ib.

¹¹⁷⁵ D. ROMEU não sabe até quando fica. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 25 de junho de 1968

¹¹⁷⁶ Ib.

¹¹⁷⁷ A FAMÍLIA e a juventude. *Folha da Tarde*. São Paulo, 24 de junho de 1968.

eclesiástico da pastoral universitário, o padre José Eduardo Augusti. Este evento inesperado destaca a intersecção entre a esfera civil e a eclesiástica, mostrando como as questões políticas e sociais podem afetar diretamente a Igreja. No primeiro mês de sua permanência em Botucatu, dedicou-se em conversar com os padres, tentando superar a crise provocada pelos protestos dos vinte sete padres contra a nomeação de Dom Zioni. Esta ação de Dom Alberti ilustra um esforço de mediação e busca de consenso, essencial para a resolução de conflitos internos. No seu diário de prisão, sem ver perspectivas, padre Augusti escreve sobre a nomeação de Dom Alberti como Administrador Apostólico de Botucatu:

D. Alberti veio para Botucatu para contornar a crise. Eu tenho certeza de que a sua missão é diplomática (infelizmente ainda na Igreja a diplomacia prevalece sobre a verdade). Apenas para aparar as arestas e preparar a posse de D. Zioni, que virá como um príncipe tomar posse de seu feudo. Se para Botucatu viesse um pastor simples e humilde como Jesus, seria recebido de coração aberto pelos padres, mas seria crucificado pelos poderosos. Não sei por que tanta inversão na Igreja de Jesus! O sistema está interessado na posse desse bispo¹¹⁷⁸.

Este desabafo de Padre Augusti expressa uma crítica profunda à forma como a Igreja lida com seus conflitos, sugerindo uma preferência por soluções diplomáticas em detrimento de uma abordagem mais verdadeira e humilde. Com o agravamento em julho da situação do movimento dos estudantes da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, chegando no seu auge, com a Faculdade parada por absoluta falta de condições, os alunos vão às ruas para denunciar a situação precária da Faculdade-escola e, perseguidos pela tropa de choque da polícia militar, se refugiam no Seminário, seguida da prisão do padre Augusti, encaminhado para a Dops de São Paulo. Este momento crítico demonstra uma clara intersecção entre questões educacionais, políticas e de segurança, evidenciando um contexto social e institucional extremamente tensionado.

No dia 14 de julho Dom Alberti viajou para o Rio de Janeiro para participar, com os outros bispos da 9ª Assembleia dos Bispos do Brasil, que se iniciaria no dia seguinte. Na parte da tarde do dia 18 de julho, ao tomar conhecimento das prisões do padre José Eduardo Augusti envolvido com o estudantes de Botucatu e do padre Antônio de Almeida Soares envolvido com os operários de Osasco, os dois do clero de Botucatu, a CNBB, houve por bem enviar um bispo, como seu representante oficial, junto às cidades de Osasco e Botucatu, “a fim de ser, em seu nome, uma presença pastoral da Igreja que, observando mais de perto os acontecimentos, lhe fizesse ver a sua verdadeira face”¹¹⁷⁹. O bispo escolhido na Assembleia

¹¹⁷⁸ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 54.

¹¹⁷⁹ DEVER de intervir. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 26 de julho de 1968.

foi Dom Romeu Alberti. A escolha de Dom Alberti pela CNBB reflete a confiança na sua capacidade de mediar situações complexas e a importância da Igreja em manter-se ativa e presente em contextos de crise. A CNBB manter-se-á em Assembleia permanente aguardando o retorno do delegado e resultado dos entendimentos¹¹⁸⁰. Esta posição da CNBB ressalta a seriedade com que a instituição encara o conflito e seu compromisso em encontrar soluções pacíficas e justas. Dom Alberti embarcou na manhã do dia 19 julho para São Paulo como delegado da CNBB para entrar em entendimento junto as autoridades do Estado para tratar do problema criado com a prisão dos padres de Botucatu. Afirma Dom Alberti: “Designado pela nona assembleia para virmos a Botucatu, aqui chegamos após contato com as autoridades do Dops de São Paulo, perfeitamente conhecedoras do caso de Botucatu, para saber do padre Augusti.”¹¹⁸¹. A declaração de Dom Alberti indica uma abordagem pragmática e diplomática, buscando estabelecer um diálogo construtivo com as autoridades para resolver a crise. Sobre esta designação de Dom Alberti pelos bispos, padre Augusti escreve em seu diário de prisão:

Infelizmente ainda os bispos em assembleia são uma forma lenta de deglutir os problemas. Não sei por quê só agora os bispos acordam. Já faz uma semana que invadiram o seminário, que me prenderam, prenderam o Pe. Vautier e Soares e só agora ele vem para observar. Aliás, sinto profundamente a lentidão da Igreja para acudir. Poucos são os pastores vigilantes. Os bispos foram formados para mandar. Muitos poucos ainda se arriscam para defender o rebanho¹¹⁸².

Esta crítica de Padre Augusti à Igreja, enfatizando a lentidão e a falta de proatividade em situações de crise, revela uma tensão entre as expectativas dos sacerdotes de base e a hierarquia eclesial. Após ter mantido contato com o padre Augusti no Dops de São Paulo, Dom Alberti viajou para Botucatu para encontros com os sacerdotes, estudantes e autoridades civis e militares. Chegando em Botucatu, reuniu-se com os universitários na capela do Seminário, que ali estavam abrigados, fazendo um relato da situação do sacerdote preso e da missão que cumpriu junto aos operários de Osasco. Esta ação de Dom Alberti demonstra um esforço para entender todas as facetas do conflito, buscando construir pontes entre as diferentes partes envolvidas. Disse que esteve em Osasco, na Missão dos Padres Operários, «onde verifiquei que a greve dos operários justa, e participou de uma reunião no Sindicato dos Químicos. A avaliação positiva de Dom Alberti sobre a greve dos operários mostra um alinhamento com as causas sociais e uma abordagem empática em relação aos problemas enfrentados pelos trabalhadores. Em seguida, Dom Romeu Alberti apresentou aos estudantes

¹¹⁸⁰ BOTUCATU: Bispos mandam delegado. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 19 de julho de 1968.

¹¹⁸¹ DEVER de intervir. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 26 de julho de 1968.

¹¹⁸² AUGUSTI. *Diário de Prisão*. Op. cit. p. 54.

uma mensagem que recebera do governador Abreu Sodré. O documento era refere a verbas já concedidas pelo governo à Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas, destinado aos estudantes e da qual o religioso faz questão de dizer que era “apenas o portador”. A postura de Dom Alberti, agindo como um intermediário e não como um defensor da mensagem do governador, indica um equilíbrio cuidadoso entre sua posição eclesial e os interesses políticos envolvidos. O documento, lido pelo presidente do CAPS, Walter Cover, e foi repudiado por alguns, que disseram: “Isso aí já saiu até no ‘Diário Oficial’, não tendo nada a acrescentar em nosso benefício”. A reação dos estudantes ao documento reflete um ceticismo e uma demanda por ações mais concretas e significativas por parte do governo. Dom Alberti pediu, porém, aos estudantes que fizessem um relatório completo sobre a situação da Faculdade, afirmando: “Eu mesmo o entregarei ao governador, pois a verdade é a verdade”¹¹⁸³. Esta solicitação de um relatório pelos estudantes mostra uma tentativa de Dom Alberti de dar voz às preocupações dos alunos, reforçando a importância da verdade e da transparência nas negociações. O Administrador Apostólico da Arquidiocese de Botucatu fez, a pedido dos universitários, uma exposição sobre a CNBB e sua relação com a realidade brasileira, afirmando depois que “a Igreja tem o dever de estar presente, mas que a Igreja não é somente o papa: são os bispos, os padres e os leigos. Portanto, vocês também têm participação importante”¹¹⁸⁴. Esta ênfase na participação de todos os membros da Igreja, incluindo os leigos, reforça um sentido de comunidade e responsabilidade compartilhada no enfrentamento dos desafios sociais. E continua: “Antes de partirmos para a Conferência dos Bispos, tivemos a oportunidade de receber a honrosa visita das autoridades, as quais por várias horas dialogaram conosco sobre a greve em questão”¹¹⁸⁵. Esta menção ao diálogo prévio com as autoridades revela uma busca por compreensão mútua e por soluções consensuais antes da assembleia dos bispos.

Logo após sua chegada a Botucatu, Dom Alberti foi informado pelos padres do Seminário de um movimento contra sua permanência na Arquidiocese e que um ofício fora remetido a Dom Agnello Rossi, pedindo a posse imediata de Dom Zioni, atual bispo de Bauru. Este movimento contra Dom Alberti evidencia as divisões internas na Igreja e os desafios enfrentados por ele em sua missão de mediação. Dom Alberti não quis comentar o movimento, afirmando apenas “que era uma questão de gosto”. Esta resposta discreta de Dom

¹¹⁸³ EM BOTUCATU, situação ainda tensa com novas prisões. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 20 de julho de 1968.

¹¹⁸⁴ *Ib.*

¹¹⁸⁵ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 47. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

Alberti pode ser vista como uma tentativa de manter o foco nas questões mais urgentes e evitar aprofundar divisões. À noite, porém, o bispo distribuiu um comunicado, no qual examina a situação estudantil da cidade. E conclui o comunicado dizendo:

Solicitamos um encontro com os estudantes e outro com a autoridade policial e o advogado do sacerdote preso. Quando este contato já terminava e outro deveria começar, sentimo-nos no dever de intervir na Igreja Paroquial da Vila dos Lavradores, a fim de reconduzir ao Seminário estudantes que ali se abrigavam da polícia. Diante disso julgamos infundadas notícias da imprensa, segundo as quais se procurou diminuir o valor do relatório a ser apresentado no dia seguinte aos bispos reunidos no Rio de Janeiro¹¹⁸⁶.

Após ter ouvido os estudantes refugiados no Seminário e os padres, sobre as razões pelo qual estavam refugiados no Seminário e qual eram suas reivindicações, Dom Romeu Alberti iria ter um encontro com a autoridade policial da cidade, o Delegado Fausto Barreto Madureira Pará. Este encontro reflete a tensão entre as esferas eclesiástica e estatal na época. Mas um grande imprevisto aconteceu. Chegou ao Seminário a notícia de que, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, localizada vila dos Lavradores, estavam refugiados dentro da Igreja, fugindo da repressão da polícia, um grupo de mais ou menos uns cinquenta estudantes. Naquela tarde, do dia 19 de julho, uma parte dos estudantes que estavam refugiados no Seminário tinham se ausentado dali pois haviam se organizado, como faziam todas as tardes, para rodar pelos bairros da cidade distribuindo panfletos explicativos e realizando comícios relâmpago falando sobre as reivindicações da Faculdade de Medicina¹¹⁸⁷. Ao serem surpreendidos pela polícia, eles correram e entraram na Igreja e rapidamente fecharam a portas. Segundo Cover, “gente entrou na Igreja, porque nós sabíamos que era um terreno favorável a nós e por isso era difícil entrar numa Igreja para prender alguém. Naquela época isso era quase que impossível de acontecer”¹¹⁸⁸. O pároco da Igreja era o Cônego Ulysses Moreira de Araújo, que assim relata o fato:

Eu estava no Seminário, foi quando a minha empregada, dona Maria, telefonou para o Seminário: Olha padre, está uma confusão aqui na praça, a polícia está aí na frente da sua Igreja, os estudantes entraram e estão fechados aí. E estão pedindo que o senhor venha para dar um apoio para eles. Eu peguei o meu fusquinha (...) fui. Parei o carro na porta da casa (...) fui à porta da sacristia, bati. Quem é? Falei: é o padre que está aqui. Oi padre, por favor, o senhor não deixa ninguém entrar, o senhor não vai enxotar a gente daqui, porque a polícia está aí. Não, não vou enxotar. Agora vocês fiquem aí, vamos ver o que vai acontecer. Eu não vou dizer que vou tirar vocês daí livres, porque a situação está muito difícil. Fiquem aí, entrar eles não vão. Aí nisso, o Dom Alberti veio e fizemos assim: Eu e Dom

¹¹⁸⁶ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu (em fase de catalogação).

¹¹⁸⁷ D. ALBERTI impede prisão de estudantes em Botucatu. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 21 julho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹¹⁸⁸ Entrevista com Walter Cover (em anexo).

Alberti ficamos na porta principal da Igreja. Veio a kombi do Seminário e uns carros que Dom Alberti tinha combinado, amigos nossos, vinham os carros e aí, Dom Alberti ia tirando os estudantes da Igreja e pondo no carro e mandando para o Seminário. E o Dops, lá, olhando de longe. (...) E assim se conseguiu tirar todos¹¹⁸⁹.

Referente a este fato Pinho relata essa participação de mediador de Dom Alberti que, segundo ele, agiu assim pois havia se sensibilizado com tudo aquilo que ele estava ouvindo na reunião com os estudantes:

O pessoal estava fazendo lá no bairro, ali próximo a Igreja do bairro a distribuição de panfletos. A Polícia Militar conseguiu chegar a tempo e correr atrás deles e eles estavam na rua, não deu tempo de voltar para dentro da República. Eles entraram na Igreja e trancaram a porta. E aí a Polícia Militar cercou a Igreja e com eles lá dentro. Ao saber da notícia, Dom Alberti pediu a Kombi da Arquidiocese, foi se paramentar com as vestes de bispo e dirigiu-se para a Igreja. Localizou o comandante da tropa e informou a ele que os estavam dentro do templo estavam sob guarda da Igreja. Portanto iria retirá-los de lá e leva-los para o Seminário, O comandante ficou vermelho e não sei se discutiu ou não, mas o bispo falou é isso. Encostou a Kombi na porta da Igreja e em sucessivas viagens de Kombi. Tirou todos os estudantes da Igreja. Quando todos foram chegando a animação se instalou e Dom Alberti retomou a reunião¹¹⁹⁰.

Também Dimitrov relata este fato que marcou muito os estudantes diante da coragem de Dom Alberti em retirar os estudantes da Igreja, mesmo correndo risco:

Agora a crise do clero e estudantil era concomitante, teve até algumas situações importantes. Uma época que estava lá o bispo de Apucarana, Dom Romeu, estava lá em Botucatu, um grupo de alunos que estavam lá no bairro fazendo uma panfletagem ou coisa deste tipo foram cercados polícia que queria prender todo mundo. Eles correram para dentro da Igreja e aí ficou aquela coisa: a polícia entra na Igreja, não entra. Aí avisaram o Dom Romeu, ele foi lá e mandou os guardas sair fora que ele iria levar aquela turma, que aquela turma eram os seus fiéis. Botou na Kombi e tirou todo mundo de lá, deu umas três ou quatro viagens. Levou todo mundo para dentro do seminário, tá certo! Então a Igreja teve gente muito, muito positiva, muito, muito cordata conosco, que sabia que nós estávamos lutando por uma coisa boa, estávamos lutando pela faculdade¹¹⁹¹.

Padre Augusti também registrou no seu diário de prisão este fato ocorrido com os estudantes na Vila dos Lavradores nos seguintes termos:

Soube que D. Alberti se mexeu para impedir a prisão de estudantes, em Botucatu. A turma estava distribuindo panfletos na rua e perseguidos pela polícia refugiram-se na Igreja da Vila dos Lavradores, onde eu atuava com os movimentos populares e estudantis. D. Alberti foi busca-los com várias

¹¹⁸⁹ Entrevista com o Pe. Ulysses Moreira de Araújo (27/02/2006).

¹¹⁹⁰ Entrevista com Waldemar Pinho (em anexo).

¹¹⁹¹ Entrevista com Pedro Dimitrov (em anexo).

peruas trazendo-os de volta ao Seminário. As situações criadas forçam os bispos a serem pastores. Já é tempo de deixarem de ser príncipes e esquecerem o triunfalismo medieval que desfigurou a Igreja¹¹⁹².

A atitude corajosa do Administrador Apostólico, em levar de volta para o Seminário os estudantes que estavam refugiados na da Igreja da Vila dos Lavradores, muito desagradou a elite dirigente de Botucatu, como também as autoridades constituídas da cidade. No dia que se seguiu ao fato ocorrido na Igreja da Vila dos Lavradores, em represália ao gesto de total solidariedade de Dom Alberti aos padres e estudantes refugiados no Seminário Arquidiocesano, reuniu-se as autoridades da cidade e alguns convidados, entre os quais, Joaquim Amaral de Barros, prefeito Municipal; Antônio Delmanto, presidente da Câmara Municipal e Vasco Bassoi, deputado estadual. Finalizando encontro todos decidiram encaminhar ao governador, ao delegado de polícia local, ao superintendente da polícia federal em São Paulo e ao Cardeal Agnelo Rossi, Arcebispo de São Paulo e presidente da CNBB, um mensagem (telegrama) em protesto a atitude tomada por Dom Alberti para os estudantes, nestes termos: “Tendo em vista que Dom Romeu Alberti, foi delegado designado pela CNBBB para conhecer crise local gerada movimento estudantil, levamos conhecimento Vossência que este prelado esteve perto de duas horas nesta cidade mas não estabeleceu nenhum contato com autoridades locais”¹¹⁹³. Eles queriam na verdade, era o afastamento imediato de Dom Romeu Alberti¹¹⁹⁴. E só estariam dispostos a desistir de pedir ao Arcebispo de São Paulo, o Cardeal Dom Agnelo Rossi a remoção de Dom Alberti e a posse de imediato de Dom Zioni, se o Administrador Apostólico bem como os padres ajudassem a encontrar uma forma para colocar um fim à crise universitária de Botucatu¹¹⁹⁵. No seu diário de prisão o padre Augusti comenta este fato afirmando:

O seu Amaral de Barros e comparsas não gostaram que D. Alberti não os tenha procurado, na sua rápida visita de observador. Para o prefeito, a maior afronta foi o bispo ter vindo e voltado rapidamente sem ouvir o ‘dono da cidade’. Mais um passo da Igreja descomprometida. Eles não estão acostumados com isso! D. Henrique os consultava até para saber se eu podia celebrar a missa para os jovens com guitarra e bateria! Pena que o velho arcebispo tenha se curvado tanto diante de homens tão indignos!¹¹⁹⁶.

Este episódio realça a crescente tensão entre a Igreja e as autoridades locais, destacando uma Igreja mais engajada socialmente e menos preocupada com as formalidades

¹¹⁹² AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 71.

¹¹⁹³ DONATO, Hernani. Op. cit. p. 184.

¹¹⁹⁴ EXIGIDA posse imediata de D. Vicente. *Diário de Bauru*. Bauru, 27 julho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹¹⁹⁵ BOTUCATU: 4 mil aderem aos alunos. *Gazeta de São Paulo*. São Paulo, 29 julho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹¹⁹⁶ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 74.

políticas. Ao tomar conhecimento do fato, Dom Romeu Alberti respondeu num Comunicado feito através da Cúria Arquidiocesana,¹¹⁹⁷ esclarecendo que sua estadia havia sido muito

¹¹⁹⁷ Íntegra do Comunicado da Cúria Arquidiocesana de Botucatu: “Botucatu vive nestes últimos tempos, momentos agitados de sua história. Convergem todos para ela seus olhares interrogativos. Como Administrador Apostólico desta Arquidiocese, sinto-me no dever de Informar e formar, segundo a verdade, a opinião pública geral através dos seguintes esclarecimentos: 1 - No dia 19 de abril de 1968 coincidiram a renúncia de S. Ex.cia Rev.ma. D. Frei Henrique Golland Trindade, Arcebispo Metropolitano, e a nomeação de seu sucessor, S. Ex.cia Rev.ma. D. Vicente M. Zioni, Bispo Diocesano de Bauru 2 - Em casos normais um Arcebispo nomeado para uma sede nela deverá ser empossado dentro de quatro meses. 3 - Reafirmando a validade da nomeação feita pelo S. Padre, cuja autoridade para todos está fora e acima de qualquer dúvida ou questão, o clero Arquidiocesano, em sua maioria, optou irrevogavelmente, por deixar sua Arquidiocese, procurando outros bispos que o acolhessem, caso o recém-nomeado Arcebispo viesse a ser empossado. 4 - Sem retirar a nomeação já publicada, a S. Sé serviu-se de um meio já previsto dentro da ordem jurídica da Igreja para casos especiais: nomeou o Bispo Diocesano de Apucarana, Administrador Apostólico da Arquidiocese de Botucatu, "sede vacante", com todas as faculdades de bispo residencial. É uma função de sua natureza transitória, sendo como que um compasso de espera. A seu tempo, mais ou menos longo, quando lhe aprouver para o bem da Igreja particular e tendo em vista o bem da Igreja Universal, o Supremo Pastor, o Papa, de quem dependemos todos, ovelhas e cordeiros do rebanho, decidirá: Urgir a posse do titular nomeado, ou, levando em consideração a individualidade própria de cada caso, dar outra solução que sua prudência pastoral lhe sugerir. Então cessará a função do Administrador Apostólico, chamado pelo S. Padre a servir, em seu nome, à Igreja naquela especial conjuntura; voltará em seguida para seus habituais ministérios sagrados com a consciência de ter cumprido sua missão antes e acima de tudo aos olhos de Deus, numa situação de si mesma complexa e nem sempre por todos compreendida, em que sua providência divina o colocou. 5 - O Administrador Apostólico aqui está para governar a Arquidiocese que consta de 25 municípios. Sob o aspecto eclesiástico a primeira meta a atingir era o clero, o qual, desde o início, em união com o Administrador Apostólico, dispôs-se a realizar um plano de ação pastoral de conjunto, firmado em linhas evidentemente essenciais, que, levando em consideração a transitoriedade da função de Administrador, deixasse de lado aspectos menos essenciais que pudessem comprometer o futuro titular, fosse quem fosse. Sob este prisma, tudo prossegue, inclusive com conhecimento e aprovação superiores. 6 – A partir do dia 17 de julho surgiu um problema de ordem civil com repercussões na ordem eclesiástica: Por falta de verbas, o Diretor associado da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu demitiu-se, o corpo docente negou-se a dar aulas e o corpo discente, a 1º de julho, decretou uma greve, que se propunha, durante as férias, a conscientizar a comunidade, da justiça de suas reivindicações e da injustiça de estruturas que as ocasionaram. O assistente eclesiástico da pastoral universitária naquela faculdade, ver.do Pe. José Eduardo Augusti, era concorde com as finalidades da greve. Dia 17 de julho, quando conversava com um amigo, foi preso dentro do Seminário pelas 11,20hs, da manhã. Quase simultaneamente, os estudantes distribuíam na praça "Emílio Pedutti", de onde foram desacampados na quela madrugada pela polícia, folhetos explicativos da repressão, e pela polícia perseguidos refugiaram-se no abrigo mais próximo, o seminário S. José. Dia 18 de julho, à tarde, a nona assembleia da Conferência dos Bispos do Brasil, reunida no Rio de Janeiro, designou a pessoa de D. Romeu Alberti que com outros bispos, desde 14 de julho, lá se encontrava, afim de em seu nome tomar contato com Osasco e Botucatu, agitadas por greve operária e estudantil e informá-la antes de seu encerramento, provavelmente dia 20, pela manhã. Para tão grande missão realizou-se, dentro do tempo disponível, um plano realista e suficiente de contatos, Para Botucatu, conhecida já pelo Administrador Apostólico, até em pormenores, através de longa palavra das autoridades locais e dos estudantes, foi reservada a parte da tarde do dia 19 apenas para os últimos acontecimentos, dos quais S. Ex. cia Rev.ma Já estava também amplamente informado por quem ficara na sede responsável pela Arquidiocese durante sua ausência. Em aqui chegando, quando o Administrador Apostólico, após ouvir sacerdotes e estudantes, ia encontrar-se com a autoridade policial local, a quem desde sua chegada mandara avisar do propósito desse encontro, chegou e notícia de que, na Igreja da Vila dos Lavradores, uns 50 estudantes se refugiavam da polícia. A pronta presença de sua S. Ex.cia Rev.ma reconduziu-os para o seminário onde se encontravam, desde o dia 17, com mais de 100 outros estudantes. Quem teria coragem de desaloja-los do seminário, largando-os em praça pública para que se defrontassem com policiais naquele clima de tensão? Se acontecesse uma desgraça fatal, alguém passaria para a história como assassino de estudantes. Em consciência, o Administrador Apostólico julgou de seu dever declarar aos estudantes que naquela conjuntura considerassem o seminário como sua própria casa. Então para a história de Botucatu, alguém passará como tendo desagradado apenas um pequeno grupo da cidade. Com esta circunstância imprevista, tornou-se impossível o encontro planejado, com a autoridade policial local, aliás procurada sem êxito, na ante-véspera por um representante do Administrador apostólico, que o enviara especialmente para essa missão; ademais, os encontros em S. Paulo com o delegado da polícia federal e do DOPS suprimiam aquela lacuna involuntária, tanto mais que o acontecido se atribuía a ordens não locais, mas superiores. Inconformado o pequeno grupo, imediatamente no

curta, com táxi aéreo aguardando na pista apenas para decisões de urgência e que diante do fato ocorrido na Vila dos Lavradores, entendeu ser mais necessário e urgente socorrer aos jovens, uma vez que já tinha se encontrado em São Paulo, com o delegado da Polícia Federal e do DOPS. Assim afirma no comunicado da Cúria, declarando o Seminário Arquidiocesano de Botucatu como “Território Livre”:

Quem teria coragem de desaloja-los do seminário, largando-os em praça pública para que se defrontassem com policiais naquele clima de tensão? Se acontecesse uma desgraça fatal, alguém passaria para a história como assassino de estudantes. Em consciência, o Administrador Apostólico julgou de seu dever declarar aos estudantes que naquela conjuntura considerassem o seminário como sua própria casa. Então para a história de Botucatu, alguém passará como tendo desagradado apenas um pequeno grupo da cidade¹¹⁹⁸.

Em resposta ao comunicado do Administrador Apostólico de Botucatu, Dom Romeu Alberti, divulgado pela Cúria Arquidiocesana, Delegado Regional de Polícia de Botucatu, Fausto Barreto de Madureira Pará, expede também um comunicado¹¹⁹⁹ em nome da Delegacia

próprio dia 19 à noite, começou a promover reuniões até públicas afim de retomar o movimento pro posse do D. Zioni, já iniciado antes mesmo da nomeação do Administrador apostólico. Desta forma, procurou-se confundir aspectos bem distintos de ordem eclesiástica e civil. 7 - Evidentemente não cabe ao administrador apostólico, mas ao governo estadual, resolver o problema das verbas da faculdade. Cabe, porém ao administrador apostólico, em sua prudência pastoral, permitir aos estudantes que permaneçam dentro do seminário, como em sua própria casa. Convém outrossim, esclarecer que no seminário os estudantes se alimentam às próprias despesas, auxiliados pela colaboração de inúmeras famílias botucatuenses, como também se vem comportando de modo ordeiro e irrepreensível. Fora do seminário, nenhum estudante está sob responsabilidade da autoridade eclesiástica, mas responde pessoalmente cada um por seus próprios atos. 8 - A greve em prol de verbas e o movimento pela posse de D. Zioni, são episódios que de maneira alguma alteram a conduta do administrador apostólico, que continuará cumprindo sua missão até o momento aprazado pelo S. Padre. 9 – Deus julgue e acolha em sua misericórdia todos os que, distanciando-se do Espírito de verdade, através de calúnias clamorosas, prejudicarem a Igreja Arquidiocesana de Botucatu. Eram estes os esclarecimentos que julgamos oportuno apresentar. Botucatu, 3 de agosto de 1968. + D. Romeu Alberti Bispo diocesano de Apucarana - Administrador apostólico de Botucatu”. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹¹⁹⁸ *Ib.*

¹¹⁹⁹ Íntegra do comunicado: “Secretaria da Segurança Pública. Dependência Delegacia Regional de Polícia de Botucatu. Comunicado. Li, com surpresa, um Comunicado da Cúria Arquidiocesana de Botucatu, da responsabilidade do Bispo de Apucarana D. Romeu Alberti, o qual, acidentalmente, é o administrador apostólico desta Arquidiocese. O referido comunicado reúne em seu bôjo uma série de inverdades e injustiças, a fim de confundir a opinião pública, a qual nesta altura dos acontecimentos já firmou juízo a respeito da inoportuna nomeação daquele bispo como Administrador apostólico. Procurando justificar a atitude e o comportamento do Padre comunista José Eduardo Augusti, o qual após processado em flagrante delito por infração da Lei de Segurança Nacional, foi denunciado pelo Doutor Promotor Público de Justiça da 2ª Auditoria de Guerra, denúncia essa já recebida pelo MM. Juiz de Direito daquele Fórum Militar, vem o Bispo de Apucarana, a público, espontaneamente justificar aquele sacerdote e prestar solidariedade à greve ilegal de estudantes. É de pasmar tal atitude e mais ainda quando ela parte de alguém com poderes “extraordinários”. Diz aquele comunicado haver o Bispo de Apucarana procurado a Autoridade policial local, dia 18 de julho pp., quando aqui aportou por volta das 16,00 horas, procedente da Guanabara e retornando aos 17,20 minutos afim de manter contato com o signatário deste, o que evidentemente, não é verdade. Outra inverdade contida naquele Comunicado e tudo dentro da tecla de confundir a opinião pública e de forma especial os católicos desta cidade, é quando diz que ‘ia encontrar-se com a autoridade policial a quem desde a sua chegada mandara avisar do propósito do encontro, mas que teve que transportar-se à Vila dos Lavradores, uma vez que estudantes se refugiavam da Polícia’. Tal afirmativa não procede, pois naquela ocasião estudantes distribuam manifestos na Vila dos Lavradores e esta polícia, discretamente, não permitia aquela distribuição, a qual está proibida por determinação do Governo Federal, mas, tudo isso sem coação e muito menos violência. Quem sabe o Bispo de

Regional de Polícia de Botucatu, contradizendo e tentando denegrir com a imagem de Dom Alberti, quando neste comunicado afirma:

Li, com surpresa, um Comunicado da Cúria Arquidiocesana de Botucatu, da responsabilidade do Bispo de Apucarana D. Romeu Alberti, o qual, acidentalmente, é o administrador apostólico desta Arquidiocese. O referido comunicado reúne em seu bôjo uma série de inverdades e injustiças, a fim de confundir a opinião pública, a qual nesta altura dos acontecimentos já firmou juízo a respeito da inoportuna nomeação daquele bispo como Administrador apostólico.

Dentre as muitas afirmações que faz, chega a dizer que o Administrador Apostólico tentava justificar a atitude e o comportamento do Padre comunista José Eduardo Augusti e “prestar solidariedade à greve ilegal de estudantes”¹²⁰⁰, e ironicamente continua: “É de pasmar tal atitude e mais ainda quando ela parte de alguém com poderes ‘extraordinários’”. E afirmando a posição das autoridades locais sobre a greve dos estudantes diz que Dom Alberti “evitou contato com qualquer das autoridades em contraposição confabulou durante o curto tempo em que aqui esteve, com a ‘cúpula’ do movimento estudantil”¹²⁰¹ e que as atitudes do Administrador Apostólico causaram estranheza as autoridades locais levando-as “a expedir telegramas ao Cardeal D. Agnelo Rossi, o qual se encontrava na Conferência Nacional dos Bispos que se realizava na Guanabara”¹²⁰². E conclui seu comunicado afirmando: “Deixo aqui, de público, o meu protesto, pela maneira irreverente daquele Bispo, o qual através de seu Manifesto apenas procurou torcer a verdade quanto ao comportamento desta polícia”¹²⁰³.

O assunto foi levado até a Assembleia Legislativa de São Paulo, onde o deputado botucatuense Vasco Bassoi subindo na tribuna fez um discurso em que fez questão de registrar o caso de Botucatu, onde criticou a ação do Administrador Apostólico, Dom Romeu Alberti em Botucatu, e colocou toda culpa da crise no clero rebelado¹²⁰⁴. A decisão de levar este assunto para um fórum político mais amplo indica a gravidade percebida na situação e a

Apucarana desconhece aquela determinação Superior?... Não me recordo de haver lido, em ocasião alguma, tão capcioso Comunicado, partido de quem, pela sua investidura, deveria dar outro exemplo. Por outro lado, todas as autoridades locais, já se manifestaram de público sobre a greve em tela, bem como sobre a ausência injustificada do Bispo de Apucarana o qual, naquela oportunidade evitou contato com qualquer das autoridades em contraposição confabulou durante o curto tempo em que aqui esteve, com a ‘cúpula’ do movimento estudantil. É certo ainda, que as autoridades locais estranhando a atitude do Bispo de Apucarana, chegaram a expedir telegramas ao Cardeal D. Agnelo Rossi, o qual se encontrava na Conferência Nacional dos Bispos que se realizava na Guanabara. Deixo aqui, de público, o meu protesto, pela maneira irreverente daquele Bispo, o qual através de seu Manifesto apenas procurou torcer a verdade quanto ao comportamento desta polícia. Botucatu, 5 de agosto de 1968. O delegado Regional de Polícia. As) Fausto Barreto de Madureira Pará”. (Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 103. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

¹²⁰⁰ Livro tombo da Cúria n. 1503, p. 103. (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

¹²⁰¹ *Ib.*

¹²⁰² *Ib.*

¹²⁰³ *Ib.*

¹²⁰⁴ ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. *Padres Rebeldes? O caso de Botucatu*. Aparecida: Santuário, 1996, p. 57.

complexidade do embate entre Igreja e Estado. Embora tenha sido interrompido pelo deputado Chopin Tavares de Lima que o convida a se retratar sobre o que havia falado de Dom Alberti, Bassoi fez questão de reafirmar: “... posso afirmar a V. Ex^a, que a questão resultante do movimento estudantil em Botucatu lamentavelmente foi muito mal conduzida pelos padres daquela cidade e por último pelo Bispo D. Romeu Alberti”¹²⁰⁵. Esta insistência em sua posição reflete a profundidade do desacordo e a polarização das opiniões no contexto político e social da época.

Assim no dia 29 de julho de 1968, o deputado Vasco Bassoi, em visita ao Cardeal Agnelo Rossi, em sua residência, em São Paulo, entregou-lhe um memorial com duzentas assinaturas, onde solicitava a imediata posse de Dom Zioni. Neste memorial relatava também a situação estudantil em Botucatu, onde mais de cem estudantes permaneciam alojados dentro do Seminário Arquidiocesano São José¹²⁰⁶. E com relação a prisão do padre Augusti, o deputado Bassoi explicou que “foi proveniente de ordem superior e não de pedido de grupo de políticos da cidade”¹²⁰⁷. Esta declaração, contudo, parece estar em desacordo com a percepção geral dos eventos, sugerindo uma possível influência política encoberta nos bastidores. Mas diante dos fatos, tudo levava a crer que o pedido do deputado Bassoi e das chamadas “forças vivas da cidade” em nada parecia ser movida por questões pastorais, única e exclusivamente por razões políticas. Em 03 de agosto o Arcebispo de São Paulo Cardeal Rossi envia uma carta¹²⁰⁸ ao Núncio Apostólico, onde relata o encontro que havia tido com o político e

¹²⁰⁵ Ib. p. 57.

¹²⁰⁶ BOTUCATU pede a posse de d. Zioni. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 julho 1968. (Recorte - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu - em fase de catalogação).

¹²⁰⁷ Ib.

¹²⁰⁸ Íntegra da carta: “Excelentíssimo Senhor Dom Sebastião Baggio, DD. Núncio Apostólico no Brasil. Excelência Reverendíssima. Nesta semana recebi vários • angustiantes apelos para que se resolva definitivamente o caso de Botucatu. A todos informei que a solução não dependia de mim, mas que a encaminharia a Vossa Excelência. Conforme lhe comuniquei, por telefone, domingo passado, recebi um abaixo assinado de elementos representativos daquela cidade: autoridades, dirigentes de agremiações, etc... bipotecando acatamento e obediência à decisão do Santo Padre e pedindo a posse, quanto antes, de D. Zioni. O referido documento segue anexo. Disseram que não se manifestaram antes, em virtude do apêlo que eu havia dirigido ao clero e ao povo de Botucatu. Este pedido é interpretado por D. Alberti, que esteve comigo 3^a feira, de volta da Nunciatura, como sendo político. De outro lado, levantam-se vozes asseverando que a crise dos universitários de Botucatu, conquanto iniciada com fundamentos justos, avançou para o terreno político e já conseguiu envolver o clero de Botucatu. Então, ao que se diz, em vez de se solucionar o caso religioso de Botucatu, complicou-se a situação e agora alguns colocam a posse de D. Zioni, também, em termos de maior urgência para tranquilidade social da população. Recebi, igualmente, depoimentos de outras pessoas, dizendo que as posições, em Botucatu, se radicalizam cada vez mais, com evidente prejuízo para a religião, e que o povo, em geral, quer o Arcebispo designado pelo Santo Padre, mesmo que isto acarrete a saída de sacerdotes. É difícil julgar à distância, sem conhecer "in loco" os problemas e a situação. Mas também não quero ficar com este problema pesando sobre minha consciência, razão por que o transmito a Vossa Excelência. Por absoluta lealdade aos meus irmãos no Episcopado, creio necessário enviar cópia desta carta a D. Zioni e a D. Alberti e julgo que de qualquer entendimento, no futuro, quanto a Botucatu, devam participar aqueles preladados. Tenho inabalável convicção de que todos queremos o bem da Santa Igreja e chegaremos, afinal, à solução do problema, despojado de seus

deputado de Botucatu que, veio até ele dizendo que estava ali em nome das autoridades, dirigentes e agremiações da cidade e que todos pediam que a decisão do Santo Padre fosse acatada e que a posse de Dom Zioni se concretizasse o quanto antes. Esta pressão exercida pelas autoridades locais demonstra a complexa interseção entre a política e a religião, ressaltando a influência do clero nas questões comunitárias. O Cardeal também relatou ao Núncio que, conversando com Dom Romeu Alberti, o mesmo interpretava tal pedido das autoridades de Botucatu pedido como “sendo político”¹²⁰⁹. Esta interpretação sublinha a suspeita de Dom Romeu sobre as motivações reais por trás do pedido, indicando uma desconfiança das intenções políticas na sombra de questões eclesiais. Também salientou que já se comentava que “a crise dos universitários de Botucatu, conquanto iniciada com fundamentos justos, avançou para o terreno político e já conseguiu envolver o clero de Botucatu”¹²¹⁰, afirmando que, diante de tal situação, em vez de ser solucionada a crise religiosa de Botucatu, complicara-se ainda mais, uma vez que “alguns já colocavam a posse de Dom Zioni em termos de maior urgência para tranquilidade social da população”¹²¹¹. Essa urgência reflete o grau de tensão e a necessidade percebida de uma resolução rápida para evitar mais conflitos. E ao concluir a carta declara ter inabalável convicção de que se chegaria à solução de tal problema “despojado de seus aspectos políticos”¹²¹². Esta convicção do Cardeal Rossi pode ser vista como um reflexo de sua esperança em uma resolução que priorize o bem-estar da comunidade e os valores religiosos, em vez de interesses políticos.

Após Dom Romeu Alberti ter apresentado aos Bispos reunidos em Assembleia o relatório sobre os acontecimentos que ele observou “in loco” em Osasco com o operariado e em Botucatu com os estudantes, ao encerrar-se a 9ª Assembleia Geral da CNBB, no dia 20 de julho de 1968, os bispos do Brasil redigiram uma Declaração Oficial sobre o delicado momento que o Brasil estava vivendo. Esta declaração pode ser interpretada como um testemunho da preocupação da Igreja com as questões sociais e políticas do país, demonstrando uma postura ativa e consciente. Esse documento foi dividido em oito tópicos: Introdução, Exigências de Nosso Desenvolvimento, Violência e Não-violência, Segurança, Educação para o Desenvolvimento, Exigências do Planejamento, Fé e Imperativos do Desenvolvimento e Conclusão. Nele os bispos afirmaram que essa declaração seria

aspectos políticos. Com minhas respeitadas saudações, o servo em Jesus Cristo, + Agnelo Rossi – Arcebispo Metropolitano”. Carta do Cardeal Dom Agnelo Rossi ao Núncio Apostólico no Brasil, Dom Sebastião Baggio. (Livro tomo da Cúria n. 1503, p. 103 verso. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

¹²⁰⁹ Livro tomo da Cúria n. 1503, p. 103 verso (Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Botucatu).

¹²¹⁰ *Ib.*

¹²¹¹ *Ib.*

¹²¹² *Ib.*

“ressonância e continuidade de pronunciamentos, como o de Paulo VI, na *Populorum Progressio* e do documento objetivo e corajoso que a 2ª Conferência Episcopal Latino-Americana estudará em Medellín em fins de agosto”¹²¹³. A referência a esses documentos internacionais salienta o alinhamento da Igreja brasileira com a perspectiva global da Igreja Católica sobre questões de justiça social e desenvolvimento. Afirmaram também que não concordavam “com o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, principalmente ao direito de livre expressão e reunião(...)”¹²¹⁴ e, ao falar contra a violência e a repressão, que parecia ser a única solução para então governo militar, sustentavam: “o radicalismo de posições ideológicas, que impedem o diálogo construtivo e a busca solidária de soluções e a serviço de todos, contradiz o evangelho”¹²¹⁵, referindo-se em seguida aos acontecimentos que estavam acontecendo em Osasco (operários) e Botucatu (estudantes). Esta postura dos bispos reflete uma clara oposição à repressão e um compromisso com a promoção do diálogo e da paz, em linha com os ensinamentos do Evangelho.

Nem todos os bispos concordaram com a declaração da CNBB e um grupo de doze Bispos enviaram ao Presidente da República, Arthur da Costa e Silva uma outra declaração, onde afirmavam que não concordavam e nem aprovavam o pronunciamento oficial divulgado pela CNBB, dizendo que nem todos os bispos, padres e leigos católicos “tinham tendências esquerdistas e subversivas”¹²¹⁶ como dava a entender tal pronunciamento da CNBB, já que, pensando assim, corria-se o risco de levar o país ao caos e, por uma revolução social “sujeitá-lo a uma situação idêntica ou semelhante à que o tirano Fidel Castro impôs em Cuba(...)”¹²¹⁷. Esta preocupação expressa pelos doze bispos reflete um temor significativo quanto às implicações sociais e políticas de um pronunciamento que eles percebiam como tendencioso, demonstrando a complexidade e a polarização dentro da própria Igreja Católica no contexto da época.

A partir desta declaração dos doze bispos brasileiros¹²¹⁸, se evidenciava com muita clareza as divergências de mentalidade que existiam no episcopado brasileiro, demonstrando

¹²¹³ Declaração Final da IX Assembleia Geral da CNBB. SEDOC v.1, especial 5, p 445-447, [set] 1968.

¹²¹⁴ Id. p. 445.

¹²¹⁵ Id. p. 446.

¹²¹⁶ Carta de doze Arcebispos e Bispos ao Presidente da República. SEDOC v.1, especial 5, p 448, [set] 1968.

¹²¹⁷ Id. p. 448.

¹²¹⁸ Geraldo Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina; João Batista Costa, Bispo de Porto Velho; Delfim Ribeiro Guedes, Bispo de São João Del-Rei; Antônio Castro Mayer, Bispo de Campos; Manoel Pedro da Cunha Cintra, Bispo de Petrópolis; José Veloso, Bispo Auxiliar de Petrópolis; Antônio Zattera, Bispo de Pelotas; José D’Angelo Neto, Arcebispo de Pouso Alegre; José Vasquez Díaz, Bispo de Bom Jesus do Piauí; Guido M. Casullo, Prelado de Candido Mendes; Bernardo Nolker, Bispo de Paranaguá; Jackson Berenguer Prado, Bispo de Feira de Santana.

assim as alas nas quais se dividia a Igreja Católica do Brasil, seja no aspecto religioso como no político. Esta divisão é um testemunho da ampla gama de pensamentos e abordagens dentro da Igreja, indicando que as questões religiosas estavam intrinsecamente entrelaçadas com as dinâmicas políticas do país. A existência de tais divergências ressalta a importância do debate interno e a pluralidade de visões dentro da instituição eclesial.

4. O fim da crise dos estudantes

Após os fatos que se sucederam na Igreja da Vila dos Lavradores, onde o Administrador Apostólico, Dom Romeu Alberti retirou, diante de toda a polícia que cercava a Igreja, os estudantes refugiados dentro da mesma, levando-os de volta para o Seminário, os estudantes resolveram realizar algumas assembleias, onde passaram a discutir sobre os passos que dariam dali para frente. A decisão tomada foi de que iriam ocupar o campus da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (FCMBB), desocupando assim o Seminário onde estavam abrigados a quase um mês, como afirma Vannucchi:

Nós ficamos no seminário, mas daí estava desgastando o Seminário. Não pelos padres, mas por nós mesmos, porque chegou uma hora que a gente não estava fazendo nada. Mas nunca os padres deram a entender que a gente tinha que ir embora e nem falaram que a gente tinha que ir embora. A gente que percebeu que estava desgastado o movimento e que a gente precisava mudar a estratégia, porque senão a gente ia ficar morando lá! Daí que nós fomos para a faculdade¹²¹⁹.

Um outro agravante, segundo os estudantes refugiados no Seminário era a campanha na cidade contra os padres por parte dos grupos conservadores e políticos que estava aumentando a cada dia, onde continuavam a insistir que os padres eram todos comunistas, eram baderneiros, que eles ajudavam os subversivos e assim a campanha com panfletos foi crescendo, evidenciando a tensão entre os grupos conservadores e progressistas na cidade, e o impacto desta tensão no cotidiano do Seminário. E por isso também os estudantes resolveram deixar o seminário. Segundo Pinho: “Foi cogitado a ocupação da faculdade, se nós ocuparmos a faculdade, porque a faculdade é nossa, migramos para lá, falamos vamos deixar esse peso na faculdade, que era um grande peso político para o seminário”¹²²⁰. Essa decisão dos estudantes reflete não apenas uma mudança estratégica, mas também uma consciência da carga política que sua presença impunha ao Seminário. Os estudantes deixaram o Seminário de Botucatu em 07 de agosto de 1968. Ao deixar os Seminário agradeceram o apoio dos padres e foram e

¹²¹⁹ Entrevista com Terezinha Catelli Infantsi Vannucchi (em anexo).

¹²²⁰ Entrevista com Waldemar Pinho (em anexo).

ocuparam pacificamente a Faculdade. Ali no campus hastearam a bandeira do CAPS e a bandeira da UNE, junto com a bandeira brasileira, convocaram assembleia permanente no anfiteatro e ali dentro ficaram bastante tempo¹²²¹. Esta ação simbolizava não apenas a ocupação física do espaço, mas também a reivindicação de uma voz ativa no cenário político e acadêmico. Logo que ali se instalaram, a Frente Anti Comunista (FAC), através de um telefonema, ameaçou invadir os alojamentos e espancar os estudantes que ali estavam alojados. Diante disso, foram tomadas algumas medidas de segurança, como descreve Pinho:

Para vigiar todo o perímetro alguns se postaram no telhado do prédio central e outros na caixa d'água principal, de onde se tinha uma visão para todos os lados. Os 'quartos' ocupavam as salas do último andar do prédio, tendo como único acesso escadas em caracol amplas. Todos pegaram paus e pedras, levaram para o andar de cima e dormiam com eles ao lado das camas no chão. De lá seria possível rechaçar uma possível invasão atirando pedras e pedregulhos pelas escadas abaixo. Na madrugada do primeiro dia as sentinelas deram o alarme. Uma luz forte estava vindo em direção ao campus. Todos acordaram e se prepararam para 'batalha'. Alarme falso, era um trem que passava nos trilhos ao lado¹²²².

Este episódio ilustra a tensão e o estado de alerta constante em que os estudantes se encontravam, vivendo sob a ameaça iminente de violência. Nas semanas que se seguiram continuaram as discussões políticas em grupo e eram realizadas algumas mesas-redondas com professores, seguidas de debates. Passados alguns meses novamente começa a repercutir o movimento dos estudantes alojados na Faculdade de Medicina de Botucatu. Foi quando o Governo do Estado reabre as negociações nomeando uma comissão de professores renomados de outras faculdades para buscar soluções. E, finalmente, chegou-se a um acordo que atendia a todas as reivindicações que tinham motivado a greve. Este acordo, que pareceu ser uma vitória para os estudantes, também reflete a capacidade de negociação e a força do movimento estudantil. Tudo foi prometido, tudo liberado ainda de boca e assim terminou a greve. A natureza verbal desses compromissos, no entanto, sugere uma certa fragilidade nos acordos alcançados, revelando a complexidade e a volatilidade das negociações políticas da época.

Terminada a greve, as aulas foram retomadas. Entretanto, a repressão aumentava de intensidade enquanto estudantes ampliavam greves e manifestações a cada dia em todo o país. Nesse contexto a mobilização na FCMBB continuava apesar da solução da questão das verbas. Muitos continuaram mobilizados militando no movimento estudantil, inclusive eu¹²²³.

¹²²¹ *Ib.*

¹²²² DIMITROV. Não nos calamos. Op. Cit. p. 236.

¹²²³ Entrevista com Waldemar Pinho (em anexo)

Esta intensificação da repressão, mesmo após a resolução da greve, aponta para uma continuidade das tensões sociais e políticas que transcenderam a questão imediata das verbas para a faculdade.

Em outubro de 1968 realizou-se num sítio em Ibiúna/SP, de forma clandestina, o XXX Congresso da UNE, que foi breve e trágico, pois o local foi descoberto pela polícia que fez o cerco e disparou algumas rajadas de metralhadora para intimidar os estudantes e, sem resistência foram colocados em fila e transportados de ônibus para São Paulo. A brutalidade dessa intervenção policial e a prisão de centenas de estudantes ilustram a severidade do regime militar em reprimir as vozes dissonantes e controlar o movimento estudantil. Num só dia toda a liderança do movimento estudantil foi presa, eram cerca de 800 estudantes. Este evento marcou um ponto de virada significativo, impactando profundamente a estrutura e a moral do movimento estudantil no país. Neste Congresso tomou parte também o presidente do CAPS de Botucatu, Walter Cover que também era presidente do Diretório Nacional dos Estudantes de Agronomia e que também foi preso juntamente com as maiores lideranças do movimento estudantil brasileiro da época entre eles: Luis Travessos, presidente da UNE; José Dirceu, presidente da UEE-SP, Vladimir Palmeira e Franklin Martins, presidente e vice-presidente da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro e Antônio Ribas, presidente da União dos Estudantes Secundaristas de São Paulo e com eles dividiu a cela como afirma Cover:

Passamos um tempo no famigerado Dops, na época do delegado Romeu Tuma, depois fomos para uma delegacia de Bairro e em seguida para dois diferentes quartéis do Exército, um deles comandado pelo Erasmo Dias, que o diabo o tenha e castigue num pau de arara (...). Entre nós na prisão havia dois grupos. O do Travessos, eu, Trindade, Ribas de militância ou de tendência AP e o do Zé Dirceu, Vladimir, Franklin de dissidências do PCB. Debates acalorados.¹²²⁴

Segundo Cover na prisão do Dops eles nunca foram torturados fisicamente, mas tiveram alguns momentos de tortura psicológica. A explicação que ele tem pra isso é que do grupo que estava preso com ele, dois tinham os pais senadores: o pai do Vladimir Almeida que inclusive era senador do lado do governo, e outro, o pai do Franklin Martins, que era um senador de oposição na época era o MDB. “Então isso pode ter sido uma razão de eu não ter sido torturado”¹²²⁵. A relativa proteção que alguns estudantes gozaram devido às suas ligações familiares destaca a complexidade das dinâmicas de poder e influência na época. Com a prisão ali em Ibiúna, de quase 800 estudantes, foram desmobilizadas todas as lideranças que

¹²²⁴ DIMITROV. Não nos calamos. Op. Cit. p. 30.

¹²²⁵ Entrevista com Walter Cover (em anexo).

estavam ali. Esta desmobilização súbita e abrangente do movimento estudantil foi um golpe duro, evidenciando a estratégia do regime em debilitar qualquer forma de oposição organizada. E assim, segundo Cover, “se desmobilizou totalmente o movimento estudantil e o governo tinha medo de que fazendo alguma ação mais drástica com relação a essa liderança, que estava ali junto comigo, e isso pudesse desencadear novamente um movimento mais forte por parte dos estudantes”¹²²⁶. Esta precaução do governo reflete a conscientização do potencial inflamatório de ações mais severas contra líderes estudantis. O grupo foi libertado, mas os processos continuaram em andamento na Justiça Militar¹²²⁷.

Depois de todos esses incidentes houve a liberação imediata, por parte da Secretaria do Planejamento e da Educação, dos recursos para a faculdade¹²²⁸. A liberação desses recursos, embora represente uma conquista para os estudantes, também pode ser interpretada como um esforço do governo para apaziguar o clima de tensão e evitar mais agitações. E assim, chegava ao fim a crise estudantil de Botucatu, deixando graves sequelas e feridas profundas à crise religiosa, que se instaurou na Arquidiocese de Botucatu, com a nomeação do novo metropolitano e a saída dos 27 padres.

Segundo Vannucchi, os estudantes no decorrer da grande crise sempre tiveram a Igreja como uma casa, como um lar, recorda ela, “para onde a gente podia correr, independente da sua crença religiosa. Se você acreditava na religião ou não, e que tipo de religião. Nunca nos

¹²²⁶ Ib.

¹²²⁷ “Autoridades da 2ª Auditoria Militar de São Paulo Informaram ontem que dois grupos de estudantes presos no congresso da UNE em Ibiúna, e até agora detidos em prisões comuns, na Capital, seriam hoje transferidos para prisões militares, em São Vicente e em Jundiá. Os estudantes Franklin Martins, Marco Aurélio Ribeiro, Walter Cover, José Benedito Trindade e Omar Laino, atualmente presos na delegacia policial de Pinheiros, serão transferidos hoje cedo para o 2º Batalhão de Caçadores, em São Vicente. Informou-se também que os estudantes recolhidos na Casa de Detenção, Cesar Ronaldo Pereira Lopes, Milton Dota, Antônio Flores Nicolatti, Carlos Alberto Afonso, José Wilson Sabag, Henrique de Carvalho Matos, Ivo Malerba, Benedito Fernandes Duarte, Luis Carlos de Freitas, Fernando Marinho Falcão, Jurandir Antônio, Azall Rangel Camargo, Jun Nahabalashi e Primo Alfredo Bandmiller, seriam removidos hoje as 9 horas da manhã, em ônibus especiais da Casa de Detenção para o 2º Grupo de Obuses 155, em Jundiá, para onde irá também o médico argentino Juan Antônio Sander. Sobre este último, informou o promotor Durval Ayrton de Moura Araujo, da 2ª Auditoria, que vai requerer sejam pesquisadas suas atividades em Buenos Aires, e requerer também a sua expulsão do território nacional. O PROCESSO CONTINUA - A 2ª Auditoria de Guerra realizou ontem sua sessão durante a qual ouviu o depoimento de uma testemunha de acusação, no processo que é movido contra os estudantes Franklin Martins, Marco Aurelio Ribeiro, Walter Cover, José Benedito Trindade, Omar Laino e Elenira Rezende de Souza Nazareth, por terem participado do congresso da UNE. A testemunha foi o investigador Amador Parra, do DOPS, que participara das prisões dos estudantes, naquela cidade. Ele afirmou que conhecia alguns dos estudantes acusados, mas que não tinha conhecimento de que eles fossem líderes estudantis. Esta e outras perguntas formuladas pelos advogados de defesa ao Investigador provocaram um incidente. O presidente do Conselho de Justiça daquela Auditoria major Laurindo Ferreira da Silva, diante dos sorrisos do presidente do XI de Agosto, Marco Aurelio Ribeiro, um dos réus no processo ante certas perguntas e respostas, decidiu expulsar da sala do tribunal o estudante”. (TRANSFERÊNCIA de estudantes presos é marcada para hoje. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 de novembro de 1968).

¹²²⁸ DONATO, Hernani. Op. cit. p. 185.

perguntaram isso, nunca nos perguntavam”¹²²⁹. Este apoio incondicional da Igreja aos estudantes, independentemente de suas crenças religiosas, destaca o papel humanitário e acolhedor que a Igreja desempenhou durante este período tumultuado. E segundo Dimitrov “Uma parcela significativa da Igreja estava conosco, estava ajudando a gente”¹²³⁰. Este alinhamento de uma parte da Igreja com o movimento estudantil indica uma faceta progressista dentro da instituição religiosa, disposta a se envolver ativamente em questões sociais e políticas. Também para Cover a relação dos estudantes com a Igreja acabou sendo muito importante, “primeiro, na figura do Padre Augusti e de alguns outros padres sacerdotes que eu não me lembro o nome. Acabou sendo importante na questão de abrigar e abrigar assim, até mesmo materialmente, os estudantes”¹²³¹. Esta afirmação de Cover ressalta o papel fundamental da Igreja como um refúgio físico e emocional para os estudantes durante esse período tumultuado. Para Dimitrov “Com crise ou sem crise, os padres sempre ajudaram os estudantes. Antes da crise, já ajudavam bastante, já participavam”¹²³². Essa continuidade do apoio dos padres, mesmo em tempos de crise, evidencia um compromisso constante da Igreja com a juventude e a educação.

Durante a crise, a repressão aos estudantes ficou mais acirrada, inclusive com escutas telefônicas por isso, segundo Vannucchi, eles chamavam o padre Augusti de “P”, “porque é abreviatura de padre. Então pra não falar quem era, falava ‘tem reunião com o ‘P’. falava isso porque tinha escuta. Essa necessidade de comunicação codificada ilustra o nível de vigilância e medo vivido pelos estudantes e membros da Igreja naquele período. A minha república era uma das poucas que tinha telefone, então a gente tinha de falar tudo por sigla e sigla do padre Augusti era P”¹²³³. As principais lideranças do movimento estudantil, acabaram sendo intimadas a prestar depoimento e tiveram que responder a um Inquérito iniciado na Delegacia de Botucatu. Vários estudantes na época que ficaram refugiados no Seminário de Botucatu prestaram depoimentos, entre eles a estudante Terezinha Vannucchi, considerada uma das líderes do movimento. Conta-nos Vannucchi que, certa vez ela foi chamada na polícia e lá perguntaram para ela sobre o padre Augusti:

Eles me perguntaram claramente dele e eu respondi que era um padre como outro padre qualquer. Eu era muito nariz empinado. Eu era eu enfrentava, e ainda eu falei, eu falei: ‘Vocês não vão Igreja, então vocês sabem quem é

¹²²⁹ Entrevista com Teresinha Catelli Infantsi Vannucchi (em anexo).

¹²³⁰ Entrevista com Pedro Dimitrov (em anexo).

¹²³¹ Entrevista com Walter Cover (em anexo).

¹²³² Entrevista com Pedro Dimitrov (em anexo).

¹²³³ Entrevista com Teresinha Catelli Infantsi Vannucchi (em anexo).

padre e o que o padre vai fazer, meu Deus do céu, não vem perguntar para mim'. Eu acabei irritando muito eles e eu não falei de ninguém¹²³⁴.

Esta assertividade de Vannucchi frente às autoridades reflete a força e a determinação dos estudantes em proteger seus aliados e manter sua integridade diante da repressão. Já outros estudantes de Botucatu não só prestaram depoimentos, e além de responderem inquérito foram presos e torturados, como afirma Dimitrov:

Fui sequestrado na minha casa de madrugada, fui para o DOI-CODI, fui torturado, foi pendurado pau de arara, e levei choque de todo jeito. Amarraram um fio elétrico no meu pênis, deram choque. Então foi uma coisa assim, absolutamente selvagem, coisa completamente doida e sem nenhuma explicação, queriam só saber os nomes das pessoas que atuaram comigo no Centro Acadêmico que era conhecido por todo mundo, era todo mundo conhecido, tinha a chapa, a chapa eleita¹²³⁵.

Este relato chocante de Dimitrov destaca a brutalidade e a ilegalidade das táticas usadas pelo regime contra os estudantes, enfatizando a severidade da repressão.

O padre Augusti, desde o começo da crise estudantil foi condizente com as reivindicações dos estudantes e finalidade da greve mesmo sendo perseguido e tachado de subversivo e comunista pelos líderes da política conservadora de Botucatu que apoiavam o regime ditatorial instaurado no país. Esta solidariedade do padre Augusti, apesar dos riscos pessoais, sublinha a profundidade de seu compromisso com a justiça social e o bem-estar dos estudantes. Padre Augusti apoiava os estudantes porque acreditava num futuro melhor a partir de uma juventude conscientizada e corajosa que lutava pelos seus direitos e pela justiça social. Esta visão de padre Augusti reflete uma compreensão profunda do papel da juventude na transformação social e na construção de um futuro mais justo. Por isso em seu diário de prisão escreve:

Tenho muitas saudades da turma. Estou como peixe fora d'água. Consolo-me pensando que o sofrimento está fazendo que todos nós crescamos. A turma vai sair mais amadurecida do seminário, e eu da prisão. Quando o homem sabe voltar-se para si, ele acaba voltando-se para os outros. É preciso um pouco de silêncio para se fazer grandes barulhos!¹²³⁶.

Assim, pela coragem de alguns padres a Igreja, na medida que ia se inserindo cada vez mais junto às classes populares, consequência disso foram os seus membros se transformarem em alvos da repressão da polícia. Esta transformação da Igreja em alvo reflete a sua crescente identificação com as lutas das classes populares e oposição ao regime ditatorial. Assim como o padre Augusti, muitos representantes da Igreja começaram a assumir em relação aos

¹²³⁴ *Ib.*

¹²³⁵ Entrevista com Pedro Dimitrov (em anexo).

¹²³⁶ AUGUSTI. Diário de Prisão. Op. cit. p. 68.

militares uma postura mais crítica, se opondo cada vez mais à violência repressiva e a tortura. Este crescimento de uma postura crítica dentro da Igreja mostra uma mudança significativa em sua relação com o poder estabelecido e uma maior disposição para defender princípios de justiça e direitos humanos. Por se opor de maneira firme e destemida, a Igreja passa a atrair diferentes grupos da sociedade que eram também vítimas da perseguição e da repressão do regime ditatorial, como o caso do movimento estudantil, onde, a Igreja de Botucatu, com seu apoio e sua presença marcante, defendeu os direitos dos estudantes. Este papel de defensora se tornou uma característica marcante da Igreja em Botucatu, ilustrando a sua capacidade de oferecer suporte não apenas espiritual, mas também prático e político em tempos de crise.

Ao contextualizar a influência do movimento estudantil na Faculdade de Medicina de Botucatu, incluindo as manifestações e o envolvimento do Pe. Augusti, segundo os conceitos de Hanna Arendt, demonstram as complexas interações entre poder, violência e resistência. O confronto com a ditadura militar destaca a natureza do poder coercitivo do Estado e a resposta dos estudantes em busca de mudanças sociais e políticas¹²³⁷.

Quanto à questão da defesa dos Direitos Humanos também algumas vozes no Brasil se levantaram, como por exemplo, Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, no Nordeste, com uma atuação marcante. Sua voz se destacou como um símbolo de resistência e esperança em um período de intensa repressão, demonstrando a influência significativa da Igreja na esfera social e política. Já aqui no Sudeste, viu a corajosa atuação do arcebispo de São Paulo o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. E neste contexto, uma de suas grandes iniciativas foi ter criado a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, no ano de 1972, e naqueles anos onde a repressão foi violenta, as vítimas, inclusive muitos estudantes, recorriam à sede da Igreja de São Paulo buscando a ajuda e o auxílio da Igreja. Esta busca por auxílio na Igreja reflete o papel vital que as instituições religiosas desempenharam como refúgios de segurança e centros de resistência. Essa Comissão realizou um grande trabalho humanitário, em que fornecia assistência às vítimas de tortura e prisões políticas e também na divulgação de denúncias públicas sobre as violações por parte da ditadura militar. A atuação dessa Comissão não foi apenas um serviço humanitário, mas também um ato de coragem e um desafio direto às injustiças perpetradas pelo regime, demonstrando a capacidade da Igreja de influenciar positivamente a sociedade em momentos de crise.

¹²³⁷ ARENDT. *Entre o passado e o futuro*. Op. cit. p. 138-144.

CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos da presente tese, é importante destacar as seguintes conclusões. Inicialmente, o ano de 1968 deixou uma marca indelével no mundo, sendo caracterizado pela efervescência do movimento estudantil e pela busca por reformas sociais profundas. Na América Latina, essa época foi marcada não apenas por conflitos geracionais, mas também pela sobreposição de conflitos de classe, evidenciando a complexidade das lutas sociais. A atuação da Igreja Católica, especialmente na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, refletiu não apenas uma resposta às injustiças sociais, mas também uma evolução teológica em sintonia com as realidades terrenas. Além disso, no contexto brasileiro de 1968, a juventude desempenhou um papel central, moldando significativamente o tecido social e político nas décadas seguintes. Enfrentando o fechamento político do regime militar, os jovens foram protagonistas das mudanças culturais e políticas, desafiando a visão maniqueísta do governo sobre a politização, sobretudo uma parcela da juventude brasileira envolvida no movimento católico denominado de Juventude Universitária Católica (JUC). Posteriormente a mesma sofreu uma politização e radicalização, caminhando para uma organização, considerada de esquerda e que passou a chamar-se de AP. A cidade de Botucatu se destacou nacional e internacionalmente nesse cenário, tornando-se um ponto focal de eventos que fortaleceram o movimento estudantil. Além disso, a crise na recém-criada Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu evidenciou a vulnerabilidade das instituições educacionais diante de crises econômicas e políticas.

Especificamente, o conflito dentro da Igreja Católica na arquidiocese de Botucatu, com a renúncia de Dom Frei Henrique G. Trindade e a nomeação de Dom Vicente Marchetti Zioni, refletiu as tensões mais amplas na sociedade brasileira, destacando os embates entre tradição e mudança. O entrelaçamento da crise religiosa com o movimento estudantil em Botucatu ilustra como diferentes esferas sociais podem se interconectar, evidenciando as complexas influências e tensões presentes na época. A crise que abalou o clero de Botucatu no final dos anos sessenta não pode ser dissociada do contexto pós-Concílio Vaticano II, que provocou significativas transformações na Igreja, especialmente na América Latina. O Concílio, marcado pelos documentos *“Lumen Gentium”* e *“Gaudium et Spes”*, redefiniu a Igreja como “povo de Deus”, promovendo uma transição de uma instituição rígida para uma comunidade mais pastoral e dinâmica. Essa mudança teve como foco a promoção de transformações sócio-políticas, mobilizando os leigos para assumirem ativamente sua missão na Igreja e no mundo. Contudo, o Arcebispo Dom Frei Henrique, talvez devido à idade

avançada e problemas de saúde, enfrentou dificuldades em acompanhar essas rápidas e profundas mudanças. O descompasso entre suas convicções mais tradicionais e as inovações propostas pelo Concílio gerou descontentamento e desconfiança entre ele e uma parte do clero mais jovem. O conflito foi agravado pela incapacidade de Dom Frei Henrique de se alinhar com o novo modelo de Igreja, mais participativo e igualitário. O clero mais jovem, inspirados pela renovação conciliar, buscaram trilhar novos caminhos pastorais, enquanto o Arcebispo, com uma formação franciscana tradicional, via essas mudanças com desconfiança. As divergências culminaram em desavenças e incompreensões, intensificadas por eventos externos, como a greve dos estudantes e mudanças litúrgicas. A desconexão entre Dom Frei Henrique e os leigos, evidenciada por sua resposta desanimada à solicitação de esclarecimentos sobre o Plano Pastoral, destacou a lacuna entre teoria e prática na liderança eclesial. No entanto, a mobilização dos leigos em colaboração com o clero mais jovem demonstrou um dinamismo na base da Igreja, indicando que a falta de liderança superior não impediu o engajamento comunitário. A inesperada renúncia de Dom Frei Henrique, e nomeação do novo arcebispo na pessoa de Dom Vicente Marchetti Zioni, mantida em sigilo até o último momento, revelou-se uma bomba para muitos membros do clero, evidenciando a falta de transparência e comunicação na liderança arquidiocesana. A surpresa, a decepção, a revolta e a tristeza manifestadas pelos padres com a nomeação de Dom Zioni, indicaram não apenas a expectativa da renúncia iminente de Dom Frei Henrique, mas também a falta de sintonia entre a liderança eclesial e os ideais do Concílio Vaticano II, especialmente no que diz respeito à participação do clero na escolha de novos líderes. O temor de uma retrocessão nas reformas de base e na abordagem pastoral progressista, representadas por Dom Zioni, ressaltou o desejo dos padres por uma Igreja mais engajada, inclusiva e relevante para as demandas contemporâneas. A resistência do clero não se baseava na rejeição da autoridade papal, mas na busca por uma liderança mais alinhada com os princípios conciliares, sublinhando a importância da participação e do diálogo na tomada de decisões eclesiais. A rápida reação do clero à nomeação de Dom Zioni como Arcebispo Metropolitano refletiu a seriedade com que os padres encaravam as mudanças na liderança da Arquidiocese. A eleição do Vigário Capitular Monsenhor Francisco Claudino do Nascimento demonstrou um consenso entre os padres em busca de uma liderança confiável durante o período de transição. Contudo, a decepção generalizada com a nomeação de Dom Zioni, evidenciada pela carta redigida e assinada pelo clero, desencadeou uma crise que se tornou pública com a divulgação na imprensa. A nomeação final de Dom Zioni, apesar das objeções, evidenciou a complexidade de conciliar as divergentes visões dentro da Igreja. O desfecho da

crise, marcado pelo êxodo de quase trinta padres e a constatação de uma Igreja esfacelada, ressalta o impacto duradouro dessa controvérsia não apenas na instituição religiosa, mas também na comunidade de Botucatu como um todo.

No entanto, com a crise do clero e em meio aos tumultuados anos 60, a cidade de Botucatu, encontrou-se no epicentro de transformações significativas. A chegada da universidade e a instalação de uma faculdade de Ciências Médicas e Biológicas proporcionaram um cenário de mudanças tanto na vida acadêmica quanto na rotina dos habitantes locais. Essa transição, por vezes conturbada, não só introduziu a comunidade botucatuense ao convívio com estudantes universitários, mas também revelou a influência dos bastidores políticos na criação da instituição educacional. Apesar dos desafios iniciais, como a falta de recursos e estrutura, a determinação dos primeiros professores e alunos refletiu um compromisso notável com a excelência educacional. A colaboração entre a faculdade e a comunidade local, ansiosa por desenvolvimento, ressaltou a capacidade das instituições de ensino em impulsionar o progresso regional. Assim, a história da FCMBB e sua integração com Botucatu refletem não apenas um capítulo na evolução da educação, mas também um testemunho do espírito resiliente e colaborativo que caracterizou essa fase crucial na vida da cidade.

O surgimento do CAPS, no rastro da inauguração da faculdade, ilustrou a determinação dos estudantes em criar uma comunidade acadêmica sólida e engajada. O período conturbado do golpe militar em 1964 impôs desafios adicionais, quando os CAs foram fechados e transformados em diretórios acadêmicos sob controle das faculdades. A resistência dos estudantes da FCMBB diante dessas imposições revelou a força política latente na comunidade, exemplificando uma postura de autonomia e resistência que se manifestaria ao longo do tempo. Também a fundação do MASUB evidenciou a preocupação social dos estudantes, engajando-se em iniciativas que transcendiam os limites da universidade. A diversidade de departamentos no CAPS refletiu uma compreensão abrangente da formação universitária, que vai além do ensino acadêmico para abraçar dimensões culturais, esportivas e sociais. Mesmo em um cenário de repressão e perseguição, o CAPS manteve-se ativo, promovendo atividades sociais, publicações, programas de rádio e iniciativas de solidariedade. A resistência à invasão e apreensão de documentos pelo DOPS durante um momento de intensa repressão evidenciou a coragem e a determinação dos estudantes. A participação ativa nas mobilizações nacionais, como a greve de 24 horas e o "Cortejo Fúnebre", sublinhou a conexão e solidariedade dos estudantes de Botucatu com os movimentos estudantis em todo o país. A postura mais política assumida pelo CAPS na

Operação Andarilho e a subsequente prisão de líderes estudantis no Congresso da UNE em 1968 testemunharam a coragem dos estudantes na luta pela democracia e liberdade de expressão, mesmo diante de um cenário de repressão política.

Ainda neste contexto, a atuação da JUC em Botucatu, sob a liderança do Pe. José Eduardo Augusti, não se limitou apenas ao âmbito eclesiástico, mas estendeu-se de forma expressiva para as questões sociais e educacionais. O compromisso do Pe. Augusti com os estudantes universitários, especialmente aqueles desprovidos de moradia, revelou uma compreensão abrangente das dificuldades enfrentadas pelos jovens e transcendeu os limites tradicionais da atuação religiosa. A aplicação do método "ver-julgar-agir" na vivência universitária propiciou aos estudantes uma consciência crítica em relação ao contexto nacional, marcado pelo regime militar. A conscientização gerada pelas atividades sociais desenvolvidas resultou em uma inquietação ética entre os estudantes, que passaram a refletir sobre suas responsabilidades sociais enquanto beneficiários de um ensino público em um país carente. Esse despertar ético conduziu a iniciativas como o MASUB, evidenciando a preocupação dos estudantes com as condições socioeconômicas do município. O engajamento na CHAMB, utilizando o método Paulo Freire, refletiu não apenas uma abordagem pedagógica inovadora, mas também uma postura política que desafiava as estruturas conservadoras. A perseguição da DOPS aos estudantes envolvidos na CHAMB demonstrou a resistência do sistema à educação transformadora e reforça a importância do método Paulo Freire como instrumento de conscientização e empoderamento. Assim, a trajetória dos estudantes da FCMBB durante esse período não é apenas um capítulo na história acadêmica, mas um testemunho da coragem, comprometimento social e consciência ética que moldaram sua jornada na busca por uma educação mais inclusiva e transformadora.

Em contrapartida, a falta de infraestrutura adequada para as etapas avançadas de ensino expôs um descompasso significativo entre as necessidades educacionais e o suporte institucional oferecido. O desafio de angariar recursos para estruturas fundamentais, como Hospital das Clínicas e laboratórios, evidenciou as complexidades enfrentadas pelas instituições educacionais em tempos de instabilidade política. A resistência governamental e a ameaça de transferência da faculdade para Bauru mobilizaram a população, culminando em uma greve em 1967. Este ato, inicialmente reivindicatório e apolítico, destacou a gravidade da situação e a resiliência da comunidade acadêmica. O movimento ascendente de conscientização sobre a importância da educação sinalizou uma mudança de paradigma, levando a comunidade a perceber a necessidade de ações coletivas e mais robustas. A greve não apenas expressou a urgência na resolução dos problemas da faculdade, mas também

refletiu a maturidade política dos estudantes ao priorizar questões educacionais acima das divergências ideológicas. Este episódio é emblemático não apenas como um momento crítico na história da faculdade, mas como um testemunho da luta contínua por uma educação de qualidade em meio a desafios políticos e estruturais.

Ainda neste cenário, o ano de 1967 testemunhou a mobilização estudantil em Botucatu atingir níveis extraordinários, com a adesão massiva dos estudantes à greve, evidenciando um forte senso de comunidade e comprometimento coletivo com a causa educacional. A transformação do Cine Cassino em um "quartel-general" para as assembleias ressalta a seriedade e urgência do movimento estudantil na busca por recursos essenciais. A "Operação Telegrama" se revelou uma estratégia perspicaz para romper a censura e envolver a população na luta, resultando em uma inundação de telegramas ao governador. O engajamento da população, incluindo a colaboração da Igreja, que incentivava os fiéis durante as celebrações, destacou a ressonância da causa estudantil com as preocupações mais amplas da comunidade. A resposta governamental, apesar de um reconhecimento parcial das demandas, revelou uma desconexão persistente com as reais necessidades da Faculdade. A Operação "Abaixo Assinado" testemunhou novamente a mobilização estudantil, coletando milhares de assinaturas, também com a colaboração da Igreja, a qual reunia assinaturas ao final das celebrações, enfatizando a persistência do movimento diante dos desafios. Contudo, a falta de progresso nas negociações, mesmo após demonstrações claras de apoio público, indicou a possibilidade de intransigência por parte das autoridades e destacou os profundos obstáculos estruturais enfrentados pelos estudantes em sua busca por recursos educacionais adequados. Este capítulo da história da Faculdade de Medicina de Botucatu ressaltou não apenas a tenacidade dos estudantes, mas também a importância da solidariedade comunitária e da colaboração interinstitucional em face de desafios educacionais.

A saga da Operação Andarilho, liderada pelos estudantes da Faculdade de Medicina de Botucatu, é uma narrativa rica em determinação, criatividade e resiliência diante das adversidades. A persistência incansável dos estudantes, desde as operações telegrama e abaixo-assinado até a marcante marcha até São Paulo, revelou uma busca incansável por justiça educacional. A escolha estratégica de realizar a Assembleia dos estudantes no Salão nobre do Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, cedido pelos frades Capuchinhos, simbolizou a união entre a luta estudantil e a comunidade religiosa, destacando um elo de solidariedade em tempos desafiadores. A criatividade surgiu como elemento fundamental na Operação Andarilho, evidenciada pela ideia revolucionária que nasceu de uma brincadeira. A marcha até São Paulo, misturando caminhada e veículos na Operação Andarilho, simbolizou a

combinação de persistência e pragmatismo dos estudantes. A rápida organização da operação, com a elaboração e aprovação do Estatuto, bem como a estrutura organizacional detalhada, destacaram a capacidade de ação e mobilização dos estudantes. As diretrizes estabelecidas, como a proibição de bebidas alcoólicas e armas durante a marcha, refletiram a preocupação com a disciplina e a integridade do movimento. A jornada da Operação Andarilho, apoiada pelos professores, funcionários e a população de Botucatu, além do inusitado apoio da Polícia Rodoviária Estadual em pleno regime militar, demonstrou a amplitude do comprometimento dos estudantes e a aceitação significativa de sua causa pela sociedade. O desfecho da marcha em São Paulo, com a resistência estudantil diante do aparato militar, a reunião com o governador Abreu Sodré e a posterior intervenção do presidente Costa e Silva, revelou a eficácia das táticas dos estudantes na conquista de seus objetivos. A mudança de postura do governador, a formação de uma comissão para analisar as reivindicações e a aprovação das verbas destacaram a vitória do movimento estudantil. O retorno triunfante dos estudantes a Botucatu, com o caloroso acolhimento da população, refletiu não apenas a validação de seus esforços, mas também a consolidação de uma união entre estudantes e comunidade em prol de um propósito comum. O compromisso renovado dos estudantes com o ensino de qualidade e a gratidão expressa à comunidade encerraram essa notável jornada com a promessa de um futuro educacional mais justo e digno.

A situação na Faculdade de Medicina de Botucatu ainda enfrentava desafios devido aos contingenciamentos das verbas pelo governador, apesar da promessa que havia feito aos estudantes com a operação andarilho, comprometendo a qualidade do ensino e pesquisa. O confronto entre estudantes e forças de segurança, desencadeado por um incidente aparentemente trivial, revelou uma escalada de tensão e possível abuso de autoridade. O ferimento grave sofrido por Gilberto, um estudante da Faculdade de Medicina de Botucatu, aliado à resposta governamental de enviar mais forças policiais, ressaltou a gravidade da situação. A divergência nas versões dos estudantes e da polícia apontou para a complexidade da dinâmica de poder e comunicação. A solidariedade dos estudantes durante a recuperação de Gilberto evidenciou a união na comunidade estudantil, enquanto a resposta do governo indicou uma tentativa de intensificar o controle na região. A manifestação estudantil e a aliança entre estudantes e padres destacaram uma resistência coletiva contra a repressão policial, tornando Botucatu um símbolo do conflito entre tradição e modernidade. A cidade, agora no centro das atenções nacionais e internacionais, refletiu não apenas a relevância do evento, mas também a busca por mudanças sociais e o anseio por diálogo e justiça.

O disparo contra o estudante de agronomia, a promessa não cumprida de verbas para a Faculdade de Medicina, a crescente agitação social e política, todos esses elementos convergiram para a greve e a subsequente "Operação Denúncia". A ocupação da Praça do Bosque, os confrontos com a polícia, a rápida adaptação e fuga para o Seminário São José, demonstraram uma organização notável. A união dos estudantes, sua coragem ao enfrentar a repressão, o apoio da comunidade e da Igreja, todos esses elementos compõem uma narrativa de resistência e busca por justiça em um período desafiador da história brasileira. A "Operação Denúncia" não apenas marcou um capítulo significativo na história do ativismo estudantil, mas também simbolizou a luta contínua por direitos, liberdade e justiça em meio a um contexto repressivo.

Nesta conjunção de fatos, o padre Augusti foi levado pela autoridade policial para um interrogatório. Enfrentou perguntas sobre suas atividades religiosas, sua participação em movimentos sociais e suas opiniões políticas. As autoridades buscavam incriminá-lo, rotulando-o como subversivo. No entanto, padre Augusti, firme em suas convicções, defendeu sua postura de defesa dos direitos humanos, justiça social e compromisso com a mensagem libertadora do Evangelho. A prisão de padre Augusti, apesar de marcada por momentos de temor e solidão, revelou sua resiliência e comprometimento com sua missão. Enquanto enfrentava a crueldade da detenção, mantinha a esperança e encontrava forças na solidariedade de companheiros de cela, amigos e na fé que o impulsionava a continuar lutando pelos ideais que acreditava. A prisão de padre Augusti não foi apenas um episódio de sua vida, mas um capítulo simbólico em sua trajetória de comprometimento com os valores humanitários e a transformação social. Seu legado persiste como um exemplo de coragem, empatia e dedicação à causa dos marginalizados, reforçando a importância de manter viva a chama da justiça e solidariedade, mesmo diante das adversidades. Os relatos que permearam a prisão do padre Augusti oferecem um olhar penetrante sobre as intrincadas dinâmicas entre a Igreja, o Estado e a sociedade durante um período tumultuado. A denúncia que recaiu sobre o padre, embasada em acusações de subversão, destacou não apenas a crueldade do regime, mas também a coragem e comprometimento do próprio acusado diante de um sistema opressor. A manifestação de solidariedade dos padres de Botucatu, por sua vez, ressaltou a tensão entre a ação social da Igreja e as interpretações governamentais de subversão. A complexidade desses eventos ficou evidenciada nas interações com autoridades eclesiásticas, como o Cardeal Dom Agnelo Rossi, cujas atitudes ambíguas geraram descontentamento e questionamentos sobre a verdadeira missão da Igreja. A perspicácia do padre Augusti em seus diálogos e reflexões revelou uma crítica profunda à corrupção institucionalizada e à distorção das ideias cristãs,

oferecendo uma perspectiva incisiva sobre as contradições presentes na interseção entre fé, política e justiça social. Em meio a adversidades, a resiliência do padre e sua busca por diálogo e debate ilustraram a importância da busca pela verdade e justiça, mesmo em circunstâncias desfavoráveis. A relação peculiar com o Dr. Alcides Cintra Bueno Filho, delegado titular do DOPS/SP, que transitava entre o respeito pessoal e ideologias extremas, destacou a intrincada rede de relações que permeava aquele contexto. A descrição do padre Augusti sobre a pessoa do Dr. Alcides como um "cruzado de TFP" evidenciou a percepção do padre como um defensor convicto de suas ideias, mesmo que isso implicasse em contradições e conflitos. Sua influência significativa na comunidade, indicada pelo diagnóstico do delegado do DOPS, sugeriu uma rápida transformação que despertou atenção e vigilância sistemática das autoridades. A análise crítica do padre Augusti sobre o sistema político e social vigente, especialmente ao denunciar a atuação do Delegado de polícia de Botucatu, Dr. Madureira Pará como um executor dos interesses da política conservadora da cidade, destacou sua postura de enfrentamento diante das estruturas injustas. A percepção do Padre Augusti de que sua prisão evitou a detenção de outros, reforçou a consciência de seu papel central nos acontecimentos. Ao evocar a angústia e a esperança em suas palavras sobre o sono perturbado e o caminho da liberdade, o padre Augusti revelou uma consciência aguda da realidade desafiadora que enfrenta. Sua reflexão profunda sobre o poder, exemplificada ao mencionar o nome do governador Sodr  nas paredes da prisão, destacou a fragilidade humana diante das tentações do poder. A experiência na prisão, especialmente a celebração da missa e a comunhão dos estudantes sob circunstâncias adversas, ressaltou a importância da ação e solidariedade em meio à repressão. O diálogo com outros membros do clero, como o Pe. Nivaldo Pires Rosa, revelou a extensão da perseguição e o esforço conjunto para resistir às pressões do regime autoritário. A alusão à Conferência de Medellín sublinhou a relevância crítica desse evento para o futuro da Igreja na América Latina, destacando as expectativas e receios do padre Augusti diante desse contexto eclesial crucial. Seu apelo aos jovens e a defesa de uma Igreja comprometida com a justiça social indicaram sua visão progressista e seu engajamento na promoção de transformações sociais. A segunda prisão e as torturas sofridas, descritas de maneira vívida, expuseram as brutalidades do regime militar. A carta ao Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns refletiu a frustração de padre Augusti com a falta de uma resposta mais firme por parte da Igreja diante das violações de direitos humanos. O reconhecimento póstumo pelo governo brasileiro, por meio da Comissão de Anistia, validou a luta e os sofrimentos de padre Augusti, oferecendo uma reparação simbólica e reconhecendo as injustiças cometidas contra ele. Seu legado como defensor dos direitos humanos e da

justiça social permaneceu como um exemplo inspirador de coragem e comprometimento em tempos difíceis.

A narrativa do período vivido pelos estudantes no Seminário São José, durante a "Operação denúncia", revelou uma trama complexa de tensões, coragem e resistência. O relato do Padre Clarêncio Gusson destacou o momento crítico em que a polícia ameaçava reprimir violentamente os estudantes, e a intervenção decisiva do padre ao abrir os portões do Seminário, enfrentando as autoridades em defesa dos jovens. O diálogo tenso entre o presidente do Centro Acadêmico, Walter Cover, e os policiais ilustrou a resiliência dos estudantes em manter sua unidade diante da pressão. O refúgio no Seminário não apenas evidenciou a solidariedade das comunidades católicas, mas também a habilidade dos estudantes em se organizar, enfrentar a expectativa de invasão policial e manter ações estratégicas. A denúncia anônima e difamatória espalhada pela cidade revelou a tentativa de desmoralizar o movimento, enquanto as atividades realizadas pelos estudantes, como os comícios relâmpagos e a panfletagem nos trens, demonstram uma astúcia notável na disseminação de suas ideias. A interação direta com a comunidade, visitando casas e recebendo apoio, destacou a importância do engajamento político e da conscientização. A evolução do movimento, do debate teórico à ação prática, refletiu o amadurecimento político dos estudantes diante dos desafios enfrentados. Desta forma, a história do Seminário São José durante esse período tumultuado ilustrou a coragem, a resiliência e a busca por justiça que caracterizaram o movimento estudantil.

A análise desses eventos em Botucatu ofereceu um olhar penetrante sobre um período crucial na história estudantil e eclesial, delineando a trama intrincada da luta social. A mobilização dos estudantes, meticulosamente documentada, revelou a força motriz de sua fé, comunidade e resistência na construção desse movimento. A estratégia arrojada de conscientização, com a distribuição de panfletos e a coleta massiva de assinaturas, destacou não apenas a determinação, mas também a aceitação significativa da causa pela população local. A narrativa distorcida e difamatória promovida por alguns setores poderosos, retratando os estudantes como agitadores comunistas, evidenciou a tentativa de deslegitimar o movimento. No entanto, a resposta articulada dos estudantes, esclarecendo suas ações e intenções, revelou uma consciência política aguçada e um compromisso inabalável com a verdade. A complexidade política, representada pela intervenção das autoridades locais e a tentativa de diálogo, sugeriu uma teia intrincada de interesses e perspectivas em jogo. Em última análise, esses episódios ecoaram além de Botucatu, ressoando como um testemunho poderoso da luta estudantil por justiça, educação e dignidade, elementos que transcenderam

fronteiras temporais e inspiraram reflexões sobre o papel vital da juventude na transformação social.

Diante da intrincada situação vivenciada pela Arquidiocese de Botucatu, marcada pela resistência de vinte e sete padres à nomeação do Arcebispo Dom Vicente Marchetti Zioni, a intervenção da Santa Sé na nomeação de um Administrador Apostólico, Dom Romeu Alberti, destacou-se como uma medida pragmática para contornar a crise. A nomeação de Dom Alberti, pautada pelo alinhamento com as diretrizes do Concílio Vaticano II e sua habilidade em dialogar, representou um esforço de modernização e abertura da Igreja às demandas contemporâneas. Sua atenção especial à juventude, família e valorização dos leigos evidenciou um compromisso com uma Igreja mais inclusiva. Contudo, a crítica do padre Augusti revelou a tensão entre abordagens diplomáticas e a busca pela verdade na resolução de conflitos eclesiais. A interseção entre questões civis e eclesiais, notadamente durante as prisões de sacerdotes, destacou a complexidade das relações entre a esfera religiosa e a sociedade. A designação de Dom Alberti pela CNBB como representante em situações de crise reforçou a importância da Igreja em manter-se ativa e presente, enquanto a crítica de padre Augusti apontou para a necessidade de uma atuação mais ágil e proativa por parte da hierarquia eclesial. A abordagem equilibrada de Dom Alberti ao lidar com estudantes, autoridades e a situação educacional demonstrou sua busca por entendimento mútuo e soluções consensuais. Em meio aos tumultuosos eventos que marcaram a passagem de Dom Romeu Alberti por Botucatu, sua atuação revelou-se como um delicado equilíbrio entre as tensões internas na Igreja e os desafios sociais e políticos da época. O movimento contra sua permanência na Arquidiocese, articulado por setores locais, evidenciou as divisões latentes na instituição religiosa. A resposta discreta de Dom Alberti frente a essas hostilidades, ao afirmar que era uma "questão de gosto", sugeriu uma estratégia de preservação do foco nas questões mais urgentes, evitando aprofundar as divisões. A situação atingiu um ápice quando, diante da tensão entre esferas eclesial e estatal, Dom Alberti interveio para retirar estudantes que se refugiaram na Igreja, desafiando a pressão policial. Essa atitude corajosa, registrada por diversos relatos, demonstrou a disposição do bispo em mediar conflitos e proteger os jovens em meio à crescente agitação social. O confronto entre a Igreja e as autoridades locais, culminando em um pedido de afastamento de Dom Alberti, revelou a complexidade da interseção entre política e religião naquela conjuntura. Em última análise, a passagem de Dom Romeu Alberti por Botucatu se revelou como um capítulo significativo na interseção entre a Igreja e a sociedade brasileira da época, marcado por tensões, resistências e desafios, que transcenderam as fronteiras eclesiais e ecoaram nos debates políticos e sociais do país.

Diante dos acontecimentos na Igreja da Vila dos Lavradores, em Botucatu, e das complexidades vividas pelos estudantes refugiados no Seminário de Botucatu, a decisão de ocupar a Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas foi uma resposta estratégica e consciente às crescentes pressões e tensões na cidade. A campanha difamatória contra os padres, aliada às ameaças da FAC, ilustrou a atmosfera hostil que cercava os estudantes. A ocupação da faculdade não apenas simbolizou uma mudança de cenário, mas também reivindicou uma presença ativa no cenário político e acadêmico. No entanto, a narrativa revelou que mesmo após a aparente vitória com o acordo atendendo às reivindicações, a intensificação da repressão e a prisão massiva durante o XXX Congresso da UNE em Ibiúna evidenciaram a persistência das tensões políticas e sociais. O relato impactante de tortura de alguns estudantes destacou a brutalidade do regime militar. A postura firme do padre Augusti em apoiar os estudantes, mesmo sob risco pessoal, ressaltou o papel significativo da Igreja como refúgio e defensora dos direitos em tempos turbulentos. A criação da Comissão Justiça e Paz em São Paulo, liderada por Dom Paulo Evaristo Arns, exemplificou o compromisso da Igreja em resistir à repressão, ofereceu assistência humanitária e desafiar as injustiças, evidenciando sua influência positiva na sociedade durante períodos de crise. A história narrada revelou não apenas a complexidade das negociações políticas da época, mas também a resiliência dos estudantes e o papel fundamental desempenhado pela Igreja na defesa dos direitos humanos e na busca por justiça social.

Este estudo também proporcionou uma compreensão mais profunda das intrincadas interações entre poder, violência, autoridade e legitimidade em um contexto político específico, fundamentando-se na filosofia política de Hannah Arendt como referencial teórico. Desta forma, os resultados da pesquisa forneceram *insights* relevantes acerca das implicações, das ações políticas sobre a autoridade e a percepção pública no período histórico onde abortou-se a atuação do Movimento Estudantil de 1968 em Botucatu. O enfoque principal da investigação concentrou-se na relação estabelecida entre o regime político dominante e o movimento estudantil.

Uma das questões centrais abordadas nesta pesquisa consistiu na avaliação da possibilidade de o regime político em Botucatu, representado pela ação da polícia, ter perdido sua legitimidade em decorrência da implementação de medidas de caráter violento como parte de sua estratégia de manutenção do poder, dissimulada sob o pretexto da necessidade de preservar a ordem pública. Nesse contexto, a perspectiva filosófica de Hannah Arendt desempenhou um papel fundamental na compreensão das ramificações da violência sobre a autoridade e, por conseguinte, sobre a legitimidade do regime político. A investigação buscou

identificar se tanto a comunidade local quanto a sociedade em geral reconheceram a perda de legitimidade do regime devido às suas ações violentas contra os estudantes que reivindicavam melhores condições de ensino e de estrutura da recém criada Faculdade de Medicina de Botucatu.

Outro ponto de análise relevante foi a avaliação da manutenção da legitimidade da causa do movimento estudantil em Botucatu, que deliberadamente optou por não recorrer à violência como estratégia política. Nesse sentido, a abordagem teórica de Hannah Arendt, que enfatiza a ação coletiva baseada no poder autêntico, revelou-se essencial. O estudo investigou se o movimento estudantil foi capaz de angariar apoio e simpatia da comunidade local, além de verificar a eficácia de suas táticas não violentas na consecução de seus objetivos. Essa análise contribuiu para a apreciação da manutenção da legitimidade do movimento estudantil. É possível afirmar que o movimento estudantil em Botucatu conseguiu preservar sua legitimidade e autoridade ao adotar uma estratégia política desprovida de violência. Esta ideia condiz com a entrevista realizada com o Pe. Alberto Martins que afirmou que a presença da Igreja foi fundamental naquele momento, para que aqueles universitários não partissem para a violência. Também o Bispo Dom Luís Soares Vieira afirmou em sua entrevista que os padres nunca incentivaram a violência, mas sim a resistência pacífica. Ainda neste contexto, a ideia da não violência também é relatada não apenas por autoridades eclesásticas, mas também por estudantes da época, como é o caso da entrevistada Dra. Terezinha Catelli Infantosi Vannucchi que afirmou que a presença do Pe. Augusti só foi possível no movimento por causa da não violência, pois além de ser uma pessoa extremamente pacífica, seu discurso sempre foi fundamentado a não violência. A perspectiva filosófica de Hannah Arendt, que enfatiza a ação coletiva fundamentada no poder autêntico, forneceu o alicerce teórico para essa constatação. O movimento estudantil foi eficaz ao mobilizar apoio e conquistar a simpatia da comunidade local, através de telegramas, abaixo-assinados, com o respaldo e estímulo da Igreja Católica, evidenciando que sua abordagem não violenta foi efetiva na perseguição de seus objetivos. Ao optar por táticas pacíficas, o movimento pôde manter sua autoridade moral e legitimidade perante a sociedade, o que contribuiu para seu êxito, quando o governo atendeu a todas as reivindicações que tinham motivado a greve dos estudantes. Dessa forma, a escolha deliberada do movimento estudantil de abster-se da violência como instrumento de ação política não apenas preservou sua legitimidade, mas também demonstrou a potência do poder autêntico, sustentado pela cooperação e pelo engajamento ativo dos estudantes na busca por uma qualidade de ensino mais justo e igualitário.

Por outro lado, o governo militar em Botucatu perdeu sua autoridade e legitimidade em virtude da adoção da violência como componente de sua estratégia de manutenção do poder. A filosofia política de Hannah Arendt, que enfatiza a importância da autoridade embasada no respeito e no reconhecimento da comunidade, forneceu o embasamento teórico para essa avaliação. A utilização de métodos violentos pelo governo militar, como parte de sua estratégia para reprimir o movimento estudantil, culminou na percepção de que este havia perdido sua autoridade moral e, conseqüentemente, sua legitimidade aos olhos da sociedade local, sobretudo dos estudantes. A adoção da violência como meio de controle político instigou resistência, insurreição e questionamento da autoridade do regime. Portanto, a opção do governo militar por recorrer à violência como meio de manter o poder não apenas minou sua autoridade, mas também concorreu para a deterioração de sua legitimidade. Esse quadro reflete a importância da filosofia de Hannah Arendt em destacar que o uso indiscriminado da violência pode conduzir à desintegração da autoridade política, um conceito de relevância crucial para a compreensão das dinâmicas políticas em Botucatu durante o período examinado.

É igualmente imprescindível destacar a participação fundamental da Igreja Católica no contexto do movimento estudantil em Botucatu, particularmente enfatizando seu papel na promoção da não violência como uma abordagem central. Durante o período sob análise, a Igreja Católica desempenhou um papel de relevo ao influenciar, através da atuação do Padre Augusti, diretor espiritual da JUC, o movimento estudantil a fim de adotar táticas não violentas em sua luta por justiça social e igualdade. Após o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica experimentou uma renovação teológica e litúrgica que realçava a importância da justiça social e da solidariedade com os menos favorecidos. Essa perspectiva se harmonizou com os princípios fundamentais que direcionavam as ações do movimento estudantil em Botucatu durante sua busca por equidade e justiça social. O movimento se empenhava em promover aprimoramentos substanciais na qualidade do ensino, com o intuito de fomentar a formação de profissionais de excelência, sensibilizados para as carências dos estratos mais vulneráveis da sociedade. A influência exercida pela Igreja contribuiu para a decisão do movimento estudantil em adotar táticas não violentas em sua luta, o que, por sua vez, preservou sua autoridade e legitimidade perante a comunidade local. A ênfase na não violência harmonizou-se com os princípios da filosofia política de Hannah Arendt, que sublinha a importância do poder autêntico fundamentado na cooperação e no engajamento ativo. Conseqüentemente, a participação ativa da Igreja Católica revelou-se de importância

primordial para o êxito do movimento estudantil em Botucatu, ao manter sua autoridade e legitimidade na busca por mudanças políticas e sociais.

O estudo ofereceu uma valiosa lição para o futuro, destacando a importância da escolha de estratégias políticas que equilibrem a preservação da autoridade e legitimidade com a promoção de mudanças políticas e sociais em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Esse equilíbrio será fundamental para o futuro da sociedade, pois demonstra que é possível alcançar avanços políticos e sociais sem recorrer à violência, preservando ao mesmo tempo a autoridade das instituições.

Além disso, a influência da Igreja Católica no movimento estudantil ressalta o potencial contínuo da Igreja de desempenhar um papel construtivo e promissor para o futuro. A Igreja pode desempenhar um papel relevante não apenas como uma instituição espiritual, mas como uma promotora ativa da justiça social e igualdade. Isso é crucial para o futuro da Igreja, pois destaca sua capacidade de se adaptar aos desafios e necessidades em constante evolução da sociedade.

No âmbito político, a pesquisa reforça a importância de abordagens não violentas na busca por mudanças políticas. Tal constatação tem implicações significativas para o futuro da política, sugerindo que estratégias que promovem o diálogo, a cooperação e o respeito mútuo podem ser mais eficazes na construção de sociedades justas, igualitárias e inclusivas.

Em resumo, o estudo aponta para um futuro no qual a sociedade, a Igreja e a política podem prosperar ao adotar estratégias que equilibrem a autoridade e a legitimidade com a busca por justiça e igualdade, contribuindo assim para um mundo mais pacífico e inclusivo.

ANEXO

ENTREVISTAS

1. Dom Luís Soares Vieira
2. Padre Alberto Martins
3. Monsenhor Roberto Carrara
4. Dr. Pedro Dimitrov
5. Dra. Terezinha Catelli Infantosi Vannucchi
6. Dr. Valdemar Pereira Pinho
7. Dr. Walter Cover

ENTREVISTA COM DOM LUIZ SOARES VIEIRA

Data Nascimento: 02 de maio de 1937

Local: Conchas / SP

Ordenação Sacerdotal: 21 de fevereiro de 1960

Situação Atual: Arcebispo Emérito da Arquidiocese de Manaus / AM

Função: Vigário Paroquial

Local: Santa Fé / PR

Data da Entrevista: 18 de julho de 2023

Local: Santa Fé / PR

Forma: Gravação de voz

Qual era o cenário político na cidade de Botucatu na década de 60?

Antes de 64, havia muita ebulição, me lembro que foi uma época de movimentos grandes, movimento de política que envolvia inclusive a Igreja. A Igreja começou a se direcionar para o trabalho social, me lembro quando cheguei em Chavantes. O pároco, o padre Getúlio, tinha ajudado a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Eu peguei aquela época de 62, fui para Chavantes e a coisa estava realmente caminhando. Havia no município de Chavantes, o movimento de Ligas Camponesas. Então havia um contraste entre os dois a Igreja apoiando sindicatos dos trabalhadores rurais e havia outras pessoas que eram ligadas mais ao Partido Comunista que eram as Ligas Camponesas do Julião, lá do Nordeste. Um dos momentos que me lembro bem, em uma Fazenda de Ipaussu, ligada a um político, eu acho que era Silvestre Igreja, se não me engano, teve problemas com os trabalhadores, porque ele não pagava os direitos sociais dados pelas leis sociais. Então fizeram greve, essa greve foi apoiada pelo sindicato, justamente de Chavantes, então foi um momento muito tenso, porque a Igreja na época estava também apoiando ao sindicato. Chegou o momento em que o fazendeiro resolveu por o pessoal para fora e havia uma fazenda ligada à cana de açúcar, aquela Usina dos Coalhados, que estava desativada e eles estavam precisando de gente. Então eles pegaram todas aquelas famílias e levaram na para essa fazenda, foi um momento de muito confronto. Eu me lembro até hoje um juiz de Direito em Santa Cruz do Rio Pardo, Dr. Vitor, ele me chamou e me falou “Olha, estão preparando alguma coisa, toma cuidado, pode haver represálias.” Mas eles já estavam se organizando a chamada revolução, que aconteceu em 64. Então, depois houve a repressão, inclusive esse pessoal ligado às Ligas Camponesas foram presos, desapareceram. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no começo não teve problema, mas o ambiente ficou muito tenso. Isso foi por volta de 67 e inclusive começou o confronto também lá em Botucatu, com a faculdade de Medicina, que havia sido fundada e os padres apoiaram os estudantes que estavam reivindicando uma série de coisas para a faculdade. Houve um movimento muito grande em Botucatu, nessa época eu já não estava em Botucatu, estava lá em Chavantes. Foi um momento muito tenso, muito tenso mesmo, inclusive de represálias com relação à Igreja. O padre Augusti foi preso, houve ameaças de prisão também a outros padres. Dom Henrique estava passando por um momento difícil, estava com sinais de Alzheimer, ele se aliou a todo aquele pessoal que eram totalmente contrários a orientação dos padres lá de Botucatu, começaram inclusive fazer reuniões, alguns problemas sérios que depois levaram a um desfecho na posse de Dom Vicente e os padres, uma boa parte dos padres se retiraram de Botucatu.

Como que era e como que atuava a juventude Universitária Católica em Botucatu, a JUC?

Eu estava longe naquela época e a comunicação era complicada. Então eu raramente ia a Botucatu, tinha meu pai que morava lá em Botucatu. No começo minha mãe também estava

viva. Então eu ouvia o que os padres diziam. Esse confronto justamente dos alunos, principalmente da faculdade, foi mais a faculdade de medicina reivindicando uma série de coisas e os padres apoiaram abertamente, estavam juntos inclusive, e uma parte da sociedade de Botucatu se colocou contra os padres e Dom Henrique na ocasião estava com uma série de problemas, ele se perdeu um pouco em tudo isso. Foi um momento meio complicado é o que me lembro, porque nessa época eu não estava em Botucatu.

Como era a pessoa do Padre Augusti?

Eu conheci o Augusti no seminário menor, foi do meu tempo. Eu estava bem mais adiantado que ele. Augusti era uma pessoa extremamente inteligente, muito inteligente, mas ele era muito reservado. Ele era tímido, mas depois que se ordenou, então se revelou, principalmente nessa ocasião, por exemplo, dos estudantes, ele foi líder, teve liderança e isso trouxe consequências. Ele foi preso justamente por causa disso. Veio a revolução de 64 e em Botucatu, foram em cima das pessoas que estavam à frente. Ele foi preso e ficou preso um período, mas eu não estava em Botucatu na época, então não acompanhei realmente de perto. Como disse para você, o que se ouvia era nas reuniões dos padres, que eram raras, mas conversávamos sobre o assunto, os padres comentavam.

Como que era o trabalho, a atuação do padre Augusti junto aos universitários em Botucatu? Outros padres atuaram com ele nesse trabalho?

Vários padres atuaram. Eu me lembro que ele era o cabeça. Ele realmente se jogou nesse movimento, mas haviam outros padres que estavam apoiando, eu me lembro o Getúlio, que era mais ligado a outros movimentos, mas era reitor do seminário na época. Eu me lembro do Claudino também, que foi diretor do Colégio Diocesano. Me lembro mais desses dois, mas havia também o padre Almeida, ele era ligado mais à juventude agrária, também estava do lado, era um grupo coeso de padres que apoiaram o movimento na faculdade. Agora, secundarista não me lembro que não estava em Botucatu.

Como que a população Botucatu em si, viam o trabalho do Padre Augusti junto aos estudantes?

Olha as lideranças, eu me lembro, eram totalmente contra os médicos. Eles fizeram muita pressão sobre Dom Henrique, inclusive na época, ele sofreu bastante a esperaram a ocasião, quando veio a ocasião pegaram o Augusti.

Qual a visão que a população Botucatuense tinha dos estudantes da faculdade de Medicina?

Eu vou contar para você a impressão que eu tive. No começo a faculdade foi recebida como salvação para Botucatu. Foi uma euforia e tudo mais. Mas depois vieram os estudantes que começaram os movimentos, a população estava dividida. Acredito que a maior parte da população era contra os estudantes, porque os viam como estranhos, não eram do lugar e vieram lá para trazer confusão e tudo mais. Essa é a impressão que eu tive quando ia a Botucatu. Víamos o pessoal comentando que havia uma parte decididamente do contra, mas mais moderada. A parte da população naturalmente que apoiava, mas viam eles como estranhos, pessoas que vieram de fora e estavam criando problema lá. Hernani Donato fala muito isso quando fala da história de Botucatu. Ele era bem contra, falava contra elas. Donato escreveu na época escreveu artigos em que um senhor que era muito amigo de Dom Henrique, o como é que era o nome? Ele ajudou muito nas obras do Henrique Luiz, não é Luizão? Como é que era o nome dele? Agora não me vem na cabeça, mas era uma liderança católica. Batistão. Ele era bem contra os amigos de Dom Henrique, todos eram contra os padres, contra os estudantes.

O que que foi e como começou a crise estudantil de Botucatu?

Olha, porque a faculdade foi para um prédio que era destinado a ser hospital. Naturalmente, a situação no começo foi precária, depois aquele foram construindo outros, outros pavilhões, etc. até acomodar direitinho. Então, no começo foi questão realmente de melhorias. Começou com questão de melhorias, os alunos estavam achando que não tinham as acomodações devidas, tudo isso a gente entende que era começo e começaram toda força, achando que era a redenção de Botucatu, a faculdade, e os alunos então começaram a reivindicar e naturalmente, suas reivindicações no começo não tiveram a resposta de vida e então partiram realmente para um movimento muito forte e mobilizou realmente toda a opinião pública da cidade e da região também.

E como que foi o entrelaçamento da crise do clero de Botucatu e da crise estudantil? A crise do clero influenciou de alguma forma na crise estudantil?

Eu acho que a crise estudantil influenciou o problema do clero, pois se criou o mal estar e o Dom Henrique, como falei, ele foi um grande bispo, um grande bispo mesmo. Eu me lembro com muitas saudades e admiração, mas o foram se revelando aquilo que até no final nós sabemos como é que se atingiu plenamente Dom Henrique. Ele não tinha coragem de enfrentar os padres, então tinha o bispo auxiliar, que era Dom Sílvio, era tímido. Ele foi meu diretor espiritual, é tímido. Dom Sílvio, ele também tinha medo dos padres. Dom Henrique fez uma coisa, mas que hoje em dia se entende, devido a situação dele. Então, quando ele brigava com os padres, ele chamava leigos, fazia uma reunião de leigos, ele e o de pessoal da cidade, falava mal dos padres e isso foi criando animosidade e isso foi mais acentuado justamente nessa época. Dom Henrique ficou conflitado, Dom Sílvio ficou conflitado, não ajudava mais a resolver as coisas e Dom Henrique apelando para essas reuniões, a situação foi se agravando e depois ainda Dom Henrique. Eu acho que realmente foi inconsciente o que ele fez, ele dizia para os padres “Vocês vão ver com o novo bispo vem aqui! Vocês vão ver!” Então se agravou a questão. Quando veio dar Dom Zioni, começaram a ver Dom Zioni como vingança do Dom Henrique, foi muito ruim, muito ruim. Não podia ter acontecido isso, se tivesse alguém do lado de Dom Henrique que o ajudasse, eu acho que não teria chegado a isso não.

Então essa foi a crise do clero em Botucatu?

Os padres que estavam em Botucatu era a cabeça do clero e os pensantes, suas lideranças estavam lá e eu estava lá longe, mas reunia e o pessoal contava a situação realmente, situação que não podia ter acontecido. O pior é o seguinte que havia padres que estavam dizendo assim “Essas manias de Dom Henrique, são manias.” Não percebiam que era coisa mais grave. Se tivessem tomado providências antes, tinham preservado Dom Henrique aquela figura bonita do episcopado e teria evitado isso que aconteceu depois, sendo assim não houve uma preparação para a chegada de Dom Zioni, aí estourou, não tinha mais condições realmente de ficar lá.

Isso aconteceu porque Dom Henrique já estava desenvolvendo esse Alzheimer?

Já. Tinha umas coisas esquisitas e a pessoa com Alzheimer acontece muito isso, não era mania, mania, não era mania não. Já era manifestação da doença. É uma pena, porque Dom Henrique realmente foi um grande, um grande bispo, ele foi muito bom.

Qual foi a importância do padre Augusti no movimento estudantil?

Ele foi uma das cabeças, uma das cabeças mesmo, ele estava por trás, estava junto. Augusti, quando ele tinha uma coisa para fazer, ninguém mudava. Ele era teimoso, vamos dizer, mas

ele foi realmente para a frente. Acredito que Augusti, fez bem de apoiar, agora, pena que faltou gente do lado dele. Uma pessoa assim, que é assim atirada, como dizem, precisa ter sempre alguém que vai e fala “Ah, vão por aqui” Alguém que vá amaciando um pouco a coisa, né! Então chegou ao ponto de atrito com as lideranças de Botucatu, e naturalmente, ódio, vem desejo de vingança. Naquela época queriam e mataram muita gente.

Então entre o clero de Botucatu, se envolveu no movimento estudantil, apoiando o padre Augusti?

Os padres de Botucatu e como eles eram lideranças atualmente, seguiam um pouco o que eles iam dizendo. E nós que estamos fora, naquela época, para ir para Botucatu, de Chavantes, só de trem e de trem, na época com muita dificuldade, telefone, você nem imagine o que que era o telefone quando eu cheguei em Chavantes, ainda era de manivela e depois veio de disco. Então era muito difícil.

O que foi a Operação Andarilho? Aquela que os estudantes saíram a pé de Botucatu, foram até São Paulo reivindicar e nessa operação a Igreja apoiou? Algum padre participou?

Eu não sei dizer para você que eu não estava lá.

Qual foi a participação do padre Augusti naqueles comícios que os estudantes faziam ali em Botucatu, no Bosque?

Também não lembro não, porque não estava em Botucatu na época. Eu sei que o Augusto estava junto, nós sempre junto, mas eu não me lembro disso aí.

Como foi a repressão policial aos estudantes e por que os estudantes se refugiaram no seminário?

Porque esse episódio, eu me lembro vagamente, lembro que eles fugiram para o seminário para não levar apanhar da polícia. Mas eu não estava em Botucatu também nessa época, não. Então eu não fui testemunha ocular.

Eles ficaram muito tempo no seminário?

Eu não me lembro.

Os estudantes também refugiaram lá na Igreja do bairro da Vila dos Lavradores.

Eu ouvi falar, mas eu não estava em Botucatu.

Por que o padre Augusti foi preso? Que influência teve a política local na perseguição dos estudantes na prisão do padre Augusti?

Olha, o que me lembro é que realmente o pessoal odiava o Augusti, mas o Augusti não se perturbava. Augusti, você não conheceu. Mas ele era assim, você falava, falava, era aquela tranquilidade. Então isso irritava muito, porque não conseguiam tirar Augusti do sério, o caráter dele era assim, sempre foi muito odiado, os políticos e as lideranças.

Então tiveram influência na prisão dele?

Ah... eu acho que foi, porque não havia motivo para prender o Augusti. Não havia motivo. Foi vingança mesmo.

Panfletos anônimos eram jogados pela cidade nas casas, falando contra os padres, estudantes e até contra o administrador apostólico. E isso é real. Isso exercia alguma influência no povo?

Eu não me lembro.

O padre Augusti e os tempos de prisão. Como foi e quanto tempo houve torturas? Alguma vez o padre Augusti comentou com o senhor? Já conversou alguma vez sobre isso com ele?

Eu não tive experiência disso não. Porque Augusti, como falei para você, eu estava lá em Chavantes e depois, logo em seguida. Não demorou muito, nós também saímos de lá. E daí o Augusti foi preso e eu me lembro que falavam da prisão do Augusti, mas eu não tive e não tive contato mais com ele.

Ele foi torturado?

Eu não sei dizer pra você.

No Brasil, o movimento estudantil, ele sempre revidava a polícia. A polícia agia com violência e o próprio movimento dos estudantes também revidava com violência. Em Botucatu, não. Em Botucatu, nunca houve esse revide dos estudantes a polícia era a polícia que agia com violência. Não. Os estudantes foram muito pacíficos. Nunca fizeram nada contra a polícia. O senhor acha que isso é por causa da presença da Igreja no movimento?

Eu acho que sim. Eu acho que sim, que na época se falava muito do Gandhi, a não violência. O pessoal admirava muito isso, a não violência. Então os padres nunca, nunca incentivaram a violência, não a resistência pacífica que sei que seria, agora graças a Deus que não houve, porque em alguns lugares houve, mataram a gente. Mas Augusti era a pacifista. Ela tinha as posições dele, mas ela não falava de lutar e brigar, essas coisas. Nunca foi disso, não.

Dom Luis suas considerações finais.

Olha, eu acho que foi um momento da história do Brasil. Isso que aconteceu em Botucatu, aconteceu em outros lugares também. No Brasil. Ele foi um momento histórico, foi uma reação que houve dos militares na época contra o João Goulart. Eles achavam que João Goulart ia fazer o país virar comunista. Então já havia aquelas manifestações, inclusive em São Paulo, com as marchas em defesa da família. Um pouco que a gente percebeu nos últimos tempos aqui no Brasil, naquela época “Deus, pátria, família”, que era o lema do Integralistas do Brasil. Então, o que aconteceu? Aconteceu que partiu para um confronto e um confronto que trouxe consequências para o Brasil, porque, afinal de contas, de 64 até 88 nós tivemos aí um regime forte e como consequência, também forte para dentro da Igreja, né? Eu acho que foi um momento agora no Augusti e realmente eu admirava Augusti. Ele era uma pessoa assim, de opinião. Já eu acho que é bonito e ele não era desordeiro, não era desordeiro, não. Tanto assim que depois ele foi para Lins. Ele já cria Instituto Dom Pedro Paulo, o instituto que até o governo de São Paulo Montoro usava para pesquisas, etc. Depois, ele aquilo acabou, ele partiu para aquela clínica natural naturalista. Então era um homem assim. Admirava o Augusti, era interessante, ele era sobrinho de Dom Veloso, era totalmente contrário do Augusti e outro estilo. O outro, outra ideologia, tudo. Mas como os dois se respeitavam, achava bonito isso. O Augusti nunca falou mal do bispo, pelo menos do Dom Veloso, nunca. E o Dom Veloso também meu sobrinho, as ideias de lá, etc. É bonito isso quando as pessoas divergem, mas se entendem, mas foi uma figura, se for uma figura, acho que vale a pena escrever a vida dele, não é? Ele tinha desde o seminário, ele tinha um sopro no coração. Ele não praticava esportes como nós quando éramos crianças e ele tinha seu problema de saúde e deve ter acompanhado a vida inteira, problema de coração. Os pais dele eu conheci muito, muito bom, gente boa mesmo. As irmãs dele, uma foi freira, morreu nova irmã Marcelina, era a irmã Marcelina, a família interessante. Ele foi fruto dessa família e isso

ENTREVISTA COM PADRE ALBERTO MARTINS

Data Nascimento: 21 de fevereiro de 1941

Local: Chavantes / SP

Ordenação Sacerdotal: 08 de julho de 1967

Situação Atual: Vigário Paroquial

Função: Vice-reitor do Instituto Filosófico de Apucarana

Local: Apucarana / PR

Data da Entrevista: 18 de julho de 2023

Local: Apucarana / PR

Forma: Gravação de voz

Qual era o cenário político na cidade de Botucatu nessa época? O senhor lembra, como era política em Botucatu na década de 60? Estávamos em época na ditadura militar?

Na minha ótica, eu vejo um movimento muito forte de universitários que estavam praticamente se formando nos cursos que foram abertos naquela época, eles se organizavam e faziam um trabalho de oposição ao sistema dos militares e também do governo de São Paulo. Era um momento muito expressivo de oposição dos jovens. Alguns adultos, que não estavam envolvidos em universidades eram menos envolvidos, mas existia também os que trabalhavam em fábricas, os operários, eles tinham uma consciência social muito despertada pela situação política e fermentavam uma revolta e uma oposição clara ao regime da época. Então, quando você pergunta sobre a situação política, era uma situação de grupos universitários e também de escola do segundo grau, com menos força. Mas era um momento de contestação, vamos chamar assim, de uma classe bem definida, a classe universitária naquela época.

Nessa época, qual era o engajamento dos Padres de Botucatu nas pastorais sociais da Diocese?

Nós tínhamos até recente o padre Soares, que cuidava da Pastoral Operária e depois o padre Augusti, ele que cuidava da pastoral estudantil universitária e os outros padres, que eu me lembre, não tinham uma presença forte nessas pastorais, mas tinham consciência e abertura para o social, mas sem a força da cidade de Botucatu.

E como, como era e como atuava a Juventude Universitária Católica em Botucatu, a JUC?

Então, era a juventude universitária que quando a gente imagina o que seria essa JUC, seria um grupo menor de lideranças em volta de um padre, que era o padre Augusti e que realmente tinham o lado religioso, o lado de fé, o lado de Igreja. Claro, na ótica deles, mas dentro de um contexto maior de universitários, de universidade, de contestação e, num nível, vamos dizer, “leigo” não na vida normal social dos estudantes.

Como era a pessoa do Padre Augusti, me defina Padre Augusti?

Um líder nato ou líder que tinha mais coração, do que o lado, vamos dizer, racional. Ele conseguia traduzir todas as situações numa comunicação bonita. Era praticamente um poeta, alguém que se comunicava com bastante arte. E isso num sentido de Igreja, no sentido de evangelho. Ele se comunicava, principalmente com os estudantes. Então, o Augusti eu acredito que podia ser o evangelizador, mas com um tino de poeta intelectual, mas mais poeta.

E como era o trabalho, a atuação do Padre Augusti junto aos universitários em Botucatu? Existiam outros padres que ajudaram ele nesse trabalho, que apoiaram, que ajudaram?

Olha o Padre Augusti, ele fazia um trabalho de envolver os estudantes, principalmente com os mais pobres e ele realizava celebrações na Catedral ou em outras Igrejas católicas, claro, paróquias. Ele era muito bem recebido pela maioria dos padres da cidade. Ele conseguia uma liderança também no meio do clero daquela época. E o que eu vejo? Que os outros padres se sentiam representados, praticamente a maioria deles, se sentiam representados pelo Padre Augusti, na pastoral, de um modo muito específico, que era a Pastoral Universitária, tenho essa impressão, na minha ótica, eu trabalhava mais numa outra dimensão. Trabalhava com estudantes de segundo grau, então já era um outro mundo. Mas o padre Augusti tinha ao seu lado padres, inclusive alguns deles abriram as Igrejas para as celebrações. Era uma convivência muito fraterna com o padre Augusti, que da parte dos padres, quanto do bispo Dom Henrique, ele acompanhava esse movimento todo e me parece que era um movimento que ultrapassava as condições de Dom Henrique, mas ele compreendia, embora não entendesse toda a dimensão que essa pastoral estava fazendo.

A população em Botucatu era uma população um tanto conservadora e como a população Botucatuense via o trabalho do Padre Augusti junto aos estudantes?

Então, quando a gente fala conservadora, eu tenho a impressão que ali as lideranças eram conservadoras, um grupo bem forte eram conservadores. Havia uma oposição, mas uma oposição, vamos dizer, muito discreta, porque eles não tinham como enfrentá-lo, porque o padre Augusti, se fosse necessário, enfrentaria no sentido de dialogar, mas não só dialogar, mas de contestar. É claro que a classe conservadora não ia querer se expor. Eu tenho essa impressão.

Como que a população Botucatuense via, qual visão que a população tinha dos estudantes, a faculdade de medicina. Parecia que havia um atrito pelo que a gente ouve. Isso é real? Como que a revolução encarava?

Como eu vivi em Chavantes, nessa maioria na maior parte do tempo eu não convivi assim com o povo. Tive alguns momentos em que eu substituí um padre aqui, outro ali em Botucatu, por isso eu não posso responder com clareza essa pergunta não.

O que foi e como que começou a crise estudantil em Botucatu. A crise estudantil que foi aquele movimento estudantil de 68. Como que isso começou? Foi por causa da faculdade de Medicina?

Bom, a medicina realmente foi o curso que todos os Botucatuenses se orgulhavam de terem conseguido naquela época, e realmente o curso de medicina foi fortíssimo na questão de liderança dos universitários em geral, dos cursos que já existiam lá. Mas quanto à população, eu não sei, agora que se havia conflitos entre cursos eu não posso dizer e quanto à população em geral, silenciava, não sei se eu respondi, se é por aí.

E como que foi o entrelaçamento da crise do clero de Botucatu e a crise estudantil? A crise do clero influenciou de alguma forma na crise estudantil?

Eu acho que houve duas crises a crises, do clero e a crise estudantil, que estava sendo pressionada pelo governador do Estado naquele tempo, se eu não me engano, era Abreu Sodré e o Abreu Sodré era alguém que se posicionava fortemente as reivindicações dos alunos. Eu me lembro de um detalhe, ele segurava as verbas que deveria mandar para universidade e só distribuía essa verba no finalzinho do ano, quando não tinha condições de aplicar as verbas recebia de volta no ano seguinte, logo no início do ano, essa era a revolta dos estudantes, é em

grande parte com o governo do Estado sobre a manutenção da escola que o Abreu Sodré não mandava durante o período, por uma questão de conflitos ideológicos, e outros, não mandava as verbas e quando mandava já não havia tanto tempo para se utilizar as verbas e uma grande parte da verba voltava para o Estado. Era uma crise sistemática. E quanto ao clero, a raiz da crise do clero é mais no sentido conciliar de uma Igreja universal. Estava se delineando em rumos diferentes. A Igreja no Brasil, começando, a sua organização pastoral a nível nacional e o clero já começou a sentir que tinha que fazer um trabalho de pastoral com projetos, mais concretos e previstos. Então a preparação, já era um outro tipo de clero que estava surgindo e com a força das propostas nas diversas áreas, nos diversos setores da Igreja, propostos pelo Concílio. Então, essa crise e o clero que tinha o grupo bem jovem e bem representativo, e esse clero sentia a necessidade de uma mudança, eram crises diferentes. Quando você fala crise estudantil, crise de Igreja, agora, como se trata de crise, houve momentos em que os estudantes que solidarizava com o clero e outra parte por outra parte o clero se solidarizava com os estudantes. Havia, embora fossem direções diferentes, havia também o voltar-se um para o outro e sentir que um poderia ajudar o outro. Tanto que Dom Romeu abriu o seminário na época para acolher estudantes universitários. Naquela crise de quando o Estado vem com toda a força em cima dos universitários, eles fogem. O dom Romeu abre as portas do seminário para acolher.

Nesse movimento estudantil qual foi a importância do Padre Augusti? Qual foi a importância dele dentro desse movimento em 68 do reivindicatório?

Eu acredito que a liderança dele foi muito forte, acredito que se eu falar que o Augusti, foi a alma do movimento estudantil, eu não sei se eu estou exagerando, mas ele tinha uma presença muito forte e eu até arrisco dizer isso seria um pouco a alma de todo esse movimento, porque todos olhavam para o padre Augusti. Minha impressão, pelo amor de Deus.

O clero de Botucatu, a cidade ali, se envolveu no movimento estudantil apoiando o padre Augusti? Ou era ele sozinho? O clero apoiava?

Discreto. Eu tenho uma impressão da minha ótica. O clero era discreto no apoio ao padre Augusti, justamente por causa das circunstâncias que nós estávamos vivendo do regime militar. O Augusti, se relacionava no meio dos padres, com uma certa abertura, acolhimento, questões fortes e de contestação dois grupos de clero. Eu pessoalmente não percebia dentro do clero dois grupos fortemente, se digladiando. Não me parece que na minha visão não era tão forte dessa maneira. Havia, principalmente dos padres da cidade de Botucatu, uma simpatia pela presença do Augusti no mundo estudantil universitário.

O que foi a Operação Andarilho? A Igreja apoiou? Algum padre participou?

Não sei dizer, não me lembro não.

Qual foi a participação do Padre Augusti nos comícios dos estudantes em 68? Ele fazia aqueles com aquelas concentrações lá no bosque?

Se ele tinha oportunidade de falar, eu acredito que quando davam a palavra a ele, aproveitava dessa oportunidade para colocar o ponto de vista dele e do movimento. Mas eu acredito que ele era uma liderança que somava e que eles desejavam a presença do Augusti.

Como que foi a repressão policial aos estudantes? E por que os estudantes se refugiaram no seminário? Como que foi isso?

Então, quanto à questão da ideologia que estava subjacente no movimento estudantil, ao predomínio da ditadura militar e a presença da Igreja, principalmente através do Augusti, já estávamos com Dom Romeu como administrador apostólico da Arquidiocese e eu tenho

impressão que o Dom Romeu abriu as portas da Igreja também por influência do Augusti. Mas não só a influência de Augusti, mas também pela visão que o Dom Romeu tinha, sendo ele alguém que viveu tantos anos na cidade de São Paulo e com os problemas de uma grande cidade e também a situação que ele vivia naquele período como Igreja aqui no Paraná e assumindo a administração da Arquidiocese de Botucatu, Dom Romeu abre as portas, quer dizer, ele acolhe os universitários que estavam precisando de proteção diante da força do regime para controlar essa oposição dos universitários. Então o dom Romeu abre as portas, no sentido de Igreja, de solidariedade, aqueles que precisavam e vendo que se tratava de jovens e a presença da Igreja era de abertura, de acolhimento aos jovens.

Os estudantes eles se refugiaram também na Igreja do bairro da Vila dos Lavradores, o senhor lembra disso? Como foi isso?

Então veja, eu fiquei um mês ali, na época que eu te batizei, fui pra Avaré e depois fui para mais para o interior, porque eu também comecei ser alguém que estava sendo vigiado por causa do segundo grau, mas no meu segundo grau não houve esse clima.

Agora por que que o padre Augusti foi preso? Que influência teve a política local na perseguição aos estudantes, na prisão do padre Augusti?

Bom, eu afirmar, eu já não estava em Botucatu, já estava em Avaré, Bernardino de Campos fazendo o trabalho com o segundo grau, depois eu fui para Ourinhos com o Padre Arnaldo Beltrame e olha, eu não sei dizer, mas sempre existe a força da política local. Agora dizer como? Quem? Eu não saberia dizer, mas que deve ter existido uma pressão da situação, que estava sendo incomodada pelos estudantes e também pelas lideranças estudantis. Eu acredito que deve ter havido sim, força e influência de políticos de Apucarana. E os estudantes, eles provocavam, em geral, os estudantes provocavam os políticos da cidade.

Panfletos anônimos eram jogados pela cidade, nas casas, falando contra os padres, os estudantes, inclusive contra o administrador apostólico. Isso é real? Isso exerceu alguma influência no povo? Sabia falar alguma coisa sobre isso?

Não, estava já fora de Botucatu. Eu não posso afirmar.

O padre Augusti e os tempos de prisão o senhor pode falar algo como foi? Quanto tempo houve tortura? Alguma vez conversou com ele? Ele falou de como foi esse tempo de prisão?

O que eu soube foi e trata de informação, por terceiros. Mas com ele, já estávamos praticamente distantes, então não tenho muito o que dizer dele não, que foi torturado. Eu sei, eu soube e se comentava mesmo no meio do colégio, dos padres e que ele foi torturado. Eu pessoalmente, não tive esse contato com ele no pós tortura, prisão.

A polícia sempre usou de violência para com os estudantes, em Botucatu não houve uma violência dos estudantes contra a polícia. Era sempre a polícia, diferente de outros lugares no Brasil, que havia violência das duas partes. O senhor acha que o fato de os estudantes não terem sido violentos, pacíficos tem a ver com essa presença da Igreja do padre Augusti no movimento?

Posso afirmar, com bastante convicção de que realmente a presença da Igreja foi decisiva nessa situação de estudantes, e eu posso dizer com toda segurança a presença da Igreja foi muito importante naquele momento, para aquela situação, para aqueles universitários, para que não partisse para a violência que, como em todo lugar havia, certamente ali também poderia ter um outro caminho. E o caminho da violência seria um desastre.

Não houve nem em Botucatu, não tem nada que possa dizer que os estudantes, eles revidaram a polícia era só a polícia aqui em cima. Eles entraram na Igreja do bairro, mas eles nunca revidaram.

Eu acho que a presença da Igreja, foi decisiva nessa hora. E quando eu, para perceber que já não é mais o Augusti e presença da Igreja, o Dom Romeu, os padres, as pessoas de Igreja deram acolhida praticamente aos estudantes, vendo a presença do Dom Romeu e a abertura dele para acolhê-los. Mesmo durante o vamos dizer, o processo de crise, a Igreja conseguiu, me parece, a Igreja conseguiu dar um rumo para uma contestação e uma contraposição das autoridades. Conseguiu dar o rumo decisivo, me parece, para que não fosse tão violenta como nos outros lugares,

Padre Alberto, as considerações finais

É uma alegria de estarmos nos encontrando no processo de pesquisa, no processo também, de já se encaminhar para o término de sua tese e se alguma contribuição vir a acontecer com este nosso encontro, eu vou ficar muito feliz. Eu gostaria de dizer que essa tese realmente teria um impacto positivo no sentido de história e vamos dizer, uma história de Igreja num determinado momento crítico, e que ela possa, essa tese, trazer contribuição, não só para outras leituras, para outros grupos, mas principalmente para o grupo da Igreja, para que ela possa realmente ter luzes para também responder às exigências do mundo de hoje, principalmente no mundo das universidades.

ENTREVISTA COM MONSENHOR ROBERTO CARRARA

Data Nascimento: 10 de novembro de 1939

Local: Jaú / SP

Ordenação Sacerdotal: 22 de dezembro de 1963

Situação Atual: Aposentado

Função: Vigário Paroquial

Local: Apucarana / PR

Data da Entrevista: 18 de julho de 2023

Local: Apucarana / SP

Forma: Gravação de voz

Qual era o cenário político na cidade de Botucatu na década de 60?

Então, nessa época, o político estava tranquilo, porque tudo isso começou a esquentar em 64, quando começou a revolução. Mas ali já era tranquilo, não tinha problemas, a cidade estava em paz, tudo em ordem. Eu fui ordenado em 63, então eu não posso dizer exatamente como é que estava tudo em Botucatu nessa época, porque eu estava no Colégio Pio Brasileiro, do Ipiranga, fazendo teologia. E eu, me ordenei em 63 e em 64, eu passei o ano em Ourinhos, portanto fora de Botucatu, ainda. Em 65 eu voltei para Botucatu e fui trabalhar ali como disciplinar no Seminário Menor. Eu fiquei durante todo esse ano sendo disciplinar. No ano de 66 ou 67 que eu fui trabalhar na Paróquia de São Benedito, e lá eu fiquei pároco al. Aí veio 68, 69 e então, nós viemos, saímos de lá. Eu vim para cá em abril de 69, logo depois da Semana Santa. Então, nesse sentido, até a revolução acontecida, tudo era em paz, não tinha nenhum problema, mas depois então começou a esquentar e a coisa foi ficando quente. Vinham, a polícia, vinham os militares, etc., pensando que nós estivéssemos fazendo uma revolução ou coisa semelhante. E aí alguns foram perseguidos, você ouviu a história do padre August, ele foi preso, a gente acompanhou essa prisão dele. Depois disso, lá também, em casa, quando eu estava Pároco da São Benedito, eu sabia das ameaças que estavam fazendo também a mim, e eu dizia: Não vou mudar minha opinião, porque aquilo que eu creio que eu fiz, eu não vejo nada de errado, então não me importa se veio ou não veio, porque eu não tenho a consciência pesada nem de um lado do outro. Estou caminhando por um caminho de que eu estou seguro de estar caminhando corretamente.

Como que era o engajamento dos padres nas pastorais sociais da diocese?

Naquela época não tinha assim muita pastoral. Existia, nós padres. Eu, por exemplo, eu fiquei no seminário e foi depois do lado ali tinha um colégio que era do padre Claudino, que era o diretor, da diocese, mas era ele o diretor e o que mais, eu fui me tornar pároco justamente em 67, em São Benedito, então até esse tempo eu não tinha contato assim profundo, o que tinha era o aspecto litúrgico e eu era o cerimoniário. E foi justamente por isso que Dom Romeu me trouxe para cá para ficar na Catedral como cerimoniário. Mas agora, os outros tipos de pastorais, sinceramente, eu não lembro como que era.

E como atuava a Juventude Universitária Católica em Botucatu, a JUC?

A JUC, não lembro bem não, porque como eu disse, eu não tive muito contato com eles não. Eu estive sempre no seminário. Quando eu fui para São Benedito, ainda estava começando acertando ainda era uma paróquia nova.

Como era a pessoa do padre Augusti?

Padre Augusti. Ele era alguém muito inteligente, muito empenhado com a juventude. Ele fazia um trabalho grande nesse sentido, mas ele era assim, meio extremista, com isso ele criou

muitos inimigos ali, precisamente do lado da revolução. Mas ele sempre foi um padre que trabalhou bem. Isso eu não posso falar, não tenho nenhuma crítica a fazer ao trabalho dele, não. Ele realmente trabalhava assim, entusiasta, sabe. Ele ria e levava a coisa pra frente, a gente se encontrava e ele estava sempre rindo também. Depois ele teve problema de saúde, aí complicou bastante a história dele.

E como era o trabalho e a atuação do padre Augusti junto aos universitários em Botucatu? Outros padres atuaram com ele nesse trabalho conjunto?

Sim, ele não trabalha, não trabalhava sozinho, não, porque que era muito grande também esse tipo de trabalho. Mas eu não lembro o nome dos outros padres que estavam com ele. Não lembro. Não tenho mais lembrança nenhuma.

E como que a população de Botucatu via o trabalho do Padre Augusti junto aos estudantes?

O pessoal gostava. Naturalmente, quando tem extremistas, sempre veem do lado errado as coisas. Porque ele queria fazer com que a juventude realmente caminhasse nessa direção. E ele tinha uma, uma linha, um pouco de esquerda. E aí que foi a causa de tudo. Ele demonstrava isso e falava e também nas celebrações. E com isso ele foi então preso, porque foi denunciado. O ruim, é que nesse caso aqui da revolução foi que eles colocaram homens muito autoritários na polícia e no exército e eles acabaram cometendo erros absurdos e extremistas, matando ou fazendo desaparecer. Então isso é que criou também essa revolta contra a revolução, porque a revolução estaria ali para botar ordem no Brasil.

Qual era a visão da população de Botucatu que ela tinha com relação aos estudantes da Faculdade de Medicina?

Olha, para te ser sincero, eu não tenho opinião para dar.

E o que que foi e como começou a crises estudantil em Botucatu em 68?

Então em 69, que eu já vim embora, foi essa revolução aí que depois os jovens também não sabiam bem o que é que estava acontecendo. Eles estavam sendo levados pelo padre August, na Pastoral, e eles também não tinha muita noção de coisa. Tudo jovens. O jovem se entusiasma por qualquer coisa nova que tenha.

Como que foi o entrelaçamento da crise do clero de Botucatu e da crise estudantil. A crise do clero influenciou de alguma forma na crise estudantil?

Eu não acredito não, porque mesmo que os jovens estavam entrando na Pastoral da Juventude e frequentando a Igreja, participando e sendo atuantes, mas não foram, acho que não tinham noção, que eles ficaram sabendo disso somente depois que nós... O August deve ter colocado alguma coisa para eles. Mas na maioria não sabia. Durante esse tempo todo nós mantivemos o segredo. Não nos revelamos. Somente saiu quando realmente veio a confirmação da congregação dos Bispos, não do Padre.

E o que que foi a crise do clero de Botucatu?

Então, aquilo que eu estava dizendo, a maioria dos padres de Botucatu, tinha estudado no Ipiranga e nessa época o reitor do Ipiranga era Dom Zioni. Ele sempre foi um homem muito autoritário. Eu não o conheci não, mas aquilo que os padres diziam é que ele sempre foi muito autoritário, não dialogava, não conversava, ele mandava. Então, os padres tinham uma certa reserva em relação, uma reserva bem grande em relação a ele. Como Dom Henrique Golland Trindade estava já para chegar aos 75 anos, portanto devia renunciar ao seu arcebispado. Então se começou a pensar em quem seria o substituto dele. Mas então os padres. Eu não

estive, eu não estava nessa situação. Estava em Botucatu, mas eu não participava porque não tinha conhecido Dom Zioni. Então os padres que o conhecia, foram falar com Dom Henrique dizendo: O senhor pode trazer quem o senhor quiser para cá, menos Dom Zioni, porque o que Dom Zioni já tinha estado em Bauru, Bauru fazia parte da Arquidiocese de Botucatu, portanto, muitos padres de Botucatu trabalharam e trabalhavam ainda em Bauru, quando ele tomou posse. E aí então ele cortou tudo, praticamente rompeu com a Diocese de Botucatu, que tinha um trabalho pastoral bem eficiente, bem gostoso. Então, por isso os padres já não queriam que ele viesse, porque se ele viesse ele já tinha encerrado tantos movimentos que os padres tinham criado lá e vindo para Botucatu iria acontecer a mesma coisa. Então disseram: Se ele vier, nós vamos embora porque não vai dar para trabalhar com ele. Essa foi a crise que aconteceu. E aí então, a primeira coisa que aconteceu de quando com a nomeação de Dom Zioni, foi uma reunião em Avaré. Nessa reunião nós éramos, acho que uns 40 ou 50 padres. Não tinha muito não, na diocese. Desses 40, eu vou dizer assim 45. Uma grande parte era de religiosos que eles não tinham nada a ver com a diocese. A outra parte éramos nós, mas tinha alguns bastante idosos. Eu acho que tinha uns seis idosos. E quando, quando foi proposto isso, nós dissemos se ele vier, vamos embora. Então, daqueles 23 padres, creio que o número é esse, 23 padres decidimos então sair. Tinha seminarista, o padre Tito ainda não era padre, então também saiu. E tem mais alguém. Tinha também Padre que foi prefeito aqui em Apucarana, não lembro o nome dele, eu estou sem memória. E também veio para cá, foi ordenado depois e chegou a ser prefeito. E agora ele deixou o ministério. O que mais...o que eu me lembro, então foi isso aí. Então foram feitos três grupos dentre os padres para irem ao cardeal de São Paulo e irem para o Núncio Apostólico e ele também para o Dom Zioni em Bauru, narrando aquilo que nós tínhamos decidido lá em Avaré. Mas não deu certo porque aí foi nomeado. então foi nomeado Dom Romeu. Quando a crise estourou, então foi nomeado pelo Papa, Dom Romeu Albert. Ele tinha estado no seminário. Ele tinha feito o doutorado em Roma. E aí ele então estava chegando e aí já tinha sido ordenado bispo em 62 eu até trabalhei com ele na cidade de São Paulo, na Pastoral da Juventude, e então o Papa o nomeou como vigário, um administrador apostólico, e ele foi para Botucatu. Aí nós nos encontramos e ele me pediu então para ser seu secretário, porque eu era um bom datilógrafo naquela época. Ele falava que eu era bom. Então realmente as cartas que ele escreveu para a nunciatura, para o cardeal, para o Papa, eu datilografava. E a crise então chegou a esse ponto. Não sei se deu pra entender

O senhor sabe qual era as reivindicações dos estudantes na época?

Ah, você está ligado mais aos estudantes agora. Não, eu agora não lembro. Nós tínhamos muitos estudantes e iam no seminário menor e depois tínhamos as faculdades ali, então eles estavam lá. Mas eu não me lembro bem o que ocorreu. Eu não quero emitir a minha opinião sobre isso.

Qual foi a importância do padre Augusti no movimento estudantil?

Ele foi muito útil e então ele estava muito ativo, ele era muito dinâmico. Ele era um padre que se identificava que ele era jovem e também se identificava muito com os jovens. Então ele tinha. Ele era um imã que atraía os jovens em torno a ele principalmente nessa questão da Pastoral da Juventude.

O Clero de Botucatu se envolveu no movimento estudantil, apoiando o Padre Augusti.

Sim, tinha muitos padres ali que foram trabalhando também, Porque isso aí não ficava somente na cidade, era um trabalho que se estendia. Agora ele agia mais na cidade de Botucatu, mas ali nós éramos. Eu não estava ainda como pároco. Eu me tornei pároco de São Benedito em 68. Fiquei lá somente um ano e meio depois. Eu também ali corria, sabia de

comentários de que eram militares que diziam, porque eu tinha parentes lá em São Paulo, estavam nessa área. Então eles diziam: Olha, até o seu nome está correndo por aqui. E eu dizia: porque, eu não estou dizendo nada, não estou fazendo nada ao contrário àquilo que a legislação trata. Portanto a mim não assusta não. Eu vou continuar vivendo e fazendo e trabalhando no mesmo sentido, depois não apareceram mais.

Houve um uma operação chamada Operação Andarilho, que os estudantes foram para São Paulo a pé. Não se o senhor sabe disso. Se a Igreja apoiou, se teve um padre?

Os jovens. eu não lembro não.

Qual foi a participação do padre Augusti nos comícios dos estudantes no movimento estudantil? Aqueles que eles faziam na praça bosque.

Sempre ativo, ele sempre estava presente. Ele não saía disso. Ele estava fazendo aquilo que ele gostava de fazer, que era, como pároco não acredito que ele seria bom, mas como pastor, pastor aí de juventude, esses trabalhos assim ele era muito eficaz.

E nesses comícios, ele falava contra o governo militar?

Ah, bom, porque depois é que veio, veio a revolução, então ele já era padre, acho que uns três anos antes eu não sei quando ele foi ordenado, não me lembro. Ele foi ordenado 63, ele já era padre. Agora então que ele falasse. É possível que tenha falado principalmente por causa da atitude de certos militares que, assumindo certa autoridade, excederam e fizeram burrada, e isso causou uma raiva grande por causa do excesso cometido por estes, por esses entre aspas, autoridades militares,

E como que foi a repressão policial aos estudantes? Por que que os estudantes se refugiaram no seminário? Como foi isso?

Então, foi justamente porque ele era o único lugar em que eles podiam estar mais tranquilos, porque ali o seminário era pacífico. Nós tínhamos nossos seminaristas menores. Sem dúvida, eram cento e poucos seminaristas, mas ali o padre Augusti os trazia. Ele tinha espaço bastante grande ali para essa conversa maior, essa pastoral. Então eles vinham lá porque, mas aí não é que houve alguma, alguma coisa do tipo militares entrando, não, não, isso não aconteceu. Mas o nome do Augusti é que foi bem, bem castigado por causa disso, por isso que ele foi preso.

Dizem que os estudantes estavam distribuindo panfletos na Vila dos Lavradores. Quando a polícia chegou a eles se refugiaram na Igreja do bairro dos Lavradores. O senhor lembra disso?

Era onde ficava o Cônego Ulisses. Não, não lembro não.

Por que que o padre Augusti foi preso? E que influência teve a política local na perseguição aos estudantes e na prisão do padre Augusti?

O padre Augusti mesmo que nós estivéssemos dito a ele, para não exagerar, não que a coisa estava feia, que ele se abstinasse. Ele continuou a fazer a mesma coisa que ele fazia. E aí então ele foi, veja, o único padre, que os outros foram, foram levados, mas todo mundo saiu. Ele foi o único que ficou preso mesmo. Mesmo depois de ter saído, me parece, se não estou se não estou me enganando, ele foi preso durante um mês, depois soltaram e depois ele voltou a ser preso outra vez, porque ele continuou no mesmo ritmo que estava antes. Então o que eu vejo é somente isso. Não lembro mais.

Panfletos anônimos eram jogados pela cidade nas casas, falando contra os padres, estudantes e o administrador apostólico. Isso é real? Isso exerceu alguma influência no povo?

Não, se era real ou não. Não me lembro disso não, eu não sei se é real. Eu não posso dizer nada com influência real.

O Padre Augusti e os tempos de prisão. O senhor pode nos falar algo? Como foi? Quanto tempo? Houve torturas? Alguma vez o padre Augusti comentou sobre isso que o senhor o senhor, foi visita-lo na prisão?

Não, não, não fui visita-lo. Ele estava em São Paulo, estava preso em São Paulo e eu não tive ocasião de ir lá. Eu soube depois por ele que ele tinha sido, tinha sido realmente torturado e que ele celebrava a missa também lá dentro não tinha nem um copo. Ele celebrava, fazia, fazia celebração. Não sei quantas vezes ele fazia isso. Mais tarde ele rezava lá na prisão. Ele ficou muito tempo isolado lá.

Ele comentava com o senhor?

Sim, foi o comentário. Foi sim,

No Brasil, quando a gente olha o movimento estudantil, a gente vê que houve violência da parte da polícia, mas também houve da parte dos estudantes para com a polícia. Em Botucatu, não. Em Botucatu a polícia foi violenta, mas os estudantes pacíficos nunca revidaram nada contra a polícia. Será que isso pode ter sido pela influência da Igreja e pela presença da Igreja junto dos jovens?

Eu acho que sim, principalmente para o caso do Padre August. Ele não era ele, não era de violência. Ele sempre foi alguém que trabalhava e alguém que se preocupava com a juventude. Mas ele nunca provocou nada nesse sentido, incentivando. Nunca ouvi falar que ele tenha sido culpado de alguma coisa que possa ter acontecido lá. Não.

Então, essa é a essa forma pacífica, com certeza foi influenciado pela presença da Igreja.

A Igreja sim, tinha um trabalho muito bem feito. Sim.

Monsenhor, suas considerações finais.

Foi um acontecimento muito violento na história da Igreja. Nós nos tornamos notícia internacional porque realmente é um fato único o fato no nosso relacionamento com o Dom Zioni, mas depois, com isso, nós saímos e viemos para cá em 12, Apucarana e aqui, Dom Romeu E foi muito interessante que Dom Romeu tinha uma estrutura de uma diocese na sua cabeça, só que ele não tinha padre, só tinha dois padres diocesanos. Os outros todos eram religiosos. Os dois morreram. Agora recentemente. Então, quando nós viemos, o que ele fez aqui na diocese, criando paróquias, criando o serviço pastoral, nós tínhamos pastorais em todos os sentidos mais viva, atuante, liturgia, comunicação. Nós nos tornamos notícia internacional em matéria de comunicação. Aconteceu aqui em Apucarana um congresso de América Latina. Aqui nós recebemos o prêmio de melhor programa religioso do Brasil. Então, nesse sentido, a coisa foi grande. Então aqui se especificou bem, pela comunicação, pela liturgia, pelo diaconato e pela administração. O dinheiro não tinha muito não, porque nós éramos muito pobres, mas esses três campos, nós nos tornamos referência, sim. Agora, o que mais, lá para nós também foi uma coisa maravilhosa. Só que nós nos afastamos daquele lugar onde a família vivia, os amigos viviam e viemos para cá. Isso nos marcou, marcou assim um pouco negativamente, mas quando o trabalho começou foi realmente algo que deixou muita marca lá. Comentário foi além das fronteiras.

ENTREVISTA COM DR. PEDRO DIMIYTOV

Data Nascimento: 30 de julho de 1944

Local: Santo Anastácio / SP

Formação: Saúde Pública

Situação Atual: Aposentado

Local: São Paulo

Data da Entrevista: 27 de julho de 2023

Local: São Paulo / SP

Forma: Gravação de voz

Qual era o cenário político na cidade de Botucatu, na década de 60, quando o senhor esteve lá?

Olha, é fácil explicar e não sei se você verificou, eu mandei para você um livro que nós estamos publicando, que a Terezinha escreveu um capítulo, inclusive. E no livro tem um primeiro capítulo escrito pelo Figueroa, que é daí da cidade que infelizmente morreu semana passada, 15 dias atrás. João Figueiroa Ele participou do movimento estudantil na mesma época que a gente, né? E aí foi para Botucatu, Ficou em Botucatu trabalhando com a rádio com o tio dele, com um monte de coisa. Historiador ele ficou como diretor do Centro Cultural aí de Botucatu por muito tempo e ele escreveu um livro muito longo da história de Botucatu, do início ao fim. Chama-se boca do sertão, uma coisa assim. E aí eu falei com ele para ele escrever uma introdução, pegando exatamente o período que nós estávamos em Botucatu, de 64, década de 60 até 70, e ele fez um resumo maravilhoso. Então acho que não adianta eu ficar falando tá lá no resumo desse livro, tá tudo lá. É exatamente o que ele escreveu: Uma cidade pacata que tinha tido uma vida política e econômica significativa e com a crise do café de 1929, ela entrou em decadência e ficou uma cidade conservadora, com algumas pessoas ricas e sem vida econômica significativa. Parou o café, toda a receita da cidade era com o café. Tentaram depois passar para o algodão, mas também não deu muito certo. Então a cidade estagnou, estagnou. Ela parou no tempo e foi aí que surgiu a ideia de ter a faculdade de medicina da faculdade. Isso traria novas experiências para a cidade. Então, por iniciativa de algumas pessoas, isso foi conseguido com Jânio Quadro, se não me engano, e depois quem tocou para frente foi o Carvalho Pinto.

Na época do senhor, que chegou lá em Botucatu, quando estudava lá, o senhor chegou a atuar na Juventude Universitária Católica, a JUC?

Não, eu não participei da JUC, mas eu conheci a JUC, eu tinha amigos que eram da JUC, o Bortolezzi, que é um dos escritores do livro. Ele não chegou a ser. Eu acho que não chegou a ser filiado a JUC, mas ele militou mais junto à Igreja. Dentro da Igreja,

Como era a pessoa do padre Augusti?

Olha o padre August, foi o padre que fez o meu casamento, lá em Guaimbê, inclusive nós fomos lá para Guaimbê para fazer o nosso casamento e. Ele é uma pessoa extremamente ativa junto aos pobres, extremamente dedicada aos pobres e que junto com os estudantes, participou de vários, vários eventos. Aí teve o Chamb, que era um movimento de construção de casa, de alfabetização. Era uma pessoa ligada a teoria da Teologia da Libertação e que fez um movimento em relação a esta questão e foi punido por causa disso.

Havia outros padres que atuavam com ele?

Havia vários padres que ajudavam. Agora, tanto assim, você conhece a história? Houve aquela rebelião lá com o bispo, e nessa história saíram mais de 20 padres, vinte e poucos

padres saíram de Botucatu. Então não quer dizer que todos eles pensavam exatamente como o padre August, mas seguramente, quanto à questão da substituição do bispo, todos eles foram solidários. Então, na realidade eu não conheci muito os padres, eu não frequentava a Igreja, mas a minha mulher frequentou muito tempo e trabalho junto com o padre na alfabetização, vários projetos sociais e a minha mulher participou o tempo todo.

E a população de Botucatu via com bons olhos o trabalho do padre Augusti?

Uma parcela sim, porque era beneficiada pelo trabalho dele. Agora, a parcela mais conservadora da sociedade, que Botucatu era relativamente conservadora, seguramente tinha restrições. Agora eu não sei dizer em que nível teria essa restrição, como é que era, porque eu não convivi nessa história da Igreja, a não ser pela minha mulher e minha sogra, que era muito amiga do padre Augusti. E ele visitava a Dona Sultana o tempo todo e a família Chaguri, e tem uma casa de esquina em frente do colégio Escola Técnica, umas casas de esquina lá que tem hoje bomboniere, a cafeteria, sei lá o que, era a casa da minha sogra, e o tempo todo. Não o tempo todo, mas com muita frequência, o padre passava e parava para conversar com Dona Sultana conversar com as pessoas. Então ele era muito, muito cordato e ajudava muito as pessoas. Ele era muito querido, era muito querido. Agora, seguramente tinha outros padres mais conservadores tinha o dono da churrascaria, por exemplo, todo mundo foi embora. Só que o padre que era dono da churrascaria não foi porque tinha a polícia em comum.

E a população de Botucatu como que via os estudantes da faculdade, não a faculdade os estudantes?

Olha, a minha percepção aqui é que fomos bem recebidos. Eu fui bem recebido, nunca tive conflito com ninguém, fomos bem recebidos. Agora sempre existe os malucos que vão tomar banho na praça da Ponte, que vão fazer isto e aquilo, então sempre criava algum tipo de polêmica, mas eram sempre coisas assim, inocentes, sempre com questões. Nunca houve conflito sério que eu conheça entre estudantes e pessoas da cidade. Eu nunca, nunca tive notícias, pelo menos no período em que eu passei aí por sete ou oito anos.

O que foi, como E por que começou a crise estudantil de Botucatu?

A crise estudantil de Botucatu, foi causada fundamentalmente pelo governo do Estado. Na verdade, se propôs a criar uma faculdade que na realidade não era uma faculdade eram quatro faculdades eram quatro cursos, mas cada curso praticamente, hoje cada curso é uma faculdade. Depois quando virou UNESP. Cada curso era faculdade, então medicina, medicina veterinária, biologia e Agronomia. Eram quatro cursos e uma única instituição era a FSNPB, mas na verdade correspondia a quatro faculdades e se propõe criar uma instituição com essa complexidade, sem reservar ou sem encaminhar regularmente o dinheiro necessário para que ela pudesse existir. Então, todo ano não tinha dinheiro e a parando, não tinha professor, tinha que contratar professor, então todo o movimento estudantil começou aí pôr na minha leitura, por responsabilidade de quem se propôs a dar uma oportunidade para a juventude e depois começou a boicotar, não dando dinheiro. Então essa juventude logicamente teria que se revoltar, mas todo o movimento em Botucatu, inclusive eu participei bastante, eu fui o secretário geral do Centro Acadêmico, depois vice presidente, exatamente em 68, 69 da crise grave que nós tivemos no país, o AI-5, a história toda, mas toda a responsabilidade para mim foi do próprio governo. Entanto que nós fazíamos o movimento e a população sempre nos apoiou, porque a gente fazia questão de dizer que era um movimento apolítico. Era um movimento reivindicatório, fundamentalmente para a construção da faculdade ou dos cursos. Só que neste processo, como o governo insistiu em continuar o tempo todo dizendo que daria dinheiro depois não dava, só criou antagonismo. Então, na verdade, os alunos, mesmo filhos de pessoas ricas, os alunos mais conservadores, acabaram percebendo que em relação ao

governo ditadura, não havia muita conversa, era porrada mesmo. Então, na verdade, houve um crescimento político de toda a juventude lá, a maioria da juventude, muita gente em consequência desse conflito, que era considerado apolítico, mas que na realidade criou uma situação de politização do coletivo pela pelas crises sucessivas que foi acontecendo.

Quais foram os atos estudantis que o senhor participou e qual foi o mais impactante?

É difícil de dizer porque eu, como um dirigente do Centro Acadêmico, para nós todos os atos eram importantes. Todos. Agora eu acho que ficou para a história dois, três atos como os mais significativos, que foi a Operação Andarilho e depois a operação denúncia e vejam, que uma é consequência da outra pessoa. A operação Andarilho foi porque o camarada disse que ia dar o dinheiro não deu. Então a gente foi, fez a Operação Andarilho para arrumar o dinheiro necessário. Com toda a preparação e todo apoio da população, a população deu apoio muito grande para gente. Fizemos essa operação, viemos para São Paulo, fizemos toda pressão aqui, aproveitamos as brigas internas de políticos entre o governo e a prefeitura, porque o governo negava o apoio, a prefeitura era o Prestes Maia, que apoiou o movimento, concordou com o movimento e cedeu que a gente ficasse acampado no Ibirapuera, Então a gente ficava acampado no Ibirapuera e todo dia de manhã ia um grupo andar, não podia levar cartaz, ficar parado na frente do palácio, então não paravam, ficavam andando, dando volta no quarteirão com os cartazes reivindicando verba, reivindicando as coisas que a gente precisava. Então essa Operação Andarilho foi uma operação extremamente positiva do ponto de vista de aprendizado, de organização e de condução do movimento e de politização do coletivo. E nessa história o pessoal acampado aqui, não tinha discussão política o tempo todo aparecia gente lá, de teatro, apareceu gente da área política para discutir conosco. Então fomos ao teatro. Tinha gente que nunca tinha ido ao teatro, colega de faculdade que nunca tinha entrado, uma peça de teatro. Então fomos, fomos convidados, fomos assisti peça de teatro gratuitamente. Então, na verdade, foi um movimento, um momento de grande politização nesse pedaço. Por outro lado, no final, com todas as discussões e todas as pressões normais o governo resolveu nos receber e prometer tudo. A Terezinha fala que sempre da pasta cor de rosa dela, que ela tinha todas as promessas e todas as coisas que eles falavam que ia dar e não dava estava tudo na pasta. Hora que ele falava uma coisa Terezinha abriu a pasta, “olha o senhor falou tal coisa em tal data e não aconteceu, tal coisa e tal daquilo não aconteceu”, mas nós estamos preparados, estamos preparados para poder responder adequadamente às mentiras do governo. Mas ele prometeu de novo e teve um certo aval dos políticos de Botucatu que estavam acompanhando a história e aí o pessoal que estavam acreditando neles e também que a gente também não tinha muito como sustentar mais o movimento depois de todo tempo, saímos dali como vitoriosos, porque estava tudo acertado, prometido, assinado que ia acontecer. Não aconteceu nada porque ele pois o dinheiro e depois congelou, colocou no orçamento e depois congelou. Então no ano seguinte, em julho, isso foi no meio do ano, pro final do ano. No ano seguinte, em julho, já não tinha mais dinheiro. Paramos de novo e foi uma Operação Denúncia. Aí a gente ia repetir a proposta de viagem de Botucatu até São Paulo, mas aí não fomos a pé, fomos de outra forma, dessa forma nós iríamos voltar para São Paulo para denunciar, passando por todas as cidades do percurso que nós fizemos na operação Andarilho, passando por todas as cidades, denunciando que o governo não tinha cumprido a promessa, que nós estamos voltando para São Paulo para brigar aqui. Mas não foi possível, porque nós nos organizamos na praça pra dormir e no dia seguinte sair. Aí baixou a repressão, destruiu as barracas e prendeu todo mundo. Fomos lá para a delegacia. Este é uma história que está contada no livro em que você vai contar aqui e você vai ter acesso ao livro. Está tudo bem documentado. Nós fizemos outras operações, por exemplo, na primeira fase da Operação Andarilho contra duas. Nós tivemos uma operação chamada Operação Telegrama e com a gente tentava contato com o governo, ele não dava resposta. Nós fizemos um manifesto e

íamos de casa em casa pedir o valor de um telegrama. Olha a situação da faculdade é essa nós estamos passando dificuldade, o Governo não está dando a verba e a gente quer mandar telegrama pra ele se você concorda com essa reivindicação, nos dê o valor correspondente a um telegrama que o governo quer, mas é um valor baixo para dar o telegrama. E a população colaborou. Isso foi muito bom para esses primeiros jovens que participaram disso, que se mostra que o movimento de base é fundamental para isso, de você poder mobilizar as pessoas e depois para a própria população que ficou sabendo do movimento que estava acontecendo e dizendo que nós iríamos voltar para São Paulo, para cá. Então não era uma coisa que a gente maluca que eu saí de lá e sai correndo da aula, saindo de lá tentando ganhar e esclarecer a população da cidade. Foi um sucesso total, tanto que nos deram todo o apoio, todo, todo o movimento. E essa Operação Telegrama era um telegrama para o governador e, de um dia para o outro aparecer lá 200, 500, 600 telegramas, 1000 telegramas. Entendeu! Aí a assessoria de imprensa dele foi lá falar: Camarada, olha, tem alguma coisa grave em Botucatu que está desse jeito aqui. Aí ele resolveu que ia resolver o problema e tal, mas enrolado não resolvia. Foi aí que deu a continuidade do movimento. Totalmente uma operação, como se fosse uma operação local com a população da cidade, de esclarecimento, politização e depois dar continuidade ao movimento.

O senhor sofreu algum tipo de perseguição política, tortura ou foi preso durante algum ato estudantil?

Eu não fui preso durante o ato. Fui preso e sequestrado, seguido pela polícia durante 30 anos, 40 anos. Eu fui preso, eu fui preso várias vezes, várias vezes e sem nenhuma explicação e sem nenhuma explicação. Eu fui preso, está lá no livro também, várias vezes e tem as datas, os processos e tudo mais. Mas o pior de tudo mesmo foi já quando eu era formado eu já tinha me formado já estava aqui em São Paulo, fazendo o segundo ano de residência de medicina preventiva que eu me formei, fiz um ano de medicina preventiva em Botucatu com a professora Cecília Vagalti, e aí ela concordou e achou que era positivo eu vim para São Paulo para fazer um segundo ano de residência com bolsa, fazendo o curso de saúde pública da Faculdade de Saúde Pública da USP. Certo, era uma coisa mais aprofundada na área de saúde pública. E foi o que eu estava fazendo aqui, quando eu fui sequestrado na minha casa de madrugada, fui para o DOI-CODI, fui torturado, foi pendurado pau de arara, e levei choque de todo jeito. Amarraram um fio elétrico no pênis, deram choque. Então foi uma coisa assim, absolutamente selvagem, coisa completamente doida e sem nenhuma explicação, queriam só saber os nomes das pessoas que atuaram comigo no Centro Acadêmico que era conhecido por todo mundo, era todo mundo conhecido, tinha a chapa, a chapa eleita. As pessoas estavam todas com vida legal. Ninguém, ninguém na clandestinidade, nada disso. Todo mundo trabalhando. É uma coisa de doido. É coisa que não dá pra entender muito bem. Bom, foi toda essa tortura. Eles confiavam, em certo sentido, da minha militância política clandestina. Eu também fiz a militância política clandestina dentro de uma dessas correntes políticas na época contra a ditadura. Mas eles não tinham nenhuma comprovação. Também tinha algumas delações de algumas outras pessoas que tinham sido presas dizendo que talvez eu também fizesse parte, porque isso ou aquilo, não tinha nenhuma coisa concreta, há não ser os processos, todos os processos, nós fomos absolvidos teve quatro, cinco processos, em todos eles, nós fomos absolvidos, essa da operação denúncia, por exemplo, ela gerou dois processos, um processo pela prisão das pessoas, que foi o padre Augusti, o Geraldo Nunes e o Norberto. O Norberto era um colega meu de turma perdeu um ano de faculdade por causa disso. Uma bobagem que foi na Praça do Repúdio, lá que foi o general Bandeira da pátria que encheu o saco lá para bem da pátria. Aí nós todos do seminário resolvemos denunciar a falta de verba na faculdade que a pátria, a pátria, tudo bem, mas não adianta falar da Pátria e não dá dinheiro estudar tempo para estudar. Bom, nessa panfletagem o Norberto foi preso lá na Praça

distribuindo panfleto foi preso e aí cumpriu pena, ficou seis meses, foi julgado e condenado há seis meses. E ele cumpriu pena seis meses no Hospital Tiradentes e perdeu um ano letivo. Se formou um ano depois da gente. Ele era da minha turma. Eu nunca fui preso nessas circunstâncias e a minha as minhas razões era absolutamente maluca. Por exemplo, o Frota resolveu brigar com o governo e falar que tinha um monte de comunista no serviço público. Ele botou o meu nome nesta lista. Meu nome estava na lista como se eu fosse um comunista no serviço público. Eu era assessor do secretário assessor do secretário estadual de Saúde, Walter Rezer. Aí teve um episódio até divertido, está relatado no livro. Num dado momento, um militar ligou para ele na secretaria e tinha lá um outro colega nosso, num despacho com o Rezer, era o Chester Galvão, que o médico sanitarista também estava lá discutindo com o secretário. O secretário atendeu o militar na frente do Chester, atendeu o telefone. Aí disse que ele escutou, escutou. Afinal, eu conheço muito bem o Pedro Dimitrov também, que estava em Capistrano. São médicos sanitaristas de carreira, concursados, trabalham aqui e o Pedro é meu assessor e conheço muito bem. É uma pessoa muito competente tecnicamente e se eles são comunistas. É a vida particular deles. Aqui não tem nenhum problema. Eu não vou mandar embora, não vou desligar essa pessoa do governo. E se por acaso o senhor tiver mais algum sanitaristas por aí, pode me indicar que aqui em São Paulo estão precisando muito de sanitaristas e passe bem e até logo. Desligou o telefone na cara do militar. Então os militares o tempo todo tentaram atrapalhar a minha vida, muito. Outra ocasião teve uma operação chamada Operação Tarrafa. Procura aí, você vai encontrar a Operação Tarrafa do Exército, eles criaram um processo e prender o máximo possível de pessoas suspeitas no Brasil inteiro. Prenderam gente adoidado, muita gente do Brasil inteiro. Era a briga da extrema direita com a direita no poder. Era briga do Geisel, com Frota. Eles brigavam entre eles lá e um queria provar que o outro estava errado. Então prenderam milhares de pessoas dizendo que eram todos comunistas. Aí de Botucatu fui preso eu, mais uma funcionária que era secretária, que era uma funcionária da Associação dos Funcionários e mais o Milton Flag também passou por esse pedaço. Aí fomos pra Campinas num quartel, ficamos uma semana, 15 dias. Veio um militar com gravador, fez uma entrevista, gravou e liberou a gente. Pelo menos comigo foi assim. Não sei como foi com o Milton, se tem mais detalhes, mas comigo foi assim, não me perguntou nada. Só me perguntou bobagem só bobagem. Gravou e pronto. Fui liberado. Sem processo, sem nada, sem saber porque fui preso. Depois é que eu fui ver na história que aquilo tinha sido chamado Operação Tarrafa, que prenderam muita gente. Junto comigo estavam, por exemplo, na mesma cela. Lá estavam dezenas de pessoas, mas estava, por exemplo, o advogado representante da OAB da região de Campinas. Ele é advogado, representando uma associação da defesa da Ordem dos Advogados. E estava preso lá, estava preso o presidente do Sindicato dos Tecelões, um senhor gordo bem divertido, super divertido, estava preso também, sem saber porquê. Então foi isso. Eu tive várias prisões, desse tipo, prender, soltar, ficar dois, três dias e soltar porque não tinha muita coisa. E os processos que eu tive foram fundamentalmente de processos ligados ao movimento estudantil em Botucatu. Todos eles, porque eu fui Vice-Presidente, fui secretário, vice presidente do órgão, acompanhei toda, todo o movimento e eles processaram a diretoria do Centro Acadêmico, então eu estava dentro desse processo. Uma coisa também foi a criatividade que eu escrevi no texto, uma criatividade maluca do nosso querido delegado Pará aí de Botucatu. Madureira Pará. Eu até peguei do processo um texto que ele me descreve, que ele fala a meu respeito. Fala de todo mundo e vai falar a meu respeito, um dos processos. E aí ele começa a dizer o seguinte que esse tal de Pedro Dimitrov provavelmente de origem balcânica, ele é um militante que é muito disfarçado. Ele não é violento, mas ele é articulador. Ele escreve os panfletos, inventou um monte de história, eu não escrevia panfleto coisa nenhuma, eu era outra coisa, eu fazia as atas eu era o secretário. Quem escrevia panfletos eram outras pessoas. Não vou falar quem era porque não interessa, mas eram outras pessoas. Ou seja, ele inventa, inventa um monte de

coisa a meu respeito. É um folclore. Você vê aquilo e pensa como é possível que uma pessoa de nível superior, delegado de polícia do DOPS, um delegado de polícia importante, regional, tem uma cabeça daquele tamanho como um alfinete, entendeu? De inventar a história, de tirar a história não sei de onde. Não tinha nada a ver. Eu transcrevi o texto todo que ele escreveu para ficar claro. Só que este texto escrito deste jeito gera para mim uma dificuldade muito grande, porque isso vai para os órgãos de segurança. Daí a Marinha, aeronáutica, SMI. Todo mundo fica me seguindo, todo mundo fica me seguindo, 30 anos. Tudo que eu fiz, fui fazer palestra lá no Paraná, em uma cidade lá no fundo do Paraná, lá na faculdade, me convidaram. Eu fui lá discutir saúde pública, tem lá todo relatório das pessoas que estavam lá, tinha vários comunistas. Pedro Dimitrov, Nelson Rodrigues dos Santos, você entendeu? Então é isso, é ficar o tempo todo me seguindo. Depois que teve a abertura dos arquivos, eu pedi os meus arquivos, fui lá que peguei, no DOPS durante o tempo Arquivo Nacional do Arquivo Nacional. Eles falaram, olha, você quer impresso ou de CD? Eu quero tudo o que tiver aí pode fazer xerox que eu pago. Tem que pagar uma taxa eu pago, com uma taxa. Veio mais de duas mil folhas, duas mil folhas de relatórios, relatórios desde da época do estudante. Isso falo pra você da minha participação até 1990 e pouco. A ditadura acabou 85. Em 90 e poucos estavam perseguindo. Aí porque eu fui, eu sou mestre e doutor em saúde pública, professor de administração e gestão. Eu fui assessor de secretário durante dez anos, secretário adjunto durante seis anos. Então eu tenho experiência nisso. Eu sou fundador do PT, eu fui fundador do PT, eu participei da fundação do PT, representando o Setor Saúde, um dos representantes do setor de saúde, e aí, na sequência, teve todo o movimento do PT. Fomos para o PT, organizar o PT como fundador. E quando o Lula perdeu a eleição, em 1998, ele montou um negócio chamado Governo Paralelo, de 1990 por aí, o Governo Paralelo. Eu era um dos representantes do setor saúde do Governo Paralelo, então eu estava lá dentro do sistema, acompanhando quem eram as pessoas que eram da assessoria do governo paralelo do Lula, acompanhava tudo. No entanto está lá meu nome, então é uma coisa maluca, coisa maluca. Quantas horas de trabalho de servidores públicos que são os policiais que poderiam estar trabalhando em coisas decentes, perderam em fazer essas bobagens. Quanto dinheiro jogado fora! Ele sabia o que era, sabia o que era casado, que eu fui assessor de secretário, secretário adjunto. Pô, eu tenho família, tenho três filhos, tem casa, tem endereço, tem tudo. Pra quê perder tempo comigo nas palestras que eu faço? O que eu fiz? Pra que perder tempo para saber que eu era do governo paralelo? O que acrescenta isso?

Quais as dificuldades que o senhor encontrou na militância do movimento estudantil?

Olha, eu entendo a dificuldade, essa história da polícia, de repressão, mas nós não tínhamos nenhuma dificuldade com esses normais de conflitos com a própria instituição, com a própria faculdade. De repente, tinha professor que criava um problema um ou outro, então. Mas era coisa muito típica que de uma universidade, isso sempre e sempre, sempre acontece. O aluno que quer muito provocador, o professor quer muito, eventualmente muito dono do nariz, acha que sabe tudo, coisa do gênero, mas nunca teve nenhuma dificuldade, muito pelo contrário. Eu acho que do ponto de vista de formação acadêmica, nós fomos privilegiados. Somos privilegiados. O corpo docente de Botucatu. Era uma coisa assim incrível. Tanto é que é assim que a faculdade cresceu e virou uma grande faculdade, né! Pessoal muito competente e do fora ali. Fora isso, nunca criaram dificuldades que nós tínhamos uma certa articulação política com um certo grupo que criou um grupo maior. E aí nós temos o teatro que a gente fazia, tem Schmitt, que mora aí para entrevistar o Schmitt mais facilmente. E ele era do teatro. Ele conduzia uma série de teatro, ajudava muito para as pessoas. Tinha o CAPS, o Centro Acadêmico Nosso Pirajá da Silva era o centro de encontro da PUC, dos jovens da cidade, da cidade, dos jovens, da cidade. A gente tinha um salão de baile lá, Mocó a gente chama de Mocó. Que era uma integração total entre nós, alunos e a juventude da cidade que eles não

tinham pra onde ir, iam para o Mocó, dançar, conversar, tomar cerveja. Então eu pessoalmente não senti nenhuma dificuldade, não tinha nenhuma dificuldade nem com o pessoal da cidade, nem com o pessoal da própria faculdade. Tanto que fomos eleitos várias vezes. Com essa história do movimento de base com Paulo Freire, com o movimento de base tanto de alfabetização, como condução de reunião, condução dos trabalhos políticos, a gente conseguiu ter sempre um grupo muito grande de apoio público muito grande. Tinha, obviamente uma célula, uma célula de organização clandestina, que fazia uma discussão mais política, mais profunda, para poder saber pra onde caminhar. Era da ação popular. Não é nenhuma novidade que é uma continuidade da JUC, entendeu basicamente era uma JUC clandestina. Depois do Ato de 68, depois do AI-5 que caçou todo mundo, fechou a ONG, caçou o pessoal percebeu que não tinha muita escolha, o pessoal percebeu que a luta agora tinha que ser de outra forma, clandestina, não tinha outro jeito. Foi aí que a coisa, a AP foi fundada pouco antes, mas já era por causa disso, por causa da repressão. Na época, não era nem tanto da direita, dos militares, mas já era repressão interna da Igreja. E a própria Igreja conservadora estava segurando as rédeas da JUC, limitando suas propriedades de trabalho e de reflexão política. E aí uma parcela dessa, dessa turma e mais outros políticos de outras origens, acabaram fundando a JUC, a AP que você conhece, a Ação popular e a partir daí essa ação popular em Botucatu, sempre deu a condução. Nenhum outro, nenhuma outra organização política conseguiu se organizar em Botucatu. Assim, no caso dos estudantes na cidade, era uma outra coisa tinha os ferroviários, que outro tipo de luta também. Mas na faculdade, a ação popular, ela era ela que estava lá desde o início com os alunos que começaram da primeira turma, eu sou da quarta turma, e ela durou mais um bom tempo até sei lá! Que eu me lembre até, sei lá, oitava turma, ainda era gente da Ação Popular que dava direção ao Centro acadêmico. Se não estava na presidência, estava na diretoria e estava sempre junto. Então houve várias tentativas. Isso tinha até dentro da faculdade. Também tinha algumas pessoas conservadoras. O Armando Ramos, que é um, foi e foi diretor da faculdade, camarada que é importante lá. Ele era de extrema direita, tanto que em uma das vezes em fui preso. Foi essa vez que eu fui para Campinas, eu também vou relatar isso. Eu estava no hospital lá cuidando do doente. Chega o Bedel, que é super amigo nosso, e disse: Olha o diretor, o vice diretor quer falar com você. Na época, o vice diretor estava como diretor por alguma razão, como era de centro acadêmico, eu pensei, bom eu sempre tratei com os diretores da faculdade as questões que iriam ser tratadas. Acabei de examinar o paciente lá e fui para a diretoria. Quando eu abri a porta, eu me apresentei lá, a secretária na antessala, pegou interfone e avisou o diretor: Olha, o Dr. Pedro já está aqui. Aí ele abriu a porta, olhou pra minha cara, olhou pra minha cara e disse é esse mesmo pode levar. Os militares paisanos que estava sentado na poltrona, levantaram me pegaram e levaram embora para Campinas, me sequestraram. Então, pra dizer que turma da direita, tem em todo lugar. Então todo lugar. Isso para mim isso não é estranho isso. Eu acho que é razoável isso é normal que as pessoas pensem de forma diferente, têm direito de pensar de forma diferente. Agora, agir dessa forma, quer dizer saber que estamos em ditadura, saber que os caras são da turma da tortura. Você chamar uma pessoa que está atendendo um paciente pra entregar para essas pessoas, aí passa um pouco no limite, aí já é, já é uma coisa de maldade mesmo, uma coisa fora de propósito, que esse camarada parece que morreu vendendo bíblia, entendeu? Você pode pesquisar isso para saber o que aconteceu com ele. Vale a pena pesquisar, porque esse camarada aprontou tanto na vida privada dele de todo jeito que a fofoca que me contaram como uma piada que uma vez ele falou com um aluno assim, que estava ensinando alguma coisa pro aluno e o aluno não estava pegando bem aí ele falou assim como é que é teu nome mesmo? Fulano de tal. É bom eu saber porque quando eu ficar doente, esse cara eu nunca quero ver na frente, que você não vai ser um bom médico, nessa linha. Bom, como castigo ele morreu parece que na

Avenida Paulista sem nenhum atendimento de infarto, vendendo bíblia, coisa do gênero. Então o cara ficou pirado no final da vida, mas seria bom contar a história dele, seria bom.

Como foi o entrelaçamento da crise do Clero de Botucatu e da crise estudantil? A crise do Clero influenciou de alguma forma a crise estudantil?

Não, a princípio não. O contrário foi concomitante. Um dos momentos da nossa greve, na operação Denúncia, foi concomitante. Tanto que nós ficamos no seminário, entendeu? Como não tinha nenhuma dificuldade. Uma parcela significativa da Igreja estava conosco, estava ajudando a gente. Então, como falei, gente da direita, dono de restaurante, tem em todo lugar, até na Igreja, então era normal, mas a maioria estava conosco, a maioria estava conosco, tanto que facilitaram a vida, nós ficamos hospedado no seminário por muito tempo e sempre fomos bem recebidos e bem tratado e não tínhamos nenhuma dificuldade. Agora a crise era concomitante, teve até algumas situações importantes. Uma época que estava lá em o bispo de Apucarana, Dom Romeu, estava lá em Botucatu, o Dom Romeu e um grupo de alunos que estavam lá no bairro fazendo uma panfletagem ou coisa deste tipo. A polícia cercou e queria prender todo mundo. Eles correram para dentro da Igreja e aí ficou aquela coisa; polícia entra na Igreja, não entra. Aí avisaram o Dom Romeu, ele foi lá e mandou os guardas sair fora que ele iria levar aquela turma que aquela turma eram os seus fiéis. Botou na Kombi e tirou todo mundo de lá, deu umas três ou quatro viagens. Levou todo mundo para dentro do seminário, tá certo! Então a Igreja teve gente muito, muito positiva, muito, muito cordata conosco, que sabia que nós estamos lutando por uma coisa boa, estávamos lutando pela faculdade.

Na Operação Andarilho a Igreja apoiou? Teve algum padre que participou?

Olhe, participar andando junto, não, que eu me lembre, agora que apoiou, apoiou! Todos os padres, ajudavam fazer coleta de alimentos para mandar para a gente no caminho. Então nós fizemos várias paradas. Tinha cozinha ambulante que saía cedo, ia para lá na frente para fazer a refeição pra gente, onde andando chegava lá, já estava com refeição pronta. Então teve muita ajuda da Igreja. A Igreja foi um lugar de coleta atendimento para o Operação Andarilho.

Como que foi a repressão policial aos estudantes e por que eles se refugiaram no seminário?

Então foi exatamente isso que eu falei para você. Foi da operação Denúncia. Quando nós dissemos que íamos voltar para São Paulo para fazer a denúncia, talvez nós já estávamos lá em 68, que era quase no finalzinho, aquela coisa a parte mais quente, e aí, aí nós acabamos na praça. A polícia veio e cercou a praça, com os caminhões grandes, aqueles caminhões enormes da Polícia Militar com militares do Pelotão do Choque. Eu acordei, estava dormindo na barraca, acordei com os caras derrubando tudo. Aí ficamos todos, todos encurralados na praça pela polícia. Aí resolveram prender o Cover, prenderam algumas pessoas lá, aí resolveram que a gente iria fazer alguma coisa e que não aceitar e voltar para praça, não tinha para onde ir, então vamos para a delegacia, todo mundo para a delegacia, delegacia. Na Delegacia tinha umas 200 pessoas, 300 pessoas. Vai fazer o quê com esse povo? Não tem cela para esse povo. Aí foi feito uma pressão enorme, o pessoal lá falou não saímos daqui enquanto não soltar o Cover, aí foi uma negociação, foi feita lá e aí tinha já um certo acerto que no aperto desse a gente iria para o seminário, para o seminário e saindo da delegacia fomos para o seminário, ficamos no seminário o tempo todo. Então a Igreja ajudou muito a gente. A repressão não chegou lá em Botucatu, não chegou a ter tortura, era só a violência desse tipo de desmontar barraca de fazer isto, ou aquilo. Aí teve violência quando nós estivemos presos. Eu estava num seminário, teve violência na polícia, mas aí foi de invadir o nosso Campo acadêmico. Nós tínhamos uma sala no Centro Acadêmico e um Mercado, que

era uma sala segura, histórica, e lá era a nossa, nossa sala, nossa sala administrativa do Centro Acadêmico. Nós tínhamos uma outra sede grande, que era o Copol, que era sede social e tinha essa sala, sala administrativa. Tinha lá o arquivo, tinha o mimeógrafo, tinha todas essas coisas. A polícia foi lá e apreendeu tudo, recolheu tudo, os arquivos, mimeógrafo. E aí a polícia imprimia panfletos contra a gente com o nosso mimeógrafo. A gente conhecia o mimeógrafo, porque tinha um defeito na impressão. Então eles imprimiam coisas com nosso mimeógrafo, a própria polícia, nunca mais devolveram, nunca devolveram. Então a repressão vamos dizer assim, lá em Botucatu, não teve tipo tortura, como teve no DOICODI, mas teve esse tipo de pressão. E uma das coisas que o que o besta do Pará escreve e diz o seguinte que Pedro Dimitrov não poderia ignorar que tinha 50 números do jornal da UNE no arquivo, 50 cópias, exatamente as 50 cópias, porque eu tinha prendido esses jornais que veio de São Paulo para distribuir e nós não distribuimos, não distribuimos porque a gente não queria naquele momento, colocar a politização fora. Nós queríamos resolver o problema de Botucatu. Nós queremos resolver as coisas de Botucatu. É um movimento apolítico, é um movimento reivindicatório de qualificação da faculdade, certo! Então ele pegou os jornais achando que eu estava não era responsável pelo arquivo, necessariamente saberia da existência desses jornais, então eu estava fazendo a discussão política com esses jornais, o que não era verdade. Eles estavam lá, exatamente pelo contrário. Então eles não tinham nem percepção de que movimento que nós fazíamos. Ele tinha a cabeça, a cabeça maluca de ditador, de torturador, de coisas do gênero.

Por que o padre Augusti foi preso? Como foi isso? E qual é a influência que teve a política local na perseguição aos estudantes na prisão do padre Augusti?

Ah, isso é difícil de responder, que eu sei de outras vias, que você também deve saber de outras vias. O que eu sei que ele fez uma missa lá para as Marcelinas, sei lá eu onde foi a missa que tinha rezado e ele saiu. Ao sair ele foi preso e foi preso e foi levado. Agora ele foi preso porque eles queriam prender gente. Queria prender alguém dizendo que estava agitando os estudantes que precisavam achar algum responsável pela agitação em Botucatu. Então o Geraldo Nunes também foi preso, o Norberto foi preso. Então prenderam lá três, quatro pessoas para tentar então, na minha leitura, para dar uma justificativa pros seus superiores do que estava ocorrendo lá, entendeu? Por aí! Eu não vejo muito a influência nossa na crise dos padres, nem a crise dos padres, na nossa influência. Com crise ou sem crise, os padres sempre nos ajudaram, antes da crise, já ajudaram bastante. Já participavam. O Padre August que fazíamos o movimento, era a Teologia da Libertação e o que nós fazíamos lá, como uma retribuição à população de Botucatu por nos receber era fazer alfabetização de adultos, era ajudar a construir casa para os desabrigados, coisa desse tipo. Então, nós fazíamos um movimento de base popular junto com a Igreja. Isso aí nós fizemos junto com o padre August.

Os panfletos anônimos eram jogados pela cidade, nas casas, falando contra o padre Augusti e contra os estudantes. Isso é real? Exerceu alguma influência no povo?

Isso é real e foi escrito pela polícia com o nosso mimeógrafo. Ai neles dizia o seguinte: Os resultados do que os padres estão propondo com esses jovens presos no seminário, nós vamos ver daqui nove meses quantas crianças vão nascer. Esse era o discurso deles, distribuídos à população. Agora, o quanto isso refletiu para a população, eu não tenho a mínima ideia e não consigo avaliar porque a população conhecia o nosso movimento, conhecia o nosso trabalho, gente, conhecia o nosso trabalho de base também. Então, acho que deve ter influenciado quem já era de direita, deve ter reforçado a visão de direita que o sujeito já tinha.

Agora com relação ao tempo de prisão no padre Augusti. O senhor tem alguma coisa para falar? Como foi, quanto tempo, se ele foi torturado? O senhor chegou a saber sobre isso ou conversou com ele sobre isso?

Eu conversei com ele, eu fui lá em Guaimbê. Que era uma experiência interessante de cura, era um tipo, de spa, mas que fazia um movimento muito sério de cura. E eu fui lá acompanhar, conversar com ele. Tinha umas ideias meio malucas de formas de cura, mas que dava resultado, dava um resultado. Que na verdade, nada mais era do que você refletir sobre a vida e reconstruir a vida, era isso. Você ficava lá uma semana, quinze dias, comendo, dormindo, era forçado a pensar sobre a vida, sobre o que fez e o que quer fazer da vida. Você sara de uma doença, isso é normal. Normal não, isso é aceitável, isso é possível. Mas o que eu conversei com ele, com ele, foi da tortura que ele sofreu. Da dor que ele sofreu. E do tempo que ele passou na prisão, mas na prisão, acho que ele nem sofrendo tanto, porque na verdade ele estava com uma série de militante de esquerda, fazendo discussão política, fazendo um debate, tal. Uma história que contam dele e eu acho que é verdade é que tinha a televisão na prisão e aí muita gente ficava vendo televisão, e não participava dos debates, parece que ele andava escondendo, roubava a válvula da televisão, por dentro tirava alguma peça e escondia, para a turma não poder assistir televisão e para participar do debate. Esse é um folclore que contam dele.

Ele nunca falou sobre o tipo de tortura que ele sofreu?

Não, mas só de pensar no que eu passei, eu imagino que ele passou por algo parecido, então não tem o que falar, só sofreu torturas, sofreu, pronto e acabou.

Quando o senhor percebeu que o movimento estudantil estava perdendo forças na luta contra o regime militar?

Bem, não é que percebeu o AI-5 que o que se tem várias medidas com o AI-5, infelizmente em Botucatu, a reitoria, a faculdade, as pessoas eram muito, muito cordatas e muito de esquerda para a época, muito de esquerda, não é que eram filiados a nenhum partido de esquerda. Mas eles eram humanistas e eram pessoas sérias, pessoas decentes. Então eles não utilizaram esses instrumentos de repressão não utilizaram. Ah não ser o Armando Campo, teve outros episódios que ele fez também. Teve uma época, depois que eu já saí de lá, alguns anos depois, está no meu livro depois você pode ler, parece ser interessante. O Alexandre Lemes, O Alexandre Lemes foi do Centro Acadêmico sete, oito anos depois da minha gestão lá, e ele conta uma história que teve um momento que o diretor da faculdade cancelou a refeição dos residentes que moravam na faculdade. só podia comer lá, não eram nem residentes, eram os sextanistas, e só poderia comer lá se estivessem de plantão. Eles moravam na faculdade, só podia comer na faculdade se estivesse de plantão. Se não estivesse de plantão, tinham que comer na cidade. Era absurdo isso. O pessoal fez uma greve dos residentes sobre isso. Ele não teve dúvida, chamou o DOPS para enquadrar os estudantes e inclusive o DOPS veio nas famílias que estavam em São Paulo. Perguntavam onde você mora, como é que é. Aí vinham aqui reclamar com a família: Olha seu filho está fazendo greve. Se for desse jeito, vai ser preso. Sabe! Que dizer para a família fazer pressão sobre o estudante, isso teve lá dentro da faculdade com este camarada aí que acabou a vida do jeito que merecia.

A participação no movimento estudantil. Foi importante para a formação universitária e para a vida do senhor?

Não só para mim, como para todo mundo. A participação em qualquer movimento democrático em que haja respeito pela participação das pessoas é importante para a vida de formação e formação, formação de vida, formação de relacionamento. A minha, a minha

capacidade de gestor na área pública. Ela foi construída lá em Botucatu para fazer gestão de um centro acadêmico com quatro cursos e representante de classe, e cada classe tem um representante que era do Conselho de Representantes e a gente conseguiu administrar todos os conflitos e aceitar as diferenças e as diferenças e apoiar aquelas que são decentes e caminham no mesmo sentido, mesmo vindo da extrema direita e tudo mais. Quer dizer, é uma habilidade que a gente aprende, a habilidade, a habilidade de ouvir, principalmente o ouvir muito, ouvir muito, para poder tirar um caminho que seja adequado para a maioria. E aí você sempre consegue ter a maioria. É isso, essa habilidade só ocorre com participação, não é com discurso, é fazendo, fazendo. Quem faz isso aprende, quem não faz, fica sabendo, depois quando for fazer não faz direito.

Em alguns lugares a gente percebeu que o movimento estudantil ele acaba respondendo a violência da polícia com violência também. Em Botucatu isso não aconteceu de forma nenhuma, sempre foi muito pacífico. O senho acha que pode ter sido também pela presença da Igreja junto com vocês, do padre, essa forma bem pacífica?

Eu acho que não, acho que não, veja, nada é absoluto. Obvio que umas pessoas mais praticantes da Igreja que frequentava mais a Igreja sofreram influência, isso não tem nenhuma dúvida. Mas a violência nos termos pacíficos é porque nós éramos de uma corrente política que não pregava a luta armada naquele momento a ação popular não pregava luta armada, ela pregava o crescimento da população e a formação política. Então a gente lá não tinha nenhuma, nenhuma rede, não havia em Botucatu nenhum peso político com as correntes políticas que foram para a clandestinidade fazer a luta armada, então com o fechamento total, se acabou dividindo as forças políticas em dois grandes blocos. Isso é só pra raciocínio. Um bloco que achava e que participava para a luta armada imediatamente contra a repressão e outro bloco que achava que não, que não, e se fizesse isso, ia perder, porque não tinha as armas, primeiro que não tinha as armas não tinha as pessoas preparadas para essa luta. Então a luta era muito mais de conscientização política, de trabalho político do que de luta desse tipo de enfrentamento. Quanto menos enfrentamento tiver com a polícia, melhor, porque você pode continuar trabalhando mais adequadamente. Esse era o raciocínio lá.

ENTREVISTA COM DRA. TEREZINHA CATELLI INFANTOSI VANNUCCHI

Data Nascimento: 19 de dezembro de 1945

Local: São Paulo / SP

Formação: Medicina

Situação Atual: Clínica médica e nefrologia

Local: Ribeirão Preto / SP

Data da Entrevista: 30 de julho de 2023

Local: Ribeirão Preto / SP

Forma: Gravação de voz

Qual era o cenário político na cidade de Botucatu, quando a senhora estudou lá, na década de 60?

Olha, era neutro. Nós não tínhamos um movimento de esquerda e não era também um movimento de direita absoluto. Então era pra cumprir tabela, a Prefeitura. Assim, eu via, o que tinha de abertura maior, seriam os estudantes, tanto secundários que o movimento secundarista lá era bom, como o universitário e em Quadros, que foi uma das uma das figuras emblemática foi o Padre Augusti, mas outros padres. Teve até uma briga por causa de uma indicação de um bispo lá e a gente tomou partido, claro. E por incrível que pareça, quando eu vim aqui para Ribeirão, depois de muito tempo, ele entrou em insuficiência renal e eu que eu tive que cuidar dele, o Dom Romeu Alberti.

A senhora chegou lá em Botucatu a atuar na Juventude Universitária Católica?

Não, não, não, não. Eu não fui atuante. Eu fui muito amiga do Padre August, amiga mesmo, e eu respeitava a JUC, mas não, não atuava. Agora grande parte da diretoria do Centro, naquela época era o centro acadêmico mesmo. Foi o único centro acadêmico que se manteve como centro acadêmico. Nós não modificamos para diretório acadêmico e conservamos com toda a formação tudo e isso nos causou alguns problemas. O fato de não ter mudado para o diretório acadêmico porque o governo dava um tanto de dinheiro que eu nem lembro quanto era e nós não recebíamos. Nós tínhamos que nos manter com o que o que a gente, a gente tinha mesmo.

Como era a pessoa do padre Augusti?

Ele era emblemático. Ele não tinha medo de nada absolutamente de nada. Era um visionário, pensava sempre o melhor, sempre o melhor. Aí, nas missas do padre Augusti, eu até ia eu, a minha mãe tinha uma ligação grande com a Igreja Católica, mas quando eu fui para Botucatu eu perdi isso. Bem, eu perdi minha mãe antes de entrar em Botucatu, eu era nova, eu tinha 17 anos quando ela morreu. Mas ela era muito amiga do padre de lá e o padre ia e conversava, tudo era um padre jovem. Eu não consigo lembrar o nome dele, mas era um padre jovem. Então eu tive essa ligação com a Igreja Católica e respeitava porque a minha mãe era católica, meu pai era católico, ele também é falecido e eu ia nas procissões, todas essas coisas, mas depois, quando eu fui, eu deixei de ser católica praticante. Então eu ia em algumas situações na Igreja em Botucatu, com o padre August, e ele foi uma pessoa assim, que independente de ser padre, ele foi uma pessoa muito forte na formação dos estudantes daquela época. Até para quem não era praticante, como eu, por exemplo, respeitava e, eu sei que um dos movimentos da tortura dele, ele foi torturado, bem, prendia, era torturado, perguntavam de mim, mas eu não era nada porque eu era a mulher e mulher naquela época era dona de casa.

E como que era a atuação do padre Augusti, junto aos universitários em Botucatu?

Ele tinha, que eu lembre, ele tinha uma missa que ele fazia que era para os universitários. Eu de vez em quando até ia nessa missa, mas muito de vez em quando não era uma pessoa assim frequente na missa. Eu ia porque eu gostava de ver ele falar e por causa do engajamento com os com os estudantes, ele era um visionário. Depois, depois da prisão, tudo. Ele ainda me mandou o livro dele. Ele me mandou um tipo de uma apostila, onde ele contou muita coisa, quando ele fez uma comunidade, ele fez uma comunidade que ele ensinava dieta, tinha dieta e tinha receitas. Ele me mandou essa documentação. Daí eu já estava aqui em Ribeirão, porque como eu fui caçada, eu fazia medicina social e preventiva. E eu fui caçada pela ditadura, eles arrumaram um jeito para eu poder fazer a minha, a minha atuação. eu tive que largar o sobrenome Infantsi e botei só o sobrenome Vanucchi. E daí eu fui processada por falsidade ideológica, porque eu tinha mudado o nome. então eu não conseguia tirar nem carteira de motorista, que naquela época eu precisava de atestado de antecedentes então, eu tinha vindo para cá, aí ele descobriu o meu endereço e mandou o livro de receitas. Ele tinha uma, eu não sei como é que chamaria isso, talvez até o senhor saiba, era uma comunidade que ele oferecia uma orientação nutricional, fora a orientação eclesial.

E a população de Botucatu como via esse trabalho do Padre Augusti com os estudantes?

Olha, eles não criticavam, claro, crítica tem sempre, falar absurdos é próprio do ser humano. Mas a grande maioria aceitava esse posicionamento dele, aceitava com respeito, porque quando nós fomos, a gente já sabia que a gente ia para o seminário, nós fomos para o seminário, Então, aí não foi só ele que me ajudou, foram os outros padres também que ajudaram, porque eles estavam numa situação que tinha um bispo, a minha cabeça agora falha, que eles não aceitavam os padres, esses padres não aceitavam esse bispo, Dom Zioni, e a gente, a gente assumiu isso também, né! A população de Botucatu respeitava, respeitava os estudantes e respeitava o Clero.

E a senhora lembra o nome de algum padre que trabalhava com o padre Augusti? Ou não?

Ah, eu lembro da fisionomia dele. O padre Getúlio eu lembro e tinha um padre, inclusive, que fez um restaurante, o Padre Beraldo. Ele tinha o restaurante até quando eu casei, nós fomos, nós fizemos almoço, porque eu casei primeiro no cartório para poder usar o sobrenome. Aí nós fomos no restaurante dele, com a família e os estudantes. Como é que a gente chamava esse restaurante de restaurante do padre? Mas ela tinha o nome, não era o restaurante do padre. A gente, como estudante, falava: “Vocês vão lá, ah vamos comer no restaurante do padre”. Era Ipê. E no tempo todo que nós ficamos lá no seminário, eles deram dois dormitórios, eu nem sei porque tinha dois dormitórios, porque não tinha freiras, mas eles tinham dois dormitórios, então um dos dormitórios ficou o do sexo masculino e o outro para o sexo feminino e a parte de alimentação, eles cederam a cozinha, eles comiam e faziam uma cozinha deles, os padres. E a gente fez um comitê de cozinha, claro que eram as mulheres que cozinhas, eu não porque eu era da direção e eu ficava dia em reunião. Na saída do seminário, tinha um caminho que a polícia não sabia, e a gente saía por esse caminho. Eu pulava uma cerca e ia num caminhezinho. Íamos e os outros estudantes, o pessoal que fazia a nossa segurança. Até nesse livro está escrito. era o pessoal da agronomia. Eles eram tudo grandão, andavam de bota, tudo. Acontece que eles tinham um carro pequeno e todo mundo tinha vaga. Ninguém tinha outro carro e outro carro era mais caro. Então eu ia com eles mais eu deitava no banco de trás, ia até a faculdade, fazia o que eu precisava fazer e voltava. Durante o dia a gente saía, não eu, porque eu se fosse presa estava perdida. Mas os estudantes saíam e faziam pequenos comitês de entrega de material. Os padres nunca fizeram restrição, nem a forma, nem ao conteúdo. Eles nos deram liberdade para trabalhar do jeito que a gente achasse correto.

Agora, a população de Botucatu como que ela via os estudantes da Faculdade de Medicina?

Depende, tinha. Nós tivemos vários apoios, por que a gente chegou a fazer antes do movimento estudantil, nós chegamos a fazer até vacinação, porque a vacinação naquela época não era um trabalho do governo, entendeu. Então a gente assumiu isso, porque a nossa formação foi numa medicina social e a gente dividia o centro acadêmico dividiu em vários setores e eu fui uma que fui fazer a vacinação numa Zona de Meretriz, tinha uma zona de meretriz e nós fomos divididos em toda a cidade para fazer a vacinação das crianças. E eu fui na zona de meretriz, porque eu fui sorteada para ir na zona de meretriz. Nós éramos muito bem recebidos, muito bem recebidos. A própria Delegacia de polícia tinha um delegado que era, era um pouco mais aberto. Eu não lembro o nome dele, mas era um pouco mais aberto. E tinha os outros, claro, que eram os terríveis. Era o Madureira Pará.

O que foi, como e por quê começou a crise estudantil de Botucatu?

A crise estudantil começou na Operação Andarilho, que era por verbas, prometia não chegava, prometia não chegava. Até então, não tinha hospital, tinha um esqueleto do hospital. Era no hospital, de tuberculoso para tuberculoso, que quando a tuberculose foi erradicada, toda aquela estrutura, eram três hospitais que tinha no Estado de São Paulo. As três, e Botucatu era um deles, porque se tinha uma realidade do bacilo de tuberculose que ele não suportava, o oxigênio e não suportava, portanto, em áreas altas e frias, ele não sobreviveria. Então foi encontrado três áreas altas e frias e construídos esses hospitais. Depois foi reformado tudo para ser um hospital-escola, mas quem conseguiu foi um prefeito de lá de transformar esse esqueleto de hospital de tuberculose num hospital-escola e daí na parte básica, tudo bem, é fácil. Tinha dois anfiteatros, dois o A e o B tinha dois anfiteatros e tinha os solários, os solários, porque era um hospital de tuberculose, tinha que ter solário. Então os solários foram transformados em mini anfiteatros, onde a gente tinha aula de grupo. Então a aula hoje é no solário, tal era de Parazinho, por exemplo, a aula hoje no outro solário e assim ia, mas não tinha, não tinha hospital. Aí nós quando houve a primeira turma que precisava começar com o hospital, foi para dois lugares para Santos e para São Paulo, que não for a minha turma, não foi a minha turma e é nesse em Santos e São Paulo, eles fizeram toda a parte prática. A minha turma ainda fez psiquiatria em São Paulo, fez Pronto-Socorro em São Paulo e fez ginecologia obstetrícia em São Paulo. Então, terminava, tudo em São Paulo. As reivindicações eram por verbas para montar o hospital-escola. É, para montar um hospital-escola, os professores, tudo. E veio muita gente da USP de São Paulo e veio também da Paulista, da Paulista não veio ninguém, era da USP, de São Paulo, foi mais a USP, São Paulo. E isso tudo tá escrito de uma forma evolutiva nesse livro. Então eu acho que vai ser interessante mesmo o senhor ir pra ver, porque, não vão ser todos que vão estar lá nesse lançamento em São Paulo. Mas grande parte vai estar lá do pessoal que mora em São Paulo. Nós vamos, eu e o Hélio vamos porque nós temos filha em São Paulo, e depois vamos em Botucatu também. E quem se deteve mais na explicação da Operação Andarilho, né, foi o Schimidt. O Schimidt tem um livro sobre a Operação Andarilho específico. Quando for lá, pode entrar em contato com ele também e ver se ele tem ainda algum da edição e se ele pode lhe dar. Aí ele explicou tudo direitinho. Todos nós acabamos escrevendo sobre a Operação Andarilho. Eu escrevi e todo mundo escreveu. Aí a gente vai ver uma, uma visão, o início de uma visão política do movimento estudantil. E essa visão, ela se intensifica até chegar a uma operação chamada Operação Denúncia, que foi essa que nós recebemos ajuda no seminário, porque nós estávamos acampados no bosque, mas a gente sabia que a polícia ia vir, mas era isso que a gente queria. Porque a gente não ia poder ficar no bosque muito tempo. O bosque é uma praça pública de Botucatu, então a gente teria que sair de lá e ir para um lugar onde a

gente pudesse dormir, cozinhar, fazer todas as coisas. Não era só sair para a passeata. Então a gente sabia que ia cair.

E quais foram os atos estudantis que a senhora participou e quais foram os mais impactantes?

O mais impactante foi realmente a operação Denúncia, porque foi o início do início do recrudescimento da ditadura. Então foi quando a esse recrudescimento tornou muito, separou muito a direita e a esquerda e a gente não falavam que era de esquerda, mas era tido como, inclusive eles falaram que nós éramos terroristas. E depois teve a morte do Edson Souto, que foi um estudante do Rio que foi assassinado e daí a gente saiu em passeata, tudo aí. Daí o movimento estudantil separou um pouco o pessoal de que tinha uma visão mais aberta e o pessoal que tinha uma visão mais fechada, principalmente no bolso.

Inclusive teve um estudante baleado em Botucatu.

Teve. Mas esse estudante não foi baleado no movimento estudantil. Ele foi baleado e era da agronomia. Mas ele, ele não era participante do movimento estudantil. Ele ficou participante porque na hora que ele, no momento que ele foi para a Santa Casa e nós fizemos uma campanha até para doar sangue e quem foi, foram os estudantes que tinham uma visão humana da coisa que não interessava quem era. Ele estava precisando de sangue. A gente foi doar. Eu cheguei a passar uma noite lá de acompanhante, porque o pai e a mãe não aguentaram. Ele ficou paraplégico e a gente se ofereceu o centro acadêmico, foi lá e eu, eu posso passar a noite, não como médica, porque eu fazia acho que o quarto ano de medicina não tinha condições, mas como acompanhante, fazendo a vez de uma irmã.

A senhora sofreu alguma perseguição política, tortura, foi presa, alguma coisa?

Não, não, não. Eles ameaçaram de me prender. Isso está no livro também. Mas eu estava grávida. Eu estava grávida da Andreia, ela nasceu em fevereiro. Isso daí eu fazia a casa maternal. Eu expliquei direitinho no livro como é que foi. O Hédio e o Schimidt. O Pedro Dimitrov, que era sempre preso porque tinha esse sobrenome Dimitrov ele tinha sido preso. Aí, eu tinha ido para São Paulo para começar o estágio, na Casa maternal. Daí o Hédio e o Schimidt, que é esse que escreveu da operação Andarilho foram, voltaram para São Paulo para avisar que eles iam me prender. E eles já estavam com o endereço. Mas, o meu pai me salvou. O meu pai era uma pessoa, está no livro é até interessante. Ele era uma pessoa, era uma pessoa extremamente pura. Era um cara alegre, um cara de bem com a vida. Aí ele falou assim. “Olha, eu sinto muito, mas vocês não vão falar com ela porque ela está com um processo de aborto. Eu tinha um atestado de um médico de São Paulo tinha me dado, não era verdade, mas que eu estava abortando e tinha, porque em repouso absoluto. E então, mas vocês aceitam um café?” quando ele falou “Vocês aceitam um café”. Eu acho que os caras pensaram: “uma casa de louco, é bom a gente sair logo daqui” Tinha uma perua que era veraneio. Eu não sei se o senhor ouviu dizer dessa perua veraneio. E nessa perua eles faziam as prisões e daí a gente sabia que ia ser aí na janela de casa a minha irmã e o meu cunhado, que era professor da USP de Economia falou: eles chegaram, aí eles me botaram atrás, no quarto de trás, e a minha irmã e o meu pai e ofereceram café. Aí eu acho que eles pensaram: “casa de louco é bom a gente sair para aqui”.

Quais foram as dificuldades que a senhora encontrou na militância do movimento estudantil?

Olha, eu não sei se é pela forma de eu encarar as coisas. Eu acho que eu não tinha dificuldade nenhuma. É claro, a gente corria, fugia, tinha. Uma vez me falaram você, você vai ter que... isso daí está no livro também, você vai encontrar uma pessoa você vai com tal roupa na da

praça tal, você vai encontrar uma pessoa e vai levar para sua república. As meninas da República tinham todas viajado, eu estava sozinha na República. “Você vai dar o endereço e depois você vai para outro lugar. Você não fica lá na República, você dá a chave”. E eu fiz isso. “Só que você vai arrumar alguém para ser como namorado seu e vocês vão ficar na praça de dois”. Naquele tempo não tinha WhatsApp, não tinha nada, não dava para eu mostrar fotografia. “Mas você vai descrever quem que você escolhe” E eu escolhi um cara que era um zero à esquerda. Eu falei:- Olha, você vai ficar comigo, você não sabe para que e porque, tá bom. Eu não, não, eu não cheguei a ter medo, eu não cheguei a ter medo. E daí ele foi, ficou na República, ficou acho que um dia ou dois, não sei. E depois eu fui várias vezes na Auditoria Militar, que era na Brigadeiro Luiz Antônio e uma das vezes tinha um Vanucchi lá, e eu tinha transformado meu nome de Infantsi para Vanucchi. Estou perdida agora. O Alexandre Vanucchi era primo do Hélio.

Como foi o entrelaçamento da crise do clero de Botucatu e da crise estudantil. A crise do clero influenciou de alguma forma na crise estudantil?

Eu acho que sim. Acho que sim, porque era uma perda de liberdade, né? A gente via como uma perda de liberdade. A gente não queria aquele bispo também. A gente não queria porque a gente achava que quem definiria quem seria o bispo, eram as bases eclesiais, não de cima para baixo, mas sim de baixo para cima. A gente entendia que era isso. E o pessoal, os padres na época eram eles, tinham uma visão muito forte da sociedade, eu não sei agora como que está porque eu não frequento Igreja, mas tinha uma visão muito forte da sociedade, das consequências de uma sociedade que não respeitava o ser humano, entendeu, então os padres na época, e quando eles faziam a missa do universitário, eles... O Schmidt vai poder dizer bem a esse respeito, pra eles não interessava, se você acreditava em Deus ou santo no que você acreditava, você precisava ser um cara bom, de bons princípios. Você podia. Eu acho que não tinha nenhum protestante que a gente chamava protestante, né? Agora tem outro nome. Evangélicos. Mas naquela época só existia isso, era protestante, católico ou ateu. Agora eles achavam que os estudantes eram ateus, comia criancinha e então os padres, eles como padre August, o padre Beraldo, eles eram progressistas, eles viam a sociedade dentro das necessidades dela e das obrigações consequentes a essas necessidades. Não, não viam a sociedade como “Um rebanho que eu devo conduzir”. Não, não era rebanho, não era o que via, eu não via dessa forma e acredito que eles não vissem também, porque eles sabiam que eu não ia à missa nada, mas sempre me respeitaram.

A população, os políticos e a população de Botucatu, eles acolheram bem a crise dos estudantes ou não?

Vários acolheram. Na operação Andarilho, eles acolheram bem porque era uma coisa que lhes convinham, como político, ter um hospital, e um hospital daquele porte, um hospital-escola e formar um hospital-escola. E a faculdade era única, tinha veterinária, tinha ciências biológicas, agronomia e a medicina. Então era um centro universitário. Tudo isso politicamente era muito bom para o político da época, E mesmo agora seria bom, ter um núcleo com quatro faculdades. Então era, era vantajoso para eles. Eu não sei se o auxílio veio porque eles estavam vendo que a gente poderia ser massa de manobra para eles trabalharem, entendeu. Mas não deu certo, porque o que eles conseguiram, ficou tudo no papel, foi daí que veio a operação Denúncia. E nessa operação de Denúncia que intensificou a luta política.

A operação. O que foi a Operação Andarilho? A Igreja apoiou a Operação Andarilho. Algum padre da Operação Andarilho?

Não! Participar fisicamente, não, mas eles apoiavam. Eles apoiavam, porque era um movimento apolítico, que foi o primeiro movimento. Agora a operação Denúncia teve o

apoio, inclusive logístico, porque nós ficamos no seminário, mas daí estava desgastando o seminário. Não, não, não pelos padres, mas por nós mesmo, porque chegou uma hora que a gente não estava fazendo nada. A gente ia para faculdade, voltava e pronto. Aí nós falamos olha, nós estamos deixando aqui, agradecemos tudo porque foi uma forma da gente se manter, mas nós vamos tomar a faculdade. Aí nós tomamos faculdade, ficamos lá, mas nunca os padres, inclusive aquela época, os seminaristas não estavam lá. Não sei se tinha seminarista, mas eles não estavam, não sei porque, nunca eles deram a entender que a gente tinha que ir embora e nem falaram que a gente tinha que ir embora. A gente que percebeu que estava desgastado o movimento e que a gente precisava mudar a estratégia, porque senão a gente ia ficar morando lá e daí, não é! Daí que nós fomos para a faculdade, qual formamos a comunidade.

Qual foi a importância do padre Augusti no movimento estudantil e qual foi a participação dele nos comícios dos estudantes?

Olha, no movimento estudantil foi muito importante, porque ele não fazia diferença de você ser evangélico, enfim, não fazia diferença, e entrava nessa missa do estudante que ele fazia, eu não lembro a hora que era, era tarde, um dia da semana, não sei tarde A noitinha para nós, não fazia diferença. Entrava quem queria dos estudantes e a mensagem dele era sempre uma mensagem não era uma mensagem de guerra, era uma mensagem de paz. Mas, como é o padre Lancelotti hoje, entendeu. Então, se precisa ajudar aqui nós vamos pra cá, se precisa ajudar lá.

E ele participava dos comícios dos estudantes?

Não participava, não participava, mas sabia. Sabia quem estava liderando. Ele sabia. Eu tive vários contatos com extraoficialmente e é sempre com muito respeito ao ser humano. Ele era um homem inteligente, ele tinha dupla lesão na aórtica, que naquela época era fatal. Eu não sei se tinha cirurgia de correção, acho que não tinha cirurgia de correção, ainda não tinha. E então ele era um doente cardíaco. Apesar disso, até onde eu saiba, apesar disso, ele foi torturado ele e ele foi preso junto com um colega que era de uma turma depois da minha. Então eu sou da terceira era da quarta turma. O apelido dele era Shayene. Ele perdeu o ano, aí ele foi preso fazendo panfletagem. Ele é estava preso, daí foi transferido para São Paulo e daí a gente soube que no mesmo período, eu não sei se quantos dias, aí nós soubemos, o Padre August caiu. Tanto um quanto o outro não iria denunciar a gente, a gente sabia, não ia denunciar, não ia dar nomes. Agora, quando eu fui chamada na polícia, eles me perguntaram claramente dele e eu respondi que era um padre como outro padre qualquer. Eu era muito nariz empinado. Eu era eu enfrentava, e ainda eu falei, eu falei: Vocês não vão Igreja, então vocês sabem quem é padre e o que o padre vai fazer, meu Deus do céu, não vem perguntar para mim. Eu acabei irritando muito eles e eu não falei de ninguém. Aí foi preso o Geraldo Nunes, o Geraldo Nunes foi preso. O Geraldo já é falecido agora. Ele foi preso, ele caiu junto com padre August no mesmo dia, primeiro foi o Shayene ele e alguns dias depois caiu o padre August e o Geraldo Nunes. O Geraldo Nunes não foi torturado, mas o padre August parece que sim.

Como que foi a repressão policial aos estudantes. E por que eles foram se refugiaram no seminário?

A repressão era conhecida por nós, que a gente saberia, que ia cair porque a gente sabia que ia cair e por isso nós tínhamos que ter um lugar para ir, para não desmobilizar. Nós montamos as barracas, mas a gente sabia que elas seriam desmontadas e a gente seria preso. Então já tinha toda uma estrutura feita, a coordenação do movimento sabia que as portas do seminário estariam abertas para a gente. Aí era noite, pelas 11h30, e foi por aí. E alguns professores

sabiam também o que ia acontecer. E então, na hora que ele o Cover que era presidente do Centro Acadêmico, eu era vice. O Centro acadêmico é o seguinte o Centro Acadêmico era único para todas as especialidades e depois tínhamos os vices presidentes. Era vice-presidente para medicina, vice-presidente para agronomia, agronomia, para ciências biológicas, tudo. Eu era vice presidente, que seria presidente do Centro Acadêmico de Medicina e daí a gente já sabia, mas só a coordenação sabia, porque não podia colocar isso em conta para todo mundo. Eles iam fechar os seminários. Então, na hora que prenderam o Cover, aí eu assumi, avisei todo mundo. A gente não tinha microfone, era no grito mesmo. Avisei todo mundo: Vocês sigam com a coordenação do movimento e a gente já tinha pessoas colocadas em cada barraca, vocês sigam que a gente tem o que fazer e para onde ir, que era o seminário. Aí eles me prenderam também. Daí avisaram os professores e já estavam mais ou menos avisados. A gente sabia que ia cair, mas tinha que movimentar de alguma forma. Eles avisaram os professores e os professores foram pra lá, foram para a delegacia e daí todo mundo, os estudantes, todos, não foram direto para o seminário, foram para a Delegacia também e falaram: Este é um movimento geral nós estamos todos presos e os professores também. E daí não tinha jeito. Daí os presos comuns da Delegacia aplaudiam tudo. Eu fiquei conhecida, eles me deram até presente de Natal. Essa parte é muito interessante. Eles faziam um trabalho de artesanato que era bolsa carteira, sabe aquele papel do cigarro as pessoas entregavam. Não é o seu tempo, as pessoas davam o papel e eles trançavam e faziam isso. Daí então eles me deram de presente, eles me conheciam. E partindo daí, eles ficaram olhando e viram da cela o que estava acontecendo. Aí eles soltaram porque, os outros estudantes estavam ameaçando de invadir a delegacia e os professores estavam juntos, claro que não eram todos, eram alguns, mas estavam juntos. Então daí eles soltaram eu e o Cover e daí nós fomos a pé, até porque a Delegacia era mais ou menos perto do seminário. Aí nós fomos a pé, fizemos uma passeata da Delegacia até o Seminário.

Eu ouvi falar também que enquanto os estudantes faziam panfletagem e a polícia foi atrás deles, eles tiveram que se refugiar na Igreja lá do bairro lá da Vila dos Lavradores. É real isso?

É real. Isso mesmo. Agora eu não sei quem que estava na Igreja, e qual era o padre da Igreja, acho que era Cônego Ulysses. A gente tinha a Igreja como uma casa, como um lar para onde a gente podia correr, independente da sua crença religiosa. Se você é acreditava na religião ou não, e que tipo de religião. Nunca nos perguntaram isso, nunca nos perguntavam.

O porquê que o padre Augusti foi preso, como foi isso e qual a influência que teve a política local na perseguição aos estudantes da prisão do Padre Augusti?

Bem, a gente sabia que o padre Augusti era uma pessoa assim, que vivia da verdade da Igreja Católica. Então é isso, é perguntar porque Jesus foi preso porque acreditava em alguma coisa em que os outros não acreditavam. Então ele fazia a missa e ele conversava na missa. Era uma missa acho que era às 18h00, era um horário meio, que era a missa do universitário. Chamava missa do universitário. Então discutia, ele era um homem muito inteligente e muito preparado, eu digo, não por livros, preparado por uma humanidade interior. Eu vejo dessa forma. Pode ser que se você for conversar com alguma outra pessoa, veja alguma outra forma, mas ele era um ser que tinha uma preparação humanística e social e era um visionário e ele acreditava que tudo isso ia acabar. Então ele foi preso, inclusive por causa desse apoio e ficou muito claro o apoio que ele deu para os estudantes. Mas, não foi ele que arrumou seminário. Eu não sei quem arrumou, mas ele não estava envolvido diretamente. Oh, eu arrumei isso para vocês. Ele nunca falou isso. A gente acha que na verdade foi ele junto com os padres que sabiam, progressistas, que arrumaram um seminário e ele preso por causa disso.

Dizem também que eram jogados panfletos anônimos pela cidade e nas casas. Falando mal do padre August, falando mal dos estudantes. Isso é real. Isso exerceu alguma influência no povo?

É real. A única coisa que nós tínhamos um colega que tinha brevê e ele foi para o lugar onde aluga avião e nós jogamos nossos panfletos também, foi a vingança nossa. Inclusive, um dos panfletos falava que eles iam ver depois, daqui a nove meses, eles iriam ver o resultado do movimento estudantil, um dos panfletos. O Shayene, ele foi preso, foi preso, se não me engano, talvez dias de diferença, mas não mais do que dois dias de diferença do padre August e foi preso o Shayene primeiro e depois o padre August eu acho que foi nessa ordem, com o Geraldo junto. O Shayene foi preso fazendo uma panfletagem na estação de trem, porque a gente queria que ficasse muito claro pra região. A gente achava que era melhor fazer um trabalho de região do que só ficar em Botucatu. E o único jeito que a gente tinha era panfletar nos trens. E então tinha uma comissão de panfletagem. O trem parava, eles entravam correndo, distribuíam os panfletos, saíam. Aí passavam outro trem e eles faziam a mesma coisa, né. E o padre August foi preso. Inclusive ele foi, foi preso e foi transferido para São Paulo no mesmo Volkswagem dele.

Ele falou para a senhora alguma vez como foi lá, se foi torturado, a senhora chegou a conversar com ele ou ficou sabendo que tipo de tortura ele sofreu? Quanto tempo ele ficou preso?

Olha, ele não falou diretamente. Que eu me lembre, ele não falou diretamente, mas ele me mandou o livro dele. O livro não estava lá na forma de espiral. O caderno e eu li isso, mas eu não lembro o nível de tortura que foi. Eu sei que ele foi torturado. Agora, eu lembro de uma sensação de insegurança porque a gente sabia que ele era cardiopata e nós éramos estudante de medicina. Não entendia nada de o que poderia significar uma tortura numa dupla lesão aórtica. A gente não sabia. Eu fazia o terceiro ano de medicina. Dizem que ele ficou com sequelas das torturas. Eu não cheguei a conversar mesmo com ele a respeito disso. Esse tipo de coisa a gente sempre sabe depois, né. Tem o Alexandre, que é primo do Hélio, que nós encontramos depois de muitos anos, bem Frei Tito foi morto, né. Os frades dominicanos ficaram presos com ele e ele entrou na cela sangrando e ele falou: “Eu só falei meu nome” e isso é o livro dele, chama isso ‘Eu só falei meu nome’, está pra sair o livro, o livro está pronto e o livro é do Camilo Vanucchi, que é um jornalista, e irmão dele. Irmão não, tio dele. O padre Augusti, é que chegou pra mim uma coisa em espiral. Então ele nunca se lastimou por isso, mas ele tinha uma saúde muito frágil, muito frágil.

Inclusive vocês o chamavam de P.?

É de P., porque é abreviatura de padre. Então pra não falar quem era, falava “oh tem reunião com o P falava isso porque tinha escuta, né! A minha república era uma das poucas que tinha telefone, então a gente tinha de falar tudo por sigla e sigla dele era. P.

E quando que a senhora percebeu que o movimento estudantil ele estava perdendo a força na luta contra o regime militar?

Não tem uma data certa. Quando começaram as incursões com violência, eu acho que eles foram perdendo a força, porque na verdade, quem chega na universidade naquela época. Agora não, porque tem FIES, então tem gente mais simples. Mas quem chegava na universidade eram os abastados. Na universidade pública era o que tinha. Eram os abastados. E os abastados da minha turma, por exemplo, na Operação Andarilho, que não era um movimento político. Inclusive, nós fizemos isso justamente para ter uma massa mesmo trabalhando, trabalhando não, se movimentando. E nós falamos “O movimento tem que começar como apolítico, depois a gente vê o que faz”. E então a Operação Andarilho teve

uma movimentação tremenda. Eu acho que 80% dos estudantes participaram. Da operação Denúncia já era um movimento político, já teve menos participação até a hora que esvaziou, quando começaram as torturas, porque nós tivemos também uma prisão de dez, nove ou dez, nove ou dez estudantes, só que não foram torturados, mas ficaram no DOPS e acompanharam a tortura dos outros. Acompanharam assim de ouvi dizer que caiu fulano de tal e abriu a boca, teve que abrir a boca, entendeu. Então eu acho que daí a força bruta só conservou quem tinha um fundamento muito firme a respeito da sociedade, dos direitos e deveres do cidadão e dos direitos e deveres do governo. E o governo, era um governo militar, né. Então a gente via, ficou nítido o lado que você estava. Então o momento foi esse, foi o medo, né, da tortura, da cassação. Como eu fui cassada, foi eu e o Geraldo Nunes, onde caiu primeiro o Geraldo Nunes, o Geraldo Nunes era obstetra, ginecologia, obstetrícia, ele fazia e estava contratado, ele caiu e aí duas semanas depois eles me cassaram. Então aí o restante ficou com medo e pensa eu não vou me manifestar, porque aí eu perco o emprego. Então, a hora que o movimento estudantil passou a ter um viés político, ficou quem tinha uma formação humanística, isso em todas as áreas. No livro você vai ver essa evolução muito clara de quem fez, foi quem continuou no movimento estudantil e depois continuou trabalhando. Nesse livro que vai sair agora que chama “Não nos calamos”. E daí já a gente foi colocando a evolução do que cada um virou depois da ditadura e da tortura. O Pedro Dimitrov, que tem esse raio desse sobrenome, né. Ele tem um filho dele que é o responsável por isso, por esse livro, por ter feito, organizado o livro. Ele tem o negócio de uma editora chama Terra Redonda, a Editora, e o Pedro foi Cadeira do Dragão, foi um negócio.

Agora, a participação no movimento estudantil foi importante para a formação universitária e para a vida da senhora?

Muito importante, muito importante. Claro, a minha mãe era extremamente combativa e o meu pai era extremamente justo. Então, é claro que a gente teve uma formação mais humanística. E a gente não pode dizer que foi só o movimento estudantil. Eu entrei no movimento estudantil porque eu tive essa formação, agora no dia a dia, assim, na minha evolução eu acho que foi, eu acho que foi, porque eu fui presidente aqui, vinda de fora, eu fui presidente da APM regional aqui e fiz uma porção de coisa em termos políticos e desde então eu participei sempre do Conselho Deliberativo. E agora, há um mês, eles inauguraram um anfiteatro com o meu nome. Pra quem veio de fora é uma coisa assim, importante.

Agora a última pergunta: o movimento estudantil no Brasil, muitas vezes, a maioria das vezes, ele também partiu para a violência, né. Em Botucatu isso não aconteceu. A senhora acha que pode ter sido também a presença do padre da Igreja junto de vocês, que também ajudou a não partir a violência?

Eu acho que é um misto de coisas. O padre ia se chegar se não houvesse violência e daí iria se manter isso porque o padre não admitiria violência. E agora, do movimento estudantil mesmo, teve pouca violência. O Alexandre Vanucchi, por exemplo, ele era um aluno qualquer que frequentava, não tinha estudante profissional como eles falavam que tinha, era mais tranquilo e mais forte, judiar, né! Falar que por exemplo, que daqui a nove meses, o que eles falaram, que iria ver o resultado desse movimento. Então, o Shayene quando foi preso ficou um tempo enorme preso e perdeu o ano, chegou a perder o ano. Não foi por violência. Então eu acho que a violência e a violência física eram uma defesa, era uma opção. E não acho que o movimento estudantil praticou essa violência. Se teve, nós chegamos ali no Congresso da UNE, em congresso da OE, o Congresso da UNE foi um Congresso que feito, o que caiu todo mundo, que também tá nesse livro, que foi o Cover e o Soneca, Soneca porque ele tem um olho meio caído e parecia aquele Soneca do Branca de Neve o apelido dele ficou Soneca, mas ele se chama Antônio Ozeti. Vai ser interessante o senhor pegar esse livro e ler, porque os

depoimentos são diversos e não se fala em violência. E foi uma história que é uma história de trabalho, mesmo os que foram violentados, eles continuaram no trabalho. Eu sofri violência. Não foi uma violência física, mas foi uma violência, porque me tiraram da universidade, que era o local onde eu, eu resolvi que eu ia fazer a minha vida. O Pedro Dimitrov, a mesma coisa dentro da universidade. Quem saiu, por exemplo, o Cover era o presidente do Centro Acadêmico na época, ele ficou cinco anos nos Estados Unidos fazendo a pós graduação dele e depois ele foi assessor do Lula, em qual governo do Lula... acho que foi no primeiro ou no segundo. Vai estar escrito lá no livro, e ele viajou o Lula para o Oriente, como um conselheiro em relação, porque ele fez agronomia, mas tem um outro amigo nosso que chama Luiz Custódio, que é muito engraçado, que é usineiro. Você já viu usineiro de esquerda? É o Luis Custódio, era usineiro, uma usina monstro mesmo. E ele falava: “eu e o Cover se mostrar um pé de mandioca e de laranja lima, nós não sabemos o que um e que é o outro, entendeu. Então isso daí pode ser visto por um estudante profissional. Não, não. Então eu acho que teve um, era bom pra direita falar que o movimento estudantil era agressivo, que não é, não foi agressivo. Teve resposta, mas não foi agressivo. A própria morte do Alexandre foi formada, foi fichada que o Frei Tito, o Frei Tito, não, o Frei Beto explica como é que foi a morte. Ele chegou sangrando e falou “Só falei o meu nome”. Daí apanhou o que podia apanhar e ele foi por isso que ele falou “Só falei meu nome”. Daí o que fizeram? Botaram ele num caminhão, como se fosse ele que tivesse delatado um ponto e o caminhão passou por cima, de forma que ele ficou deformado e com um caminhão passando por cima. Então eu acho que teve um movimento de direita para mostrar o movimento estudantil que ele era da geologia, que o movimento estudantil como um movimento agressivo, não tinha um movimento agressivo, não tinha, esses todos foram forjados.

ENTREVISTA COM DR. WALDEMAR PINHO

Data Nascimento: 23 de julho de 1946

Local: Alto da Serra, Distrito de Aveiro (Portugal)

Formação: Saúde Pública

Situação Atual: Médico sanitarista aposentado

Local: Botucatu / SP

Data da Entrevista: 29 de julho de 2023

Local: Botucatu / SP

Forma: Gravação de voz

Qual era o cenário político na cidade de Botucatu na década de 60?

Vim de Presidente Prudente para Botucatu, com quatro anos e meio, vim de Portugal. Meu pai era comerciante, ele tinha um bar, aliás muito bom, no centro da cidade, em frente à Catedral. Em Presidente Prudente, eu atuava no movimento estudantil secundarista. O movimento de direita não era um movimento conservador de direita. Quando teve a revolução, o golpe de 64, naquela época eu participei das atividades pró golpe, pró da ALN. Eu era secundarista, participava do grêmio estudantil do colégio público de Presidente Prudente e participei da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Participei de manifestações pró governo militar quando ele foi implantado. Nessa época fiz o cursinho e passei na faculdade de Botucatu e vim morar nesta cidade, a faculdade, isso em fevereiro de 1966 e a faculdade passava por um momento de muitas carências em ambos os aspectos. A faculdade passava por várias carências, mas era uma faculdade muito promissora quanto a sua concepção. Quando cheguei na faculdade, havia uma grande efervescência naquele momento, era o movimento estudantil do Brasil. Em 1966, tinha greves nacionais, greves por isso, greve por aquilo, acompanhado de alguns atritos. Teve a morte do Edson Luiz de Lima Souto, no Calabouço, no Rio de Janeiro. Ele foi em um protesto, ele era um secundarista que estava lá no restaurante do Calabouço que era um restaurante universitário, mas que atendia também secundaristas. Em um momento a polícia entrou e ele entrou junto também, então foi baleado e acabou morrendo. Nessa época, houve muitos protestos com uma grande efervescência no movimento estudantil. O centro acadêmico era muito atuante, ele tinha uma sede central e tinha uma série de atividades de teatro, de festa, de dia era um conagraçamento. E o Centro Acadêmico, que era o CAPES, o Centro Acadêmico Pirajá da Silva, ele tinha uma grande influência e eu cheguei aqui sendo contra os que estavam na direção de saber acadêmico, que eram de esquerda e eu de direita. Mas eu ia lá para o debate, eu não era presunçoso, eu achava que ia lá e tinha até o debate que eu ia participar, acho que isso é uma característica minha, talvez. Comecei a participar do debate, e lembro que teve uma reunião do Centro Acadêmico que veio a Catarina Meloni, que era a presidenta da União Estadual dos Estudantes (UEE), e o pessoal divulgou que ela ia estar lá e eu fui para questionar, falando popularmente. Eu dizia, vocês são comunistas, isso ocorreu em sessenta e seis, e no fim do ano de sessenta e seis, teve uma eleição para o Centro Acadêmico e havia uma chapa que era da esquerda e uma chapa que era da direita, mas a eleição era por nome. O presidente eleito votava no presidente vice ser eleito não era por chapa, embora houvesse chapa, a votação era por cargo. E ganhou o presidente da direita que eu participava da chapa apoiando. Eu não era membro da chapa, não tinha cargo, mas eu participei desse momento. A chapa ganhou, o presidente ganhou, mas ele ficou em minoria, no Centro Acadêmico, a maioria ficou do lado da esquerda. No início o ano de 67, a faculdade estava precisando de tudo. Havia uma perspectiva de a faculdade receber os recursos para se desenvolver, porque a faculdade foi implantada aqui meio no susto, por uma pressão, um acordo político, que os políticos da cidade fizeram com o governador do Estado. Nesse período havia sido construído um hospital para as pessoas com tuberculose, em

Rubião Júnior, mas nesse meio tempo surgiu antibiótico e terapia. Então a tuberculose não era mais um tratamento hospitalar ou predominantemente, ele era ambulatorial. Esse hospital ficou vazio, o pessoal começou a se manifestar dizendo, que este hospital ficava lá sem objetivo, então diziam, vamos implantar a faculdade de medicina. Dessa forma acabou sendo implantada, no início de sessenta e três. A faculdade começou a funcionar e eu entrei para iniciar o curso de medicina no ano de 66, na quarta turma de formandos. Mas era tudo precário. Havia os professores e uns docentes muito dedicados, Kin, muito bem formados, gente vinda da USP, de Ribeirão Preto, de São Paulo, da Paulista, de Medicina e vieram para cá e se dedicavam muito, mas não tinha equipamento, não tinha hospital pronto. A primeira turma estava entrando já no internato e não havia hospital. E aí havia uma perspectiva, então, de que a gente conseguiria os recursos para implantar tudo. E o governador, que era o Abreu Sodré, contingenciou as verbas que viriam para a montagem da faculdade e ficamos sem verba e, portanto, não ia ter nada. As pessoas do Centro acadêmico convocaram uma assembleia e todos que faziam parte da Assembleia e vão maciçamente participar das ações que a Assembleia iria propor. Neste dia decidiram optar pela greve. Foi determinado na Assembleia, que era uma greve reivindicatória e não política, embora a maioria do centro acadêmico, nessa altura o presidente que tinha sido eleito, que era de direita, ele tinha se afastado porque ele ia fazer estágio em São Paulo, tinha assumido o vice que era da esquerda. Disse que era de esquerda, mas apesar disso, o pessoal do Centro acadêmico, que era majoritariamente de esquerda, propôs o seguinte vamos fazer uma greve reivindicatória. Nosso objetivo comum é conseguir montar e instalar definitivamente a faculdade de que era uma faculdade diferente. Era a faculdade de Ciências Médicas e Biológicas, que tinha quatro cursos, era medicina, medicina Veterinária, biologia e agronomia. E essa faculdade precisava de tudo, de hospital, de laboratório, de fazenda experimental, precisava de hospital veterinário, não tinha nada, a perspectiva é que começasse a se resolver no ano de 67, quando é contingenciado a verba, surge a greve. E aí? Bom, aprovada a greve, todos ficaram no local da faculdade, fazendo operação, telegrama, pedindo para as pessoas que mandassem telegramas para São Paulo, ia na casa das pessoas, batia porta e diziam. Você não quer mandar um telegrama? Dava o modelo do telegrama e orientava para escrever ao governador dizendo que libere essa verba. Então o governador foi inundado por telegramas nessa época, já ligando, com a Igreja às comunidades de base da Igreja pastoral a unidades de base da Igreja Católica, elas apoiaram essa campanha do telegrama. Mesmo assim, não aconteceu nada, os telegramas chegaram lá, nada foi feito, as pessoas que tinham acesso ao governador conversar com ele falou que esse ano não vai ter verba que está contingenciado, nós precisamos em outras áreas. No ano que vem nós vamos ver, começamos a discutir o que é que ia ser feito, o fato de ter sido decretada a greve reivindicatória e não política explicitamente, foi aprovado isso em assembleia. Todos nós ficamos, todos juntos permanecemos na faculdade. Pouquíssimas pessoas foram para casa, porque estava em greve, mas de 95% não dos alunos dessa faculdade permaneceram. Eram de fora de Botucatu, então o normal é que na greve todos fossem para a casa dos pais, mas não foram, a assembleias diárias era feita no Cine Cassino. O Cine Cassino foi cedido para assembleias diárias, ele funcionava a noite, mas durante o dia era cedido para nós. Então tinham assembleias diárias e assembleias, o que vamos fazer? E o tempo estava passando, mas tinha a greve e não dava certo. Então o que vamos fazer? Nós temos que colocar isso, né? Isso é uma discussão, bem democrática, muito aberta, tudo por si só. O que é que nós podemos fazer? E aí o Petit, era um estudante muito gordo, ele era enorme, apesar do apelido de Petit, ele devia ter talvez uns 150 quilos. O Petit estava lá e disseram o que vamos fazer? O Petit brincando falou assim: escutem, vamos a pé até São Paulo, que assim eu perco uns quilinhos. O pessoal riu e alguém falou: isso não é absurdo. Outro disse: como não é absurdo? A gente consegue colocar isso na pauta dos jornais e das rádios. Nós vamos pela estrada, vai aparecer um monte de carro, vão

passar, vão saber o que é essa caminhada. E nós fazemos pressão sobre o governador para liberar a verba para faculdade. Dessa forma foi organizada, foi uma greve assim, uma logística perfeita, tinha um grupo de propaganda que mandava notícia por jornais, em São Paulo, tentavam colocar nos programas que eram ao vivo. Os programas de televisão e de rede de rádios eram ao vivo, a maioria deles, iam até o local, pedia para entrar ao vivo e falar. Olha, estamos lá em Botucatu, passando por uma dificuldade. O governo criou aquela faculdade e agora não dá condições de funcionamento, como é que nós vamos fazer? Fomos discutidos em grupo o que mais íamos fazer, e o esquema foi o seguinte, nós vamos sair próximo da Igreja do bairro, o Sagrado Coração, descer, passando por baixo do pontilhão, atravessou toda a cidade e com a população ao lado e fila, parecia desfile de carnaval. A população ao lado aplaudindo a gente de avental com cartazes, as condições, as faculdades são boas, mas faltam condições. Mais verba para educação. Nenhum, slogan claramente político. Todos com pedido reivindicatório, nós atravessamos até a outra ponta da cidade. Os carros estavam lá, poucos alunos tinham carros. Então eles cederam os carros, mas pessoas da cidade cederam carros também para fazer essa caminhada. Os carros pegaram todo mundo, levaram na entrada de Conchas, desceu todo mundo na entrada de Conchas, de avental, com cartazes, os carros passaram por dentro de conchas, buzinando, pararam na praça central, veio todo mundo de Conchas ver o que estava acontecendo. Assim, nós passamos em passeata, paramos no centro, teve o debate. O que vocês estão fazendo? Por quê? O que é isso? Alguns perguntavam. Isso não é comunismo? Não, não, só estamos reivindicando, isso é justo. Saímos. Voltamos para a estrada e de carro fomos a cidade seguinte, que acho que era Laranjal Paulista, Tietê, Itu e acampamos no trevo de Jundiá. A partir daí foi caminhada a pé pelo acostamento da rodovia Anhanguera. Era dez quilômetros de caminhada, só que uma turma, metade, era levada de carro a dez quilômetros para frente, e a outra metade começava uma caminhada de dez quilômetros. Quando chegava lá, passava as faixas, entrava nos carros e ia dez quilômetros para frente. No meio do caminho, tinha uma organização pronta para lanche depois do almoço. Assim, tudo preparado, um almoço claro, tipo lanche, um almoço mais comum que dava condições de alimentação. Aí quando nós chegamos no fim do primeiro dia de caminhada, tinha, um acampamento montado, com lonas, e nós dormimos ali, um do lado do outro, naquelas lonas. Era o Minhocão que a gente chamava. No dia seguinte de manhã começa a caminhada, mas no mesmo esquema, a cada dez quilômetros. Chegamos à entrada da Lapa e havia um colégio lá que, se não me engano, é um colégio das Irmãs Marcelina. Quando a gente chegou lá, chega algumas freiras com as alunas que eram internas, levando tachos de macarrão para a gente. Nesse tempo os nossos jornais começaram a noticiar. Então os andarilhos estão a caminho de São Paulo para criar condições para a Faculdade tal bla bla bla bla bla bla. Então foi a primeira refeição de fato, no fim do segundo dia à noite, cedido pela Igreja, pelas Marcelinas e pelo colégio das Marcelinas. Dormimos lá em acampamento também. No dia seguinte de manhã, saímos em caminhada por dentro da cidade até o Palácio dos Bandeirantes. Chegamos à frente do Palácio dos Bandeirantes, estava lá a Polícia Militar, com todo o aparato dela e parou de frente a nossa turma. Queremos conversar com o governador. Logo vem a assessoria do governador, dizendo, não, não pode, tem que marcar com antecedência. Então vocês têm que aguardar, vamos ver quando eu posso agendar. Não, nós não vamos sair daqui, assim ficou aquele impasse a tropa de choque da Polícia Militar e nós no meio. Entra a assessoria do governador, discute lá dentro. Chegaram à conclusão: tudo bem, vocês podem entrar, só que tirem os suportes, os paus dos cartazes, até com os cartazes vocês podem entrar com eles na mão, mas só os cartazes. Entramos, ficamos lá no Palácio dos Bandeirantes, anfiteatro enorme. Nele entra o governador com a sua equipe, começa uma reprimenda. Vocês estão enganados, não há nenhuma restrição a faculdade. Não foi cortado nenhuma verba. A Terezinha tinha todos os dados numa pasta que, por conta da pasta rosa que virou, virou um, que hoje seria o meme. Ela falou: Governador, olha que como

não cortou a verba, era tanto assim. Era uma verba de 1.739,36 e foi cortado, 980 mil e tal. Sodré olhou para a pessoa ao lado e, falou: quem passou esses dados para eles? O assessor ficou parado, não sabia quem era. Ele chegou, falou dizendo: olha, vocês voltem para Botucatu, que eu vou resolver isso para vocês. Nós só voltamos, mas não assim, só quando for resolvido o que reivindicamos. Então a gente fica aqui mesmo. Eles disseram: vocês não podem ficar aqui na frente. Vocês, tem que ficar 200 metros daqui, senão eu vou chamar a Polícia Militar, e ela vai reprimir vocês. Assim o pessoal discutiu e caminhou para frente do Palácio dos Bandeirantes, que era mato. Era uma mata que tinha muitos eucaliptos, uma mata mesmo. Nós vamos fazer uma clareira, e acampamos. Ficou naquela o que nós vamos fazer e como fazer? Se nós ficarmos acampados aqui, nós ficamos invisível e a nossa intenção era estar visível e incomodando o governador, para que isso tenha repercussão na imprensa. Chegou até nós o pessoal da UE, conversou dizendo, olha nós vamos trazer para cá mais gente, nós vamos lotar de estudantes aqui, do movimento estudantil que vem aqui para dar apoio a vocês. Nós falamos, não senhor, nosso movimento é reivindicatório, foi aprovado que não queremos esse apoio. Obrigado deixem com a gente eles ficaram muito bravos. Não, eu não consigo entender. O prefeito da capital, Álvaro Faria Lima, o prefeito da capital, ficou sabendo e ninguém sabe quem entrou em contato, e ele falou não, vocês vêm para o Ibirapuera, eu ponho o banheiro químico, eu ligo a água para vocês, vocês montam o acampamento de vocês lá e ficam o tempo que vocês quiserem. O que era ótimo, ali era um lugar central de São Paulo que tinha acesso a todo mundo. Então no dia seguinte fomos para lá e ficamos acampado lá. O governador não gostou nada. O pessoal ficava na porta do palácio durante o dia, com cartazes andando para cá e para lá, que nem aqueles movimentos americanos. E só ficava caminhando com cartazes na frente. Teve uma história que o embaixador do Japão visitou a cidade de São Paulo e foi lá no Palácio e parou para saber o que estava acontecendo, ele entrou e imaginamos que deve ter falado com o governador. Então alguns artistas iam lá para sentar-se, conversar, tocar violão. Vários fizeram isso. Gilberto Gil virava e mexia, ele estava lá tocando violão com a gente, cantando ali com todo mundo. Ó, tinha um outro que era o Ari Toledo, o Ari Toledo na época fazia muito sucesso, um humorista nessa época e o Ary Toledo ficava lá também e conversava com todos nós. Ia lá discutir, conversar e aí percebemos que começou a crescer o movimento. A gente virou a primeira página de todos os jornais e notícias nas rádios. Ocorreu uma inauguração de um viaduto e vinha o presidente da República, que era o Costa e Silva, e nessa inauguração ia estar o Costa e Silva, o Abreu Sodré que era o governador e o Faria Lima que era prefeito. Então naquela época a gente foi se infiltrando no meio, eram estudantes que foram levados lá para fazer volume com a inauguração, a grande maioria eram estudantes secundaristas e a gente foi e entrou ali no meio, a gente ficou ali no meio. Quando chegaram os três eles entraram por trás do palanque um palanque enorme. Entraram e subiram aí nós levantamos todas as faixas e cartazes e eles olharam. O Sodré ficou vermelho, o presidente começou a conversar. O que é isso? Que que é isso? O Faria Lima foi o primeiro a falar e quando o Faria Lima falou, nós baixamos os cartazes e as faixas ele fez um discurso que eu não me lembro exatamente das palavras, mas o teor era o seguinte: essa juventude do Brasil é o nosso futuro, e precisa ser estimulada. Essa juventude é lutadora. Quer dizer; não falou que era nós, isso ficou muito claro. Quando o Sodré foi falar ele falou com os cartazes e as faixas levantadas o tempo todo. O Costa e Silva foi falar também, nos baixamos as faixas. Terminou a cerimônia, veio um militar fardado que depois soubemos que era da Casa Civil, da Presidência e perguntou: Quem é o presidente do Centro Acadêmico? E era o Valter Cover, que era de agronomia. Ele falou: Por favor, senhor, venha comigo. Ele foi para atrás do palanque, a gente ficou conversando e pensava: será que prenderam? Então, depois ele contou que chegou lá atrás, eles conversaram e a Yolanda Costa e Silva, que era mulher do Costa e Silva, queria saber o que era esse movimento. O Costa e Silva também perguntou o que é isso, que vocês

estão falando? E aí foi explicado para ele: olha o movimento, porque a faculdade e foi explicando... Isto deve ter resultado, com toda certeza, numa pressão sobre o governador, porque a partir daí ele mudou toda a posição dele. Ligou, nomeou uma comissão pra fazer a negociação e essa comissão era de professores da USP e da Paulista de Medicina pra intermediar e liberou todas as verbas! Nós voltamos para Botucatu e entramos pelo mesmo lugar, que saiu em passeata do mesmo jeito e a população aplaudindo, foi assim muito emocionante. Fomos até a outra ponta da cidade. E nós tínhamos perdido mais de um mês de aulas e tinha que repor essas aulas. Então tinha aula nas férias. As férias foram comidas. De vez em quando, tinha uma assembleia para o pessoal passar, as informações sobre as verbas e a desse ano estão previstas, tanto está previsto para tal mês, tanto de verba para cá, tanto disso, tanto para equipamento, tanto para isso, para contratar docentes, para isso, para aquilo. Quando foi contingenciado novamente as verbas, imediatamente foi decretada a greve. O pessoal já estava bom até no discurso porque na greve houve uma grande politização durante a primeira grande Operação Andarilho. Nessa operação Andarilho como nós ficamos no Ibirapuera, havia muitas discussões em grupo. Nós sentávamos e discutia e havia pessoas ali que eram marxistas, havia pessoas que eram cristãos de esquerda, havia pessoas que eram de direita. Havia um grande debate, um grande debate e politizou muita gente, inclusive eu, que não entendia muito. Eu era um apoiador do regime militar, sim, porque eram tradicionalmente os meus amigos. Todos eram apoiadores lá do colegial ginásial, mas eu não tinha lá tanta informação. Aí começamos a discutir ali tudo isso já propondo uma greve, que era uma greve definida como greve política de denúncia do governo militar. Quer dizer, foi uma coisa, uma radicalização muito grande. Isso em 68, que se chamou operação denúncia. A primeira era a Operação Andarilho. A segunda operação denúncia. Na operação denúncia a discussão era a seguinte: olha, às vezes a gente ir caminhando pela estrada, vamos fazer o seguinte, a gente vai acampar nas praças centrais da cidade durante um dia em cada cidade, um ou dois dias nas cidades maiores. Cercar a praça quer dizer, ocupar a praça, botar os acampamentos lá dentro e debater com a população para desgastar o governo. Isto foi aprovado. Se preparou todo o esquema, aí eu e o Claudio Antônio fomos indicados pela coordenação, eu era membro filiado ao Centro Acadêmico, mas não era da diretoria, não era nada, o pessoal me deu a tarefa de conversar com o padre Augusti, eu e o Cláudio. Então nós fomos com o pessoal, ocupamos a praça do Bosque, cercou a praça com cordas, montou acampamento lá dentro e eu e o Cláudio falamos, olha, vocês não ficam aqui, vocês vão conversar com o padre Augusti. O padre Eduardo Augusti, que era uma liderança entre os padres, sem dúvida era uma pessoa com muito capacidade. Ele tinha um carisma muito grande, uma capacidade de oratória, uma clareza tal e uma firmeza. Padre Augusti era uma das pessoas, e talvez a principal liderança dos padres aqui de Botucatu daquela época. E aí a gente foi conversar no seminário com o Padre Augusti e à noite o pessoal acampado lá no bosque. Para ver qual era a tarefa? O padre Augusti orientar o seguinte em Conchas, porque, nós queríamos ter apoio da Igreja, das comunidades de base lá das cidades. Que a gente fosse, então o padre Augusti falou: olha, em Conchas vocês podem procurar o senhor fulano de tal, o padre fulano de tal, o padre tal não, porque não vai apoiar vocês. É um padre mais conservador. Ele passou todas essas informações e no dia seguinte, de manhã, nós não tínhamos carro, mas um carro ia nos levar em Conchas, que era a primeira cidade para fazer os contatos, para no fim do dia, o pessoal desocupar o bosque e chegar em Conchas. Terminamos a reunião com o Padre Augusti e fomos para casa, para a República. No outro dia de manhã chegamos lá no bosque, estava desmontado já tudo e soubemos que pouco depois que nós saímos, o DOPS, a polícia foi lá e prendeu o padre Augusti. Levou para o São Paulo, para o DOPS e de madrugada a tropa de choque invadiu o acampamento. A Tropa de Choque de Sorocaba, com baioneta, com metralhadora e tal, e prendeu a liderança do movimento e falou: agora todo mundo se dispersa, todo mundo para casa. Isso foi relatado por eles. Eu não vivi isso porque eu não

estava lá. Eu estava em casa para ir para Conchas no dia seguinte, e aí o pessoal, todos sentados, eles começaram a ameaçar: Vocês estão brincando, fora daqui, já para casa, o pessoal lá então disse: solta a direção do movimento que a gente vai para casa. A direção do movimento que eram tidas como subversivos comunistas. Esse movimento foi decidido por todos em assembleia, então todos nós somos responsáveis. Ai a polícia disse: você está preso. E outro fala: me prende também. você também está preso, você também é você também. Todos levantaram a mão. Prenderam todo mundo e puseram em fila ao do lado do bosque para subir para a delegacia, que ficava onde hoje é a Pinacoteca, ali era a delegacia de polícia. De madrugada, o pessoal começou a cantar o hino nacional para acordar as pessoas. Tem um folclore que eu não sei se é verdadeiro, o que o pessoal diz que, como o hino nacional para acordar as pessoas, estava sendo cantado, os soldados que estavam do lado, com baionetas apontadas para os estudantes, pararam em posição de sentido e depois ficaram mais à frente. Levaram todos para a delegacia, não cabia todo mundo na delegacia. Colocaram os que eram da direção do movimento lá dentro e os outros ficaram cercados pela polícia na frente da Praça da Misericórdia, ali mais na frente, lá na frente da Pinacoteca, e começou a amanhecer. Chegando o delegado, que era o Pará, que estava como comandante da Polícia Militar de Botucatu: Vocês vão comprometer o futuro de vocês? Vão para casa. Não, não vou, não vou para casa. O Delegado Pará, chegou lá, falou: se eu soltar o pessoal da direção, vocês vão para casa? Vamos? Disseram. Verdade? Responderam, verdade! Então entraram demoraram um tempo, para conversar com todo que estavam ali. O pessoal então se abraçara, todos saíram do local, voltamos a ocupar o bosque novamente. Só que eu não soube mais alguém pediu para deixar alguém perto do quartel da Polícia Militar, onde estavam aquartelados. Um pessoal coordenava a tropa ali em frente a associação do clube ali era o quartel. Alguém perto que tinha telefone, que era telefone fixo, ficou de olho. Perto do bosque, também alguém que tinha telefone ficou de olho, provavelmente era alguém que apoiava o movimento, que eu deduzi que deveria ser alguém ligado à Igreja, mas eu não sei quem era porque nunca ninguém disse quem era que estava lá. De repente chegou o pessoal e falou: arrumam as coisas e corre. Como nós descemos pela parte de baixo para a rua Amando, a tropa de choque entrou por cima. Quando a tropa de choque entrou por cima, a praça foi esvaziada e correu para baixo. Eles não sabiam o que fazer. Voltaram para os caminhões, nós fomos correndo e gritando palavras de ordem, na rua Amando. Aí subimos e eu não sei, deve ter sido combinado previamente com o padre Getúlio que era o reitor do seminário. Então deve ter sido combinado com o padre Getúlio, porque aí o pessoal já falou sobe aqui correndo, sobe correndo. Nós chegamos no Largo da Catedral, a hora que a gente chegou no Largo da Catedral, a Polícia Militar desceu dos caminhões, eles vieram, de cacetetes e a gente correu para dentro do seminário. Todo mundo correu para dentro do seminário e encostou o portão, ficaram duas pessoas ali na frente. Nós com medo, não evidentemente, daquele aparato, com armas, com cassetete, com tudo. O pessoal falou: vai, vai, vai para a capela, que é a capela do seminário. Todos foram para capela. Nesse momento fizemos uma assembleia no local. O pessoal que estava lá na frente veio dizer: O delegado e o comandante da Polícia Militar querem conversar com o povo. Ficou aquela discussão e nós falávamos: eles querem te prender. Que era isso mesmo que eles queriam. Não, você não vai, outros diziam: vai, não vai, vai, não vai, nós temos que achar um jeito, então faz o seguinte, eles vêm até aqui entram e vêm conversar aqui dentro. Assim foi o recado. Eles entraram, vieram até o pátio central, que é o pátio de dentro do Seminário. Saímos todos juntos. Fez uma grande roda em torno deles, ficou todo mundo conversando, eles disseram: todo mundo aqui de boca fechada. Quer dizer, eles não poderiam levar, porque seria mais difícil. E aí o diálogo que saiu lá era muito tenso, que eu escrevi no meu artigo falando do no meu livro. Nesse livro eu relato isso foi um diálogo assim muito emblemático, que no clima que se tinha naquela época, da posição que se tinha naquela época, eles chegaram a falar assim: Vocês, o que é que vocês estão fazendo?

Vocês estão comprometendo o futuro de vocês. Vocês serão doutores e não vão conseguir chegar a ser doutor. Você não acha que isso compromete o seu futuro? O responsável do grupo disse: nessa sociedade injusta eu não quero ser doutor. Ele falou: o problema é seu. Ele disse: não disse que era seu. Eles respiraram fundo, olharam para o lado saíram e a gente voltou, para dentro. Nessa a noite, esperávamos que eles invadissem o seminário. Mas, como o seminário era da Igreja, naquela época, eles não estavam invadindo Igrejas e seminários. Somente depois do ato cinco, que eles tornaram mais abusivos. De qualquer maneira, nós ficamos alertas, alertas não sei para quê, se tivesse invasão era só para dar alerta para as pessoas. Eu me lembro que eu fiquei olhando por uma janela do primeiro andar do seminário, a janela rachada e eu olhando por cima, em pé da meia noite às 04h, justamente às quatro horas, eu fui rendido por outro, e aí em cada lugar tinha pessoas. Não aconteceu nada, não teve invasão nenhuma, eles deixaram alguns policiais na frente do seminário, assim o pessoal ligado à Igreja das comunidades de base da Igreja começou a levar comida para nós, no seminário. Depois nós começamos a cozinhar no seminário, mas num primeiro momento, nos primeiros dias eles começaram a levar, e os policiais ficaram na dúvida porque nós estamos levando comida em grande quantidade, tachos e comida, era grande a solidariedade de todos. Eu não tenho certeza, mas talvez estávamos no Seminário em duzentos e poucos estudantes. Mas nós dormíamos nos últimos andares, no chão, alguns com colchonetes, outros com cobertores no chão e um do lado do outro no chão. E aí começou uma campanha na cidade. O pessoal mais conservador dizia que o seminário de São José iria mudar o nome para a Maternidade São José daqui a nove meses, porque as moças estão dormindo junto com os moços lá dentro e tal. Era uma campanha de distribuição de panfletos na cidade e por outro lado, a gente também panfletava na cidade. Saía pelo fundo do seminário eu descobrir uma rota que saía pelo fundo do seminário e inicialmente fazia comícios relâmpago nas escolas. Fizemos Ieca, fizemos na época na Toledo de ensino, que hoje é a Unifac. Nós íamos em várias escolas. Tocava o sinal. Com o intervalo a gente invadia o pátio, dois iam lá em cima, seguravam a diretora na sala, enrolando: olha, a gente veio falar sobre a greve, ela falava: não quero saber por que eu não tenho nada que ver com isso. Queríamos explicar, para que ela não saísse dali. O pessoal fazia um comício de três minutos, cinco minutos e as pessoas aplaudiam e eles vazavam. Começou a polícia chegar cada vez mais cedo, primeiro a gente saía tranquilamente para não aconteceu nada. No outro dia também, quando começou isso, a polícia se preparou. Então, quando nós saímos por último, conseguimos correr para dentro do seminário, com a polícia nos calcanhares. Aí, pensamos, o que nós podemos fazer? Em um dia, chega, numa assembleia que teve, na naquela capela belíssima e nós perguntamos. Quem quer ser voluntário para uma atividade de risco? Mas o que é? Não podemos falar. É uma atividade de risco. A maioria aceitou e eu me lembro que fiquei numas duas linhas, que será essa atividade de risco. Mas sei lá, quem está na chuva é para se molhar. Vamos lá. E eles falaram então: metade vai para a sala que indicar e metade vai passar lá. Essa metade que foi para sala que eu fui, tinha lá uma pessoa que falou: olha, é o seguinte, vocês vão sair daqui esparsa e disfarçadamente, por algum tempo e tal, e vão para uma república que ficava do lado da Livraria São Francisco, em frente à praça, logo pra baixo. Não lembro se era pra baixo, para cima dela, era uma república. Então nós fomos e entramos nessa república e chegamos lá dentro. Lá disseram: nós vamos fazer o seguinte, nós vamos fazer grupos de três. Na frente vai um com cartaz, no meio vai um distribuindo os panfletos para todo mundo que encontrar na rua e jogando dentro das casas e atrás um terceiro que vai ficar de olho, se aparecer polícia, abre a porta das casas, um portão, coloca, as pessoas dentro. Nós vamos descer aqui pela calçada da direita, vamos até a rua Amando, direto aqui até a rua, viramos na calçada, subimos pela rua, tal sempre, pela calçada direita e voltamos pela calçada direita. A outra metade vai sair daqui, vai pela calçada da esquerda para pegar todo mundo que tivesse todas as casas que tivesse. Faz o caminho ao contrário, vai no sentido contrário e voltam para

casa. Deixam as coisas e voltam, combinado? Então foi isso que foi feito. Nós fomos descendo, fomos até a rua Amando quando a gente está na João Passos, voltando para lá, mais ou menos ali na altura do Tênis Clube, passa uma baratinha da polícia, que era um fusquinha preto e branco da polícia e o cara vinha bem tranquilo, bem devagar. Ele olhou aquilo, arregalou bem olho, acelerou, a gente falou corre, corre, corre, corre. Subimos, como um pó, fizemos isso, largamos e voltamos para dentro do Seminário. Dentro do seminário, estava tendo uma reunião com o Dom Alberti, que era o bispo de Apucarana, que era uma reunião que ele estava tendo, que ele foi. Ele veio para mediar a questão dos padres que não queriam aceitar o Dom Zioni. E ele chegou lá, encontrou o seminário ocupado e falou: mas o que que é isso? Então ele queria conversar com os estudantes. O que é que está acontecendo? E ele estava tendo uma reunião com a direção, só que aí a gente foi e ele estava numa sala grande, a gente foi, sentou na sala e ficamos participando juntos da reunião: Mas então, qual é a reivindicação de vocês? Mas isso é perigoso, vocês não estão com medo não. Nessa hora chega a notícia que, ao mesmo tempo que a gente estava fazendo isso aqui no centro, o pessoal estava fazendo lá no bairro, ali próximo a Igreja do bairro, a mesma coisa que a gente fez aqui no centro. Só que ali a Polícia Militar conseguiu chegar a tempo e correr atrás deles e eles estavam na rua, não deu tempo de voltar para dentro da República. Eles entraram na Igreja e trancaram a porta. E aí a Polícia Militar cercou a Igreja com eles lá dentro. Então o Dom Alberti falou: eu vou busca-los. Pegou uma Kombi do seminário da diocese, não sei se é da arquidiocese ou do seminário. Foi lá com a batina de arcebispo, de bispo e ele falou: Quem é o comandante aqui? Tudo relatado pelo pessoal que estava lá: olha, é o seguinte, eles estão dentro da Igreja, portanto eles estão sob a guarda da Igreja. Então eu vou levar para o seminário. O comandante ficou vermelho e não sei se discutiu ou não, mas ele falou não é isso. Encostou a Kombi na porta, ficou parado e a Kombi foi lotada, desceu todo mundo, voltou lá e levou, quantas viagens precisou. Passou todo mundo para o seminário, foi uma participação de um mediador, mas que ele se sensibilizou com o que ele estava ouvindo. Assim nós ficamos lá no seminário mais um tempo. Só que a campanha na cidade contra os padres também aumentava. Diziam, que os padres eram todos comunistas, eram baderneiros, que eles ajudavam os subversivos e assim a campanha com panfletos que foram entregues para a sociedade. Então discutimos entre nós, como vamos sair do seminário. Foi cogitado a ocupação da faculdade, se nós ocuparmos a faculdade, então a faculdade é nossa, migramos para lá, falamos: vamos deixar esse peso na faculdade, que era um grande peso político para o seminário. Ocupamos a faculdade, hasteamos a bandeira do CAPS no mastro da bandeira do centro acadêmico, no mastro junto com a bandeira brasileira, ficou lá dentro durante bastante tempo. Passados alguns meses, começou a repercutir, repercutir e repercutir. Inicia uma negociação. Novamente disseram, vamos lá, vamos negociar de vez isso aqui, vamos instalar essa faculdade de vez, vamos para o que a gente quer. Nessa negociação foi prometido tudo, foi liberado, tudo liberado ainda de boca e assim terminou a greve. Este movimento foi um movimento muito mais radical, mas o movimento todo era muito mais radical. Quer dizer, num movimento estudantil brasileiro havia uma radicalização, era um pouco antes do ato cinco, quer dizer, tinha alguns meses antes do ato cinco, acho que era agosto, tenho certeza do mês, mas havia já um clima de que as coisas, iriam se acirrar e a gente sabia que isso era falado, mas aquela história não. Nós não podemos abrir mão, finalmente o impasse foi resolvido com a vinda de Dom Zioni, eu posso dizer, os padres tiveram que sair daqui, apenas alguns ficaram. Acho que pouquíssimos ficaram na diocese, mas ficaram alguns e a maioria foi dispensado. O padre Augusti foi para Guaimbê, perto de Lins, ficou lá. E aí veio o Dom Zioni. Na posse de Dons Zioni, olha a importância que a ditadura dava, vieram alguns soldados dos Dragões da Independência. Que é que tomam conta lá do Palácio do Planalto o ministro da Justiça, o governador, enfim tudo que poderia fazer. E havia uma vigilância em carros, chapa fria, que a gente chama aqui na cidade grande. Então combinamos, em fazer

uma panfletagem no dia da posse de Dom Zioni, o que seria um suicídio, quer dizer, aquela coisa aí a maioria começou a dizer não, isso aí é uma besteira, não vai dar certo. E alguns não vão fazer, vão fazer, vão fazer. No fim, sobraram uma meia dúzia e decidiram fazer. Só que tinham que fazer de carro para jogar. A ideia era passar jogando os panfletos e correr. E não tinha um carro, então por isso não fizeram. Eu acho que antes da posse do Dom Zioni, um pouco antes, o governador veio inaugurar algumas obras dele, era o portão da faculdade, o albergue noturno. Fizemos uma assembleia com menos gente, porque, tinha polícia para todo lugar na cidade, polícia paisana. O pessoal convocou para a reunião 40 ou 45 pessoas falando: olha, nós temos que fazer o que aí? A ideia era o seguinte, era pichar todos os lugares que fossem ser inaugurados. Foram divididas as pessoas em grupos, cada um num carro para pichar e outros. Um carro para cada um, para não ficar muita aglomeração, então sai pichando os locais. E eu fiquei num grupo que foi determinado que era para pichar a casa do Antônio Delmanto. Era um médico, eu trabalhei com ele depois que eu era médico, uma pessoa muito, muito boa, mas era alguém que era da área, era um político da Arena que apoiava a ditadura tal, mas era uma pessoa muito boa. A casa dele era aonde o governador ia se hospedar e nós fomos para lá de carro e paramos o carro e escrevemos na parede da casa dele: Fora Sodrê, abaixo a ditadura. Entramos no carro e saímos em quatro, nós estávamos no carro, andamos mais ou menos uns 100 metros, começamos a ser seguidos por dois carros, os carros iam nos seguindo. Nós com a cara de que não tinha nada, eles tentavam e olhavam e o Darci Fortolezi que é um psiquiatra, hoje já escreveu também um livro, ele estava dirigindo o carro dele, logo virou e começou a descer. E lá embaixo tinha um conjunto de repúblicas que se chamava “O Beco”, ele foi, entrou no beco. O Guilherme, que era um que estava lá, correu e pulou no meio do mato que tinha em frente o mato estava alto e ele se escondeu no mato e nós descemos como se nada tivesse acontecido. Tinha uma república com a luz acesa, a gente foi bater na porta, o pessoal abriu a porta, nós entramos e apagamos a luz. O pessoal da República falou: o que que é isso? Fiquem quietos, apaguem as luzes. E aí começamos a ver pela fresta da janela que eles foram lá anotar a chapa do carro, começar a olhar com lanterna, assim para dentro do carro, embaixo dos dois bancos, tinha tintas, pinceis. Quer dizer, mas eles não viram. Eu não conseguia ver de lá. O carro estava fechado, travado. Eles ficaram por ali, foram embora e aí a gente ficou lá dentro um tempo e fomos para casa. E se eles saíram daqui, estão esperando a gente aqui na virada. Bom, mas o que a gente vai fazer? Vai ficar aqui a noite inteira, não tem jeito. Então eu me lembro que saí de lá olhando de canto de olho e fui até a República. Não aconteceu nada, eles já tinham ido embora. Provavelmente eles julgaram que a gente era da República, que não tinha nada lá, porque eles não conseguiram ver nada. Chegamos lá no dia seguinte, tinha aula e fomos para a aula chegando lá, uma assembleia de todos os que foram para outros pontos foram presos, chegaram lá estavam, todos com a tinta, com os pincéis e tudo mais, porque era previsível. Eles não previram que a gente ia pichar a casa onde o governador ia ficar hospedado e eu tive sorte de ir para aquela casa porque podia estar em outro ponto. Foi um acaso, decidimos fazer uma assembleia, chamar todo mundo em todas as salas. Interromperam as aulas, fizemos assembleia, decidiram fazer uma passeata no centro, voltamos para a cidade, paramos na Avenida Brasil, na Avenida Dom Lúcio, na rua que vem da faculdade, na Avenida da Luz, começamos uma passeata em direção à delegacia, porque eles estavam na delegacia. Estão descendo, chegamos na frente da delegacia, tinham sumido todo o pessoal que ficava na frente. Os guardas. quando chegou, todo, fizeram uma passeata, um comício nas escadarias da delegacia ou pregaram cartazes na fachada da delegacia e saímos de lá, demos uma volta, pela vila no quarteirão, e fomos em direção à casa do Antônio Delmanto, que era na General Teles. O Doutor Delmanto não é mais vivo, mas talvez a casa seja da família e nós chegamos de frente com a casa dele. Quando nós chegamos defronte, estava um pelotão da polícia, com aqueles cassetetes mais altos que os policiais de madeira, parados assim a frente, bloqueando a rua. Nós paramos de

frente para os policiais e ficamos, naquele dia não tinha nenhum movimento. Me lembro que eu olhei para trás e falei: bom, se eles pararem um caminhão ali atrás e os policiais vierem por lá e por aqui, eles são massacrados aqui no meio. Aí eu cheguei à conclusão de que eu não era nada, eu não tinha nada. Digamos que eles falavam o militante de base era um cara que estava lá. Eu fui lá e falei que se o pessoal puser os policiais lá atrás, nós vamos ser prensados aqui. Eles colocaram um pouquinho, conversou com o pessoal da direção. Olha, é o seguinte pede para as pessoas deixarem a porta das casas abertas e aí nós vamos partir nas casas, falou. E as casas tinham a porta na rua e a maioria delas era memo com portas na rua. Outras tinham um jardinzinho, mas batemos, por favor, minha senhora, a maioria eram mulheres que estavam em casa. A senhora pode deixar as portas abertas? Eu me lembro que uma com quem eu falei. Meu Deus! Ela começou a chorar e abriu a porta, fechou a porta dela e nós ficamos por ali, não deu outra, passou alguns minutos, eles desceram lá, tiraram o cassete, vieram daqui e dali. A rua se esvaziou em dez segundos, eu lembro que eu entrei pela casa, cumprimentei as pessoas que estavam na sala, saí pela cozinha e olhei para o quintal de baixo, saí pela rua de baixo, e fui para fora, mas alguns entraram, saíram nas janelas e nesse momento o governador estava chegando na casa com o carro. O carro oficial, não me lembro se era da Câmara, o governador levou uma vaia. O pessoal os vaiou a partir das suas casas, ele tinha um deputado que depois também eu conheci uma pessoa que fiz amizade, mas uma boa relação com ele. O deputado chegou lá e falou assim para a mulher: Não, senhora, a senhora está abrigando, subversivos na sua casa. Ela falou: Doutor, a casa é minha, eu abrigo quem eu quiser, ele parou e ficou por isso mesmo. Mas isso não aconteceu nada, foi todo mundo embora. No dia que foi editado o Ato cinco, que tinha uma série de restrições, nós fizemos a Assembleia, decidimos e todos foram para rua. Fizemos uma passeata pela cidade inteira com spray na mão, escrevendo nas ruas a UNE, somos nós, a UNE, somos nós. Se devia ou não somos nós, alunos, somos nós, somos o futuro. A rua pichada de alunos somos nós, como último ato de coragem e de falta de noção do que estava por vir. Depois o movimento estudantil ele continuou meio clandestino e teve vários outros episódios que depois eu me formei logo em 71 e fui residente em 72, mas teve vários episódios de prisões dentro da sala. O pessoal chegava lá e falava você vem aqui, saía com o homem preso, levava do DOPS.

Nessa época de 67, a 68, o senhor ouviu falar da Juventude universitária católica? Atuou nessa, grupo ou não?

Não. Mas, atuei no que resultou da juventude universitária, é toda a JEC, JOC, JUC e a Juventude Universitária Católica. A juventude era JEC estudantil católica, a católica e a jovem operária católica, a maioria do pessoal que começou, a maioria não sei, mas uma grande parte dos que começaram nisso depois caminharam para uma organização que chamava a Ação Popular, e que tinha influência no movimento estudantil de Botucatu quando participava do movimento estudantil. No começo até o fim de 68, eu não tinha noção, quer dizer, eu ouvia falar da JUC, mas eu não sabia o que era isso. Então eu não participei da JUC, mas participei da Ação Popular que na época já chamava, ela tinha se radicalizado e era uma organização que se chamava Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil. A.P. a PML era maoísta. Chegaram me explicar o que era eu tinha alguns textos que tinham me passado quando estava lá no seminário. Lê esse texto revolucionário, eu não sabia do que era. Era um texto que, segundo me falaram depois, foi escrito há controvérsias disso, pelo Mao Tsé-Tung, dizer que é traduzido, que a pessoa escrevia. O pessoal já falava olha, a gente acha que a ditadura tem que ser derrubada por um movimento de massas. Não adianta luta armada de minoria, a luta armada de minoria vai ser massacrada se não houver um movimento de massa não adianta, o movimento de massas é que vai derrubar. Então, o trabalho que você tem que ter é o trabalho de desgastar a ditadura e fortalecer as organizações antifascistas contra a ditadura. Isso é o seu trabalho. Então, eu nunca vi uma arma, nunca vi nada, embora as

pessoas digam que em alguns lugares a AP, tinha armas, mas que nunca usou. Havia ao mesmo tempo, nessa época, já havia a AIN e o AVAR Palmares, Molipo, uma série de organizações e na sua maioria eram dissidências do Partido Comunista Brasileiro. Um pouquinho do que ele é que partiu para uma ação, guerrilheira urbana. E o PC do B para uma guerrilha rural no lá no Bico de Papagaio, que depois foi dizimado. AP operária dizia isso é isso aí, é aventura. Não, não vai acabar com a ditadura. Então eu participei, era mais, uma célula, uma célula e assim, seguinte, ela conhecia o pessoal da célula, que eram cinco ou seis pessoas. A gente se conhecia, sabia que era da PIDE, suspeitava que havia outras células, mas que a gente não suspeitava até quem talvez participasse, que eram as lideranças, mas nós não sabíamos nada. Tinham reuniões assim, demoradas, eu me lembro que era reuniões de horas tal, de formação política, formação político revolucionária, que depois eu vim a perceber que era o seguinte: AP, dizia que queria o socialismo, mas não sabia como, porque ela não se definia, porque o Partido Comunista, com as organizações não vai ter uma guerrilha, uma revolução, se toma o poder implanta, o socialismo quando tiver uma revolução socialista, mas quando e isso? Quando as massas estiverem preparadas. Havia uma disputa entre AP, que era de origem religiosa católica, só católica tinha pessoal protestante também, na AP, apenas entre as lideranças, mas a AP, tinha grandes divergências com o Partido Comunista. Segundo a história que foi contada naquela época, essa divergência surgiu porque o Partido Comunista seria estalinista. A Igreja ou a Teologia da Libertação, era contra todo tipo de controle por uma minoria. Mas havia, guerra entre elas, torciam o nariz uma para a outra, uma acusava, o outro, outro acusava outra. E eu participei da AP, durante um tempo, quando o IN teve uma época em que foi já quando estava começando, o governo militar estava começando a fazer a transição lenta, gradual e segura, que era um projeto de fazer a transição. Garantia a anistia para os crimes dos dois lados, então havia muito mais crimes entre os militares do que, as forças de segurança. Nessa época o Silvio Prota, que era um general, que era da linha dura do exército e ele começou a criar problemas para essa transição e ele começou a porque eles já tinham praticamente dizimado as guerrilhas, tinha sobrado muito pouco, tinha matado o Marighella, tinha matado que era militar lá, que era famoso. Tinha matado a maioria dos que entraram na guerrilha. Tinha sido ou tinham fugido do país e sido exilados, só então, para criar problemas, ele começou a pegar as organizações que não tinham participado da luta armada. Então foi nisso que o Herzog foi morto, porque o PCD, as dissidências PCD participaram da luta armada, o PCB não. Olhem, isso é uma aventura que não vai levar a nada, as massas é que um dia vão fazer a sua revolução socialista. Qual é o nosso? A nossa tarefa é preparar as massas politicamente para isso, para o novo, o futuro que virá então. Mas o ZOG era do PCB, foi torturado e morto. E foram vários, o Manuel Fiel Filho, que era um operário ligado à Igreja Católica da oposição sindical em São Paulo, foi torturado e morto dentro do DOI-CODI e aí pegou a PIDE também. E começou pela direção da PIDE e matou e sumiu com o Honestino Guimarães Vivo Lacerda e o Paulo Stuart White, que era um pastor de origem, um pastor evangélico, se não me engano, era batista ou presbiteriano, não me lembro, mas foi morto também e tal. E aí começou a sofrer uma baixa muito grande de gente e eu e o pessoal de Botucatu, nós éramos praticamente nada, não tínhamos muita participação, nunca fomos direção, íamos para fazer uma discussão política. Um dia eu estava lá, e o Pedro chegou e falou assim, olha, eu fui preso pelo DOI-CODI, fui torturado. Eles chegaram até mim através de um companheiro que estudava agronomia em Piracicaba, que também era da PUC, e esse companheiro foi torturado que ele estava irreconhecível. Não reconheci. Eles puseram na minha frente um homem não reconheci, ele estava inchado, todo vermelho, com hematomas, ele abriu uns nomes no meio da tortura para não morrer. Ele contou que eu e o Devanci, pagou o Paulo Teixeira, que foi depois o Paulo Teixeira foi quem organizou. Paulo Teixeira, formado aqui em Botucatu, numa turma, Paulo Teixeira se formou em dermatologia e depois fui indo que, organizou o programa ANTI do governo brasileiro, que foi reconhecido

mundialmente. Muito tempo depois. Ele ainda está vivo, está bem debilitado. Ele que organizou um dos programas mais conhecidos internacionalmente como o programa Anti Aids, mais de maior sucesso no mundo. Então Paulo Teixeira era também da AP na época. E aí eles, o Pedro falaram, de tudo, o Paulinho sabe do Pacu. O Pedro contou a história e falou ora, então se prepare aí, o próximo foi preso. Foi o Devanci, que era chamado de Pacu. Depois foi preso o Paulinho, mas aí eles já não foram torturados porque chegaram lá, todas as perguntas foram feitas, ele respondeu, eles já sabiam, a gente já havia passado para ele. Mas há mais, mas aí de repente eu estou lá atendendo, chega um moço na secretária. Tem um moço aí que quer falar com o senhor. Eu falei consulta? Ele diz que não que é particular. Aí ele entrou. Um rapaz jovem, só falou assim: isso aqui eu fui incumbido de lhe entregar isso aí. Eu falei: mas o que que é isso, por favor? Eu abri. Era uma intimação para eu comparecer ao DOI-CODI no dia tal tantas horas. Era 01h00 da tarde do dia tal, no DOI-CODI. Falei, mas o que é isso? Ele falou: olha, eu não sei, eu só fui incumbido de vir entregar. Aí fui lá para o DOI-CODI e eu relato isso com um certo detalhe no livro. Aí chego lá no DOI-CODI e entrego essa intimação. Na porta tinha o Sentinela, a Sentinela, não sei o que é que era, um homem estava lá com o fuzil. Ele olhou com a cara fechada. Um estranho. O DOI-CODI não recebe pessoas à tarde, ou quando você vê pessoas, nunca no decorrer do dia lá e sequestrava as pessoas, jogava no mar, num veraneio que eles usavam e que não gosto. Agora eles tinham dado um papel e eu falei: Bom, aí ele falou, mas não, você vai falar isso? Não, então tudo bem. Olha, escreve que eu estive presente, aí eu vou embora, eu vou. Não, não pode entrar. Eu entrei, eu falei, seja o que Deus quiser. E aí fiquei sentado um tempão, eu e a Marta também, que escreve no livro também, ficamos os dois sentados ali e o pessoal passava e olhava para nós. Que coisa estranha isso que eu estou fazendo aqui sentados fora. O cara entrou pra lá. Uma meia hora depois ele diz, por favor, vocês podem ir embora. Como assim? Eu estava lá trabalhando tal. Fui intimado a vir aqui. Você me disse pode ir embora, vai. Por quê? Não. Eu falei, mas então você pode me dar uma declaração que eu estive aqui? Ele falou assim: não, não, não a DOI, não dá declarações, aí ele falou: O que é que os senhores fizeram? Também gostaria de saber. Ele falou não, quem fez isso vai pagar por isso. Eu falei: E que história é essa de que ele fez isso? E aí fomos de lá para o escritório do Airton Soares, de Val Pivetta, que eram defensores. E aí a cópia disso que a gente recebeu já estava com Dom Paulo Evaristo Arns e já estava com todo mundo distribuído. Aí voltei para cá muito tempo depois, eu soube que o DOI-CODI tinha dúvidas. Ele pediu para que a polícia secreta da Polícia Militar, o braço de investigação secreto da Polícia Militar, nos investigasse e sei lá quem na polícia, em vez de investigar, falou: vai lá prestar esclarecimentos. Então foi isso a minha passagem pela AP, logo depois, foi criada o PT. Eu fui para o PT desde o começo da evacuação e teve uma reunião do pessoal da AP, dessas e na outra proposta que tinha uma outra proposta e nós recebemos uma proposta doutrinária, uma proposta irreal, uma pouco estruturada, mas a AP, teve um papel muito importante no movimento estudantil e secundário e no movimento operário também. Mas o movimento estudantil até dirigiu a UNE por vários mandatos. O presidente da UNE, o Honestino Guimarães, presidente da UNE, quando foi preso, morto. Então a AP teve um papel muito grande no parlamento estudantil.

Como o senhor, poderia definir a pessoa do Padre Augusti?

Uma pessoa primeiro, uma pessoa que eu admiro muito e tenho uma admiração muito grande por ele. Era muito inteligente, com olhar penetrante, ele olhava no olho das pessoas. Tinha um compromisso com a verdade, falava o que achava, ele não fazia concessão. Tanto que ele foi sempre combativo, uma pessoa que tinha uma noção de justiça muito grande, ele dizia isso. Esse regime é o regime injusto, é um regime torturador, é o regime, isso, esse tu precisas acabar. Isso não é cristão. E ele tinha um discurso cristão, que era o discurso cristão da Teologia da Libertação. Não era bem isso, mas uma pessoa muito inteligente, muito capaz.

Como eu já disse, ele era extremamente carismático. Era uma delícia ouvi-lo falar. Não é assim, uma pessoa também que não ficava só fazendo discurso, não. Nos momentos de descontração, ele ia junto com as pessoas, bate papo sobre as mais variadas coisas. Bom. E ia para a política, por exemplo, ia para o bar junto com as pessoas, depois ele, depois da missa, ele se sentava, tinha um restaurante ali que era de um padre, que era o restaurante do padre por ali, onde hoje é do lado do seminário, Ele bom, e aí, depois da missa, às vezes ia para lá, iam os estudantes, ele estava, ele se sentava lá na mesa e conversava sobre futebol, conversava sobre as mais variadas coisas. Uma pessoa muito afável e que tinha uma liderança entre o movimento da Igreja, entre movimentos. Ele era muito admirado, por exemplo, o movimento da Igreja, porque o movimento estudantil é um movimento da Igreja, quer dizer, o movimento de resistência ao Don Zioni e o movimento estudantil. Eles correram paralelas ao mesmo tempo, na mesma época, mas eles não tinham pontos de encontro. A Igreja apoiava os nossos irmãos, as nossas outras estripulias, mas a ela não decidia nada pela gente, nem insuflava. Não precisava também, mas ela apoiava. Por todas essas vezes que ela apoiou o que eu já tinha latente. E ao mesmo tempo a gente tinha algumas pessoas que eram estudantes e eram católicos e participavam sim, católicos praticantes e participavam de missa, participavam da Igreja, participavam da vida das comunidades de base, mas não que eram católicos, então eles atuavam numa mesma tinha atuavam lá nas comunidades de base. Isso ao mesmo tempo. Mas não havia uma ligação orgânica entre Igreja e uma vez que, se não houvesse a coincidência dessa e essa luta inicialmente pela constituição da Faculdade e depois pela constituição da faculdade e contra a ditadura, chegou a superar era pela constituição da faculdade, mas era também contra a ditadura. Se não houvesse isso na mesma época em que os padres estavam questionando a vinda dos Dom Zioni, talvez não houvesse tanta proximidade, mas pelas circunstâncias, houve essa proximidade, eu e o Padre Augusti, ele era muito respeitado, tanto do ponto de um lado como do outro, ele fazia uma espécie de ligação.

O padre Augusti chegou a discursar alguma vez no movimento, nesses acampamentos, encontros que vocês fizeram?

Sim, sim, participou. Ele fez discursos e o discurso dele era sempre assim. Vocês, jovens, tomem cuidado, mas o que vocês estão fazendo é justo. Então a luta de vocês é justa, vocês são o futuro da nação, vocês. O que vocês estão fazendo? Vai dar frutos lá na frente. Bom, bem. Estimulou, estimulando. Ele fez alguns discursos e alguma coisa de passado também.

Depois que ele passou tudo isso, depois que o padre August foi preso e depois foi solto, o senhor teve contato com ele?

Tive contato com ele uma vez, eu era presidente lá na faculdade. Padre Augusti tinha uma lesão cardíaca, as válvulas cardíacas, na válvula pulmonar, que aliás, foi o que contribuiu para a morte dele, uma morte precoce. Ele estava lá fazendo exames na faculdade. Aí encontrei com ele, conversei com ele. Só que era difícil chegar perto dele, porque todo mundo queria conversar com ele e todo mundo que tinha passado por aquela época, que na época era residente e tal, alguns já eram docentes e lá o nosso ficava conversando com ele. Mas eu conversei com ele nessa época em que ele foi se tratar na faculdade e acho que uma outra vez eu encontrei muito rapidamente com ele. Uma outra vez que ele veio a Botucatu e eu não me lembro bem a circunstância, mas foi. Às vezes foi um papo muito rápido, muito só, quase que cumprimento.

Ele nunca falou nada do tempo de prisão dele, de tortura?

Isso nunca. Eu cheguei a ler um livro dele. O que ele escreveu, um livro que eu vi. Eu não me lembro agora você vai conhecer, mas esse livro eu cheguei a ler o livro dele. É um livro poético, angustiado, ao mesmo tempo poético e angustiado, livro de alguém comprometido,

mas que se sentia impotente, pronto para transformar a realidade. Ele queria transformar. Eu cheguei a ver isso e no livro, pessoalmente dele não.

Os políticos da época de Botucatu, de 67 68, apoiavam ou não apoiavam, eram a favor ou contra os estudantes?

Se tinha alguém que apoiava, eu não sei, mas os políticos, eles eram praticamente todos e os que tinham uma expressão, pelo menos tinha alguns que eram comunistas. E tipo, tinha alguns ferroviários que eram comunistas e eram vereadores, chegaram a ser vereadores na época tal, mas eles já tinham deixado o comunismo de lado, então estavam bem, tanto que nem apareceram muito nesse momento. Mas a maioria dos políticos era contra o movimento, porque achavam a gente estava muito, agressivos, mas era uma agressividade, quer dizer, de fazer, o movimento reivindicatório. Então eles aceitavam mais. Quando a greve passa a ser uma greve declaradamente político, eles ficaram muito bons e havia um movimento organizado, mas havia um grupo anticomunista que considerava a gente como comunista e a gente sem saber bem o que era o comunismo. Eu acho que naquela época, se perguntasse, a gente talvez dissesse o que era comunista. Bom, é aí. O comunismo tem várias interpretações também. O que é comunismo? Porque não me lembro agora do Flávio Dino perguntando se era comunista, se sou comunista, graças a Deus. Não sei se você viu esse vídeo, aí a repórter fala assim, mas isso é um contrassenso. Ele fala não veja na Bíblia tal coisa, tal coisa, tal coisa está lá. Eu sou cristão e comunista. Então o comunismo que ele fala é um outro tipo de comunismo que não é o comunismo da União Soviética ou da China que era um comunismo antirreligioso, que a religião era, que a religião era o ópio do povo, que enfim, mas os políticos eram conservadores e faziam campanha contra, então contra a gente. Também eu me lembro que quando gente estava no seminário houve um fato que foi o seguinte alguns vereadores conservadores tal, vieram lá, falaram: Olha, vamos acabar com esse movimento. A gente se propõe a fazer a interlocução com o governador. E aí a direção perguntou para eles: Vocês podem garantir a verba aqui? A gente conversa com o governador. Não, obrigado, pode ir embora, não queremos a intermediação de vocês, se vocês não podem resolver a questão da verba, nossa, não precisa fazer nada. Pode ir embora. Quer dizer, era uma coisa meio prepotente, eu acho que era empoderado, talvez assim, a gente achava que o jovem acha sempre que ele pode mais do que pode realmente. Mas a gente tinha essa e aí o que dava esse empoderamento era que a gente olhava para o lado e via centenas de pessoas que pensavam igual e que faziam igual e que, correndo o risco, ficavam e participavam e iam. Quer dizer, isso tudo contribui para esse empoderamento, então a gente correu riscos, a gente sabia que tinha visto, mas no fundo não falava assim não, não vai acontecer nada poderia acontecer agora.

A participação no movimento estudantil foi importante para sua formação universitária e para sua vida?

Muito. Eu acho que como cidadão, ela foi muito importante, porque eu vinha de uma, de uma concepção, embora meu pai, veio para o Brasil, meu pai era extremamente pobre, meu avô caiu de um telhado quando eu tinha sete anos, morreu e a minha avó ficou com sete filhos que passavam fome porque tinham uma quinta que eles falam que é um terreninho onde plantava batata, palma, que tinha uma vaquinha e tal, mas que não dava para alimentar todos, então passava fome. Quando meu pai chegou aos 17 anos, ele resolveu que ele ia para o exército. O exército português na época, ia para a África, tinha as colônias e já havia alguns movimentos de libertação, na África, gêneros lá na África tal. E ele falou para minha avó que ele ia para o exército e a minha avó falou: pelo amor de Deus, você vai morrer lá na guerra. Não sei o que ele falou, eu prefiro ir lá morrer na guerra, se não vou morrer de fome aqui e eu posso ajudar vocês e eu posso estudar. Ele foi, se apresentou, aí passou pelo exame médico. Quando ele

passou pelo exame médico, ele contava isso para mim, que o não sei se sargento então disse, queremos agradecer a vocês que querem servir a pátria e infelizmente alguns não vão poder servir a pátria porque não tem peso suficiente. Um deles era meu pai. Ele era desnutrido, tinha 38 quilos e 17 anos. E aí ele veio para o Brasil e aí ele teve tifo e uma morte mandatória. Só que aí ele conseguiu ter um bar, do bar ele foi crescendo, uma pessoa muito seguro de que não gastava muito. Eu não fazia nada, para permitir que eu e a minha irmã, como só dois filhos, pudéssemos ter a melhor, o melhor possível. Eu nunca tive que trabalhar eu quis e fui trabalhar num bar dele à noite de domingo e sábado, quando lotava muito, porque era um bar central e tinha muito movimento. Tinha mate, tinha não sei o quê e tal então eu trabalhava no balcão junto com os empregados. O que meus amigos que eu era sócio do Tênis Clube de Presidente Prudente, o meu pai comprou a ação e nunca entrou no Tênis Clube. Para que eu e minha mãe pudéssemos ter o que ele não teve. Aí os meus amigos, que eram todos da elite Prudential, então outros muitos amigos, até hoje eles falavam assim que é isso? Você é filho do dono, é que você está trabalhando junto com os empregados. Isso não é para você. Falavam, para com isso, então tinha isso, mas eu tinha talvez essa concepção que meu pai me passou isso. Trabalhar nunca é vergonha, trabalhar não, não é vergonha jamais. Seja o trabalho qual for e tal, ele trabalhou em curtume descarnado, como ele trabalha, fez praticamente tudo quanto é coisa. Trabalhou no porto de Santos carregando sacos com o peso dele. Se imagina, ele morou por muito tempo, mas eu tinha uma formação pelos amigos, uma formação de elite. Eu tinha uma visão da elite, e aí eu chego aqui e vejo um outro mundo, e aí eu começo a ver. Eu nunca passei fome, mas aí eu começo a ver, a ir para a periferia e ver pessoas que passavam fome, pessoas que tinham uma vida miserável, pessoas que, então, isso eu acho que para a formação humanista, a minha foi muito importante, foi fundamental, fundamental e até a teoria na teoria comunista, porque era marxista leninista, embora hoje eu acho que ela é equivocada. Quer dizer, pelo menos a prática dela é equivocada, embora teórica nem totalmente a ditadura defesa da ditadura de partido único e tal, não sei o que quer dizer. Uma coisa que o stalinismo depois que eu comecei a ver estalinismo, para ele é que é isso? Como é que o homem fala que vai construir uma sociedade igualitária a uma sociedade socialista? É o que está ali fazia, quer dizer, o Estado e matou toda a cúpula do Partido Comunista. Quando o Lênin morreu para assumir e ele foi matando um a um, matou a cúpula do próprio Partido Comunista. Fóruns que imagine o que ele fez com os que eram contra. Então essas, idas e vindas na teoria e na prática, e vendo as coisas, eu acho que foi fundamental. E eu cheguei a isso pelo movimento estudantil. Se eu fosse para o lugar que o movimento estudantil era calmo, pacato, não tinha nada. Talvez não tivesse aquela visão um tanto elitista que eu trazia da minha convivência com as pessoas. Meus amigos eram filhos de fazendeiros, hoje são fazendeiros a maioria deles em Presidente Prudente. Tem gente muito boa como pessoas, como um amigo que tenho no WhatsApp. Ele é de extrema direita, bolsonarista, de extrema direita, e discute comigo porque eu sou petista e comunista, que é isso e tal. Então, mas eu consigo argumentar e consigo fazer o seguinte vai ser diferente, não tem muito problema. Eu acho que essa formação que o movimento estudantil me propiciou, a formação humanista, ela foi fundamental. E a medicina? Você pode ser um médico mercenário, mercenário no sentido pode ser pejorativo ou não, mas que é o seguinte eu quero saber do dinheiro. Então se a pessoa não tiver, eu decidi. Eu tinha uma clientela boa, uma cidade particular. Eu era médico da Duratex, da fábrica da Duratex, eu atendia lá os funcionários da Duratex, ganhava muito bem e tinha consultório particular e atendia no Posto Assistência Médica, no Hospital Sorocabana, na Misericórdia e tudo mais. E aí eu falei olha, o que é que quer dizer quem não tinha INAMPS, que eram os que tinham carteira assinada. Então um trabalhador rural, por exemplo, não tinha nada e era atendido no porão da Santa Casa da Misericórdia como indigente. Eu falei não, tem que ter um sistema público de saúde. Então eu vou fazer o seguinte eu vou fazer o curso de saúde pública e vou virar sanitaria,

abandonar a clínica, abandonar tudo que eu gostava da clínica. E aí os colegas médicos se reuniram comigo, falaram assim: você vai fazer saúde pública, mas isso é coisa pro cara que quer aposentar com salarinho do governo. Só o fim da vida do cara vai aposentar com salário do governo. Por que você vai falar isso? Não, porque eu vou fazer, eu vou tentar fazer com que o sistema público funcione. Não sei o que você ganha com isso, você vai ganhar, quanto você vai ganhar? Muito mais. Eu falava vou ganhar como sindicalista. Na época, eu volto a dizer que era o secretário de Saúde, tinha dado um grande aumento para os sanitaristas. Esse grande aumento hoje seria talvez de oito mil reais por mês, que é um salário razoável para o médico. Quanto é que você vai ganhar? Eu falei, eu sei lá, na época eu não me lembro o valor. Fiquei muito nervoso, eles arregalaram o olho e falou: você está louco? Você ganha dez vezes mais aqui. Eu falei, eu sei. O que você tem na cabeça. Eu falei, olha, eu acho que você é maluco, eu sempre fiz isso, mas que não tinham percebido, eu falei brincando com eles essa concepção para poder fazer saúde pública, tendo dedicado a saúde pública. Então, quer dizer, eu nunca mais trabalhei, quer dizer, eu trabalhei, aprendi, entendi no centro de saúde, escola, atendimento de saúde, embora eu fosse o chefe, não descia para atender os pacientes, mas eram pacientes atendidos no Centro Saúde. Organizei isso e passou a funcionar. Eles já funcionavam mais ou menos. Aprimorei o Centro Saúde, ele passou a ter um funcionamento muito bom, começou a ter muita clientela. Organizei o sistema na região, nos municípios, na época, organizei porque tinha apoio da secretaria estadual. Agora está, digamos, a vocação para fazer isso na saúde. Na minha atividade profissional, ela vem dez desses valores eu chamo de valores humanistas da minha formação a partir do movimento não, que depois continuou, pelo menos eu interpreto assim.

Eu já admirava o senhor, agora mais ainda sabendo essa história tão bonita. Olha parabéns!

O que é isso? Mas eu, eu acho que eu sou resultado de uma circunstância, é claro. Eu acho que a formação do meu pai sempre foi uma pessoa extremamente ético, um ele tinha uma coisa, ele dizia assim: se tiverem troco a mais, devolva. Não é seu. E coisas pequenas. Ele andava com dinheiro no bolso e chegava o cara, o pedinte ele metia a mão no bolso e dava. Aí um dia a minha mãe chegou para ele e falou assim Ó Diamantino, você fica dando dinheiro para essa pessoa. Você não vê que ele está tá bêbado, você vai dar dinheiro, vai tomar pinga. E ele falou: Olha, eu dou de todo gosto e aí o dinheiro ele faz o que ele quiser, isso eu não posso controlar a vida dele, mas o que eu puder dar eu dou. Ele andava com o bolso cheio de dinheiro, sei lá, cinco reais, por exemplo, uma nota de cinco reais. no bolso para quem pedia. Ele dava numa boa. Primeiro que o meu pai foi pobre e que ele conseguiu superar, mas que ele renunciou à vida dele, sei lá, ele foi a primeira vez que ele foi ao cinema. Naquela época o cinema era a principal diversão. A primeira vez que meu pai foi ao cinema foi aos trinta e cinco anos, e ele tinha um bar ao lado de um cinema a cinquenta metros do cinema. E ele não ia porque, para não gastar dinheiro. Ele tinha uma fazenda, uma fazenda média, que depois ele em vida passou para minha irmã, metade para mim, para que a gente não tivesse o risco de começar a disputar essas coisas que ele não queria. Ele era camponês, né? Quando veio para cá, então a fazenda para ele era a realização, ele conseguiu ter uma fazenda que antes lá ele não tinha terra que produzisse nada e que garantisse a sobrevivência dele. Mas ele fazia tudo isso, tudo o que ele acumulou era para nosso benefício. Então me fez pensar várias vezes, falar puxa vida o meu pai não usufruiu, quer dizer, usufruiu, comendo bem, vivendo numa casa confortável. Mas ele não tinha nenhum luxo era uma pessoa extremamente simples. Ele tinha amizade com toda a elite da cidade, que o admirava muito, porque ele também tinha o bar ali no bar. Era um local onde se discutia política o tempo todo, então a elite ia toda lá para discutir a Câmara Municipal. Quando terminava a sessão, todos os iam para lá e avançava até duas horas da manhã, discutindo as coisas. Meu pai fez o esforço na vida para mim, tudo bem,

era voltado para a família, mas ele, por exemplo, empregados da fazenda dele, quando não era obrigatório registrar, ele registrou sempre. E ele falava, é justo que eles tenham carteira assinada. Quando algum empregado se demitia ou ia ser demitido ele ia no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e fazia hora. Vamos fazer o acordo. Quanto tempo e quanto que eu devo para ele? Então ele assinava, pagava. E é muito estranho isso. A maioria não fazia isso. Ele falava, não, isso é justo, isso é justo, ele trabalhou, ele tem direito, sou justo. Então esta visão do meu pai, embora, o meu pai fosse lacerdista, se você sabe que eu fui Carlos Lacerda, o Carlos Lacerda, eram direitistas que fez a campanha, que levou Getúlio ao suicídio, depois levou Jango a ser deposto. Tal Carlos Lacerda, era um líder da direita. O meu pai admirava muito o Carlos Lacerda, mas eu, quando passei a ser de esquerda e eu discutia com ele o que eu fiz, o que eu julgava que tinha ideia disso. E ele discutia, mas nunca falou, Cale a boca, porque eu sou seu pai, Jamais, então, esse tipo de informação eu acho que me ajudou muito do meu pai depois do movimento estudantil, me ajudou muito e a partir disso eu acho que eu formei o conhecimento e aí, quais são meus defeitos? Porque a fábula do Pescador azul, que eu acho que é ótima, que das duas sacolas não conhece nenhum deus, pois Deus não é deusa. Acho que o Zeus, um Apolo, sei lá o que, colocou uma sacola na frente, uma sacola atrás, aqui na frente vão os defeitos dos outros e atrás vão os meus defeitos. Então a gente sempre vê os defeitos dos outros e não vê os meus. Eu vejo alguns deles, faço um esforço, mas acho que não vejo todos e não sou perfeito longe de mim, longe de mim. Isso, não é conversa, eu tenho um, eu tenho clareza de que eu sou um ser humano. E como ser humano eu tenho uma série de defeitos. O que é perfeito? Só Deus e não a outra pessoa que seja outra pessoa ou qualquer pessoa que seja perfeita, mas eu acho que se eu fizer um balanço da minha vida, eu acho que eu fiz mais coisas boas que coisas ruins, e isso é importante.

ENTREVISTA COM DR. WALTER COVER

Data Nascimento: 26 de janeiro de 1945.

Local: Limeira / SP

Formação: Agronomia

Situação Atual: Economista aposentado

Local: São Paulo / SP

Data da Entrevista: 25 de julho de 2023

Local: São Paulo / SP

Forma: Gravação de voz

Qual era o cenário político na cidade de Botucatu, quando o senhor esteve lá estudando em Botucatu?

Quer dizer, começou um pouco antes, em 64, com a ditadura, mas em 60, eu fiquei em Botucatu de 65 a 69 e foram anos difíceis porque até no início do primeiro governo militar ainda tinha, que era o Castello Branco, ainda tinha um pouco de liberdade, mas já começou em seguida virar com o Costa e Silva já era um governo bem radical. Então o clima que estava presente naquele momento no movimento estudantil era muito intenso de resistência à ditadura. A cidade de Botucatu, era naquela época, uma cidade mais conservadora, provinciana, um pouco isolada, até pela sua localização no início da serra. Então, a população não era muito grande na época, mas era uma cidade típica, conservadora, em oposição na academia da faculdade, onde já se identificava com os movimentos estudantis, nos grandes centros de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Nordeste, então tinha duas situações totalmente opostas, era o clima que a gente vivia na universidade e o clima mais ameno na cidade. A cidade estava muito grata pela faculdade, ela sempre começou ali com a faculdade de medicina, que era um pleito antigo da cidade. Depois a faculdade, que incluía os cursos de medicina, Ciências biológicas e veterinária. E em 65, veio a Faculdade de Agronomia, que naquele primeiro momento, hoje a Faculdade de Agronomia, totalmente fora do centro da antiga FCMCB, na Faculdade de Ciências e Ciências e Biologia de Botucatu, hoje, UNESP, é hoje a Faculdade de Agronomia que está no Lajeado, mas é um centro muito moderno. É uma faculdade muito prestigiada, mas naquele primeiro momento a gente ficava junto com os estudantes de medicina, biologia e de veterinária. Então tinha esse contraste entre a população que era mais conservadora e a faculdade pelo menos no meio estudantil, que já era mais, mas assim voltada para uma vida de resistência à ditadura. Os cursos ainda eram precários porque estavam no início, faltava muito material e até instalações, e isso foi até o um mote para dar início a uma série de movimentos ali entre os estudantes de Botucatu.

Como que era e como que atuava a Juventude Universitária Católica em Botucatu?

Olha, em Botucatu, eu antes de Botucatu eu estava em Piracicaba fazendo cursinho e o último ano do que se chamava o científico e eu tive contato, eu morei na República com dois estudantes que eram muito ligados a JUC é que eram um Jivago, e o Guedes, que acabou sendo também um membro importante nos governos mais a esquerda. E então eu, dividia o quarto com um dirigente da época da JUC e foi, ele a pessoa que me introduziu um pouco a esse mundo mais avançado em termos ideológicos da Igreja, que foi a JUC. E foi ali, naquele momento, que eu que eu comecei e que baixou a JUC. Depois acabou sendo o centro, um grupo muito forte na formação do que é pouco mais tarde do que foi a ação popular e que acabou até acabou até se passando a ser um pouco mais à esquerda quando virou ação popular marxista no início. Então, a JUC para mim, era isso. Ali, naquele momento, o meu amigo Jivago já começava a falar um pouco de uma consciência política e religiosa muito forte do ponto de vista ideológico, em que, como eu falei, virou um movimento e foi muito

reconhecido depois que a Ação Popular. Em Botucatu realmente eu não tive muito contato com a JUC e depois desse contato inicial, que ajudou a despertar em mim uma consciência política ideológica entre os padres mais progressistas, a Igreja mais progressista, mais importante em Botucatu, eu já comecei a fazer parte de um movimento menos religioso e mais voltado para a questão ideológica, ligado à ação popular.

Como era a pessoa do padre Augusti?

O padre Augusti, eu até me emociono um pouco, porque é uma pessoa maravilhosa, sempre foi uma pessoa maravilhosa. Ele tinha uma fragilidade física, não era uma pessoa corpulenta, mas o que ele tinha de fragilidade física, ele tinha de fortaleza e moral do ponto de vista de ter assumido posições, sempre, muito, sempre do lado dos estudantes e dos movimentos, até operários ali em Botucatu, que não eram muitos em Botucatu, mas tinha já um crescente de movimento na classe operária. O padre Augusti foi o líder entre os sacerdotes e até mesmo trazendo para as suas posições, sacerdotes dos menos progressistas que tinha ali em Botucatu, trazendo esse pessoal, principalmente quando se tratava de uma injustiça ali contra os estudantes, onde eu o conheci melhor. Eu tenho uma história, até um pouco cômica, com o Padre Augusti, por alguma razão que eu fui com ele, mais um estudante para Limeira, que é a minha cidade natal, e na volta a noite o nosso carro, ele não chegou a capotar, mas ele tombou de um lado, acho que numa curva, não ficamos feridos. Mas era quase meia noite tal, no meio de uma estrada que era de terra que a gente veio, que não é estrada, que hoje vai de Limeira a Botucatu. Mas aquilo foi meio tragicômico, né. Porque a gente não sabe até hoje o que aconteceu, a gente não estava correndo, não estava, não estava, não tinha bebido, não tinha feito nada. Porque a gente num boliche ali perto em Limeira e a gente até pensou em brincar um pouco dizendo que a gente tinha sido, que o acidente tinha sido provocado ali pela direita, mas não foi nada disso, foi uma brincadeira. Então eu tenho uma lembrança muito forte do padre August. Não, não só pela sua gentileza como pessoa, mas pela sua força moral. É uma pessoa que marcou muito a minha vida ali no movimento estudantil.

E como era o trabalho, a atuação dele junto com os universitários em Botucatu? E tinha outros padres que ajudavam?

Não, o que nos unia, nós tínhamos os objetivos comuns, que era de justiça social. Nem todos, entre nós, estudantes, eram muito religiosos assim na época, era uma época muito propensa as pessoas e a aos estudantes, pelo menos, a terem uma posição de cautela com relação à Igreja. Dominava dominar ainda um pouco da antiga Igreja, estava começando uma Igreja mais progressista, não só em Botucatu como no resto do país. Então, a relação nossa com a Igreja acabou sendo muito importante. Primeiro, na figura do Padre August e de alguns outros padres sacerdotes que eu não me lembro o nome. Acabou sendo importante na questão de abrigar e abrigar assim, até mesmo materialmente, os estudantes quando nós saíamos, para uma panfletagem que era proibida na época, o lugar que nós tínhamos em mente, onde nós até planejávamos um pouco isso e falávamos se o lugar tinha alguma capela ou Igreja, porque assim se der algum problema, a gente entra na Igreja. Nós sabíamos, que era um terreno favorável a nós e por isso é difícil a polícia entrar numa Igreja para prender alguém. Naquela época isso era quase que impossível de acontecer. Foi o importante de alguns eventos, aonde cerca de oitenta pessoas invadiram aquela Igreja da Vila dos Lavradores. Eu não me lembro agora o nome, foi Vila dos Lavradores, era dos lavradores exatamente. E logo depois, nós por interferência da Igreja, a gente foi conseguir sair da Igreja. Foi muito importante naquele momento, onde, logo após eu ter sido preso pela primeira vez, ali em Botucatu, nós acabamos sendo soltos pela ação dos estudantes e de professores e até mesmo da população. Nós acabamos entrando ali no seminário de São José e ali eu me lembro de o Bispo ter falado alguma coisa do tipo aqui é um território livre para vocês. Foi muito importante porque a

gente podia ficar ali, e sair uma vez ou outra, porque a polícia dava uma folga, para fazer panfletagem e outras ações do movimento estudantil. Então, para mim, o que marcou muito foi a figura do Padre August, que nós tínhamos uma relação pessoal muito, muito forte e com a Igreja, porque já havia um início de grande articulação, de ação intensa dessa Igreja mais progressista.

A população via com bons olhos o trabalho do padre August junto com os estudantes?

Não muito, como eu disse, a população de Botucatu era bem conservadora e provinciana. Então era uma cidade, eu conheço agora, mas era uma cidade muito, muito religiosa na época. Mas como o Padre Augusti tinha essas manifestações sobre política e ideologia e tal, e foi preso junto com um outro colega nosso, e então a população já fazia aquela diferença entre uma Igreja mais conservadora, que era mais a cara da população, com uma Igreja mais progressista, que era muito incipiente na época e tinha muita resistência dos políticos locais e da própria população.

E a população também via com bons olhos os estudantes da faculdade de Medicina?

Quando a faculdade de medicina e depois as outras que vieram em seguida. E como eu disse, era um sonho da população, porque a cidade perdeu muito com a questão, a questão econômica do café e tal. E então era muito importante a vinda das faculdades para Botucatu. Mas como era uma cidade conservadora e quando ela percebeu, que uma coisa era faculdade, que ela atraía gente nova não atraía riqueza para a cidade, mas no pior momento que foi aquele momento ali nos anos de 64, 70, 71, onde a repressão era muito forte e o movimento estudantil era muito forte. Então eu diria que a população estava um pouco assustada com isso, embora fosse conservador e os políticos tratavam o movimento estudantil como alguma coisa maléfica ruim, porque estava ligado à ditadura. Mas eles tinham um pouco de medo de se tornar um centro de agitação política, tinha muito pouco apoio da população. Mudou um pouco isso, naquela época, quando fizemos a Operação Andarilho, que foi muito importante para a faculdade e que a Operação Andarilho por uma estratégia e até condições que tinha na época, ela não era um movimento radical. Tanto é que nós tivemos, inúmeros encontros com o governador, com um presidente da República na época, que era o Costa Silva. Quando nós fizemos a operação Andarilho, nós tivemos proteção na nossa caminhada da Polícia Rodoviária e quando a gente voltou, que quando a gente voltou, e que algumas conquistas foram anunciadas em função da Operação Andarilho, alguns desejos nossos foram aceitos pelo governo, a população passou a ver os estudantes, naquele primeiro momento, de uma forma muito positiva. Nós entramos na cidade na volta de São Paulo e nós começamos a ver e sentir mais apoio da população. Então foi um crescente e, obviamente, hoje é bem diferente. Bem, naquela época, o Marco, na minha opinião, junto à opinião pública da população, foi a operação Andarilho que eles estavam começando a ver os estudantes como um mal. E quando eles perceberam que nós fizemos um movimento que não tinha uma cara radical, uma boa parte da população passou a ter uma visão melhor sobre a classe estudantil.

O que foi, como e por que começou a crise estudantil em Botucatu?

Bom, nos primeiros anos da ditadura, como eu disse, foi mais amena quando a gente, quando houve uma radicalização, por parte dos militares e surgiram já os primeiros movimentos nos grandes centros. Nós lemos, como estudante, nós sabemos do que acontece, lemos muito. Então, naqueles primeiros anos, ali nós já tínhamos um pé ali também, muita gente que estava lá entre os estudantes, já participava de movimentos mais fortes, mais politizados, até mesmo revolucionários. Então foi aí que começou a esse despertar da classe estudantil ali de Botucatu. Eu já fui para Botucatu. Eu até menciono isso no livro que eu já fui para Botucatu e usei essa expressão sutil, dizendo que eu já entrei em Botucatu grávido da esquerda. Tinha

muita gente, já entre os estudantes que já tinham essa consciência política mais forte e da maneira que a gente levou o movimento estudantil. Eu comecei a ser dirigente do Centro Acadêmico muito cedo, já no meu primeiro ano, já era diretor de centro acadêmico, depois acabei virando presidente por dois mandatos. Mas havia muita gente já que acompanhava o movimento nos grandes centros e já alguns deles participavam até como militantes de organizações revolucionárias. Eu, como presidente do Centro Acadêmico, eu sempre tive uma votação muito grande e, obviamente, tanto da esquerda como da direita. Eu procurei sempre falar para o pessoal mais radical dizendo gente, isso não pode ser, não pode começar do fim, tem que começar do começo. Nós temos que, manter a legitimidade e representatividade, nós temos que começar isso de uma maneira e evoluindo. Isso foi planejado entre os estudantes, mas a esquerda. Foi planejado de não fazer as coisas do jeito que estavam sendo feitas nos grandes centros. Nós tínhamos que construir uma base, para poder evoluir do ponto de vista político. Foi o que aconteceu, nós primeiro fizemos esse movimento da Operação Andarilho, onde tinha gente de todas as matrizes da política, até gente da esquerda, direita mesmo. Depois foi evoluindo para outros movimentos, o maior deles foi a operação Denúncia, que já era uma denúncia de a gente não ter conseguido tudo o que a gente queria na Operação Andarilho, mas isso era parte de um plano, eu posso dizer assim, de uma estratégia de evoluir gradualmente contra como resistência à ditadura. De início não estávamos falando, nós vamos derrubar a ditadura, porque isso não seria aceito por mais do que 20, ou 30% dos estudantes. Muitos evoluíram e eu tenho inúmeros casos de amigos que evoluíram da direita para a esquerda na operação Andarilho, que não era uma operação, uma ação radical.

Quais eram as reivindicações dos estudantes?

Bom, era uma faculdade nova, então faltava equipamento, faltava material para todos os cursos. Então nós achamos que ela seria o mote principal de um movimento, reivindicando de cada diretório, pedindo equipamento, pedindo uma fazenda experimental para o curso de agronomia. Eram curso de outras demandas também. Tudo foi baseado em demandas para melhorar a infraestrutura da faculdade, principalmente de equipamentos e instalações. Então, esse foi a reivindicação, pelo menos nos dois primeiros anos que eu tive na faculdade. Evoluiu gradualmente para o movimento de resistência à ditadura, não que deixaram, não que nós deixamos de falar sobre a questão técnica da faculdade, melhores instalações, mais equipamento, melhores professores e tal. Mas, a partir de 67, 68, virou mais uma questão mais ideológica mesmo, de combate à ditadura.

Você sofreu algum tipo de perseguição política, tortura, foi preso durante algum ato estudantil?

Eu fui preso, quando nós ocupamos a praça principal da cidade, ali, fui preso, foi até mesmo a covardia, porque eles deixaram para fazer isso durante a noite da quase madrugada e onde não tinha muita gente, estava todo mundo dormindo. Eu estava em barracas na praça, não tinha população para ver a ação policial. Então, naquela noite eu fui pela primeira vez preso, mas logo solto, porque os estudantes foram todos ali para fora da delegacia. Alguns professores, ação da Igreja e nós fomos soltos no mesmo dia, praticamente. Depois disso eu vinha ser preso, mas no Congresso da UNE, em Ibiúna, onde eu era já a presidente do Centro Acadêmico e era presidente do Diretório Nacional dos Estudantes de Agronomia e eu fui preso em Ibiúna. Junto ali, na mesma cela com o Zé Dirceu, Franklin Martins, os dois viraram ministros do governo Lula e posteriormente, fui preso como o Vladimir Palmeiras. E fui preso com o presidente da UNE, que era o Travassos, e mais quatro pessoas, nós passamos pelo DOPS, passou pelo dois, que a gente chamava de FORTES, que era unidade do Exército. Um deles, comandado pelo Erasmo Dias, que eram, era uma pessoa torturadora. Mas nós nunca fomos molestados. E nós temos duas explicações para isso. Uma foi o fato que dois, duas

dessas pessoas tinham os pais, senadores e um deles, inclusive do lado do governo, o pai do Vladimir Almeida e outro, o pai do Franklin Martins, que era um senador de oposição na época, que era o MDB. Então isso pode ter sido uma razão de eu não ter sido torturado, que o mesmo, sei lá, estava acontecendo de tudo naquela época. Outro fato também foi que com a prisão ali, em Ibiúna, de quase 800 estudantes, desmobilizaram todas as lideranças que estavam ali. Desmobilizou totalmente o movimento estudantil e o governo tinham medo que fazendo alguma ação mais drástica com relação a essa liderança, que estava ali junto comigo, pudesse desencadear novamente um movimento mais forte por parte dos estudantes. Então eu nunca, nunca... Tivemos alguns momentos de tortura psicológica. Eu me recordo uma delas, talvez a mais contundente, foi quando eles nos puseram a nos acordaram no meio da noite, puseram num caminhão e a gente estava no forte, no litoral. Levaram a gente para uma praia, eu não estava vendo nada porque eu estava dentro de um caminhão fechado, mas a gente sabia que o governo já estava até matando gente e levando gente de helicóptero para o mar, soltando lá ou então dando sumiço. De qualquer maneira, nós temos memória que um dos que estavam presos comigo, que era o Vladimir, o carro, o caminhão, parou ali na praia e o Vladimir falou olha, agora vai acabar pra nós. A hora que eles abrirem a porta vamos sair tudo junto, tentar ali um assalto ao invés deles atacarem, a gente assaltar as pessoas que estavam no caminhão, mas nada disso aconteceu, o caminhão chegou na praia e depois voltou para o forte e ainda no meio da noite. Então tinha coisas desse tipo, nos acordava no meio da noite e tal, mas fisicamente nunca, nunca sofri nada, nem os que estavam presos comigo.

E chegou a ver alguma tortura ou algum torturado na prisão?

Não, não, não, no DOPS a gente ouvia histórias, às vezes gritos ali, mas nunca chegamos a ver pessoalmente nenhuma sessão de tortura, é claro, a gente sabe hoje aqui, que muitos foram lá, foram, muitos foram torturados. Ontem mesmo tinha o Pedro, que é um dos autores do livro, foi muito torturado, quase morreu ali. Eu pessoalmente nunca assisti uma sessão de tortura.

Como que foi o entrelaçamento da crise do clero de Botucatu e da crise estudantil que estava em 68, teve a crise dos padres que não aceitaram o arcebispo. A crise do clero influenciou de alguma forma, a crise estudantil?

Acredito eu, e diria muito, porque a gente tinha um contato, a Igreja, para nós sempre foi vista como um aliado, não, a Igreja toda teve Dom Zioni, por exemplo. Ali, em Botucatu era um centro católico muito forte, porque era um arcebispado. E então o movimento que já era, do ponto de vista material, era menos forte porque eram dos sacerdotes e depois, com o Dom Albert, a gente percebeu que a Igreja naquele momento mudou e ia ser um aliado nosso. Nós víamos isso. Então, na verdade, eu acho que eram dois grupos de uma parte do movimento operário, principalmente que era muito pequena. Mas os estudantes, e até mesmo pelos números, o número de estudantes era mais forte e a gente viu na Igreja, na figura de alguns sacerdotes, uma aproximação do que a gente queria e do que a gente pensava, principalmente na questão da justiça, na justiça social e de um movimento humanitário, que a Igreja sempre teve e se fortaleceu entre esses padres e sacerdotes, de a Igreja sempre foi nosso principal aliado, nas nossas reivindicações, principalmente no campo social, no campo humanista, eu não diria político, no campo social, o campo humanista, a Igreja sempre foi um aliado forte nosso e a Igreja tinha, como um fator é que, ao mesmo tempo que a Igreja progressista era como condenada e combatida pela política dos locais ali principalmente, mas a Igreja ainda tinha aquela face de intocável. Depois tudo se acabou. Mas era impensável imaginar que a polícia pudesse ter ações que já estava tendo, quantos operários. tivesse com a Igreja. Depois isso mudou muito. Eu me lembro que saindo da faculdade eu acabei e fui trabalhar num projeto da ONU das Nações Unidas e eu vi ali, que eu tinha uma convivência com brasileiros

nesse projeto e um pessoal estrangeiro, francês e italiano, principalmente. Os franceses, davam, trabalhavam muito para dar abrigo, por exemplo, aos dominicanos, que começou a se projetar muito aqui em São Paulo, na cidade de São Paulo. Como essas pessoas estrangeiras, eram pessoas que tinham, quase diplomatas. Tinha uma segurança diplomática e eles davam abrigo até mesmo em momentos escondendo padres dominicanos. Então, é muito marcante para mim a ideia de que os padres eram, em determinados momentos, a nossa retaguarda.

Quando aconteceu a crise estudantil, os políticos de Botucatu apoiaram ou condenaram, perseguiram?

Os políticos de Botucatu sempre foram a favor de qualquer governo que fosse no espectro da direita. Então ali tinha, porque era a elite da cidade, coincidentemente não tinha político, tinha um ou outro vereador, mas a classe política de Botucatu era da elite, prefeito. E a maioria dos vereadores e todos de organizações não governamentais estava tudo na mão, não estava tudo na mão, estavam tudo aliados a ditadura. Então essa foi uma classe, a gente tinha alguns momentos de convergência quando se tratava de assuntos importantes e de convergência entre os estudantes, os padres e os estudantes e os políticos, quando se tratava de buscar alguma melhoria na faculdade. Mas do resto a gente via eles como alguém que estava em oposição a nós.

A Operação Andarilho a Igreja apoiou? Teve algum padre que participou ou caminhou com vocês ou não caminhou?

Não. Mas eles estavam sempre, por exemplo, tinha encontros com os padres, principalmente com o padre August. Tanto alguns que a gente fazia só entre onde a liderança e alguns padres eu cito, eu não lembro os nomes. Eu lembro do Padre August porque foi uma pessoa muito especial na minha vida, tanto política como até na convivência do dia a dia. Mas esse grupo que estava mais ligado à Igreja, mais progressista, obviamente nos apoiaram, principalmente na fase seguinte, a Operação Andarilho, que foram movimentos um pouco mais políticos e radicais.

E a importância do padre Augusti no movimento estudantil?

Em Botucatu, muito forte, ele estava presente na operação Andarilho, A gente era fora dela para São Paulo, mas ali, no dia a dia, no dia a dia de Botucatu, a gente tinha encontros frequentes com o grupo, principalmente com o padre Augusti. Tinha um outro padre, que eu me lembro o nome, que era o Padre Beraldo, e até fiquei sabendo ontem por você que ele faleceu. Mas certamente não tinha a presença e o apoio a nós que tinha o Padre Augusti. O padre Augusti realmente se diferenciava muito nisso, mas teve até um documento que, foram 24 sacerdotes que fizeram o manifesto a nosso favor ou a favor das causas que eram nossas. Então tinha muita gente próxima ali que o padre o devia conhecer bem até onde ir com cada um, porque ele realmente era uma liderança mais maior, veio com o Dom Alberti, que realmente se posicionou em vários momentos, principalmente em momentos difíceis para nós, se posicionou ao nosso lado.

O Padre Augusti morava em república, como vocês não estão?

Veja bem, eu não sei, eu acho que não. Até mesmo porque o Padre Augusti era uma pessoa estrategista, inteligente, ele sabia como atuar como padre, não no plano estratégico de vida Política. Eu acho que ele se preservava muito, porque ele não era o padre dos estudantes, ele era o padre, principalmente da população mais carente, e isso não poderia ser socialdemocrata. Então ele, ao mesmo tempo que ele se posicionava a nosso favor, a ação do padre Augusti era também muito forte junto à população mais carente de Botucatu.

O Padre August, chegou a participar nos comícios dos estudantes, falar alguma coisa, se pronunciar?

Eu me lembro de, pelo menos uma vez, ele se pronunciar assim abertamente para um grupo maior de estudantes. Não sei mencionar data, eu me lembro disso, mas eu gostei. Ele tinha uma convivência muito forte entre a liderança dos estudantes ali em Botucatu. A posição dele obviamente era conhecido nas manifestações que ele fazia com relação à questão social, a questão da pobreza. Como eu disse, ele era muito inteligente da maneira dele agir, para não ficar a ideia que ele era um padre vinculado à liderança de esquerda ali em Botucatu, obviamente, o padre August era uma pessoa religiosa, um padre August mencionava sempre a questão da Igreja. Ao mesmo tempo que ele se preservava do ponto de vista de não ficar muito ligado aos estudantes que na época eram o alvo principal da ditadura, ele também era um religioso, ou seja, uma pessoa que sempre manteve os dogmas da Igreja. Eu não sei o nome que dá, essa eu chamo de progressista. Mas antes de ser uma Igreja progressista, que é uma Igreja a favor dos pobres, sempre teve uma parte da Igreja a favor dos pobres. Então o padre sempre que vinculado antes de nós em Botucatu, a essa Igreja, porque desde o início ele já mostrava essa tendência da Igreja, não da Igreja mais tradicional, não da Igreja, mas dessa Igreja. Eu uso sempre o termo progressista, porque, obviamente a Igreja não é de esquerda, não é? No fundo, até pode ser de esquerda, mas não é uma Igreja comunista, nem pode ser. Os comunistas negam a Igreja, os partidos políticos mais radicais negam a Igreja. Então é o padre August estava nesse espectro mais voltado à injustiça e às questões da pobreza.

Como foi a repressão policial aos estudantes e porque os estudantes se refugiaram no Seminário?

Porque não tinha onde nós refugiarmos. Nós sempre, sempre vimos a Igreja como uma, não diria uma tábua de salvação, mas um aliado. Então as nossas ações eram programadas para ter uma alternativa de segurança, no caso de uma repressão, então, nesse ponto tínhamos uma aliança filosófica com a Igreja, mas tinha uma visão de que a Igreja, mesmo a Igreja que não era muito progressista, pela questão humana, humanista, se a gente, por exemplo, se refugiar numa Igreja, isso aconteceu muito, não só em Botucatu como no Brasil inteiro. A Igreja era um local ainda nesse início da ditadura, era um local sagrado, um local onde a repressão e a dificuldade de agir tinha vontade de agir, uma dificuldade de agir, porque lá naquela época, estou falando de 50 anos atrás. A Igreja, o catolicismo principalmente, era muito forte. você conhece muito mais do que eu, não quero, mas gradualmente, até mesmo com o crescimento de outras tendências dentro da Igreja, a Igreja Católica perdeu presença, pelo menos do ponto de vista material, de gente e tal. Mas na época a Igreja era muito forte e a gente via, portanto, a Igreja como um aliado.

O que os estudantes estavam fazendo lá na Vila dos Lavradores, quando eles tiveram que se refugiar na Igreja do bairro?

Nós usávamos algumas coisas que hoje, com a modernidade, não se usa mais. A gente fazia pichações, panfletagem. Que era produzir um manifesto de uma página que era feito em papel, uma maneira muito antiga, mas que na época era o que a gente tinha e a gente levava, por exemplo, um grupo de 80 pessoas, saiu para fazer panfletagem, na Vila dos Lavradores e estávamos fazendo uma panfletagem. Distribuindo esses manifestos para pessoas que estavam na rua. Aí veio a repressão e o pessoal entrou dentro da Igreja, não que foi um acidente, nós sabíamos que para não ser preso a gente tenta se dispersar, se der ou entra na Igreja, ou então até mesmo na catedral da época. A gente sabia que ali era um templo sagrado. Se a gente estivesse fazendo conflito ali naquela área e acontecesse alguma coisa, a gente entrava lá na Catedral ou no seminário, como aconteceu depois.

Como que Dom Alberti foi tirar vocês lá do bairro, da Igreja, do bairro?

Olha, eu tinha que me preservar mais como liderança, porque era o que eles mais queriam minha cabeça e a cabeça dos diretores, da diretoria, do centro Acadêmico, então me preservar. Mas eu participava da decisão do tipo assim, olha como não podemos sair, todo mundo aqui do seminário para fazer uma panfletagem, nós chegávamos até pegar e colocar algumas pessoas num trem assim como mero passageiros, e dentro do trem a gente distribuía, fazia panfletagem. Mas eu realmente eu sei que a Igreja negociou a nossa saída da Igreja. Mas eu tive uma informação que não posso confirmar. As pessoas falam que o Dom Alberti foi com um veículo tirar algumas pessoas dali. Eu sinceramente não me lembro se ele acompanhou esses estudantes que estavam ali da Igreja para dar uma certa segurança na saída. E tem se essa versão de que ele pessoalmente se envolveu naquela negociação e na própria retirada de alguns estudantes.

Por que o padre Augusti foi preso? Como é que foi isso e que influência teve a política local, na perseguição ao padre Augusti e a prisão dele?

Eu me lembro que ele se manifestou, eu não lembro, junto com o estudante Geraldo, eu não sei se foi uma manifestação verbal por escrito. Eu sei que ele foi preso com o estudante e a população, naquele momento, eu acho, que ela identificou quem era o padre Augusti. Por isso, tanto naquele momento, foi um movimento de resistência, ele praticou a resistência de uma forma muito radical, não só nesses manifestos, toda vez que tenha oportunidade, ele falava em público, em algo onde tinha mais gente ali. Então, quando comparamos, foi preso com estudante, eu acho que ali marcou e a repercussão que teve e esse fato marcou que o padre Augusti, era uma pessoa radical e como a população, como eu disse, era muito católica, tradicional, puritana, tal naquela época. Ali eu acho que foi o momento em que uma grande parte da população que teve a informação da prisão pela imprensa ou de boca a boca, realmente ali foi o marco do padre Augusti como um padre radical. É claro que nós somos pessoas que tem algum conhecimento da religião, dos fatos, nós sabíamos que tinha não só em Botucatu, mais em todo o mundo, padres mais avançados da questão política social, mas a notícia ou mesmo boca a boca numa cidade conservadora, nunca é dada da forma correta. Ela usou aquele momento, obviamente, para marcar o padre Augusti ao um padre radical. Era um padre de esquerda e ali, a grande maioria da população não gostou daquilo e passou a ser hostilizado sempre que possível. Mais pela à imprensa, então foi um ato de coragem, um dos muitos atos de coragem que o padre Augusti se envolveu. Mas eu tenho impressão de que naquele momento a imprensa era da política local não tinha uma imprensa de oposição, uma era uma imprensa totalmente pró ditadura. E aí não que ele teve uma grande repercussão e é a grande falha da ação. Até muita gente nem sabe, que era Padre August e acabou vendo a notícia de que era um padre radical.

Depois que ele saiu da prisão, o senhor chegou a conversar com ele. Ele falou sobre o tempo de prisão, como foi, se ele foi torturado?

Não, não. Não me lembro de ter falado nada depois que ele morreu. Eu não me lembro o ano que foi isso. Precisava fazer uma 68, 69. Eu já estava saindo da faculdade. Eu tinha uma relação, se você o conheceu. Ele tinha aquele jeito gentil de conversar com as pessoas de uma maneira muito, nunca vi o padre Augusti alterado do ponto de vista de presença civil. Ele sempre tinha uma mensagem que ele passava quando ele falava. Mesmo nas coisas mais radicais, ele era uma pessoa gentil, uma pessoa calma, uma pessoa que transmitia, que eu já vi outro padres se posicionar em outros lugares de uma maneira muito mais forte, visualmente, o padre Augusti não tinha sempre aquela toada dele de falar com tranquilidade, até mesmo das coisas mais difíceis, mas eu não cheguei a conversar com ele depois da prisão dele, eu fiquei sabendo, mas não, não, não, não o vi mais, eu acho.

Quando que você percebeu que o movimento estudantil estava perdendo forças na luta contra o regime militar?

Foi justamente quando a gente falou, “bom, nós fizemos a Operação Andarilho, a Operação Andarilho, até mesmo para as pessoas radicais de direita, ela não passava essa visão radical. Ela passava como um movimento reivindicatório pró faculdade”. Nós sempre tomamos o cuidado de fazer uma coisa adiante. Chegou em São Paulo de lideranças de esquerda da UNE tentaram trazer o nosso movimento, que tinha muita gente ali, muitos estudantes assim, para tentar falar não, nós vamos, dá não, não dá apoio para você. Eu mesmo tive reunião com o Travassos com diretor da UNE e dizer é só a gente. E não, não é esse o momento, esse momento não é o momento de Botucatu. Esse momento a gente quer passar para a população, principalmente a população de Botucatu e políticos de Botucatu, que não estamos envolvidos em política, ideologia, que nós estamos envolvidos em uma questão reivindicatória. O movimento estudantil foi isso em Botucatu, quando nós voltamos da Operação Andarilho e vimos que algumas das vozes, boa parte da reivindicação, eram meras promessas, algumas se viabilizaram logo depois, nos falamos, agora é um momento de nós mostrarmos, mais como uma força política de resistência à ditadura. Mesmo assim, nós falamos, olha gente, nós temos que radicalizar um pouco, porque nos enganaram parcialmente. Nós tivemos conquistas importantes na operação da Andarilho de material, que veio da Alemanha, da Fazenda Experimental, da Agronomia e outras coisas, mas não era o que a gente queria. Então nós tivemos que radicalizar o golpe. E porque o movimento estudantil nos grandes centros também estava crescendo muito mais ideologicamente. Naquele momento, nós perdemos muita gente do ponto de vista do movimento estudantil, era esperado, a gente estava na mão. Nós não esperamos que um mero movimento reivindicatório, por mais bem sucedido que ele seja, que nós vamos trazer a direita para a esquerda, pode trazer alguns, não, todos. Até surpreendente, eu acho que trouxe muito mais do que a gente imaginava, mas ali foi que começou a perda de força do movimento estudantil em Botucatu e nos grandes centros, obviamente perdeu grande força porque prenderam muitas lideranças, isso vai acabando. Aí o governo ficou mais e mais repressivo, mais violento do ponto de vista da repressão, isso também afastou muita gente decente, sempre tem os pais que estão temerosos de perder seus filhos. Então ali eu acho que ele começou mais ou menos no mês seguinte, a operação Andarilho. Muita gente falou: “bom, até agora a gente estava no mesmo barco, agora virou uma coisa política”.

Quando houve aquela viagem do presidente da República para São Paulo e que vocês foram com as faixas e parece que a esposa dele chama alguém para querer saber o que estava acontecendo. E foi você que conversou com ela? Como que foi?

Eu conversei com ela, mas eu queria explicar um pouco, lembrar que dentro dessas forças de direita tinha divisões também. Por exemplo, o Costa e Silva, que não gostava muito do Sodrê, que era governador, era de direita, mas como civil, ele era uma pessoa civil e como governador do estado mais importante do país, passou-se a ideia para nós. Eu tive até com ele mesmo numa reunião com ele, mas passou para nós a ideia de que ele estava falando olha, não confia muito nesse homem, vocês têm que confiar em nós. Então a gente estava vendo todos, todo esse grupo de políticos dentro de um mesmo dentro de um mesmo saco. Mas não, não era. Eles tinham as suas, as suas divergências e isso foi, por exemplo, quando eu conversei numa reunião, eu e algumas lideranças de Botucatu conversamos com o Costa e Silva, ele deixou muito claro para nós não vai me da reunião falando, mas o Sodrê é de esquerda, para nós e eles passaram para nós a ideia de que ele não gostava dos Sodrê e que eles não seriam Governo Federal, a ditadura ia resolver os nossos problemas para a gente ter calma tal, mas em nenhum momento a gente ouvir uma frase do tipo. Não, vocês são desgastando muito o

governo. Um governador de São Paulo, para nós a impressão era quase opositora, mas eu não me lembro muito como foi com a mulher do Costa e Silva, foi a mesma coisa. Eu tenho menos lembrança disso, do que da reunião com o próprio presidente. Mas era um sentimento geral entre nós ali que eles estavam tentando cativar a gente para ficar do lado do governo federal e não do governo estadual. Então, o que era um pouco de desconhecimento nosso, de saber que algumas das providências, por exemplo, nós podemos dialogar e facilitar a vinda de equipamento do exterior. Isso não tem nada a ver com o governo estadual, até conosco, nós podemos ajudar muito vocês. Isso assim no governo estadual, arrumar uma fazenda experimental para o curso e então, em tudo, de tentar mostrar para nós que era melhor a gente se aliar ao governo federal, o que era muito difícil, porque era a limitada do que o governo estadual. E quando nós tivemos um governador de várias vezes na época também passava a ideia de que era o Estado que ia resolver, que a gente podia voltar para Botucatu tal, que o Estado é que ia resolver as questões da faculdade que a gente estava pleiteando. Como a Operação Andarilho acabou tendo muita repercussão na mídia e na população, era importante, primeiro, que a gente voltasse para Botucatu, deixasse de ter essas manifestações, de ocupar o palácio, ocupar ali, acampar ali no palácio do governo estadual. Como fazer aquela própria marcha chamava muito atenção, estava incomodando o governo federal, o que teve uma repercussão muito favorável da população, não só de Botucatu, em função da repercussão na mídia, independente de que a gente caracterize já com apoio da população em geral. Não um perigo forte, mas uma pedra no sapato, tanto do governo estadual como federal. E a própria mulher do Costa e Silva, o governador, fazia esse jogo com a gente. Eu nem me lembro, o governador estadual estava muito mais incomodado com o fato de a gente estar ali na rua, na estrada, na cidade de São Paulo, incomodando o governo estadual, do que em nenhum momento me lembro de o governo federal ter pedido para nós, voltem, pare o movimento. Isso era muito mais forte, não é estadual, porque interessava um pouco ao governo federal que a gente continuasse ali, porque que estava desgastada muito mais o governo civil do São Paulo.

A participação do movimento estudantil foi importante para sua formação universitária e para sua vida?

Eu diria que foi um divisor de águas. Eu já tinha um contato, uma consciência política de esquerda. O meu pai era meio de esquerda, alguns deputados amigos do meu pai lá de Limeira eram de esquerda. Depois eu entrei, eu tive na minha adolescência, por incrível que pareça, o barbeiro da família, que morava na mesma quadra da minha casa que eu morava, era um simpatizante do Partido Comunista, o médico da família, nosso doutor Luma era do Partido Comunista, e sempre a gente ia fazer uma consulta, sempre fazia uma menção, alguma tentativa de catequização da gente. Então eu já comecei um pouco na adolescência, mas eu não tinha consciência. Comecei assim a ser uma pessoa, mais à esquerda, mais o movimento estudantil, até mesmo pelo fato de eu ter sido presidente quase metade da minha vida de estudante, de Botucatu. Aquilo me marcou muito e até eu deixo isso muito claro no livro que eu escrevi. Eu acabei depois, de formado, o primeiro emprego também foi um emprego de gente de esquerda, embora seja da ONU, eram pessoa da esquerda. Depois eu fui fazer o mestrado no Estados Unidos, e eu fui também o primeiro presidente estrangeiro de uma organização como o Centro Acadêmico aqui, aqui no Brasil, os Centros acadêmicos e no Brasil. E aí eu transformei na minha gestão, naquele de um ano, um órgão que só se preocupava em arrumar condições melhores salas de estudo. Era uma coisa muito acadêmica e eu transformei, eu trouxe a questão dos indígenas, dos Estados Unidos, a questão da mulher na questão do homossexual viraram temas do diretório que eu era presidente, então tanto o centro acadêmico aqui, que eu comecei a me aproximar de partidos radicais, mas grande parte da diretoria do Centro Acadêmico já pertencia à ação Popular ou outros movimentos de

dissidências do Partido Comunista. Então, eu vivi muito o Centro Acadêmico foram dois anos que a gente tinha reuniões, sei lá, cinco, dez pessoa, todo dia. Primeiro de Botucatu, também na época não oferecia muita alternativa de lazer. Então, a vida no Centro acadêmico era minha vida e na sequência também eu acabei tendo. Então eu tive uma vivência muito forte com o movimento dos indígenas, dos Estados Unidos, das mulheres, dos homossexuais. Então quando eu voltei, do Estados Unidos, eu tentei, num primeiro momento eu tentei uma vida mais acadêmica, mais digna. Eu era funcionário da Embrapa em Londrina, Paraná. Eu me lembro que depois de um mês eu acabei virando presidente dos engenheiros estaduais do Paraná, dos agrônomos, dos estudantes da engenharia Agrônômica. E um dia foi lá o governador do Paraná, que era um militar, e eu fiz um pronunciamento de posse. Nós temos um congresso de 250 pessoas e eu fiz um pronunciamento contra o governo na presença do governador. Isso foi no sábado, na segunda feira, o chefe da Embrapa me chamou e falou: “Tem uma carta, é do governo federal para te demitir hoje foi a minha primeira. Eu voltei em 79, achando que a gente estava sob o governo Geisel, que já tinha acabado em um momento pior e já tinha mesmo acabado. Mas já tinha se enfraquecido muito o governo militar. Mas eu achava que, como lá nos Estados Unidos, eu falava livremente, não conhecia nada. Eu vou ver o que está acontecendo aqui no Brasil, mas foi um erro, um, dois, três meses depois de voltar, foi eu fui demitido exclusivamente por uma questão política, não pelo que eu era um PhD, um doutor de uma universidade americana. Naquela época ainda isso era muito raro e muito menor aqui no Brasil, e eu falei, tudo bem eu posso falar, mas não pude. Foi a primeira de duas, de duas demissões políticas. Eu tive.

E você participou também do governo do presidente Lula?

Sim, eu naquela época o ministro da Casa Civil era o José Dirceu, com quem eu já tinha tido uma boa convivência nos tempos de prisão, nós ficamos presos juntos. Então passei a um amigo, até hoje. Mas na época ele me convidou para ser um assessor especial dele. Naquela época, a Casa Civil era muito forte. Hoje ela está dividida, o Zé Dirceu, na época, era visto como o sucessor do Lula, então a Casa Civil era muito forte e eu viajei muito com o presidente Lula para fazer exposição no exterior, para os empresários investirem aqui no Brasil. Eu era presidente de um órgão do governo que era apelidado de sala do investimento. Mas eu tinha reuniões com os ministros e naquela época a Casa Civil era tida como uma chefia dos ministros. Hoje não. Então, a influência do Zé Dirceu era muito forte, ele era praticamente o chefe dos ministros e eu tinha a função de tentar resolver problemas que as empresas tinham, para poder investir no Brasil. Às vezes tinha uma questão ligada ao meio ambiente que estava amarrado, uma burocracia estava amarrada. Então, essa sala de investimento era um local, tinha a função principal de dentro também, é claro, facilitar a vinda de investimentos para o Brasil, do exterior, para o Brasil e até mesmo de empresas brasileiras que queriam investir, mas tinham alguma pendência que estava demorando. Então eu fui trabalhar na Casa Civil, num governo que estava muito bem visto pela população. O Lula saiu com 88% de aprovação, o ministro chefe da Casa Civil, que era muito forte, era visto como sendo o sucessor do Lula. Até começar naquele problema dele, desde então foi uma experiência muito boa. Fiquei lá quase três anos. Acho que foi três anos e meio, alguma coisa assim. E foi uma experiência muito positiva para mim.

Walter agradeço a entrevista.

Aí eu que é que eu agradeço, porque é muito bom estar recordando algumas coisas. São 50 anos, então muita coisa escapa da memória. Datas, principalmente, eventos que eu me lembro de alguma coisa, mas não tenho precisão como foram exatamente. Eu passei a ser. Depois da peça demissão que eu mencionei. Eu passei a trabalhar como executivo. Fui eu presidente de grandes empresas e foi muito difícil para mim uma pessoa de esquerda, aonde com o RH

dessas empresas num simples Google para eles conseguiam saber de tudo o que aconteceu, eu não tinha como esconder. Mas eu pensava assim, agora eu sou um executivo, eu tenho que conciliar a minha vida de executivo, que é uma vida de trazer lucro para as empresas. O meu posicionamento, que eu nunca deixei de ter de esquerda, é o que eu quero dizer e nunca deixei de ter e me posicionar contra, principalmente a questão da justiça social, de se posicionar contra essas perseguições às minorias e ao mesmo tempo ser um executivo, eu não posso agir como uma pessoa de esquerda sendo um executivo. Mas eu mantive sempre o meu posicionamento de esquerda, não participava de coisas assim sem perceber, de passeatas e coisas, mas isso continuar acontecendo. E numa delas, inclusive, a filha do dono do presidente do conselho estava me reconheceu numa manifestação ali na frente, o MASP. E falou: “você não trabalha na empresa do meu pai” e disse sim, mas depois das 20h00, eu sou eu e minha vida. E ela contou para o pai dela e ele lhe perguntaram como eu posso dizer, felizmente, dizer que eu fui um executivo bem-sucedido, não me aconteceu nada, a não ser quando eu fui diretor da Vale do Rio Doce, lá no Rio. Eu, o presidente da Vale, brigou com o presidente Lula. Eu acho que foi no segundo mandato dele que ele me demitiu. Demitiu porque ele sabia que eu tinha ligações com. Eu fui membro do governo Lula e tive duas eleições absolutamente políticas. Eu era competente como executivo ali na Vale também. E enfim, algumas coisas não dá para esconder, né? Ele sabia da minha vida, boa parte da minha vida, que como eu disse, é muito fácil saber, mas como eu estava trabalhando do jeito que eles queriam, nunca aconteceu nada, a não ser nesse momento de ruptura com o presidente Lula.

BIBLIOGRAFIA

I- FONTES

1. Arquivo da Cúria Metropolitana de Botucatu

a) Cartas

Carta datilografada de Dom Frei Henrique aos membros do Conselho Presbiteral. Botucatu, 13 de dezembro de 1967.

Carta datilografada a Dom Frei Henrique dos membros do Conselho Presbiteral. Botucatu, dezembro de 1967.

ABAIXO ASSINADO datilografado do clero de Botucatu a Dom Vicente Marchetti Zioni. Botucatu, 28 de abril de 1968.

CARTA datilografada do Vigário Capitular, Dom Claudino Nascimento a Dom Vicente Marchetti Zioni. Botucatu, 30 de abril de 1968.

CARTA de D. Henrique nos anais da Câmara. Jornal Correio de Botucatu, Botucatu, 30 maio 1968

MENSAGEM datilografada de Dom Romeu Alberti. Botucatu, 21 de junho de 1968.

MANIFESTO de Solidariedade dos padres de Botucatu ao Pe. José Eduardo Augusti. Botucatu, 19 de julho de 1968.

Carta manuscrita do Pe. José Eduardo Augusti ao Cardeal de São Paulo Dom Agnelo Rossi. São Paulo, 21 de julho de 1968.

CARTA manuscrita de 26 padres a Dom Sebastião Baggio. Botucatu, 04 de agosto de 1968.

COMUNICADO datilografado da Cúria Arquidiocesana de Botucatu. Botucatu, 05 de agosto de 1968.

CARTA datilografada da população de Botucatu a Dom Sebastião Baggio. Botucatu, 07 de agosto de 1968.

CARTA datilografada de Dom Romeu Alberti ao Núncio Apostólico Dom Sebastião Baggio. Botucatu, 06 de setembro de 1968.

CARTA datilografada de Dom Sebastião Baggio ao Clero diocesano e regular da Arquidiocese de Botucatu. Nº. 20159. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1969.

Carta datilografada de Dom Pedro Paulo Koop a Dom Vicente Marchetti Zioni. Lins, 2 de maio de 1969

Carta datilografada de Dom Vicente Marchetti Zioni ao Presidente da República Marechal Artur da Costa e Silva. Botucatu, 03 de maio de 1969.

Carta datilografada do Pe. José Eduardo Augusti ao Cardeal de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns. Sem data.

b) Livros Tombo

Livro Tombo da Cúria de Botucatu n. 1503 (1960- ...).

c) Jornais

Monitor Diocesano

A IGREJA ante os problemas atuais. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 19 de janeiro de 1952, ano XII, n. 609.

O PALÁCIO Episcopal não hospeda só o Bispo, abriga também cinco meninos desamparados. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 26 de janeiro de 1952, ano XII, n. 610.

SEMANA Rural do Clero Paulista. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 10 de maio de 1952, ano XIII, n. 624, p. 01.

PRIMEIRA Semana Rural do Clero Paulista. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 21 de junho de 1952, ano XIII, n. 629,

1ª SEMANA Rural do Clero Paulista. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 12 de julho de 1952, ano XIII, n. 632.

CORROU-SE com êxito plenamente satisfatório a 1ª Semana Rural do Clero Paulista. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 02 de agosto de 1952, ano XIII, n. 635.

EXTRAORDINÁRIO êxito alcançou a Semana Rural do Clero Paulista em Botucatu. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 09 de agosto de 1952, ano XIII, n. 636.

LANÇADA, em uma das mais encantadoras colinas de nossa cidade, a semente promissora de uma árvore gigantesca. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 13 de setembro de 1952, ano XIII, n. 641.

SERVAS do Senhor. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 13 de setembro de 1952, ano XIII, n. 641.

UMA OBRA de incalculável alcance. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 20 de setembro de 1952, ano XIII, n. 642, p. 01.

MARINS, José. Nossa Arquidiocese e o Movimento por um Mundo Melhor. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 10 abril 1959, ano XX, n. 978.

ARQUIDIOCESE promove Curso de Teologia para Leigos. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 08 de maio de 1959, ano XX, n. 982.

EPISCOPADO paulista discute plano de Reforma Agrária. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 09 de dezembro de 1960, ano XXI, n. 1062.

TRINDADE, Henrique Golland. Conosco, sem nós ou contra nós, a reforma agrária se fará. *Monitor Diocesano*, Botucatu, 09 de dezembro de 1960, ano XXI, n. 1062.

LÍDERES para a Reforma Agrária. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 23 de dezembro de 1960, ano XXI, n. 1064.

VI ENCONTRO Regional da JUC. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de fevereiro de 1962, ano XXIII, n. 1113, p. 01.

FUNDAÇÃO da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de fevereiro de 1962, ano XXII, n. 1114.

ENCONTRO da JUC em Bauru. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de fevereiro de 1962, ano XXIII, n. 1114.

ASSOCIAÇÃO dos Trabalhadores Rurais. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de março de 1962, ano XXII, n. 1115.

TRINDADE, Henrique Golland. O uso do clergyman. *Monitor Diocesano*, Botucatu, 2ª quinzena de março de 1963, n. 1.139.

A JOC em defesa dos Operários. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de abril de 1963, ano XXIV, n. 1140,

TRINDADE, Henrique Golland. Ainda o hábito Eclesiástico. *Monitor Diocesano*, Botucatu, 2ª quinzena de junho de 1963, n. 1.145.

TRINDADE, Henrique Golland. Clergyman com dignidade. *Monitor Diocesano*, Botucatu, 2ª quinzena de setembro de 1963, n. 1.151.

APLICAÇÃO da reforma Litúrgica. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de fevereiro de 1964, ano XXIV, n.1.150.

Importante Mensagem de Nossos Bispos. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de junho de 1964, ano XXV, n. 1.167.

TRINDADE, Henrique Golland. Liturgia em Português. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de agosto de 1964, ano XXV, n. 1.171.

A NOVA Missa das Crianças. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de agosto de 1964, ano XXV, n. 1.171.

CURSO de Pastoral Litúrgica para o Clero. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de setembro de 1964, ano XXV, n. 1.174.

CURSO de Pastoral Litúrgica na Arquidiocese. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de outubro de 1964, ano XXV, n. 1.176.

SEMINÁRIO, sim ou não? *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de janeiro de 1965, ano XXV, n. 1181.

3º ENCONTRO interdiocesano de militantes da JOC. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 2ª quinzena de fevereiro de 1965, ano XXV, n. 1183.

SEMINÁRIO estudos pedagógicos. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de maio de 1965, ano XXV, n. 1188.

PRIMEIRA concelebração solene na Arquidiocese foi realizada em Ourinhos. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª e 2ª quinzena de agosto de 1965, ano XXVI, n. 1.193/94.

PADRES estudam a Lumen Gentium. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de setembro de 1965, ano XXVI, n. 1195.

PLANEJAMENTO de Pastoral para a Arquidiocese. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de dezembro de 1965, ano XXVI, n. 1.200.

A JUVENTUDE Universitária Católica. *Monitor Diocesano*. Botucatu, 1ª quinzena de janeiro de 1966, ano XXVI, n. 1201.

d) Revistas

RESPOSTA a uma consulta. *Nossa Messe*, Botucatu, Ano XII, n.45, (set.) 1954

OS ANJOS e o Círculo litúrgico. *Nossa Messe*, Botucatu, Ano XIII, n.48, (jun.) 1955

CRÔNICA do Seminário. *Nossa Messe*, Botucatu, Ano XIII, n.48, (jun.) 1955

NOSSAS semanas do Seminário. *Nossa Messe*, Botucatu, Ano XIII, n.52, (set.) 1955.

OS ANJOS e o Círculo litúrgico. *Nossa Messe*, Botucatu, Ano XIV, n.55, (mar.) 1957.

AS REUNIÕES do Círculo litúrgico. *Nossa Messe*, Botucatu, Ano XIV, n.56, (jun.) 1957

OS TRABALHOS do Clube Agrícola. *Nossa Messe*, Botucatu, Ano XIV, n.56, (jun.) 1957.

CRÔNICA do Seminário. *Nossa Messe*, Botucatu, Ano XIV, n.56, (jun.) 1957.

2. Arquivo Particular

AUGUSTI, José Eduardo. *Diário de Prisão: 28 dias no Dops*. Presídio da DOPS. São Paulo. Jul/ago 1968. (Arquivo particular de Inêz Augusti Bonilha).

II- DOCUMENTOS DA IGREJA

1. Documentos do Magistério Universal

PAPA PIO X. *Fin dalla prima*. Motu Proprio, 1903. In. Documentos de Pio X e de Bento XV. São Paulo: Paulus, 2002.

PAPA PIO X. *Sollicito Vehementer*. Carta Encíclica, 1905. In. Documentos de Pio X e de Bento XV. São Paulo: Paulus, 200.2

PAPA PIO XI. *Non Abbiamo Bisogno*. Carta Encíclica, 1931. In. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

PAPA PIO XII. *Mystici Corporis*. Carta Encíclica, 1943. In. Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1999.

PAPA PIO XII. *Mediator Dei*. Carta Encíclica, 1947. In. Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1999.

PAPA PIO XII. *Bis Saeculari Die*. Constituição Apostólica, 1948. In. Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus, 1999.

PIO XII. *Ad Ecclesiam Christi* – Carta Apostólica, 2022. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/es/apost_letters/documents/hf_p-xii_apl_19550629_ad-ecclesiam-christi.html Acesso em : 18 mar. 2022.

PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*. Carta Apostólica, 1975. In. Documentos de Paulo VI. São Paulo: Paulus, 1997.

VATICANO II. *Mensagens, Discursos, Documentos*. Tradução: Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 1998.

2. Documentos do CELAM

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Conclusões de Medellín*. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

DOCUMENTOS DA IGREJA. *Documentos do CELAM: Rio/Medellín/Puebla/Santo Domingo*. São Paulo: Paulus, 2004.

3. Documentos da CNBB

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil 1962*. (Documentos da CNBB n. 76). São Paulo: Paulinas, 2004.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970*. Documentos da CNBB n. 77. São Paulo: Paulinas, 2004.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja: 1975-1978, p. 05. Disponível em: <https://xdocs.com.br/doc/livro-04-diretrizes-gerais-da-acao-pastoral-da-Igreja-no-brasil-1975-1978-jn67j71z4wor>. Acesso em: 17/03/2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Comunicado Mensal*. Maio 1961, n. 104.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Comunicado mensal. N. 155/156. Agosto/setembro de 1965. p. 09-10.

CERIS. *Anuário Católico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1965.

III- BIBLIOGRAFIA

1. Dicionários

Infopédia: Dicionários Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/irenismo>. Acesso em: 23 mar. 2022.

2. Livros

ABRAÃO, Altman et al. *Encontro: Histórias de ex-alunos da FCMBB*. Botucatu: Grafilar, 2005.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARENDT, Hanna. *Entre o Passado e o Futuro*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1979. Trad. Mauro W. Barbosa.

ARENDT Hannah. *Sobre a violência*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARRUDA, José Jobson; PILETTI, Nelson. *Toda a História*. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

ARRUDA, José Robson. *Nova História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Bandeirantes, 2004.

AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BARROS, Raimundo Caramuru de. *Para entender a Igreja no Brasil; a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*. São Paulo: Paulinas, 2005.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja latino-americana às vésperas do concílio*. São Paulo: Paulinas, 1993.

BOFF, Leonardo. *América Latina: da conquista à nova evangelização*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1992.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL nunca mais: um relato para a história. São Paulo: Vozes, 1985.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *As revoluções utópicas dos anos 60*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2006.

BRUNACCI, Attilio (Org.). *A Igreja no Cárcere*. São Paulo: Giordanus, 2014.

BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CAMPOS, Flávio; MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da História*. São Paulo: Escala educacional, 2005.

CANTARINO, Geraldo. *1964: A revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CATÃO, Francisco. *O que é teologia da libertação*. São Paulo: Nova Cultural e Brasiliense, 1986.

COHN-BENDIT, Daniel. *O grande bazar: As revoltas de 1968*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CORBISIER, Roland. *Filosofia, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas (1951 - 1954): democracia, partidos e crise política*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

DALE, Frei Romeu (org.). *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Loyola, 1985.

DALE, Romeu; PETRUCCI, Victor; PRANDINI, Fernando. *As relações Igreja-Estado no Brasil*. v.1. São Paulo: Loyola, 1986.

DEBRAY, Régis. *Maio de 68: Uma contrarrevolução conseguida*. Tradução: Miguel Freitas da Costa. Aifragide: D. Quixote, 2018.

DIMITROV, Eduardo; OZZETTI NETO, Antônio; DIMITROV, Pedro (Orgs.). *Não nos calamos*. São Paulo: Terra Redonda, 2023.

DONATO, Hernani. *Achegas para a História de Botucatu*. 4. Ed. Revista e aumentada. Botucatu: Grafilar, 2008.

DONOSO, Loero. *Historia de los cristianos per el socialismo em Chile*. Santiago: Editorial Geniart, 1998.

ENGELKE, Innocêncio. *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*. In: CNBB. Pastoral da Terra. 2. Ed. São Paulo: Paulinas, 1977.

FAUSTO, BORIS. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed., 1. reimpr. ed. São Paulo, SP, Brasil: Edusp: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1994.

FREITAS, Maria Carmelita de. *Uma opção renovadora: A Igreja no Brasil e o planejamento pastoral*. Estudo genérico-interpretativo. São Paulo: Loyola, 1997.

GASPARI, Elio. *A ditadura Escancarada*. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

GIORDANI, Curtis Mario. *História do século XX*. Aparecida: Ideia das Letras, 2012.

GOMES, Paulo César. *Os Bispos Católicos e a ditadura militar brasileira: A visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise. *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

GROPPO, Luís Antônio. *1968 retratos da revolta estudantil no Brasil e no mundo*. Piracicaba: Biscalchin editor, 2008.

HANNAH ARENDT. *Sobre a violência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 36.
HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)*. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HOLZMANN, Lorena; Enrique Serra (org.). *Abaixo a Ditadura: 1968 contestação e utopia*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003

IGLÊSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

JUDT, Tony. *Paris, maio de 58 – solidarity*. São Paulo: Conrad editora do Brasil, 2003.

JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
JUNIOR, Antônio Mendes. *Movimento estudantil no Brasil*. 2a. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LABAKI, A. *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIBÂNIO, João Batista. *A volta à Grande Disciplina*. São Paulo: Loyola, 1983.

LOHBAUER, Christian. *História das Relações Internacionais II: O Século XX - do declínio europeu à Era Global*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LOW, Norman. *História di mundo contemporâneo*. Porto Alegre: Penso, 2011.

MARITAIN, Jacques. *Cristianismo e democracia*. Tradução: Alceu Amoroso Lima. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964.

MARQUES, Teresa Cristina; OLIVEIRA, Eduardo Alves de. *De Praga ao mundo Árabe: Uma análise comparada de primaveras políticas*. Revista Conjuntura Austral. Vol. 4, nº. 17; abr. Mai, 2013.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. IV - A era contemporânea. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MATOS, Henrique Cristiano. *Caminhando pela História da Igreja*. Belo Horizonte: O Lutador, 1996.

MATOS, Henrique Cristiano. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003. v. 3.

MORAIS, J. F. Regis. *Os bispos e a política no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

MORAIS, Martha, Martins de; LIMA, Maria Cristina Pereira. (Orgs.). *60 anos em 60 depoimentos*. Botucatu: Nada, 2023.

MOURA, Odilão. *Idéias Católicas no Brasil: Direções do pensamento católico do Brasil no século XX*. São Paulo: Convívio, 1978.

MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NEVES, Joana. *História Geral; A construção de um mundo globalizado*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: Rebeldia, contestação e repressão política*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1995.

PEREIRA, Carlos Alberto M. *O que é Contracultura*. 2.ed., nº 100. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção “Primeiros Passos”).

PIERUCCI, A.F. de O. (et. al.). *Igreja Católica:1945-1970*. In. FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, O Brasil Republicano, 11º vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 5. Ed. ilustrada, revisada, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro, RJ: Booklink, 2004.

POERNER, Artur José. *O poder jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*, 2ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1979.

PRADO, Maria Lígia, PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto. 2014. Coleção História na Universidade.

QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. *CNBB comunhão e responsabilidade*. São Paulo: Paulinas, 1977.

REGAN, D. *Igreja para Libertação: Retrato Pastoral da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. *O século XX*. Rio de Janeiro: v. 2. Civilização Brasileira, 2000.

REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *1968: A paixão de uma utopia*. 3ª Edição revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ROSZAK, Theodore. *A Contracultura*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1972.

SCHMIDT FILHO, Sebastião Camargo. *A arte de lembrar*. São Paulo: Focus Editora, 2005.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 37ª edição, revista e atualizada até a Emenda constitucional nº 76, de 28.11.2013. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. Tradução: Berílio Vargas. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

SOARES VIERA, Jose Celso; ROSA, Carlos Antônio. *Sursum Corda: A vida de Dom Henrique*. São Paulo: Paulicéia, 1994.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez. *Do Vaticano II a um novo Concílio?* São Paulo: Loyola, 2004.

SOUZA, Ney. *Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II*. in: GONÇALVES, Paulo S. L.; BOMBANATTO, Vera I. (orgs.). *Concílio Vaticano II: análises e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

VENTURA, Zuenir. *1968 - O ano que não terminou*. 2. ed. Rio de Janeiro: Planeta, 2008.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968: Eles só queriam mudar o mundo*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

3. Teses e dissertações

ALBUQUERQUE, José Arnaldo Frota de. *Igreja conservadora no Brasil (1964-1974): catecismo anticomunista*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

CONTIERO, Tiago Tadeu. *O mundo na Igreja e a Igreja no mundo: Reflexões sobre o Concílio Vaticano II e a modernidade*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

GUEDES, Gleice Lopes Abboud. *Hoje tem comida para todos: história e memória do Restaurante Central/Calabouço dos estudantes (1951-1969)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

NOGUEIRA, Paula Garcia. *Primavera de 1968: praga sob tanques*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2020.

SOUZA, Tayna A. R. *O governo Juscelino Kubitschek: Diplomacia cultural e desenvolvimentismo (1956-1961)*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas). Universidade Federal de São Paulo, Osasco, São Paulo, 2022.

POMPEU, Bruno Nogueira. *O desenvolvimento da indústria automobilística sob a ótica do plano de metas do governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961)*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTANA, Flavia De Angelis. *Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

4. Leis e Decretos

BRASIL, Senado Federal. *Há 60 anos, crise fez Brasil ter 3 presidentes numa única semana*. Agência de Notícias, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/11/06/ha-60-anos-crise-fez-brasil-ter-3-presidentes-numa-unica-semana>. Acesso em: 8 jun. 2022.

BRASIL, Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964 - *Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa*. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/4/1964, Página 3257). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-1-9-abril-1964-364977-norma-csr.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

BRASIL, decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho*. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/8/1943, Página 11937). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 9 jun. 2022.

AGÊNCIA SENADO. *Em 1967, FGTS substituiu estabilidade no emprego*. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>. Acesso em: 9 jun. 2022.

AGÊNCIA SENADO. *Episódio no Calabouço, no Rio, inflama manifestações de rua*. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL, lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - *Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências*. (Diário Oficial da União seção 1 - suplemento – 30/11/1964 – Página 49). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 9 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL, Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 - *Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências*. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/10/1965, Página 11017). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-2-27-outubro-1965-363603-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 - *São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências*. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/12/1968, Página 10801). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969 - *Dispõe sobre o exercício temporário das funções de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento, por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências*. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/9/1969, Página 7649). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-12-69.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969 - *Institui a pena de banimento do Território Nacional para o brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional e dá outras providências*. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/9/1969, Página 7609). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-13-5-setembro-1969-363607-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº. 4.464, de 9 de novembro de 1964 - *Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências*. (Diário Oficial da União - Seção 1 -

11/11/1964, Página 1169). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-norma-pl.html>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MEC-USAID. In: *Histedbr*: Grupo de Estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006). <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Decreto lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. *Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências*. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/2/1969, Página 1706). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=477&ano=1969&ato=3facXQU5UejRVT839>. Acesso em: 18 jul. 2023.

5. Jornais

A fé

DOM Vicente Zioni promovido à Arquidiocese de Botucatu – SP. *A Fé*. Bauru, 28 de abril 1968.

A Folha de São Paulo

GREVE em Botucatu é caso à parte. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 de abril de 1967

ESTUDANTES de Botucatu voltam convencidos de que venceram. *A Folha de São Paulo*, 06 de junho de 1967

SUPERADA crise de Botucatu com novo Bispo. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 21 junho 1968.

D. ALBERTI toma posse em lugar de D. Zioni e calma volta a Botucatu. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 23 junho 1968.

DISSOLVIDO acampamento estudantil em Botucatu; polícia prende padre. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 de julho de 1968.

EM BOTUCATU, situação ainda tensa com novas prisões. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 20 de julho de 1968.

D. ALBERTI impede prisão de estudantes em Botucatu. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 21 julho 1968.

BOTUCATU luta para vencer a crise. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 24 de julho de 1968.

D. AGNELO visita padres presos no Dops. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 25 de julho de 1968.

TRANSFERÊNCIA de estudantes presos é marcada para hoje. *A Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 de novembro de 1968

A Gazeta

A REBELIÃO dos padres. *A Gazeta*. São Paulo, 05 de junho 1968

A Gazeta de São Paulo

EXIGIDA a prisão do soldado que atirou no estudante. *A gazeta de São Paulo*. São Paulo, 05 junho 1968.

DOM Alberti para Botucatu. *A Gazeta de São Paulo*. São Paulo, 21 junho 1968.

BOTUCATU na santa paz. *A Gazeta de São Paulo*. São Paulo, 22 junho 1968.

BOTUCATU: 4 mil aderem aos alunos. *Gazeta de São Paulo*. São Paulo, 29 julho 1968.

Correio da Noroeste

DOM Vicente Zioni é o novo Arcebispo de Botucatu. *Correio da Noroeste*. Bauru, 20 de abril 1968.

Correio de Botucatu

SOLUCIONADA a crise da FCMBB. *Correio de Botucatu*, 08 de junho de 1967

FREI Dom Henrique renuncia o cargo. *Correio de Botucatu*. Botucatu, 21 de abril 1968.

Diário da Noite

IGREJA nomeia d. Alberti administrador de Botucatu. *Diário da Noite*. São Paulo, 21 junho 1968.

Diário de Bauru

DOM Vicente promovido a Arcebispo será transferido para Botucatu. *Diário de Bauru*. Bauru, 20 de abril 1968.

DOM Zioni novo Arcebispo de Botucatu. *Diário de Bauru*. Bauru, 26 de abril 1968.

EXIGIDA posse imediata de D. Vicente. *Diário de Bauru*. Bauru, 27 julho 1968.

Diário de São Paulo

PAPA aceita renúncia do Arcebispo de Botucatu. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 20 de abril 1968.

IGREJA nomeia D. Alberti. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 21 junho 1968.

SUSPENSE. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 22 junho 1968.

BOTUCATU: Bispos mandam delegado. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 19 de julho de 1968.

Diário Popular

D. ALBERTI toma posse na Arquidiocese de Botucatu. *Diário Popular*. São Paulo, 21 junho 1968.

POSSE do Administrador Apostólico em Botucatu. *Diário Popular*. São Paulo, 23 junho 1968.

Folha da Tarde

BISPO chega, clero sai. *Folha da Tarde*. São Paulo, 04 de junho 1968

IGREJA de hoje. *Folha da Tarde*. São Paulo, 05 de junho 1968.

UMA terra em transe. *Folha da tarde*. São Paulo, 05 junho 1968.

800 FIZERAM seu protesto. *Folha da Tarde*. São Paulo, 05 de junho de 1968

A FAMÍLIA e a juventude. *Folha da Tarde*. São Paulo, 24 de junho de 1968.

DEVER de intervir. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 26 de julho de 1968.

Sem título. *Folha da Tarde*. São Paulo, 29 de julho de 1968.

POSIÇÃO da Igreja. *Folha da Tarde*. São Paulo, 05 agosto 1968.

Jornal da Cidade

DOM Vicente nomeado Arcebispo é transferido para Botucatu. *Jornal da Cidade*. Bauru, 20 de abril 1968.

SURPRESA em Bauru com a solução dada ao impasse da Arquidiocese. *Jornal da Cidade*. Bauru, 22 junho 1968.

ESTUDANTES ocupam praça de Botucatu e padre é detido. *Jornal da Cidade*. Bauru, 18 de julho de 1968.

Jornal da Tarde

O QUE faz a AFMA. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 05 de junho 1968

UM BISPO jovem para acalmar os padres. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 24 de junho de 1968.

D. ROMEU não sabe até quando fica. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 25 de junho de 1968

Jornal Vanguarda

VILA dos Meninos, magnífica obra de D. Henrique Golland Trindade. *Jornal Vanguarda*. Botucatu, 31 de agosto de 1973

Notícias Populares

PADRES rejeitam arcebispo e abandonam arquidiocese. *Notícias Populares*. São Paulo, 31 maio 1968

O Estado de São Paulo

ESTUDANTES de Botucatu: esboço do relatório. *Estado de São Paulo*, 02 de junho de 1967

SODRÉ irrita-se com os estudantes no Morumbi. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 12 de maio de 1967

FACULDADE de Botucatu recebe novos materiais. *O Estado de São Paulo*, 13 de março de 1968.

DOM Henrique deixa Botucatu. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 de abril 1968.

PADRES não ficarão. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 04 de junho 1968.

BOTUCATU tem novo bispo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 junho 1968.

NOVO Bispo assume diocese de Botucatu. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 junho 1968.

BISPOS mandam ver a prisão de sacerdotes. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 de julho de 1968.

BOTUCATU pede a posse de d. Zioni. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 de julho de 1968.

O Globo

D. ROMEU toma posse em Botucatu e anula crise. *O Globo do Rio*. Rio de Janeiro, 22 junho 1968.

O São Paulo

O ARCEBISPO de Botucatu. *O São Paulo*. São Paulo, 22 de abril 1968.

6. Revistas

ARENAS, Sandra. Conferências do Conselho Episcopal latino-americano (CELAM). *Teológica latinoamericana*, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <http://teologicalatinoamericana.com/?p=1475>. Acesso em: 18 mar. 2022.

AZEVEDO, Débora Bithiah de. Democracia e exclusão: o comunismo como símbolo da desordem no governo Dutra (1946-1950). *Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.*, v. 2, n. 4, 1994.

BATISTA, Isadora Mendes; SANTOS, Vinícius Medeiros dos. A relevância da união nacional dos estudantes no cenário brasileiro, *Revista Mosaico*, v. 19, n. 1, 2020.

Carta de doze Arcebispos e Bispos ao Presidente da República. SEDOC v.1, especial 5, p 448, [set] 1968.

Declaração Final da IX Assembleia Geral da CNBB. SEDOC v.1, especial 5, p 445-447, [set] 1968.

DOMINGOS, Charles Sidarta. Cultura pós guerra: O aspecto nuclear e sua negação. *Revista Sociais e Humanas*. Santa Maria, v. 23, n. 01, 2010.

LARA, J. V. Um novo paradigma? A Política Externa Independente do governo Jânio Quadros. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 204, 2018.

LIBÂNIO, João Batista. Conflito Igreja-Estado. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 4, p. 9, outubro. 1978.

LIBÂNIO, João Batista. Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento. *Cadernos Teologia Pública*, São Leopoldo, v. 2, n. 16, 2005.

LORSCHIEDER, Aloísio. Cinquenta anos de CNBB: Uma conferência Episcopal em chave conciliar. *Concilium: Revista Internacional de Teologia*. n. 296, fasc. 3, Petrópolis: Vozes, 2002.

LOUREIRO, F. P. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. *Revista Brasileira de História*, v. 29, jun. 2009.

MARQUES, Teresa Cristina; OLIVEIRA, Eduardo Alves de. *De Praga ao mundo Árabe: Uma análise comparada de primaveras políticas*. Revista Conjuntura Austral. Vol. 4, nº. 17; Abr. Mai, 2013.

MENDES, Vitor Hugo. Vaticano II: a modernidade da Igreja em um contexto de mudanças. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2012.

MIRANDA, Mario França. O Concílio Vaticano II ou a Igreja em contínuo aggiornamento. *Perspectiva Teológica*, Minas Gerais, v. 38, n. 105, 2006. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/270/504>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MIRANDA, Mário França. O Concílio Vaticano II ou a Igreja em contínuo Aggiornamento? *Revista Pistis & Praxis*, Curitiba, v. 4, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4497/449749236003.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022.

MORAES, João Quartim de. Mobilização democrática e luta armada no Brasil, *Juventude.br*, n. 5, 2008.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Concílio Vaticano II: memórias da crise de vocações. *Revista de Filosofia inconfindência*, São Paulo, v. 3, n. 6. Disponível em: <http://inconfindencia.famariana.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/5.-CONC%C3%8DILIO-VATICANO-II- memorias-da-crise-de-vocacao-OLIVEIRA-E-SCHIAVO.pdf>. Acesso: 02 mar.2022.

OLIVEIRA, Marcos. Nasce a internet. *Revista Pesquisa FAESP*, São Paulo, n. 180, abr. 2011. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/folheie-a-ed-180/>. Acesso em: 20 mar 2022.
Revista Eclesiástica Brasileira. *Crônica Eclesiástica*. v. XV, fasc. 3, set de 1955

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. v. 22, fasc. 1, p.178-179, (mar.) 1962.

ROMÃO, José Eustáquio. Os frutos de maio de 1968: O grito dos silenciados. *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, Boyacá/Colômbia, v. 11, 2008
DOI: [10.19053/01227238.1505](https://doi.org/10.19053/01227238.1505). Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/869/86912618010.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SANFELICE, José Luís, O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais, *Cadernos CEDES*, v. 28, 2008.

SEDOC. *Declaração dos Membros da Comissão Central da CNBB*. Ano 02, v. 1, f. 10, (abr.) 1969.

SEDOC. *Resposta do Vigário Capitular a Dom Henrique*. v. 1, n.02, p. 177-178, (ago) 1968).

SOUZA, Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. *Revista de Cultura Teológica*, n. 55, abr./jun. 2006, p. 45. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/culturateo/article/view/15033>. Acesso em: 10 mar. 2023.

VALLE, Maria Ribeiro do, As representações da violência nos episódios estudantis de 1968, *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 1/2, 2008.

WAUTHIER, Pedro. A expulsão do Padre Operário. *Serviço de documentação*. Petrópolis: Vozes, v. 01, n. 06, p. 816, (dez.) 1968.